



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

ISCTE



IUL



PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO MARANHÃO E SUA INSERÇÃO NA SOCIEDADE LOCAL (1822-1930)

Marcelo Vieira Magalhães

Tese orientada pelo Doutor Nuno Gonçalo Monteiro

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

ISCTE



IUL



PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO MARANHÃO E SUA INSERÇÃO NA SOCIEDADE LOCAL (1822-1930)

Marcelo Vieira Magalhães

Orientador: Prof. Doutor Nuno Gonçalo Monteiro

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

Júri:

Presidente: Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Investigadora Coordenadora e Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Helen Osório, Professora Associada Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;
- Doutor Paulo Jorge Chalante Azevedo Fernandes, Professor Auxiliar Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutor Paulo dos Mártires Lopes de Teodoro Matos, Professor Auxiliar Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa;
- Doutor Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas Monteiro, Investigador Coordenador Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, orientador;
- Doutora Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva, Investigadora Auxiliar Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

Dedico essa tese ao meu Filho Vinicius, que foi privado em muitos momentos de conviver mais intensamente comigo, e à minha filha Cecília, nascida durante a elaboração do trabalho, e que também deixou de ter o pai mais perto nos seus primeiros meses de vida.

AGRADECIMENTOS

Tenho que agradecer a muitas pessoas que contribuíram de uma forma ou de outro para a construção desta tese; mas antes, não por obrigação, mas por reconhecimento, dizer “um muito obrigado” especial a minha esposa, companheira e mãe dos meus filhos, Flávia Spinelli Braga.

Flávia, ao mesmo tempo em que também passava por um doutoramento, com final complicado, me apoiou, me acalmou, me estimulou, me abraçou e me beijou nos momentos mais difíceis, quando eu não tinha mais forças para olhar, tocar, trabalhar nesta tese. Sem dúvida alguma, o fim desta pesquisa é mérito também da minha “Gatíssima”, como a chamo todos os dias.

A minha mãe Rita, minha irmã Maura, meu irmão Márcio, minha cunhada Lucieda, meu sogro Henrique Braga e minha sogra Eva, por me acompanharem nessa jornada sem me cobrarem prazos ou o final da tese, sendo sempre muitos solidários. Ao meu pai pelos mesmos motivos, mas também por contribuir tirando dúvidas referente à cálculos matemáticos. Agradeço ao meu cunhado Luciano, pelo apoio, ouvindo meus desabafos sobre o trabalho com a tese e por contribuir na construção das tabelas.

Ao amigo e compadre José Oliveira “Garotinho”, sempre atento às minhas necessidades de pesquisa e ajudando com a busca de fontes.

Não poderia deixar de agradecer ao meu orientador, professor Doutor Nuno Gonçalo Monteiro, por me acompanhar ao longo dessa trajetória com suas indicações, orientações e cobranças. Por ser compreensivo nas horas mais difíceis.

Agradeço ainda a Goretti Matias, do ICS, que me acompanhou pacientemente durante esses anos tirando dúvidas e dando dicas sobre diversos assuntos referentes ao programa de doutoramento.

Obrigado aos funcionários e funcionárias dos locais por onde pesquisei, como a Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Sociedade de Geografia de Lisboa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Consulado de Portugal no Maranhão, a Sociedade Humanitária 1º de Dezembro e o Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Certamente deixo de agradecer aqui nominalmente a muitos colegas, amigos e ex professores, mil desculpas e meu muito obrigado.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo discutir o modelo da imigração portuguesa para o Maranhão entre os anos de 1822 e 1930, apresentando números e perfis desses estrangeiros ao longo do período. Analisa a inserção social e económica na província/estado a partir da permanência do modelo de imigração marcado pela presença de jovens do sexo masculino, alfabetizados e destinados ao comércio. Apresenta a mudança das representações sociais elaboradas pelos brasileiros no Maranhão sobre os portugueses, e que esta se antecipa a outras províncias. O longo recorte temporal permite demonstrar rupturas e continuidades no quantitativo, no perfil, nas representações e em alguns pontos deste modelo de imigração. A investigação voltada exclusivamente para os portugueses naquela província/estado a torna trabalho inédito; pois a presença desses estrangeiros já foi explorada pela historiografia em diversos estados do Brasil, porém nunca investigada no Maranhão. O resultado da tese é fruto da utilização de um conjunto diversificado de fontes encontradas no Brasil e em Portugal, o que permitiu uma visão macro do tema. A pesquisa trás dados e análises já exaustivamente discutidos pela historiografia em outros locais do Brasil, mas que para o Maranhão são inéditos. O recorte temporal amplo, a grande quantidade de fontes e o pioneirismo do trabalho impedem que se trate de todos os temas tocados com igual profundidade, sinalizando para a necessidade de novas investigações desta temática. Nesse sentido, as lacunas deixadas ou pouco exploradas não deixam de ser uma contribuição. As referências às fontes, como a correspondência do consulado português no Maranhão com o MNE de Portugal, até então não utilizada em pesquisas sobre aquele espaço e os dados populacionais e económicos tabulados, que se encontravam dispersos, também são contributos desta tese.

Palavras-chave: 1. Imigração. 2. Portugueses. 3. Comércio. 4. Sociabilidades.

ABSTRACT

This thesis aims at discussing the model of Portuguese immigration to Maranhão between the years 1822 and 1930, presenting numbers and profiles of these foreigners during the period, as well as it analyzes the social and economic insertion in the province/state from the permanence of the immigration model by the presence of young men, literate and prepared to trade. It presents the change of the social representations created by the Brazilians in the Maranhão State concerning the Portuguese, which it is anticipated to other provinces. The long temporary cut permits, therefore, to show ruptures and continuities in the quantitative, the profile, the representations, as well as in some points of this immigration model. The research focused on, exclusively, the Portuguese in that province/state which makes of this research unpublished thesis, since the presence of these foreigners has already been explored by historiography in several states of Brazil, nevertheless it has never been investigated in Maranhão. This thesis is the result of the use of a diverse set of sources found in Brazil and Portugal, which it allowed a macro view of the theme. The research presents data and analyzes already well discussed by historiography in other places of Brazil, however it is considered to Maranhão unpublished data and analyses. The wide temporary cut-off, the large number of sources and the pioneering work do not allow all subjects to be discussed deeply or with the same intensity, pointing to the need for further investigation of this theme. In this sense, the gaps left or little exploited are still a contribution. The references to sources, such as the correspondence of the Portuguese consulate in Maranhão with the MNE of Portugal, not used yet in research concerning that space (scenario) and the tabulated economic and population data, which were dispersed, are also contributions of this thesis.

Keywords: 1. Immigration. 2. Portuguese. 3. Trade. 4. Sociabilities.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	xiv
CAPÍTULO I: O MARANHÃO DOS PORTUGUESES	1
Condições materiais da província/estado do Maranhão	4
As tentativas de modernização da Província/Estado.....	22
Os portugueses no cenário político do Maranhão	34
Representações sociais negativas dos portugueses no Maranhão	50
A mudança das representações sociais dos portugueses no Maranhão.....	60
CAPÍTULO II: A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O MARANHÃO	75
A busca por alternativas: sair de Portugal	76
Relações comerciais da província/estado do Maranhão com Portugal	91
O Maranhão como destino e o abandono da província pelos imigrantes portugueses.....	111
Números e perfil	130
<i>Quantitativos</i>	<i>131</i>
<i>As mulheres na imigração para o Maranhão</i>	<i>145</i>
<i>Faixa etária</i>	<i>150</i>
CAPÍTULO III: O DEBATE, A PRÁTICA DA IMIGRAÇÃO E A COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA NO MARANHÃO	153
Para além dos portugueses: outros estrangeiros no Maranhão.....	154
A transição do trabalho escravo para o livre no Maranhão e a participação dos portugueses.....	168
Discurso e legislação na promoção da imigração estrangeira para o Maranhão	182
A prática: as colônias e os engajados no início da década de 1850	196
CAPÍTULO IV: INSERÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS PORTUGUESES NO MARANHÃO	210
Os portugueses ricos e seus investimentos.....	213
O tráfico de escravos e o transporte marítimo de cargas: um bom negócio.	229
Os remediados e seu mercado de trabalho.....	235
Casamentos	249
Sociabilidades.....	262
CONCLUSÃO	278
BIBLIOGRAFIA	287

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comércio exterior do Maranhão (1837-1843).....	16
Gráfico 2 - Comércio exterior do Maranhão (1845-1856).....	17
Gráfico 3 - Comércio exterior do Maranhão (1858-1878).....	17

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	- Exportação quinquenal de algodão no Maranhão (1851-1908).....	5
Tabela 2	- Exportação quinquenal de açúcar do Maranhão.....	6
Tabela 3	- Exportação anual de algodão (1859-1865).....	6
Tabela 4	- População livre e escrava do Maranhão (1821-1872)	7
Tabela 5	- Receitas e despesas das províncias (1823) e população em 1819	10
Tabela 6	- Déficits e superávits entre arrecadação e despesas da província do Maranhão	14
Tabela 7	- Exportação dos estados em contos de réis e percentual (1913).....	20
Tabela 8	- Participação do algodão, açúcar e café na receita brasileira total de exportação	21
Tabela 9	- Números totais e percentuais de empregados do comércio e de negociantes c nos registros de matrícula do consulado de Portugal no Maranhão	61
Tabela 10	- Número total de portugueses do sexo masculino acima dos 12 anos e percentual ligados ao comércio no Maranhão	61
Tabela 11	- Movimento de passageiros no porto de São Luís 1914/1915	63
Tabela 12	- Número de sacas de algodão exportadas pelo Maranhão (1760- 1880).....	93
Tabela 13	- Exportação do algodão em valores (1780-1795).....	93
Tabela 14	- Número de navios atracados no porto de São Luís (1808-1821)	94
Tabela 15	- Relação (em %) entre o comércio geral de importação e exportação do Maranhão e o comércio entre o Maranhão e a Inglaterra nos quinquênios 1812-16 e 1816-20	94
Tabela 16	- Procedência e quantidade (%) de navios atracados no porto de São Luís (1812-1821)	96
Tabela 17	- Entradas no Porto de Lisboa de Navios provenientes do Brasil (1806-1824)	97
Tabela 18	- Mapa do valor das mercadorias despachadas para consumo na alfândega da província do Maranhão, durante os anos financeiros de 1840-1841e de 1841 a 1842 (mapa 11).....	98

Tabela 19	- Mapa da exportação para fora do império nos anos financeiros de 1840-1841 e 1841-1842	98
Tabela 20	- Destino das exportações maranhenses de algodão (1861-1862)	101
Tabela 21	- Número e capacidade das embarcações atracadas no porto de São Luís, segundo a origem-ano financeiro (1860/1861).....	101
Tabela 22	- Destino e valor das mercadorias nacionais para fora do império no ano de 1871 até 31 de março	102
Tabela 23	- Quadro demonstrativo da exportação de açúcar durante os anos de 1872 e 1881, com declaração do destino e peso por kilograma	103
Tabela 24	- Exportação de algodão em número de sacas (1872-1881)	103
Tabela 25	- Entrada de navios portugueses no porto de São Luís (1881-1891).....	107
Tabela 26	- Entrada de navios portugueses no porto de São Luís (1892-1895).....	107
Tabela 27	- Os seis principais mercados, na ordem dos respectivos valores da importação	109
Tabela 28	- Ordem numérica dos mercados, de acordo com os valores anuais da exportação.....	109
Tabela 29	- Entrada no porto de Lisboa de navios provenientes do Brasil	114
Tabela 30	- Resumo demonstrativo do valor das exportações e importações de mercadorias nacionais nos consulados do ano financeiro de 1841-1842.....	114
Tabela 31	- Número de estrangeiros e percentuais em 1872 nas paróquias com mais de 100 estrangeiros.....	118
Tabela 32	- Localização dos portugueses no Maranhão em percentuais	119
Tabela 33	- Receita de alguns municípios habitados por portugueses	121
Tabela 34	- Origem dos portugueses chegados ao Maranhão entre 1843 e 1894 segundo os registros de Passaportes	124
Tabela 35	- Números e percentuais de portugueses no Maranhão e na Corte (1834-34 e 1872)	133
Tabela 36	- Entradas de portugueses no Brasil	136
Tabela 37	- Entradas: imigração portuguesa para o Brasil (1901-1920)	138
Tabela 38	- Participação dos portugueses na população geral do Maranhão	138

Tabela 39 - Participação (%) dos portugueses no total de estrangeiros no Maranhão, excluindo os africanos (1872)	140
Tabela 40 - Número de portugueses entre os estrangeiros, excluindo os escravos	141
Tabela 41 - Participação (%) dos portugueses no total de estrangeiros nas paróquias que compunham São Luís, excluindo os africanos (1872).....	142
Tabela 42 - Número de portugueses no Maranhão segundo dados censitários e depoimentos de cônsules portugueses	142
Tabela 43 - Números da população brasileira e estrangeira no Nordeste nos anos de 1872, 1890, 1900, 1920	143
Tabela 44 - Número de portugueses em levantamentos populacionais no Brasil entre os anos de 1920 e 1960	144
Tabela 45 - População portuguesa no Nordeste em 1929	144
Tabela 46 - Número de homens e mulheres nos censos de 1872, 1881 e 1920	145
Tabela 47 - Participação das mulheres no conjunto de imigrantes para o Brasil entre os anos de 1866 e 1888	146
Tabela 48 - Participação das mulheres no conjunto de imigrantes para o Brasil saídas do Porto, entre os anos de 1855 e 1896.....	146
Tabela 49 - Percentual de mulheres portuguesas em 1872 e 1920	147
Tabela 50 - Registro de passaporte do sexo feminino (1843-1894)	149
Tabela 51 - Idade dos imigrantes em percentuais entre 1822 e 1840	150
Tabela 52 - Entrada e saída de passageiros no Maranhão (1900-1903)	160
Tabela 53 - Número de ingleses em 1920.....	161
Tabela 54 - Quantitativos de estrangeiros no Maranhão	164
Tabela 55 - Quantitativo de estrangeiros em São Luís	165
Tabela 56 - Colonização Estrangeira no Maranhão – 1853/1855.....	201
Tabela 57 - Registros de negociantes da praça do Maranhão matriculados no Tribunal do Comércio do Maranhão (1855-1874)	216
Tabela 58 - Ocupação dos portugueses (1881).....	237
Tabela 59 - Entrada de imigrantes portugueses no Brasil entre os anos de 1866 e 1888	245

Tabela 60	- Tabela de participação das mulheres no conjunto populacional português	250
Tabela 61	- Percentual de mulheres portuguesas em 1872 e 1920	250
Tabela 62	- Estado civil das mulheres em São Luís nos censos de 1855 e 1872	253
Tabela 63	- Estado civil de mulheres em diversas províncias do Brasil (1872).....	254
Tabela 64	- Percentual de solteiros, casados (e viúvos) entre 1915-1930	256
Tabela 65	- Percentual de homens solteiros e casados em diversas províncias do Brasil (1872)	256
Tabela 66	- Percentual de solteiros e casados nos censos de 1855, 1872 em São Luís	257

ÍNDICE DE SIGLAS

AHMNE	Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
APEM	Arquivo Público do Estado do Maranhão
ASH1D	Arquivo da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro
CEPESE	Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IGOT	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal
SGL	Sociedade de Geographia de Lisboa
SH1D	Sociedade Humanitária 1º de Dezembro
TJMA	Tribunal de Justiça do Maranhão
UL	Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

A escolha pelo tema se inicia por uma antiga inquietação: a ausência, na historiografia brasileira, de estudos sobre a imigração estrangeira para o Maranhão.

Em vários estados brasileiros, o tema já foi bastante explorado, especialmente no Sudeste e no Sul, tratando de italianos, espanhóis, alemães, portugueses, chineses e libaneses. Na região Norte, ainda é tímida a produção, mas já avançou significativamente nos últimos anos; porém, no Nordeste, e em especial no Maranhão, é quase inexistente.

Em busca de respostas à tais questões, investiguei no meu mestrado (2006-2008) a imigração síria e libanesa para aquele estado, entre os anos de 1880 e 1930, contribuindo para o incipiente debate sobre a temática a presença desses imigrantes no Maranhão. Apesar de numericamente pouco significativos, os sírios e libaneses tiveram e têm grande visibilidade social e econômica ainda hoje. Durante esse trabalho, percebi que outros estrangeiros também tocaram o solo maranhense, como franceses, italianos e espanhóis, ainda que pouco representativos numericamente, foi possível notá-los nos censos, registros do porto de São Luís e jornais inseridos no comércio ou no setor de serviços. Entre todos esses estrangeiros vivendo no Maranhão durante o século XIX e início do XX, os que mais se destacavam eram os portugueses, seja pelo seu maior contingente, seja pela forte presença no comércio.

A partir daí passei a observar que assim como os sírios e libaneses, os portugueses também estavam vivos no imaginário coletivo dos maranhenses e, apesar de suas marcas serem mais visíveis que a de qualquer outro grupo de estrangeiros, a historiografia os desprezou enquanto objeto de estudo ou os naturalizou, tratando-os como se fizessem parte da paisagem, da cultura, da economia, da sociedade local, sem problematizar sua presença, nem inserção.

Essa lacuna não foi somente referente ao Maranhão, pelo menos até a década de 1990, quando a historiografia brasileira voltou-se para o tema, havendo, a partir daí, «um crescente interesse sobre essa problemática» (Scott, 2001: 2). Os portugueses têm sido tratados de forma ampla, tanto em relação às abordagens como em relação às metodologias. Se no início a historiografia brasileira não se interessou por essa imigração, privilegiando a italiana e a alemã, quando despertou, atentou primeiramente para a «[...] época dos descobrimentos, da colonização e da independência, quando o português desempenhava papel hegemônico no Brasil, provendo os quadros intelectuais, administrativos, religiosos e

militares, quase monopolizando a propriedade da terra, controlando o comércio e o artesanato» (Lobo, 2001: 11).

Outras características dessa produção no Brasil foram e ainda são «os trabalhos estatísticos, o papel do imigrante na economia e na sociedade brasileiras, a rivalidade entre nacionais e lusos e a imagem recíproca» (Lobo, 2001: 12). Os estudos se concentraram primeiramente no/sobre o estado do Rio de Janeiro, onde sua presença foi mais significativa, posteriormente, os historiadores de São Paulo voltaram-se também para os portugueses, ultrapassando [...] «as interpretações centradas numa perspectiva econômico-demográfica», passando a privilegiar «o cotidiano, as atividades de trabalho (negócios, comércio, sucessos e insucessos e estratégias de sobrevivência), as resistências e as lutas» (Matos, Sousa e Hecker, 2008: 99-100). Também notaram as memórias e as práticas associativas. Mais recentemente alguns investigadores do Pará e Amazonas aproximaram-se da temática da imigração portuguesa para a Região Norte, possibilitando uma visão mais ampla sobre a presença desses imigrantes no país. No Nordeste, em estados que receberam mais portugueses que o Maranhão, como a Bahia e Pernambuco, ainda é pouco expressiva a produção acadêmica sobre o assunto.

A produção historiográfica no Brasil sobre a temática cresceu e garantiu espaços de debates. Assistimos recentemente a publicação de diversos artigos, mas também a edição de livros, como: *Deslocamentos e História: os portugueses*, organizado por Maria Matos, Fernando de Sousa e Alexandre Hecker (2008); *Laços de Sangue: Privilégio e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*, de José Mendes (2011), a reedição de *Portugueses na Bahia na Segunda Metade do Séc. XIX: Emigração e Comércio*, de Tania Gandon (2011), *Imigração portuguesa para o Brasil*, de Eulália Maria L. Lobo (2011). Não podemos deixar de mencionar as contribuições voltadas mais especificamente para o Rio de Janeiro e para a lusofobia, de Gladys Sabina Ribeiro e Lena Medeiros de Menezes, assim como as publicações de Ismenia de Lima Martins, Maria Izilda Matos e Ana Silvia Volpi Scott ao longo das décadas de 2000 e 2010, além de dissertações de mestrado e teses de doutorado em diversos programas de pós-graduação em Portugal e no Brasil. Fora destes dois países; mas, escrevendo sobre a emigração estrangeira, incluindo a portuguesa, podemos citar os trabalhos do americano Herbert Klein na década de 1990.

Em Portugal, a relevância das migrações pode ser percebida, por exemplo, pela constituição de um doutoramento nessa área no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)/ Universidade de Lisboa (UL), tendo no seu quadro pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (Educação, Psicologia, Geografia, Ciências Sociais) que se

debruçam sobre o tema abordando-o de diferentes maneiras. Neste país, historiadores têm dado desde a segunda metade do século XIX importantes contribuições para a discussão da emigração portuguesa para o Brasil, tornando-se referência nos dois países, como as publicações de Alexandre Herculano nas décadas de 1830 e 1870, Oliveira Martins, na segunda metade do século XIX; Joel Serrão e Magalhães Godinho, na década de 1970; Mirian Halpern Pereira, Maria Beatriz Rocha Trindade, numa perspectiva da história econômica e social, e Joaquim Costa Leite, na década de 1980, mas também os trabalhos de Jorge Fenando Alves, Robert Rowland, na década de 1990 e início do XX. E mais recentemente a tese de doutoramento de Isabel Correa da Silva sobre o republicanismo em Portugal, mas que aborda a emigração para o Brasil.

O Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), na cidade do Porto, tem patrocinado eventos e publicações que envolvem investigadores de Portugal e do Brasil, possibilitando a troca de informações e a disseminação destas. Um exemplo foi o V Seminário Internacional abordando a temática “Entre Mares: o Brasil dos portugueses”, que aconteceu em Belém do Pará em 2009 e proporcionou a apresentação de trabalhos de 17 universidades brasileiras e que originou uma publicação com o mesmo nome ou o VIII Seminário Internacional “A Emigração Portuguesa para o Brasil”, acontecido no Porto, em 2012.

O tema da imigração estrangeira no Maranhão, como já foi colocado anteriormente, não avançou como ocorreu em outras partes do Brasil, continuando a receber pouca atenção dos investigadores. Marcado pelo discurso da ausência de uma corrente migratória expressiva, o debate nunca teve fôlego e poucos foram os que se dedicaram ao tema na história e nas Ciências Sociais. Pontualmente, a “historiografia maranhense” tem abordado a presença de estrangeiros, não numa perspectiva da imigração, sendo geralmente tratado de forma marginal, ou seja, não é o objeto de estudo, servindo somente como contexto ou exemplo. Nesses trabalhos observam a hegemonia política-administrativa e econômica dos portugueses no período colonial, sua participação na economia do Primeiro Reinado ou ainda sua presença em núcleos coloniais na década de 1850. A presença dos ingleses e seu capital na praça comercial de São Luís no século XIX e uma mais recente, a imigração voluntária de sírios e libaneses, no final do XIX e início do século XX também já foram tocados, mas ainda timidamente.

Nessas referências bibliográficas o número de estrangeiros, seja de ingleses, sírio-libaneses ou portugueses nunca aparecem, não sabemos a partir dessas leituras o contingente de cada nacionalidade ou mesmo a soma de todos eles, muito menos o seu perfil, ainda que

alguns recenseamentos nacionais, seja o realizado no período imperial (1872), sejam os republicanos (1890, 1900, 1920) ou locais (1855, 1881) contribuam nesse sentido.

No caso dos portugueses, mesmo sendo o Maranhão o sétimo maior contingente do Brasil e o terceiro no Nordeste, na segunda metade do século XIX e início do XX, isso não foi suficiente para evitar que a historiografia obscurecesse o tema. O discurso de uma inexistente corrente imigratória estrangeira e das poucas e frustradas tentativas em efetivá-las ou formar núcleos coloniais podem ter contribuído para seu esquecimento, mesmo quando no restante do Brasil a historiografia se mostrava mais atenta.

A ausência de trabalhos que explorem diretamente a temática da imigração portuguesa se torna mais estranha diante de outras evidências históricas. Parte dos empreendimentos modernizadores do Estado do Maranhão teve capital português. Se num primeiro momento estão vinculados à terra e depois ao comércio, o capital dos portugueses pode ser encontrado em outros setores da economia local, como nos serviços e na indústria.

O Maranhão não estava alheio aos discursos do progresso e civilização que tomou conta da sociedade brasileira desde meados do século XIX, as exigências eram de toda ordem, iluminação pública, água encanada, esgoto e transporte. A capital, São Luís, foi o palco desse “progresso”, da instalação dos serviços, da “civilização” e da “civildade”. Serviços como o transporte urbano, o *bonde*, foi instalado ainda em 1872, quase ao mesmo tempo em que no Rio de Janeiro, ainda que deixasse muito a desejar: o transporte fluvial a vapor, reivindicação antiga dos produtores rurais surgiu em 1849 naquela província; o parque fabril, formado por mais de 10 fábricas têxteis e outras tantas, que incluíam pregos e sabão, emergiram quase que simultaneamente nos últimos anos do século XIX. Em todos esses empreendimentos modernizadores, além de bancos, o capital dos portugueses aparecia.

Outro forte indício da presença dos portugueses, mas que é desprezado, são associações que fundaram em São Luís e que tiveram grande projeção social e cultural no século XIX, como se pode perceber nos jornais. Algumas de caráter exclusivo, como a Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, mas que possibilitava a participação dos nacionais em eventos, contando com a presença de autoridades e de parte da sociedade locais, outras que permitiam, como o Real Gabinete de Leitura. Já no século XX associações surgiram atendendo à sociedade local, como o clube desportista Luso Brasileiro (1916) e Grêmio Lútero Recreativo Português (1931), esse último, importante espaço de sociabilidade das elites e classes médias do estado até a década de 1980.

Essas instituições, mesmo quando proibiam a participação de nacionais, foram fundamentais para a mudança da imagem do português no Maranhão, facilitando sua

assimilação e arrefecendo possíveis conflitos, como os que se assistiu em diversas partes do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, Pernambuco ou no Pará, na segunda metade do século XIX e início do XX.

A presença portuguesa no Maranhão pode ter se diluído, naturalizado, tanto no universo acadêmico, quanto no senso comum, o que poderia também justificar seu esquecimento como objeto de estudo. Posso apontar como motivo a convicção de muitos, inclusive acadêmicos, de que o Maranhão no passado teve uma relação mais próxima e intensa com Portugal do que com outras províncias. No Maranhão colonial ou mesmo no pós-independência, os portugueses se sentiram mais próximos da sua terra natal, sendo São Luís a cidade mais portuguesa do Brasil, como querem muitos. Na contemporaneidade, os maranhenses são orgulhosos desse passado lusófono, afirmam os mesmos.

Esse imaginário é alimentado pela grande quantidade de casarões com azulejos portugueses no centro histórico da capital, possuindo um dos maiores acervos a céu aberto do Brasil, fazendo de São Luís Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1997. A presença ainda recente de supermercados, lojas, casas comerciais e padarias de propriedade portuguesa e é claro do bacalhau na culinária reforçaria esse imaginário.

Para os que operam essa representação os argumentos são baseados também em fatos históricos que justificariam esse relacionamento diferenciado entre os dois espaços e em última instância explicaria também, segundo muitos pesquisadores, uma intensa presença de portugueses na província nos séculos XVIII e XIX, ainda que nunca apresentem dados, como já foi colocado.

Já no século XVII, o Maranhão estabelecia vínculos administrativos mais diretos com Portugal, quando se tornou um dos dois Estados em que foi dividido o Brasil, transformando São Luís em um dos centros da gestão da coroa portuguesa. O Estado do Maranhão, que na verdade abrangia outras províncias, como Ceará e o Pará, gozaria de autonomia, remetendo-se diretamente a Lisboa. Assim, criando a ideia de proximidade, o Maranhão teria então mais vínculo político, cultural e econômico com Portugal e não com o restante do Brasil. No século seguinte, em 1774, já sem o Ceará, tomou nova forma, com o nome de Estado do Maranhão e Grão-Pará. A historiadora Maria de Lourdes Lacroix (2002: 69) acredita que «Talvez essa primeira fase da organização administrativa do Maranhão tenha influído no sentimento do seu povo. Referida separação não foi somente institucional, chegando a ser psicológica: mais particularmente, o ludovicense não se sentia brasileiro».

Outro argumento usado para provar essa relação diferenciada foi o envio feito pelo governo português de Joaquim Silvério dos Reis para o Maranhão, depois de delatar uma

conspiração em Minas Gerais, a Inconfidência Mineira, na segunda metade do século XVIII¹. Joaquim dos Reis foi participante do movimento que se posicionava contra os abusos da coroa, mas decidiu trair seus companheiros. O resultado foi a garantia de sua liberdade, sua volta a Portugal, o perdão de uma grande dívida que tinha com o governo, o recebimento de títulos, como o foro de fidalgo da Casa Real e o Hábito de Cristo, além de uma pensão mensal em dinheiro. Em 1808, voltou ao Brasil com a comitiva real, mas o rei achou por bem mantê-lo longe da corte, enviando-o para o Maranhão – onde viveria 10 anos até sua morte – e condicionando o recebimento de sua sentença a sua chegada ao novo destino (Martins, 1990)².

O motivo do envio para o Maranhão e não outra província seriam as condições que o lugar oferecia ao delator, segundo Manoel Martins (1990), pois estaria protegido devido aos fortes laços que ligavam a província ao reino e a grande quantidade de patrícios que lá viviam. Silvério, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, era visto com desconfiança e havia notícias de atentados contra sua vida praticados por parentes e simpatizantes dos inconfidentes. No Maranhão, o referido historiador não encontrou relatos dessa natureza, o que reforçaria sua tese.

Certamente, o grau de imbricamento das relações entre o Maranhão e a Metrópole ao longo de três séculos orientasse no sentido de reconhecer nesta região a que melhores condições reunia para acolher um fiel vassalo português. No Maranhão, a chegada de mais uma autoridade portuguesa não causaria surpresa; pelo contrário, tendia a ser bem recebida, pois a colônia lusa era numerosa o bastante para proporcioná-lo o conforto e a segurança de estar entre iguais. Ademais, nesta parte da colônia não se registrará até então movimentos que colocassem em questão a dominação lusitana, como ocorrerá em outros pontos do Brasil. Portanto, no Maranhão, Silvério estava livre das investidas dos seus inimigos [...]. (Martins, 1990: 248).

É verdade que não houve movimentos contrários ao governo metropolitano no Maranhão, ainda que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) tenha utilizado a Revolta de Beckman (1684)³ como um dos pilares do movimento nativista brasileiro (Borrvalho, 2009). Sobre a numerosa colônia, trarei mais adiante.

¹ O movimento estava relacionado com a alta cobranças de impostos na região das minas. A diminuição do ouro, mas também o contrabando, fez com que o governo português institísse um novo imposto: A Derrama. Tinha o objetivo de sanar as dívidas dos mineradores junto a coroa quando estes não conseguiam pagar o total devido de impostos. O confisco de bens e propriedades era o método de cobrança, que era considerado abusivo e extorsivo pela população. Um grupo organizou-se com o intuito de tomar o poder na região, mas foi abortado diante da delação de um dos inconfidentes

² Joaquim Silvério dos Reis não foi o único a ser exilado com vantagens no Maranhão nesse período, outro português, naturalizado, Raimundo Gaioso, autor de uma obra clássica da historiografia maranhense, o *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, publicado em 1818, foi degredado por má administração nos negócios da coroa e lá se firmou como proprietário de terras e escravos.

³ Em 1862 a coroa portuguesa criou a Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão, com o intuito de alavancar a economia, diante dos constantes reclames dos moradores. Entre suas obrigações estavam o abastecimento de escravos, 500 por ano, a compra dos gêneros produzidos e a venda de manufaturados. O não cumprimento dessas obrigações e o conflito com os Jesuítas por conta da escravização dos índios, fez com que um grupo de produtores e moradores se revoltassem e tomassem o governo, prendendo o governador interino e invadindo os armazéns da companhia. Os irmãos Manoel e Tomás Beckman lideraram o movimento. Depois de quase um ano um novo governador e tropas foram enviadas ao Maranhão, acabando com o movimento e enforcando os irmãos Beckman. A Companhia de Comércio logo depois foi extinta.

Outra referência histórica que reforçaria os fortes laços é a resistência do Maranhão à adesão à independência, sendo a antepenúltima província a juntar-se ao recém-fundado império brasileiro, quase um ano depois de proclamada, em julho de 1823. A fidelidade a Portugal mantida por um grupo de “portugueses”⁴ ligados ao comércio e residentes em São Luís demonstra o poder que estes gozavam na província, segundo Marcelo Galves (2010a). O historiador afirma ainda que, de modo geral, a princípio não houve maiores resistências do restante da sociedade, ocorrendo somente diante da ameaça de guerra e destruição das lavouras no interior: «O projeto de adesão parece não ter reunido muitos adeptos no Maranhão. Porém, as consequências trágicas que a guerra poderia trazer para os grandes produtores – quase todos nascidos no Brasil –, aliadas às cisões políticas que agitaram São Luís desde a Revolução do Porto, forjaram um repentino consenso.» (2010a: 209).

Diante de evidências “tão fortes”, acadêmicos se renderam a essa versão, reforçando o mito dos fortes laços entre os dois espaços. O pesquisador norte-americano, filho de portugueses e frequentador do Brasil, Nelson Vieira (1991), quando estuda as imagens recíprocas formuladas em Portugal e no Brasil, afirma sobre São Luís que:

esta colônia portuguesa era considerada um dos últimos vestígios do domínio luso no Brasil. As suas empresas, comercialmente bem sucedidas em São Luís antes e depois da Independência, forneceram-lhe a possibilidade de ser uma grande força econômica. Estes portugueses, todavia, continuavam virados para Portugal com uma afeição pela antiga pátria e pela sua cultura. Apesar da sua longa presença no Brasil, essa colônia considerava-se predominantemente portuguesa. (Vieira, 1991: 111).

A historiadora brasileira Maria de Lourdes Lacroix (2002) vai pelo mesmo caminho de Nelson Vieira (1991), afirmando que essa integração existia e que não era uma característica somente do período colonial, mas também do pós-independência:

[...] a aproximação da elite maranhense com a Europa, muito mais intensa que as ligações com o resto do Brasil, tanto pelo grande conhecimento, familiaridade e trânsito dos endinheirados no Velho Mundo, quanto, antes de estabelecida a navegação a vapor, pela maior facilidade de transporte marítimo do Maranhão até Portugal, porta de entrada para o resto da Europa. (Lacroix, 2002: 70).

Outro historiador, Mário Meireles (2001: 206, grifo nosso), que escreveu muito sobre o Maranhão, afirma que: «De fato, já não era mais uma província e, portanto, sem condições locais para fazê-lo; e pouco influenciado pela maçonaria, em que pese ao número de seus formados na Europa, *foi antes um reduto da lealdade à coroa, graças a seu contato mais íntimo, até as vésperas da independência, com a metrópole do que com o Brasil*».

⁴ Uso aspas para portugueses por conta de não haver uma distinção formal entre quem era português e quem era brasileiro. O que os definia não era o lugar de nascimento, mas as convicções e o lugar social, ou seja, “português” poderia ser um brasileiro que defendia os interesses de Portugal e um “brasileiro”, poderia ser um português que defendia os interesses do Brasil. «Para o Maranhão, à época da Independência e nas décadas subsequentes, os ‘portugueses’ foram comumente associados aos grandes comerciantes, quase todos membros do Corpo de Comércio da província» (Galves, 2010: 3).

José Mendes (2011: 116) se refere à São Luís do início do século XIX como a «cidade de feições lisboetas, orgulhosa de ter sido um antigo polo de atração de reinóis do continente e ilhéus açoriano [...]».

O escritor maranhense filho de pai português Aluísio Azevedo, autor de *O Cortiço* e *O Mulato*, mesmo sendo um crítico dos portugueses e sua presença no Brasil, admitia no prefácio da terceira edição de *O Mulato* (1881) que no Maranhão era mais frequente o uso de expressões portuguesas do que no restante do Brasil, indicando a forte influência desses estrangeiros na sociedade local. Fazendo referência às críticas do seu amigo Batista Caetano, diz que:

O nosso filólogo ignorava que em São Luís do Maranhão são frequentes certas expressões à moda de Portugal, e aquilo, pois, que se lhe afigurou macaqueado de C. Castelo Branco era simplesmente copiado do natural; assim é que lá se diz, por exemplo, ‘sapatos de polimento’ e não *sapatos de verniz*; ‘quinta’ e não *chácara*; ‘rebuçados’ e não *balas*; ‘caneco’ e não *barril* etc; como também se empregam palavras de todo desconhecidas no resto do Brasil, e creio que em Portugal, mas que por lá, na minha província são muito comuns: *Muruchaba, pinincha, puçá, enzoneiro, Cofo, Empanemar, Moquear*, e mil e outras estão neste caso. (Azevedo, 2011: 11, grifo nosso).

José Borralho (2009: 17), apesar de não negar essa proximidade, justifica esse discurso como:

um recurso discursivo para alguns habitantes da capital, [para] ora reivindicarem mais proximidade econômica e cultural com a antiga metrópole, criticando o centralismo político e econômico da corte” [...].

Isso implica dizer que esse distanciamento circundado pelas águas do Maranhão possuía uma dupla face: era utilizado enquanto entropia para referendar o espaço vivencial dos ludovicenses (moradores de São Luís) orgulhosos por seu passado lusófilo, sua posição estratégica mais próxima de Lisboa que o restante do Brasil, seu passado colonial [...].

Mas nem sempre São Luís foi palco da preferência dos portugueses que morariam no Brasil, houve um tempo, que a mudança de lugar, da metrópole para a colônia, de Portugal para o Maranhão precisou ser estimulada pelo governo. Simão Estácio da Silveira⁵, comandante da nau capitânia da expedição de Jorge Lemos Bittencourt, escreveu a *Relação sumária das cousas do Maranhão*, publicada em Portugal em 1624 e era «dirigida aos pobres de Portugal, cuja determinação de para aqui se transportarem tanto fez por motivar» (Moraes, 2001: 8). O livro trazia informações sobre a fauna, flora, rios, a pureza das águas e a fertilidade da terra, sempre com o intuito de idealizar a região e consequentemente influenciar aqueles que desejassem imigrar. Apesar da suposição de Candido Mendes de que o livro “fora de qualquer dúvida” teria atraído “muitos portugueses” para o Maranhão (Silveira, 2001), não se tem como comprovar seu efeito, mas «segundo Warren (*Histoire de l’Empire du Brésil*), a

⁵ O livro teve oito edições, sendo a última em 2001, organizada por Jomar Moraes, que escreve a introdução da obra. Já Candido Mendes editou a terceira edição em 1874.

população civilizada no Maranhão era constituída, em 1648, de 400 colonos portugueses e 80 soldados» (Brazil, 1922: 445).

Esse contingente, que foi crescente, estava associado à política de povoamento da região pelo governo de Portugal, «Devido à importância estratégica e econômica da foz e bacia do Amazonas». Esse contexto possibilitou o aumento do fluxo migratório de açorianos para o Maranhão e o Pará, sendo que no primeiro caso a preferência foi por casais, devido ao reduzido número de brancos e à falta de mulheres (Rodrigues, 2015: 4).

Parte desse contingente, cerca de 40 casais açorianos, havia chegado com Jorge Lemos Bittencourt, em 1621, e quatro anos depois desembarcavam mais casais também dos açores, com Francisco Coelho de Carvalho (Martins, 2002). Na versão de Jose Damião Rodrigues (2015), Bittencourt teria se oferecido a levar para o Pará, às suas custas, 1000 pessoas, porém, chegando a São Luís, parte desses se recusou a seguir viagem, fazendo um requerimento, assinado por 34 açorianos, pedindo que um terço desse grupo ficasse no Maranhão, pois entendiam que aparentemente, o contratador pretendia levar todos ao Pará, local que para eles não tinha condições de receber povoamento e vivia em guerra⁶. Ainda segundo o mesmo autor, naquele mesmo ano, Antônio Ferreira de Bittencourt conseguiu licença para transportar 50 casais também por sua conta e risco, sendo que chegaram em 1821, 40 casais, num total de 148 pessoas naturais dos açores.

Em 1683, somente São Luís possuía um conjunto de mais de 1.000 portugueses (Brazil, 1922), número bastante significativo, formado por militares, mas também por 50 casais açorianos, que desembarcaram em 1676 naquelas terras levados pela coroa portuguesa (Martins, 2002).

Mas a política de expansão da presença de portugueses no Brasil não foi regular nem no tempo, nem no espaço. Se houve estímulo à transferência de pessoas no período colonial, houve também uma tentativa de refrear o fluxo que partia principalmente do continente, especialmente da região do Minho no mesmo período. Decretos de 1709 e 1711 já tentavam inibir a emigração sem resultado, chegando ao ponto de em 1720 proibir «a emigração de todos quantos não estivessem investidos em funções oficiais [...]» (Serrão, 1970: 601). O que motivava os portugueses a cruzar o atlântico não era somente as condições precárias em que viviam, mas o descobrimento de minas na região central da colônia⁷. Esse imenso contingente que se deslocou para o Brasil no século XVIII, entre 300.000 e 600.000 pessoas, buscavam

⁶ José Damião Rodrigues (2015) afirma que a expedição chegou em 1619 e não tinha os 1000 açorianos prometidos. Citando Frei Vicente de Salvador, eram somente 561 pessoas, sendo 95 casais.

⁷ O alto fluxo de saídas preocupava o governo desde a segunda metade do século XVII, quando já em 1667 se dispunha de leis que tentavam inibir a saída de Portugal.

não somente melhoria de vida, mas o enriquecimento e a região das minas era o destino da maioria.

O porto de São Luís também foi utilizado como ponto de desembarque por permitir acesso mais rápido àquela região (Russel-Wood, 1998). Pode-se imaginar que parte desses que desciam na cidade tenha ficado mesmo por lá, pois se sabe que para a cidade de Salvador, na Bahia, nesse mesmo período, um grande número de artífices portugueses se instalou na cidade e outros buscavam terras e «acesso ao trabalho dos escravos na prática da agricultura» (1998: 165). Temos que considerar também que as praças mercantis do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Maranhão eram extremamente atraentes pelas possibilidades de negócios ou empregos nos comércios já estabelecidos. Lembremos que o Maranhão configurava entre os anos de 1769 e 1836 como uma das quatro principais províncias que mais mantinha negócios com Portugal (Frutuoso, Guinote e Lopes, 2001).

Esse contingente não era formado só de aventureiros, entre os “mineiros” podia-se encontrar também fidalgos e letrados, gente que ia desempenhar cargos públicos ou dedicar-se a profissões liberais (Serrão, 1970). Essas categorias existiam antes dos “mineiros”, assim como depois, perdurando mesmo depois da independência⁸. No Maranhão, assim como no restante do Brasil, eram os portugueses nascidos em Portugal quem assumiam a maioria dos cargos públicos, o que obviamente estimulava muitos a migrarem.

Essa suposta melhor relação do Maranhão com Portugal deve ter sido mais significativa não só do ponto de vista econômico, mas também demográfico, durante o funcionamento da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e nos anos posteriores, até a independência do Brasil de Portugal. Mota (2006) notou que entre os anos de 1756 e 1777, período de atuação da Companhia, foram distribuídos 50 títulos de terras, e depois de seu encerramento, entre os anos de 1792 e 1798 esse número subiu para 450. Sabemos que com a chegada da família real ao Brasil em 1808 e a posterior abertura dos portos, muitos estrangeiros, mais principalmente portugueses, povoaram as cidades portuárias do Brasil, onde acontecia a maior parte dos negócios de importação/exportação e concentravam-se os serviços. Em São Luís não deve ter sido diferente, pois nesse período o Maranhão ainda configurava como um dos principais portos da colônia, sendo um dos quatro que mais navios saíam com destino a Lisboa (Frutuoso, Guinote e Lopes, 2001). Se fizermos uma relação direta entre números de navios e população portuguesa, concluiríamos que o Maranhão tinha

⁸ No caso dos cargos públicos, tornou-se necessária a naturalização, ainda que logo depois da adesão do Maranhão à independência e a demissão de 35 portugueses, tenha havido a reintegração de sete destes, sob o argumento de terem prestado serviço em favor da causa (Galves, 2006).

um dos quatro maiores contingentes de portugueses no Brasil na década de 1830. Se isso for verdade, seu efetivo foi perdendo importância, fazendo do Maranhão no final do terceiro quartel do século XIX a oitava província com o maior contingente de portugueses no Brasil, perdendo essa posição no XX.

Apesar de manter seu contingente em cerca de 2.000 indivíduos durante o século XIX e início do XX, numericamente foram se tornando pouco representativos diante do crescimento da população nacional da província, por outro lado, sua visibilidade se dava em outros níveis, o econômico e o social, sendo seu local privilegiado de atuação, o comércio. Sua participação neste setor não era uma novidade do nascente império brasileiro, desde o período colonial detinham essa posição, mantendo-a durante todo o século XIX e início do XX.

Essa forte inserção no comércio era bastante ampla, atuando em casas comerciais de grande porte e prestígio, ligadas ao comércio internacional, onde Portugal aparecia como um dos principais parceiros da província ou em estabelecimentos de médio e pequeno porte, como as quitandas.

Sua atuação nesse setor da economia se deu também em outro nível, o de empregado. Muitos dos trabalhadores destes estabelecimentos, especialmente os caixeiros e guarda-livros, tinham origem portuguesa e eram os preferidos por seus patrícios proprietários. Parte desses trabalhadores chegou muito jovem a São Luís, alguns ainda crianças, e se sujeitaram a duras condições de trabalho, suportando-as pelo sonho de um dia ocuparem os lugares de seus patrões, o que muitas vezes ocorreu depois de anos de acúmulo de recursos, possibilitando a abertura do seu próprio negócio ou tornando-se sócio do estabelecimento em que trabalhava.

A investigação e suas conclusões são frutos de um intenso trabalho bibliográfico, mas também de busca por documentos. Não se faz necessário aqui listar todas as fontes utilizadas, mas é importante chamar a atenção para alguns conjuntos documentais que embasam esta tese, um deles inédito em trabalhos realizados sobre o Maranhão, ainda que utilizado em pesquisas sobre a imigração portuguesa para outras províncias/estados, como o Rio de Janeiro ou Pernambuco: a correspondência do consulado de Portugal no Maranhão com o MNE de Portugal. Esse conjunto documental tornou-se uma das principais fontes diante da sua grande quantidade e de seu amplo recorte temporal, iniciando-se em abril de 1831 e se estendendo até 1927. Dividida em duas partes, de 1831 a 1850, guardada no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa e de 1855 a 1927 no arquivo histórico

do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (MNE), somam cerca de 4.500 páginas de manuscritos⁹.

Outro importante conjunto documental para este trabalho são as atas da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro (SH1D), que começam com o documento de inauguração em 1863 e continuam até o nosso período final. Não foi possível, diante da quantidade de acervos a serem pesquisados, percorrer toda a documentação, deixando uma lacuna entre os anos de 1868 e 1898, mas ainda assim foi possível a leitura de mais ou menos 680 páginas desses manuscritos¹⁰.

Os jornais também deram uma grande contribuição para a investigação, ainda que não tenha tido condições de percorrer todo o período que a tese se propõe a investigar e nem todos os jornais da época, obrigando-nos a optar por determinados periódicos, como o *Argos da Lei*, *O Censor Maranhense*, *A Pacotilha*, *Diário do Maranhão*, *Publicador Maranhense*, entre os anos de 1825 e 1906. Apesar disso, todas as décadas foram tocadas por pelo menos dois desses periódicos, a exceção de 1830, que foi abordada pelos pasquins *O Caboclo* e *O Brasileiro*, possibilitando uma visão geral dos periódicos e da longa duração¹¹.

Algumas dessas publicações tinham caráter publicamente anti-lusitano, como o *Argos da Lei*, *O Brasileiro* e *O Caboclo*. Estes estão inseridos num recorte temporal, as décadas de 1820 e 1830, fortemente marcadas pela perseguição aos portugueses no Brasil. Por outro lado, jornais como o *Censor Maranhense*, dirigido pelo português João Antônio Garcia de Abranches, faziam a defesa desses estrangeiros.

Outra fonte de destaque são os Relatórios e Mensagens de Presidente de Província e mais tarde governadores do Maranhão¹². Abridados no site do *Center For Research Libraries*, estão disponíveis entre os anos de 1836 e 1930¹³. Essa documentação foi fundamental para descrevermos e analisarmos a economia maranhense ao longo do meu recorte, mas também as políticas de incentivo à imigração e colonização do Maranhão a partir do segundo quartel do século XIX até o início do século XX.

⁹ Para citá-los utilizo como critérios, o local onde está arquivado, o fundo, a caixa, a data do documento e quem o assina.

¹⁰ São citados utilizando o Local onde está arquivado, o fundo, o período de cada livro de atas e a data do documento.

¹¹ Como critérios de citação uso o nome do jornal, a data, o título da matéria, o autor, quando tem, o número de anos de sua existência e o número da página.

¹² Com a passagem do Brasil a República, as províncias foram extintas, passando a ser denominadas estados. O cargo de presidente de província foi substituído pelo de governador do estado.

¹³ Essas fontes são citadas no trabalho da seguinte forma: Apelido da autoridade responsável pelo documento e ano da publicação.

Um exercício fundamental nessa tese, já que não havia trabalhos que esclarecessem esses pontos, foi quantificar, sempre que possível, os portugueses no conjunto populacional do Maranhão e de sua capital, São Luís, em diversos momentos, além de tentar apresentar o perfil desses estrangeiros, também em recortes temporais distintos, observando gênero, idade, alfabetização, local de origem, estado civil e ocupação. Para isso, utilizamos o censo de 1855 da cidade de São Luís, os nacionais de 1872 e 1920, além de um elaborado pelo consulado português no Maranhão em 1881, a pedido da Sociedade de Geographia de Lisboa (SGL). Alguns desses recenseamentos não oferecem muita segurança, como tratarei durante o trabalho, mas permitem dar uma ideia da situação demográfica dos portugueses no Maranhão.

Em momentos onde não há contagem oficial, trabalhei com estimativas de autoridades consulares portuguesas, que estipulam quantos portugueses existiam em determinados momentos, sem, porém, apresentar suas fontes para esses números. Em outros, utilizamos dados dos registros do Porto de São Luís, dos Passaportes e dos registros de matrícula do consulado de Portugal no Maranhão. Esses, assim como alguns censos e as estimativas trazem problemas, pois no caso dos registros do porto e passaportes não contabilizam os clandestinos. Em relação aos registros de matrículas do consulado, nem todo português que desembarcava, ainda que fosse obrigado, se registrava no consulado, dificultando assim a contagem por parte dos consulados.

Mesmo deficitários e problemáticos, essas informações foram fundamentais para expressar uma visão, ainda que não muito precisa, dos portugueses no Maranhão em diferentes momentos. No caso dos passaportes, tabulamos 458 registros, entre os anos de 1843 a 1889, com informações sobre seu nome, data de chegada, idade, local de origem, estado civil, profissão e se assinavam o seu nome e em alguns casos, se viajavam sozinhos ou acompanhados. Esses registros trazem alguns nomes repetidos, devido a mais de uma viagem que alguns fizeram de Portugal para o Maranhão. Estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

Em relação aos registros de matrícula (inscrições) encontrados no consulado de Portugal no Maranhão, foram tabulados mais de 900 registros entre os anos de 1904 e 1930, que trazem informações sobre a data de sua chegada, de seu registro no consulado, seu nome, idade (no momento da matrícula), estado civil (no momento da matrícula), local de origem e

se assinavam seus nomes. Não há continuidade nessas inscrições, pois os livros trazem anotações entre os anos de 1904-1908 e 1915-1930¹⁴.

Outra documentação que foi tabulada e fundamental neste trabalho são os testamentos, que permitiram perceber onde alguns portugueses investiam seus recursos para além do comércio. Guardados no Tribunal de Justiça do Maranhão, encontramos 216 desses registros, feitos entre os anos de 1829 e 1930¹⁵. A grande maioria é de homens.

Todos esses registros exigiram exaustivo trabalho de tabulação de dados, pois como já foi colocado, estes não existiam e foram fundamentais para dar uma ideia quantitativa, mas acima de tudo, qualitativa desses imigrantes no Maranhão.

Apesar do longo recorte temporal e tratar de uma província/estado e não somente de uma cidade, alguns temas sempre tocados pelos investigadores quando se trata da e/imigração portuguesa para o Brasil ficaram de fora deste trabalho, como os clandestinos, os naturalizados e os retornados. Ainda que houvesse a intenção de tratar desses temas inicialmente, não foi possível, a partir da documentação trabalhada, iluminá-los suficientemente para dar-lhes visibilidade à altura do que uma tese de doutoramento exige, faltando dados quantitativos ou mesmo referências bibliográficas sobre esse tema.

A hipótese central da investigação é que o perfil dos portugueses no Maranhão pouco ou nada se alterou nesse longo período, contrariando Oliveira Martins e Joel Serrão, que sugeriram a ideia de dois tipos de emigração para o Brasil, uma primeira “clássica” ou “tradicional”, formada especialmente por rapazes do Minho, espontânea, que se dirigiam ao comércio e por isso eram mais numericamente mais alfabetizados e outra, posterior, chamando de “emigração agrícola”, que foi direcionada à agricultura, formada por engajados, numericamente pouco alfabetizada. Para esses autores, as duas coexistiram, mas a primeira perdeu espaço para a segunda após o fim da escravidão, devido à necessidade de mão de obra nas lavouras brasileiras. A permanência do primeiro modelo é abordada pelo escritor Aluísio Azevedo em *O Mulato*, ambientado na segunda metade do século XIX na cidade de São Luís. Azevedo descreve a forte atuação no comércio, a grande quantidade de caixeiros e a alfabetização dos patrícios do seu pai.

Uma segunda hipótese de trabalho é que esses estrangeiros no Maranhão não sofreram as mesmas perseguições que seus conterrâneos em outras partes do Brasil na segunda metade do século XIX, início do XX, como aconteceu no Rio de Janeiro, no Pará ou

¹⁴ A série mais longa (1915-1930) é composta por livros que compreendem os períodos entre 1915-1921; 1921-1929 e 1929-1963. Porém, contabilizamos somente as matrículas até 1930, recorte temporal final da tese.

¹⁵ Estes documentos são citados a partir do local onde estão arquivados, a caixa, o nome do testador e o ano.

em Pernambuco. No Maranhão teria havido uma distensão a partir da segunda metade do século XIX, possibilitando no terceiro quartel daquele século uma imagem mais positiva dos portugueses.

Diante do silêncio da historiografia optamos por um recorte espacial extenso, o Maranhão, ainda que privilegiemos a capital, pois é a este espaço que as fontes trabalhadas mais fazem referência, por concentrar o maior número desses estrangeiros, suas instituições e a maior parte dos empreendimentos que contaram com seu capital. O recorte temporal da tese parte de 1822, ano da independência do Brasil – ainda que o Maranhão só tenha aderido em 1823 –, quando os nascidos em Portugal passaram a ser considerados estrangeiros. E tem como final 1930, quando o Presidente Getúlio Vargas instituiu a primeira medida de caráter restritivo a imigração estrangeira no Brasil (Decreto 19.482). Este determinava que somente poderiam entrar no país os domiciliados no Brasil e que viajavam ao exterior; os estrangeiros requeridos pelo Ministério do Trabalho para atuar na agricultura e os agricultores agrupados em família. Este mesmo Decreto determinava ainda que as empresas, firmas e associações deveriam ter pelo menos dois terços de brasileiros natos no seu quadro. Este extenso recorte permitiu observar as mudanças de perfil, estratégias de inserção social, rejeição/assimilação e representações sociais dos portugueses na província/estado do Maranhão.

Optamos por dividir a tese em quatro capítulos, que por sua vez estão divididos em quatro textos, dando conta do extenso recorte temporal, porém, sem nem sempre aprofundar alguns temas. Esse foi um dos desafios da tese, já que a longa duração possibilita observar as rupturas e continuidade, mas as fontes e o tempo nem sempre permitiram essa análise.

O capítulo I é de contextualização do século XIX e início do XX. A intenção é demonstrar como era o Maranhão quando os portugueses o escolheram como local de fixação, do ponto de vista econômico e de sua infraestrutura. Apresentamos um panorama das relações com os nacionais, as perseguições sofridas, como as acontecidas no pós-independência ou na revolta da Balaiada¹⁶ e a alteração dessas relações. Por último, analisamos as representações sociais negativas dos portugueses no Maranhão e sua posterior mudança.

No II capítulo, exploro as motivações desses estrangeiros saírem de seu país, sem, contudo, estender-me muito, pois há uma extensa bibliografia que trata bem sobre o tema. As fortes relações econômicas entre o Maranhão e Portugal também são objeto neste capítulo. Na

¹⁶ Revolta popular acontecida no interior do Maranhão entre 1838 e 1841, envolvendo as camadas populares, como livres pobres e escravos. Seus líderes foram Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, um fabricante de balaios, o vaqueiro Raimundo Gomes e o negro Cosme Bento das Chagas. No capítulo 1 (1.3 - os portugueses no cenário político do Maranhão) nos deteremos com mais detalhes sobre esta revolta e suas implicações

sequência, discuto a travessia do Atlântico, as dificuldades enfrentadas no Maranhão, a escolha desse estado e seu posterior abandono como local de fixação pelos novos imigrantes, assim como a perda de importância do comércio no século XX. Demonstro, por último, ao longo do período estudado, os números da população portuguesa no Maranhão e o seu perfil, apontando para a quase constante de 2.000 indivíduos dessa nacionalidade ao longo do século XIX e início do XX, ainda que proporcionalmente tenha diminuído com o passar dos anos. A participação das mulheres nesse movimento migratório e a faixa etária dos viajantes em diferentes momentos.

No terceiro capítulo apresentamos um panorama da presença de outros estrangeiros no Maranhão, como os franceses, italianos, espanhóis, ingleses, e mais tarde, sírios e libaneses, ainda que em número diminuto, circularam pela província, especialmente em São Luís, desenvolvendo diversas atividades, mas concentrando-se no comércio e serviços. Também discutimos a transição do trabalho escravo para o livre, as tentativas com índios e nacionais como trabalhadores, ainda que estes fossem desclassificados. Analisamos a política de imigração estrangeira do governo e suas ações no sentido de engajar trabalhadores europeus. Por último, apresentamos as experiências de colonização com portugueses continentais e açorianos na década de 1850.

No último capítulo, analisamos as sociabilidades e a inserção econômica dos portugueses no Maranhão a partir das suas relações afetivo-matrimoniais endogâmicas, mas também exogâmicas, extrapolando o círculo das mulheres brancas. Aqui fornecemos um panorama dos investimentos dos portugueses ricos para além da atividade comercial, estando presente no setor de serviço, mas também industrial, seja como grande capitalista, fosse como pequeno investidor, possuidor de poucas ações de empresas. Foi possível ainda neste capítulo apresentar onde atuavam os portugueses que não enriqueceram no grande comércio ou se tornaram banqueiros, industriais ou grandes acionistas, demonstrando sua presença em diversas atividades de médio e pequeno porte. Por último, analisamos a constituição de entidades como o Gabinete Português de Leitura e a Sociedade Humanitária 1º de Dezembro como instrumentos de sociabilidades com os nacionais, contribuindo para a mudança de imagem dos portugueses no Maranhão.

CAPÍTULO I

O MARANHÃO DOS PORTUGUESES

A presença dos portugueses no Maranhão nos primeiros duzentos e cinquenta anos não garantiu grande prosperidade econômica à capitania, ainda que ao longo do final do século XVII e início do XVIII tenha melhorado significativamente.

Apesar da extração de drogas do sertão e das plantações de açúcar e algodão, as dificuldades eram referentes à exportação desses produtos e da compra de escravos que pudessem substituir os índios protegidos pelos jesuítas. As reclamações dos plantadores e negociantes eram muitas, fazendo com que a coroa permitisse a criação, em 1682, de uma companhia de comércio que resolvesse esses problemas. A Companhia de Comércio do Maranhão teria que comprar os gêneros produzidos por preço justo, abastecer a população com produtos de sua necessidade e fornecer escravos aos lavradores, porém descumpriu o contrato, comprando a produção por preços baixos, não fornecendo os escravos na quantidade combinada e não aportando o número de navios por ano que deveria. O resultado foi a Revolta de Beckman, em 1884, quando comerciantes se rebelaram contra o abandono da capitania pelo governo português. A revolta acabou com a execução dos irmãos Beckman, líderes do movimento e o fim da Companhia.

Apesar desse quadro marcado pelos reclames dos moradores, é possível vislumbrar um cenário que extrapola a ideia de extrema pobreza nesse período, descrita por parte da historiografia. Regina Faria (2003: 17) afirma que o Governador do Maranhão e Grão-Pará, Mendonça Furtado, já na gestão pombalina «mencionava em uma carta que a região do rio Mearim produzia açúcar que era exportado para Portugal, na primeira metade do século XVII». Ainda segundo a autora, na administração de Pombal, quando foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, alguns colonos do Maranhão se tornaram acionistas do empreendimento, demonstrando que moradores conseguiram acumular recursos com a lavoura ou o comércio. Já Carlos Ximenes (1995: 23-29) identificou nos Livros da Câmara de São Luís até seis navios saindo carregados do porto de São Luís antes de 1876, assim como «Corporações de Ofícios (alfaiates, tecelões, sapateiros, serralheiros, ferreiros, pedreiros e carpinteiros) e trabalhadores forros indígenas e negros».

Já Rafael Chambouleyron (2011) afirma que tanto o Maranhão quanto o Pará foram objeto de decisões políticas bem definidas pela coroa portuguesa, controlando não somente o povoamento, mas também as atividades econômicas, como o comércio. Isso faz sentido, pois quando a primeira companhia é desarticulada, o governo imperial decide a partir do início da

década de 1690 enviar gêneros para serem vendidos na capitania. O lucro financiaria o custo das fortalezas. O negócio parecia ser bastante lucrativo, pois o governador Antônio Albuquerque Coelho, em 1692, relatava o sucesso do empreendimento e aconselhava o envio de escravos para dinamizar a economia local e obviamente a arrecadação do governo.

O problema da mão de obra também começava a ser solucionado naqueles anos, pois em 1692 passou-se a vender escravos aos interessados no Maranhão visando fomentar a agricultura, mas também aumentar as rendas de Portugal. Para Rafael Chambouleyron (2011: 76) «Estava aí a matriz de uma primeira rota do tráfico para o Maranhão, que se desenvolveu a partir do final do século XVII e primeira metade do século XVIII, e que tinha como característica a intervenção direta da Coroa».

Apesar dos avanços, a grande virada econômica e administrativa se dá com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, no século XVIII, quando o Marques de Pombal cria condições para o desenvolvimento da capitania daquele lugar. Naturalmente que os benefícios não atingiam a todos, mas a um pequeno grupo de funcionários a serviço do governo e comerciantes portugueses instalados em Portugal e no Maranhão.

Terminada a companhia ainda no século XVIII, o Maranhão parece ter conseguido prosperar por algum tempo, aumentando a produção de algodão e açúcar, relativizando a ideia difundida de crise. Autores como Regina Faria (s/d) têm demonstrado que essas carências realmente existiram, mas não foram contínuas, dividindo momentos com certa prosperidade, contradizendo uma historiografia tradicional que atribuía à tensão contínua a falta de escravos. As dificuldades na grande lavoura, que dependia do mercado externo – que vinha sendo na maior parte do tempo desfavorável, obrigou fazendeiros a se desfazerem de parte dos seus escravos, sendo vendidos aos proprietários de terras produtoras de café do sul do país.

De modo geral não se pode negar a deficiência da economia maranhense, como demonstraremos, mas isso não acontecia somente com o Maranhão, a região Norte sofria com a mudança do eixo econômico, que passou a ser o Sul, produzindo e vendendo café.

É possível perceber a baixa nas rendas da província e da região, dos reclames dos presidentes de província em relação à falta de recursos, ainda que houvesse momentos de alta e conseqüentemente de maior arrecadação. A crise econômica dessas províncias parece ter sido agravada também pelo maior sacrifício determinado pelo governo imperial, que cobrava mais impostos das províncias que menos arrecadavam, beneficiando assim os distritos mais prósperos do Sul.

Toda essa dificuldade econômica do Maranhão não impediu a tentativa de se modernizar e sair da crise. Apesar de o comércio e a lavoura estarem prejudicados, os capitais foram direcionados a outros setores da economia, como os serviços públicos, que eram precários e motivo de reclamações constantes. Bancos, companhias de seguro, de transportes fluviais e fábricas foram alguns dos investimentos feitos pelo capital local, contando inclusive com o dinheiro dos portugueses ricos ligados ao comércio.

Mas se os nascidos em Portugal tiveram algumas vantagens, enriquecendo no comércio e mais tarde em outros setores da economia na segunda metade do século XIX, nas décadas anteriores a situação para estes não foi fácil. Assim como aconteceu em outros lugares do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, foram alvo de ataques de toda natureza, seja moral ou física. Representações negativas foram construídas em relação a esses estrangeiros, no caso do Maranhão foram constantemente chamados de “inimigos do imperador” e a principal queixa dos nacionais na província era a ocupação de cargos públicos depois da independência. É preciso esclarecer que os chamados “portugueses” não eram necessariamente os nascidos em Portugal, mas sim aqueles que se posicionavam contra a independência do Brasil, ou seja, não havia relação com o lugar de nascimento. Essa diferenciação foi sendo construída aos poucos, a partir de uma série de questões, como a legislação, que discutiremos em seguida.

A solução para muitos foi a naturalização, que garantia direitos semelhantes aos nascidos no Brasil. Como veremos ao longo do texto, a legislação mudou algumas vezes, mas sempre beneficiando os portugueses em relação aos outros estrangeiros, a exceção da grande naturalização do final do século XIX que atingia a todos, transformando-os em brasileiros compulsoriamente, caso não se pronunciassem contrariamente.

Mas nem tudo era vantagem, no pós-independência houve perseguições políticas, violência física e moral e a oportunidade oferecida pelo governo português para os que quisessem ir para Angola, na década de 1830, para trabalharem na lavoura, o que gerou interesse de muitos dos nascidos em Portugal vivendo no Maranhão. O MNE registrou diversos pedidos de mudança, mas não parece ter havido transferência em grande quantidade, já que os que se propunham a ir não tinham o perfil desejado pelo governo Português.

Mas é possível notar uma mudança em relação aos portugueses a partir da segunda metade do século XIX, mesmo quando se assistia em outras partes do Brasil ataques a estes, como aconteceram no Pará, Bahia, Pernambuco ou Rio de Janeiro. É verdade que a literatura naturalista de Aluísio Azevedo e Nascimento de Moraes, produzida no final do século XIX e

início do XX, ainda os tratassem com desprezo, como veremos ainda neste capítulo, mas mesmo assim percebe-se uma mudança gradual na imagem do português no Maranhão.

Se antes podemos notar uma representação negativa em relação a esses estrangeiros, depois de 1850 diminuem os ataques morais e vai sendo lentamente construída uma representação positiva, onde chegam a ser chamados de “irmãos” e considerados trabalhadores ideais.

Essa mudança pode estar relacionada a vários fatores, como a diminuição do contingente diante do aumento da população total da província. Se o número de portugueses continuou semelhante a primeira metade do século XIX, cerca de 2.000 indivíduos, a população aumentou, diminuindo assim sua representatividade. Consequentemente, a concorrência dos nacionais com estes estrangeiros também diminuiu. O próprio comércio, lugar privilegiado dos portugueses, foi aos poucos sendo ocupado pelo capital nacional. Temos que considerar também que estes estrangeiros, ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, tomaram uma série de iniciativas, não somente investindo em serviços tão requisitados pela população, mas em instituições de natureza diversa, como Hospital, biblioteca, assistencialismo a seus pares e clubes, contribuindo assim para uma mudança na sua imagem.

Apesar de investirem em imóveis, como veremos no capítulo 4, não era representativa sua participação no setor de aluguéis. Não parece ter havido um movimento que acusasse os portugueses pelo aumento do custo de vida no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, como se assistiu na capital federal. Outro fator que talvez tenha contribuído foi a chegada dos sírios e libaneses que rapidamente dominaram parte do comércio, criando uma perseguição e xenofobia por parte de muitos moradores do Maranhão.

Condições materiais da província/estado do Maranhão

Falar das condições materiais do Maranhão no século XIX e início do XX remete quase sempre, segundo boa parte da historiografia, a longos períodos de penúria e poucos momentos de desenvolvimento. A ideia de crise contamina a historiografia até o início do século XXI, ainda que alguns investigadores tenham feito ensaios no sentido de relativizá-la.

O ponto de partida é sempre a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que representaria o auge, o momento em que a agricultura e a economia se projetaram e possibilitaram a riqueza do Maranhão e de muitos dos seus moradores, seus

contrapontos são a crise que abate a província a partir da década de 1820 e seu terceiro momento é a busca pelo retorno da idade de ouro, revela Alfredo Almeida (2008).

Esse autor não concorda com a dicotomia evolução x crise e como ele, Regina Faria (s/d: 2) afirma que «a dinâmica do sistema agroexportador escravista é marcado por diferentes momentos de expansão e crise, da segunda metade do século XVIII até o final do século XIX, quando ocorre a crise ‘terminal’ (por volta de 1870-1900)», logo é difícil caracterizar o século XIX como um momento de crise permanente, de “decadência”, expressão utilizada corriqueiramente.

A autora supracitada demonstra o crescimento da exportação do açúcar ao longo das décadas de 1860, 1870 e 1880 e que a lavoura algodoeira continuou estável durante os anos de 1851 e 1895, ainda que não no mesmo patamar de outrora, mas com acréscimo notável no quinquênio posterior à Guerra da Secessão, devido à desarticulação da pantação americana, apontando assim para uma transferência interna de recursos do cultivo algodoeiro para a açucareira e questionando a ideia de crise: «Esses dados parecem confirmar a hipótese de que houve uma transferência interna de recursos produtivos entre as lavouras do algodão e do açúcar. Porém, não autorizam a *priori* a ideia de uma crise do sistema agroexportador enquanto tal, com o que é preciso ter certa cautela e levar em consideração outras variáveis do processo» (s/d: 7).

Tabela 1 - Exportação quinquenal de algodão no Maranhão (1851-1908)

QUINQUÊNIOS	MÉDIA ANUAL (sacas de 95 Kg)
1851/1855	49.091
1856/1860	39.812,2
1861/1865	40.200,8
1866/1870	57.070,8
1871/1875	52.786,8
1876/1880	42.318,6
1881/1885	49.403,5
1886/1890	44.363,8
1891/1895	43.999,2
1896/1900	23.439,8
1901/1905	32.126
1906/1908	33.031,6

Fonte: Regina Faria (s/d: 6).

Tabela 2 - Exportação quinquenal de açúcar do Maranhão

QUIQUÊNIO	MÉDIA ANUAL (sacas de 60 kg)
1860/1865	24.942
1866/1870	35.800
1871/1875	90.000
1876/1880	142.200
1881/1885	220.636
1886/1890	210.892

Fonte: Regina Faria (s/d: 7).

O representante consular de Portugal em 1864, em um dos poucos momentos que apresentava uma visão otimista sobre a economia do Maranhão, considerava a elevação dos preços dos imóveis por conta da grande quantidade de lavradores em São Luís que vinham gastar seus lucros com a Guerra americana da Secessão, evento que proporcionou uma reinserção mais forte do Maranhão no mercado internacional com a venda de algodão para a Inglaterra.

[...] as casas regulares, alem de estarem aqui por um preço elevadíssimo, há muita difficuldade de encontra-las desocupadas, em razão de terem affluido a esta cidade [São Luís] muitos lavradores, que com suas famílias tem vindo gosar o optimo produto que lhes tem dado as colheitas dos seus algodões.

O commercio aqui, em consequência da guerra dos Estados Unidos, tem estado muito animado [...] (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 20/05/1864, Joze Corrêa Loreiro).

Havia sentido na observação do cônsul, pois como podemos observar na tabela a seguir, há um aumento nas exportações durante a guerra interna nos Estados Unidos da América (EUA) e nos anos posteriores. Para Jerônimo Viveiros (1992b), deve-se acrescentar vinte mil sacas anuais, resultado do consumo interno.

Tabela 3 - Exportação anual de algodão (1859-1865)

Ano	Sacas de 95 kg
1859	35.356
1860	36.580
1861	34.201
1862	38.290
1863	40.250
1864	39.545
1865	48.718

Fonte: Jerônimo Viveiros (1992b: 421)

Mas todo esse movimento de alta e baixa da grande lavoura voltado ao mercado externo tem em si outro elemento indissociável, o trabalhador escravo africano, que cresceu expressivamente junto ao desenvolvimento dessa agricultura e sua diminuição, segundo parte da historiografia, seria responsável pela decadência e estagnação da província. Se no passado o Maranhão absorveu grande quantidade dessa mão de obra para movimentar a agroexportação, passou posteriormente a se desfazer desta com as crises de exportação que se abateram sobre a lavoura, contribuindo assim para o aumento dos efetivos de escravos na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.

Entre 1756 e 1820, 93.433 escravos entraram no Maranhão e em 1811 estes representavam 77,7% da população da província (Mesquita, 1987). Dez anos depois, em 1821 eram 55,3% (Lago, 2001) e em 1872 constituíam 20,8% (Recenseamento de 1872), havendo um decréscimo não somente em relação à participação no conjunto populacional, como em números absolutos, quando passou de 84.534 em 1821 para 74.939 em 1872, enquanto a população livre subiu no mesmo período de 68.359 para 284.101 habitantes.

Tabela 4 - População livre e escrava do Maranhão (1821-1872)

Ano/Pop.	Pop. livre	Pop. escrava	Total da População	% de escravos no total da população
1811	26.651	92.843	119.494	77,7
1821	68.359	84.534	152.892	55,3
1872	284.101	74.939	359.040	20

Fonte: Francisco Mesquita (1987), Antonio Lago (2001) e *Recenseamento Geral do Brasil* (Brazil, 1872)

Esses escravos viviam em sua grande maioria nas unidades produtoras de algodão e arroz, mais tarde também de açúcar, às margens de importantes rios que cortam o Maranhão, como o Itapecuru, Mearim e Pindare, onde alguns proprietários no início do século XIX chegaram a possuir mais de 1.500 indivíduos nessa condição, a exemplo do negociante português José Gonçalves da Silva (Viveiros, 1992a). A relação dessa mão de obra com a lavoura e com a terra pode ser mensurada pela desvalorização das propriedades sem escravos, onde a venda e o valor daquela antiga unidade produtora voltada para a exportação era condicionada pelo número de escravos existentes ali e não somente pela sua dimensão, qualidade da terra e proximidade de vias de escoamento da produção (Mesquita, 1987). Nas cidades, especialmente nos dois maiores mercados, Caxias e São Luís, muitos desses homens e mulheres circulavam por suas ruas e becos vendendo mercadorias ou praticando seus

ofícios. Em São Luís, 40% da população em 1855 era composta de escravos, segundo o censo elaborado pelo engenheiro João Nunes de Campos. Já o censo nacional do Império de 1872 registrou 22% na capital, somando as quatro paróquias e na cidade de Caxias 19% de escravos entre seus moradores (Brazil, 1872).

Essa diminuição deve-se inicialmente à proibição do tráfico em 1850 e posteriormente à transferência interprovincial¹⁷. Apesar da promulgação de uma lei em 1831 que já proibia o tráfico internacional, este continuou existindo, inclusive para o Maranhão, como podemos atestar na correspondência consular, onde aparecem denúncias dos cônsules sobre a participação de indivíduos e/ou embarcações portuguesas nesse negócio, tema que abordaremos no capítulo III. O seu fim se daria somente com a Lei Euzébio de Queiroz em 1850, que diferentemente da anterior foi implantada imediatamente e punia com rigor os traficantes, apesar de praticamente anistiar os fazendeiros envolvendo diversas instâncias do poder.

Mas a ação seria severa em relação aos traficantes, tanto em alto mar como no desembarque. Seriam julgados pela auditoria da Marinha, com recurso para o Conselho de Estado. Vários deles foram presos e alguns, quase todos portugueses, foram deportados. Os presidentes de província e chefes de polícia foram envolvidos na ação repressiva. A luta prolongou-se até 1855, quando houve, em Pernambuco, a última tentativa de desembarque de escravos, severamente reprimida pelo governo. (Carvalho, 1988: 55).

Além da nova legislação proibitiva, o tráfico interprovincial realizado com as províncias mais produtivas localizadas no Sudeste, plantadoras de café, voltado para o mercado externo e que necessitavam cada vez mais de mão de obra tornou a região Nordeste com suas constantes crises na lavoura um grande fornecedor. Viveiros (1992a) identifica a década de 1840 como o início deste comércio no Maranhão, que perduraria até o fim da escravidão em 1888 em crescente movimento¹⁸. Em 1860, o presidente de província calculava em mais de cinco mil escravos vendidos a outras províncias entre 1853 e aquele ano (Souza, 1860). O número era certamente maior, pois não havia controle rigoroso sobre esse comércio.

Essa mão de obra tão necessária para movimentar a grande plantação de algodão e mais tarde de açúcar no Maranhão foi alvo de intensos debates no sentido de promover sua substituição devido à sua diminuição, sendo a mão de obra livre a alternativa, considerando-se, inicialmente, os estrangeiros e, posteriormente, os trabalhadores nacionais fugitivos das secas que assolaram o Nordeste a partir do final da década de 1870, temas que discutiremos oportunamente no capítulo III.

¹⁷ Podemos acrescentar como outros motivos, as manumissões, o movimento abolicionista e a Balaiada (1838-1841), que desorganizou a lavoura e teve a participação de escravos.

¹⁸ A exceção foi o período da Guerra da Secessão, quando o algodão alcançou novamente preço atrativo aos produtores que necessitavam de mão de obra para aumentar sua produção (Mesquita, 1987).

Esse significativo decréscimo da população escrava na província, segundo autoridades e uma historiografia tradicional, era um dos principais vetores da decadência, por outro lado, Regina Faria (2001: 35) observa que:

não houve êxodo populacional e o número de habitantes continuou crescendo; novas áreas foram conquistadas aos índios, avançando as fronteiras agrícolas e pecuárias; e outras atividades econômicas foram implementadas. Em suma, a economia do Maranhão como um todo não estava em uma involução progressiva por todo o século XIX, como defendem os contemporâneos, fazendo acreditar que a abolição foi o ápice desse processo.

Como a mesma autora coloca, não é uma questão de negar a defasagem econômica do Maranhão, já que o Nordeste estava à margem do processo de acumulação se comparado às províncias do Sudeste desde o final da primeira metade do século XIX, mas de reafirmar que não existia uma decadência ou crise permanente, e sim crises ao longo do século XIX (Faria, 2001). A inexistência de estudos que apontam o PIB, por habitante das províncias no período, nos impede de fazer uma comparação no âmbito dessa questão.

Se nos concentramos na agricultura, veremos que as terras que foram sendo desocupadas pela grande lavoura voltada ao mercado exterior, durante as crises ganhavam nova função, voltando-se à pequena produção vinculada ao mercado interno, abastecendo a província com gêneros diversos, inclusive o algodão. Essas terras desocupadas ou mesmo dadas em garantia ao financiamento da lavoura pelo comércio foram repartidas e reativadas como pequenas unidades produtoras, arrendadas por seus proprietários a moradores e retirantes das secas que assolaram o Nordeste entre 1875 e 1878 (Mesquita, 1987).

Em outra frente, terras então ocupadas pelos índios passam a despertar o interesse do Estado no final da primeira metade do século XIX, dilatando a fronteira agrícola da província e controlando o nativo na tentativa de fazê-lo produtivo por meios coercitivos.

Em meio a lutas e conflitos pela conquista do território da então província do Maranhão, o Estado avança sobre o território indígena, deslocando fronteiras e instituindo outras práticas sociais do espaço, mediante à instalação de Diretorias Parciais e Colônias voltadas para a disciplina e incorporação do indígena como possível mão de obra num projeto de civilização envolvendo leigos e religiosos (Ferreira, 2015: 47).

Esses espaços ocupados pelos indígenas passaram de suas mãos para fazendeiros em busca de terras produtivas, como esclarece o presidente de província Eduardo Olympio Machado em 1853:

O alto Mearim era, há quinze anos, desconhecido, ou antes, era propriedade de ferozes tribos de índios selvagens, os quais, cedendo passo à civilização, emigraram para as margens do Grajaú e para os sertões da Chapada e Pastos Bons. De então para cá, tem sua lavoura tomado rápido e extraordinário incremento. A fertilidade do território do Alto Mearim, todo coberto de matas virgens, tem atraído boa parte dos fazendeiros do Itapecuru e de outros distritos. A propriedade de suas terras para a cultura de cana, do arroz e de outros gêneros, só encontra rival nas melhores dos centros de Codó e Coroatá. Existem, atualmente, no Alto Mearim, mais de seiscentas fazendas (Machado, 1853: 27).

Essa mesma região, décadas depois, abrigaria os fugitivos das secas já mencionadas, vindos do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, que buscavam melhores condições de vida, já que o Maranhão havia sido menos atingido. Através das Comissões de Socorro o governo alimentava, abrigava, tratava e fundava frentes de trabalho em obras públicas e em fazendas privadas. Sua chegada à província era estimulada pelos governos provinciais, que pagavam suas passagens pelo medo das multidões famintas e ociosas, que a exemplo do Ceará, que enchiam as ruas da capital Fortaleza.

Mas se o século XIX é marcado pelos altos e baixos na economia, ainda no início do mesmo, o Maranhão configurava como uma das províncias que mais acumulavam receitas no Brasil, ficando atrás somente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, demonstrando sua opulência em detrimento de províncias que mais tarde passariam a se estabelecer como expoentes do desenvolvimento no Brasil, a exemplo de São Paulo. A produção de algodão era o motor das receitas e quem bancava as altas despesas criadas pelas demandas de uma província em ascensão.

Tabela 5 - Receitas e despesas das províncias (1823) e população em 1819¹⁹

PROVÍNCIA	RECEITAS	DESPEASAS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO LIVRE
Pará	332.972\$808	312:186\$519	123.901	90.901
Maranhão	767:837\$338	749:523\$746	200.000	66.668
Piauí	72:558\$037	58:686\$929	60.726	48.321
Ceará	138:784\$437	104:749\$640	201.170	145.731
Rio Grande do Norte	42:222\$235	39:262\$266	70.921	61.812
Paraíba	247:711\$203	217:220\$059	96.448	79.725
Pernambuco	1.436:726\$265	1.321:060\$718	373.465	273.832
Alagoas	123:444\$795	114:614\$586	111.973	69.094
Sergipe	34:447\$127	32:242\$384	114.996	88.783
Bahia	1.644:413\$934	1.595:872\$207	477.912	330.649
Espírito Santo	17:726\$994	66:000\$000	72.845	52.573
Rio de Janeiro	6.580:112\$166	6.336:748\$216	510.000	363.940
São Paulo	279:778\$445	265:174\$889	238.232	160.656
Santa Catarina	29:203\$941	107:524\$580	44.031	34.859
Rio Grande do Sul	530:816\$392	434:414\$750	92.180	63.297
Cisplatina	456:676\$310	437:414\$750	-----	-----
Goiás	56:676\$310	54:833\$546	63.168	36.368
Mato Grosso	117:530\$000	116:971\$720	37.396	23.216

Fonte: Roberto Simonsen (2005: 539), Jalila Ribeiro (1990: 57)

¹⁹ A população total e livre é considerada a do Rio de Janeiro e da Corte.

Se analisarmos por outro viés, a *renda per capita*, o Maranhão aparecia em quarto lugar, ficando atrás neste ano (1823) somente do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, confirmando sua importância econômica no cenário brasileiro.

Essa posição privilegiada de uma das províncias que mais arrecadava, durou, ao que parece, até a década de 1830, quando os reclames dos presidentes de província em relação à falta ou poucos recursos aparecem constantemente em seus relatórios e falas, apontando para o esgotamento das receitas superiores às despesas, ainda que esporadicamente um ou outro registrasse situação favorável. Em 1838, o presidente da província, Vicente Tomas Camargo, em seu discurso na abertura da assembleia provincial, apontava para um déficit nas contas de 83:054\$760 e reclamava da desorganização do sistema de arrecadação de imposto (Camargo, 1838).

No ano seguinte, outro presidente, Manoel Felisardo de Sousa e Mello, admitia a pouca renda para resolver problemas referentes a polícia, saúde e para contratar um cirurgião para aplicar vacinas. Manoel Felisardo listava as inúmeras necessidades da província, como água potável, a pouca quantidade e a qualidade das fontes da capital e do interior; A limpeza dos rios, a exemplo da Itapecurú; A construção de estradas, pois as cidades eram mal servidas, prejudicando a entrada e saída de produtos e necessidade de melhorar a navegação (Mello, 1839).

Em 1840, o Coronel Luiz Alves de Lima, presidente da província, iniciava seu relatório anunciando os poucos recursos de que a província dispunha e mencionava a necessidade de reforma dos hospitais e do pagamento de serviços já executados, porém não tinha dinheiro para isso. Lima demonstrava receita de 277:224\$425 e despesas de 287:254\$020, podendo a diferença ser maior, segundo o próprio presidente (Lima, 1840). A débil contabilidade daqueles anos tinha forte influência da Revolta da Balaiada, iniciada em 1838, e que devido aos ataques às fazendas e à participação de escravos, desagregou parte da lavoura da província, prejudicando a produção e a exportação.

O fim da revolta não garantiu o retorno de maiores receitas por parte da província, pois apesar do ano financeiro de 1840-1841 ter tido uma pequena sobra entre arrecadações e despesas, no valor de 2:662\$835, no ano seguinte houve mais uma vez déficit (Mello, 1843).

Os discursos dessas autoridades eram sempre marcados pela falta de dinheiro, traçando um cenário pouco estimulante e muitas vezes desolador sobre a província, como o feito pelo presidente Herculano Penna em 1849.

Do que fica succintamente exposto conclue-se que o estado actual do commercio da província não é prospero, antes acha-se em extremo abatido, como todos observão, e sentem, e quanto á industria é

também certo que esta ainda mui pouco desenvolvida, pois que nenhuma fabrica se tem estabelecido em ponto grande á não serem as de sabão, arroz, de que já tendes noticia (Penna, 1849: 42).

Essa dificuldade na arrecadação, e conseqüentemente, de realizar obras, não era uma característica exclusiva do Maranhão no século XIX, pois entre os anos de 1840 e 1889 André Villela (2007) levantou 839 balanços (receitas e despesas) das vinte províncias existentes no Brasil, constatando déficit em 421 (50,2%). O próprio governo central nesse período só arrecadou mais que gastou em seis ocasiões (1845-46, 1846-47, 1852-53, 1856-57, 1871-72, 1888), sanando o problema com empréstimos e emissão de moeda.

O governo provincial do Maranhão, algumas vezes, também recorreu a empréstimos, já que não podia emitir moeda. O orçamento do ano financeiro 1854-1855 apontava para um déficit, pois as receitas eram estimadas em 229.900\$000 e as despesas em 301:833\$850 (Machado, 1853). Nos dois anos financeiros seguintes houve saldos, mas baseados em empréstimos, provavelmente por conta do projeto de colonização do presidente de província e da construção do Canal do Arapapai (Machado, 1857)²⁰. Esse expediente foi bastante utilizado pelas províncias que, devido «dificuldades para expandir a sua base de arrecadação, restavam às províncias duas alternativas, não excludentes entre si: endividar-se e contar com repasses de recursos do governo central. No primeiro caso, o endividamento do conjunto das 20 províncias do império chegou a 36 mil contos em 1877, atingindo 61,8 mil contos em 1887» (Villela, 2007: 252).

Como os empréstimos não podiam ser tomados todos os anos ou a cada necessidade, novos déficits surgiam, como em 1858-59, de mais de 49:000\$000 (Barreto, 1859). Para 1862-63 houve um déficit de 58:244\$994 e no ano fiscal seguinte novo saldo negativo, desta vez de 90:908\$638 (Mello, 1862).

Em 1860, a autoridade governamental admitia que a província não poderia dispor de dinheiro naquele momento para fazer reformas e construções no interior da região e em outro trecho, quando tratava da companhia de águas, informava que, «em vista da falta de dinheiro nos cofres provinciais [...] [determinou] que fossem vendidas todas as ações da companhia de navegação maranhense [...]» (Souza, 1860: 40).

Pior ainda era a descrição elaborada pelo presidente Luiz Vasconcellos (1880: 50), quando afirmava que:

não há na província uma única obra pública em construção por ela custeada

²⁰ O canal de Arapapai foi pensando ainda no final do século XVIII e tinha como objetivo facilitar a navegação do interior com a capital, pois contornaria o “Boqueirão”, famoso por naufragar embarcações, mas também diminuiria a distância entre os pontos de saída das embarcações e o porto de São Luís. Apesar das diversas tentativas, nunca foi concluído.

Arruinam-se os próprios da província, alguns dos quaes são doações filhas do patriotismo, ou amor que tem o Maranhão inspirado a alguns dos seus filhos ou habitantes.
Desapparecem as estradas, difficultando o transporte, desanimando e encarecendo a criação e cultura dos nossos ricos sertões
Obstruem-se os rios navegáveis
É mal remunerado o funcionalismo, que é de uma dedicação e moralidade digna de imitadores
Esta nas piores condições a instrução pública primária.

A dramática descrição continua mencionando as péssimas estruturas de escolas, igrejas, cadeias e da assembleia. A justificativa para tamanha calamidade estava na falta de recurso, como explicou outro presidente de província, em 1884, justificando que não via alternativa para reverter a situação a não ser aumentar impostos (Andrade, 1884).

Esse problema nas contas públicas não conseguia arrecadar mais do que gastava refletia na população. Não é possível mensurarmos a renda *per capita* do Maranhão no século XIX a partir de dados já tabulados; mas, segundo Nathaniel Leff (1972: 53) é provável que tenha havido um declínio no Nordeste como um todo devido a seu modesto desempenho econômico: «A região cafeeira do Sudeste experimentou progresso econômico considerável. A grande região Nordeste, porém, teve um mal desempenho e por certo apresentou declínio nos níveis de renda *per capita*». Marcelo Abreu e Luiz Lago (2010: 5) vão no mesmo sentido, confirmando a desconfiança de Nathaniel Leff (1972): «O Nordeste deve ter apresentado taxa de crescimento próximo a zero ou ligeiramente negativa entre 1822 e 1850, algum crescimento entre 1850 e o início dos anos 1870, e taxa provavelmente negativa entre 1875 e 1889»²¹. Numa outra perspectiva, trabalhando com a arrecadação *per capita*, André Villela (2007) demonstra que esta (a preços de 1870) diferiu muito entre as regiões: no Sul, de 9\$300, em 1854, ela subiu a 14\$800, em 1872, recuando para 13\$000, em 1889; no Norte, nos mesmos anos, ela passou de 4\$800 para 7\$700, caindo para 4\$900 em 1889.

No meio de tantas descrições negativas nos relatórios, mensagens e falas dos presidentes de província, surgiam vez por outras autoridades com expectativas de melhora, especialmente a partir do final do século XIX até a primeira década do XX, como em 1892, quando Manoel Vieira (1892: 7) relatava que:

reduzido à lei, o orçamento da receita e despesa do Estado para vigorar no exercício de 1893, e posto em execução, bem como os regulamentos que a ele se prende, é minha convicção que hão de melhorar sensivelmente as rendas do Estado, de modo a fazer face às suas despesas ordinárias.
O Maranhão, que há dous annos a esta parte tendia a abater-se pela decadência profunda que com grande pesar era por todos notada, acha-se pelo contrario, prometendo hoje futuro auspicioso, graças a iniciativa particular; movida com os proprios recursos.

Manoel Vieira (1892: 8) se referia à construção do parque fabril, quando indústrias têxteis estavam sendo erguidas na capital, mas também em cidades como Caxias e Codó,

²¹ Versão preliminar do capítulo 1 de nova edição do livro *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*, organizado por Marcelo de Abreu Paiva (2014) e publicado pela primeira vez em 1989, pela Editora Campus.

prometendo «um brilhante futuro ao Maranhão em tempo não mui remoto e que o colocará no melhor pé de prosperidade para competir em civilização e progresso com os Estados mais adiantados da União». A expectativa para o ano seguinte era de uma receita de 1.496:564\$730, contra uma despesa de 1.472:162\$872. Já em 1896, havia uma previsão de receita de 1.551:264\$730, permitindo um superávit de 4:879\$720 (Vieira Júnior, 1895). Em 1900 outra boa notícia, o governador anunciava: «com efeito, parece que não me enganei porque o movimento crescente que se observa dia para dia nas rendas do Thesouro accentuou-se de um modo positivo no anno que findou accusando a demonstração de um saldo de 432:790\$998 [...]» (Costa, 1900: 13).

Tabela 6 - Déficits e superávits entre arrecadação e despesas da província do Maranhão

Ano fiscal	Déficit	Superávit
1840	10:029\$595	
1840/41		2:662\$835
1854/55	71:933\$850	
1858/59	49:000\$000	
1862/63	58:244\$994	
1863/64	90:908\$638	
1893		24:401\$858
1896		4:879\$720

Fonte: Luiz Lima (1840), Jeronimo Mello (1843), Eduardo Machado (1853), José Barreto (1859), Antonio Mello (1862) e Casimiro Vieira Júnior (1895).

A inexistência de índice geral de preços e deflação limitam as conclusões para uma duração mais longa, mas podemos supor que houve uma melhora nas contas do estado, pois coincidia com a construção e com o período áureo do parque fabril mencionado anteriormente, pois o capital outrora investido em terras, escravos e no comércio ganhou novos rumos diante das crises das lavouras voltadas ao mercado externo e o fim da escravidão, sendo no final do século XIX a indústria o caminho para preservá-lo e reproduzi-lo. Raimundo Feitosa (1998: 48) afirma que, entre 1875 e 1900, a «apropriação de lucros tenha se manifestado positivamente no setor têxtil da economia maranhense, aproveitando-se do isolamento a que a economia local encontrava-se submetida em relação às demais macrorregiões brasileiras [...]».

A partir de 1883, quando foi fundada a primeira indústria têxtil do Maranhão, na cidade de Caxias, iniciou-se um fenômeno batizado por Jerônimo Viveiros (1992b) de “loucura

industrial” e por Fran Paxeco de “desenteria fabriqueira”, que consistiu na abertura de inúmeras fábricas na província/estado. A “loucura industrial” não se restringiu ao ramo de tecidos e se espalhou por outros setores, sendo criadas indústrias de fósforos, bebidas, pesca, panificação, entre outras, apesar de muitas não terem saído do papel, falindo antes mesmo de abrirem as portas. Nesses estabelecimentos de “papel”, mas também nos que conseguiram funcionar, através de Sociedades Anônimas, foi possível a injeção de recursos não somente de grandes capitalistas, mas de pessoas comuns que acreditavam estar ali a melhor opção para investir suas economias de anos e que muitas vezes se mostraram frustrantes (Corrêa, 2006). Jerônimo Viveiros (1992b) chega a afirmar que o capital aplicado nos diversos empreendimentos abertos no final do século XIX foi de aproximadamente 20: 226.160\$000, muito além das possibilidades do estado. O Maranhão, segundo o mesmo autor, teria sido em 1895 o segundo estado com maior número de fábricas, com 16, perdendo somente para Minas Gerais, com 37²².

O *boom* “fabriqueiro” teve curta duração, entrando em decadência no início do século XX, aprofundada a partir de 1930, “ao ponto de praticamente desaparecer no início dos anos 60 no nosso século XX” (Feitosa, 1998: 48), sendo as fábricas de tecidos vencidas pela concorrência de outros estados que ofereciam melhores preços e qualidade.

Enquanto a agroexportação de algodão ou açúcar e as fábricas definhavam, outro ramo de negócios passou a oferecer maiores vantagens ao capital, a amêndoa do babaçu²³, inicialmente beneficiada fora do Maranhão, deu novo fôlego ao comércio e às finanças do governo. A exportação desse produto iniciou-se em 1912 com 588 quilos, saltando para 5.603 toneladas em 1919 e em 1930 chegou a 19.764. Junto ao algodão, representavam 64% das exportações do estado (Gomes citado por Lima, 1981).

O algodão e os tecidos também voltaram a animar a economia local, mesmo que brevemente, pois nas primeiras décadas do século XX, por conta da primeira Guerra Mundial, possibilitando a recomposição das finanças do estado e dos empresários. Os anos que se seguiram até 1935 foram de penúria, com «taxas medíocres de expansão», só voltando a apresentar resultados positivos com a segunda guerra mundial, quando mais uma vez o babaçu, o algodão e os tecidos alcançaram preços favoráveis no mercado internacional (Tribuzzi, 2011: 50). A agricultura pouco desenvolvida, voltada para subsistência e a manutenção da grande propriedade com mão de obra desqualificada, somada a uma indústria incapaz de se reinventar e modernizar, tornou o estado dependente das flutuações dos preços

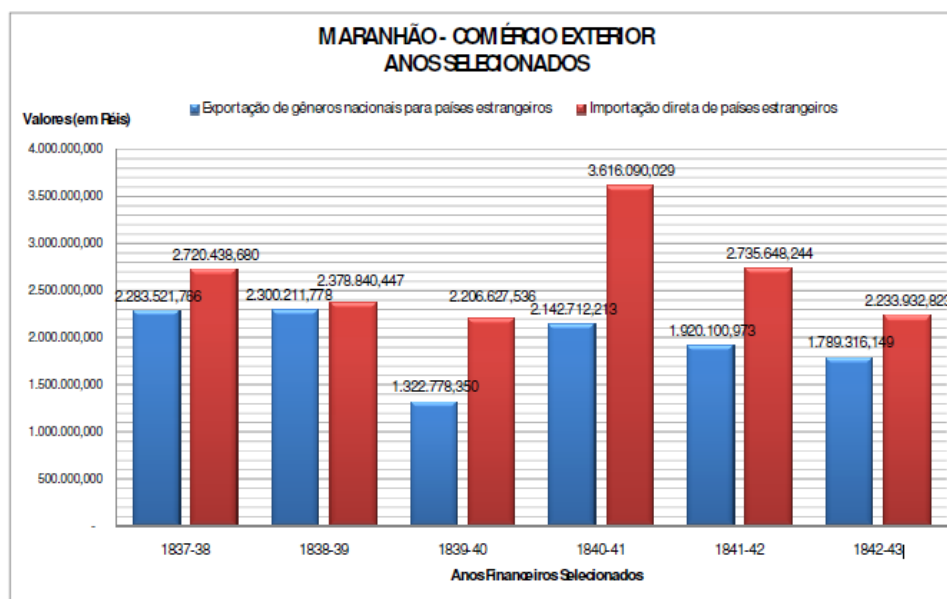
²² O autor contabiliza bancos, empresas de serviço público, indústrias têxteis, fábricas de calçados, roupas, chumbo, etc.

²³ Extraído de uma palmeira muito comum no interior do Maranhão. Não havia necessidade de plantio, logo era uma atividade extrativista.

internacionais de alguns produtos, deixando o Maranhão entre os piores estados do Brasil, do ponto de vista econômico e social.

A situação econômica deficitária das províncias do Nordeste estava em grande medida relacionada a um maior nível de importação comparado às exportações, principais formas de arrecadação. No caso do Maranhão, entre os anos de 1837 e 1860, a província só conseguiu vender mais do que comprar entre os anos de 1845-47, mantendo essa situação depois de 1860 até 1871-72, estimulado, neste último caso, pelas compras de algodão realizadas pela Inglaterra devido à Guerra de Secessão americana, que cortou os suprimentos às indústrias daquele país²⁴. Se olharmos para o comércio interprovincial, o Maranhão estava em situação mais delicada ainda, não alcançando superávit em nenhum ano entre 1849-56 e 1860-79 (Paula e Silva, 2009)²⁵. Apesar dos superávits no comércio internacional entre 1845 e 1847, os valores de exportação não ultrapassaram os 2.770.628, 246 réis até 1861-62, para a partir daí crescer, chegando 7.247.592,420 em 1866-67e voltar ao nível anterior em 1877-78.

Gráfico 1 - Comércio exterior do Maranhão (1837-1843)

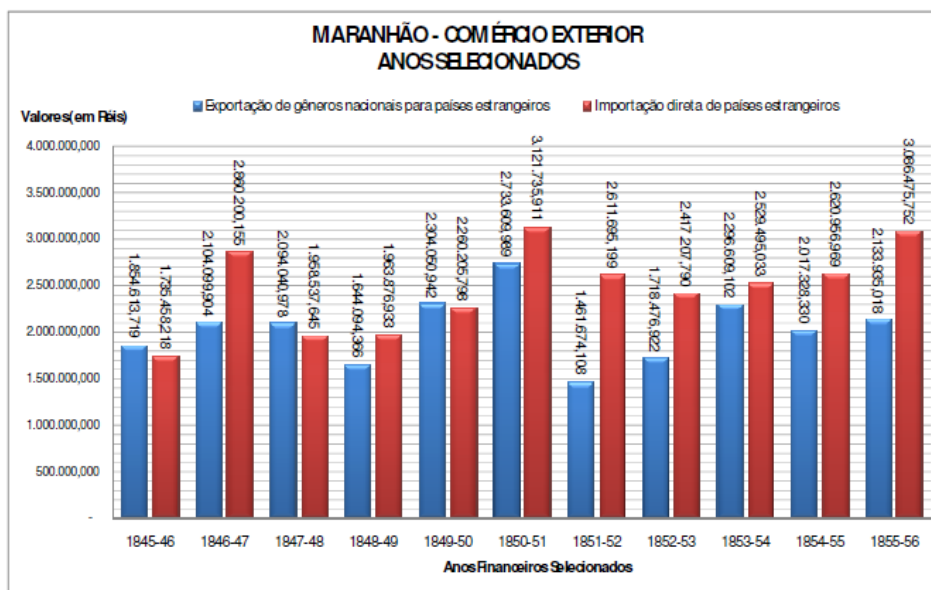


Fonte: Imagem de Ricardo Paula e Mario Silva (2009: 1434)

²⁴ O economista Bandeira Tribuzzi em *Formação econômica do Maranhão*, publicado pela primeira vez em 1981, apresenta dados diferentes de Ricardo Paula e Mario Silva (2009), onde aparecem com mais frequência saldos da balança comercial. Sua tabela deixa escapar alguns anos, como entre 1820 - 1840, 1856 - 1862, 1865 - 1871 e 1872 - 1911, além de não identificar suas fontes, que segundo o economista Lino raposo, responsável pela revisão e produção de notas explicativas da edição de 2001, parte delas (1812-1820, 1854-1855 e 1863-64) teria sido copiada do Dicionário Histórico Geográfico do Maranhão, de autoria do médico César Marques, editado em 1870 e reeditado em 1970. O restante dos dados, que vão até 1952, com alguns intervalos, pode ter origem em anuários estatísticos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

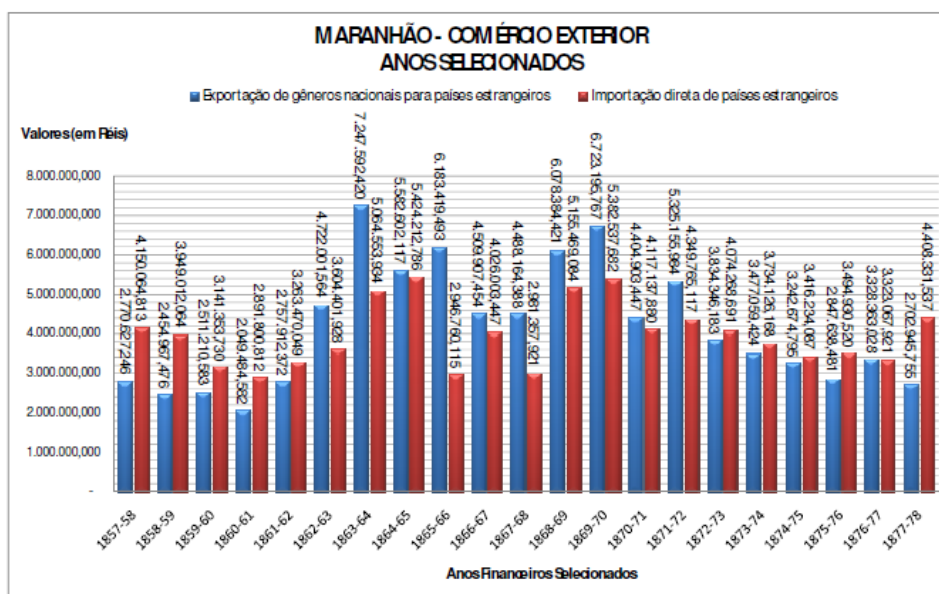
²⁵ Não há dados para o intervalo 1857 a 1859.

Gráfico 2 - Comércio exterior do Maranhão (1845-1856)



Fonte: Imagem de Ricardo Paula e Mario Silva (2009: 135)

Gráfico 3 - Comércio exterior do Maranhão (1858-1878)



Fonte: Imagem de Ricardo Paula e Mario Silva (2009: 135)

Esse aumento e decréscimo da produção refletia-se no comércio, principal atividade dos portugueses, possibilitando o enriquecimento de muito nos bons momentos e a ruína de outros em tempos de crise. O comércio, responsável pela compra desses produtos, a venda ao

exterior e seu financiamento, sentia seus efeitos, mas sobrevivia às agruras causando preocupação nas autoridades consulares de Portugal no Maranhão.

A descrição feita pelos cônsules portugueses do Maranhão é semelhante à dos administradores das províncias, de intelectuais e jornalistas, a de uma província em crise. Augusto Faria, em 1859, escrevendo ao MNE, afirmava que mesmo sem ter mapas de anos anteriores sabia por experiência e por ouvir dizer de outros que o comércio da província “continuava em progressiva decadência” e reproduzia o motivo defendido por muitos naqueles anos: a falta de braços para a agricultura (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 12/02/1859, Augusto Faria). Outra autoridade consular, o vice-cônsul David Azevedo, quase vinte anos depois escrevia que tanto a agricultura como o comércio estavam sendo aniquilados, e o motivo ainda era o mesmo.

A ideia de decadência e crise vinculada à falta de escravos continuou presente no imaginário dos portugueses vinculados ao consulado no século XX, como foi o caso de cônsul Fran Paxeco, que em 1912, respondendo ao inquérito da SGL, afirmava que «o Maranhão, que era, há 30 anos, o grande empório mercantil da região setentrional d’este paiz, decaiu muito, notadamente após o 13 de maio de 1888, que eliminou o braço escravo» (Paxeco, 1912: 171).

O comércio, por sua forte relação com a agricultura, era atingido pelos mesmos efeitos, pois a queda no preço dos produtos exportados, como algodão, açúcar e arroz, agia sobre ambos os ramos da economia, assim como a subida da cotação dos mesmos produtos no mercado exterior, mas outros fatores, como já mencionamos, desestabilizaram o comércio, a *Balaiada*, segundo o vice-cônsul Antônio Aires de Carvalho, havia deixado a província sem recursos para combater os revoltosos, pois pouco arrecadava diante da estagnação do comércio (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 10/05/1839, Antonio Aires de Carvalho). Em 1840, ainda durante a *Balaiada*, outro vice-cônsul voltava ao tema e repetindo a avaliação do seu antecessor descrevia o comércio como aniquilado (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 18/03/1840, Joze Caetano Gonçalves)²⁶.

Mas se o comércio com todos os problemas que enfrentou durante o século XIX e nas primeiras décadas do XX com o desgaste do parque fabril continuava dando lucro e fazendo fortunas, os portugueses parecem ter conseguido um desempenho melhor que os

²⁶ Outro cônsul indicava o derrame de notas falsas no mercado como fator de desestabilização do comércio. Viveiros (1992) aponta o uso excessivo de debentures como outro motivo para o fraco desempenho do comércio no final do século XIX.

nacionais, pelo menos na ótica do cônsul português que escrevia ao MNE informando que a queda no preço do algodão, assim como a Guerra do Paraguai, estava «causando graves transtornos ao comércio desta província dando em resultado a quebra de algumas casas. Felizmente entre estas não se conta nenhuma portuguesa» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 19/12/1867, Joze Corrêa Loreiro). Essa maior facilidade em driblar as crises, ao menos em alguns momentos, pode estar relacionado a uma tradição comercial que remonta ao período colonial; mas também às fortes relações comerciais entre Portugal e Brasil, como informava o recém-empossado cônsul Augusto de Faria, em relatório sobre as falências nas praças estrangeiras e brasileiras – devido às más colheitas – e que entre a da capital maranhense e a de Portugal «pouca ou nenhuma diferença tem isso causado, pois cessou quase a exportação do arroz, tem por outro lado aumentado ultimamente a do algodão [...]» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 31/06/1858, Augusto Faria).

Francisco Mesquita (1987) traz dados que vão nesse sentido quando diz que em 1862 existiam dez casas exportadoras de algodão inglesas e doze portuguesas e no ano seguinte, duas casas inglesas e dez portugueses, ainda que as primeiras exportassem 50,11% e as segundas 49,89%²⁷. Além disso, o Tribunal de Comércio do Maranhão registrava 62 negociantes portugueses matriculados contra 52 brasileiros, enquanto os ingleses somavam somente 3 na mesma década (Marques, 1876).

Se compararmos o Maranhão a outras províncias, como a Bahia, Ceará e Pará, percebe-se que o déficit na balança comercial não era um problema da província especificamente, pois as outras também mantinham situação semelhante, como conclui Ricardo Paula (2012: 26):

A tendência comum a todas as províncias representadas no século XIX é uma tendência deficitária no confronto do saldo de exportação com o saldo de importação, resultando no saldo líquido negativo. Algumas vezes isso não representava apenas um déficit nas exportações; acontecia por vezes de, apesar de uma província auferir um bom valor nas exportações esta não era capaz de cobrir os gastos com importações, que aumentavam ao mesmo passo ou em maior proporção, por conta de vários fatores, como o aumento do consumo de produtos estrangeiros, por exemplo.

Para o mesmo autor, a tendência deficitária dessas províncias estava relacionada a alguns fatores, tais como:

[...] a) *a sujeição ao mercado e concorrência internacional* – isso se mostra claro para todas as províncias, visto que a produção voltava-se predominantemente ao mercado externo; os melhores exemplos provavelmente são o da produção de algodão no Maranhão e os ciclos do Cacau e da Borracha no Pará; b) *dificuldades relativas ao investimento na produção e na indústria* – isso pode ser bem observado no caso do Ceará, que apenas apresentou crescimento na produção agrícola e pecuária

²⁷ A drástica diminuição do número das casas inglesas não teria relação com crise, segundo o autor, mas com uma estratégia de fazer parecer que a Inglaterra não precisa mais tanto do algodão como antes (Mesquita, 1987).

quando fez-se presente o estímulo estatal; c) a própria natureza da atividade comercial das províncias – não houve uma busca efetiva de realizar uma substituição na pauta de exportações; como resultado, exportava-se matéria-prima e importava-se produtos industrializados dos parceiros estrangeiros, o que por motivos lógicos conduz a uma tendência deficitária (Paula, 2012: 26).

Em 1913, a representação do Maranhão nas exportações do Brasil era insignificante, ficando em 1%, ocupando a décima primeira posição, já superado pelo Ceará, que no século XIX ficava em posição muito inferior nas exportações.

Tabela 7 - Exportação dos estados em contos de réis e percentual (1913)

Estado	Valor (em contos de réis)	Percentual
Amazonas	78.374	7,98%
Pará	74.725	7,61%
Maranhão	9.887	1,00%
Piauí	98	0,01%
Ceará	12.287	1,25%
Rio Grande do Norte	6.210	0,63%
Paraíba	11.902	1,21%
Pernambuco	19.570	1,99%
Alagoas	4.879	0,49%
Sergipe	197	0,02%
Bahia	61.812	6,29%
Espírito Santo	20.072	2,04%
Rio de Janeiro	119.509	12,17%
São Paulo	490.279	49,93%
Paraná	32.377	3,29%
Santa Catarina	4.203	0,42%
Rio Grande do Sul	29.986	3,05%
Mato Grosso	5.400	0,55%
Total	981.767	100%

Fonte: Imagem de Ivaldo Macieira Neto e Ricardo Paula (2012: 46)

As importações e exportações, assim como outras atividades econômicas, geravam recursos às províncias através da cobrança de impostos, sendo que parte desses era obrigatoriamente repassada ao governo imperial. Ao longo da segunda metade do século XIX, a região Sul contribuiu com mais de 60% das receitas do governo central, demonstrando a pujança de sua economia em detrimento do Norte. Entre 1852 e 1889, o Sul transferiu liquidamente 74,5 contos (a preço de 1870) ao governo imperial e o Norte 19,3, porém, «as transferências líquidas realizadas pelo Sul para o governo central somaram 3,3% das receitas arrecadadas naquela região, ao passo que a contribuição líquida das províncias do Norte equivale a 11% das receitas centrais ali coletadas» (Villela, 2007: 264). Em termos práticos isso significa dizer que as províncias mais pobres eram as mais sacrificadas, contribuindo assim para a manutenção das diferenças entre as duas regiões.

A perda de poder econômico do Norte, ou mais especificamente do Nordeste, diante do Sudeste é identificada por Nathaniel Leff (1972) na década de 1850, quando os níveis de renda *per capita* no segundo eram mais altos que no primeiro. Para o autor, parte da explicação está relacionada a uma taxa de câmbio favorável somente ao café – largamente produzido no Sudeste, onde as terras eram mais apropriadas a esse tipo de lavoura – prejudicando assim os produtores de açúcar e algodão do Nordeste. A princípio todos esses gozavam da mesma taxa de câmbio, mas à proporção que a exportação do café foi crescendo na pauta das exportações, este passou a ser privilegiado no conjunto dos produtos negociados no exterior.

Como reflexo da vantagem comparativa mais forte do Brasil no café, a taxa de câmbio implícita de esterlinos/mil réis (o valor esterlino dos fatores domésticos necessários para produzir uma unidade de divisas estrangeiras) era mais alta para o café que para o açúcar ou algodão. Expresso em outros termos, o café brasileiro podia ser exportado a preços de mercado internacional com uma taxa de câmbio esterlino/mil réis inferior a que possibilitava a exportação do açúcar ou algodão. Portanto, à medida que as exportações do café cresciam para dominar o mercado exterior do Brasil, a taxa de câmbio refletia crescentemente o peso do café e suas pressões para a valorização cambial (Leff, 1972: 16).

O café, desde a década de 1820, já aparecia como um dos mais importantes produtos de exportação, superando seus concorrentes nas décadas seguintes, o que significou menos recursos às províncias do Norte.

Tabela 8 - Participação do algodão, açúcar e café na receita brasileira total de exportação

Produto	1821-23	1871-73	1912-14
Algodão	25,8	16,6	2,9
Açúcar	23,1	12,3	0,3
Café	18,7	50,2	60,4

Fonte: Nathaniel Leff (1972: 6)

Se não bastassem essas desvantagens, a região Norte recebeu durante 1840 e 1889 menos recursos do governo central: «Em termos regionais, as despesas brutas foram majoritariamente realizadas na região Sul (68,8%, em média entre 1840 e 1889), ficando o Norte com 16% e Londres com os restantes 15,2% em igual período» (Villela, 2007: 257)²⁸.

Outro fator que certamente prejudicou as contas públicas da província foi a mudança na cobrança dos impostos, pois até 1830, o algodão era sobre taxado, ficando a partir desse momento no mesmo nível dos outros produtos. Se considerarmos que o algodão era o

²⁸ Os gastos em Londres eram com pagamentos de dívida, compra de máquinas, etc.

principal produto de exportação, deduz-se a diminuição da arrecadação. A título de exemplo, sabemos que em 1820, 53,8% das rendas da província eram oriundas da exportação e em 1828, representava 28,8 %.

Para piorar, com a Lei do Orçamento de 10 de outubro de 1832, os tributos sobre exportação e importação, inclusive o dízimo sobre o algodão, passaram para o governo central, restando apenas impostos de pouca importância econômica para as províncias. A Lei de 31 de setembro de 1835 apesar de deixar os dízimos para as províncias, mesmo sendo arrecadados pelo governo central, não resolvia o problema, pois em 1836 o imposto decresce de 10% para 6% e 1843, durante a crise do algodão, os produtores, que dominavam a assembleia legislativa maranhense, conseguiram diminuir para 3%, sendo ainda abolidos os dízimos sobre diversos produtos comercializados internamente (Assunção, 2000). Esses golpes na arrecadação deixaram os governos provinciais, como o do Maranhão, desamparados e sem recursos para cobrir despesas e realizar obras necessárias ao bom funcionamento da província, sendo a população pobre a mais prejudicada.

Apesar dos momentos de crise e do decréscimo da economia, a capital e algumas cidades de maior porte, a exemplo de Caixas passaram por mudanças significativas ao longo do século XIX e início do XX, deixando de serem pouco estruturadas com prédios velhos e casas de palha para possuírem construções de palácios e sobrados na parte central; de ser uma economia voltada quase exclusivamente agrária para constituir de um parque fabril; De ser uma capital sem serviços públicos para ter bancos, telefones, energia elétrica, bondes e água e esgoto encanados, ainda que incipientes e limitados a poucos moradores, os mais abastados. Tema que discutiremos ainda neste capítulo.

As tentativas de modernização da Província/Estado

As constantes crises vividas pelo Maranhão não o impediram em alguns momentos de tentar modernizar-se, de reproduzir os acontecimentos que se assistia em outras regiões do Brasil, como a instalação de equipamentos urbanos, a constituição de fábricas e de se enquadrar no discurso de progresso e civilidade tão caros à segunda metade do século XIX e início do XX no Brasil.

Quando Raimundo Gaioso (1970) descreveu o Maranhão em 1813²⁹ suas principais povoações eram a cidade de São Luís, a vila de Alcântara e a ribeira do Itapecuru. São Luís,

²⁹ Raimundo Gaioso faleceu em 1813 e sua esposa mandou editar a obra em 1818, sendo reeditada em 1970.

segundo o lavrador, era dividido em dois bairros: Nossa Senhora da Vitória e Nossa Senhora da Conceição. O primeiro, o mais povoado, tinha «muitos sofríveis edifícios, e com muita comodidade [...] e algumas ruas mal calçadas fazem a sua serventia bastante imcommoda» (1970: 113). A praça do comércio não tinha nada de admirável, a não ser a ponte de pedra e cal e o palácio do governo era um conjunto de casas sem acomodação. Já o outro bairro, era muito extenso, porém com pouca população e muitos terrenos por edificar. Os habitantes nesta época somariam trinta mil almas. Alcântara, segundo o mesmo autor, abrigaria muitos lavradores, com campos de criar e muito gado. Itapecuru, por sua vez, era «a povoação mais importante pelas suas produções, e a mais povoada pela multidão de lavradores, e d'outros que a habitão» (1970: 163).

Bernardo José da Gama, ex-juiz de fora e ouvidor interino, descreveu São Luís também em 1813, destacando as péssimas condições da cidade e a falta de opções de lazer, onde faltava inclusive um teatro³⁰, porém chamava a atenção para a quantidade de edifícios nobres, ainda que destoassem da maior parte das construções. Viajantes que passaram pelo Maranhão, ainda na primeira metade do século XIX, também descrevem as construções da capital. Koster, que o visitou em 1811, achava-o em estado infantil, se comparado a Pernambuco, onde viveu. Para ele, a premissa da pouca instrução geral estava aliada à languidez do espaço urbano e tinha opinião semelhante à de Gama sobre a falta de opções, quando conclui que «o amor pelo jogo pode ser facilmente explicado no pequeno ou nenhum gosto pelas leituras, e as grandes somas de dinheiro reunidas e os raros meios de despendê-las» (Koster, 2002 citado por Galves, 2010b: 36). Johann Spix e Karl von Martius (1981: 269) relataram as ruas de São Luís, em 1819, como irregulares, mal calçadas ou sem calçamento e «as casas sendo de dois ou três pavimentos, são na maioria construídas de grés de cantaria e a apropriada disposição do seu interior corresponde ao exterior sólido, porém inteiramente burguês». Georges Gardner (1972: 56), em fins da década de 1830, notava que as casas «geralmente têm dois andares e sua aparência é mais regular que a das outras cidades».

Se os depoimentos revelam uma cidade pouco estruturada, que deixava muito a desejar em termos de opção de lazer e infraestrutura, por outro lado, anunciavam a partir das observações do precário espaço urbano uma mudança, pelo menos no que correspondia à iniciativa pessoal. A presença de casarões de dois ou três andares, símbolo da riqueza de algumas famílias que fizeram fortuna no comércio e na agricultura chamou a atenção dos que

³⁰ Entre o final do século XVIII e início do XIX, houve três teatros, todos de curta duração, sendo erguido em 1815, pelo português Eleutério Lopes Varella, o que hoje ainda existe, um dos mais antigos do Brasil em funcionamento.

passaram por São Luís. Em grande parte, essas obras eram realizações de fazendeiros e comerciantes endinheirados que ganhavam a vida com a lavoura, a importação de mercadorias industrializadas e exportação de produtos agrícolas, mas também com a venda de produtos em suas lojas na parte central da cidade, sendo que entre eles muitos eram portugueses.

Essa mudança no cenário local é descrita pelo português Garcia de Abranches em seu jornal *Argos da Lei*, quando defende seus patrícios dos ataques de Odorico Mendes, redator do jornal *Censor*, que constantemente os criticava, gerando embates entre os dois jornalistas. No texto, Abranches relata um sonho que Mendes teria tido quando chegou de Coimbra e se surpreendeu com as mudanças na cidade operadas pelos portugueses e que se não fosse por estes, o Maranhão continuaria a ser uma “aldeia Kamecrã” (Galves, 2010b)³¹.

O autor diz que o recém-chegado de Coimbra, deparou-se com inúmeras construções de casas onde nada ou pouca coisa havia anos antes. Caminhando pela cidade, fazia perguntas e outros as respondiam numa conversa imaginária. No largo do Carmo, ele pergunta a alguém sobre uma edificação «tão bonita que parece hum palacete em cujo lugar, quando da qui me auzentei estava huma caza velha de palha com huma tásca de frege moscas» (*Censor Maranhense*, n.º 1, 24/01/1825: 27). O seu interlocutor responde: «aquela caza e a outra que está apegada com ela, também de sobrado, {...}, He de Francisco Coelho Rezende [...]», comerciante estabelecido com venda de fazendas, que dera dez mil cruzados só pelo chão. O dito Coelho era “puçá” e de “vara e covado”³². Continuando a sua caminhada chegava ao Largo do Palácio onde encontrou “uma bela propriedade” e perguntou: «quem é este, que não obstante achar-se ainda em convulsão a máquina política assim mesmo está levantando tão bonito edifício? Elle deve ser animozo. O dono desta obra, me responderão, he hum semipuça esperto como o diabo; tem outras propriedades nesta cidade; He labrador [*sic*] em Guimaranes e também he de vara e côvado» (*Censor Maranhense*, n.º 1, 24/01/1825: 29).

A narrativa segue enumerando outras tantas casas edificadas por «puças e de vara e côvado». Na mesma rua onde estava a casa de Coelho Rezende, outra construção chama atenção do andante, com janelas elegantes e um mirante magnífico, onde antes haviam somente casas velhas, constrói-se a residência de Manoel Domingues Dias. Na Praia Grande, local de grande quantidade de negócios dos portugueses em São Luís, encontrou a casa de

³¹ Kamecrã é uma referência as populações indígenas que habitavam o interior do Maranhão e que representavam perigo à colonização portuguesa. A referência é do Major Francisco de Paula Ribeiro em seu livro *Memórias sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão*, de 1819 (Galves, 2010b).

³² “Puça”, era a maneira como os portugueses eram chamados pejorativamente e “vara e covado” é uma referência aos comerciantes, pois usavam a vara ou o braço, do cotovelo à mão, para medir os panos que vendiam.

Faustino Antonio Rocha, feita em cantaria fina, com varanda larga em meia lua “ao gosto da Corte”. Dias não era de “vara e covado”, pertencia à classe dos “líquidos”, mas era “puçá”. Ainda na Praia Grande, outras edificações de portugueses são encontradas, as duas de Caetano Joze da Cunha e a «excelente caza de dois sobrados e mirante, ainda muito nova» do Comendador Meirelles, que tinha «uma máquina de prédios magníficos em toda a cidade» (Galves, 2010b: 29-30).

O articulista faz questão de deixar claro que muitas outras boas construções realizadas por portugueses envolvidos como comércio existiam na cidade e que se destacavam não somente pela beleza exterior, mas também pelo seu luxo interior, como era o caso da residência do Comandante Meirelles, que havia sido caixeiro, depois negociante, mas que estava fora da cidade devido às perseguições que aconteceram depois da adesão à independência do Brasil. O historiador Jerônimo Viveiros (1992a) menciona a residência de outro português que viveu na mesma época, José Gonçalves da Silva, negociante poderoso, que morava na Quinta das Laranjeiras, Rua Grande. Residência que ocupava grande área e abrigava até uma capela construída pelo negociante.

A literatura também não se furtou em descrever as moradias dos portugueses abastados da capital. Aluísio Azevedo, em *O Mulato*, deixa-nos ver a casa de Manoel Pescada, situada à Rua da Estrela, onde funcionava na parte de debaixo seu comércio e em cima tinha «[...] uma varanda larga e sem forro no teto, deixando ver as ripas e os caibros que sustentavam as telhas, tinha um aspecto mais ou menos pitoresco com sua bela vista sobre o rio Bacanga e suas rótulas pintadas de verde-paris» (Azevedo, 2011: 17). Outro autor que permite adentrarmos no lar de sua personagem é Nascimento de Moraes, em *Vencidos e Degenerados*, quando retrata a casa de João Machado, vulgo “Palitô Queimado”, quitandeiro que vivia dentro do próprio estabelecimento, dormindo em rede e fumando cigarro barato. Machado enriqueceria e tornar-se-ia anos mais tarde diretor do Banco Comercial, vivendo num sobrado, «com bonita iluminação: com gás a faltar. Candelabros de prata prontos e dispostos em todos os compartimentos principais» (Moraes, 2000: 156).

Em 1840, mesmo com a crise da economia agroexportadora e a *Balaíada*, o ritmo da construção de casas que modificava o cenário da capital parecia acelerado. Neste ano, o viajante Daniel Kidder notou que «apesar da influência deprimente que teve a revolução (Balaíada) sobre todos os ramos do comércio, diversos edifícios estavam sendo construídos em diferentes pontos da cidade». Em outro trecho, afirmava que a «cidade do Maranhão como sendo de melhor construção que qualquer outra no Brasil. Apresenta ao visitante um aspecto de progresso como raramente se nota em outras do império» (Kidder, 1840 citado por

Alcântara, 1980: 17). Já o Almanak do Maranhão registrava em 1858 a diminuição de casas de palha em São Luís, que passava de 300 em 1808 para 144 naquele ano. O número de construções, por sua vez, havia quase duplicado no mesmo período, passando de 1.553 para 2.764 (Alcântara, 1980).

O Estado e câmara também faziam sua parte no sentido de dar novos ares à capital da província, pois em 1845 pretendia-se fazer uma reforma com o intuito de embelezar a cidade a pedido dos moradores.

Com efeito, corria o ano de 1845 quando os edis de São Luís solicitaram ao governo da província que habilitasse a Câmara com os meios necessários para empreender algumas reformas. De acordo com o governante, esses meios destinavam-se-iam à demolição de ‘uns pequenos casebres fronteiros ao largo do João do Valle e da Catedral, medida que muito concorria para o ‘embelezamento da capital’. Embelezamento, aliás, muito desejado, pois, segundo ele, ‘muitos moradores’ estariam dispostos ‘a dar alguma ajuda’ (Correia, 2006: 57).

Esse discurso do aformoseamento do município estava inserido em outros, o da modernidade, civilização e progresso e deveria ser traduzido em práticas, transformando e modernizando as cidades; especialmente a capital, disponibilizando serviços públicos, mas também melhoramentos urbanos, na tentativa de seguir os passos das reformas feitas em Paris, por Haussmann, na segunda metade do século XIX e no Rio de Janeiro por Pereira Passos, no início do século XX. A falta de recursos não possibilitou a tão sonhada transformação do espaço urbano, mas medidas foram tomadas na tentativa de melhorar minimamente sua aparência e salubridade.

Códigos de postura e leis foram constituídos objetivando alterações no espaço urbano, atuando na salubridade e na melhoria da imagem da cidade, impedindo construções de casas com telhado de palha, determinando a largura de ruas e praças ou prevendo mudanças nas casas da cidade, aproximando-as das habitações europeias, como determinava o Decreto-Lei n.º 18 de 20 de dezembro de 1896.

Em 1896, as iniciativas oficiais dariam mais um passo em busca do melhoramento e aformoseamento da capital, o Decreto-Lei n.º 18 de 20 de dezembro de 1896 (modificado em 1898), tornava obrigatório a ‘modernização’ dos sobrados que tivessem beirais por meio do acréscimo de platibandas e ornamentos, transformando os casarões em imóveis de estilo eclético no melhor modo europeu. Mudar as feições da cidade colonial significava aceitar o discurso republicano que a distinguiu como um sinônimo de atraso. Na impossibilidade de mudá-la completamente restou a opção de remodelar suas estruturas (Silva, 2012: 5).

Se por um lado as medidas animavam a elite local, por outro, atingiam diretamente a população mais pobre, pois suas moradias, os cortiços, eram os alvos preferenciais da intendência municipal no final do século XIX, início do XX. Maria Correia (2006: 61) lembra que o inspetor de saúde de São Luís em 1897, Cláudio Serra Moraes Rego, assegurava «que os ‘baixos sobrados’ não ofereciam nenhuma condição de habitabilidade, ao mesmo tempo

em que propunha a demolição de todos os cortiços e a expressa proibição de serem construídos outros».

A transformação do espaço urbano era acompanhada da chegada de novas necessidades, como água encanada, esgoto, iluminação pública e doméstica, transporte urbano e fluvial, sendo que «entre as décadas de 1850 e 1870, o capital mercantil acumulado na agroexportação [passou a] dar seus primeiros passos na construção de um setor de serviços, a exemplo do que ocorria em outros pontos do país» (Reis, 2007: 20). A preocupação com os serviços públicos no Maranhão, notadamente na capital, principia nessa época, ainda que muito timidamente, limitado e precário, ganhando maior expressão na pauta dos governantes depois do início do período republicano (1889).

Em muitos casos, São Luís acompanhou o movimento nacional de instalação desses equipamentos urbanos, antecipando-se inclusive, a Recife, Salvador, Belém, São Paulo e Santos.

[...] o serviço de iluminação pública [a gás] teve sua origem bem próxima à da corte: no começo de 1861 foi assinado um contrato para sua execução em São Luís, poucos meses após a inauguração do primeiro gasômetro do Rio de Janeiro. A companhia Ferro-Carris, que explorava o serviço de bondes, foi quase contemporânea às primeiras empresas de bonde a se organizar no Brasil. Apenas dois anos separam a sua inauguração do surgimento da Companhia Vila Isabel, do Rio de Janeiro, que se estabeleceu em 1868 (Palhano, 1988: 156).

No que diz respeito à iluminação pública, a primeira notícia que se tem é de 1825, provavelmente à base de azeite (Marques, 1970), sendo que, em 1846, o vice-presidente de província já se queixava da má qualidade da iluminação não só de São Luís, mas também das cidades de Caxias e Alcântara (Moniz, 1846), indicando que a exigência e execução desses serviços extrapolavam a capital.

Durante as décadas de 1850 e 1860, outras experiências foram feitas e ao chegar em 1876 o número de lâmpões a gás havia aumentado somente 3,6% (Marques, 1876), mas vinte três anos depois já existiam mais duzentos combustores nas ruas e duas mil casas beneficiadas (Palhano, 1988), sendo que o grande marco modernizador, a luz elétrica, só chegaria à capital em 1918, apesar dos ensaios do governo de instalá-la ainda em 1893 e depois em 1903, 1905 e 1912, na tentativa de acompanhar o movimento nacional que por essa época já contava com a eletricidade³³.

Esse atraso foi percebido pelo historiador Rocha Pombo quando esteve em São Luís na segunda década do século XX. Notava que não havia mosquitos, “uma felicidade”, para logo justificar: «essa falta, sem dúvida nada lamentável, é talvez devido à ausência de

³³ Em 1907, houve alteração no sistema de iluminação, porém, a eletricidade não seria a escolhida pelo governo, optando pelo gás carbônico (Palhano, 1988).

iluminação pública. É uma das notas mais desagradáveis que nos vem da cidade: a escuridão» (Pombo, 1918: 120).

Apesar das tentativas em instalar, ampliar e modernizar a iluminação pública e residencial, o que se assistiu pela imprensa foram críticas, pois os jornais constantemente denunciavam e reclamavam da má qualidade e dos preços dos serviços. Além disso, a iluminação pública assim como a das casas particulares concentrou-se num perímetro urbano limitado, ocupado pelos mais abastados da cidade, deixando assim a maior parte da população na escuridão.

Já o transporte urbano, especificamente o bonde, foi instalado no Maranhão em 1872, sendo seu responsável José Maria Bernes. No fim de 1870, as reclamações que eram constantes desde o início, aumentaram, principalmente quanto à superlotação, goteiras, gritaria dos cocheiros, falta de condutores e da “pertinácia dos burros”. A companhia justificava que o valor pago não dava nem para sustentar os animais, mas pressionada por prováveis concorrentes, ao menos aumentaram o número de linhas existentes no início dos anos de 1890. O bonde elétrico, símbolo do progresso, só chegaria a São Luís em 1924, sendo provavelmente uma das últimas capitais a instalá-lo, ainda que as tentativas sejam anteriores a esta data. Rocha Pombo também notou a precariedade deste serviço, descrevendo-o como «uns bondizinhos de tracção animal (muito ruins, e de um arcachismo affrontoso que destoa dos ares da cidade) [...]» (Pombo, 1918: 118).

Outro serviço público bastante requisitado e que ultrapassava a vontade de se modernizar, pois estava relacionado à salubridade, tema que gerava grande preocupação nas autoridades sanitárias e políticas da província, já que estava sempre a mercê de epidemias durante o século XIX e início do XX, era a água encanada. A primeira iniciativa de sua utilização foi em 1850, sendo o contrato assinado somente em 1856, quando a Companhia Anil foi criada com o objetivo de retirar água do rio, com o mesmo nome, para abastecer seis chafarizes espalhados pela cidade. As obras, no entanto, duraram até 1862 e foram marcadas por muitas insatisfações, tanto do público consumidor como de pretensos interessados no negócio, já que a companhia tinha privilégio de sessenta anos e atrapalhava a distribuição de água em carros de boi dos dois maiores fornecedores dessa modalidade, Ana Jansen, proprietária de imóveis na capital, e o espanhol José da Cunha Santos, negociante (Palhano, 1988).

Seja como for a Companhia Anil não deu os resultados esperados e em 1867 era destituída a diretoria e desfeito o contrato, fazendo-se outro com uma nova companhia, com dinheiro e tecnologia inglesa. Esta, por sua vez, fracassou ainda mais rapidamente, ficando a capital com venda de água na rua até 1924 (Palhano, 1988).

Em outras frentes, como na coleta de lixo, esgoto, calçamento de ruas e reforma da estrutura urbana os passos foram lentos apesar de estarem presentes na preocupação das autoridades³⁴. A coleta de esgoto foi iniciada em 1893 e atingia somente setenta e uma moradas, sendo utilizado de forma mais ampla somente na segunda metade da década de 1920, configurando como o último serviço público a ser implantado, recebendo dotações financeiras insuficientes. Já o lixo foi sempre um problema, mas teve a atenção do poder público, ainda que timidamente a partir de 1850, quando os Códigos de Posturas (1850, 1866 e 1893) atentavam para o tema, proibindo e multando aqueles que jogassem entulhos nas ruas, sem praticamente ultrapassar essa medida, acrescentando basicamente a proibição de sujar os mananciais. Num relatório elaborado pelo engenheiro Palmério Cantanhede, em 1902, o mesmo observava que as ruas estavam cheias de lixo e em 1926 um artigo do Jornal Pacotilha chamava a atenção para o mesmo problema. Na ótica das autoridades a culpa era da população que despejava seus dejetos a céu aberto, apesar das proibições. O calçamento das ruas também era um problema e o governo só passou a exprimir alguma preocupação nesse sentido a partir da segunda metade do século XIX.

O transporte fluvial também passou por mudanças objetivando a utilização de vapores no intuito de incrementar o transporte de pessoas, mercadorias e a produção das lavouras sediadas às margens ou próximas dos rios. Essa reivindicação era antiga por parte dos lavradores que tinham grandes problemas em escoar sua produção pelas poucas e precárias estradas e pelos barcos de pequeno porte a vela. As dificuldades em constituir essas empresas eram muitas, havia falta de capital, pois os transportes eram extremamente caros; ausência de mão de obra qualificada no estado; o problema de comunicação e a ausência de intérpretes, pois os vapores eram pilotados por estrangeiros e a alternância constante dos presidentes de província (Pachêco Filho, 2011).

Em 1856, foi fundada a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, por Teixeira Mendes, que recebeu em troca investimentos do governo provincial, que por sua vez, alguns anos depois, passou a exigir a ampliação das linhas e do número de viagens. A companhia não tinha intenção de fazer novos investimentos, pois esses exigiam a compra de barcos menores e de baixa capacidade de transporte de mercadorias, devido à pouca profundidade dos rios que o governo queria que fossem navegados pela empresa.

Diante dos problemas enfrentados e as disputas entre o governo e a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão foi aberto o monopólio e criada uma nova empresa, na

³⁴ As informações deste parágrafo são exclusivamente de Rui Palhano (1988).

década de 1870, para fazer concorrência e atender às necessidades de transporte em lugares não contemplados pela primeira companhia e a ampliação em outros já beneficiados. A iniciativa foi do Visconde de Itaqui, mas também do capital de negociantes de São Luís descontentes com o atendimento da companhia de Teixeira Mendes. A Empresa de Navegação Moreira e Silva & Cia foi composta inicialmente por cento e quarenta e três acionistas. O novo empreendimento, assim como o primeiro se beneficiou de vultosos pagamentos da província, mas também apresentava lucros substanciais, o que levava a novos investimentos na aquisição de outras embarcações na década de 1880. Em 1905, o governo autorizava mais uma vez a subvenção para a navegação fluvial, pois não queria contrariar os empresários, refazendo o contrato sempre que chegava a seu fim. (Pachêco Filho, 2011).

As tentativas de modernizar a província/estado não se limitaram à capital, no campo também foram operadas mudanças. O algodão que foi um dos principais produtos da lavoura de exportação durante boa parte do século XIX foi perdendo competitividade, que era associada a uma série de fatores, como estradas precárias, armazenamento incorreto, transporte fluvial deficitário, sementes de má qualidade, cansaço da terra e outros. Os produtores por sua vez buscaram soluções que passavam pela melhoria “tecnológica”, como a compra de equipamentos de descaroçamento e o envio de pessoas ao exterior para aprender novas técnicas. O resultado foi pouco expressivo, continuou-se a reclamar contra a má qualidade do produto e os enviados para estudar acabaram não retornando (Mesquita, 1987).

O plantio da cana e o fabrico do açúcar com maior vigor a partir da década de 1840 gerou um movimento de modernização do maquinário, que passou a privilegiar a força motriz a vapor, evidenciando «um esforço de modernização do setor» (Feitosa, 1998: 38)³⁵. Jerônimo Viveiros (1992a) conta que este movimento foi crescente e iniciou-se no governo de Franco Sá, que criou na lei orçamentária a rubrica *Obras Públicas*, que visava construir estradas e pontes com o objetivo de facilitar o escoamento da produção, além disso, taxou o açúcar importado facilitando assim o aumento da produção.

O jornal *O Progresso* e *A Revista* faziam forte campanha no sentido de estimular a troca da tração animal pelo vapor, chegando ao ponto de num artigo publicado no primeiro veículo apresentar uma tabela de preços referente aos equipamentos para montar um engenho, aparecendo inclusive a máquina a vapor com força de 10 cavalos. Além disso, a mesma autoridade provincial pedia ao governo central a liberação de trinta contos para premiar aqueles que produzissem mais de mil arrobas de açúcar. As medidas produziram um efeito

³⁵ Os parágrafos que seguem e que tratam do fabrico do açúcar no Maranhão são baseados exclusivamente em Jerônimo Viveiros (1992a).

multiplicador, engenhos surgiram às margens dos rios, no vale do Pindaré e em Guimarães, na baixada maranhense, chegando a possuir em 1860 quatrocentas unidades produtoras, sendo duzentas e oitenta e oito movidas a vapor e força hidráulica. Em 1870, já eram mais de quinhentos (Viveiros, 1992a).

Na década de 1880, vendo o açúcar brasileiro entrar em decadência diante da concorrência internacional, o governo imperial estimulou a criação de engenhos centrais, que tinham o objetivo de modernizar a produção utilizando o maquinário a vapor para moer as canas dos engenhos menores e que não dispunham dessa tecnologia e processo que proporcionasse qualidade ao produto. No Maranhão, a ideia inicial era criar cinco unidades, porém, somente uma foi executada em 1880, às margens do rio Pindaré, sob a administração da Companhia Progresso Agrícola.

Sua estrutura era constituída pela fábrica de açúcar (o refino); por um sistema de transporte próprio que consistia em um número expressivo de carros de bois e uma ferrovia que partia de onde hoje é o centro urbano de Santa Inês (BR-316) e, em linha reta, uma extensão de 10 km, seguia até a fábrica na cidade de Pindaré, e por um núcleo residencial de madeira (Vila Operária), destinado aos técnicos e funcionários da empresa, sendo que as plantações localizavam-se em todo o percurso que margeava a linha férrea (Feitosa, 1998: 39).

Os recursos adquiridos pela companhia através da venda de ações foram lentos, pois muitos acionistas não integralizaram suas ações e outros demoraram a fazer, gerando lentidão no andamento da conclusão do complexo, que por sua vez consumiu 70% de todo o capital, restando muito pouco para o giro de capital (Caldeira, 1991 citado por Feitosa, 1998). Além disso, segundo Bandeira Tribuzzi (2011), o empreendimento falhou devido às poucas safras.

Nesse movimento de tentativa de transformação do espaço urbano, mas também rural, surge a necessidade de crédito, que nem sempre estava disponível ou suas condições eram muitas vezes extorsivas. Agiotas, casas comerciais e bancárias faziam o trabalho dos bancos, emprestando dinheiro a juros, financiando lavouras e empreendimentos urbanos. No Maranhão, uma primeira tentativa de se criar um banco teria sido pensada ainda no final do século XVIII, quando em 1799 D. Diego de Sousa tentou estabelecer uma caixa de crédito, mas fracassou devido à falta de interesse dos investidores (Marques, 1970).

Já no século XIX, outras ações dessa natureza foram experienciadas, chegando a serem criados no Maranhão quatro bancos, sendo três com recursos dos capitalistas da própria província³⁶. Em 1827, foi criada a *Sociedade Agronômica para a Colonização de Estrangeiros, Comissões e Bancos*, que tinha entre seus objetivos estabelecer “créditos para a lavoura”, mas esta iniciativa também fracassou pelo mesmo motivo, a taxa de juros era muito

³⁶ As referências utilizadas sobre os bancos no Maranhão nos parágrafos seguintes foram retiradas exclusivamente do capítulo “os estabelecimentos bancários do Maranhão”, do livro *História do Comércio do Maranhão*, Jerônimo Viveiros (1992a).

baixa e não atraía o capital comercial. Em 1833, outro estabelecimento bancário é pensado, mas não chega a sair do papel apesar de agregar representantes de outras cidades importantes para a economia maranhense, como Alcântara e Caxias.

Somente em 1841 foi concretizada a ideia de um banco com recursos locais funcionando na província, era o *Banco Maranhense*, mas este, apesar de abrir suas portas também não progrediu, fundando-se outro em 1846. O banco obteve apoio dos empreendedores locais e funcionou com o nome de *Banco Comercial do Maranhão* e prestou grande serviço à economia local, baixando as taxas de juros que giravam em torno de 24 e 36% para 9% e 10%, possuía no ano seguinte 124 acionistas.

Mas todo o esforço das diretorias e o bom desempenho do banco não foram suficientes para mantê-lo ativo por muito tempo, já que em 1855 a assembleia geral tomava conhecimento que o mesmo deveria ser dissolvido e fundido à Caixa Filial do Banco do Brasil, fechando suas portas em 1870, a mando do governo imperial.

A comunidade financeira da província não se acomodou com a incorporação do primeiro banco maranhense. Em 1857, fundavam o *Banco do Maranhão*, também bastante prestigiado pelos capitalistas locais, sendo que em quatro dias venderam seis mil ações. É possível que o banco tenha aberto uma filial na cidade de Caxias, pois pedia autorização ao governo central, mas não temos maiores notícias sobre o fato.

Um terceiro banco foi fundado em 1869, formado por vinte mil ações e organizado por Martinus Hoyer e João Pedro Ribeiro.

O último empreendimento bancário nascido no século XIX na província com recursos locais foi o Banco Hipotecário, que depois de sofrer resistência do governo imperial por três anos, liberou seu funcionamento em 1877. O banco queria fazer «empréstimos sobre garantias hipotecárias, de estabelecimento de lavoura situado nesta província, e de prédios urbanos solidamente construídos nesta capital» (Viveiros, 1992a: 278). A instituição chegou a fazer até 1913 noventa e nove empréstimos agrícolas, sendo pagos com algum prejuízo sessenta e um, ficando trinta e oito a liquidar e 248 urbanos, onde duzentos e quatro estavam sendo liquidados e quarenta e quatro com prestações atrasadas (Viveiros, 1992a).

Em relação à constituição no final do século XIX do parque fabril, este também representava uma mudança de paradigma, o Maranhão deixaria de ser uma província exclusivamente agrícola e se lançaria num novo e promissor campo da economia, seguindo uma tendência mundial, a industrialização. Como foi dito no texto anterior, como esse movimento contaminou a sociedade maranhense, atraindo não somente o grande capital, mas também as poucas economias de indivíduos dispostos a faturar sem o exercício do trabalho. A

industrialização carregava em si uma representação do moderno progresso da civilidade e colocava as cidades portadoras das chaminés neste nível. No caso de São Luís que, na «segunda metade do século XIX, adotava como civilização e progresso as ideias chave que embasavam os discursos, tanto dos que tocavam a economia como dos que eram encarregados da política [...] (Correia, 2006: 167) ou de Caxias, que como portadora da primeira indústria têxtil, deixava a capital a reboque e «lhe conferiria a glória de resgatar o Maranhão do atraso em que se encontrava mesmo em relação às províncias de menor importância, como também de colocá-la nos trilhos do progresso» (2006: 166).

A inauguração de marcos fundadores das obras ou a chegada de maquinário importado da Inglaterra era motivo de grande festa, fogos de artifícios e bandas de música, mobilizando a sociedade indistintamente, que buscavam não apenas ver, mas participar, comprando ações dos novos empreendimentos civilizatórios; como também, tomando partido de uma fábrica ou outra, como se fossem times rivais. Algumas dessas empresas tiveram que proibir a entrada de pessoas nas instalações em construção durante a semana, limitado as visitas aos domingos, pois o fluxo era tão intenso que atrapalhava a execução das obras (Correia, 2006).

Há um consenso entre os economistas que o início do século XX para o Maranhão foi desastroso, sem perspectivas de crescimento, pois muitos dos seus produtos não tinham garantia de bons preços no mercado internacional ou mesmo nacional, devido às oscilações de preços. As tentativas de modernização das indústrias e do fabrico do açúcar não prosperaram, ficando como alternativa a produção em pequena escala e de subsistência ao lado da monocultura sobrevivente.

É nesse cenário que surge a exploração do babaçu, já nas primeiras décadas do século XX, exigindo também modernização. Se por um lado, essa indústria continuou utilizando e explorando a mão de obra miserável do interior do estado, formada principalmente por mulheres e crianças, por outro, «pelo menos desde os anos 1920, um dos grandes desejos dos economistas e governantes era ter acesso a ‘um aparelhamento’, uma “máquina de quebrar” o fruto, para dinamizar e tornar real a economia do babaçu, entendido como o ‘Eldorado do Maranhão’» (Barbosa, 2008: 2).

Mas não era somente as técnicas agrícolas ou a compra de equipamentos que deveriam se modernizar, a mão de obra também precisava se renovar, não pela necessidade em si, mas pela percepção de que o trabalho compulsório no Brasil estava comprometido, sabia-se desde a lei que proibia o tráfico de escravos de 1850 que o dia do seu fim chegaria, então era necessário se adiantar e buscar alternativas. O Brasil optou pelo trabalhador

estrangeiro e o Maranhão seguiu essa tendência nacional, não se furtando dos debates e tentando executar medidas que possibilitassem a chegada destes, sendo que não era qualquer um que deveria desembarcar na província, pois havia uma clara preferência pelos europeus. Há exceção dos 47 chineses contratados para trabalhar na colônia de Maracassumé, no interior do Maranhão, os outros 840 eram portugueses dos Açores e do continente e foram distribuídos em cinco colônias. Uma na capital e as outras no interior, sendo quase todas voltadas à produção agrícola, assunto que discutiremos no tópico 3.4 do capítulo 3. O resultado esperado não foi alcançado, o português engajado não trouxe o exemplo que muitos almejavam, ao trabalhador local e a experiência da colonização estrangeira na província encerrou-se na primeira, ainda que os discursos e debates sobre sua importância continuasse até o início do século XX, como veremos no próximo capítulo.

Essas tentativas de modernização do campo ou das cidades apesar de configurarem como marcos civilizatórios e inaugurais da modernidade, surtiram pouco efeito, sendo marcado por falta de recursos, limitado alcance e muitas reclamações das autoridades e principalmente da população usuária ou daqueles que não tinham acesso, mas esperavam por isso. A aspiração pela mudança de status foi frustrada e frustrante, pois a província, com seus momentos de ascensão econômica não foi capaz de resolver seus problemas, ficando para trás no século XX em relação ao restante do Brasil, deixando de ser a quarta maior economia para se tornar um dos estados mais pobres do país.

Os portugueses no cenário político do Maranhão

Se durante o período colonial os nascidos em Portugal viveram com tranquilidade no Maranhão, sendo tratados como iguais - afinal todos eram portugueses-, ocupando cargos públicos, sendo proprietários de casas comerciais, embarcações, terras e escravos, além de participarem do mercado de trabalho como ferreiros, sapateiros, pedreiros e padeiros, o alvorecer de uma nova nação mudou o contexto, trazendo problemas para a permanência de muitos na província e no Brasil.

Nas primeiras duas décadas após a independência uma série de episódios colocou os portugueses na situação de perseguidos, sofrendo violência física e moral, tendo sua imagem denegrida em panfletos e periódicos.

Durante o processo de independência, o Maranhão resistiu à adesão motivado, segundo Galves (2010b), pela fidelidade ao império português, formando uma Junta que comandou a resistência até julho de 1823, sendo esta província a antepenúltima a aderir ao

Brasil. A chegada de tropas do Ceará e Piauí, assim como a adesão das cidades maranhenses de Caxias e Itapecuru colocou a capital no isolamento por terra e posteriormente o desembarque do mercenário Cochrane a serviço do novo governo forçou a província a ceder. Conquistado o Maranhão, o almirante inglês cobrou por seus serviços, tendo como «boa presa as propriedades de todos os portugueses» (Meireles, 2001: 141).

A adesão não significou a pacificação, pois durante a vigência das duas juntas provisórias formadas em 1823, desentendimentos e conflitos marcaram suas gestões. Já no início da primeira Junta a querela entre o comandante das armas, o tenente-coronel Pereira de Burgos e o presidente da câmara recém-eleita, Rodrigo Luís Salgado de Sá e Moscoso, onde o segundo saiu vitorioso, vitimou mais uma vez os portugueses. A câmara determinou a expulsão daqueles contrários à nova ordem, incluindo o conhecido negociante português Antônio Meireles e autorizou pagamento de gratificação às tropas à custa dos portugueses que viviam na capital (Meireles, 2001).

Com a confirmação da segunda junta provisória, novos desentendimentos nasceram e mais uma vez Rodrigo Salgado aparecia como pivô, indispondo-se com o presidente da junta, levantou parte das tropas. O resultado da disputa foi sua saída da Câmara e do Maranhão, mas o clima de insegurança, que alguns atribuíam aos portugueses, acabou levando a Junta e um conselho militar a «expulsar da terra todos os lusitanos solteiros que não fossem proprietários de bens de raiz, dando-lhes o prazo de oito dias para fazê-lo [...]» (Meireles, 2001: 218). No dia seguinte, porém, as ordens foram revistas e imposto que todos que não fossem casados independentemente de ter bens ou não deveriam deixar a província em quinze dias, situação que foi mais uma vez revista diante da “séria reação popular”, pois afetava os interesses da sociedade e determinando assim que somente os ociosos e vadios deveriam deixar o Maranhão. Toda essa confusão só acabou, segundo Mário Meireles (2001), com um pedido dos portugueses para fazer uma subscrição para conseguir recursos e trazer de volta as tropas brasileiras deportadas para Portugal³⁷, assim como a ordem imperial de 03 de janeiro de 1824 que determinava a saída dos portugueses chegados ao Brasil depois do decreto de 14 de Janeiro de 1823 e que não tivessem jurado fidelidade à coroa.

Mas o que era ser português e brasileiro no início do século XIX? Essa distinção praticamente não exista. Nuno Monteiro (2009: 67) sugere que até 1808 a «fratura identitária

³⁷ Depois de declarada a independência no Arraial de São José dos Matões, no interior do Maranhão foi determinado pelo tenente-coronel Pinto de Magalhães que o capitão Joaquim de Abreu Guimarães Picaluga marchasse com seus homens naquela direção. O Capitão, porém, se recolheu na capital alegando motivos de saúde. A tropa, por sua vez, não quis seguir viagem sem seu comandante e manifestou-se hostilmente contra os portugueses, obrigando a câmara da Vila a pedir que se retirassem. Mandados na galera *Fama'* a capital, foram desarmados e enviados à Portugal, num total de trezentos e sessenta soldados (Meireles, 2001).

entre reinóis e naturais da América portuguesa era bem pouco pronunciada». E mesmo se pensarmos nos anos próximos à independência e nos que se seguiram parece que essa fratura era ainda muito distante e não estava relacionada necessariamente ao local de nascimento: «As clivagens políticas e identitárias das décadas subsequentes [1808] foram em parte geradas pelos contextos específicos destas e não parecem ter decorrido linearmente de diferenças de naturalidade» (2009: 67).

Em outras palavras, esta distinção entre portugueses e brasileiros, foi lenta, gradual e se deu em vários níveis. Istvan Jancsó e João Pimenta (2000: 398) defendem que havia três diferenças sentidas pelos moradores do Brasil:

A primeira é a que distingue um português da América (p. ex: um baianense) de todos que não fossem portugueses (holandeses, franceses, espanhóis). A segunda, simultaneamente com a anterior, é a que lhe permitia, distinguir-se, ao baianense, de outros portugueses (p. ex: do reinol, do paulista). Finalmente, uma terceira diferença é a que distingue entre os portugueses, aqueles que são americanos dos que não partilham dessa condição.

Esse sentimento com o lugar, a capitania, que transformava portugueses nascidos no Brasil colonial em Baianenses, pernambucanos ou paulistas e caracterizavam-se pela defesa dos interesses de certos grupos, famílias, parentelas ou classes não carregavam um teor político que ameaçasse a unidade do reino português, mantendo o sentimento de pertença, mesmo quando revoltas eclodiam, pois não era o monarca ou a monarquia o alvo e sim seus representantes, ficando preservada a imagem e as bases da monarquia e do rei (Pimenta, 2006).

Retomando a última diferença colocada por Istvan Jancsó e João Pimenta (2000), seguimos os passos de João Pimenta (2006), onde a América vai se tornando um espaço de identidade no final do século XVIII, e ao mesmo tempo, a diferenciação entre Portugal e Brasil, ou melhor, entre portugueses vivendo no Brasil e portugueses europeus vai ganhando força desde a chegada da corte ao Brasil, mas se intensifica especialmente nas duas primeiras décadas do século XIX, quando a

identidade luso-americana emergia ao longo das duas primeiras décadas do século XIX esboçando conteúdos políticos cada vez mais fortes. Portugueses da América passava a ser uma distinção especial dentro da nação portuguesa, na medida em que identificava um súdito de acordo com o espaço de atuação política que agora era, ao menos segundo os objetivos da Corte, o espaço central de definições do futuro da monarquia (Pimenta, 2006: 77).

O autor demonstrar a partir de jornais do início do século XIX que os termos como “Brasil”, “brasileiro” ou “luso-brasileiros” ganham força com o desenrolar do processo que levaria a independência, ainda que o Estado, a nação e a «identidade nacional que ainda não se encontravam plenamente definidas, estabelecia, naquele momento, que a condição de sua ‘liberdade’ era ser americano» (Pimenta, 2006: 80).

Apesar do termo *Brasil* ser utilizado no período colonial, este não era para definir uma identidade política que se relacionasse com o espaço e se diferenciase de Portugal, «[...] todos os súditos do monarca português, onde quer que residissem, prestavam lealdade a um *mesmo* monarca, o que os identificava como portugueses, ou seja, integrantes de uma mesma *nação* [...]» (Jancsó e Pimenta, 2000: 419).

Ainda na Assembleia constituinte em Lisboa, os deputados que representavam o Brasil eram chamados de Brasileiros e se reconheciam da mesma forma, o que não significava que se sentissem como membros de outro país, pelo contrário, sentiam-se portugueses, porém também representantes de suas províncias. Mesmo depois do rompimento com Portugal era difícil estabelecer diferenciações entre a antiga metrópole e a velha colônia, pois há muito o Brasil já não se via como uma extensão do reino, mas parte integrante, importante, que abrigava a corte, a família real. Para as elites luso-portuguesas essas distinções eram mais complexas.

Não era simples para as elites luso-americanas disporem-se de algo tão profundamente arraigado como a identidade portuguesa, expressão sintética de sua diferenciação e superioridade diante dos muitos para quem essa condição estava fora do alcance. Saberem-se portugueses constituía o cerne da memória que esclarecia a natureza das relações que mantinham com o restante do corpo social nas suas pátrias particulares, aquela massa de gente de outras origens com a qual, sobre a qual, contra a qual, caberia organizar o novo corpo político! (Jancsó e Pimenta, 2000: 439).

Por último e ainda seguindo o raciocínio de Istvan Jancsó e João Pimenta (2000: 440): «[...] não parece ser irrelevante destacar que a identidade nacional brasileira emergiu para expressar a adesão a uma nação que deliberadamente rejeitava identificar-se com todo o corpo social do país e dotou-se para tanto de um Estado para manter sob controle o inimigo interno [os escravos]»³⁸.

Logo, é necessário lembrar que a categoria “português”, assim como “brasileiro” não se limitava ao local de nascimento, mas às escolhas políticas naqueles anos. Ser “português” era compactuar como a ideia do Brasil vinculado a Portugal, de defender os interesses da antiga metrópole, em contrapartida, ser “brasileiro” era jurar fidelidade à coroa imperial brasileira, independentemente de ser nascido em Portugal ou no Brasil. Logo, nem sempre a desconfiança se limitava a todo e qualquer português nascido em Portugal, mas aqueles que não compactuavam com a nova ordem.

Nesse sentido, podemos então relativizar a perseguição aos “portugueses” e pensar os confrontos não somente a partir do critério de nascimento, mas dos conflitos entre frações de classes e a busca por cargos no governo: «com a independência a busca por estes cargos foi

³⁸ Nesta obra os autores dedicam-se a discutir os conceitos de pátria, não, país e suas alterações ao longo do período que antecede a independência até os anos imediatamente posteriores, Evitei propositalmente me utilizar desses conceitos aqui, pois estenderia demais o texto, fugindo do propósito do mesmo.

aberta e a discussão quanto ao posicionamento de cada um em relação à emancipação política se tornou critério nas justificativas quanto a demissões, admissões e manutenções em cargos públicos» (Galves, 2006: 4), pois estes, mesmo os de «caráter honorífico, garantia respeitabilidade, enriquecimento, e principalmente o reconhecimento da autoridade» (Janotti, 2005:52). Assim observava o almirante Cochrane os desdobramentos da independência no Maranhão e notava os critérios para o preenchimento das vagas em cargos públicos:

Era, em sua maioria, composta de homens, não só ligados entre si por conexões de família e amizades particulares, mas parentes próximos, como membros de uma família influente. Apenas investidos no poder, demitiram todos os oficiais civis e militares e preencheram os lugares vagos com seus próprios amigos. Parentes e aderentes, sem consideração por talentos ou qualificações, excitando assim descontentamento igual nos brasileiros - não contemplados em tais nomeações como nos portugueses-demitidos (Galves, 2006: 2).

As listas de portugueses demitidos de cargos públicos como a “relação demonstrativa dos empregados que foram suspensos, e demitidos dos seus lugares, e dos novamente providos na conformidade da ordem da Junta do governo civil desta província” e a “lista de europeus que têm sido privados dos ofícios de justiça depois que se proclamou a independência deste império” demonstram trinta e cinco portugueses demitidos, mas em outras listas que a acompanhava aparecem seis destes estrangeiros recolocados nos seus cargos. Em outro documento datado do mesmo ano, um ofício encaminhado ao imperador pela Junta governativa comunicava a demissão de empregados públicos portugueses, mas resguardava dois destes, por «ter prestado serviços nada inequívocos em favor de nossa causa» (As Juntas...: 78 citado por Galves, 2006: 3).

A manutenção dos portugueses no Brasil e mais especificamente no Maranhão gerava desconfiança e indignação, provocando ações por parte do governo provincial e de populares que atingiam diretamente estes estrangeiros e muito possivelmente brasileiros vistos como inimigos. Uma portaria de 13 de janeiro de 1825 mandava buscar armas nas casas dos europeus, - não sendo encontrando nada - informava o jornal Censor de 24 de março de 1825. Segundo o mesmo periódico, suspeitas foram plantadas contra os “portugueses”, pois se dizia que estes conspiravam contra o governo, doando 40 contos a favor dos “facciosos”, tendo armas escondidas em casa e que de Portugal esquadras partiam em direção à província. Parte da operação havia sido realizada à noite e não contou com a presença do Comandante das Armas Rodrigo Salgado, que por isso teria gerado a fúria dos membros da Junta provisória. O comandante, que já havia se indisposto com a Junta, como nos referimos acima, tratou de participar das buscas nas casas dos suspeitos feitas pela manhã, contudo sem distinguir brasileiros de portugueses, reforçando a ideia de que não era a nacionalidade que determinava a condição de “brasileiro” ou “português” (Censor Maranhense, n.º 7,

24/03/1825: 107. “Continuação da materia de nosso antecedente página 106 sobre suspeitos, ou suspeitas, suspeitados ou suspeitozos”).

Três meses depois daquela portaria, novos ataques em dois editais publicados no periódico Censor Maranhense. Em um deles era determinado que:

[...] os Europeus principalmente os solteiros que não tem estabelecimento algum; e querendo a mesma Junta por em sossego os animos dos habitantes desta Cidade sobressaltados com a notícia espalhada pelos ditos Europeus; esperançados em que esta provincia seja subjulgadas ao Governo Portuguez acha esta Junta que he do seu dever fazer quanto antes executar a dita deliberação: E por isso determina que os Europeus solteiros que não sejam proprietarios de bens de raiz, saião irremessivelmente desta provincia num prazo de 8 dias contados da data desta (Censor Maranhense, n.º 7, 24/03/1825a: 108. “Primeiro Edital”. Autor: Miguel Ignacio Santos Freire e Bruce - Presidente, Luiz da Luz e Sá, Joze Lopes Lemos – Secretario).

Dois dias depois, a Junta revia a ordem e radicalizava, exigindo a saída de todos os solteiros independentemente de serem proprietários ou não e apesar de entender o prazo para quinze dias, incluía agora também os europeus vivendo fora da capital. A Junta tinha pressa na difusão da informação, pois prometia divulgar a ‘toque de caixa (Censor Maranhense, n.º 7, 24/03/1825b: 109. “Segundo Edital”. Autores: Miguel Ignacio Santos Freire e Bruce - Presidente, Luiz da Luz e Sá, Joze Lopes Lemos – Secretario).

A violência imprimida contra os “portugueses” não se limitou às determinações de perda do emprego público ou a sua saída do Maranhão, ataques a seu patrimônio e agressões físicas foram outros expedientes utilizados por seus inimigos nos anos posteriores à independência, como revela o jornal Censor Maranhense em 1825, sobre episódios ocorridos em 14 de setembro de 1824, quando:

O dito Coelho tivesse a loja [*sic*] da caça grande recheada de boa fazenda, huma multidão de selerados que esta noite inundou a Cidade, arrombarão-lhe as portas a machado, e com tanta insulencia, que de quando em quando dizião: Viva o imperador! Entrarão dentro e carregarão-lhe toda a fazenda repartindo-a os braços; tendo já neste tempo outros malvados ou talvez os mesmos arrobado com machados, e alavancas mais duas lojas grandes de Antonio Cunha Gonçalves huma, e outra do Sampaio nas cazas do consul dos Estados Unidos; das quaes lojas tambem medirão as fazendas os braços deixando as prateleiras limpas (Censor Maranhense, n.º 1, 24/01/1825: 28).

Esse discurso anti-português gestado durante o processo de independência dividia-se em duas vertentes, segundo Robert Rowland (2003: 378-379), onde uma primeira era voltada «contra o grupo tido como pró-português a volta de D. Pedro I e contra a política centralista vista como tendencialmente ‘absolutista’» e outra que «instigada pelos mesmos grupos, mas com outra base social de apoio e outra dinâmica» se posicionava «contra os comerciantes portugueses e contra a caixeirada das principais cidades, que frequentemente terminavam em confrontos violentos».

Se em outras partes do Brasil era possível notar ambos os discursos sendo praticados contra os portugueses, como no Rio de Janeiro ou em Pernambuco, no Maranhão, até a primeira metade do século XIX, o segundo era mais expressivo. A preocupação dos anti-

portugueses na província estava voltada para o receio da recolonização, absolutismo e a centralização, mas também a ocupação dos cargos públicos, como já foi colocado anteriormente, sendo ponto de pauta de todos os movimentos que aconteceram na década de 1830 que exigiam a saída dos portugueses da província. Argumentos contra sua hegemonia no comércio e sua preponderância entre os caixeiros parecem muito menos significativos no Maranhão da primeira metade do século XIX.

A preocupação com os cargos atingia especificamente os adotivos, que apesar da primeira constituição garantir-lhes posição idêntica aos nascidos no Brasil e dos apelos das autoridades para que fossem respeitados, sendo autorizados a participar da burocracia imperial, desagradavam parcelas da população e instigava os liberais a fazerem campanhas contra sua presença nesses espaços.

Se a abdicação de D. Pedro I em 07 de abril de 1831 reavivou ressentimentos contra os portugueses, como se assistiu no Rio de Janeiro e no Pará, onde mais uma vez eram atacados em periódicos, achincalhados e violentados nas ruas, no Maranhão as investidas iniciaram-se ainda em Janeiro daquele ano, quando a Câmara Municipal de Caxias, cidade que abrigava grande número de comerciantes portugueses e provavelmente de funcionários públicos, destituiu todos que eram brasileiros adotivos da burocracia provincial. O Juiz de Paz da Cidade, Luis Antonio Damasceno Costa, estando nesta condição escrevia ao presidente de província denunciando o estado das coisas naquela cidade e admitindo cumprir as ordens da Câmara após receber o ofício:

[...] seria em mim loucura Exmo. Sr. Exercer por mais tempo hum emprego em que os povos me odeião e vendo-me publicado pelas ruas desta villa, e não cedera similhante cargo, he esperar ser breve deportado para fora do país da minha naturalidade, ou arriscar a minha existência. O socego dos habitantes deste districto ainda não foi alterado, e ouzo observar a V. Exa que não seja enquanto tiverem o appoio do Benemérito Brasileiro João Paulo Dias Carneiro.... (Ofício do Juiz de Paz de Caxias, Luis Antonio Damasceno Costa, 06/08/1831 citado por Iamashita, 2010: 225).

No segundo semestre do mesmo ano, após a abdicação de D. Pedro I, os ânimos se exaltaram novamente, do Pará chegara a notícia da deposição e deportação do presidente de província pelos portugueses, o que deixou os liberais do Maranhão em prontidão, mobilizando tropa e povo no campo d'Ourique, onde ficava o quartel, contra possíveis e imagináveis investidas dos portugueses na província. O presidente de província convocou o Conselho Geral, que pediu explicações aos amotinados. Em resposta, os liberais exigiram a expulsão de todos os oficiais portugueses, mesmo naturalizados brasileiros, das tropas de 1ª e 2ª linhas; A demissão de todos os que não fossem brasileiros natos do funcionalismo da fazenda e da justiça e a expulsão de todos os reconhecidos inimigos da independência e das instituições liberais, em especial os religiosos do convento de Santo Antônio, dois padres e oito civis

(Meireles, 2001). Começava a *Setembrada*, batizada assim por ter ocorrido no mês de setembro.

A expulsão dos “inimigos da independência e instituições liberais” não parecia estar restrita aos nascidos em Portugal, mas a todo e qualquer sujeito identificado nessa condição, independentemente da nacionalidade, indicando mais uma vez que ser português não era o problema primordial, mas sim, ser “português”.

Iamashita (2010) não faz referência à expulsão dos religiosos, mas lembra que o pedido dos revoltosos foi atendido em diversos municípios do interior do Maranhão, que acusavam recebimento da ordem e informavam que lá não havia adotivos ocupando tais cargos. Em Caxias, onde meses antes os naturalizados foram expulsos dos seus empregos públicos, também já não havia ninguém nesta condição³⁹. Em Icatú, o Juiz de Paz tratou de demitir seu escrivão, que andava a seu lado no momento da recepção da comunicação, como se pode depreender dos ofícios dos juizes de Paz destas cidades ao Presidente de Província do Maranhão (Arquivo Público do Estado do Maranhão, Setor Avulsos, Fundo Secretaria de Governo, Série Ofícios de Juiz de Paz, ano 1831).

Dois meses depois, teve início a *Novembrada*, motivada pelas reivindicações não contempladas ou revogadas da *Setembrada*. O estopim foi a prisão de dois oficiais que haviam participado do primeiro movimento, mas a *Novembrada* foi efêmera, sendo logo dominada, apesar de toda a movimentação das tropas rebeldes que atuaram nas cidades de Icatú, Itapecuru-mirim, Rosário e São Luis, onde sucumbiram. Damasceno, um dos líderes rebeldes, recompôs-se da derrota na capital, reorganizou-se e atentou contra Caxias e Brejo, sendo morto em combate em julho de 1832. Entre as reivindicações dos rebelados estava mais uma vez a expulsão imediata dos portugueses, incluindo os naturalizados, das oficialidades de linha e do funcionalismo público, que desta vez não foram atendidas devido ao estrangulamento do movimento pelo governo.

Mas a perseguição aos “portugueses” não parou, no final da década de 1830 estourou a *Balaçada* no interior do Maranhão, quando homens pobres, entre eles mulatos e negros, rebelaram-se contra a lei dos prefeitos, o recrutamento forçado e a presença de portugueses em cargos públicos. Os chamados *balaços* em suas primeiras reivindicações já colocavam a saída desses estrangeiros como condição, ainda que não parecesse ser o principal ponto da

³⁹ As regras para a naturalização mudaram ao longo do século XIX, mas a que prevalecia nesse momento era, segundo José Mendes (2011: 92), que «a constituição imperial de 1824 dividiu os cidadãos brasileiros em naturais (cidadania originária) e naturalizados (cidadania adquirida). Entre os naturais, estavam os originários puros, nascidos no Brasil ou filhos de pai brasileiro nascido no exterior (artigo 6, inciso I, II, III), e os originários domiciliados, aqueles nascidos em Portugal e suas possessões, residentes no Brasil na data da separação política (artigo 6, inciso IV)».

pauta. O fim do recrutamento forçado e a aprovação da Lei dos Prefeitos eram as mais importantes reivindicações dos revoltosos. O primeiro, desde 1825 com a guerra da Cisplatina, recrutava à força homens para as forças de segurança e o segundo retirava os poderes das câmaras municipais, passando às mãos dos prefeitos e vice-prefeitos o poder inclusive de polícia, que antes pertenciam aos juízes de paz. Na prática, essa medida anulava a influência da classe dominante local, concentrando-a no presidente de província, que tinha a prerrogativa de nomeá-los, mas o mais grave era o fato da lei se antecipar às mudanças que ainda estavam em discussão no senado, que pretendiam a centralização do poder com a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834, que possibilitou mais poder de decisão às províncias.

As reivindicações dos revoltosos aproximavam-se muito das posições de um dos dois “partidos” existentes naquele momento no Maranhão⁴⁰, os Bem-te-vis, formado por liberais, tendo como um dos meios de comunicação o jornal *O Brasileiro*, editado por João Lisboa, conhecido liberal maranhense. Lá, Lisboa exaltava os nacionais contra os portugueses e reclamava dos presidentes de província com orientação cabana. O “Partido” Cabano era conservador, apoiou o imperador no Primeiro Reinado e era visto como regressista e centralizador pelos opositores liberais no período regencial.

A revolta vitimou muitos portugueses, mas estes não foram os únicos sacrificados, nacionais também morreram nas mãos dos balaíos, como em 02 de junho, quando cerca de cinquenta revoltosos invadiram a Ilha de Santana, que fica próxima à capital, onde mataram um português, mas também brasileiros (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 25/06/1839, Antonio Aires de Carvalho), indicando que a violência não se restringia somente aos nascidos em Portugal, mas sim à posição social e política desses indivíduos, ou em última instância, aos membros brancos da sociedade maranhense, que detinham os poderes econômicos e político e perseguiam os desprivilegiados com leis como as expostas acima. Em outra ocasião, também não houve distinção, portugueses, brasileiros adotivos e natos foram feitos prisioneiros durante a invasão da cidade de Caxias, sendo todos soltos quando chegaram, ao que parece, à cidade de Coroatá (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 21/09/1839, José Caetano Gonçalves).

A revolta teve início exatamente por conta dessa situação de perseguição aos livres pobres que estavam, muitas vezes, de uma maneira ou de outra, ligados a membros do partido Liberal. Na Vila da Manga, o vaqueiro Raimundo Gomes, que trabalhava para o Padre Inácio,

⁴⁰ A referência a “partido” não deve ser entendida como partido político formal, mas sim como grupos que tinham interesses semelhantes e convicções ideológicas parecidas.

Bem-Te-Vi declarado, atacou a cadeia pública e soltou seu irmão e outros presos que haviam sido detidos quando levavam uma boiada pelo sertão. Nessa época, a regência no Brasil tinha uma orientação conservadora e centralizadora e no Maranhão o governo provincial era cabano, o que justificaria a explosão da revolta, ainda que episódios como este da Vila da Manga já haviam acontecido antes.

A menção aos portugueses aparece em diversos documentos elaborados pelos *balaios*, onde era sempre exigida a demissão de todos os adotivos dos cargos públicos e a saída do Maranhão de todos os portugueses (adotivos e natos), porém, há sempre ressalvas, como a de ficarem aqueles «casados com famílias brasileiras, e os velhos de 61 anos pra cima» (Gomes citado por Iamashita, 2010: 201). As exceções também aconteceram na *Setembrada*, quando os revoltosos atenderam à solicitação do governo e modificaram o artigo 6, que exigia a proibição de desembarque de portugueses, com exceção dos industriais e artistas, para permitirem a entrada também dos brasileiros pela constituição, os negociantes e empregados de comando (Iamashita, 2010).

Sandra Santos (2010) aponta para um “ódio renhido aos portugueses” durante a Balaiada, explicado pela lusofobia, consequência de uma posição nacionalista que ganhou força ao longo da revolta, que na visão da autora significaria um amadurecimento, pois sem abandonar as bandeiras liberais, tomavam um caminho próprio. Os rebeldes entendiam que as autoridades estavam a serviço dos portugueses, adulando-os e agindo com violência para vingar esse grupo, como fica expresso em alguns dos seus documentos. Essa ideia do nacionalismo entre os balaios é apresentada inicialmente por Maria Santos (1983: 51), pois afirma que «Torna-se necessário, no entanto, reconhecer que vigorosa manifestação nacional se fez sentir durante a Balaiada, vinculada ideologicamente à independência».

Léa Iamashita (2010), por sua vez, mostra como o antilisanismo era forte também nas páginas dos jornais liberais, a exemplo do *Brasileiro*, estando sempre contra os portugueses, os vendo como uma ameaça constante ao Brasil, prontos a tomar o poder do governo central. Mas a autora trilha o mesmo caminho de Galves para justificar as motivações das perseguições aos portugueses na *Setembrada*: «A insatisfação pontual é a de que os naturalizados continuavam a ocupar os melhores cargos na administração pública, por isso exigiam a expulsão dos naturalizados [...]». Demonstra como esse ponto era fulcral na relação entre nacionais e portugueses, pois os primeiros eram preteridos dos cargos, ficando de fora de um espaço de atuação que geravam recursos, poder, prestígio e oportunidades. Sobre a *Balaiada* insiste que as motivações eram as mesmas: «[...] as fontes indicam que o

antilusitanismo era expresso contra a ocupação dos empregos públicos e cargos militares pelos portugueses» (2010: 235).

No final da década de 1840, ainda era possível encontrar portugueses ocupando cargos públicos e nacionais se indignando com a situação. Em 1847, o jornal *Publicador Maranhense* publicava uma nota sobre um requerimento dirigido ao Juiz de Direito da Comarca de Brejo, onde era denunciado por João Alves Pereira, José Antônio Lima, suspeito de ser português e estar ocupando cargo público (*Publicador Maranhense*, n.º 576, 02/11/1847: 1, “Ao juiz de direito da comarca do Brejo”).

Se a Balaiada proporcionou ataques aos portugueses no interior da província, na capital, onde se concentravam esses estrangeiros foram chamados a defendê-la pelo governo diante do pavor da capital ser invadida, formando-se um batalhão provisório auxiliador.

PROCLAMAÇÃO

Estrangeiros residentes no Maranhão

A guarda avançada da rebelião forceja por aproximar-se da Capital, é este o fim dos esforços: é para ela que se dirigem seus golpes. Estrangeiros aqui estão as vossas famílias, aqui as vossas fortunas; cumpre proteje-las contra os salteadores; cumpre defender as vossas vidas contra o ferro dos assassinos. Hesitareis vós em coadjuvar aos Brasileiros no desempenho de tão sagrado dever, na defesa dos vossos mais caros interesses? Não por certo. Extrangeiros valorosos, o governo da Província espera no momento do perigo encontrar-vos a seu lado; conta também com o presidente que jura sustentar a Cidade de S. Luiz em quanto houver um só defensor da legalidade

Palacio do Governo do Maranhão 16 de Junho de 1839

Manoel Felisardo de Souza e Mello (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 16/06/1839).

Apesar de a proclamação citar genericamente estrangeiros, o batalhão provisório auxiliar foi formado por portugueses em sua maioria, havendo também brasileiros, como informava o presidente de província em correspondência endereçada à autoridade consular portuguesa no Maranhão. Por outro lado, parece ter sido formado exclusivamente por portugueses, como se depreende das notícias dos periódicos liberais maranhenses que criticavam esse batalhão e seu comandante português.

De qualquer forma, essa convocação só foi possível pela configuração da política nacional e local. Terminado o primeiro reinado com a saída de D. Pedro I instituiu-se a Regência e sob o domínio dos liberais, o regente Feijó fez reformas que distendiam o poder central e fortalecia os poderes locais, a exemplo da eleição dos juizes de paz e da formação das Assembleias legislativas provinciais. Essa descentralização, necessária num momento em que se temia a restauração, ou seja, o retorno de D. Pedro foi questionado depois da morte do primeiro imperador em 1834. Elementos do partido liberal (moderado) passaram a exigir a reforma de muitas dessas medidas diante das ameaças à ordem que surgiam com as revoltas do início da década de 1830.

Essa leitura de parte do partido liberal fez com que rompesse com Feijó e buscasse alternativas de tomada do poder, o que proporcionou um alinhamento, uma aliança, com os Caramurus ou restauracionistas: «A direita moderada deixou o partido, em reação ao Ato adicional e à liderança de Feijó, e recrutando a maioria dos Caramurus, reagruparam-se no partido de reação que compôs a maioria da Câmara em 1837» (Needell, 2009: 14). A renúncia de Feijó fez subir ao poder o Ministro do Interior, Araújo Lima, contrário às posições descentralizadoras e considerando um regressista, que teve como uma das suas primeiras ações a Lei de Interpretação do Ato Adicional em 1840, que anulava as atribuições das Assembleias Legislativas provinciais.

É esse contexto que permite que o presidente da província do Maranhão na época da eclosão da Balaiada fosse Cabano (conservador) e chamasse os portugueses a participarem da defesa da cidade com armas em punho, não sem a resistência de liberais progressistas ou exaltados, como a do jornalista João Lisboa.

Seja como for, os portugueses foram armados e receberam algum treinamento, tendo inclusive oficiais superiores. O cônsul português, quando consultado pelo presidente de província, não achou a ideia positiva, pois isso poderia gerar mais indisposição dos nacionais com seus patrícios naquele momento tão delicado, quando eram alvos das investidas dos *balaios* e criticados nos jornais pelos Bem-te-vis. A autoridade consular chegou a recomendar a não participação no Batalhão.

A tropa portuguesa nunca chegou a ser utilizada no combate, já que sua missão era dar suporte às tropas que defenderiam a capital em caso de invasão, mas não foi poupada das críticas dos seus detratores depois de terminada a revolta, o motivo seria uma suposta negativa dos comandantes em devolver as armas entregues pelo governo provincial. Gladys Ribeiro (1997: 327) lembra que «os portugueses eram sempre acusados de conspirarem contra o governo» e no Maranhão isso não era diferente nas primeiras décadas do século XIX.

O periódico *Opinião Maranhense*, de 25 de Agosto de 1842, trazia uma explicação dos fatos dados pelo Senhor Antão Pinto de Faria, comandante da quarta companhia, onde afirmava que o motivo da recusa da entrega das armas era somente pela forma como foi requisitada, que deveria ser por uma ordem do dia, como foi feito para começar o Batalhão (*Opinião Maranhense*, anno 1, n.º 10, 25/08/1842: 1, “Comunicado”. Autor: Antão Pinto de Faria). Antão Faria (1842) reclamava que a convocação do chefe de polícia para esse fim feria a forma tanto do aspecto burocrático, como do orgulho dos portugueses. Em outro texto da mesma edição o autor lembra que no governo posterior ao que os convocou foi solicitado pelos mesmos estrangeiros que o Batalhão fosse desfeito diante do fim da ameaça, mas o

presidente Lima preferiu mantê-lo em atividade por entender que o perigo ainda existia. O texto ainda faz críticas ao chefe de polícia, responsável pela chamada que obrigava a entrega das armas.

Para o jornal *O Caboclo*, de orientação liberal e que não poupava ataques aos portugueses às críticas feitas ao chefe de polícia foram suficientes para novos ataques, exagerando nas tintas e deturpando o texto publicado na *Opinião*:

Vêde Brasileiros, como esses intrigantes tiverão em sua mente resistirem a entrega d'esses armamentos.

Porque não resistirão! Porque não quizerão experimentar se podiam reconquistar a nossa terra, e torna-la a seu antigo estado de colonia.

Indignos! Nós Brasileiros queríamos ter o novo praser (gloria não, porque não é honra vence-los) de vos sovar como já fostes, queríamos, não faser-vos fogo, mas enxotar-vos a golpes de coronha, e a ponta pés como se faz a cães. Ainda é tempo... Tendes em vossas mãos esse armamento; não o entreguéis, e veréis qual é a vossa sorte! (O Caboclo Maranhense, n.º 2, 27/08/1842: 1, “Viva o imperio brasileiro”).

Terminada a revolta, esses dois partidos se desarticularam, pois as antigas lideranças foram substituídas e o embate entre liberais e conservadores, segundo Maria Janotti (2005: 55), passou a se dá exclusivamente na Câmara e no Senado, pois do partido cabano «pouco restava; o exaltado partido dos Bem-te-vis desaparecia amedrontado pela violência da repressão». Na correspondência do consulado e nos relatórios de presidente de província é possível encontrar referências a tensões durante as eleições ainda no final no século XIX.

Nos anos que se seguiram, é comum encontrar na correspondência do consulado português no Maranhão com o MNE e com a legação portuguesa no Rio de Janeiro a referência ao “sossego da província”, numa alusão à situação política, mas também à dos portugueses, como aconteceu em 1835 quando o vice-cônsul Antônio Aires Loreiro de Carvalho comunicava com satisfação «que nesta Provincia os subditos Portugueses continuão a gozar todas as izenções, e immunidades que competem aos estrangeiros, sem que ate agora tenha havido algo desagradável» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 02/03/1835, Antonio Aires Loreiro de Carvalho). O motivo, segundo Carvalho, era a presença de duas embarcações de guerra de Portugal ancoradas no porto de São Luís. Em 1849, era anunciado ao MNE que a província gozava do “maior sossego, apesar das notícias de “desordem” em Pernambuco e no Rio Grande do Sul (ANTT, MNE, correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 20/02/1849, Carlos Luciano Mendes). Anos mais tarde, em 1861, a autoridade consular informava que a província tinha «socego e tranquilidade pública» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 03/06/1861, Claudino de Araujo Guimarães).

Também é verdade que este sossego era percebido com cautela por parte das autoridades consulares, que recomendavam a não intromissão dos súditos portugueses nas questões políticas locais, já que tinha sempre o cuidado de lembrar a sua condição melindrosa no Brasil e no Maranhão especificamente, vistos com desconfiança e gozando de pouco afeto dos nacionais, como fica claro na mesma documentação. Os naturais do paiz, «que em geral tem de nós não pequeno ciúmes» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 20/12/1835, Antonio Aires Loreiro de Carvalho). «V.Exa sabe perfeitamente a má fé com que os naturaes olhão para os nascidos em Portugal ou sejam subditos da Snra. D. Maria 2ª, ou mesmo deste imperio por adopção [...]» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 13/07/1836, Antonio Aires Loreiro de Carvalho). «[...] os naturaes não são muito inclinados a Portugal, digo aos nascidos em Portugal» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 07/12/1836, Antonio Aires Loreiro de Carvalho). Essa insegurança em que os portugueses viviam no Maranhão na década de 1830 era motivada por questões políticas, quando cabanos e Bem-ti-vis disputavam as eleições locais. Esses eventos eram quase sempre marcados pelo uso da violência de ambas as partes, extrapolando as querelas vistas nas páginas dos jornais locais e atingindo partidários e não partidários portugueses e brasileiros.

«Tenho a satisfação de communicar a V. Exa que continua em socego esta província, porem as próximas eleições gerais, cujo principio he no dia 23 do corrente ameaça tormenta, por que os partidos estão tão exaltados, que se preparão para toda e qualquer occorrenci» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 21/10/1836, Antonio Aires de Carvalho).

Neste mesmo ano o periódico *O Cachambo*, ao que parece de orientação cabana, publicava um artigo sobre os abusos nas eleições daquele ano, denunciando os instrumentos utilizados pelo presidente de província, Costa Ferreira e seus aliados para ganharem as eleições. O autor menciona o oferecimento de cargos, processos, suspensão de juizes e o recrutamento forçado. No governo há cinco anos, como informava o artigo, os liberais intimidavam a população do interior com a chegada de tropas e o aviso de recrutamento, abstando aqueles que votassem em seus candidatos (*O Cachambo*, n.º 28, 18/10/1836: 102-103, 111, “Maranhão”). Esses expedientes foram os mesmos utilizados pelos cabanos quando chegaram ao poder.

O choque entre Cabanos e Bem Ti Vis continuou ainda no início dos anos 1840, pois o cônsul temia pela segurança dos portugueses nas eleições para deputados da Corte do Brasil

de 1842, pedindo proteção ao presidente de província, que atendeu sua solicitação com patrulhas de polícia. Se os portugueses nada sofreram, os brasileiros não tiveram a mesma sorte, sendo alguns espancados (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 04/09/1842, Joaquim Joze da Costa Portugal). Portugueses naturalizados, que tinham direito a voto, muitas vezes eram impedidos de participar das eleições por seus inimigos, que se utilizavam de qualquer pretexto (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 26/03/1844, Joaquim Joze da Costa Portugal).

O final da primeira metade do século XIX ainda reservava receio por parte da autoridade consular durante os períodos de eleição, o que justificava seu pedido de permanência de um Brigue de guerra português no porto de São Luís, como conta o cônsul Luciano Mendes em 1849:

Do dia 5 do corrente marcado pelo governo imperial para se proceder ás elleições geraes, visto que achando-se por esse motivo exarcebados todos os espiritos poderiam provocar qualquer desordem, em cujo caso aquele Brigue serviria de refugio e proteção ao subditos S.M.F. aqui residente. Felizmente passou-se esse dia sem graves desordem, mas não sem algum disturbio de que forão victimas alguns estrangeiros e mesmo nacionaes (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 25/08/1849, Carlos Luciano Mendes).

Nos registros do MNE, a partir da segunda metade do século XIX não são mais encontradas referências sobre problemas com os portugueses durante as eleições, indicando uma mudança de comportamento em relação a estes, pois os conflitos entre liberais e conservadores continuariam, mas sem o elemento português como um dos centros das suas querelas. Em 1884, o presidente de província do Maranhão, fazendo referência à eleição anterior para deputados da assembleia legislativa provincial anunciava uma eleição tranquila, mas admitia confrontos entre liberais e conservadores no colégio de Vila do Mirador, no interior da província, indicando que as eleições continuavam marcadas pela tensão entre dois partidos (Andrade, 1884).

Essa mudança de paradigma, segundo Ilmar Mattos (1987) ocorre com o esvaziamento da problemática nativista que colocava em campos diametralmente opostos portugueses e brasileiros feita pelos conservadores após a aprovação da maioria antecipada de D. Pedro II. Robert Rowland (2003: 380) nota que «[...] a questão das relações entre Brasil e Portugal, e entre brasileiros e portugueses, foi progressivamente perdendo relevância política na corte e em escala nacional», marcadamente na década de 1840, o que por sua vez possibilitou o florescimento do indianismo «enquanto movimento literário de feições marcadamente patrióticas».

Porém, no final do século XIX e início do XX a perseguição aos portugueses é retomada no Rio de Janeiro, quando esses imigrantes sofrem com campanhas difamatórias na imprensa e se defendem utilizando os mesmos expedientes, «[...] em dois períodos específicos: na década de 1890 e próximo aos anos 20, tornando-se, então, ‘guerra de palavras’, com insulto, artigos réplicas e trélicas atirados de ambos os lados» (Ribeiro, 1994: 633). Segundo a mesma autora, os portugueses em idade produtiva e solteiros disputavam o mercado de trabalho com os nacionais, num ambiente econômico muito desfavorável aos mais vulneráveis economicamente, marcado pelo aumento do custo da alimentação, aumento nos preços dos aluguéis e perda do poder de compra dos salários.

Robert Rowland (2003) diferencia dois momentos e as motivações distintas para atacar os portugueses, especialmente no Rio de Janeiro. Segundo o autor:

Nas décadas de 1820 e 1830, o antilusitanismo tinha um evidente sentido político e foi utilizado quer como discurso de legitimação do novo Estado independente, quer nas lutas de descentralização do Estado. Nas décadas de 1890 e 1900 o sentimento antiportuguês refletia, tal como antes, tensões recorrentes que caracterizavam o tecido social urbano, sobretudo no Rio de Janeiro, entre as quais as que decorriam do monopólio português de setores do comércio e do mercado de habitação (2003: 384).

O antilusitanismo perdeu força novamente na década de 1920 quando a repressão ao movimento operário foi acompanhado do sufocamento do movimento jacobino, que promovia as campanhas contra os portugueses no Rio de Janeiro, além disso, na década de 1930 há a diminuição da imigração (Ribeiro, 1989)⁴¹.

No Maranhão, como descrevemos, a perseguição aos portugueses nas primeiras décadas após a independência não foi muito diferente do que se assistiu em outras províncias; mas o processo que distendeu as relações entre nacionais e esses estrangeiros, como se deu anteriormente, é possível que a mudança no trato se inicie ainda no final da primeira ou início da segunda metade do século XIX e avance ao longo da segunda metade, quando em muitas outras províncias ainda se assistia ataques e restrições a esses estrangeiros. Essa mudança proporcionou-lhes maior tranquilidade no convívio social com os nacionais, explicado por um contexto bastante específico, como por exemplo, pela sua diminuição no conjunto da

⁴¹ O movimento jacobino no Brasil, marcadamente no Rio de Janeiro, tinha como características ser republicano, anti-monarquista e anti-lusitano, acusando o império pelo atraso no país e condenando à presença portuguesa na política, economia e vida social brasileiras. Ganhou força no final do século XIX e prosseguiu pelas duas primeiras do XX, defendendo ideais como progresso, modernidade e civilização. Seus membros vinham especialmente das classes médias, mas também, posteriormente, das classes subalternas, quando os jacobinos, utilizando jornais, acusavam os portugueses pelos males que atingiam a população da capital federal (Triches, 2007). «A imagem que esses intelectuais jacobinos criaram do imigrante português estava próximo do que consideravam ser a barbárie. Eram brancos, avarentos, inescrupulosos nos negócios, permissivos moralmente, imundos, mentirosos, transmissores de doenças, estimuladores da prostituição, enfim, representavam o atraso e o imobilismo de que o Brasil tanto queria se afastar nesses primórdios da República» (2007: 4).

população ou o seu não envolvimento com os cortiços e casas de aluguel aos trabalhadores pobres, tema que abordaremos no texto seguinte, quando discutirmos as mudanças nas representações sociais dos portugueses.

Representações sociais negativas dos portugueses no Maranhão

Na história das relações entre brasileiros e portugueses houve visões distintas sobre um e o outro, especialmente a partir do processo que acabaria na independência do Brasil de Portugal. Se antes não havia diferença de nacionalidade, já que todos eram portugueses, existia ao menos uma distinção, onde os metropolitanos eram chamados de reinóis. Os nascidos no Brasil, por sua vez, não carregavam qualquer denominação de diferenciação como os *crioulos* da América espanhola, ainda que pudessem ser chamados de “portugueses do Brasil”.

Essa ausência de diferença até a independência era ao mesmo tempo marcada por maiores possibilidades de uns em relação aos outros. Os metropolitanos ocupavam a maioria dos cargos públicos existentes, as terras eram em grande parte suas e o comércio era quase um privilégio, devido a sua presença marcante. Essa posição não era aceita com tranquilidade pelos nascidos no Brasil, ainda que não chegasse a configurar em conflitos ou num movimento nativista.

A literatura nos dá pistas para percebermos essas manifestações contrárias antes e depois da independência. Segundo Nelson Vieira (1991), a primeira expressão de rancor dos moradores da colônia é *Diálogos das Grandezas do Brasil*, escrito anonimamente por volta de 1618, mas publicado somente no século XIX. Na obra, um português residente no Brasil e outro recém-chegado dialogam sobre a colônia, onde o primeiro, Brandônio, defende a terra em que vive atribuindo as más condições do lugar à presença dos portugueses e censura os comerciantes, artesãos e trabalhadores que se aproveitam monetariamente do Brasil.

Nelson Vieira (1991) elenca escritores do século XVII que de alguma forma criticavam a metrópole, como Frei Vicente de Salvador, Gregório de Matos Guerra e o Padre Antônio Vieira, apesar da sua fidelidade à Coroa, reclamava das injustiças e abusos das autoridades portuguesas no Brasil, o que confirmaria a insatisfação dos nascidos ou dos que tomavam o Brasil como sua terra naquele momento. No século XVIII, aumentaria a intensidade das manifestações, como se pode notar em Antonil (*Cultura e opulência do Brasil*), que criticava a cobrança de impostos e os empreendimentos metropolitanos na

colônia ou Tomás Antônio Gonzaga (Cartas Chilenas), que chamava a atenção para o descontentamento e as injustiças praticadas pelos governos.

No pós-independência, a literatura intensificou e radicalizou as opiniões negativas em relação aos portugueses. Gonçalves de Magalhães, em 1836, fez duras críticas aos nascidos em Portugal num artigo publicado na revista *Niteroy: revista brasileira*. José de Alencar em diversas obras demonstra um ranço contra os portugueses, como em *A Guerra dos Mascates* (1873-74), onde descreve «as caras dos portugueses» como «galeria reinícola» e «alfacinhas e minhotos rudes». Na peça *O Jesuíta* (1875) surge a pergunta: «Quanto tempo ainda serás uma colônia entregue à cobiça de aventureiros, e destinada a alimentar com as tuas riquezas o fausto e o luxo de tronos vacilantes?» (Alencar citado por Vieira, 1991: 107). E para citar mais um exemplo, de Manoel Antônio de Almeida, em *Memórias de um sargento de milícias*, temos a personagem Manoel Pataca, apelido adquirido pelo seu gosto pelo dinheiro, representação social corriqueira dos portugueses no Brasil.

Por outro lado, os portugueses também elaboravam representações sociais negativas dos brasileiros mesmo antes do processo que culminaria na independência, criticando a forma de falar a língua portuguesa e chamando-os de macacos, como se pode ver num texto publicado no Rio de Janeiro em 1822, no jornal *O Macaco Brasileiro*, onde um jovem rapaz que estudava em Coimbra teria colhido e comido frutos da oliveira e por isso era motivo de chacota: «valha-o o diabo, é macaco, veio do mato, este carioca pensa que são cocos do Brasil. Olhe que azêmola» (Lustosa e Triches, 2011: 254). Outra expressão utilizada pelos portugueses em Portugal era a de “negrinhos”, destacando a diferença entre os moradores de lá e do Brasil e chamando a atenção para o atraso da ex-colônia devido à presença em grande quantidade de negros (Ribeiro, 1997).

Outra representação dos brasileiros era a de pouco afeiçoados ao trabalho, como se pode notar em documento dirigido ao MNE pelo cônsul Antônio Aires de Carvalho, que analisava a relação da economia com a escravidão e concluía: [...] «porque os naturais, gente muito inerte para nada, ou par muito pouco servem» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 09/06/1838, Antônio Aires de Carvalho). Essa ideia do nacional como inadequado para o trabalho, especialmente o livre pobre, era comum no século XIX em todo o Brasil e não somente entre os portugueses, pois seriam preguiçosos, indolentes e improdutivos, sendo que no Maranhão esses atributos negativos eram justificados pelo clima quente, mas também pela abundância de matas e rios que forneciam alimento e material para construir abrigos em qualquer lugar. A preguiça e a improdutividade do livre pobre do século XIX continuariam a fazer parte do discurso das

elites no século XX- ainda que depois de 1870 passassem a admiti-los como alternativa ao escravo - e entre os estrangeiros não era diferente, pois o Senhor Rabane, filho de libaneses, que vivia em São Luís, entrevistado por mim em 2005, descrevia o trabalhador local como preguiçoso, enquanto seus patrícios gostavam de trabalhar duro (Magalhães, 2011).

Mas a imagem do português no Brasil foi se deteriorando ao longo do século XIX em outros meios para além da literatura, pois periódicos e variados impressos tratavam de conceber e divulgar uma representação negativa desses imigrantes. José Bonifácio, por exemplo, depois do rompimento com D. Pedro I, usou dois jornais ligados a sua família para «promover violenta campanha contra os portugueses no Brasil» (Lustosa e Triches, 2011: 252). Após a abdicação de D. Pedro I, periódicos atacavam os portugueses em diversas partes do império, chamando a atenção dos perigos que representavam para o país. No final do século XIX e na década de 1920 esses estrangeiros voltaram a ser alvo, responsabilizados pelo aumento dos preços das mercadorias e dos aluguéis no Rio de Janeiro.

Naquela província, no mesmo período, o português era representado como desonesto, ganancioso, imoral e explorador, pela imprensa jacobina, que chegou a pedir a expulsão desses imigrantes do país e o fuzilamento como forma de se livrar desses indesejáveis estrangeiros (Lustosa e Triches, 2011). A imprensa jacobina do final do século XIX teria sido a mais virulenta contra os portugueses, contribuindo para a disseminação do antilusitanismo no Rio de Janeiro. O jornal *O Jacobino*, de Deocleciano Martyr, caracterizava os portugueses como exploradores miseráveis, depravados, conspiradores, comparando-os a Judas e os títulos de algumas matérias falavam por si: “Kagados”, “Gatunos”, “Que Burros”, “Canalhão”, “Ladrões” (Triches, 2007).

Esse descontentamento com os portugueses em parte estava relacionado à atitude de D. Pedro I quando tratou de estabelecer na constituição de 1824 os princípios da manutenção dos direitos dos seus patrícios que no Brasil habitavam, considerando que todos os portugueses domiciliados antes da adesão à independência em cada província e que concordassem com a emancipação, tornariam-se brasileiros adotivos automaticamente⁴². A primeira lei de imigração, de 1823, também favorecia os portugueses, sem mencionar os outros estrangeiros, bastando aderir à causa da emancipação para conseguir o foro de cidadão (Mendes, 2011).

⁴² «De modo explícito ou indireto, seis das sete constituições brasileiras favoreceram o português, inclusive a Constituição Federal de 1988, em vigor, que atribui a este cidadão e de países de língua oficial portuguesa condições especiais para obter a naturalidade brasileira e exercer direitos políticos» (Mendes, 2011: 33).

Se a conversão em brasileiros possibilitou a manutenção de privilégios, gerando insatisfação nos nacionais que não aceitavam pacificamente a permanência de estrangeiros, ainda que naturalizados, ocupando cargos públicos civis e militares, nem o controle de grande parte do comércio no início do século XIX, nas décadas seguintes, até o começo do século XX, a questão era outra, a perda na disputa do mercado de trabalho, como se assistiu no Rio de Janeiro, onde os nacionais eram preteridos nas ocupações mais bem remuneradas, mas também perdiam espaço nas atividades mal pagas. Esses imigrantes se submetiam a salários ou jornais menores, sendo assim chamados de *burros de carga* pelos brasileiros. Essa insatisfação gerou a imagem do *burro* em outro sentido, a de um sujeito de pouca inteligência, sempre praticando mal feitos e falando asneiras, muito comum no repertório de piadas sobre portugueses no Brasil até os dias atuais.

O portuga trabalhava numa empresa onde só tinha brasileiros, e todo dia, seu chefe dizia: pô Manuel, como você pode ser tão burro desse jeito! não sabe fazer nada certo!

Todo dia era a mesma coisa, até que um dia Manuel se irritou e resolveu reclamar lá na embaixada de Portugal.

No dia seguinte, lá foi o embaixador português tirar satisfação:

– que negócio é esse de falar que português é burro?

– Mas ele é mesmo!! – diz o chefe.

– Veja você mesmo, ‘ô Manuel, sobe lá no terreiro e vê se eu tô lá em cima’!

O Manuel sai correndo e daqui a pouco ele aparece lá em cima...

– Não é que ele é burro mesmo? – diz o embaixador, ele subiu de escada, olha o elevador ali do lado (Piadas, s/d).

Muitas dessas anedotas eram contadas no Brasil pelos próprios portugueses referindo-se pejorativamente aos alentejanos, apresentando um sujeito ignorante recém-chegado do Alentejo, logo é possível que parte deste repertório seja uma adaptação das piadas dos portugueses sobre eles mesmos. Por outro lado, esse tipo de piada, *stupid person*, não era um “privilégio” dos portugueses no Brasil, pode ser vista em diversas sociedades, como na Inglaterra, por exemplo, onde o alvo são os irlandeses (Lustosa e Triches, 2011). No Maranhão os Sírios e libaneses também foram motivo de chacota, destacando quase sempre seu apego ao dinheiro e a preocupação com os negócios.

A partuente estava em penoso trabalho de parto. Nada de ter a criança. Neto Guilherme, famoso parteiro e conceituado clínico da colônia síria-libanesa, já pensava em fazer um fórceps, quando interveio a velha patrícia.

Dotô, mim dobe dar um jeito...

Pôs uns níqueis numa lata vazia de leite condensado e os sacudiu, a ouvir o tilintar característico do dinheiro, o ‘menino meteu a cara’ (Lima, 1981: 51-52).

Se num primeiro momento os portugueses faziam piada com a forma diferente como os brasileiros falavam a língua portuguesa, depois o tema foi apropriado pelos últimos que investiram contra o “falar” lusitano, ridicularizando a troca do *v* pelo *b*, recurso até hoje utilizado pelos contadores de piadas sobre portugueses. Nelson Vieira (1991) afirma que a mudança na forma de falar o português no Brasil é anterior à chegada dos holandeses e que os

brasileiros mais abastados faziam um esforço para falarem como os portugueses de Portugal. Essa tentativa de adequar seu modo de falar aos padrões portugueses certamente deixou de ser praticada com o movimento de independência e com as tentativas de se forjar uma identidade nacional que se distanciasse dos seus antigos colonizadores, buscando uma pronúncia própria que identificasse o brasileiro.

No Maranhão do pós-independência os portugueses também foram perseguidos, acusados de mortes e de roubos; assim como, apontados de elaborarem e publicarem textos depreciativos da imagem dos governantes, construindo o perfil de serem “inimigos do imperador”, na intenção de ocuparem cargos no serviço público.⁴³ Como solução para esses problemas, propunha-se: «devemos aterrá-los, que vão lá para o reininho atrevidinho» (Censor Maranhense, n.º 5, 07/03/1825: 82, “Interrogatorio”).

Diante das investidas contra esses estrangeiros, o jornal *Censor Maranhense*, dirigido pelo português Garcia de Abranches nos anos imediatamente posteriores à independência, afirmava categoricamente que seus patrícios não estavam interessados em empregos públicos (Censor Maranhense, n.º 5, 07/03/1825: 82, “Interrogatorio”), ainda que a naturalização fosse utilizada com esse objetivo (Mendes, 2011).

É esse o tom utilizado no jornal *O Brasileiro*, na década seguinte, quando se refere aos portugueses no Maranhão, acusando-os também de serem ambiciosos e aristocratas servis ao ex-imperador. O periódico dirigido pelo jornalista liberal João Lisboa tinha postura anti-portuguesa e os atacava com frequência, descrevendo-os de forma nada lisonjeira quando relatava a saga desses imigrantes:

Os d’agora não roubão com a intrepidez e ousadia desses antigos corsários [...] reúnem a estupidez innata dos camponeses da Europa [...] Jali são empregados por seus senhores, ou patrões nos officios mais baixos e vis como limpeza de ruas, intrir de casas, cosinha & ate que acham menção de partir-se para a nossa terra; lastima é então vê-los aqui chegar todos broncos e espantadiços a procura humildemente quem os queira á sua contra (*sic*); ainda servem por muito tempo com tratamento igual, ou peor que dos escravos Africanos até que de sordidas economias possam pôr casa á parte. Começam então os quitandeiros mui socegados em seus balcões a falsificar pesos e medidas [...] outros a sedusir escravos que furtem trastes a seus senhores, que ao depois elles comprem a poder de barato; os negociantes mais graúdos a roubar os pobres correspondentes lavradores [...] os que moram a beiramar a fazer contrabandos [...] empregados rapinando cada um conforme pode, e todos elles enfim, salvas mui poucas e honradas excepções, ladrões desmarcados (*sic*) que amontoando em poucos annos riquezas immensas [...] (O Brasileiro, n.º 3, 06/09/1832: 11, “Os portuguezes”).

Outros jornais na primeira metade do século XIX se posicionaram contra os portugueses – *Argos da Lei*, *o Caboclo* e *o Correio Maranhense* –, enxovalhando-os e colocando-os sempre na posição de recolonizadores, golpistas ou absolutistas. Do outro lado,

⁴³ É bom lembrar que a distinção entre “brasileiros” e “portugueses” era tênue, demarcada pela opção política, contra ou a favor da independência, de D. Pedro ou da recolonização e não do lugar de nascimento.

publicações defendiam esses estrangeiros, como *A Opinião*, *Picapáo*, *Revista*, tentando amenizar os conflitos ou criando uma imagem contrária às acusações.

Durante a *Balaiada* (1838-1841), os portugueses voltaram a ser perseguidos com maior força, sendo exigido no seu primeiro manifesto em 1838, sua expulsão dos empregos públicos e sua saída do Maranhão em dezoito dias, a exceção dos maiores de sessenta anos e os casados com famílias brasileiras. Em outro documento, escrito em 1840, os *balaio*s definiam como viam os portugueses quando lembravam «que é a nação Lusitana que são *nosso*s inimigos por toda a vida [...]» (Proclamação dos Rebeldes em nome do povo, 1840 citado por S. Santos, 2010: 97, grifo nosso). Os portugueses não conseguiram a simpatia dos seus detratores nem quando formaram um batalhão para proteger São Luís de um possível ataque dos revoltosos, sendo chamados de *borra-botas*, numa referência à covardia, ao medo em combater os rebeldes (Correio Maranhense, anno XXI, n.º 19, 29/08/1842: 1, “Victoria, brasileiros, o correio colheo no laço os picapáos”).

Entre uma ação e outra onde os portugueses eram acusados e exigida sua saída dos empregos públicos ou do Maranhão os cônsules reconheciam a situação desconfortável vivida por seus patrícios no Maranhão, sendo vistos com desconfiança por parte da população. Em 1836, o vice-cônsul Antônio Aires de Carvalho avisava ao MNE que «os naturaes não são muito inclinados com Portugal» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 07/12/1836, Antonio Aires de Carvalho). Três anos depois o mesmo cônsul voltava ao assunto quando escrevia sobre muitos portugueses que queriam ir para Angola e listava as vantagens de tal mudança, como «se tirarem d’um paiz, onde nos são pouco afeiçoados, sendo-lhes com tudo bem uteis» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 06/01/1839, Antonio Aires de Carvalho).

Nesse contexto outra representação era difundida pelas autoridades e pelos defensores dos portugueses no Brasil: a de que ambos eram amigos e irmãos e precisavam se respeitar. Pouco tempo depois da adesão do Maranhão à independência o governador das Armas da província vizinha, o Piauí, pedia união entre brasileiros e portugueses, apelando para que os primeiros fossem tolerantes e amigos. Avisa que puniria rigorosamente os brasileiros que ofendessem de palavra os portugueses e estes que se opuserem ao novo regime (Censor Maranhense, n.º 3, 08/02/1825: 45-46. “Proclamação do Tenente Coronel e Governador das Armas desta Provincia do Piauy”. Autor: Joaquim de Souza Martins).

Em fevereiro de 1831, o Juiz de Paz da cidade de Caxias tomando conhecimento dos acontecimentos numa noite de festejos onde os portugueses foram alvo de investidas,

inclusive do chefe do batalhão e seus oficiais, escreveu uma proclamação ao povo lembrando que portugueses eram irmãos dos brasileiros: «[...] Os portugueses *nossos irmãos adoctivos*, são alvos de suas sectas, e estes sucumbidos de terror e pânico deixarão de fazer justiça as nossas conhecidas virtudes [...]» (Ofício do Juiz de Paz de Caxias, Luís Antônio Damasceno Costa ao Presidente de província Cândido Joze de Araújo Vianna citado por Iamashita, 2010: 225, grifo nosso).

As investidas contra os portugueses em alguns lugares do Brasil só se dariam depois dos anos de 1920. Jalila Ribeiro (1990: 60), se referindo ao Rio de Janeiro, afirma que «a ideologia do trabalho ajudou a arrefecer os conflitos antilusitanos», mas também o fim do movimento jacobino na década de 1920, um dos grandes responsáveis pelos ataques aos portugueses em periódicos.

Em São Paulo, quando sua participação numérica diminuiu devido à menor imigração a partir da década de 1930 e com a maior presença de italianos e espanhóis e em menor número sírios e libaneses.

Em meados do século XX, em São Paulo, era difícil estabelecer qualquer relação entre o português explorador da mitologia colonial, ou mesmo do banqueiro de Noel, e o vendedor de hortaliça na feira, ou o dono da mercearia ou padaria da esquina. O bode expiatório de uma sociedade urbana e industrial tinha que ser outro. E ao ‘português’ restou-lhe o papel inofensivo de Manoel ou Joaquim que, como diz a publicidade do restaurante homônimo, desde há muito tempo é motivo de alegria e boa disposição para os brasileiros (Rowland, 2001: 170).

Durante a segunda metade do século XIX, episódios foram registrados em diversas partes do Brasil contra os portugueses. Em 2 de junho de 1857 mais uma vez as janelas do cônsul português eram apedrejadas na Bahia, por ocasião dos festejos públicos. Em 1863, em Cabo Frio, a bandeira portuguesa era derrubada; Situações de comemorações relacionadas à família real portuguesa geravam conflitos, como aconteceu em Porto Alegre em 1858; Em São Paulo, em 1863, durante a construção do caminho de ferro de São Paulo na Cachoeira, houve desentendimento entre um português e um brasileiro que acabou numa rixa entre nacionais e esses estrangeiros, obrigando o governo a enviar tropas para apaziguar os ânimos; no Ceará, onde a presença dos portugueses era menos da metade da existente no Maranhão em 1872, conflitos também foram registrados em 1864, quando uma milícia ativa do partido liberal os hostilizou com ameaças e cruces negras nas portas de suas casas e estabelecimentos comerciais; no Pará, o jornal *A Tribuna*, desde 1872, exigia a saída dos portugueses do império e a nacionalização do comércio a retalho (Cruz, 1987).

Cruz (1987) afirma que a imprensa tinha papel preponderante nesses conflitos, pois além de divulgar esses conflitos, muitos deles eram responsáveis pelas campanhas contrárias a esses imigrantes:

A imprensa tinha um papel relevante na difusão dos relatos dos conflitos existentes e também na divulgação de motins ou manifestações em embrião e que, muitas vezes, não ultrapassavam a condição de boato. Qualquer acontecimento que envolvesse os portugueses era vivamente debatido nos jornais que se dividiam em apoiantes e opositores dos nossos compatriotas (1987: 86-87).

A mesma autora continua demonstrando que as hostilidades aos portugueses podiam também ser notadas em outro nível, o institucional, quando no final da década de 1850 diversas assembleias provinciais propunham impostos especiais ao comércio exercido por esses estrangeiros. Na Bahia, por exemplo, cada caixeiro português era tributado em 500\$00 (Cruz, 1987) e havia ainda ideias na Assembleia Geral do Império de nacionalização do comércio a retalho.

No Maranhão, o clima de paz parece ter se antecipado, pois na segunda metade do século XIX as críticas e perseguições diminuíram drasticamente, não sendo mais encontrados nos jornais pesquisados quem explorassem o tema. Os outros conjuntos documentais trabalhados nesta tese também não fazem referência a críticas aos portugueses. Consequentemente também desaparecem seus defensores. A luta política no Maranhão continuava acirrada, mas a ameaça de restauração ou absolutismo já não existia mais com a morte de D. Pedro I em 1834, fazendo com que o jornal *O Brasileiro* deixasse de abordar essas possibilidades (Iamashita, 2010: 247), aliviando assim a carga contra esses imigrantes e os naturalizados ainda no segundo quartel da primeira metade do século XIX. Os ataques voltariam no final daquela década com o início da Balaiada, como já foi mencionado, para praticamente se extinguirem no fim da década de 1840.

O processo foi lento, mas nota-se na documentação do consulado a distensão entre portugueses com os nacionais e o governo, ainda que pudessem ocorrer episódios isolados, como a perseguição que o presidente de província Antônio Cruz Machado fez ao açoriano Antonio Bitterncourt, fundador da colônia de Santa Tereza, terminando com sua deportação, injusta, em 1856. Um dos motivos poderia estar relacionado ao fato dos portugueses não terem investido na companhia de águas que o presidente de província havia fundado e que lhe era muito cara. O cônsul português no Maranhão acusa o presidente de não gostar dos portugueses, mas levanta a hipótese do envolvimento de terceiros no caso, sugere que a perseguição tinha cunho político, pois um ex-presidente da província, que se dizia amigo dos portugueses, passou a atacá-los, com pretensão de se eleger deputado e necessitava do apoio do presidente Machado (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 12/09/1856, Thomas Ribeiro dos Santos). De qualquer forma parece realmente episódico qualquer conflito existente neste período.

Ainda em 1858, o novo presidente da província João Lustosa Paranguá fez elogios aos portugueses residentes no Maranhão em seu discurso de posse e posteriormente visitou o cônsul em sua casa (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 05/10/1858, Augusto de Faria). A inauguração da república brasileira em 1889 não registrou nenhum ataque aos portugueses, ainda que tenha havido distúrbios entre tropa e povo, com saldo de três mortos e alguns feridos (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 19/11/1889, Gregorio Anselmo Ribeiro Marques).

Com a morte do rei de Portugal neste mesmo ano o consulado português no Maranhão informava ao MNE que a representação consular, assim como a Real Sociedade Humanitária 1º de Dezembro hasteou a bandeira em funeral e deixaram o escudo coberto. Os consulados das outras nações, em respeito também hastearam suas bandeiras em funeral. Mas além das representações estrangeiras, as sociedades locais e «todo o commercio indistintamente, fechou as meias portas dos estabelecimentos» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 21/10/1889, Gregorio Anselmo Ribeiro Marques).

O vice-presidente da província ao saber do ocorrido: «mostra-se penhorado por este acto. Mais tarde me procurou pessoalmente S.Exa. e me comunicou que, pela sua parte havia providenciado para que fosse demonstrado o justo pesar de que os habitantes desta província se achavam possuídos por tão infausto quanto prematuro acontecimento» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 21/10/1889, Gregorio Anselmo Ribeiro Marques).

Em outro documento, a autoridade provincial referia-se aos portugueses como «irmãos de além-mar» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 31/10/1889, Gregorio Anselmo Ribeiro Marques) e por conta do reestabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal em 1895, o governador do estado enviou correspondência ao governo de Portugal congratulando-o e em resposta o cônsul transmitia os agradecimentos das autoridades portuguesas (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 521, 18/06/1895, nome ilegível). Meses antes, o cônsul comunicava «o regosijo geral que neste Estado se manifestou francamente, entre portugueses e brasileiros ao conhecer-se o desenlace da questão política que se deu entre as duas nações [...]» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 521, 22/03/1895, nome ilegível), informava ainda que

[...] o governador do Estado Manoel Ignacio Belfort Vieira, requisitou, S. Exa, que a banda de músicos do corpo d'Infantaria Estadual viesse a seu palácio para tocar em regosijo.

Chegada esta, sua Exa, mandou içar o pavilhão portuguez e fez saldar-o com o seu respectivo hinno, provando deste modo o quanto é afeiçãoado a essa nação tão gloriosa (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 521, 22/03/1895, nome ilegível).

As manifestações não se encerraram, houve ainda reunião na Real Sociedade Humanitária 1º de Dezembro com distribuição de impressos e dali cortejo ao governo estadual com direito a falas de portugueses e brasileiros, todas muito lisongeiras (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 521, 22/03/1895, nome ilegível).

A metáfora mais usada, ou melhor, resgatada e repetida foi a de “irmãos”, negada durante os anos iniciais do Brasil independente, os laços entre portugueses e brasileiros ganhou força ao longo do século XIX no Maranhão, passando a ser a referência nas relações entre Portugal e o Brasil. Para Boris Fausto, quando escreve a apresentação do livro *Brasil e Portugal: A imagem recíproca*, de Nelson Vieira (1991: 11): «a metáfora dos ‘irmãos’ introduz uma noção de maior igualdade, implicando algum grau de conflito, pois irmãos podem se amar, mas necessariamente disputam, concorrem entre si».

O recurso da metáfora de união não era novo, estava presente na cultura ibérica desde o século XIV e foi resgatado por D. Pedro I que lembrava “os laços de sangue” entre brasileiros e portugueses, que em última instância serviria como «correia transmissora de lealdade, sinônimo de família, progênie, ascendência comum» (Mendes, 2011: 59).

Essa relação de maior proximidade continua no século XX, quando os portugueses recebem homenagens e o apelo à figura “irmãos”, continuo em uso, demonstrando maior proximidade entre ambos os lados do Atlântico, pelo menos por parte do Maranhão, no Brasil.

Em homenagem ao dia de hoje, anniversario da Restauração de Portugal em 1640, da fundação da Real Sociedade Humanitária 1º de Dezembro e da inauguração, em 1869, do Hospital Portuguez, desta capital, conservam-se embandeirados esse bello edificio, consulado e vice consulado da Nação Portugueza. Com os dignos filhos da Pátria de Camões, que formam a estimada e sympathica colônia, entre nós residente, nos congratulamos pelo justo motivo de prazer e orgulho, que teem, commemorado o aniversario de tão gloriosas datas.

Aos distinctos cidadãos, que oficialmente representam a Pátria lusitana, aqui consignamos as manifestações do sentimento do povo maranhense, sempre demonstrado pela sua adesão a todas as alegrias e pezares da Nação, irmã e amiga, e as nossas particulares, acompanhando-os e a seus compatriotas, na ultima lembrança, e recordação do pátrio ninho. (Diário do Maranhão, 01/12/1902: 2).

Nesse mesmo ano, 1906 a Câmara Municipal de São Luís trocava o nome da principal rua comercial da cidade em homenagem aos portugueses, deixando de se chamar Trapiche, para ser denominada Rua Portugal.

Intendencia Municipal/Edital n.º 5 – De ordem do Sr. Coronel Intendente Municipal faço publico para conhecimento dos munícipes, e de quantos interessar possão, que a Camara Municipal desta Capital, reunida ante-hontem em sessão extraordinária, a fim de rememorar a vinda a esta cidade da canhoneira “Patria”, da real marinha portugueza, e tendo querido dar a essa manifestação um caracter publico e duradouro, que relembresse perpetuamente a visita d’esse bello vaso da nação amiga – resolvera promulgar a seguinte resolução(*): Que a principal artéria do Bairro Commercial d’esta

Capital, á rua do Trapiche fosse d'ora em diante denominada – Rua Portugal. Dado e passado n'esta cidade de S. Luiz do Maranhão aos 17 de Março de 1906
O Director Josino José Ferreira (Diário do Maranhão, 20/03/1906: 2).

O viajante paulista Ademar Chaves escreveu uma crônica na imprensa de São Paulo, em 1959, sobre a rua, onde dizia: «A rua Portugal, na zona portuária antiga, é uma rua que corresponde ao nome, por ser um verdadeiro decalque lusitano, sobradões com azulejos brancos e azuis de baixo até em cima» (A Gazeta, 18/11/1959, “São Luís, lendas e turismo entre azulejos”).

A mudança das representações sociais dos portugueses no Maranhão

Essa mudança certamente está relacionada à dramática diminuição da imigração portuguesa para o Maranhão a partir do final década de 1850, ainda que o número absoluto continuasse estável até a primeira década do século XX, algo em torno de 2.000 indivíduos, mas relativamente à população total da província havia diminuído, como demonstram censos realizados pelo governo central, passando de 0,76% em 1872 para 0,7 em 1920. O cônsul de Portugal no Maranhão, Raimundo Capella (1882: 236), apontou para a redução do número dos seus patrícios quando elaborou um censo a pedido da SGL em 1881: «Com effeito, mostra-se que a colônia portuguesa no Maranhão está hoje reduzida à metade do que era em 1852 [...]».

A diminuição dos portugueses significou uma menor visibilidade, pelo menos no mercado de trabalho, aliviando assim tensões que existissem nas disputas por vagas, ainda que continuassem presentes no setor comercial, como proprietários ou caixeiros no início do século XX, diminuindo com o passar dos anos.

O livro de registros de matrícula do consulado entre os anos de 1904 e 1908 traz 58 empregados do comércio (49%) e 31 negociantes e proprietários (26%), num universo de 118 declarantes de ocupação⁴⁴. Já o livro de 1915-1921 apresenta 83 (37,2%) empregados do comércio contra 38 negociantes, comerciantes e proprietários (17%) entre os 220 declarantes de ocupação. E entre 1921 e 1928, os empregados do comércio somavam 98⁴⁵ (36,4%) e 41 negociantes e comerciantes (15,7%), entre os 261 declarantes.

⁴⁴ Estou considerando aqui os que se declaram “caixeiros”, “comércio”, “empregado comercial” e aqueles que tinham a intenção de se empregar neste ramo.

⁴⁵ São considerados aqui empregados do comércio aqueles que se declaram “comércio”, “empregado do comércio”, “auxiliar de comércio”, “vendedor ambulante” e “caixeiro”.

Tabela 9 - Números totais e percentuais de empregados do comércio e de negociantes c nos registros de matrícula do consulado de Portugal no Maranhão

Livros de Matrícula	Número total de Portugueses nos livros	Número total de empregados do comércio	Percentual de empregados do comércio (%)	Número total de negociantes	Percentual de negociantes (%)	Total de portugueses ligados ao comércio	Percentual de portugueses ligados ao comércio
1904-1908	120	58	49	31	26	89	74
1915-1921	220	83	37,2	38	17	121	55
1921-1928	269	98	36,4	41	15,7	138	51,2

Fonte: Consulado de Portugal no Maranhão. Livros de inscrição de portugueses no Consulado de Portugal no Maranhão: 1904-1908, 1915-1921, 1921-1929, 1929-1963.

Quando consideramos somente os imigrantes do sexo masculino acima de 12 anos, já que eram estes que se empregavam no comércio, percebemos a mesma tendência, a diminuição da proporção no conjunto portugueses envolvidos neste setor da economia. Porém, tanto na primeira, quanto na segunda tabela, em números absolutos houve aumento desses estrangeiros ligados ao comércio.

Tabela 10 - Número total de portugueses do sexo masculino acima dos 12 anos e percentual ligados ao comércio no Maranhão

Livros de Matrícula	Número total de Portugueses do sexo masculino com mais de 12 anos no livro	Número total de empregados do comércio	Percentual de empregados do comércio (%)	Número total de negociantes	Percentual de negociantes (%)	Total de portugueses ligados ao comércio	Percentual de portugueses ligados ao comércio
1904-1908	110	58	52,7	31	28	86	78
1915- 1921	205	82	40	38	18,5	130	63,4
1921-1928	237	98	41,3	40	16,8	138	58,2

Fonte: Consulado de Portugal no Maranhão. Livros de inscrição de portugueses no Consulado de Portugal no Maranhão: 1904-1908, 1915-1921, 1921-1929, 1929-1963.

Nota-se que, além da diminuição dos portugueses em números absolutos a partir da década de 1910 e de sua participação no conjunto da população desde meados do século XIX, houve também um recuo dos quantitativos de portugueses no comércio, não em números absolutos, mas em percentuais.

Além disso, não estavam presentes como proprietários de moradas de aluguel ou cortiços, não sendo assim responsabilizados pelos aumentos de preço nesse setor, como acontecia no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do XX. O conjunto de testamentos analisados neste trabalho aponta para um número pouco significativo de portugueses com casas que poderiam ser utilizadas para aluguel. Entre os anos de 1829 e 1920, foram encontrados 220 testamentos e entre estes somente 23 mencionam a posse de mais de uma casa, quase sempre não ultrapassando 4 ou 5 unidades. Entre os que tinham moradas em grande quantidade, mas de baixa qualidade, exatamente as que abrigavam trabalhadores pouco qualificados aparece Aurélio Ribeiro Marques, falecido em 1903, como proprietário de 21 casas de porta e janela, mais 10 ares de porta e janela e 30 quartos nos fundos destas (Arquivo do TJMA, Livro 41, Aurélio Ribeiro Marques, 1903) ou Domingos José Francisco Jorge, falecido em 1892, dono de “sete quartinhos” (Arquivo do TJMA, Livro 36, Domingos José Francisco Jorge, 1892).

Apesar dessa documentação nem sempre revelar todos os bens em detalhes ou a quantidade de casas e sua finalidade fica claro que este não estava entre os principais investimentos dos portugueses no Maranhão, preferindo ações de bancos e companhias, como veremos no capítulo IV. Outros conjuntos documentais reforçam a expressividade desse tipo de investimento em detrimento de outros, como as correspondências do consulado, os jornais e as atas da SH1D.

Outro fator que podemos considerar para a diminuição das tensões, críticas e perseguições é a chegada, no final do século XIX, de outro grupo de estrangeiros, os sírios e libaneses, que muito rapidamente inseriram-se no comércio local, trabalhando nas ruas como mascates ou em pequenos estabelecimentos, mas também em grandes lojas e mais tarde participando dos mesmos empreendimentos industriais que os portugueses. O grupo nunca foi muito numeroso, em 1929, por exemplo, somavam 628 indivíduos, mas já era igual ao número de portugueses. É possível que antes disso houvesse mais, mas não foram encontradas fontes que possam comprovar essa possibilidade.

Fran Paxeco (1916) apresenta números do movimento de passageiros do porto de São Luís em 1914 e 1915, quando a quantidade de portugueses desembarcados era bem menor que o dos sírios e libaneses, naquele momento, chamados de turcos, pois seus passaportes eram expedidos por aquele país, já que esses territórios eram dominações da Turquia. Em 1914, apenas 48 portugueses desembarcam na cidade, enquanto os turcos somavam 77. Os portugueses eram o segundo maior contingente, seguidos dos ingleses, franceses e espanhóis. No ano seguinte, somente 3 portugueses chegaram ao Maranhão,

enquanto os turcos somaram 51. Os números referentes à entrada desses contingentes não significavam necessariamente que se somariam aos que já vivam lá, pois o movimento do porto registra também a saída desses estrangeiros, demonstrando que muitos deixavam o Maranhão. Seja como for, revela o crescente aumento da população síria e libanesa em detrimento da portuguesa.

Tabela 11 - Movimento de passageiros no porto de São Luís 1914/1915

Estrangeiros	Entrada		Saída		Saldo total
	1914	1915	1914	1915	
Turcos	77	51	58	01	65
Portugueses	48	03	15	01	35
Espanhóis	21	07	21	00	21
Ingleses	28	10	20	02	26
Franceses	22	12	13	00	22

Fonte: Fran Pacheco (1916: 16)

A chegada e saída de desses estrangeiros, deixando saldos quase sempre bem menores que o número de desembarcados pode estar relacionado a motivos diferentes, como visitas a parentes, negócios ou ainda a uma imigração temporária, pois quando não eram alcançados seus objetivos naquele estado buscavam oportunidades melhores em outros espaços, a exemplo dos portugueses que muitas vezes imigravam para o Pará, como já foi demonstrado. Atitude semelhante foi também identificada em relação aos sírios e libaneses no final do século XIX, início do XX, quando o Maranhão poderia ser a primeira ou a última parada desses estrangeiros, dependendo das condições oferecidas e possibilidades de dias melhores (Magalhães, 2009).

Os sírios e libaneses chamaram muito a atenção pelo seu porte físico e “língua estranha”, gerando estereótipos negativos pelos moradores locais a partir dessas características, mas indo além disso. Foram acusados de roubo, falcaturas e chamados de criminosos, sendo alvo no início do século XX de uma campanha difamatória, onde eram acusados de ladrões e apegados ao dinheiro, solicitando-se nos jornais um boicote a esses negociantes, para que não comprassem suas mercadorias.

É possível que os ataques não estivessem relacionados somente ao preconceito local, mas a interesses comerciais feridos, já que sua inserção no comércio local se deu de forma

rápida. Podemos sugerir ainda que a campanha contra os sírios e libaneses teve a participação de portugueses, interessados na sua manutenção no comércio local que aos poucos ia se rendendo a esses novos estrangeiros, mas não foi possível confirmar essa suspeita.

Seja como for, passaram a chamar a atenção, tornando-se alvo de artigos publicados nos jornais locais e da literatura, como se pode ver no jornal Pacotilha em 1901, quando reproduz um artigo de autoria de um recém-eleito vereador, publicado na Revista do Centro Caixeiral, onde os chama de «rebutalho do elemento do elemento colonial» e parasita, afirmando não ter «o sírio nenhum poder assimilador» e não se ligar com o indígena, ter uma «uma língua arreversa e feia», ter «não sei que credo e outras queijandas queixas». (A Pacotilha, 12/03/1901, “Ao público”, Autor: Firmino Saraiva).

Na literatura, Nascimento de Moraes deu conta de sua presença em *Vencidos e degenerados*, apesar de ter como alvo os portugueses. Através do jornalista mulato Olivier demonstra a sua importância no comércio local, no final do século XIX, numa das principais ruas da capital, reduto dos negociantes portugueses, a Rua do Trapiche.

Olivier, de fato de casimira azul, chapéu claro, monóculo, bengala de cana-da-índia, vindo do interior do estabelecimento de Azevedo Almeida, canto da praça com rua da Estrela, perfilou-se com o seu porte habitual na última porta, a direita, do lado da praça. Lançou o olhar a Rua do Trapiche que ele via em quase toda a extensão: carcamanos de braços cruzados, á porta dos seus estabelecimentos apreciavam o movimento, ou com acenos e sorridentes, fazendo uma cara de piedade, chamavam os transeuntes (Moraes, 2000: 57).

Em outro trecho descreve as provocações de “estudantes e moleques” aos sírios e libaneses, mexendo em suas mercadorias e os insultando em árabe: «Escolares e moleques que brincavam por ali puxavam as fazendas de amostras colocadas às portas, gritavam-lhes obscenidades em frases em árabes, já conhecidas [...]» (Moraes, 2000: 58).

Como naturalista, Moraes atacava o que não fosse nacional e como “novo ateniense”⁴⁶ estava preocupado com a situação econômica do Maranhão e certamente ver seu comércio antes domínio quase exclusivo dos portugueses migrar para as mãos não dos nacionais, mas de outros estrangeiros não lhe agrava. Em certa altura do texto, a desconfiança aparece sutilmente. Cláudio, filho de Olivier, vai à casa do velho amigo, o jornalista e polemista, Bento, que estava terminando um panfleto. Vendo a curiosidade de Cláudio, Bento resolver ler um trecho.

O Maranhão não foi bafejado pela imigração estrangeira, nem em grande, nem em pequena escala. Só a estas continuam a chegar portugueses trabalhadores, mas que de modo algum auxiliam nosso progresso e, depois, principiaram a entrar chusmas de sírios e turcos. Os portugueses não nos

⁴⁶ No imaginário maranhense, São Luís foi, no século XIX, a Atenas Brasileira, uma tentativa das elites econômicas e intelectuais locais de se diferenciar do restante do Brasil, pois a província já não era mais uma referência econômica, já não tinha mais um passado de glória para exaltar. Seus representantes ficaram conhecidos como atenienses. Um grupo de intelectuais na Primeira República se apropria desse imaginário e se autointitula novos-atenienses.

trouxeram luzes; ao contrário, nutriram as populações com suas crendices grosseiras e superstições deprimentes, como se não bastassem a que seus antepassados aqui deixaram e dos infelizes e desgraçados negros escravos. Os sírios e os turcos não fazem parte da sociedade maranhense, e como os portugueses, não se aplicam a indústria, a criação do gado e á lavoura. Vivem do comércio, mas de um comércio misterioso, incompreensível, a que a perspicácia de ninguém alcança, e do qual só se diz que é na maior parte prejudicial à praça (Moraes, 2000: 203).

Em outro trecho, o autor apresenta um diálogo de duas personagens, Doutor Sampaio e D. Arminda, que se enamorando tratam da presença dos portugueses quando são interrompidos por Sigimundo Costa que entre elogios e críticas a esses imigrantes, diz preferir-los aos sírios⁴⁷.

É fato que se os holandeses não tivessem perdido a batalha dos Guararapes, nós seríamos hoje muito mais felizes. Contudo, é preferível a colônia portuguesa á colônia síria, a mais arruinadora de todas as colônias, prejudicial á lavoura e ao comércio, composta de indivíduos que não participam de nossa sociedade, que não fazem parte de nossas famílias, que se locupletam e fogem sem que ao menos se lhe saibam os nomes, pois os mudam como nós de gravatas (Moraes, 2000: 165).

Talvez seja pertinente pensar também como motivo para essa alteração nas relações e nas representações, a associação dos portugueses a civilidade que a Europa produzia e que a província precisava desesperadamente, como acreditavam muitos. A discussão da necessidade de mão de obra estrangeira no Maranhão não estava deslocada do que se assistia nos grandes centros brasileiros. O trabalhador vindo de outros países, segundo seus defensores, contribuiria significativamente para a transformação da província, pois teria um papel determinante não só como trabalhador, mas como civilizador e também como exemplo de moralidade a ser seguido. O trabalhador nacional ficaria de lado, desqualificado e abandonado pelo sistema produtivo, associado à preguiça e à indolência, taxado como perigoso⁴⁸.

Não era qualquer estrangeiro que deveria desembarcar no Maranhão, havia uma clara preferência pelos europeus e um dos autores que escrevia com autoridade na década de 1850 sobre o tema, Fabio Alexandrino Reis, «recomendava a contratação de portugueses, afirmando que eram muito fáceis de convivência por terem língua e religião semelhantes às praticadas no Brasil» (Faria 2001: 181). Na fala do presidente de província à Assembleia provincial em 1851, José Olímpio Machado, demonstrava sua preferência pelos açorianos, que «segundo informações se aclimatam com muita facilidade nesta província» (Machado, 1851). Já o Regulamento da Diretoria de Colonização de 19 de abril de 1855 colocava entre suas próprias obrigações a indicação dos países onde deveriam ser contratados os colonos, observando *nossa religião, forma de governo e língua* (Maranhão, 1855). Entre os atributos associados ao colono que desembarcaria no Maranhão estavam o de serem “inteligentes”,

⁴⁷ «É verdade que Costa não gozava de muito prestígio intelectual, sendo chamado pelo autor de Dândi e descrito como “um leão da moda, tipo muito comum, muito imbecil, metido a sebo [...]» (Moraes, 2000: 164).

⁴⁸ Regina Faria (2001) aponta uma mudança de mentalidade lenta em relação ao trabalhador local, iniciada na década de 1840 e que nas décadas posteriores ganharia espaço nos discursos e nas práticas dos maranhenses.

“moralistas” e “industriosos”⁴⁹ e ainda o de promover o desenvolvimento de métodos e máquinas (Sá, 1847).

Jalila Ribeiro (1990) lembra que apesar de toda crítica que se fazia ao português no final do século XIX, eram dignificados pelo trabalho, representavam o bom trabalhador, associando-se assim às palavras de ordem daquele período, progresso e civilização. Silva (2013: 297) afirma que: «A colônia portuguesa no Brasil sempre se esforçou por se distinguir das restantes comunidades estrangeiras, empenhando-se tanto por passar a imagem do emigrante português honesto, trabalhador, sóbrio e caritativo [...]».

A experiência de trazer estrangeiros consistiu em formar seis colônias com trabalhadores engajados no exterior entre 1853 e 1855, quando foram levados 887 colonos, entre eles 47 chineses e 840 portugueses das Ilhas Graciosas, nos Açores e do continente. A experiência fracassou por diversos motivos, que trataremos adequadamente no próximo capítulo, mas por hora, muitos deixaram as colônias de forma legal, pagando seus débitos com o Estado ou com os proprietários das colônias, outros fugiram, abandonando as terras e o contrato estabelecido. Muitos ficaram vagando pelo interior, mas também pela capital, obrigando o cônsul, negociantes e mais tarde, na década de 1860, a Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, a se responsabilizarem por estes indigentes, tratando-os e abrigando-os, assim como os enviando de volta aos Açores ou a Portugal continental.

O fracasso da colonização e da experiência com portugueses na condição de civilizadores não maculou sua imagem como trabalhadores ideais, ainda que se sugerissem outros europeus, pois se repetiu a tentativa de contratá-los em 1894, quando à fábrica têxtil Rio Anil engajou portugueses do Porto para movimentarem seus teares devido à falta de mão de obra especializada. Mais uma vez falhou, resultando na insatisfação dos portugueses com seus salários e numa greve. Em nenhum momento aparece como responsável pelos fracassos a condição de ser português, a culpa recai sobre o clima ou o tipo de engajado trazido, ou na pior das hipóteses, o fato destes estrangeiros vislumbrarem a cidade e o comércio como lugar e meio de vida.

Outra hipótese que podemos sugerir para a diminuição do preconceito ou a mudança de representação dos portugueses no Maranhão foi a criação a partir de 1853 de um conjunto de instituições em São Luís que proporcionaram assistência médica, funerária, social e acesso à cultura, educação e esporte. Entidades como o Gabinete Português de leitura (1853), a Sociedade Humanitária 1º de Dezembro (1862), a Sociedade Patriótica (1869), a Sociedade

⁴⁹ Estas qualidades atribuídas aos colonos que deveriam ir para o Maranhão podem ser encontradas nos relatórios e falas de presidente de província do Maranhão entre os anos de 1847 e 1853.

Beneficente Luso-Maranhense (anterior a 1861), o Centro Português (1911), o Esporte Club Luso-Brasileiro (1917) e o Grêmio Lútero Recreativo Português (1930) acabavam por ultrapassar o associativismo e assistencialismo entre os portugueses, proporcionando um efeito positivo a nível macrossocial, como quer José Viegas (2004). O autor, baseado em Van Deth (1997) diz que essas entidades tinham um papel de intermediação social, propiciando «a integração sistemática entre o indivíduo e o estado ou entre os diferentes grupos do todo social».

O associativismo pode ainda ser caracterizado por ter uma tendência mais de etnização ou mais de assimilação. Em relação ao primeiro Pires (2003 citado por Carreiras e Malamud, 2009: 100) entende como:

O conjunto de processos de construção de uma identidade coletiva no confronto dos imigrantes com suas reacções á sua presença na sociedade de chegada, identidade essa baseada num sentido de pertença a uma colectividade com ascendência comum, precedendo, tendencialmente, outras auto e hetero-caegorizações sociais e, por isso, proporcionando um sentido de solidariedade que supera, em situações críticas, outras divisões sociais.

Sobre o segundo, o mesmo autor o define como: «O processo de inclusão dos imigrantes no espaço identitário definidor da pertença á sociedade de chegada e, portanto, definidor também da possibilidade de participação alargada do imigrante nos quadros de interacção preexistentes [...]» (2009: 96).

Nesse sentido, o papel das associações «simultaneamente funcionava na construção e no reforço de referenciais nacionais de Portugal, [...] mas também como veículo de *assimilação* dos imigrantes aos quadros culturais da sociedade receptora» (Carreiras e Malamud, 2009: 97).

Logo, tinham outra dimensão além de socorrer os patrícios e proporcionar lazer e acesso à cultura natal. Elas serviram como elo com o Estado, mas também com a sociedade local, aproximando-os dos nacionais. Entendemos que quando a *Sociedade humanitária*, mesmo atendendo somente portugueses, atraem autoridades locais e parte da sociedade para suas festividades, expondo seus estabelecimentos à visitação pública ou publicizando seus atos e contas em periódicos locais ou a Sociedade patriótica divulga o número de alunos inscritos e formados em seus cursos, ou ainda, o Gabinete português de Leitura informa a aquisição de novos livros nos jornais e permite a participação de nacionais, ainda que como somente leitores, esperam passar uma mensagem positiva sobre si à sociedade, é uma estratégia.

Nelson Vieira (1991) tem a mesma impressão quando analisa as relações entre Brasil e Portugal e o Luso-Brasileirismo a partir de festividades no final do século XIX:

Os portugueses já estabelecidos no Brasil esforçaram-se por contribuir com mais do que simples participação na economia local. Organizações sociais e culturais, tais como as atrás mencionadas, foram criadas para alterar a imagem do ambicioso e simplório emigrante português. Ocorrências,

como a celebração em 1880 do Terceiro Centenário da morte de Camões, foram arquitetadas para elevar a cultura portuguesa perante os olhos dos brasileiros, na esperança de desarraigar a imagem tão honesta e pesadamente expressa por um português: ‘Somos sempre o materialismo’. O Gabinete Português de Cultura, em diversas cidades brasileiras, realizou elaboradas festividades para a celebração do Centenário de Camões, no qual, brasileiros, como Joaquim Nabuco, voluntariamente participaram. Este acontecimento não foi, porém Luso- Brazilianismo, com seu desejo de unidade, ou seu conceito de comunidade. A celebração passou simplesmente como uma expressão de cooperação portuguesa e brasileira (1991: 73-74).

Outros exemplos dão conta dessa preocupação com a opinião pública, na tentativa de não desagradar os nacionais e reforçar uma imagem positiva sobre si mesmo. Em 1898, o jornal *Revista Elegante*, publicação mensal e de distribuição gratuita, publicou no número 78 uma edição especial em homenagem à colônia portuguesa, por conta da comemoração anual da restauração portuguesa de 1640. A publicação, porém, não era gratuita, a revista cobrou uma taxa a pretexto do custo com a “chapa” da fotografia e a SH1D não se negou a pagar, propondo distribuir o material de divulgação de seus atos nos dias do seu festejo daquele ano (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1898-1904, 16/11/1898).

O texto conta a história da tomada do poder em Portugal pelos espanhóis e a restauração, mas aproveita para dirigir elogios aos portugueses no Maranhão, chamando Portugal de “pátria de nossos pais”, “berço das glórias brasileiras”, “de homens valiosos”, graças a esse país “gozamos o conforto da civilização”. A publicação mostra ainda os bons serviços da SH1D à sociedade maranhense, saudando-a e demonstrando o quanto era concorrido seu festejo, com corredores, salões e palco cheios de pessoas, afirmando que seu hospital era de luxo e que ali os portugueses gastaram muito dinheiro. Publica ainda na última página uma imagem do hospital Português (Revista Elegante, n.º 78, ano VII, 01 /12/1898: 1-3, “Dedicada a real Sociedade Humanitaria 1º de Dezembro e em geral á colonia portugueza n’este estado, como homenagem a gloriosa data da restauração de portugal. Autor: Alfaiataria Teixeira).

Em outro episódio, em 1898, depois do jornal Diário do Maranhão questionar a possibilidade de alguém se melindrar com o fato da recém-criada bandeira do SH1D ficar ao meio e em posição mais alta que as bandeiras nacionais de Portugal e do Brasil, a diretoria da Sociedade envia correspondência a autoridades locais solicitando suas opiniões sobre o fato. Diante do apoio destas, enviaram a correspondência ao jornal para que esse publicasse as respostas.

Os portugueses, como demonstraremos, tiveram participação ou foram protagonistas nas tentativas ou execuções de diversos empreendimentos na área dos serviços públicos e no ramo industrial, o que pode ter contribuído também para a construção de uma visão positiva destes estrangeiros, pois seu capital foi importante para a constituição de serviços tão desejados pela população e que eram interpretados como inserção no mundo civilizado e

moderno, ainda que somente os mais privilegiados economicamente tivessem acesso. Podemos considerar ainda a participação ou a contribuição para a cultura erudita vivenciada no Maranhão.

O reclamado teatro por Gama em 1813, foi fundado em 1817 pelo português Eleutério Lopes da Silva Varela, que contratou uma companhia de Lisboa para se apresentar na sua inauguração. Na década de 1850, o teatro passava às mãos do governo provincial que o reformou devido seu estado arruinado.

Cesar Marques (1970) enumera, entre as décadas de 1840 e início de 1870, uma série de espetáculos que passaram por esta casa, possibilitando à elite local desfrutar de diversas modalidades de apresentações. Na década de 1840, por exemplo, Mr. Robert apresentou espetáculos de fantasmagoria e malabares; depois a Sociedade dramática maranhense assumiu a direção fazendo diversas apresentações e ainda nestes anos a Companhia Lírica Galetti e Carlos Ricco, assim como o atleta francês Valentim apresentaram-se ali. Espetáculos com animais também foram exibidos no teatro, como a companhia de cavalinhos de Smith, que também trouxe feras em 1848.

Companhias e artistas brasileiros, portugueses, italianos, alemães, espanhóis e franceses foram assistidos pelas classes mais abastadas da província. Nota-se então a grande participação de artistas portugueses passando por São Luís depois da reforma de 1852, quando foi o teatro foi entregue a Miró, que trouxe uma companhia de Portugal para se apresentar por um ano e em 1858 o violinista português Francisco de Sá Noronha era aplaudido no teatro São Luís (Marques, 1970). Outro português, um pianista, passou pela mesma casa em 1887 (Diário do Maranhão, ano XVIII, n.º 4225, 07/10/1887: 2, “Concerto vocal e musical”). Artistas desta nacionalidade ou descendentes iniciaram suas carreiras no Maranhão, como Antônio Guimarães Peixoto em 1874, ou Apolônia Pinto em 1866, filha de artistas portugueses e que nasceu em um camarim daquele teatro (Lobo, 2001). No início do século ainda era possível assistir portugueses com projeção artística ou intelectual desembarcarem no Maranhão, como na vista do escritor português Eugênio da Silveira (Diário do Maranhão, ano XXXIII, n.º 8636, 31/05/1902: 2, “Conferencia por Eugenio da Silveira”) ou de Zeferino Candido, redator e diretor da Folha Lisboeta A *Epocha* em 1903 (Diário do Maranhão, ano XXXIV, n.º 8986, 24/07/1903: 2, “De. Zeferino Candido”).

Abastados comerciantes e ricos fazendeiros que viviam no interior da província se deslocavam para as cidades de São Luís e Alcântara durante as estações chuvosas em busca de diversão e motivos para gastar parte dos seus lucros com a agroexportação: «Quando, porém havia temporada lírica da Companhia do Ramonda, todos se reuniam na capital.

Tomavam assinaturas das récitas da temporada e iam ouvir a voz da primadona Condessa de Mafey da “Gama” de Vergny ou no “Ernani”, de Verdi, peças da moda, cujos libretos Belarmino de Matos publicava na véspera do espetáculo» (Viveiros, 1992a: 206).

A Sociedade Humanitária 1º de Dezembro também contribuiu para a sociabilidade, o lazer e a cultura locais, encomendando espetáculos que tinham como objetivo final reverter o lucro em obras planejadas ou em execução no Hospital Português, como o que aconteceu em 1866 (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1863-1868, 26/03/1866), quando foram contratados acrobatas para se apresentarem no teatro São Luís ou convidando a sociedade ludovicense a participar de suas comemorações, sempre animadas por bandas de músicas, fogos de artifícios e mais tarde iluminação a gás, como na sessão comemorativa do aniversário do imperador do Brasil onde o Hospital Português estava ornado e recebeu visitantes para apreciar a entrega de livros aos alunos formandos da Sociedade patriótica (Publicador Maranhense, ano XXXI, n.º 207, 03-12-1872: 2, “Noticiário: a festa dos portugueses”. Autor: Custodio Gonçalves Belchior).

A literatura produzida sobre o Maranhão não se furtou em ilustrar o cotidiano dos mais abastados, como podemos ver em *Vencidos e degenerados*, quando o negociante português João Machado abre sua bela casa para receber a sociedade local. Os convidados chegavam de carros e ao adentra ouviam uma orquestra que «princiava o baile por uma inebriante valsa de Berger», onde uns dançavam e outros fumavam charutos enquanto conversavam e trocavam pilherias (Moraes, 2000: 156).

Essa mesma literatura, por sua vez, demorou a dar sinais de abrandamento em relação aos portugueses, como se pode notar nas obras de autores como Aluísio Azevedo em 1881 ou Nascimento de Moraes na década de 1915. Essa resistência poderia ser reflexo das suas leituras, produzidas num contexto diferente, a exemplo do Rio de Janeiro, onde o português foi perseguido ainda nas primeiras décadas do século XX.

Como já foi mencionado, escritores renomados como José de Alencar carregavam as tintas em relação aos portugueses. Essa postura estava em certa medida inserida no próprio contexto da produção literária, o romantismo, que valorizava o nacional, destacando a natureza no Brasil e colocando o índio como protagonista. Em diversos dos seus romances o português é desvalorizado, criticado, reduzido. Podemos imaginar que Azevedo, assim como Moraes eram leitores de José de Alencar e outros românticos, logo seria compreensível que reproduzissem certas categorias daquela corrente, ainda que fossem seus críticos. Susana Silva (2007) e Roufflax na apresentação da obra *O Mulato* (Azevedo, 2011) notam que elementos do romantismo estavam presentes em *O Mulato*.

Ambos seguiram outra corrente literária, o Naturalismo, o qual Aluísio Azevedo foi fundador no Brasil. Uma das principais inspirações dessa nova forma de escrever literatura, por mais irônico que possa parecer, era um português, Eça de Queiroz, pois seus romances faziam duras críticas à sociedade portuguesa, indo assim de encontro aos anseios dos escritores nacionalistas/naturalistas brasileiros (Vieira, 1991)⁵⁰. Em *O Mulato*, Azevedo descreve os portugueses de maneira nada lisonjeira, como analisa Nelson Vieira (1991: 111):

Aparte comentários dos próprios personagens, o leitor da narrativa fica com uma impressão geral dos portugueses caracterizável nas seguintes palavras: ‘Os portugueses vinham, com as suas grandes barrigas, às portas dos armazéns de secos e molhados’. Esta alusão ao português barrigudo sugere que todos os portugueses são obesos. É desta maneira que a narrativa representa os portugueses, criando através do processo naturalista, estereótipos que os retratam como burgueses vorazes e antipáticos.

Mas não eram atingidos pela pena de Azevedo somente os negociantes, o ambicioso e inescrupuloso caixeiro Luis Dias, mata o mulato Raimundo, por quem a filha do seu patrão estava apaixonada, para casar-se com ela e tornar-se herdeiro de sua fortuna. O pai de Raimundo, José, irmão de Manoel Pescada, havia sido negociante de escravos no Pará e D. Maria Barbosa, sogra do mesmo negociante, era extremamente preconceituosa.

Mesmo sem discordar de Nelson Vieira (1991) é interessante observar que por trás desses “avarentos”, “cobiçosos” e “inescrupulosos” imigrantes, características positivas emergem do texto de forma, talvez, não intencional, colocando-os vez por outra e em contraste com sua depreciação, em condição favorável, o que não os eximi-a e muitas vezes nem amenizava seus “defeitos”, pois eram características que pertenciam a poucos e não a maioria dos personagens.

Nesse sentido, uma referência positiva é atribuída aos patrícios do seu pai, a condição de homens laboriosos. Manoel Pescada é o típico português que venceu na vida a custo de muitos anos de trabalho. Seus caixeiros são igualmente trabalhadores, vivendo regradamente, morando e comendo na casa do negociante, ainda que Bento Cordeiro, um homem com mais de trinta anos, mais experiente e que labutava tivesse uma queda pelo vinho e o Gustavo Vila-Rica, que fugia da tradicional representação social do português em início de “carreira”, a de ser econômico, gostasse de andar bem arrumado, vestindo sempre «fatos de casimira à moda para passear aos domingos e para os bailes familiares de contribuição, e queimava charutos de dois vinténs» (Azevedo, 2011: 39). Já o Dias, era «muito ativo, econômico, discreto e trabalhador» (2011: 28). Joaquim Serra, amigo de Manoel Pescada, também era negociante e gostava de contar sobre sua chegada ao Brasil somente com um

⁵⁰ Outra característica do Naturalismo era o nacionalismo, o que explica em parte os ataques aos portugueses, que eram vistos como responsáveis pela situação do Brasil, marcada por preconceito, fruto de séculos de escravidão promovida por esses estrangeiros, diferenças sociais e econômicas gritantes, além de uma economia em crise constante, como era o caso do Maranhão, na visão desses escritores.

barril nas costas. A referência ao português trabalhador pode ser identificada ainda no pequeno Manoelzinho, de apenas dez anos, chegara a pouco, uns seis meses e «por ser o mais novo na casa varria o armazém, limpava as balanças e burnia os pesos de latão» (2011: 40).

Uma segunda característica positiva que aparece é a alfabetização e lustração dos portugueses, interessados não somente em saber escrever seu nome, decifrar frases curtas e operações matemáticas básicas ou leituras do cotidiano através dos jornais. Manoel Pescada tinha uma assinatura do Gabinete Português de Leitura, assim como um dos seus caixeiros, o Gustavo. Menciona ainda clubes literários frequentados por caixeiros, sem, porém fazer referência aos portugueses, mas se considerarmos que estes eram grande parte ou maioria dos ocupantes dessa profissão, deduz-se que também estavam presentes nas sessões. Por último, a filha de Manoel Pescada, sensibilizada com a situação do pequeno Manoelzinho, aconselha-o a estudar alguma coisa e «prometeu que arranjará com o pai metê-lo em uma aula noturna de primeiras letras» (Azevedo, 2011: 45 e 46), demonstrando preocupação com a educação formal. Em contrapartida, alguns manifestavam pouco interesse pelas letras, como o já citado Joaquim Serra, «tapado como um ovo» (2011: 122) ou o caixeiro Bento Cordeiro que implicava com as leituras do seu jovem colega Gustavo.

A sociabilidade com nacionais, ainda que limitada também emerge nas linhas de *O Mulato*, quando personagens brasileiros, como o José Roberto e o Sebastião Campos que não gostavam dos portugueses frequentam sua casa e seus eventos. O José Roberto, por exemplo, «os perseguia com suas constantes chalaças, imitando-lhes o sotaque, o andar e os gestos» (Azevedo, 2011: 86). Já o Sebastião Campos, na ausência de portugueses, chamava-os de «marinheiros-puçás-galegos» (2011: 86).

O autor descreve dois eventos onde estes e outros convidados, a maioria brasileiros, desfrutava de encontros promovidos pela família de Pescada. Quando da chegada de Raimundo ao Maranhão reuniu-se em sua casa “as velhas amizades da família”, D. Babina, D. Maria do Carmo, Etelvina, todas Sarmento, D. Amância Souselas, Eufрасina, o Freitas e sua filha Lindoca, o cônego, além de José Roberto e Sebastião Campos, todos brasileiros. Em outro evento, desta vez na chácara de D. Maria Barbosa, outras personagens surgem entre os convidados, o Frei Lamparinas, o “Dr. Faísca” e Joaquim Serra, sendo somente o último, português⁵¹.

A obra *Vencidos e degenerados*, de Nascimento de Moraes, publicada em 1915, mas escrita anos antes também trás duras críticas e reservas aos portugueses no Maranhão do final

⁵¹ Para não alongar a apresentação e por considerar desnecessário, opto por não descrever cada um dos personagens.

do século XIX e início do XX, bem aos moldes dos textos de autores naturalistas. Em um trecho, descreve dois amigos, Aranha e Olímpio, ex-escravos vindo de um festejo comemorativo do fim da escravidão, parando ao lado da quitanda do português Paletó Queimado, como era conhecido Machado, que anos depois enriqueceu e se tornou negociante e diretor de banco.

O quitandeiro que acudia á alcunha de *Paletó Queimado*, encostado ao umbral da porta, com ar estúpido e cansado observava os dois [...].

Ai pararam para conversar.

Foi então que Aranha se lembrou que não tinha se despedido do português e, voltando a olhar para baixo, lobrigou-o á porta, de mão no queixo a observá-los

Vê lá como estou, ó cutruca, que nem me despedi de ti com dois coices (Moraes, 2000: 44).

Em outro trecho, descreve uma conversa entre uma das personagens, o jornalista mulato Olivier, e o ainda quitandeiro Machado:

- Você há de desculpar a franqueza: um dos seus irremediáveis prejuízos é a colônia portuguesa para nós maranhenses especialmente, Machado. Não me externaria assim, se a maior parte dos portugueses aqui residentes fossem como você

- Ora, Sr. Olivier...

- Mas, com franqueza! Os seus patrícios são de uma ignorância crassa! (Moraes, 2000: 65).

O poeta e escritor Nauro Machado (1982: 32), quando faz a apresentação do Livro *Neurose do medo e 100 artigos*, de Nascimento de Moraes, afirma que «é contra os portugueses que se flecham as grandes invectivas de Nascimento de Moraes, partidas da revolta e da desigualdade enquanto produto histórico [...]».

Assim como em *O Mulato*, o preconceito racial da sociedade maranhense é denunciado e os portugueses são responsabilizados, pois são a base étnica dos brancos no estado do Maranhão – já que outros grupos de estrangeiros foram pouco significativos – que cotidianamente desprezam negros e mulatos. A posição desse grupo, portugueses e seus descendentes brancos, por serem alfabetizados, proprietários, negociantes, empregados de firmas e do governo, é marcada por melhores condições de vida econômica e social em detrimento da dos negros, quase sempre analfabetos e em subempregos. Poucos têm a oportunidade de enriquecer ou pelo menos frequentar alguns anos na escola, como demonstra Moraes com seus personagens.

Com menos frequência que no *O Mulato*, vez por outra, algo de positivo é dito sobre os portugueses, ainda que por um personagem de baixa reputação, como Sigismundo Costa, como já mencionamos que via como benéfico a presença destes estrangeiros: «trabalham com desespero no comércio, muitos até na lavoura e na indústria, aqui constitui família, a quem deixam tudo que ganham numa vida laboriosa de tantos anos» (Moraes, 2000: 165).

Nota-se então que apesar das tentativas dos portugueses e seus defensores de construir uma imagem positiva de si mesmo desde o período da independência, quando se

acirraram os ânimos, isso se deu de forma processual, iniciado na segunda metade do século XIX e consolidado no final do XIX. Apesar da longa trajetória de embates, no Maranhão a mudança de representação social aconteceu de forma mais rápida do que em outras regiões, a exemplo do Sudeste, podendo até ser afirmado que estes estrangeiros gozavam de certa distinção social, como podemos perceber nas personagens de José Moraes (2000) e Aluísio Azevedo (2011), que preferiam os portugueses como pretendentes⁵².

D. Maria Barbosa, sogra de Manoel Pescada, era maranhense, mas havia casado com um português, João Hipólito, que trabalhou na secretaria do governo e alcançou o posto de coronel. Era neta de portugueses, «muito orgulhosa, muito cheia de escrúpulos de sangue» [...] tinha grande admiração pelos portugueses, dedicava-lhes um entusiasmo sem limites, preferia-os em tudo aos brasileiros» (Azevedo, 2011: 20). A deferência aos portugueses no Maranhão parecia atingir outra personagem além de D. Maria Barbosa. D. Maria Quitéria, casou-se com José, irmão de Manoel Pescada por dois motivos: um, porque precisava de um homem, o outro «porque lhe diziam que os portugueses são brancos de primeira água» (2011: 52). Em *Vencidos e degenerados*, José Moraes (2000) expõe a preferência das famílias para casarem suas filhas com esses estrangeiros, brancos ou letrados, excluindo assim a maior parte da população que não possuía nenhum desses atributos. A jovem D. Arminda, numa conversa com o Doutor Sampaio, se mostrava indignada com a preferência de suas amigas pelos portugueses. Em outro trecho, o pai de D. Amélia, por quem o protagonista Cláudio, filho de ex-escravos se interessara, «espalha aos quatro ventos que só casará as filhas com portugueses ricos, ou homens formados» (2000: 187).

Essa distinção se dava então pela origem europeia que o português representava, pela fortuna conquistada e conhecida ou pela possibilidade de adquiri-la, como era o caso dos caixeiros e guarda-livros que tinham grande chance de se tornar sócio de seus patrões ou abrir seu próprio negócio. A sociedade maranhense descrita por esses autores não estava interessada no passado desses estrangeiros, nos sacrifícios vividos desde a escolha por imigrar ou as privações que passaram na nova terra, interessavam-se pelo presente, pelo futuro que estes poderiam lhes oferecer, como amigo, sócio, genro ou marido.

⁵² Essa preferência pelos portugueses no romance de Azevedo, segundo Nelson Vieira (1991), era para criticar a sociedade local, que era racista, mas também a manutenção de vestígios de uma mentalidade colonial, onde o elemento português era melhor que o nacional, raciocínio que pode ser aplicado também às personagens de Moraes.

CAPÍTULO II

A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O MARANHÃO

Os motivos que levaram os portugueses a sair de seu país e se dirigirem ao Maranhão, não são diferentes daqueles que os levaram a outros destinos no Brasil, a situação econômica de Portugal, a intenção de melhorar de vida ou enriquecer, os estimularam a cruzar o Atlântico. No caso do Maranhão, poderia ser justificada a escolha por ser atrativo no início do século XIX, pois ainda despontava como uma das províncias mais ativas economicamente, configurando até meados do século XIX como uma das quatro que mais exportavam e importavam produtos de Portugal.

A chegada a essa próspera província foi marcada por dificuldades, pois as viagens eram demoradas e perigosas, sujeitas a naufrágios e doenças. Os que embarcavam com poucos recursos ficavam a mercê de capitães mercenários que se aproveitavam da condição socialmente inferior desses passageiros para poderem alferir para si lucros ilegais, com a venda de “escravos brancos”. A gradual substituição dos barcos a vela pelos vapores trouxe maior comodidade aos passageiros, pois as viagens ficaram mais curtas e menos desconfortáveis, porém com um preço mais alto, o que para muitos compensava.

No Maranhão, a vida desses imigrantes não foi fácil, mesmo para aqueles que chegavam já colocados no mercado de trabalho, pois estavam sujeitos a preconceitos, perseguições, jornadas longas de trabalho, salários baixos, ainda que melhores do que os portugueses. Mas as dificuldades para outros foram maiores, muitos não conseguiram se colocar no mercado de trabalho e outros, apesar de terem posição econômica favorável, perderam tudo e voltaram a estaca zero, restando-lhes recomeçar a vida novamente, muitas vezes em outras províncias ou em colônias portuguesas na África ou em Portugal. Se não bastasse, no Maranhão muitos encontraram o motivo de sua fuga de Portugal, o serviço militar, pelo menos nas décadas de 1830 e 1840, sendo vítimas de prisões e alistamentos forçados, obrigando o consulado a intervir a seu favor e nem sempre bem recebido.

A diminuição dos negócios foi seguida do encolhimento do número de embarcações trafegando entre os dois espaços e da manutenção do número de portugueses no Maranhão, que girou sempre, até a década de 1910, em torno de dois mil indivíduos, número relativamente expressivo na década de 1830, diante do quadro de habitantes, mas muito baixo na segunda metade do século XIX, já que o conjunto populacional se elevou.

A redução do contingente português diante da população do Maranhão pode estar associada a outros fatores, pois a região Norte, mais tarde denominada Nordeste, a qual fazia

parte era desqualificada por muitos, destacando a sua insalubridade, as epidemias e seu clima desfavorável. Apesar da preocupação das autoridades em desfazer esta visão, pouco foi feito e consequentemente os resultados foram pífios, fazendo com que o Maranhão se tornasse o décimo terceiro estado com mais portugueses no início do século XX, posição sem expressão no contexto nacional e inferior a anteriormente ocupada, o nono lugar, ainda que tenha permanecido como a terceira no Nordeste até o fim do período estudado.

Não houve aumento no contingente português e, também, na mudança de perfil no que se refere à maior presença de mulheres, como acontecia em outras regiões do país. A participação de menores, por sua vez, é notada, os jornais, as correspondências entre o consulado português e o MNE e a literatura dão conta de sua presença, mas, sendo pouco expressivos nas estatísticas. Os dados também apontam para o envelhecimento da população portuguesa, fenômeno nacional, mas com maior ênfase no Maranhão diante da insignificante renovação.

A busca por alternativas: sair de Portugal

A vasta bibliografia que trata dos motivos da emigração portuguesa para o Brasil, desde Alexandre Herculano até autores mais recentes, como Jorge Fernando Alves, dispensa uma longa exposição sobre o tema, permitindo aqui uma apresentação sucinta dos fatos.

Historiadores como Oliveira Martins e Joel Serrão lembram o quanto são remotas e presentes as crises e problemas econômicos em Portugal. Joel Serrão (1982) se remete ao século XV e Oliveira Martins (1994: 76) fala das constantes catástrofes que assolaram o país desde o século XVI, destacando os problemas do final do século XIX, quando o país se encontrava «a braços com a crise, talvez mais grave, que a tem assaltado desde o princípio do século». O mesmo autor, elenca problemas como a falta de trabalho em obras públicas, a redução dos vencimentos ou dos quadros do pessoal burocrático, assim como uma crise agrícola “já crônica”, devido à concorrência com os cereais americanos, resultando no aumento dos preços dos alimentos e no «peso dos tributos e dos encargos hipotecários» (Martins, 1994: 176-177). Russel-Wood (1998) lembra as crises vividas pelos portugueses no século XVIII, especialmente depois de 1765, quando a vida era dura para os pequenos rendeiros e trabalhadores do campo e da cidade. Desemprego, pobreza e falta de alimentos faziam parte do cotidiano de milhares de portugueses, enquanto as indústrias sofriam com a falta de investimentos e a agricultura passava por mais uma crise.

Para além das más condições econômicas históricas de Portugal que estimulavam o crescimento da pobreza de muitos e a impossibilidade de crescimento de outros tantos, inúmeras oportunidades surgiam no Brasil durante todo o século XIX. Outro motivo que teria intensificado a saída de muitos portugueses, essencialmente os mais jovens foi o serviço militar obrigatório. O problema era antigo, no final do século XVIII e início do XIX as autoridades já se queixavam da fuga ao recrutamento, do «‘horror’ da população pelo serviço militar» (Costa, 1995: 140).

Ao longo do século XIX não foi diferente, os possíveis candidatos buscavam alternativas para o não cumprimento de suas obrigações, sendo o pagamento da remissão uma delas. Por outro lado, o recurso investido nessa dispensa, possibilitava ao jovem a compra da passagem para o Brasil, proporcionando retorno financeiro mais atraente do que os seis ou sete anos que serviria nas forças militares, estimulando, assim, a clandestinidade⁵³ (Pereira, 2002: 22). Também é verdade que muitos dos que podiam ou não tinham a intenção de emigrar, pagavam as remissões. Entre os anos de 1856 e 1872, 20% do contingente fixado optaram por essa alternativa. Nos anos em que o valor da remissão era mais baixo, muitos jovens deixaram de se apresentar às forças militares. Exemplo disto, em 1871, 41,8% pagaram para não servir (Monteiro e Maia, 2013).

Não é possível quantificar os clandestinos que desembarcavam no Maranhão, fugidos ou não do serviço militar, pois não existem fontes que os representem numericamente e as demais pouco ou nada informam sobre o tema, mas sabemos que era corriqueira a presença destes nas embarcações, quase sempre com o aval dos capitães, que lucravam com esse serviço ilegal, como notou o vice-cônsul de Portugal Antônio Aires de Carvalho em 1835: «Eu falei pessoalmente com ele, disse-lhe o modo como os portugueses vinham para este império, uns com passaporte, outros escondidos pelos capitães dos navios [...]» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 31/10/1835, Antonio Aires de Carvalho).

Um dos expedientes utilizados pelos capitães das embarcações que chegavam do Porto para burlar a fiscalização do consulado era a não apresentação das listas de passageiros, como esclarecia o cônsul de Portugal Joaquim Joze da Costa Portugal (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 12/05/1842, Joaquim Joze da Costa Portugal). Sabemos, também, pelo relato do cônsul de Portugal, Claudino de

⁵³ A legislação sobre o serviço militar muda de acordo com o período. Para melhor compreender as mudanças ver para o final do século XVIII: Fernando Costa (1995). Para a segunda metade do século XIX ver: Isilda Monteiro (2007).

Araújo Guimarães, que no final da década de 1850 havia um fluxo de imigração clandestina para o Maranhão: «Cumpre-me, também, levar ao conhecimento de V. Exa., que, em razão da extrema miséria e desvalimento em que se achavam estes infelizes, victimas da emigração clandestina, que anos antes se fazia para esta província [...]» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 31/07/1861, Claudino de Araújo Guimarães). Obviamente, a clandestinidade desses passageiros diminuiu com a imigração para o Maranhão ao longo do século XIX, mas não parece ter deixado de ser utilizada como meio de sair de Portugal e chegar ao Brasil, pois em 1902 dois portugueses de Funchal foram encontrados escondidos no vapor inglês Lisbonense (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 522, 13/08/1902, nome ilegível).

O serviço militar, que muitos buscavam burlar com sua saída de Portugal, o esperava em terras brasileiras. Apesar do fim da existência dos batalhões de estrangeiros nas forças militares brasileiras em 1830, a prática de recrutá-los, especialmente portugueses continuou, principalmente na Marinha, chegando a causar preocupação às autoridades portuguesas na década de 1840.

Em meados dos anos de 1840, o recrutamento forçado de marinheiros portugueses para a Armada de Guerra do Brasil passou a chamar a atenção do governo de Lisboa. O alerta era feito pelos representantes consulares lusos em cidades portuárias, por meio de correspondência diplomática. Carente de homens livres para ocupar postos nas embarcações militares, o império recorria a incorporação compulsória de marítimos que serviam em barcos de comércio, fossem brasileiros natos, adotivos, naturalizados ou estrangeiros, sobretudo lusitanos (Mendes, 2011).

O vice-cônsul português no Maranhão Antônio Aires de Carvalho parecia concordar com a necessidade de utilizar esses indivíduos nas embarcações de guerra diante da falta de homens livres no Maranhão, deixando a decisão de liberá-los, sem questionamento, nas mãos do Ministro da Marinha brasileira.

Por este mesmo motivo pois, e porque, se atendesse a todas as requisições deste gênero, em breve teria a corveta de soffrer um considerável desfalque de marinheiros, que o Maranhão não poderia suprir, tenho por acertado não deferir as mesmas, enquanto o respectivo ministro, a cujo conhecimento passo a levar este negocio não resolver a respeito, o que julgar mais justo (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 26/06/1838, Antonio Aires de Carvalho).

Admitia, ainda, a dificuldade de se averiguar se os indivíduos eram portugueses ou brasileiros adotivos, pois estes se utilizavam de uma das duas nacionalidades de acordo com

seus interesses. Se era para servir à marinha mercante, eram brasileiros, se era para cumprir com suas obrigações militares, se declaravam portugueses, que, por lei, os impediam de serem alistados.

[...] mas conheço muito bem a dificuldade que há em distinguir se tais homens são portugueses ou brasileiros adoptivos, pois marinheiros há que tendo gozado dos direitos destes, servindo como tais em nossa Marinha Mercante, quando receião ser obrigados a cumprir deveres, provão perante o cônsul ter nascido em Portugal, e terem vindo dali a pouco, calando a circunstancia de ser esta viagem um recresso ao país que a que já estavam anteriormente ligados e deste modo conseguir um documento, que os constituem no goso dos direitos de súditos das duas nações, com quanto não cumprem os deveres de nenhuma (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 23/06/1838, Antonio Aires de Carvalho).

Na Corte não era diferente, as autoridades brasileiras suspeitavam que muitos portugueses adotivos se passavam por portugueses para driblar suas obrigações e cobravam mais atenção do cônsul na emissão de documentos.

Alegava na missiva, em tom entre o ríspido e o irônico, que as medidas deveriam visar às autoridades portuguesas de S.M. Fidelíssima, para que não fossem ‘facilmente iludidas’. Recordava a existência de muitos ‘Brasileiros’ do § 4, artigo seis da Constituição. Estes não poderiam ser julgados ‘portugueses’ porque haviam abdicado de sua cidadania (Ribeiro, 1997: 165).

A Marinha parecia ser o principal responsável pelo recrutamento forçado, e muitas vezes, violento de portugueses, como atestam os jornais e a correspondência do consulado português no Maranhão com o MNE português. Em maio de 1846, o presidente da província do Maranhão, a pedido do cônsul solicitava ao comandante da Divisão do Norte da Marinha que liberasse o súdito português Domingos Oliveira que havia sido recrutado à força e estaria há mais de um ano numa embarcação de guerra. Depois de algumas mensagens trocadas com a autoridade militar finalmente o “marinheiro” foi solto (Publicador Maranhense, n.º 382, 06/05/1846, “Ao Consul de S.M. fidelissima”, Autor: Angelo Carlos Moniz – Vice-Presidente da Província do Maranhão). Em outro documento, o vice-cônsul Antônio Aires pedia ao presidente da província que liberasse quatro portugueses embarcados violentamente na corveta Regeneração pela marinha de guerra (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 18/06/1838, Antonio Aires de Carvalho). A tarefa da representação portuguesa no Maranhão de liberar súditos do seu país das forças amadas do império brasileiro nem sempre era fácil, pois contava muitas vezes com a má vontade das autoridades, o excesso de burocracia, da demora em se corresponder com outros níveis de poder e como vimos, pela necessidade da marinha em conseguir homens livres para as funções que as embarcações exigiam.

As forças terrestres, por sua vez, também forçavam portugueses ao alistamento, como foi o caso do declarado português Jozé Maria Gomes da Costa, que depois de apresentar documento comprobatório de sua nacionalidade, um título expedido pelo vice-consulado da

província, foi mesmo assim alistado na Guarda Nacional, recusando-se, foi preso e encaminhado à cadeia até que provasse satisfatoriamente ser português (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 07/11/1838, Antonio Aires da Cunha). Em outro documento o vice-cônsul pede ao então presidente de Província, Luís Alves de Lima, que liberasse todos os portugueses alistados nas forças militares, afirmando existirem muitos nessa condição, portugueses e outros estrangeiros.

Os reclames das autoridades consulares portuguesas no Maranhão sobre o tema cessam no final da década de 1840, quando chega ao fim a política de recrutamento forçado de estrangeiros, devido o fim das revoltas que assolaram o território nacional desde o período regencial até a primeira década do segundo reinado. A Balaiada no Maranhão e Piauí, a Farroupilha no Rio Grande do Sul e a Praieira em Pernambuco, haviam sido controladas em 1841, 1845 e 1849 respectivamente, trazendo assim, maior controle das províncias e tranquilidade ao novo imperador.

Para Joaquim Leite (2000), o movimento emigratório mais intenso ou menos intenso não estava relacionado somente às condições econômicas de Portugal, o que determinaria os picos de saída eram as condições do país de origem associado às oportunidades no Brasil, ponderando assim o emigrante, riscos e oportunidades (183-184). O país oferecia grandes possibilidades durante o século XIX, ainda que os empregos públicos e o monopólio do comércio anteriores à independência não existissem mais. O Brasil independente precisava de mão de obra qualificada, sendo possível encontrar portugueses em diversas profissões, além do tradicional emprego de caixeiro. Pedreiros, aguadeiros, jardineiros, padeiros eram algumas das ocupações dos portugueses no Brasil.

Essa grande oferta de atividades e melhores salários foram modificados pelo fim da escravidão em 1888, que libertava milhares de negros do trabalho compulsório. O mercado de trabalho era naturalmente competitivo entre os dois grupos, gerando muitas tensões, porém os melhores empregos ficavam nas mãos dos portugueses, mesmo quando disputado com nacionais brancos. Essas vantagens gozadas pelos portugueses em relação ao trabalhador nacional ajudam a compreender a manutenção da corrente imigratória para o Brasil mesmo quando Portugal estava vivendo em condições favoráveis.

Esse fluxo de trabalhadores qualificados era resultado de práticas familiares envolvidas com ofícios, mas também de lavradores, que gastavam parte de suas reservas com a formação dos filhos que não herdariam a propriedade, garantindo assim, uma maior probabilidade de emprego no Brasil: «[...] sendo o Brasil um país escravocrata, quem quisesse ir pra lá tinha de ter um ofício ou saber ler e escrever, porque o trabalho braçal era para os

escravos. Antes de enviar seus filhos para o Brasil tentavam assegurar-lhes uma formação prévia» (Rowland, 1998: 314).

Essa formação prévia se dava não somente com os ofícios, mas, também, com o comércio. Muitos jovens ingressavam na carreira comercial no Porto em busca de cartas de recomendações que pudessem lhes abrir portas nas casas comerciais dos seus patrícios no Brasil.

«A maior parte das vezes, porém, a passagem pela casa comercial do Porto constituía apenas a introdução num meio social, cujo objectivo era a ‘carta de recomendação’ do negociante para o(s) seu(s) correspondente(s), como forma de gratificação a serviços prestados com agrado» (Alves, 1993: 93).

Parte desses viajantes, no século XIX, para angariar os recursos necessários ao embarque – afinal ainda havia os gastos com o passaporte – faziam empréstimos, vendiam ou hipotecavam terrenos e casas (Leite, 2000). Alguns jornais portugueses anunciavam a venda do patrimônio de indivíduos que tinham o objetivo de conseguir recursos para a travessia (Monteiro e Maia, 2013). O adiantamento da “legítima” também financiava a viagem dos jovens preteridos da herança das terras da família e que não tinham colocação em Portugal, sendo assim, a travessia, segundo Jorge Alves (1990), não era uma decisão individual, mas uma estratégia familiar para garantir a manutenção da propriedade rural que ficava para apenas um dos herdeiros, que manteria os ascendentes e irmão desempregados, o que não o excluía da emigração, mas com outro objetivo, voltar e capitalizar a propriedade.

Essa realidade entre as famílias do Minho rural não foi a única a existir. Esse “modelo” foi antecedido, no século XVIII, por outro, onde a emigração era mais frequente entre as famílias mais ricas das freguesias urbanas do que entre as proprietárias de imóveis rurais (Rowland, 1998) e mais tarde, na segunda metade do século XIX, conviveu com um terceiro tipo, onde os emigrados não dispunham de recursos para a viagem, eram muito pouco qualificados e geralmente analfabetos.

Sem ter como pagar suas passagens, esses últimos se sujeitavam a contratos draconianos ou à condição de “escravo branco”, sendo negociados como mercadorias nos portos brasileiros, a exemplo do que aconteceu em Recife na primeira metade do século XIX, onde portugueses ricos, alguns destes traficantes de escravos, utilizavam suas embarcações para transportar seus patrícios pobres para serem vendidos no porto daquela cidade e de outras⁵⁴.

⁵⁴ Ao longo da tese, outros aspectos da emigração portuguesa para o Brasil que possibilitam contextualizá-la, a exemplo da mudança de perfil e a origem dos viajantes serão abordados, sendo desnecessário, pois ficaria repetitivo, tratá-los nesse momento.

Era denunciada, também, a questão do pagamento das passagens por gente que vai a bordo arrematar esses colonos para o trabalho. Como eram muitos, parte deles não desembarcou no Recife e seguiu viagem para a Bahia e também para o Rio de Janeiro, «para lá serem vendidos». Nas devidas proporções, era algo bem similar ao tráfico de escravos: um transporte que gerava lucro, agora no endividamento do imigrante com os custos da viagem e na futura locação de seus serviços em terras brasileiras (Câmara, 2013: 3).

A percepção da coexistência desses dois modelos e a crítica ao último já podiam ser notados no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito em 1873 e por autores como Oliveira Martins no final do século XIX e Joel serrão na segunda metade do século XX, que utilizaram termos diferentes para caracterizá-los, porém, com o mesmo significado: “emigração livre ou espontânea”, emigração clássica”, “emigração tradicional” X “emigração contratada”⁵⁵.

Seja qual fosse a situação financeira dos pretensos emigrantes, para se “fazer a América”, era preciso primeiramente cruzar o Atlântico. Dos Açores, do Porto e de Lisboa partiram embarcações cheias de sonhos e esperanças, que podiam desvanecer ainda na travessia. A viagem em si já representava um perigo, uma embarcação a vela – mais tarde a vapor – sem comunicação por semanas com terra firme, sujeito a mar revolto, tempestades, sol forte ou danos que comprometessem seu bom funcionamento poderia levar passageiros e tripulantes à morte ou tornar a viagem mais longa e dolorosa.

A travessia trazia uma série de desconfortos para além dos pequenos e abafados alojamentos. A comida e água estragavam e, conseqüentemente, poderia acometer os passageiros mais debilitados a doenças, sendo agravada a situação pela constante falta de médico (Cruz, 1987). Em 1857, a barca portuguesa Santa Clara, que saía do Porto e ancorara no Rio de Janeiro, foi acometida de sarampo e 18 passageiros, entre eles, 16 crianças faleceram. A fome também aparece nas reclamações dos passageiros, que ficavam submetidos a pequenas porções de ração e/ou de péssima qualidade.

Em outra viagem da cidade do Porto, mas desta vez com destino a São Luís, morreram de moléstias, três passageiros, um espanhol e dois portugueses. Na embarcação não havia médicos (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 28/10/1856, Thomas Ribeiro dos Santos). No litoral maranhense, em fevereiro de 1860, a

⁵⁵ Os três primeiros, utilizados respectivamente pelos Relatórios Parlamentar de Inquérito, Oliveira Martins e Joel serrão, caracterizavam a emigração com maior índice de alfabetizados e mais qualificados, com recursos para pagar as passagens e voltadas às zonas urbanas e o último, como menos qualificada, com maior índice de analfabetos entre os emigrados, sem recursos para financiar suas passagens e direcionados á lavoura.

barca portuguesa Linda naufragou 24 dias após ter saído do porto de São Luís, seu destino era Lisboa. A embarcação levava além da tripulação, passageiros, bagagens, carga e a mala do correio. Não houve vítimas entre os passageiros, porém, um tripulante faleceu (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518 15/02/1860, David Gonçalves de Azevedo). Dezenove anos antes o cônsul português Jozé Caetano comunicava o naufrágio de cinco embarcações na costa Maranhense e no porto de São Luís (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 03/06/1841, Jozé Caetano Gonçalves). Apesar de nenhum deles vir de Portugal e não mencionar a presença de passageiros, revela que ainda que fossem episódicos os naufrágios, eram uma realidade para quem se atrevia a cruzar o Atlântico.

Uma viagem de veleiro entre Portugal e Brasil poderia durar até seis semanas, podendo prolongar-se por mais duas, devido “ventos contrários”, correntes marítimas e falta de habilidade da equipe de marinheiros e comandante. A título de exemplo, a já mencionada barca portuguesa Santa Clara aportou no Rio de Janeiro depois de ter partido da cidade do Porto, 62 dias antes (Leite, 1991). Outro exemplo foi uma viagem relatada num jornal de Portugal que demorou 42 dias, saindo de São Miguel com destino ao Rio de Janeiro (Cruz, 1987). Para o Maranhão, a viagem também era muito demorada, como podemos perceber a partir da comunicação do consulado português no Maranhão com o MNE em Portugal, quando faz referência à chegada de um Brigue de Guerra ao porto de São Luís depois de 38 dias de viagem (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 04/12/1835, Antonio Aires Lourenço de Carvalho).

Além de todas essas dificuldades, os viajantes, especialmente os de terceira classe tinha que lidar com os capitães dessas embarcações, que muitas vezes eram responsáveis por um tratamento cruel, marcado, inclusive, pela violência física e psicológica. Mulheres viajando sozinhas ficavam a mercê de agenciadores de prostituição, homens robustos estavam sujeitos a pagamento de passagens mais caras, pois representavam um valor maior nas negociações de “escravos brancos”.

Essa transtornada e cansativa viagem mudou significativamente com a introdução dos vapores, que passaram a ganhar espaço na disputa com os veleiros a partir da primeira metade de 1870, ultrapassando-os na década seguinte, ao menos os que partiam de Lisboa. A mudança de embarcação trouxe inúmeras vantagens aos passageiros, que passaram a desfrutar de uma viagem mais curta, que poderia chegar a um terço do tempo em relação aos veleiros. Além disso, a comida e bebida podiam durar mais, pois no final do século

XIX as embarcações já contavam com refrigeração e os alojamentos eram mais dignos, contando, inclusive, com beliches. O passageiro tinha alguma certeza de quando ia chegar, já que os vapores podiam se programar, pois independiam de ventos e correntes marítimas. Toda essa mudança e conforto tinha um preço, as viagens custavam bem mais que as dos veleiros, mesmo assim foram caindo no gosto dos emigrantes, que preferiam gastar mais no transporte e poupar tempo e saúde (Leite, 1991).

O Maranhão era servido em 1886 por algumas carreiras, como a companhia *Liverpool and Maranhão Direct Line of Steamer*, que fazia uma viagem por mês entre São Luís e Lisboa e havia notícia de que outro navio incrementaria as viagens. A *Booth's Line of Steamer* contava com cinco paquetes que faziam a linha Maranhão, Pará, Ceará - Liverpool, tocando às vezes em Lisboa. A *Red Cross Line of Steamer* e seus sete navios também tocavam às vezes em Lisboa (Brazil, 1888). Nos anos que se seguiram a situação piorou, o número de embarcações que chegavam ao Maranhão vindas ou passando por Portugal diminuiu até desaparecerem completamente, reflexo da diminuição das relações comerciais entre o estado e o país ibérico, como constatou o cônsul Fran Paxeco (1912: 177):

E a isso se deve atribuir, primacialmente, o estíolar das relações comerciais desta região com os nossos produtores. Perde-se na treva dos tempos a notícia da derradeira barca luzonia que aportou em São Luiz. A mal fadada Mala Real Portuguesa nunca pensou, sequer, em que mourejavam, pelo norte desta estensíssima nacionalidade, milhares e milhares de criaturas, nascidas no fecundo ninho do Gama e Cabral. A casa Andresen, do Porto, faz anos, armava dois vapores, que trafegavam entre aquela cidade e as do Pará e Manaus, mas sem jamais terem tocado o Maranhão.

Apesar das indiscutíveis mudanças e vantagens aos passageiros e aos negócios, afinal mercadorias e notícias chegavam mais rápidas também, é importante notar que as viagens continuavam perigosas mesmo nos vapores, pelo menos no que tange aos roteiros internos. Entre os anos de 1895 e 1901, 30 pessoas faleceram a bordo de navios que tinham como destino o Maranhão, algumas vindo do Pará, outras do Ceará ou Rio de Janeiro. Entre as vítimas, a maioria era de brasileiros, mas havia, também, franceses e portugueses. O percurso podia não ser o mesmo, mas o perigo de doença e morte nas embarcações não era diferente. Entre as vítimas, a maioria compunha a 3ª classe. Os corpos eram jogados ao mar, quando a distância não permitia que fossem guardados e entregues aos familiares ou conhecidos, que porventura tivessem no lugar de destino (Magalhães, 2009).

Os que chegavam e se posicionavam economicamente de forma satisfatória, ou seja, que conseguissem sobreviver com o mínimo de dignidade e acumular ou enviar algum pecúlio ao seu país, estabelecidos no comércio, indústria ou em ofícios no Brasil, serviam de estímulo e apoio aos novos pretendentes à imigração, ajudando-os «a enfrentar

as dificuldades na sociedade de acolhimento, ampliando as possibilidades de achar colocação, montar negócios e de enfrentar as agruras do cotidiano» (Matos, 2013b: 20). Estas redes de solidariedade foram decisivas na escolha de emigrar, era a partir destas que muitos imigrantes se baseavam e decidiam pela viagem sem maiores traumas e com algumas certezas, como notou Alexandre Herculano (1983: 69) ainda no século XIX: «Por via de regra, o emigrante espontâneo, aquele que a miséria não atira cegamente, brutalmente para fora da pátria, sabe o que quer, sabe como vai e pra onde vai. Conta com o parente, com o amigo da família, com o protetor que lhe hão-de dar as recomendações que leva».

No Maranhão, o cônsul Raimundo Capella (1882) respondendo ao inquérito da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1881, afirmava que os imigrantes vinham sempre atraídos pelos convites protetores de amigos e parentes e que na província conseguiam colocação facilmente na carreira comercial.

Era na carreira comercial que encontramos exemplos de como as redes facilitavam a vida do imigrante, pois nesta ocupação o local de dormir e a alimentação eram garantidos pelo patrão, o que não significa que a relação não fosse de exploração. No romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo (2011: 38), vemos os caixeiros após o trabalho subirem para comer no andar de cima da casa de Manoel pescada, o proprietário do comércio: «Nisto, ouviram-se bater embaixo as portas do armazém, que se fechavam com grande ruído de fechaduras, e logo em seguida o som pesado de passos repetidos na escada. Eram os caixeiros que subiam para o jantar». Em outra obra, *Memórias*, o autor Humberto de Campos (1962: 440) lembra que seu tio conseguiu que ele ficasse no armazém do rico negociante português Crispim Alves dos Santos até que arrumasse emprego, lá «terás o almoço e o jantar garantidos», consolava o tio, pois não havia conseguido a vaga remunerada que Humberto tanto queria.

A visão do Brasil para quem pretendia atravessar o Atlântico era alimentada por histórias e versões idílicas sobre o lugar. Antigos portugueses, assim como os recém-chegados, emitiam pareceres quase sempre favoráveis sobre o Brasil, narrando as vantagens de imigrar e suas trajetórias vitoriosas, ainda que nem sempre verdadeiras.

Do outro lado do oceano, candidatos em potencial elaboravam sua viagem ou já se preparavam para a travessia. As notícias corriam nos vilarejos, onde sempre alguém tinha um parente ou conhecido no Brasil. As cartas e as notícias levadas pelos retornados, assim como

as fortunas de alguns que investiam em suas vilas e freguesias enchiam as famílias de esperanças por dias melhores⁵⁶.

Ao mesmo tempo, muitos dos que fracassaram omitiam sua situação, a derrota era geralmente atribuída ao sujeito e não às condições locais (Pereira, 2002). Esse recurso não era exclusividade dos portugueses, imigrantes barbarianos que se dirigiram a Grã-Bretanha evitavam revelar em suas correspondências aos parentes, preconceitos e má remuneração, na tentativa de não frustrar aqueles que haviam financiado suas viagens (Tomsom, 2002).

Sendo assim, as histórias de sucesso superavam as de fracasso, o que naturalmente estimulava a saída de mais portugueses em direção ao Brasil. Se imaginarmos O artigo já citado anteriormente (Censor Maranhense, n.º 1, 24/01/1825: 29) publicado em janeiro de 1825 no jornal Censor Maranhense – periódico produzido por portugueses na capital da província do Maranhão – chegando a uma vila dos Açores ou do Norte de Portugal, onde o autor listava inúmeros e belos edifícios e casarões construídos por seus patrícios, certamente muitos ficariam tentados a emigrar e escolheriam São Luís como lugar para iniciar uma nova vida diante do sucesso de tantos que os antecederam.

Notícias dessa natureza chegavam a Portugal com bastante frequência, muitos jornais lusitanos dedicavam páginas inteiras ao país receptor, relatando acontecimentos culturais e políticos, o que certamente contribuía na aproximação do Brasil com os pretendentes à emigração, desfazendo medos e tranquilizando-os em relação à mudança⁵⁷. Os jornais portugueses relatavam sempre mais notícias de sucesso do que de insucesso, ainda que as cartas dos emigrantes publicadas tentassem em sua maioria dissuadir novos candidatos⁵⁸ (Monteiro e Maia, 2013). As histórias positivas ganhavam veracidade e certamente diminuía o impacto das experiências negativas com as constantes remessas de dinheiro daqueles que haviam embarcado em direção ao Brasil anos antes ou com a presença de

⁵⁶ No final do século XIX e início do XX muito possivelmente essa representação do Brasil como terra de oportunidades e lugar de fortuna fácil teve, também, como combustível, as fotografias. Ana Mauad (2000), descendente de libaneses, quando estuda as imagens produzidas por sua família entre os anos de 1920 e 1950, aponta para a predileção da produção voltada ao lazer e cotidiano, onde geralmente destacam-se carros e belas casas, assim como passeios na praia e no campo, o que denotaria ascensão e poder econômico. Ainda que a historiadora não faça referência a envio dessas imagens, mas, sim, como lugar de memória da própria família, é factível que essas imagens chegassem aos parentes no lugar de origem e estimulasse novos viajantes.

⁵⁷ Ainda que o *boom* da imprensa portuguesa tenha se dado entre os anos de 1851 e 1890 e que sua expansão com os jornais locais para além do Porto e Lisboa tenha acontecido no último quartel de século XIX (Monteiro e Maia, 2013), estou considerando que notícias de jornais brasileiros circulassem em Portugal ainda na primeira metade do século XIX e também estimulavam a emigração.

⁵⁸ Em alguns lugares do Brasil havia representantes desses jornais que recebiam pagamento de assinaturas e cartas a serem publicadas.

repatriados, que retornavam com suas fortunas e investiam em negócios, compravam terras e moravam em confortáveis imóveis.

O imigrante recém-chegado, depois de estabelecido, tratava de enviar parte dos seus rendimentos a familiares, parentes e amigos em Portugal, em forma de mesadas, pensões, esmolas e presentes⁵⁹ (Martins, 1994). No caso de São Paulo, o fluxo maior de recursos saídos daquele estado se deu no início do século XX, com o crescimento da população portuguesa. Esse afluxo de recursos atravessando o atlântico podia ser notado em outros estados brasileiros, como o Rio de Janeiro e o Amazonas (Matos, 2013a). Miriam Pereira (2002: 54) lembra que «a contínua chuva de remessas que se derramou sobre Portugal, nomeadamente entre 1870 e 1930, constitui o principal suporte do mito da fortuna [...]», e que o dinheiro brasileiro monetarizava a vida rural, assim como estimulava investimentos na propriedade fundiária e «exercia papel determinante na balança de pagamentos portugueses e na situação cambial» (2002: 63). Mas, a prática de enviar recursos era mais antiga, ainda em 1839, a Associação Comercial do Porto insistia que muitos que fizeram fortuna no Brasil «sustentam milhares de famílias no nosso país» (Alves, 1993: 67).

Mas, para além de reforçar o “mito da fortuna”, essas remessas tinham significativa importância na economia portuguesa, deixando-a dependente desses recursos que eram impossíveis de controlar sua quantidade, pois dependiam da situação econômica do Brasil e do valor da moeda no mercado internacional. De qualquer forma «[...] o facto é que as flutuações da economia brasileira estavam em relação directa com os ciclos de tempestade ou de bonança da economia portuguesa» (Silva, 2013: 283).

Esses recursos serviam não somente à manutenção e melhoramento da qualidade de vida da família ou ao pagamento daqueles que financiaram a viagem, eram, também, aplicados em pequenos investimentos na aldeia de origem, em «estabelecimento de actividades e negócios, construção de casas melhores, na compra de animais e outros benefícios»⁶⁰ (Matos, 2013a). Isabel Silva (2013) aponta, baseada no Inquérito Parlamentar de 1873, na mesma direção, afirmando que parte dos recursos arrecadados com anos de trabalho no Brasil eram investidos em pequenos negócios no país de origem.

O Inquérito Parlamentar sobre a emigração portuguesa de 1873 dá conta de uma maioria de emigrantes regressados do Brasil com pequenas fortunas (80% dos casos de retorno contabilizados no inquérito são detentores de uma riqueza inferior a 10 contos de réis) e intenta aferir as aplicações

⁵⁹ O salário de um emigrante no Brasil, na segunda metade do século XIX, representava três ou quatro vezes o de Portugal. Descontando tudo que ele gastasse com alimentação, vestuário, aluguel, ainda assim lhe sobrava um salário inteiro de Portugal para poupar ou enviar aos parentes (Leite, 2000).

⁶⁰ Essa ideia é compartilhada por Jorge Alves (2007) que afirma que as grandes somas enviadas ao longo do século XIX contribuíram significativamente para a manutenção da economia portuguesa, proporcionando o desenvolvimento de indústrias, transportes urbanos, pequenos negócios e gerando muitos empregos.

dadas a esse dinheiro. Embora apenas impressivamente, visto que a amostra apresenta muitas deficiências, os resultados do inquérito dão a conhecer o que deveria ser o padrão médio do pequeno investimento comercial dos «brasileiros» no distrito do Porto: loja de comércio a retalho, café ou taberna, hotel, mercearia e estalagem são os casos mais comuns (Silva, 2013: 284).

Ainda, segundo Izabel Silva (2013), outra parte desses capitais, provavelmente dos mais bem sucedidos economicamente foram investidos em outros setores, como as atividades comercial e financeira, provocando, inclusive, um surto de casas bancárias em Portugal na década de 1870: «A aplicação de capitais em sociedades anónimas, títulos da dívida pública, ou, simplesmente, em depósitos bancários era a prática mais comum de investimento de dinheiro ‘brasileiro’» (2013: 281).

No Maranhão, o cônsul português Fran Paxeco (1912) respondendo a um inquérito da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1912, afirmava que se enviavam «razoáveis quantias, no caráter de mezadas, ou de depósitos à ordem, destinados, também, à compra de inscrições, de ações das companhias continentais ou transmarinas, e ainda a aquisição de prédios, quintas herdades». Essa relação econômica dos imigrantes portugueses radicados no Maranhão com seu país, sua Freguesia ou vila é facilmente identificada nos testamentos deixados por eles nos séculos XIX e XX. Albina da Silva Balthazar, por exemplo, morta em 1901, deixava à sua afilhada uma casa e outra com pomar a um sobrinho, ambas no seu lugar de nascimento, a Freguesia de Sam Tiago de Malheiros, Conselho de Maia (Arquivo do TJMA, livro 40, Albina da Silva Balthazar, 1901). Ainda neste testamento, outro sobrinho era beneficiado em São Sebastião, Conselho de Bancas. José Rodriguez, natural da Ilha da Madeira, falecido em 1830, possuía uma “quinta morada” sem casa na Freguesia Nossa Senhora de Assunção de Collares (Arquivo do TJMA, Livro 23, José Rodriguez, 1830). Manoel de Miranda Lima, morto em 1886, era proprietário de duas casas e uma “beira de terras” na Vila do Conde (Arquivo do TJMA, livro 33, Manoel de Miranda Lima, 1886).

É possível que os bens não tivessem sido adquiridos por esses portugueses, mas, fossem heranças deixadas por parentes, como ficava explícito no testamento de Manoel José D’ Almeida, falecido em 1886 e que «possui bens de herança em Portugal deixados pelos seus pais» (Arquivo do TJMA, livro 32, Manoel José D’ Almeida, 1886). Isso não invalida a tese de investimentos feitos em Portugal, pois esses portugueses não se desfizeram das propriedades possivelmente herdadas, mantendo-os como abrigo de familiares ou como parte do patrimônio que poderia ser utilizado em casos de emergência financeira ou como herança aos seus parentes mais próximos.

Outros aparentemente investiram deliberadamente em Portugal, como Antônio Gonçalves Teixeira de Azevedo, natural da Freguesia de Folhadela, Distrito de Vila Real, que deixava de herança em 1895 à sua mãe e irmã bens naquela Freguesia (Arquivo do TJMA, livro 37, Antônio Gonçalves Teixeira de Azevedo, 1895). Emilia Julia Marques, morta em 1908, possuía dez ações do Banco de Lisboa e José Rodrigues Vital Junior títulos de empréstimo português depositados no Banco Comercial de Lisboa em 1890 (Arquivo do TJMA, livro 45, Emilia Julia Marques, 1908).

Apesar dos exemplos de sucesso ou de pelo menos uma vida estável financeiramente, que permitia deixar herança, nem todos tiveram a mesma sorte, mesmo aqueles que um dia progrediram e possuíam bens. Alguns dos que gozaram da proteção dos patrícios já estabelecidos ou alcançaram algum sucesso financeiro, chegando a ser comerciantes, muitas vezes retornaram ou morreram no Brasil com quase nada, como foi o caso de Jorge Maria de Lemos Sá, que trabalhou como guarda-livros na Santa Casa de Misericórdia em São Luís, depois foi comerciante, mas perdeu praticamente tudo, falecendo em outubro de 1872, como professor de Geografia (Publicador Maranhense, ano XXXI, n.º 172, 22/10/1872: 2, “Noticiário falecimentos”). Outro português, Inácio da Costa Duarte, proveniente da freguesia da Sé, no conselho de Braga, chegou a ter seu próprio estabelecimento comercial, “sofrendo diversos transtornos” acabou falindo. Trabalhou nos seus últimos dias de vida como caixeiro. Inácio teve seu velório bastante frequentado, havia sido presidente do Real Gabinete Português de Leitura e um dos seus fundadores, porém, seu espólio era insignificante, sendo a Sociedade Harmonia e Concórdia responsável por seu enterro⁶¹ (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 02/07/1864, Joze Corrêa Loreiro).

Também é verdade que muitos nunca conseguiram se posicionar economicamente no país receptor. No Rio de Janeiro do século XIX, por exemplo, os desocupados tornaram-se motivo de preocupação das autoridades policiais, pois o número de emigrados superava a demanda, criando, assim, inúmeros aventureiros sem garantia alguma e no século seguinte, já na década de 1930, muitos foram expulsos por vadiagem e roubo (Menezes, 2000).

⁶¹ Francisco Antonio Peres de Almeida, natural da Vila dos Coares, distrito de Lisboa, faleceu na pobreza, tendo atuado como caixeiro nas cidades de São Luís e Caxias (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519 26/10/1864, José Corrêa Loreiro) Henrique José Pinto, nascido na cidade do Porto, faleceu em São Luís muito pobre, apesar de, durante anos, ter exercido o comércio na mesma cidade, sendo sócio proprietário da uma casa comercial que faliu (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 13/08/1864, José Corrêa Loreiro).

Na São Luís da década de 1850, portugueses vagavam pelas ruas da capital esmolando, vivendo como indigentes e dependendo da caridade de comerciantes e do consulado para sobreviverem ou retornarem ao seu lugar de origem, como fica claro no relato do cônsul de Portugal no Maranhão em 1859⁶²:

[...] 'resolvi com objetivo que eu espero seja agradável e mereça aprovação de Sua Magestade El Rei, nomear uma comissão de socorros, para acudir aos infelizes colonos portugueses, que vagueavam pelas ruas dessa cidade, esmolando a caridade publica' [...], 'como também para fazer transportar a Portugal' [...] (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 15/11/1859, David Gonçalves de Azevedo).

Trinta anos depois, o cônsul Raimundo Capella (1882) informava haver alguns portugueses vivendo em «circunstâncias parecidas com as dos indígenas». Em outras palavras, eram analfabetos, sem ofício e se sujeitavam a qualquer trabalho, sem, porém, mencionar indigentes ou necessitados. Em 1912, a avaliação do então cônsul era diferente, afirmava que o português desconhecía a miséria naquela província (Paxeco, 1912).

Essa mudança de condição certamente estava relacionada à melhoria de vida dos portugueses que resistiram que se mantiveram no Maranhão, apesar do estado não sustentar mais uma economia pujante como na primeira metade do século XIX, mas que, como veremos, em texto posterior, ainda neste capítulo, naquele período passava por um reequilíbrio nas contas e a economia dava sinais de melhora, o que garantia melhores condições de vida aos que resistiram, apesar de quantitativamente ser o mesmo contingente do século XIX, cerca de dois mil indivíduos.

Os registros de matrícula do consulado português no Maranhão entre os anos de 1904 e 1908 demonstram que, entre os cento e dezoito declarantes de atividade laboral, somente três portugueses pretendiam se empregar; os demais pareciam já colocados no mercado ou com algum ofício, o que era em certa medida a garantia de alguma ocupação, ainda que não permitisse uma vida de abundância. Entre os cento e vinte registrados, noventa e nove assinavam seus nomes (82,5%), número bastante elevado e que por sua vez, se os considerarmos alfabetizados, colocava-os em vantagem em relação aos nacionais, num cenário onde o Brasil tinha 65% de sua população em situação de analfabetismo. Vale a pena reter mais um dado desse conjunto: 67,5% desses portugueses matriculados estavam envolvidos com o comércio, seja na condição de proprietários, seja de empregado, colocando-os numa situação bastante confortável do ponto de vista de trabalho e renda, ainda que

⁶² Neste último caso, são ao que parece, a maioria ex-engajados de colônias fundadas no Maranhão na primeira metade do século XIX, formada por portugueses contratados nas Ilhas Graciosas e no Porto. O tema dos engajados portugueses e da fundação de colônias no Maranhão na primeira metade da década de 1850 será tratado em capítulo posterior.

trabalhar como empregado do comércio fosse bastante desgastante, estivesse sujeito à exploração dos seus patrícios e que muitas morressem naquela posição com poucas economias.

A manutenção de um padrão de imigração diferente de outras partes do Brasil, que mantinha uma tradição de homens alfabetizados e voltados para o comércio, ainda que numericamente pequeno, cerca de dois mil indivíduos permaneceram no Maranhão até o início do século XX, muito em função das fortes relações comerciais entre a província e Portugal no mesmo período, como veremos no próximo texto.

Relações comerciais da província/estado do Maranhão com Portugal

A historiografia brasileira tem representado o Maranhão dos primeiros dois séculos e meio como uma capitania atrasada e com pouco investimento, lugar pouco povoado e de produção reduzida, onde imperava o trabalho escravo indígena e a força dos jesuítas. A produção do algodão e açúcar, mercadorias de grande valor, ainda no século XVII, era extremamente reduzida, sendo o primeiro exportado para o Pará, apesar das resistências impostas pela câmara, pois era usado como moeda entre seus moradores, devido à precariedade da economia.

Com o açúcar não era diferente, a produção era baixa, apesar das tentativas de estimulá-la, como coloca Jerônimo Viveiros (1992a: 36): «Como é bem de ver, a situação do açúcar, no século XVII, não era diferente do algodão. Não o produzíamos que bastasse ao nosso consumo. Se o comércio exportava-o, vez por outra, era em prejuízo do que consumíamos».

Por outro lado, Regina Faria (2003) relativiza essa extrema pobreza e revela a partir dos “Livros da Câmara de São Luís” a existência de até seis “navios carregados” por ano saindo do porto de São Luís antes de 1676 e considera a existência de transporte ilegal, feito por corsários, o que elevaria o escoamento da produção: Havia, porém, corsários de diversas nacionalidades que praticavam o contrabando, quebrando o monopólio comercial português e representando uma alternativa de comercialização ao alcance dos colonos (Novais, 1981 citado por Faria, 2003). A mesma autora lembra ainda que entre os acionistas da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão havia colonos do Maranhão e que a existência de corporações de ofício, como de alfaiates, tecelões, sapateiros, serralheiros, ferreiros, carpinteiros e pedreiros, apontam para uma economia com alguma expressão.

Seja como for, existia uma pressão pela melhoria das condições econômicas do Maranhão por aqueles que lá habitavam, exigindo maior movimento no porto para escoar sua produção e a possibilidade de adquirir escravos africanos, já que sofriam com a exigência de não utilizar a mão de obra indígena e a interferência dos Jesuítas nesse sentido. O resultado foi uma primeira tentativa de instalar uma companhia monopolista no final do século XVII, que solucionaria as demandas dos negociantes e produtores locais, porém, o estanco não correspondeu às expectativas. Os escravos não entraram na quantidade prometida, quinhentos por ano e foram vendidos por valores acima do combinado; A quantidade de navios era insuficiente e os produtos eram comprados por preço abaixo do esperado (Viveiros, 1992a).

O resultado foi a insatisfação dos colonos e por fim uma revolta que exigia a expulsão dos jesuítas, o fim do estanco, a deposição do governador e do capitão-mor. De concreto, os jesuítas foram mandados embora para a Bahia, para depois do fim da revolta retornarem e o estanco foi eliminado, também, depois de abafado o movimento; Manuel Bequimão, seu líder, foi preso e enforcado. A Capitania permaneceu com as mesmas necessidades de outrora, mão de obra escrava, navios para exportar a produção e compradores que pagassem preço justo pelas mercadorias (Viveiros, 1992a).

No século seguinte, em 1750, foi fundada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, na administração do Marquês de Pombal, que marcaria a história econômica da capitania como o início do desenvolvimento e progresso - como coloca essa mesma historiografia - onde lavradores de algodão e arroz ocuparam grandes extensões de terras, importaram muitos escravos e constituíram grandes fortunas. Isso tudo foi facilitado porque a Companhia tinha o objetivo de introduzir nas capitanias escravos negros que suprissem a falta de braços indígenas, animar-lhes o comércio fomentando a agricultura, gozar de «especiais privilégios, tanto fiscais quanto militares e judiciais [...]» (Meireles, 2001: 169), como o de extrair das matas madeiras para a construção de embarcações e o de pagar direitos reduzidos por suas mercadorias que teriam prioridade de despacho nas alfândegas.

O historiador maranhense Jerônimo Viveiros, em *História do Comércio do Maranhão* reproduz um mapa da exportação do algodão do Maranhão com o intuito de revelar um rápido crescimento entre os anos de 1760 e 1780, ano de sua extinção.

Tabela 12 - Número de sacas de algodão exportadas pelo Maranhão (1760-1880)

ANO	NÚMERO DE SACAS
1760	130
1761	385
1762	436
1763	731
1764	709
1765	1.504
1766	2.245
1767	4.762
1768	4.762
1769	5.094
1770	3.115
1771	811
1772	-----
1773	-----
1774	-----
1775	-----
1776	3.602
1777	6.602
1778	7.296
1779	7.329
1880	7.414

Fonte: Jerônimo Viveiros (1992a: 75)⁶³

O fim da Companhia, por sua vez, não representou a paralisação da produção e exportação do Maranhão, pelo contrário, esta continuou crescendo.

Tabela 13 - Exportação do algodão em valores (1780-1795)

ANO	VALOR
1780	355.836\$000
1781	459.762\$000
1782	561.646\$000
1783	544.980\$000
1784	375.760\$000
1785	566.558\$000
1786	610.405\$000
1787	-----
1788	686.746\$000
1792	816.366\$852
1793	819.705\$080
1794	722.322\$000
1795	1.352.723\$000

Fonte: Jerônimo Viveiros (1992a: 102)⁶⁴

⁶³ Extraído do mapa organizado por Temístocles Aranha no periódico *O País*, de 28 de dezembro 1883.

⁶⁴ Os dados a partir de 1892 são retirados do *Dicionário Histórico- Geográfico da Província do Maranhão*, do médico, membro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil e sócio correspondente, honorário e benemérito de muitas outras sociedades literárias, científicas, nacionais e estrangeiros, César Augusto Marques. A obra foi publicada pela primeira vez em 1870, com uma segunda edição em 1970.

Mas, é a partir de 1808 que as exportações se elevam a níveis até então nunca vistos, sendo o seu melhor momento entre os anos de 1816 e 1820, como podemos observar a partir do número de navios atracados no porto de São Luís.

Tabela 14 - Número de navios atracados no porto de São Luís (1808-1821)

ANO	Total de navios que atracaram no porto de São Luís (L)
1809	-----
1810	-----
1811	-----
1812	86
1813	93
1814	82
1815	112
1816	138
1817	152
1818	179
1819	137
1820	141
1821	104

Fonte: Marcelo Galves (2010b: 41)⁶⁵

Outro quadro reforça a pujança da economia do Maranhão e sua relação com a exportação do algodão para seu principal comprador, a Inglaterra, nos anos que se seguiram no início do século XIX.

Tabela 15 - Relação (em %) entre o comércio geral de importação e exportação do Maranhão e o comércio entre o Maranhão e a Inglaterra nos quinquênios 1812-16 e 1816-20

Quinquênio	Valor médio das exportações da província	Valor médio das exportações para a Inglaterra	Percentual de exportação para a Inglaterra	Valor médio das importações da província	Valor médio das importações vindas da Inglaterra (também em percentual)
1812-1816	2, 004, 279,664	1, 102, 068,086	54,9%	1, 709, 760,809	589, 842,761 (34,4%)
1816-1820	3, 080, 604,298	1, 681, 157,507	54,5%	2, 841, 179,613	667, 075,350 (23,4%)

Fonte: Marcelo Galves (2010b: 39)⁶⁶.

⁶⁵ A apresentação de Galves é baseada em Koster e Pereira Lago. Os dados de Henry Koster abarcam o período de 1809 a 1815 (Koster, 2002 citado por Galves, 2010b); Antonio Bernardino Pereira do Lago recolheu informações relativas ao período entre 1812 e 1821 (Lago, 2001).

⁶⁶ Baseado em Antonio Bernardino Pereira do Lago (1822)2001, p. 108-123).

Privilegiados por uma tarifa aduaneira menor que a de Portugal desde o tratado de 1810, os ingleses instalaram na praça comercial de São Luís diversas casas de negócios entre os anos de 1812 e 1825, a maioria ligada à compra e exportação de algodão. Já em 1812, havia mais de 12 estabelecimentos comerciais em São Luís (Viveiros, 1992a). Neste mesmo ano, 56% das exportações maranhenses foram para a Inglaterra e 45% das importações vieram de lá (Assunção, 2000). Para o historiador Mathias Assunção (2000: 39), «o Maranhão constituía, assim, uma província atípica no império brasileiro, e mesmo na América Latina: aqui os negociantes ingleses compravam mais do que vendiam». Schneider (1975 citado por Assunção, 2000: 420), por sua vez, afirma que «Em nenhum grande porto do Brasil a posição da Inglaterra era tão forte como em São Luís. Os ingleses determinavam as taxas de câmbio, os fretes, o valor das moedas e dos produtos do país. Tinham papel preponderante na importação e exportação».

Essas casas comerciais inglesas apoderaram-se do negócio da exportação do algodão. Segundo Viveiros (1992a: 130), «formaram o primeiro cartel que o comércio maranhense conheceu». Para esse autor, os ingleses monopolizaram de tal forma esse comércio, que negociantes de outras nacionalidades tiveram que procurar outros ramos menos rentáveis. Os franceses, por exemplo, teriam se concentrado no comércio de joias e os portugueses na exportação de arroz e couros.

Para o mesmo período mencionado acima (1812-1820), Portugal aparecia como segundo maior comprador do algodão, mas sempre muito distante da Inglaterra. A título de exemplos, nos anos de 1812 e 1820, sua participação em arrobas foi respectivamente de 9,4% e 23%.

Por outro lado, sua inserção nas exportações e importações de modo geral parecia ser mais significativa, já que o número de navios portugueses atracados no porto de São Luís era elevado se comparado a outras nações, pelo menos até 1819. Num cenário onde o Maranhão era o maior produtor de algodão depois de Pernambuco, segundo Viveiros (1992a), e que Portugal liderava a entrada e saída de navios, configurando-se como importante parceiro comercial, é de se imaginar que também fosse um grande comprador das mercadorias produzidas no Maranhão.

Tabela 16 - Procedência e quantidade (%) de navios atracados no porto de São Luís (1812-1821)

ANO	NAVIOS PROCEDENTES DE PORTUGAL	NAVIOS DE OUTROS PAÍSES	TOTAL
1812	52 (60,4%)	34	86
1813	64 (68,8%)	29	93
1814	70 (85,3%)	12	82
1815	69 (61,6%)	43	112
1816	80 (57,9%)	58	138
1817	89 (58,5%)	63	152
1818	79 (44,1%)	100	179
1819	80 (58,3%)	57	137
1820	61 (43,2%)	80	141
1821	48 (46,1%)	56	104

Fonte: Dados retirados de Antônio Lago (2001: 108-123 citado por Marcelo Galves (2010b: 4)

As fortes relações comerciais do Maranhão com Portugal, em detrimento de outras províncias, podem ser atestadas também pela correspondência trocada entre negociantes e algumas vezes sócios das praças comerciais do Pará, Maranhão e Portugal. No ano anterior à mudança da corte para o Brasil, esses negociantes demonstravam preocupação com os acontecimentos na Europa, diante das ameaças da França a Portugal e como isso interferiria nos seus negócios. Cartas foram enviadas de Portugal para sócios e procuradores em São Luís, dando conta dos acontecimentos na Europa. As notícias que chegavam ao porto da cidade eram, por sua vez, repassadas aos negociantes de Belém, demonstrando que as relações entre São Luís com Portugal eram mais estreitas do que com Belém (Lopes, 2012).

Eduardo Frutuoso, Paulo Guinote e António Lopes (2001) apresentam dados que reforçam a tese da importância comercial do Maranhão com Portugal nos anos próximos à abertura dos portos e da independência do Brasil. Na tabela abaixo aparece como uma das quatro capitanias/províncias que mais saíam embarcações em direção a Lisboa, sendo raramente o quarto colocado.

Tabela 17 - Entradas no Porto de Lisboa de Navios provenientes do Brasil (1806-1824)

Ano	Total	Baia ⁶⁷	Maranhão	Pará	Pernambuco	R. de Janeiro	Outros
1806	164	32	32	17	40	27	16
1807	169	35	33	13	50	25	13
1808	27	6	7	5	4	3	2
1809	107	19	21	14	27	7	19
1810	68	15	17	9	14	12	1
1811	82	19	13	8	17	20	5
1812	104	17	18	21	18	23	7
1813	102	17	19	12	22	20	12
1814	121	23	19	18	27	25	9
1815	138	34	27	18	34	14	11
1816	166	42	29	19	37	30	9
1817	134	23	32	21	26	17	15
1818	147	27	23	16	43	21	17
1819	137	26	25	13	33	25	15
1820	125	18	24	15	25	23	20
1821	124	21	22	16	28	28	9
1822	131	21	20	19	30	26	15
1823	103	31	17	17	28	7	3
1824	41	3	8	5	12	8	5

Fonte: Eduardo Frutuoso, Paulo Guinote e António Lopes (2001: 147).

Sobre as importações, somente depois de 1838, com a “ordem superior teve logar a competente separação” dos produtos nacionais e estrangeiros, como informa o discurso do presidente da província do Maranhão na abertura da assembléia legislativa provincial em 1841 (Miranda, 1841). Porém, sem especificar os produtos ou as nações com quem comercializava, detendo-se somente em apresentar valores referentes à importação. Em relação às exportações, o relatório também esclarece muito pouco, mencionando somente os principais produtos enviados para o exterior, sendo estes o algodão, o arroz e os couros. Já sobre o movimento do Porto, o documento traz menos informações ainda, refere-se somente ao número de navios estrangeiros aportados em São Luís sem, porém, nomear suas nacionalidades⁶⁸. Mas, sabemos a partir da fonte mencionada anteriormente que, até 1836, o

⁶⁷ Optei por manter a grafia original da tabela e não usar “Bahia”.

⁶⁸ Os relatórios, as falas e mensagens dirigidas à assembleia provincial do Maranhão entre os anos de 1836 e 1840 - existentes no *Center For Research Libraries* - não trazem dados referentes à exportação/ importação ou nacionalidade das embarcações aportadas em São Luís.

Maranhão continuava a ser um dos quatro portos que mais lançava navios em direção a Lisboa (Frutuoso, Guinote e Lopes, 2001).

Já o relatório que o presidente de província Jerônimo Martiniano Figueira de Mello expôs a Assembleia Legislativa em 1843, apresenta nos seus mapas informações sobre o valor de mercadorias despachadas para consumo na alfândega da província do Maranhão e o mapa de exportação para fora do império, ambos referentes aos anos financeiros de 1840/1841 e 1841/1842 (Mello, 1843). Na primeira demonstração, Portugal aparece como segundo maior exportador, ficando atrás da Inglaterra e a frente de países como EUA, França e Espanha. Nota-se que Portugal, apesar de certa proximidade de valores com as outras nações que menos exportaram, em relação à Inglaterra, eram muito inferior.

Tabela 18 - Mapa do valor das mercadorias despachadas para consumo na alfândega da província do Maranhão, durante os anos financeiros de 1840-1841 e de 1841 a 1842 (mapa 11)

Vindos das nações estrangeiras	1840 a 1841	1841 a 1842
Inglaterra	2.478:186\$546	1.606:465\$319
Portugal	325:092\$439	464:279\$358
França	247:376\$561	226:874\$332
Espanha	200:513\$270	102:420\$876

Fonte: Jeronimo Mello (1843: mapa 12).

Já no mapa referente às exportações da província, Portugal também aparece em segundo lugar, com os portos de Lisboa e do Porto como principais (ou únicos). O Maior comprador dos produtos locais também era a Inglaterra, ainda em função do algodão, demonstrando a forte inserção comercial desses estrangeiros nos negócios internacionais da província, tanto na introdução de mercadorias, quanto na compra de produtos.

Tabela 19 - Mapa da exportação para fora do império nos anos financeiros de 1840-1841 e 1841-1842

Portos de destino	1840-1841	1841-1842
Liverpool	1.3556:019\$107	1.215:660\$831
Lisboa	198:727\$808	190:050\$032
Porto	197:037\$997	185:237\$834
Barcelona	302:088\$971	144:302\$619

Fonte: Jeronimo Mello (1843: mapa 12).

O número de embarcações estrangeiras que deram entrada no porto de São Luís, em 1842/1843, segundo o relatório do presidente da província do Maranhão, João Joze de Moura Magalhaens, que dirigiu a assembleia legislativa provincial em 1844, comprova a superioridade inglesa e o papel secundário de Portugal na economia maranhense. Pelos registros, entraram 23 embarcações inglesas, totalizando (em toneladas) 10.198, 627; 16 portugueses, que somaram três. 833, 98, quase três vezes menos que o primeiro, seguido dos EUA, Espanha e França. Para o mesmo ano financeiro, as embarcações saídas do porto de São Luís contabilizaram 76, sendo que 22 eram inglesas, 17 Norte Americanas e 16 Portuguesas. Os barcos ingleses totalizaram 9.363, 559 toneladas, já as Americanas somaram 2.335, 814 e as portuguesas 3:833 128, ultrapassando em mais de 30% o segundo colocado, mas ficando ainda muito distante dos ingleses (Magalhaens, 1844).

Apesar do número de embarcações portuguesas entradas no Maranhão contabilizar 16 naquele ano, o consulado português na província apontava para o baixo número de navios de carreira entre Portugal e o Maranhão no ano seguinte. Em Janeiro de 1844, o número, segundo o cônsul, era de apenas cinco, sendo que em novembro o mesmo denunciava a diminuição para quatro, depois do naufrágio de uma das embarcações (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 27/01/1844, Joaquim José da Costa Portugal; ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 11/06/1844, Joaquim José da Costa Portugal). A mesma autoridade consular atribuía o baixo número de embarcações ao alto valor da taxa de ancoragem no Brasil.

Nesse período, o cônsul português no Maranhão enviou um mapa de exportações da província para Portugal datado de 31 de dezembro de 1845, demonstrando que entre os produtos vendidos naquele ano destacavam-se o couro salgado e arroz, além do algodão. Os portos que mais recebiam as mercadorias maranhenses eram o de Lisboa e o do Porto (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 31/12/1845, Carlos Luciano Mendes).

Em 1847/1848, Portugal havia exportado para o Maranhão um pouco menos que a França, mas ficava atrás também dos EUA e da Inglaterra. A província neste ano era o quarto maior importador de mercadorias no Brasil, ficando atrás somente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Sobre as importações feitas pela província, Portugal mantinha posição idêntica, ficando atrás dos mesmos países. Em relação à Inglaterra a situação era igual.

Se olharmos para o Brasil, Portugal mantinha posição idêntica, tinha a segunda posição, em valores (réis), depois da Inglaterra. Já o Rio de Janeiro, por exemplo, assim como

Pernambuco, importavam mais da Inglaterra e da França do que de Portugal. Se tomarmos um último exemplo, a Bahia, Portugal era o segundo maior vendedor para aquela província, depois da Inglaterra⁶⁹ (Brasil, 1848: mapa 3).

Ainda sobre o mesmo documento, pode-se perceber que entre as mercadorias mais importadas de Portugal neste ano fiscal, estavam produtos agrícolas, seus derivados e materiais pouco industrializados, como o ferro bruto, ferragens diversas (grossas); calçados masculinos e femininos; o azeite, especialmente o de oliveira; legumes diversos, carne salgada e ainda moedas de ouro e de prata. A recente revolução industrial na Inglaterra se refletia nas suas vendas ao Maranhão, comercializando seus tecidos em grande quantidade, eram brins (linho e algodão), lã, panos de algodão (riscado e de cores), riscados diversos de algodão, linhas para costura, madapolan, além de manteiga e carvão de pedra. Em outras palavras, a província vendia matéria-prima, como o algodão e comprava industrializados, como os tecidos. Os EUA, por sua vez, era o grande fornecedor de trigo.

O cônsul português no Maranhão informava que o vinho do Porto tinha grande saída no comércio local, mas que vinha sofrendo a concorrência dos vinhos exportados de Lisboa. O azeite aparecia, segundo a autoridade consular, entre os produtos mais vendidos. Apesar da posição privilegiada de Portugal, o cônsul se referia ao comércio local como “diminuto”, por conta da baixa do preço do algodão, principal produto de exportação da província (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 04/12/1848, Carlos Luciano Mendes). Nove anos depois, segundo o relatório que a assembleia apresentou o presidente de província Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, os produtos mais exportados pela província continuavam sendo o algodão, os couros salgados e o arroz (Taques, 1857).

A importância dos ingleses nos negócios do algodão no Maranhão parece ter perdurado até os anos de 1890 (Mesquita, 1987). O autor notou que os hotéis de São Luís, ainda na época da Guerra civil americana, anunciavam seus aposentos nos jornais locais em português e/ou inglês, percebeu, também, que, apesar de estarem em menor número, os estabelecimentos comerciais ingleses negociavam a maior parte do algodão produzido, pois em 1862 existiam 10 casas inglesas e 12 portuguesas. No ano seguinte, duas casas inglesas exportavam 50,11% e 10 portuguesas 49,89%. A diminuição brusca no número de estabelecimentos comerciais ingleses é, segundo Mesquita (1987), baseada nos jornais da

⁶⁹ Um mapa exposto na Fala do Presidente de Província do Maranhão á Assembleia Provincial (1848), referente ao ano financeiro de 1846/1847, trás Portugal como segundo maior vendedor depois da Inglaterra. Sendo este o seu concorrente na venda de moedas de ouro e prata, configurando como maior fornecedor que Portugal (Amaral, 1848).

época, uma estratégia, fazendo parecer que a Europa não precisa de tanto algodão, obrigando os fazendeiros a reduzir os preços já que a produção havia aumentado.

Tabela 20 - Destino das exportações maranhenses de algodão (1861-1862)

DESTINO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	
	1861	1862
Liverpool	66,02	61,10
Porto	30,61	29,52
Quenaton	0,00	05,87
Barcelona	1,60	0,24
Lisboa	1,77	2,11
Nova Iorque	0,00	1,16

Fonte: Retirado do Jornal *Publicador Maranhense*. São Luís, n. 8 por Francisco Mesquita (1987: 213).

A produção do algodão que tinha como destino principal a Inglaterra, no início dos anos de 1860, era transportada por navios do mesmo país. Olhando para os números de navios atracados no porto de São Luís e sua capacidade de transporte, fica clara a superioridade britânica em quantidade de embarcações e a capacidade destas, mas também dos produtos exportados. Os portugueses, por sua vez, ocupavam nesse mesmo período, o segundo lugar.

Tabela 21 - Número e capacidade das embarcações atracadas no porto de São Luís, segundo a origem-ano financeiro (1860/1861)

Origem	Quantidade	Tonelagem	Tonelagem
		Total	Média
Nacionais	02	574	287
Americanas	12	3.056	255
Franceses	08	2.267	283
Hamburgueses	02	343	172
Espanhóis	07	1.166	167
Portugueses	18	6.860	381
Holandeses	01	97	97
Inglese	22	11.498	523

Fonte: Francisco Mesquita (1987: 241)

Para Portugal, entre os produtos que lideravam as exportações em 1861, o algodão continuava sendo o principal, alcançando o valor, em moeda portuguesa, de 303:423\$620, seguido do couro salgado, 106:433\$180, da aguardente, 20:456\$140 e do açúcar (barricas), 15:233\$100. Outros produtos faziam parte da lista, como a farinha de mandioca, o café, gomas e chifres. A lista era extensa, compreendia vinte e dois produtos, segundo o mapa geral do comércio entre Portugal e o Maranhão, produzido pelo consulado português naquela província (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 13/01/1862, José Corrêa Loreiro). Em relação às importações, o Maranhão comprava daquele país, no mesmo ano, vinhos (pipas e barris), 61:868\$895 e 47:085\$476 respectivamente; azeite, 32:632\$260; cera em velas, 22:380\$900, seguindo de drogas e ervas medicinais, 21: 291\$800 e muitos outros produtos como ferragens, fazendas de seda e algodão, frutas secas, azulejos, pedras de cantaria que perfaziam uma lista de mais de cinquenta produtos (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 13/01/1862, José Corrêa Loreiro). No computo geral, as vendas de Portugal para o Maranhão somavam 373:931\$821 e as compras 507: 631\$091, sendo, assim, um bom negócio para a província o comércio com aquele país.

O movimento comercial declarado no relatório lido pelo presidente de província do Maranhão, A.O. Gomes de Castro na abertura dos trabalhos da assembleia legislativa provincial, de 1871, informava que «o valor dos productos nacionaes para fora do império foi este anno, até o dia 31 de março, de 1.221:004\$284 reis, sendo» (Castro, 1871: 62).

Tabela 22 - Destino e valor das mercadorias nacionais para fora do império no ano de 1871 até 31 de março

PAÍS	VALOR
Grã-Bretanha	915:753\$212
Portugal	253:500\$714
Espanha	41:540\$102

Fonte: Augusto Castro (1871)

O algodão continuava a ser o principal produto de exportação na década de 1870, mas, outro produto ganhava projeção, o açúcar, passando de 2.020 toneladas em 1870 para 16.144 em 1882 (Mesquita, 1987). Seu principal comprador também era a Inglaterra, e o segundo, Portugal, tendo como destino seus dois principais portos: Lisboa e Porto, como esclarece o demonstrativo do Tesouro Público provincial do Maranhão.

Tabela 23 - Quadro demonstrativo da exportação de açúcar durante os anos de 1872 e 1881, com declaração do destino e peso por kilograma

DESTINOS	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881
Liverpool	3:633,345	4:110,838	6:169,768	3:164,732	8:458,808	6:239,749	4:422,665	5:670,303	7:182,142	10:385,098
Lisboa	497,00	441,287	328,789	364,302	906,218	1:069,897	165,145	440,323	308,736	1:190,039
Porto	739,369	438,287	327.180	1:169,393	Ilegível	2:280,810	120,695	323,194	1:604,281	1:403,022
New York	178,667	99,044	-----	287,701	436,729	366,378	124,228	377,924	604,383	427,370

Fonte: José Freitas (1883: mapa 15)

O aumento das exportações de açúcar estava relacionado à reorientação da agricultura para exportação, pois o preço do algodão havia estagnado e os custos de compra de escravos haviam aumentado devido ao fim do tráfico em 1850 e à venda das “peças” para o Sul, direcionados às lavouras de Café. O algodão só voltaria a ter preços mais atrativos com a Guerra interna dos EUA e do conflito Brasil/Paraguai. O açúcar manteve sua produção em alta até 1882, quando o empresariado maranhense quis modernizar seus engenhos a um custo elevadíssimo que não conseguiram arcar (Tribuzzi, 2011).

A perda da importância do algodão para a Inglaterra, que volta a comprar dos EUA depois do fim da guerra da Secessão e da reorganização da produção, a partir de 1875/76, fica claro no mapa abaixo. Por outro lado, Portugal passa a comprar mais, ainda que no cômputo geral desse decênio (1872-1881), os ingleses negociassem duas vezes e meia mais (Freitas, 1883).

Tabela 24 - Exportação de algodão em número de sacas (1872-1881)

DESTINO	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881
Liverpool	44,270	32,156	25,925	32,469	27,388	16,930	21,196	22,230	21,820	26,353
Porto	7,145	5,397	6,105	8,040	7,390	12,000	9,463	9,471	17,195	11,860
Lisboa	554	340	336	720	1.010	310	1.034	3.608	3.118	2.433

Fonte: José Freitas (1883: mapa 17)

O aumento do consumo do algodão por Portugal estava relacionado ao crescimento da indústria têxtil daquele país, especialmente no Norte, na segunda metade do século XIX. Consumido desde o período colonial, aos poucos o algodão foi tomando o lugar da lã e do linho, cultivados de forma artesanal e em pequena escala e se transformando no motor da primeira e principal indústria, fazendo nascerem inúmeras unidades fabris. Esse crescimento

das têxteis em Portugal se inseria num processo maior, o de periferação desse tipo de produção, pois a Inglaterra, interessada em outros ramos da indústria, mais lucrativos, reservou aos países pouco desenvolvidos tecnologicamente esse tipo de produção. No Norte de Portugal essa indústria encontrou as condições necessárias para seu desenvolvimento com a abundância de mão de obra barata, uma tradição na produção de panos a partir da lã e linho e mercado consumidor disponível, inclusive nas colônias africanas (Alves, 1999).

Já no início do século XX, segundo um relatório da Companhia Aliança, «que elaborava, com úteis pormenores, a respectiva estatística» (Paxeco, 2008: 54), em 1906 a exportação do algodão era de 24.277 sacas para o Porto e em segundo lugar Liverpool, com apenas 720 sacas. No ano seguinte, o Porto ficou com 12.987 e o Rio de Janeiro com 824 sacas, A Inglaterra já não configurava mais como compradora do algodão maranhense.

Mas é importante perceber que o algodão do Maranhão passou a ter, também, como destino, o próprio estado, que o consumia na produção de tecidos do parque fabril instalado a partir do final do século XIX. Inserido num processo semelhante ao de Portugal, coube ao Brasil, na divisão da produção, a confecção de panos e o Maranhão surgia com destaque, pois disponibilizava de matéria prima, mão de obra barata, mercado consumidor que extrapolava as divisas do estado e recursos oriundos da agroexportação em decadência⁷⁰. Esse mesmo parque fabril pode ter sido o responsável pela frustrada tentativa de introduzir tecidos portugueses no mercado maranhense no final do século XIX, quando o mercado local não os absorveu (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 521, 10/11/1899, nome ilegível).

No Brasil, em termos de importação geral, Portugal havia perdido posições entre os anos de 1901 e 1910. Novos concorrentes surgiram na Europa, como a Alemanha, outros se fortaleceram e ganharam espaço na América do Sul, a exemplo dos EUA. Portugal ainda ficava atrás da Inglaterra, mas também dos EUA e Alemanha. Estes últimos trocaram de posição a partir de 1902, quando a Alemanha ultrapassou os EUA e assim permaneceu até 1910. A França vinha logo depois. Outro personagem entrava em cena, a Argentina, que passava a ter significativa relação comercial com o Brasil, muito semelhante à França, deixando, assim, Portugal no quinto lugar entre os países de quem o Brasil mais importava mercadorias (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941).

⁷⁰ A partir do final do século XIX 12 fábricas têxteis se instalaram no Maranhão, além de muitas outras que produziam pregos, sabão, etc. Esse fenômeno, ou seja, a constituição de parque fabril foi chamado por Viveiros de “loucura industrial” e por Paxeco de “desenteria fabriqueira”, numa referência a correria dos grandes capitais, mas, também, das economias de pessoas ordinárias a esses empreendimentos, que surgiam e desapareciam muito rapidamente.

Essa perda de importância poderia estar relacionada também a não assinatura do tratado comercial entre as duas nações – onde Portugal queria ser beneficiado como “nação amiga e mais favorecida” – que, desde 1825, era tentado, mas que acabou sendo frustrado.

A quimera do tratado ocupou a diplomacia portuguesa por longos anos, começando logo a partir de 1825 pelos esforços de precisão do nebuloso paradigma da «nação amiga e mais favorecida. As primeiras tentativas no sentido de se chegar a um acordo comercial datam do ano imediato ao reconhecimento da independência, com a reunião de conferências bilaterais que acabaram por ser suspensas, em Abril de 1826, devido à morte de D. João VI. Dez anos mais tarde, com base no mesmo projecto de 1826, voltaram-se a diligenciar negociações para um novo acordo que, embora tenha chegado à forma de tratado assinado, não conseguiu ser ratificado no parlamento brasileiro. Depois do malogro de 1836, tímidas investidas para o reatamento de negociações foram tentadas em 1840, mas sem continuidade (Silva, 2013: 280).

Izabel da Silva (2013) demonstra que as tentativas não sessaram na segunda metade do século XIX, sendo mais uma vez acompanhadas de fracassos, até que no início do século XX desistissem diante da recuperação da economia portuguesa voltada para sua produção agrícola e exportação de cortiça, fruta e legumes, vinho, azeite, assim como a sua industrialização, apesar de lenta e pouco competitiva.

Passaram-se quase 50 anos, até Portugal recuperar fôlego para voltar a fazer movimentos de aproximação ao Brasil. Em 1889, a diplomacia portuguesa preparava terreno para retomar negociações quando rebentou o golpe de Estado que instaurou a República Brasileira, frustrando -se novamente as diligências¹. Foi, pois, cerca de dois anos mais tarde, em gravoso estado de debilidade financeira no contexto da crise económica de inícios da década de 90, que Portugal se viu impelido a reatar negociações com o Brasil. Assinado a 14 de Janeiro de 1892, o Tratado de Comércio e Navegação nunca foi ratificado pelo parlamento brasileiro. Em 1908, as ambiciosas expectativas que João Franco depositava na viagem de D. Carlos ao Brasil incluíam, também, a assinatura de um tratado. Como é sabido, tudo se frustrou (Silva, 2013: 281).

No Maranhão, de qualquer forma, os produtos portugueses continuavam muito presentes no cotidiano dos maranhenses, pois são encontrados com frequência nos anúncios de jornais da província no final do século XIX e primeiros anos do século XX, como as conservas e os “feijões portugueses”. O escritor Humberto de Campos lembra que quando conseguiu seu emprego em uma mercearia de propriedade de um português, no início do século XX, no seu primeiro dia de trabalho, preparou as tabuletas que anunciavam os produtos disponíveis vindos de Portugal, eram cebolas, batatas, feijões, fiambres, sardinhas em lata e bacalhau (Campos, 1962). Se por um lado é notória a assimilação de parte dessa culinária pela população local, por outro, esse comércio era estimulado pelos próprios portugueses enquanto consumidores.

Nas exportações nacionais, Portugal também perdia posição como comprador, tendo o Brasil como principais parceiros países como a Alemanha, França, EUA, Bélgica, Inglaterra, Holanda, Itália, Argentina e Uruguai. A Espanha ultrapassava Portugal em negócios com o Brasil em 1908, mantendo-se superior até o fim do período. Ainda assim, uma empresa se oferecia a vender produtos maranhenses em consignação na cidade do Porto

(Diário do Maranhão, ano XXXIII, n.º 8537, 02/02/1902: 3, “Pinto da Fonseca & Irmãos: banqueiros, praça de D. Pedro. n 138. Porto – Portugal”).

Em relação ao estado do Maranhão, o cônsul Fran Paxeco (1912) em seu relatório a SGL em 1912 informava que Portugal era o sexto maior negociante internacional de mercadorias, perdendo para a Inglaterra, Alemanha, EUA e França e a exportação para seu país era “imperceptível”. Paxeco lembra como eram “estreitos e valiosíssimos” os laços mercantis entre os dois espaços, mas tendeu a “minguar”, notadamente desde 1911. Um dos motivos, segundo o cônsul, era a falta navios portugueses que fizesse o transporte das mercadorias. Entre os produtos mais comercializados no Maranhão, em 1911, provenientes das praças comerciais de Portugal estava o vinho, seguido de cebolas e obras de ferro. A avaliação do cônsul sobre a diminuição dos negócios coincidia com a do adido comercial de Portugal no Rio de Janeiro em 1923, quando afirmava que desde 1913 o «comércio entre os dois países caíra de 5 para 1», porém, por motivo diferente: «em virtude de uma política de substituição de importações» (Lobo, 2001: 47)⁷¹.

A Câmara Portuguesa de Comércio do Maranhão, fundada em 1918, publicou um relatório consular daquele ano escrito pelo cônsul Fran Paxeco (1919). Logo na introdução, apresentava uma visão mais otimista das relações entre os dois espaços que em 1912, mas ainda assim demonstrando as dificuldades em manter o comércio entre o estado e seu país. Afirmava «os fortes laços mercantis, existentes entre a nossa terra e o Maranhão, o qual ocupa o primeiro posto em todo o Brasil, nas exportações para as praças luzónias» (1919: 27). No final da década de 1910, entre os anos de 1917 e 1920, Portugal continuava entre os principais parceiros comerciais do Maranhão (em exportações), ficando atrás dos EUA, França, Inglaterra, Espanha e Argentina (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941). Um mapa estatístico de exportação onerada⁷², entre janeiro e junho de 1915, publicado na Mensagem do governo do estado do Maranhão de 1916, demonstra quanto cada país comprou de cada produto, aparecendo entre os principais compradores a Inglaterra (Amêndoa de coco babaçu e tucum, borracha e couros) e Portugal (couros) (Parga, 1916). Para o Maranhão era extremamente vantajoso negociar com Portugal, pois segundo Fran Paxeco (1919) entre os anos de 1911 e 1918 o estado comprou em mercadorias 3.239:717\$600 e vendeu 13.673:452\$690.

⁷¹ «Antes da Primeira Guerra Mundial Portugal exportava para o Brasil cerca de 150.000 toneladas de mercadorias, reduzidas a cerca de 25.000 toneladas em 1922» (Lobo, 2001:47).

⁷² Os mapas de exportação são divididos em exportação onerada e exportação livre. A diferença parece ser que a primeira pagava impostos e a segunda não.

Fran Paxeco (1919) revelava um quadro dramático da navegação para o Maranhão nestes anos (durante a I Guerra Mundial) e cobrava das autoridades providência. Numa tentativa de contrastar esse período com o de maior frequência de navios (portugueses), apresenta o seguinte quadro, baseado no livro de termos de entrada de navios:

Tabela 25 - Entrada de navios portugueses no porto de São Luís (1881-1891)

1880 (nov. e dez.)	5
1881	17
1882	22
1883	18
1884	12
1885	18
1886	17
1887	16
1888	14
1890	10
1891	15
Total	164

Fonte: Fran Paxeco (1919)

O cônsul, nesta aferição, aponta outro marco de declínio do comércio entre os dois espaços, que seria a partir de 1892, quando o surto da borracha desloca o fluxo para a região do Pará, em Belém.

Tabela 26 - Entrada de navios portugueses no porto de São Luís (1892-1895)

1892	7
1893	4
1894	3
1895	3
Total	17

Fonte: Fran Paxeco (1919)

A avaliação de Paxeco encontrava sentido no Relatório que o presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado apresentava à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão na sessão ordinária de 1856, quando diagnosticava que parte dos

problemas econômicos enfrentados pela província estava relacionado ao fim do uso do porto de São Luís como intermediário das importações e exportações para o Pará (Machado, 1856).

«O commercio (comércio) de importação e exportação da praça de Belem era feito quase todo por intermédio do porto de São Luiz, e uma das do deplorável estado a que ficou reduzida esta província, foi o estabelecimento do commercio (comércio) directo praça com os paizes da Europa e da América; [...]» (Machado, 1856: 77).

Mas, a situação em que vivia o comércio do Maranhão com Portugal naqueles anos, por culpa da ausência de uma carreira de vapores, segundo o autor, complicava a situação dos negociantes portugueses na praça comercial de São Luís. Em 18 de abril de 1919, uma assembléia Luso-brasileira foi realizada na Associação Comercial do Maranhão, de onde saiu um texto subscrito pelo presente, inclusive o próprio Fran Paxeco (1919), e enviado ao senador Costa Rodrigues, pedindo que interviesse em favor do comércio. O senador, segundo ainda Paxeco, respondeu sem demora, mas com a notícia de que não havia nada a fazer devido a um acordo das companhias de navegação. A falta de vapores que aportassem no Maranhão acabou forçando os comerciantes a se utilizarem de barcos a vela, mas teria pouco resultado⁷³.

O relatório consular de Paxeco (1919) traz ainda um balanço comercial do ano de 1918, onde demonstra as relações comerciais do Maranhão com outras nações. Nesse balanço Portugal fica atrás dos EUA e da Inglaterra, maiores exportadores para o estado. Entre os produtos importados pelo Maranhão de Portugal, estavam os vinhos, vinagres e azeitonas, somando em 1918 403:341\$900, ou menos 93:098\$000 que o ano anterior. Por outro lado, o Maranhão tinha Portugal como grande comprador, vendendo algodão em ramas, açúcar e arroz pilado, chegando à cifra de 2.707:4738, ou mais 166:198\$710 do que em 1917. Como se pode perceber, a balança comercial pesou favoravelmente ao Maranhão nos dois anos consecutivos. O cônsul chamava atenção e afirmava que as relações comerciais entre os dois espaços eram lucrativas, apesar das dificuldades.

Na mensagem do presidente do Maranhão, Magalhães de Almeida, ao congresso do estado em 1928, no primeiro semestre de 1927, Portugal aparece em sexto lugar entre os países que o Maranhão mais importava mercadorias, atrás dos EUA, Inglaterra, Alemanha, Bélgica e França (Almeida, 1928).

⁷³ Os relatos dos cônsules portugueses no Maranhão sobre a ausência de embarcações portuguesas surgem desde a segunda metade da década de 1880. As mercadorias passaram, pelo menos por algum tempo, sendo levadas e trazidas por embarcações inglesas, na falta das nacionais e portuguesas.

Tabela 27 - Os seis principais mercados, na ordem dos respectivos valores da importação

Colocação	Países	Valor oficial
1	EUA	1.299:766\$950
2	Inglaterra	957:193\$000
3	Alemanha	509:503\$100
4	Bélgica	213:571\$000
5	França	212:685\$400
6	Portugal	157:040\$000

Fonte: J. Almeida (1928: LXXIII e mapa 13)

Na mesma mensagem, entre os produtos exportados, durante os anos de 1922 e 1926, está a amêndoa de babaçu em destaque, o couro, o algodão e o arroz⁷⁴. Portugal entre os anos de 1922 e 1925 configurou como o segundo ou terceiro colocado. Já no primeiro semestre de 1927, Portugal encontrava-se em quarto lugar. Seu principal concorrente nesses anos era a Alemanha, sempre em primeira posição. A Segunda ou terceira colocação, Portugal disputava com a Holanda e a Inglaterra vinha em seguida (Almeida, 1928).

Tabela 28 - Ordem numérica dos mercados, de acordo com os valores anuais da exportação

Países	1922	1923	1924	1925
Alemanha	1	1	1	1
Bélgica	7	7	8	5
Dinamarca	5	2	3	7
EUA	6	8	5	6
França	8	4	7	----
Holanda	3	5	6	4
Inglaterra	4	6	4	2
Portugal	2	3	2	3

Fonte: J. Almeida (1928: XXX e mapa 42)

Percebe-se que as relações econômicas de Portugal com o Maranhão foram intensas com a criação a companhia monopolista a partir de 1750, perdurando até o tratado de 1810, quando Portugal, através de acordo, privilegiou a Inglaterra. Desse momento em diante, durante quase todo o século XIX este país foi o principal parceiro comercial da província,

⁷⁴ A amêndoa de babaçu, utilizada para se fabricar óleo, ganhou importância no mercado internacional com a Primeira Guerra Mundial.

mesmo depois da independência, nas exportações e importações. Portugal, por sua vez, configurou como coadjuvante, sendo reservado a ele o segundo lugar nos negócios com o Maranhão, situação que só se alteraria, segundo Fran Paxeco (1919), no início do século XX.

A perda de espaço para outras nações, quando a Inglaterra sai de cena como principal parceiro comercial da província, pode está relacionado, também, a mudanças ocorridas naquele país, quando em 1910 há uma viragem no regime político, passando de monarquia para república. Essa alteração, segundo Paula Santos e Paulo Amorim (2010), afastou os dois países, pois o novo governo estava mais preocupado com a situação interna e com a aceitação internacional do novo regime.

O fim do regime monárquico em Portugal, no início do século XX, e a consequente vigência da I República pode ser genericamente caracterizada por um período de dificuldades no relacionamento entre Portugal e o Brasil, relacionamento que tinha sido reatado depois de diversos diferendos no final da monarquia no Brasil. E mesmo durante todo o período da I República esse relacionamento bilateral será relegado para segundo plano, já que os sucessivos governos republicanos portugueses vão centrar as suas atenções em questões internas e na tentativa, muitas vezes frustrada, para resolução desses mesmos problemas (Santos e Amorim, 2010).

É importante colocar que, antes de Portugal se tornar uma república, o Brasil foi durante algum tempo utilizada como exemplo a ser seguido pelos republicanos portugueses, apesar da diminuição das remessas num primeiro momento e a lusofobia no período do governo de Floriano Peixoto. A partir de 1891, ficou insustentável defender a república brasileira, voltando a partir de 1910 a ser lembrada e celebrada pelos republicanos portugueses (Silva, 2013).

Esta situação de gradual fascínio pelo Brasil, que se vinha acentuando ao longo dos últimos anos de propaganda republicana e que explodiu depois de 1910, deve ser entendida multifacetadamente, tendo em consideração: 1) o espaço que o Brasil continuava a ocupar no imaginário saudosisto – sebastianista nacional; 2) o papel do modelo brasileiro na retórica republicana portuguesa ao longo das duas décadas anteriores; 3) o lugar do Brasil na economia portuguesa; 4) e a posição que os milhares de portugueses residentes no Brasil ocupavam nesta complexa equação (Silva, 2013: 275).

O papel secundário de Portugal na economia maranhense não o desqualifica, pelo contrário, mesmo nessa posição esteve sempre entre os principais países que mais negociavam com a província e mais tarde com o estado, possibilitando não somente o acesso a mercadorias daquele país, mas, a possibilidade de escoar a produção local. As mercadorias portuguesas, especialmente as comestíveis, continuaram no gosto do brasileiro, sendo presença obrigatória na culinária nacional até os dias atuais.

Isso ajuda a compreendermos a posição em termos quantitativos do Maranhão em relação a outros estados brasileiros, ou seja, o nono maior contingente de portugueses no Brasil, durante todo o século XIX e o terceiro no Nordeste, atrás somente da Bahia e Pernambuco, condição que se alteraria nas primeiras décadas do século XX, com a diminuição da importância nos negócios entre os dois lugares.

O Maranhão como destino e o abandono da província pelos imigrantes portugueses

Mesmo antes da independência, durante o período colonial, o Brasil era extremamente atraente aos portugueses, e milhares de homens, em sua maioria, desembarcaram em portos brasileiros em busca de melhores condições de vida, ou de acumular algum pecúlio e retornar a seu país. Com a emancipação do Brasil e ao longo de todo o século XIX e início do XX mais imigrantes dessa nacionalidade chegaram. O Rio de Janeiro e depois São Paulo foram os grandes centros receptores, mas, outras províncias também foram capazes de atraí-los, como a Bahia, Pernambuco, o Pará, o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o Maranhão.

Em termos numéricos, o último foi o menos relevante, porém em relação às outras unidades do império, estava mais bem colocado, permanecendo durante a segunda metade do século XIX e início do XX entre os dez maiores contingentes de portugueses no Brasil e o terceiro do Nordeste em números absolutos.

Devemos considerar essa colocação do Maranhão no ranking das províncias mais atraentes ao imigrante português, como justificativa para outros o escolherem como destino, pois onde havia muitos patrícios, muitos outros certamente se sentiriam atraídos, como se pode perceber na tradição portuguesa de imigrar para o Brasil e não para suas colônias na África ou a predileção pelo Rio de Janeiro em detrimento das outras províncias.

O número de portugueses no Maranhão permaneceu praticamente inalterado entre 1838 e 1910, cerca de 2.000 indivíduos, caindo nas décadas seguintes⁷⁵. A quantidade de brasileiros, por sua vez, cresceu significativamente ao longo do período estudado, diminuindo, assim, a participação portuguesa em termos proporcionais no conjunto da população, mas, permanecendo significativo entre os estrangeiros brancos, como demosramos em texto anterior. De qualquer forma, com uma economia cambaleante, com

⁷⁵ Estou considerando aqui os números apresentados pelos censos nacionais (e consular) e pelas estimativas de cônsules portugueses no Maranhão. O censo consular de 1881 escapa da linha constante de 2.000 e apresenta o número de 1.268, possivelmente muito defasado em virtude das dificuldades de fazer a contagem no interior da província.

raros espasmos de desenvolvimento, o Maranhão conseguiu manter sua posição e um número estável de portugueses em seu território durante o século XIX.

Mas a nona posição em termos quantitativos não era garantido por si só, é preciso averiguar suas raízes históricas, sem cair num mito fundador da imigração/presença portuguesa para o Maranhão. Havia, como em outras províncias, uma tradição comercial portuguesa, que remete ao período colonial, quando estes praticamente monopolizavam esta atividade. Ainda no final do século XVIII e início do XIX, diversos portugueses controlavam grandes casas comerciais de São Luís, como a José Gonçalves da Silva & Cia, Simplício Dias da Silva e Antonio José Meireles, Ferreira e Cia.

José Gonçalves da Silva foi o maior negociante da praça maranhense no início do século XIX, era proprietário, também, de terras e prédios, tinha 1.500 escravos e era “banqueiro”, emprestando dinheiro, inclusive ao governo. Já Simplício da Silva recebeu como herança seis xarqueadas e muitas fazendas, possuía 1.800 escravos. O último, Antônio Meireles, se tornou o maior negociante do Maranhão e depois da morte de José Gonçalves, atuava, também, no mercado de carnes (Viveiros, 1992a).

Essa forte presença no comércio, era notada, também, entre os empregados, especialmente os caixeiros que, somados aos patrões, chegavam sempre a mais de 50% dos portugueses que desembarcaram no Maranhão entre 1840 e 1930⁷⁶.

Esse grande movimento em torno do comércio, que garantia invariavelmente emprego, casa e comida, era um forte atrativo aos que pretendiam imigrar. Como já foi mencionado, o cônsul Raimundo Capella (1882: 236) informava à Sociedade de Geografia de Lisboa em 1881 que: «Os emigrantes de agora não vem entregues a sorte e fiados apenas nas promessas de sonhos ambiciosos, vem quasi todos attrahidos pelo convite protetor de parentes e amigos, que constitui o núcleo sedentário e próspero da colônia».

Além dessa tradição comercial entre os portugueses e das redes de solidariedades, é preciso considerar o papel de Portugal na economia maranhense. Como já discutimos se não havia uma preponderância de Portugal nos negócios com o Maranhão, existia ao menos uma posição privilegiada. Durante o século XIX e início do XX Portugal negociava diversos produtos com a província, sendo quase sempre seu segundo maior parceiro, ficando atrás apenas da Inglaterra. Essa posição só foi perdida no início do século XX, quando outras nações ganharam maior espaço no comércio internacional com o Brasil.

⁷⁶ Não é possível mensurar a participação no comércio para o período anterior, mas, sabemos a partir de fontes não quantitativas, que era marcante sua presença nesta atividade.

A condição de importante parceiro comercial pode ter sido influenciada pela presença de portugueses não só enquanto negociantes, importando e exportando produtos, mas, também, como consumidores. Isabel Silva (2013: 281) lembra que exportação e emigrantes estavam intrinsecamente ligados e que as fontes impressionistas «apontam os portugueses residentes no Brasil como os principais consumidores de produtos de exportação portuguesa». Mas, podemos pensar, também, que, além de consumirem produtos importados do seu país, estimulavam os nacionais a fazer o mesmo, disseminando algumas práticas, gastronômicas, por exemplo, que permanecem até os dias atuais, como os pratos à base de bacalhau, azeitona ou o azeite.

Nuno Gonçalves e Ana Africano (2010: 51) quando analisam a relação entre o comércio da União Europeia e a imigração entre 1995 e 2007, concluem que a «presença de imigrantes tem um impacto positivo nas exportações do país receptor para o país de origem da imigração [...]». Esse resultado foi alcançado por outros pesquisadores, como demonstram os mesmos. Vários trabalhos realizados sobre essa problemática como o de Gould (2004), Wagner et al. (2002), Lewer (2004), Mundra (2005) e White (2008), citados por Nuno Gonçalves e Ana Africano (2010) revelam, genericamente, que a imigração tem um efeito positivo nas relações comerciais entre o país de acolhimento e o país de origem, com impacto tanto nas importações, como nas exportações.

Se por um lado a imigração estimulava o consumo de produtos, por outro, essa troca de mercadorias pode ter contribuído para manter o nível de imigrantes portugueses no Maranhão. Mercadorias eram transportadas junto com pessoas e notícias, logo, uma região que tinha razoável capacidade de negócios com o país de origem chamava a atenção de candidatos à imigração, pois seria mais fácil arrumar trabalho e proteção. Não é coincidência que as províncias que mais recebiam e mantinham imigrantes portugueses eram as mesmas que mais negociavam com Portugal, não necessariamente na mesma ordem, mas, com relação direta.

No final da década de 1830, quando o consulado português na província estimava a população portuguesa em torno de um mil e oitocentos ou dois mil indivíduos, momento de maior proporção de portugueses entre a população total, o Maranhão, anos antes, era a origem de grande parte dos navios que chegavam à Lisboa.

Tabela 29 - Entrada no porto de Lisboa de navios provenientes do Brasil

Ano	Total	Bahia	Maranhão	Pará	Pernambuco	Rio de Janeiro	Outros
1832	72	10	11	11	17	12	09
1833	80	11	15	15	22	11	06
1834	72	15	9	18	13	13	04
1835	94	17	18	17	25	15	03
1836	84	17	15	8	27	14	03
Total	332	70	68	69	104	65	25

Fonte: Eduardo Frutuoso, Paulo Guinote e António Lopes (2001: 148 e quadro 3.3)

Se recuarmos no tempo e somarmos as embarcações provenientes do Maranhão desde 1769 até 1836, chegamos ao número de 1.342. Ficando atrás somente da Bahia e Pernambuco (Frutuoso, Guinote e Lopes, 2001). Como já afirmamos na introdução, é possível que durante a existência da Companhia de comércio e nos anos posteriores, a proporção de nascidos em Portugal fosse bem maior que nos anos que seguiram após a independência.

Na década de 1840, o Maranhão continuava aparecendo como uma das províncias que mais negociavam com Portugal, ficando atrás somente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Tabela 30 - Resumo demonstrativo do valor das exportações e importações de mercadorias nacionais nos consulados do ano financeiro de 1841-1842

Províncias	Valore exportação	Valor importação
Rio de Janeiro	1.195.111\$372	2.113.498\$548
Pernambuco	881.376\$698	852.578\$440
Bahia	603.482\$365	704.308\$664
Maranhão	377.450\$490	465.525\$018
Pará	359.572\$458	318.751\$087
Santos	82.225\$374	104.608\$823
Rio Grande do Sul	92.711\$718	98.719\$689

Fonte: Brasil (1848)

No final da mesma década, no ano financeiro de 1847-1848, a situação permanecia idêntica, ou seja, o Maranhão continuava a ser a quarta província em negócios de exportação e importação com Portugal. As províncias que estavam em sua frente eram as mesmas e em igual ordem, a exceção da Bahia, que havia importado mais que Pernambuco (Brasil, 1854).

No caso do Maranhão, é perceptível a relação do declínio do comércio entre os dois espaços e a quantidade de imigrantes, pois como vimos em textos anteriores o final do século XIX é marcado pela diminuição do número de embarcações portuguesas no porto de São Luís; pela perda de posição daquele país como parceiro comercial e pela diminuição do número de portugueses, que passaram de cerca de dois mil indivíduos até mais ou menos 1912, para seiscentos e oitenta e sete em 1929.

Mas, nem todos os portugueses que no Brasil desembarcaram estavam motivados pela busca de oportunidades financeiras, muitos foram exilados, ainda no período colonial e outros fugiram das comoções em Portugal, quando o Brasil já era independente. Joaquim Silvério dos Reis, o delator do “herói” brasileiro Tiradentes, protagonista da Conjuração Mineira, ocorrida em Minas Gerais em 1789, como vimos na introdução, foi exilado com vantagens no Maranhão. Outro português, Raimundo Gaioso, autor de uma obra clássica da historiografia maranhense, o *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, publicado em 1818, foi degredado por má administração nos negócios da coroa e lá se firmou como proprietário de terras e escravos.

Mas a escolha pelo Maranhão, fosse feita pela coroa, fosse pelo indivíduo, vai além desses dois exemplos, já que outros desembarcaram na província refugiando-se de ocorrências em Portugal no início do século XIX, a exemplo do vice-cônsul Antônio Aires de Carvalho, que chegou em 1829, escapando da «perseguição que o usurpador faria» e como advogado viveu até assumir a posição de vice-cônsul em 1834 (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 07/12/1836, Antonio Aires de Carvalho). A Revolução de Setembro em Portugal (1836) também fez portugueses deixarem o país em direção ao Maranhão e com a anistia em 1838 muitos quiseram voltar, como aconteceu com dois soldados que compareceram ao consulado buscando meios de retornar à pátria (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 21/07 /1838, Antonio Aires de Carvalho). Esses episódios certamente não foram únicos e, no caso de degredos de Portugal para o Brasil, pode-se afirmar que entre os anos de 1737 e 1800 mais de quarenta e dois mil e quinhentos indivíduos foram punidos com essa pena (Amado, 2006). Mesmo com a proibição de enviar degredados para o Brasil em função das descobertas das minas, que gerava grande fluxo migratório naquele sentido, «em 28 de março de 1732, um decreto real, seguido de outros, comutou as penas de degredo no Brasil, em penas para o [Estado do] Maranhão, Cabo Verde, Ceará, Angola, Índia, Mazagão, Castro Matim, etc.» (2006:

20). Pode-se imaginar que muitos desses condenados acabaram aportando no Maranhão e lá permanecendo, já que muitos não tinham condições financeiras de retornar ou sua situação econômica e social possibilitava melhores oportunidades no lugar de degredo do que em Portugal, como foi o caso de Raimundo Gaioso.

No caso do vice-cônsul Antônio de Carvalho, este fazia parte de uma grande leva formada por liberais, que se opuseram ao novo governo, sendo chamados de Malhados, numa referência às mulas malhadas que levavam a carruagem de D. Miguel quando se acidentou. Esses opositores foram perseguidos depois que as Cortes decidiram a favor de D. Miguel, reconhecendo-o como rei legítimo de Portugal e que países como Áustria e Espanha o apoiaram. A ocupação de cargos estratégicos na burocracia portuguesa pelos absolutistas gerou uma forte perseguição aos opositores do novo governo, criando um clima de terror e forçando muitos ao exílio não somente no Brasil, mas, também, na Inglaterra e Açores (Saraiva 2007).

De qualquer forma, sendo poucos ou muitos os imigrantes e as relações comerciais fortes ou fracas, a chegada ao Maranhão exigia o seu estabelecimento, um lugar para morar e para trabalhar, o que era facilitado muitas vezes pela articulação com um parente, amigo ou alguém previamente indicado já estabelecido, como já foi mencionado. Uma primeira decisão a tomar, ainda em Portugal, era em qual cidade se instalar. Um alto percentual de portugueses se dirigiu para os maiores centros urbanos, característica destes imigrantes, sendo a capital o seu principal reduto.

Por outro lado, em 1838, o vice-cônsul português no Maranhão, Antônio Aires de Carvalho, observou que muitos viviam no interior da província (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 20/12/1838, Antonio Aires de Carvalho). Uma contagem feita pelo consulado português no Maranhão em 1852 encontrou 2.120 portugueses, sem, porém, distinguir seus locais de moradia. Outro censo, feito na parte central da capital, contabilizou 808 portugueses vivendo em 80 quarteirões. Se usarmos esses dois dados, com temporalidades relativamente próximas, temos um percentual de 38% dos portugueses vivendo em São Luís e 62% distribuídos pelo interior da província⁷⁷.

Na capital era possível encontrá-los em 47 logradouros, entre ruas, becos, praças e travessas, mas concentravam-se essencialmente na parte mais comercial da cidade,

⁷⁷ Se somados aos 2.120 os 847 chegados entre 1853 e 1855 destinados às colônias alcançaria quase 3.000 indivíduos, logo, por aproximação, 27% desses imigrantes viveriam em São Luís.

especialmente nas ruas da Estrela, Trapiche, Palma, Formosa, Sol, Giz e Grande⁷⁸. Nessas ruas estavam muitos dos grandes comércios, notadamente as do Trapiche e Estrela, conhecidos lugares dos negócios dos portugueses e que abrigava naquele ano 170 desses estrangeiros. Domingos Vieira Filho (1971: 155), na obra *Breve História das ruas e praças de São Luís*, descreve a Rua do Trapiche como uma «Rua típica do comércio de estivas e ferragens, nela se concentravam as firmas portuguesas mais fortes da época». Nestas mesmas ruas era possível encontrar, também, outros estrangeiros ali fixados.

Sabemos, através da correspondência do consulado que, na década de 1860, havia 104 em Caxias (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 08/02/1864, Claudino Araújo Guimarães) e em Turiaçu, 45 portugueses (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 01/03/1864, Claudino Araújo Guimarães). A existência de representação consular em Icatu, São Bento, Viana, Codó e Brejo (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 17/07/1865, José Correia Loreiro) indicam um número significativo de portugueses também nestes lugares.

O diagnóstico do cônsul em 1838 continuava valendo para o final do terceiro e início do quarto quartel do século XIX, pois o Recenseamento Geral do Brasil de 1872, assim como o de 1881, elaborado a pedido da Sociedade de Geografia de Lisboa, permitem vislumbrar sua distribuição, as principais localidades que se encontravam e se houve mudanças significativas nas suas escolhas de onde morar durante esse período.

Em 1872, quando o censo geral do Brasil contabilizava 2.166 portugueses na província, estes podiam ser encontrados em 50 das 52 paróquias recenseadas, o que demonstra sua dispersão pelo território da província, sendo Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora da conceição, São João Baptista e São João Baptista de Cururupu, seus principais redutos⁷⁹. A sede, São Luís, composta pelas três primeiras e mais São Joaquim do Bacanga e São Baptista dos Vinhaes, detinham 57,6% do total dos portugueses no Maranhão, segundo o mesmo censo. Outras paróquias agrupavam grande quantidade de portugueses, sendo sua presença tão expressiva que chegavam a representar mais de 40% do total de estrangeiros, contando os africanos, que em sua grande maioria eram escravos.

⁷⁸ Estas ruas concentravam 60,7% dos portugueses vivendo no perímetro pesquisado pelo Censo.

⁷⁹ Considerei aqui somente as paróquias com número superior a 100 indivíduos.

Tabela 31 - Número de estrangeiros e percentuais em 1872 nas paróquias com mais de 100 estrangeiros

Paróquia	Número de estrangeiros	Número total de estrangeiros excetuando os portugueses e africanos	% total de estrangeiros excetuando os portugueses e africanos	Número de africanos	% de africanos	Número de portugueses	% de portugueses
S. Mathias de alcantara	105	19 (18 Franceses, 1 Espanhol)	18%	41	39%	45	42,8%
S. Bento dos Perizes	95	2 Espanhóis.	0,21%	53	55%	40	42%
S. José de Guimarães:	147	4 (1 Chinês, 1 Francês, 1 Espanhol, 1 Holandês)	0,27%	83	56,8	60	40,8%
S. João Baptista de Cururupu	222	08 (4 italianos, 3 ingleses, 1 francês)	0,36%	98	44%	116	52%
Nossa Senhora de Icatú	166	2 chineses	0,12%	95	57,2	69	41,5%
Nossa Senhora da Conceição de Viana	130	1 inglês	0,7%	85	65,3%	44	33,8%
Nossa Senhora das Dôres de Itapecurú-mirim	162	5 Italianos	3%	130	80,2%	27	16,6%
Santa Rita e Santa Filomena de Codó	439	08 (1 suíço, 2 italianos, 5 ingleses)	1,82%	341	77,6%	90	20,5%
N.S. da Conceição e S. José de Caixias	196	10 (5 Franceses, 1 espanhol, 1 alemão, 3 Italianos)	5, 10%	134	68,3%	52	26,5%
S. Benedito de Caxias	180	04 (1 suíço, 3 italianos, 1 francês)	2,2%	137	76%	38	21% %

Fonte: Brazil (1872)

Caxias, a segunda maior cidade do Maranhão no século XIX, somando as três paróquias que a compunham (Nossa Senhora da Conceição de Caxias e São José de Caxias, São Benedito de Caxias e Nossa Senhora de Nazareth da Trizidela) totalizava 108 portugueses (28,7%) num universo de 376 estrangeiros, considerando a população africana. Se desconsiderarmos os africanos, sobe para 81,8%, percentual bastante significativo.

Já a contagem feita pelo consulado em 1881 mostra que, dos 1.268 imigrantes, 495 (35,5%) viviam em cidades do interior e 819 em São Luís (64,5%)⁸⁰. É possível que o número no interior da província fosse bem maior, já que o consulado não tinha como alcançar todas as localidades da província e o censo como já foi dito foi feito com dificuldades, como mesmo admitiu o cônsul Raimundo Capella. Não é possível mensurar a participação dos portugueses entre os estrangeiros, já que este censo não contemplava essa informação, concentrando-se somente nos portugueses, mas fica claro que cidades como Caxias, Codó, Turiaçu e Alcântara, com 53, 42, 41 e 39 portugueses respectivamente apareciam ainda como regiões de atração ou permanência para esses imigrantes⁸¹.

Tabela 32 - Localização dos portugueses no Maranhão em percentuais

Ano	Capital (%)	Interior (%)
1855	+ 27	+ 73
1872	57,6	42,4
1881	64,5	35,5

Fonte: João Campos (1855), Brazil (1872), Raimundo Capella (1882).

Já o Recenseamento Geral do Brasil de 1920 informa que havia 625 portugueses no Maranhão. Não é possível saber como estavam distribuídos, já que o censo não distinguia a nacionalidade. Os estrangeiros, de modo geral, preferiam a capital, vivendo nesta 887 indivíduos (55,9%). O restante da população estava relativamente pulverizada pelo território maranhense. Cidades como Turiaçu, contava com 60 estrangeiros, Cururupu com 59, Codó 54, Caxias com 42, Itapecuru-Mirim 39, Coroatá 37, representando, assim, os maiores contingentes. É de se supor que estas localidades contavam com muitos imigrantes portugueses, pois como foi dito, caracterizavam-se pela dispersão no território; segundo, porque essas cidades já eram palco de suas investidas como moradores e, por último, representavam 39,4% do total de estrangeiros. Nessas localidades, os portugueses provavelmente dividiam espaço com muitos sírios e libaneses, pois estes contavam com um contingente semelhante e também se caracterizavam pela dispersão no território maranhense (Magalhães, 2009).

⁸⁰ O recenseamento da população portuguesa no Maranhão realizado pelo consulado português, lista 26 “localidades” com categorias diferentes. São Luís aparece como capital e as outras como vila ou cidade.

⁸¹ No Recenseamento Geral do Brasil de 1872, Alcântara contabilizava 45 portugueses.

As localidades que detinham a maior quantidade de portugueses, independentemente do tempo, caracterizavam-se por serem de grande e médio porte, a exemplo de São Luís, Caxias, Codó ou Itapecuru-Mirim. As regiões preferidas eram a da Baixada Maranhense, conhecida pelos seus grandes lagos, onde se localizavam as freguesias e mais tarde municípios de São Bento, Viana e Monção, os dois últimos banhados pelo rio Pindaré; O litoral, com as localidades de Turiaçu, Cururupu, Icatu, Guimarães e Alcântara e as margens de grandes rios, como Caxias, Codó, Itapecuru-Mirim. O Sul do Maranhão não aparece como uma região de interesse para os portugueses, com exceção de São Felix de Balsas (Brazil, 1872), mas que, por sua vez, também era banhada por um rio, o Balsas, que desembocava no importante rio Parnaíba. Algumas dessas cidades, como Arari, Victória, Viana, monção, Codó, Itapecuru-Mirim, Guimarães, São Bento e Turiaçu demonstram sua importância por serem portos dos vapores que navegavam pela província, transportando mercadorias e pessoas⁸² (Mattos, 1869.).

Cidades como Icatu, em 1881, segundo o censo consular, possuíam o terceiro maior contingente de portugueses, com 49 indivíduos e tinha quase 40 negociantes entre nacionais e estrangeiros, 37 produtores de algodão, arroz e farinha de mandioca, esta última, seu principal produto, que abastecia a capital⁸³. Mantinha ainda uma frota de 10 embarcações que faziam frete pra São Luís. Caxias, por sua vez, era a segunda cidade mais habitada por portugueses, com 53 indivíduos, possuía iluminação pública, ainda que precária e entre seus moradores havia um médico, farmacêuticos, cirurgiões e advogados, o que pode atestar em certa medida o desenvolvimento do lugar. Contava ainda com cinco escolas particulares e outrora um teatro. Tinha 85 negociantes de secos e molhados, além de mais de 30 pequenos negócios ou quitandas, assim como 47 capitalistas e proprietários. Entre os ofícios possuía 19 ourives e muitos pedreiros e padeiros (Mattos, 1869).

Muitas dessas cidades que detinham os maiores contingentes de portugueses no Maranhão eram as mais expressivas em termos de recursos em 1893, demonstrando, assim, sua pujança econômica, como podemos perceber a partir dos dados da “Collectoria e Mezas de renda do estado do Maranhão, e sua receita durante o exercício de 1893” (Amaral, 1897).

⁸² São Bento, por exemplo, recebia os vapores uma vez por semana.

⁸³ Não é possível saber o percentual de portugueses entre estes, já que não é informada a nacionalidade.

Tabela 33 - Receita de alguns municípios habitados por portugueses

Cidade	Valor
Caixias	71.892\$911
Codó	18.583\$263
Turiação	18.724\$152
Brejo	16.905\$423
São Francisco	15.314\$400
São Bento	10.317\$838
Cururupu	9.616\$593
Rosário	9.167\$550
Curralinho	7.297\$419
Grajaú	7.248\$720
Guimarães	6.325\$142
Icatú	6.185\$243

Fonte: Amaral (1897: 71)

Logo, não era qualquer lugar que os portugueses escolhiam, mas as cidades mais expressivas economicamente, as que poderiam oferecer maiores oportunidades, especialmente no comércio ou em ofícios.

Parte desses imigrantes não fixava residência por muito tempo em determinadas localidades. Falência, falta de oportunidade, demissões, estagnação econômica da cidade ou pouco desenvolvimento, assim como problemas políticos, eram alguns dos motivos que estimulavam as mudanças. No início da década de 1830, houve um aumento significativo de portugueses que remigraram no Brasil, deslocando-se de uma província para outra: «Se até 1830, o número dos registros de portugueses viajando internamente era mínimo, não chegando a 10%, depois as cifras aumentaram: 26,5% para 1831; 50% para 1832; 31% para 1833 e 32,4% para 1834» (Ribeiro, 1997: 233).

No caso do Maranhão, não foi possível detectar com rigor esse movimento com números, porém é notória a mudança de província ou mesmo de país, retornando à pátria ou solicitando ir para a África portuguesa. Nem todos saíram do Maranhão como “brasileiros” - retornados ricos que exibiam seu sucesso na imigração nas suas vilas de origem -, muitos dos que fracassaram ou não alcançaram o patamar econômico e social desejado buscaram outros espaços onde pudessem realizar o sonho de melhorar de vida ou simplesmente encontrar abrigo com um parente ou amigo em melhores condições. Os destinos eram outras províncias,

como o Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e o Pará ou ainda o além-mar, nas colônias africanas, especialmente Angola.

O Pará (e o Amazonas) aparecia como principal destino dos portugueses no Maranhão. O cônsul Fran Paxeco (1912) em 1912 informava que muitos maranhenses, mas também seus patrícios tinham mudado para “parajens amazônicas” em busca de seringais virgens. Mas antes disso, em 1881, o cônsul Raimundo Capella (1882: 237) já indicava a saída do Maranhão de muitos portugueses em direção à província vizinha. Segundo o mesmo cônsul, «os poucos que não conseguem acomodar-se aqui transplantam-se para a vizinha província do Pará, por ser um campo mais vasto e vário[sic] de ganância». A avaliação encontra sentido nos pedidos de passagens para o Pará feitos por sócios e não sócios da Real Sociedade Beneficente 1º de Dezembro, sem condições de remigrar ainda na década de 1860. Entre abril de 1864 e maio de 1868 é possível encontrar pelo menos sete solicitações para aquela província e uma para a Bahia. O português que queria viajar à Bahia argumentava que lá tinha irmãos, sugerindo buscar uma nova oportunidade em outra província. Os solicitantes para o Pará, por sua vez, não justificavam seus pedidos, mas o fato é que a migração regional poderia ser usada como instrumento de busca de melhores condições quando a primeira, segunda ou quem sabe uma terceira tentativa falhava.

A procura por melhores oportunidades fora do Maranhão não se restringiu ao Brasil, muitos buscaram a sorte em território português na África. Entre janeiro de 1839 e novembro de 1849 surgem na correspondência do consulado com o MNE notícias de portugueses radicados no Maranhão interessados em partir para Angola.

O governo português desde a década de 1820, com a independência do Brasil voltara-se para a África, insistindo no povoamento e na viabilidade econômica das suas colônias. A partir de 1836, é lançada na prática a ocupação e desenvolvimento dos “novos Brasis”, sendo reeditadas outras medidas no mesmo sentido durante todo o século XIX e início do XX.

Em 1838, as investidas na colonização da África ganharam um atrativo, as passagens passaram a ser pagas pelo governo (Cruz, 1987). É nesse contexto que em 06 de Janeiro de 1839, o representante consular no Maranhão informa que muitos dos seus patrícios têm interesse em partir para o outro continente, desde que o governo pague suas despesas (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 06/01/1839, Antonio Aires Loreiro de Carvalho) e que havia quatorze súditos portugueses já prontos para o embarque, mas que outros tanto no Maranhão como no Pará estavam interessados em partir devido à falta de segurança no interior das províncias, porém havia

cancela a viagem devido às instruções que chegavam de Luanda (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 17/08/1839, Antonio Aires Lourenço de Carvalho). Quase um ano depois o assunto volta à baila nos mesmos termos: súditos portugueses querem partir para a África desde que sejam custeados pelo governo (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 13/10/1840, Joze Caetano Gonçalves). E em novembro de 1849, o cônsul informa haver um abaixo assinado com mais de noventa candidatos a reemigrar para “Massamedes” (Angola), afirmando ainda que teria notícias de outros tantos voluntários (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 24/11/1849, Carlos Luciano Mendes).

Entre os assinantes estavam somente homens, sendo que um deles declara levar esposa e outra família (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 19/04/1849, Carlos Luciano Mendes). Em outro documento foi possível localizar um pedido de uma mulher, Maria Magdalena Clara Pereira, viúva, que imigrou para o Maranhão com seus pais quando ainda tinha 16 anos. Na província casou-se com um português e com ele viveu durante 20 anos, tendo 20 filhos, sendo que oito já haviam morrido. Magdalena não tinha casa para morar e vivia em completa indigência (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 07/05/1849, Carlos Luciano Mendes).

Os requisitos para essa nova experiência eram ser português sem recursos e estarem dispostos a trabalhar no campo, porém nem todos que se candidatavam preenchiam tais exigências. A Secretaria da Junta da Fazenda Pública de Luanda queixava-se da chegada de 160 portugueses vindos do Rio de Janeiro, que viviam do seu ofício ou tinham vendido seus estabelecimentos em busca de maiores vantagens em Angola (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 15/05/1839, Antonio Aires Loreiro de Carvalho). No Maranhão, o vice-cônsul Antônio Guimarães informava em 1850 que a maioria era empregada como caixeiros de tabernas e que poucos tinham exercido o trabalho na agricultura ou tinham “offícios uteis” (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 27/04/1850, Antônio Guimarães). A autoridade consular informava ainda que não os transportariam, pois não preenchiam os requisitos, decidindo por esperar que outros, nas condições estabelecidas, surgissem para enviá-los. Não é possível saber a partir dessa documentação se alguém foi transportado para Angola, pois a correspondência não trata mais do assunto, mas de fato, como vimos, havia a intensão de muitos em reemigrar.

As investidas do governo português nesse sentido foram infrutíferas, em meados do século XIX «os portugueses fixados nas colônias africanas eram poucos e dispersavam-se por áreas vastíssimas» (Serrão, 1982: 78), o que não parece ter desanimado o governo, pois em 1877 passa a oferecer meios para os portugueses criarem estabelecimentos agrícolas, desde que se obrigassem a ficar ao menos cinco anos. Em 1899, deu subsídios em terras, habitação, sementes e instrumentos agrícolas, resultando muito pouco, como mostra a distribuição dos emigrados em 1906. Entre os 38.093, somente 6% havia escolhido as colônias africanas como destino (Cruz, 1987).

Esses portugueses que desembarcaram no Maranhão, assim como os que quiseram lá permanecer, ou chegaram a outras partes do país, tinham origem semelhante. Os registros da movimentação de portugueses no Brasil (1808-1842) é pouco elucidativo, traz apenas quinze declarações, sendo que quatro são de movimento interno, ou seja, um parece se deslocar dentro do Maranhão e outros três vinham da Bahia. Entre os que saíram da Europa um embarcou em Liverpool, quatro no Porto e seis em Lisboa. Os passaportes (1843-1894), por sua vez, tem uma representação maior, logo proporcionam maior visibilidade à origem dos imigrantes. Dos 473, 312 tem origem no Porto (65,9%) e 116 em Lisboa (24,5%), locais de maior incidência.

Tabela 34 - Origem dos portugueses chegados ao Maranhão entre 1843 e 1894 segundo os registros de Passaportes

Porto	312
Lisboa	116
Braga	23
Aveiro	11
Coimbra	05
Funchal	02
Vianna do Castelo	01
Guarda	01
Bragança	01
Vila Real	01

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão: Livros Índice de Passaportes Concedidos a Passageiros, Livros de Registro de Passaportes Concedidos a Passageiros e Livros de Minutas de Passaportes Concedidos a Passageiros.

O censo consular de 1881 não discrimina os distritos de origem, resumisse em informar apenas as regiões, reforçando a predominância do Norte português na imigração para

o Maranhão, com 961 (89%) indivíduos entre os 1.076 que registram a procedência, contra 93 do Sul. Quando Raimundo Capella (1882) cita as províncias do Norte, refere-se especialmente ao Minho (Distritos de Braga e Viana do Castelo), ao Douro (Porto) e a Trás os Montes.

Era do Minho que, desde o tempo das Minas, chegavam as maiores levas de aventureiros em busca de ouro e será de lá a maioria dos “brasileiros” retornados na segunda metade do século XIX, pois era dali que partiam boa parte dos caixeiros que serviriam às casas comerciais nas cidades do litoral brasileiros (Rowland, 1998). Essa tendência é justificada pelo crescimento populacional da região do Porto, que gerava uma densidade demográfica de 258h/km² no final do século XIX, enquanto o nacional era um pouco maior que 50 h/km², à exceção da década de 1850, quando uma epidemia de cholera morbus atacou com violência a população (Alves, 1999).

Tornou-se, já, um lugar-comum atribuir a densidade da população do Minho às consequências da ‘Revolução do Milho’. Mas, estas diferenças entre o Noroeste atlântico e as regiões mediterrâneas a sul do Tejo, e mesmo entre o Minho e as regiões vizinhas de Trás-os-Montes e da Beira, são bem anteriores à introdução do milho na segunda metade do século XVI. [...] Mas, se não foi o milho que conferiu à sua especificidade dentro do conjunto do país, a sua introdução tornou possível uma maior intensidade da cultura e uma ainda maior densidade populacional [...] (Rowland, 1998: 326).

Para o século XX, a partir dos registros de matrícula no consulado entre os anos de 1915 e 1930, verifica-se que 35% dos declarantes de sua origem eram provenientes do Distrito do Porto, seguidos de Aveiro (27%), Braga (7,7%) e Vizeu (5,8%). Essa diminuição da participação da região do Minho, segundo Rowland (1998) é explicada pela maior inserção de indivíduos provenientes de outras regiões a partir de 1870.

O Minho, que até 1870 fornecera dois terços dos emigrantes anuais, estava em véspera da Primeira Guerra Mundial reduzido a uma modesta quinta parte. Trás-os-Montes, por sua vez, cuja participação no processo antes de 1870 era um modesto 5% fornecia agora quase um quarto. E a Beira passara, no mesmo intervalo, de pouco mais de um quarto a quase a metade. A partir da década de 1880 já tem pouco sentido identificar o Minho, ou mais genericamente o Noroeste e os modelos específicos que lhes são subjacentes, com o conjunto da emigração continental (Rowland, 1998: 311).

Se cruzarmos os dados dos registros de matrícula do consulado português no Maranhão e os apresentados por Rowland (1998) vemos que a proporção de portugueses vindos do Minho (Porto e Braga) no início do século XX era maior que a apresentada pelo autor. Rowland afirma que a representação daquela região caiu a um quinto às vésperas da I Guerra Mundial, enquanto no Maranhão, entre 1915 e 1930 representava mais de 40%, contrariando a afirmação do autor de que o modelo proveniente daquela região já não se identificava com o conjunto da imigração. Podemos afirmar, então, que, no Maranhão, apesar do crescimento da imigração da Beira, como chamou a atenção Rowland para o Brasil, o Minho continuava predominante e o seu modelo de “exportação” de mão de obra permaneceu, ou seja, homens, jovens, voltados para o comércio e alfabetizados.

Mas a escolha pelo Maranhão, que nunca foi uma das grandes preferências dos portugueses se comparado a outras províncias, foi se arrefecendo com o passar do século XIX e no decorrer do XX. A perda da importância do Maranhão no horizonte dos portugueses pode ser atestada não somente pela diminuição do seu número, quando passam de 2.116 em 1872 para 625 em 1920 – se utilizarmos somente os dados censitários do governo nacional –, mas, também, pela diminuição das correspondências do MNE com o consulado sediado em São Luís. É notório que a partir de 1896 o consulado registra pouca correspondência recebida, anotando nenhum ou poucos documentos chegados de Portugal em semanas, o que denota a sua perda de importância no final do século XIX, início do XX.

Essa decadência no número de imigrantes, dos negócios com Portugal e de transporte estava, também, relacionado à própria condição econômica da província ou pelo menos a seu nível de exportações. Esse tema será discutido com maior cuidado no próximo capítulo, mas por ora é necessário, pelo menos, a título de ilustração, demonstrar que na visão dos representantes consulares o Maranhão passava por uma crise desde a segunda metade do século XIX, sendo constantes essas referências em suas comunicações com o MNE.

Em Janeiro de 1859, o cônsul, respondendo a uma solicitação do MNE, demonstrava os produtos mais comercializados entre o Maranhão e Portugal e explicava não poder comparar o valor daquele ano com os anteriores por não haver registros no arquivo do consulado, mas que sabia a partir de conversas e pela sua própria observação desde sua chegada que o «commercio desta província continua em progressiva decadência e que é principalmente devido a grande falta de braços para sua cultura, a qual cada vez mais vai fazendo sentir» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 29/01/1859, Augusto de Faria). Anos depois, em 1878, outro cônsul, David Gonçalves, volta a se referir à decadência da agricultura e do comércio: «Se não fosse a falta de braços que tem aniquilado a agricultura e o commercio desta província [...]» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 26/03/1877, David Gonçalves)⁸⁴.

Essa visão dos cônsules de Portugal no Maranhão era forjada muitas vezes a partir das impressões de terceiros, pois como mesmo admitiu Augusto de Faria, mal havia chegado à província e emitia um juízo de valor sobre a economia local baseado em conversas. Outra fonte de informação aos cônsules que pouco conheciam a realidade local, já que nem todos

⁸⁴ Como se pode notar há na crise uma constante referência á falta de mão de obra, numa referência ao escravo, pois desde 1850 estava proibido seu tráfico no Brasil, mas também ao comércio interprovincial, que os levava do Maranhão em direção ás lavouras do Sul do país.

viviam na província antes de assumir o consulado, são os relatórios de presidente de província, que estão sempre a chamar a atenção para a “crise” pela qual passava o Maranhão, mas que também serviam para perceberem outros temas de seu interesse, como o estado sanitário da província e a emigração:

Incluso tenho a honra de remetter a V.Exa um exemplar do Relatorio, com que o Dr. João Pedro Dias Vieira, Vice-presidente desta província, que se achava servindo de presidente quando cheguei [...] Delle vera V.Exa, que, o estado sanitário aqui tem sido nas ultimas semanas asaz [sic] favorável, e que alguns casos de febre amarella que ainda em abril de 1858 tiveram infelizmente lugar e de que fizeram victima sete colonos portugueses [...] e bem assim que o proprio author do relatório confessa mais adiante, que a província se não acha ainda nas condições indispensáveis para poder receber a emigração estrangeira (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 31/01/1859, Augusto de Faria).

Essa visão negativa dos representantes consulares e que chegavam à Portugal nem sempre divulgavam as momentâneas recuperações da agroexportação, como a da década de 1860, em função da Guerra da Secessão americana; ou na segunda metade da década de 1870, com a produção do açúcar e no entre guerras com o «aproveitamento do babaçu e o incremento da demanda e preços do algodão e dos tecidos da indústria local, condicionados pela primeira I Guerra Mundial» (Tribuzzi, 2011: 50)⁸⁵.

A queda nas exportações para o mercado internacional – não necessariamente da produção – e a reclamação de produtores, negociantes e presidentes de província, alimentaram a representação de um Maranhão decadente economicamente, mas, também davam conta do estado sanitário e criticavam o clima.

Regina Faria (2001: 193) constata que «A alegação das desvantagens do clima e da situação econômica das ‘províncias do Norte’ em relação às ‘províncias do Sul’ era a tônica». A autora fazia uma referência ao debate e às tentativas de estimular a imigração estrangeira para a província na década de 1870, como veremos no próximo capítulo, mas mesmo em meados de 1930, Raimundo Lopes (1970) voltava a tocar no problema, elencando em primeiro lugar “a pouca atração do clima”. E aqueles que tentavam minimizar o problema da aclimação acabavam de algum modo concordando, como foi o caso do presidente de província Eduardo Olímpio Machado em 1851, que colocava como necessidade saber primeiramente quais os colonos que mais se acomodam ao clima da província, mesmo que concluísse que não era o sol que afugentava os imigrantes, mas, a escravidão (Machado, 1851) ou Fran Paxeco (1919: 135), que, apesar de exaltar a condição física dos seus compatriotas e afirmar que estes se adaptavam rapidamente ao clima e às doenças, informava que o Maranhão tinha um «clima extremamente debilitante e propício ao desenvolvimento dos germes mórbidos».

⁸⁵ A produção de algodão chega a seu auge em 1869 e a do açúcar entre os anos de 1875 e 1882 (Tribuzzi, 2011).

O clima parecia ser algo realmente relevante para quem pretendia imigrar, pois a semelhança com seu país de origem facilitaria a adaptação e diminuiria as resistências ao local de fixação. Débora Alves (2003) quando pesquisa nove cartas de imigrantes alemães residentes nas fazendas de café do Rio de Janeiro, publicadas em 1852/53 nos jornais de Günther Fröbel, em Rudolstadt, aponta que o clima era um tema constantemente tratado pelos colonos nas cartas que enviavam a seus parentes e amigos na Alemanha, pois havia a preocupação.

Muitas vezes associado ao clima outros apostavam, também, nas condições de salubridade da província como motivo para não atrair estrangeiros. Em 1880 o presidente de província ao tratar do estado sanitário no seu relatório anual, escrevia que as notícias sobre o Norte do Brasil não eram as melhores, pois a região, segundo seus detratores, seria inóspita e inabitável em função das doenças, impedindo, assim, «que se estabeleça para esta parte do Brasil uma corrente de emigração estrangeira, semelhante às que tanto têm facilitado as regiões do Sul» (Vasconcellos, 1880: 30). Os relatórios de presidente de província no século XIX frequentemente fazem referências a doenças e epidemias, mas, mesmo no início do século seguinte, o Maranhão ainda era vítima de males que puniam com a morte os moradores, como a epidemia de peste bubônica em 1903-04 e «a partir de 1918 a febre tifóide, entre outras doenças perniciosas à vida humana, atingia cada vez mais pessoas e se alastrava impiedosamente» (Palhano, 1988: 200)⁸⁶.

Havia a percepção por parte das autoridades da má fama das províncias do Norte e da necessidade de desfazer essa imagem negativa, pois este seria um dos principais motivos de não haver uma corrente migratória expressiva. Ainda, em 1855, no auge do funcionamento das colônias recém-criadas e trabalhadas por portugueses o Regulamento da Diretoria de Colonização atribuía a seu diretor a função de «rebater pela imprensa, tanto na província, como fora dela, e sobretudo nos principais centros da emigração européia, qualquer calúnia que se levante com o fim de embaraçar ou desacreditar a emigração para suas praias» (Machado, 1855: 22). Três décadas depois o Maranhão continuava a ter dificuldades em atrair imigrantes, gerando preocupação nas autoridades e a proposição de soluções, como a divulgação de vantagens que a província poderia oferecer aos candidatos à imigração no Brasil: «Conviria, portanto, em primeiro lugar levantar nesse ponto ainda os créditos da província, e revelar aos olhos dos estrangeiros a imensa riqueza e o grande número de rios

⁸⁶ Por outro lado, discurso dos cônsules na correspondência do consulado com o MNE é quase sempre apontando para as boas condições de salubridade da província, o que não parecia ser suficiente para atrair mais portugueses ao Maranhão.

que cortam esse solo ubérrimo, regorgitando de imensos thesouros, onde a indústria agrícola colherá os mais esplendidos resultados» (Vasconcellos, 1885: 33).

Já, no final do século XIX, quando a Companhia de fiação e Tecidos do Rio Anil precisou de operários para manusear suas máquinas, devido à falta de mão de obra local qualificada, pensou em atrair «cinquenta famílias dos Açores», mas houve «relutância daquele povo em vir para o Norte do Brasil [...]» (Itapary, 1995:50). Parece óbvio que por esses tempos havia forte resistência a imigrarem para aquela região, provavelmente, pelas notícias que chegavam de lá. Lembremos que a experiência das colônias na década de 1850, que trataremos no capítulo III, foi fracassada e que muitos dos engajados eram dos Açores, o que pode ter ajudado a criar e difundir uma representação negativa da região Norte e do Maranhão em especial. Essa, porém, não foi a única experiência frustrada de trazer trabalhadores de Portugal e que de alguma forma era noticiada nos locais de origem dos prejudicados. A companhia de tecidos citada anteriormente, depois de fracassada a tentativa de atrair açorianos, conseguiu buscar trabalhadores do Porto, que, por sua vez, pouco tempo ficou a seus serviços depois de uma greve por conta da redução dos seus salários (Itapary, 1995).

Havia aqueles que apostaram no receio das comoções acontecidas na década de 1830 no Maranhão e outras províncias próximas, como o presidente de província Herculano Penna (1849). Ainda, segundo a fala, a autoridade se referia à Balaiada (1838-1841) no Maranhão, à Cabanagem (1835-1840) no Pará e à Sabinada (1837-1838) na Bahia. Todos esses movimentos fizeram vítimas entre os portugueses, provocando mortes, fuga das províncias em guerra e prejuízos.

Herculano Penna (1849) tinha razão em sua avaliação, pois no auge do conflito no Maranhão, o cônsul Antônio Aires de Carvalho afirmava que os alimentos estavam muito caros e que na «cidade tudo era susto, e a não ser o presidente ter negado passaporte, tanto a nacionaes, como estrangeiros, muita gente se tinha retirado para Europa, e para outras províncias» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 27/04/1839, Antonio Aires de Carvalho).

Gladys Ribeiro (1997) confirma essa fuga de portugueses do Nordeste em direção à outras províncias em outro momento, especialmente o Rio de Janeiro, motivados pelo clima de tensão contra esses imigrantes durante a abdicação de D. Pedro I⁸⁷.

⁸⁷ Para outros períodos é constante na correspondência do consulado português no Maranhão com o MNE a referência ao sossego da província. A necessidade de explicitar a situação se dava exatamente pelo clima de tensão constante contra os portugueses durante o século XIX e início do XX em diversas províncias/estados do Brasil.

É extremamente curioso constatar ser o ano da abdicação o que mais registro trouxe do Nordeste (51%). Esta região era vista pelo Governo Imperial como local de permanente inquietação. Tinha uma tradição insurgente arraigada e havia obrigado vários movimentos anti-lusitanos, não só por ocasião da independência. Portanto, «[...] podem falar da fuga destes para o Sudeste e do medo das perseguições variadas, que eram periodicamente colocadas em prática contra eles nas províncias do Norte e Nordeste» (Ribeiro, 1997: 234).

Percebe-se que o Maranhão apesar de não ter tido uma grande concentração de portugueses, se comparado a outras províncias, como Pernambuco, Pará ou Rio de Janeiro, em certa medida conseguiu atrair a atenção de muitos portugueses. O fato de perceberem que seus patrícios exerciam um forte controle de parte do comércio, certamente se tornava um atrativo, mesmo com a economia local não sendo mais pujante como outrora. A perda de fôlego da agroexportação, o episódio da Balaiada, mais tarde o arrefecimento das relações comerciais com Portugal e a consequente ausência de embarcações, associadas às más notícias que chegavam da província do Maranhão relacionadas a seu clima, salubridade e o fracasso das colônias que abrigaram portugueses, foram decisivos sua na rejeição pelos futuros viajantes.

Esses portugueses que escolherem o Maranhão como local para recomeçar a vida foram iguais aos do restante do Brasil, ou seja, tinham perfil semelhante, porém o antigo modelo de imigração, marcado pela preferência da cidade, pólo comercial e um maior índice de alfabetismo foi mantido, mesmo quando em outras partes do país esse perfil se alterou. Outras mudanças também foram notadas ao longo do período estudado, como veremos no próximo texto.

Números e perfil

A presença dos portugueses no Maranhão remete obviamente ao período colonial, quando, por conta da condição subalterna do Brasil, ocupavam cargos públicos civis e militares, controlavam o comércio local e também parte dos latifúndios. A presença maciça de homens em idade produtiva não se diferenciou do que aconteceu no restante do Brasil durante o período de imigração em massa, assim como seu direcionamento para o comércio, fosse como caixeiro ou guarda-livros, fosse como proprietário de pequenos, médios e grandes negócios.

Apesar de outros estrangeiros serem encontrados especialmente a partir da abertura dos portos em 1808, no Maranhão os portugueses se afirmaram como o contingente mais

expressivo durante todo o século XIX e início do XX, sendo ameaçada sua hegemonia pelos sírios e libaneses somente quando começaram a desembarcar no porto de São Luís ainda no final do século XIX, equipararam-se numericamente em 1920, quando ambos chegaram a seiscentos e vinte e cinco indivíduos.

Apesar da presença crescente desses outros estrangeiros e à diminuição dos portugueses, na região Nordeste, em 1950, o Maranhão continuava com o terceiro maior contingente, atrás de Pernambuco e da Bahia e seus trezentos e trinta e nove portugueses representavam 38,8% de todos os estrangeiros no estado (Lobo, 2001).

Quantitativos

Mas, quantos seriam os portugueses que decidiram viver no Maranhão? Quanto representaria a participação desses imigrantes entre os estrangeiros e nacionais que habitavam a província/estado entre 1822 e 1930? Não é tarefa fácil quantificar e mapear a presença portuguesa para todo o período com precisão, o que temos são informações esparsas, mas, que gozam de credibilidade e nos dá uma boa idéia⁸⁸.

Bernardino Pereira Lago, quando publicou em 1822 sua *Estatística histórico-geográfica da província do Maranhão*, distinguia quatro classes de habitantes no Maranhão: brancos, bronzeados ou índios, mulatos e pretos. Os primeiros, se referindo aos portugueses, seriam os que mais haviam «aumentado a população, mas, devido a emigração desde que se descobriu o Brasil e, principalmente depois de 1808, e não proveniente de pais residentes na província [...]» (Lago, 2001: 23). Três anos antes os viajantes bávaros Johann Spix e Karl von Martius (1981: 270), quando passaram por São Luís, notaram que entre os habitantes havia «relativamente muitos descendentes, sem mistura, de portugueses». Nesse ano, o Maranhão possuía uma população de aproximadamente duzentos mil habitantes, sendo sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e oito livres (33%), contra cento e trinta e três mil trezentos e trinta e dois escravos (67%), segundo o Conselheiro Velloso de Oliveira, porém, não é possível mensurar o quantitativo de nascidos em Portugal e nem sua participação no conjunto populacional da capitania, já que não há registros dessa natureza para o período (Brazil, 1922).

⁸⁸ «Segundo Warden (Histoire de L'Empire Du Brési), a população civilizada do Maranhão era constituída em 1648, por 400 colonos portugueses e 80 soldados. Em 1683, só em S. Luiz havia mais de 1.000 lusitanos» (Brazil, 1922: 445).

Em 1835, o vice-cônsul português no Maranhão, Antonio A. L. de Carvalho, informava ao MNE do seu temor em relação à segurança dos seus patrícios na província, diante da eclosão da Cabanagem no Pará⁸⁹, e calculava a população portuguesa em mais de um mil e oitocentos indivíduos (ANTT, MNE, Correspondência dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 23/05/1835, Antonio Aires Lourenço de Carvalho). Três anos depois, o mesmo vice-cônsul apontava para um número maior, afirmando haver mais de dois mil súditos daquela nação no Maranhão, ainda que o registro consular demonstrasse um pouco mais de seiscentos nomes. Antônio Carvalho dizia ter feito mais de uma chamada aos portugueses residentes no Maranhão para que se matriculassem no consulado, mas, estes não atendiam⁹⁰, dificultando, assim, uma contagem mais exata dos seus patrícios na província (ANTT, MNE, Correspondência dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 20/12/1838, Antonio Aires Lourenço de Carvalho). Já a população maranhense em 1840 era estimada em duzentos e dezessete mil pelo então presidente de província João Antonio de Miranda (Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1922), sendo assim, os portugueses representariam algo em torno de 0,83% da população.

Se fizermos uma comparação com a Corte, local de maior atração de estrangeiros e consideramos o primeiro número apresentado pelo vice-cônsul, o Maranhão tinha a metade dos portugueses instalados na capital do império brasileiro, que somavam três mil setecentos e um, número bastante elevado (Ribeiro, 1997)⁹¹. Na Corte era a grande maioria entre os estrangeiros (55%)⁹², o que, provavelmente, não diferia do restante do Brasil. Representavam no total da população 3,8%, percentual cinco vezes superior ao Maranhão. Porém, essa diferença era bem maior no censo imperial de 1872. Em outras palavras, o Maranhão foi perdendo importância para os portugueses ao longo tempo, pois era, provavelmente, uma das províncias mais portuguesas do nascente império brasileiro, ainda que não tenhamos dados para esse período em outras partes do império.

⁸⁹ Revolta popular, mas que contou com a participação de fazendeiros e comerciantes, acontecida no Pará, entre os anos de 1835 e 1840. As motivações eram as péssimas condições de vida da população pobre e a insatisfação de proprietários de terras e comerciantes com a política regencial para a região. Muitos portugueses fugiram para o Maranhão em busca de segurança.

⁹⁰ O problema da falta de registro de portugueses vai perseguir o consulado no Maranhão durante todo o século XIX, sendo comum os reclames dos cônsules, pois as chamadas realizadas pelo consulado para se matricularem eram pouco atendidas.

⁹¹ Gladys Ribeiro (1997) aumenta esse número para cinco mil, pois considera que haveria um acréscimo de 30% de clandestinos.

⁹² Excluindo os africanos.

Tabela 35 - Números e percentuais de portugueses no Maranhão e na Corte (1834-34 e 1872)

Dados	1834-1835	1872
n. de portugueses na Corte	3.701	55.933
% na população da Corte	3,8	20
n. de portugueses no Maranhão	1.800	2.166
% na população do Maranhão	0,83	0,76

Fonte: Gladys Ribeiro (1997), Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1922), ANTT, MNE, Correspondência dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 23/05/1835, Antonio Aires Loreiro de Carvalho e ANTT, MNE, Correspondência dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 20/12/1838, Antonio Aires Loreiro de Carvalho.

O levantamento feito por Alves (1993) a partir das declarações dos passaportes dos indivíduos que partiam do Porto revelam que na década de 1830 e nos primeiros anos da de 40 o Maranhão era um dos principais destinos dos emigrantes, abrigando 8% desse contingente, atrás somente do Rio de Janeiro, com 60%, Pernambuco com 14% e Bahia com 10%. O mesmo autor demonstra, ainda, que províncias como o Maranhão deixaram de ser atraentes, mas nunca foram abandonadas como destino durante o século XIX.

Estes destinos nunca desaparecem para a emigração portuense ao longo do século XIX, mas, a importância da maioria tende a diminuir no conjunto do fluxo migratório, em face das reorientações internas da economia brasileira, das vicissitudes sociais, da elasticidade dos respectivos mercados de trabalho, bem como da agressividade das políticas de atracção de mão-de-obra. Nos finais do século, a concorrência ao Rio de Janeiro (55%) surge ainda do Pará, com força renovada (17%) e de S. Paulo (10%), que passou a atrair não só mão-de-obra rural, como operária e até intelectual, face ao extraordinário surto de desenvolvimento em todos os sectores que o café proporcionou. E vale a pena individualizar ainda Manaus (13%), o porto de entrada para a floresta da Amazônia, aonde, por essa altura, se iniciava uma nova epopéia de descoberta, a da borracha, para onde se vão dirigir tantos portugueses do Norte e que teria num deles, seringueiro por vivência, a missão de afixar nas páginas de um romance fascinante – Ferreira de Castro, natural de Oliveira de Azeméis, na sua obra *A Selva* (Alves, 1993).

Nesse sentido, a avaliação do cônsul Raimundo Capella (1882: 236) estava correta, quando afirmava que a imigração foi extraordinária «durante os dois períodos decennas anteriores a 1851, a qual tendo o seu auge de 1823 a 1846, sobrepuja[ndo] em mais o dobro a dos últimos trinta anos».

Na década de 1850, essa representação no Maranhão era de aproximadamente 0,58%, se considerarmos o levantamento do consulado português no Maranhão que apontava em 1852 para um contingente de dois mil cento e vinte indivíduos de nacionalidade portuguesa (Capella, 1882), diante de uma população estimada em trezentos e sessenta mil pelo presidente da província, Antônio Cândido da Cruz Machado, que muito preocupado com a contagem, aperfeiçoou os registros de nascimento e óbito no Maranhão (Brazil, 1922)⁹³. Se considerarmos os 887 portugueses continentais e açorianos que desembarcaram no Maranhão entre os anos de 1853 e 1855, em direção às seis colônias fundadas para recebê-los, tema que abordaremos no capítulo III, o percentual aproximado da participação dos portugueses no conjunto da população seria de 0,80%. Mantendo um percentual próximo ao da década de 1850, ainda que de forma artificial, já que o conjunto de imigrantes pode ser caracterizado como espontâneo diferente dos colonos e engajados para as colônias.

A primeira contagem geral no Brasil feita pelo governo aconteceu ainda no império, resultando no Recenseamento Geral de 1872, marcado pelo esforço de conferir a população com o mínimo de erros e pautado em princípios científicos, tão em voga na Europa naqueles anos. O censo encontrou dois mil, cento e sessenta e seis portugueses no Maranhão, sendo o nono maior contingente em números absolutos entre as vinte províncias e o município neutro da corte. Em percentuais, os portugueses no Maranhão eram 0,76% do total da população, fazendo-o subir para a oitava posição no quesito população relativa, à frente de províncias como Minas Gerais, que apesar dos seus mais dez mil portugueses, estes representavam 0,64% do total dos recenseados ou da Bahia, com 0,34%⁹⁴. Apesar de muito distante numericamente das províncias mais habitadas por portugueses, o Maranhão destacava-se das demais, pois o décimo maior contingente desses estrangeiros, em números absolutos, era o Ceará, com menos da metade dos dois mil cento e sessenta e seis portugueses instalados na província maranhense, como veremos mais adiante na tabela (Participação (%) dos portugueses no total de estrangeiros no Maranhão, excluindo os africanos) (Brazil, 1872).

Nesse mesmo período o parlamento português aprovou o primeiro inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa, enviando questionários às representações no Brasil e outros países na tentativa de entender a intensa saída de seus súditos que se processava naquele país há décadas. O cônsul José Corrêa informava ter recebido o questionário e que tinha grandes dificuldades em obter as informações solicitadas, principalmente nas províncias do Ceará e Piauí, que faziam parte de sua circunscrição. Os números de matrícula, por sua vez, não eram confiáveis, por isso recorreu à secretária de Polícia, que disponibilizou os

⁹³ Levando em consideração a já citada dificuldade em matricular seus súditos no consulado podemos deduzir que esse número era bem maior, pois os dois mil cento e vinte portugueses contados eram frutos de uma inscrição iniciada e terminada naquele ano.

⁹⁴ Nessa mesma perspectiva, o Maranhão perdia posição para o Espírito Santo, com 1,3%.

livros. Na falta de funcionários daquela repartição, foi obrigado a contratar uma pessoa para realizar a tarefa, mas voltou atrás diante do preço e a falta de recursos do consulado. Ainda assim, se comprometia em enviar os dados assim que possível (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 23/10/1872, José Corrêa). No final o consulado no Maranhão parece não ter respondido, já que não consta sua avaliação na publicação dos resultados (Comissão da Câmara dos seus Deputados, 1873).

Havia, realmente, uma preocupação das autoridades e de setores da sociedade portuguesa com a emigração, por isso, outro censo foi realizado pelo consulado português no Maranhão, em 1881, desta vez a pedido da Sociedade de Geografia de Lisboa. Esse questionário tinha objetivo semelhante ao inquérito parlamentar:

«Conhecer, com maior aproximação, o numero dos cidadãos de um paiz, que residem e trabalham em território estrangeiro, os caracteres dominantes da sua situação economica e politica, a influencia que eles exercem sobre o meio social em que vivem [...]» (Cordeiro, 1881: 339).

Apesar de o cônsul Raimundo Capella (1882: 236) admitir os “patentes defeitos e omissões” do censo, assegurava «que se aproxima muitíssimo da verdade numérica [...]». A SGL, por sua vez, avaliava o trabalho como um todo incompleto, eximindo os funcionários consulares e culpando os compatriotas que não compareciam ao consulado para se matricular quando chegavam ao Maranhão.

Foram muito incompletas as informações que, em consequência daquela exposição, se recolheram dos nossos funcionários consulares, apesar das instantes recomendações do Governo, mas dada a relutância dos nossos compatriotas em se inscreverem nos respectivos consulados, não se pode exigir mais dos nossos funcionários (Silva, 1999).

O levantamento consular trazia o número de um mil duzentos e sessenta e oito portugueses, o que representaria algo em torno de 0,29% da população maranhense, já que seu total era calculado pelo censo nacional de 1890 em quatrocentos e trinta mil duzentos e quarenta e oito habitantes. A população da província havia aumentado 21,60% e a portuguesa havia caído mais da metade (58,5%), desde 1872.

Apesar da preocupação com as estatísticas estarem consolidadas no Brasil depois do recenseamento de 1872, o de 1880 não foi realizado, acontecendo somente em 1890, que por sua vez permite saber somente que a soma de todos os estrangeiros – já que não desagregava por nacionalidade – era de seiscentos e seis.

O número diminuto de estrangeiros pode estar relacionado à Grande Naturalização de 1889, quando foram naturalizados compulsoriamente todos os estrangeiros residentes no império, salvo aqueles que declarassem formalmente a sua recusa, mas, também, a

problemática execução do censo. Segundo José Mendes (2011), não houve resistência por parte da maioria dos estrangeiros a esse processo, logo, muitos se tornaram brasileiros, dificultando, assim, a contagem. Já o censo, como coloca Jane de Oliveira (2003), enfrentou problemas na coleta, deixando, assim, um grande número de lacunas e imprecisões, se tornando difícil qualquer análise quantitativa utilizando os resultados desta contagem.

De qualquer forma, houve uma diminuição dos efetivos de estrangeiros no Nordeste no final do século XIX. Maria Levy (1974) aponta para a pouca importância numérica em estados como o Maranhão e sua diminuição depois de 1890, quando a imigração em massa para São Paulo se iniciava. Especificamente, em relação aos portugueses, Alves (1993) demonstra que em 1889, 76,5% dos emigrados do distrito do Porto foram para o Rio de Janeiro, 9,6% para o Norte, 6,4% para São Paulo e 4,2% para o Nordeste.

O censo de 1900 não permite, também, avaliar os quantitativos de estrangeiros no Brasil, pois também foi marcado por problemas no seu início. Erros e omissões para o Rio de Janeiro cancelaram a contagem e uma nova teve que ser realizada, fazendo, assim, com que fossem desacreditados seus resultados e despertasse pouco interesse dos pesquisadores. No Maranhão, por exemplo, somente 34 municípios dos 54 à época enviaram informações, obrigando a Diretoria Geral de Estatística a fazer estimativas⁹⁵ (Senra, 2006). Nesse sentido, faz-nos crer que o número de estrangeiros apresentados para aquele ano, doze mil e vinte e dois, estejam sobrestimados, já que o registro geral de entrada de imigrantes no estado contabilizava apenas cento e setenta e seis estrangeiros desembarcados no porto de São Luís em 1899, número pouco representativo e que também não significava que todos permanecessem no Maranhão, podendo estarem apenas em trânsito para outros espaços do Nordeste, em visitas a familiares ou a negócios (Costa, 1901). Além disso, os anos próximos à contagem foram marcados por entradas menos significativas, pois entre os anos de 1887 e 1903 chegaram ao Brasil trezentos e cinco mil quinhentos e oitenta e dois portugueses, cento e sete mil e vinte e cinco a menos registrados entre 1904 e 1914, quando é estimado para o Maranhão dois mil portugueses (Paxeco, 2008).

Tabela 36 - Entradas de portugueses no Brasil

1887-1903	1904-1914
305.582	432.607

Fonte: Fran Paxeco (2008)

⁹⁵ Para o censo de 1872 somente 25 paróquias no Brasil deixaram de entregar seus mapas, sendo que 1890, 109 ficaram faltosas com suas informações (Senra, 2006).

O número está muito distante de qualquer censo que se aproxime deste. Seria possível uma migração de estrangeiros nessas proporções para um estado que já não apresentava desempenho econômico elevado, ainda que passasse por uma recuperação na economia nas duas primeiras décadas do século XX? (Paxeco, 2008; Tribuzzi, 2011). Seria possível uma queda tão brusca nos números, de doze mil e vinte e dois em 1900 para dois mil em 1913 ou um mil e quinhentos e oitenta e seis em 1920? Parece pouco provável.

A sequência de problemas nos recenseamentos brasileiros não parou por aí, o de 1910 nem chegou a ser realizado por questões políticas, diante das disputas pela presidência da República em 1909 e 1910 e pela Revolta da Chibata nesse último ano⁹⁶ (Oliveira, 2003).

Em Portugal, outro inquérito foi elaborado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1909, mas, também enfrentou problemas, sendo desigual e moroso, encerrando-se somente em 1915 (Silva, 1999). Esse inquérito tinha:

por objectivo especial ver quais as providencias que urge adotar-se, para evitar a desnacionalização dos nossos compatriotas, e bem assim quais os meios necessários para fazer progredir, sob todos os pontos de vista, as relações da mãe pátria com as colonias de emigrantes portugueses, e, consequentemente, com os países onde elas se encontram (Paxeco, 1912: 170).

Em 15 de fevereiro de 1912, o cônsul português Fran Paxeco (1912) respondia à solicitação da SGL. O primeiro quesito do inquérito era bastante amplo, buscava dar conta de questões como o número de portugueses residentes no distrito consular e dos que anualmente nele davam entrada ou saíam; se aumentava ou diminuía o movimento de entrada e saída e as causas. A resposta do cônsul é vaga e não contempla as questões com objetividade, apesar de sua reputada formação intelectual⁹⁷. Afirmava não haver mais serviço que desse conta do movimento migratório. Sobre o número dos que viviam no estado, supõe que sejam «nunca menos de 1.500 portugueses» (1912: 172). A estimativa de Paxeco é criticada por Silva (1999: 325), pois não «adianta qualquer base para a sua sugestão».

No ano seguinte, Fran Paxeco lançava *O Maranhão: Subsídios Históricos e Corográficos* (2008), onde citava um recenseamento “defeituoso” realizado em 1909, provavelmente de responsabilidade do governo do estado, que estimava em seiscentos e sessenta mil o total dos habitantes e dois mil os portugueses, resultando numa participação próximo a 0,030%. Ainda assim, o cônsul concluía ser a maior e mais enraizada das colônias estrangeiras.

⁹⁶ A Revolta da Chibata aconteceu no Rio de Janeiro, quando marinheiros tomaram os couraçados São Paulo e Minas Geraes e ameaçaram bombardear a cidade, caso suas reivindicações não fossem atendidas. Os marinheiros, apesar de proibido, sofriam castigos físicos quando desobedeciam ordens superiores, sendo o seu fim, assim como folga semanal e aumento de salários, as suas solicitações.

⁹⁷ Fran Paxeco escreveu inúmeros livros, entre eles *Portugal e o Maranhão: Subsídios Históricos e Corográficos*. Colaborou com diversos jornais, escreveu a peça *O sonho de Tiradentes*, foi fundador da Academia Maranhense de Letras, presidiu a revista *Ateniense*, entre outras atividades.

Apesar das críticas, as estimativas de Paxeco para 1912 e 1913 podem ter sentido quando analisamos os números referentes aos primeiros vinte anos do século XX, onde 1911, 1912 e 1913 são os de maior entrada de portugueses no Brasil, podendo, assim, realmente, a população portuguesa no Maranhão ter crescido, se comparado ao número apresentado pelo consulado em 1881 a SGL.

Tabela 37 - Entradas: imigração portuguesa para o Brasil (1901-1920)

Anos	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910
Total	11261	11606	11378	17318	20181	21706	29681	37628	30577	30857

Anos	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
Total	47493	76530	76701	27935	15118	11981	6817	7981	17068	33883

Fonte: Lobo (1994 citado por Scott, 2001).

Em 1920, outro recenseamento geral do Brasil foi realizado, contabilizando oitocentos e setenta e quatro mil trezentos e quarenta e cinco habitantes no Maranhão, e entre eles, seiscentos e vinte e cinco portugueses, ficando uma relação de 0,07%. Aqui, mais uma vez, os números trabalham em sentido inverso, enquanto a população geral cresceu 103%, o contingente português novamente teve um decréscimo considerável. Em 1930, a relação continuou caindo, era de aproximadamente 0,05%, apesar de Lobo (2001) apontar para um aumento no efetivo, chegando a seiscentos e oitenta e sete indivíduos nascidos em Portugal e uma estimativa para a população em 1930, segundo o *Repertório Estatístico do Brasil* de um milhão trezentos e noventa e dezessete habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941).

Tabela 38 - Participação dos portugueses na população geral do Maranhão

Ano aproximado	%
1838	0,83
1855	0,82
1872	0,76
1881	0,29
1909	0,030
1920	0,07
1930	0,05

Fonte: ANTT, MNE, Correspondência dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 20/12/1838, Antonio Aires Lourenço de Carvalho, Fran Paxeco (2008), *Recenseamento Geral do Brasil* (Brasil, 1872), Recenseamento Geral do Brasil 1920 (Brasil, 1922) e Raimundo Capella (1882).

Mas, é possível analisar os números de outros ângulos, o que exclui a população africana (livre e escrava) do conjunto de estrangeiros do censo de 1872 ou a escrava da contagem feita em São Luís em 1855, possibilitando, assim, perceber os portugueses em outros conjuntos. Consequentemente, sua relevância numérica e visibilidade na sociedade local se alteram, ganhando maior importância.

Os africanos no Brasil, em sua maioria escravos (75,6%) carregavam o estigma dessa condição, mesmo quando livres e, obviamente, eram identificados facilmente por sua cor, sendo, assim, associados ao trabalho compulsório pela população branca e/ou estrangeira⁹⁸. Em contrapartida, os brancos gozavam de liberdade o bastante para diferenciar-se socialmente, ainda que dividissem nas cidades os mesmos espaços de moradia e de trabalhos, especialmente os mais pobres. Naturalmente a cor da pele também os diferenciava, criando, assim, duas categorias, a dos brancos livres “superiores” e a dos negros escravos “inferiores”, onde os primeiros desclassificavam os segundos, atribuindo elementos negativos a estes, rotulando-os de “ruins” e os estigmatizando e ao mesmo tempo se auto-classificando como “superiores”, como os “bons” e que carregam consigo “um carisma grupal característico”, o que Norbert Elias e John Scotson (2000: 19) chamaram de estabelecidos e outsiders: «Quer se trate de quadros sociais, como os senhores feudais em relação aos vilões, os brancos em relação aos negros, os gentios em relação aos judeus, os protestantes em relação aos católicos e vice-versa [...]».

Então, se nos concentrarmos nos estrangeiros “brancos”, “superiores”, que tinham maior prestígio social e, por isso, maior visibilidade, os portugueses eram os mais numerosos de todos os recenseados no Brasil em 1872 e representavam a esmagadora maioria em todas as províncias e na Corte, à exceção de Mato Grosso, onde os paraguaios eram trezentos e seis e os portugueses cento e cinquenta e quatro (Brasil, 1872)⁹⁹.

⁹⁸ Obviamente, estamos generalizando, pois havia africanos de famílias ricas daquele continente que vinham estudar no Brasil, ainda no século XVIII (Alencastro, 2000). Na segunda metade do século XIX, negros e mulatos livres se engajaram nos movimentos abolicionistas, denunciando em jornais a escravidão no país, a exemplo de Luiz Gama, que, apesar de ter sido vendido como escravo pelo seu pai, conseguiu mudar seu destino, fundando o primeiro periódico humorístico de São Paulo em 1864, o Diabo Coto. Gama escreveu em outros periódicos e em 1869 recebeu autorização para advogar (Nunomura, 2014).

⁹⁹ Usamos aspas na palavra “branco” por considerar nesta análise somente os indivíduos não classificados como africanos, incluindo, então, nesta categoria, os chineses, turcos, japoneses ou qualquer outro estrangeiro que não fosse daquele continente.

Tabela 39 - Participação (%) dos portugueses no total de estrangeiros no Maranhão, excluindo os africanos (1872)

Províncias	Africanos escravos	Africanos livres	Total	Número de portugueses	Núm. de estrangeiros excluindo os africanos	Participação dos portugueses nesse conjunto (%)
Corte	10.973	7.092	18.065	55.933	66.214	84
Amazonas	13	75	88	689	2.111	32
Pará	552	704	1.266	4.463	5.273	84,6
Maranhão	1.741	1.008	2.749	2.166	2.489	87
Piauí	242	197	439	122	207	59
Ceará	99	131	230	949	1.362	70
RN	421	318	739	144	258	55,8
Paraíba do Norte	185	188	373	290	470	61,7
Pernambuco	3.084	2.330	5.414	5.646	8.030	70
Alagoas	2.377	550	2.927	616	791	77,8
Bahia	10.281	6.621	16.902	4.206	5.495	76,5
Sergipe	1.395	170	1.565	293	375	78
Espírito Santo	2.262	231	2.493	814	2.793	30
Rio de Janeiro	56.262	15.312	71.574	17.766	23.072	77
São Paulo	13.055	2.222	15.277	6.399	14.345	44,6
Paraná	738	235	973	534	2.654	20
Santa Catarina	1.128	475	1.603	764	14.371	0,53
RS	5.104	9.384	14.488	4.434	27.074	16,3
MG	28.148	2.297	30.445	10.801	16.112	67
GO	140	141	281	63	86	73
MT	860	295	1.155	154	544	56

Fonte: Brasil (1872)

No Maranhão, vemos que a participação dos portugueses nesse conjunto superava muito o percentual para o Brasil, que era de 70% e de todas as outras províncias, mesmo as com grande número de portugueses, a exemplo do Rio de Janeiro, com 77% ou Minas Gerais, com 65% e até mesmo da Corte, maior reduto desses estrangeiros e que abrigava cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e três indivíduos dessa nacionalidade, chegando a uma representação de 84%. Esse índice que era de 87% na província do Maranhão, certamente, imprimia a sensação de estar numa das províncias mais portuguesas do Brasil, ou da perspectiva dessa análise, a mais portuguesa de todas.

Essa sensação experimentada pelos que viviam e pelos os recém-chegados à província na segunda metade do século XIX e nas décadas anteriores, era potencializada pela marcante presença desses estrangeiros na capital, local de grande trânsito de pessoas e mercadorias, devido ao seu movimentado porto e à concentração de lojas, casas de exportação, importação e armazéns, boa parte deles de propriedade desses estrangeiros, além do conjunto arquitetônico de característica portuguesa com seus inconfundíveis azulejos¹⁰⁰.

São Luís, segundo o censo de 1855, somava oitocentos e oito portugueses entre os nove mil recenseados, o que dava uma proporção de 9% de portugueses no conjunto da população. Entre estes eram cinco mil, trezentos e noventa e cinco livres e três mil seiscentos e cinco escravos, portanto, entre a população livre da cidade, os portugueses representavam cerca de 15%¹⁰¹. Entre os oitocentos e oitenta e quatro estrangeiros, excluindo os africanos, os portugueses eram 91,4%, percentual bastante elevado para qualquer província do Brasil naquele momento.

Tabela 40 - Número de portugueses entre os estrangeiros, excluindo os escravos

Pop. Recenseada	Pop. Livre	Pop. Escrava	População estrangeira	Pop. Portuguesa
9.000	5.395	3.605	884	808

Fonte: Recenseamento de São Luís em 1855 (Campos, 1855)

Dezessete anos depois, o censo de 1872 registrava para as cinco paróquias de São Luís, um mil cento e quarenta e oito portugueses, o que representaria no universo dos um mil trezentos e quarenta e quatro estrangeiros “brancos”, 85,4%, percentual também superior à Corte.

¹⁰⁰ Os azulejos na parte externa das casas do centro de São Luís remontam quarta década do século XIX e foram utilizados para manter as fachadas limpas, pois os longos períodos de seca empoeiravam e davam uma aparência de gasta, velha e suja às paredes pintadas. A professora Dora Alcântara contou, em 1959, duzentos e setenta prédios com essas características. É de se supor que o número era bem maior nas décadas anteriores, pois quando retornou nos anos de 1980 o número havia sido reduzido a duzentos e vinte e um (Montello, 1980).

¹⁰¹ O censo populacional de São Luís de 1855 não quantifica os africanos, impossibilitando, assim, analisar a participação dos portugueses entre os estrangeiros “brancos”. Isso não invalida a avaliação, pois o que interessa é a visibilidade dos portugueses na sociedade, mas, também, entre os estrangeiros “brancos”, e isso é possível quando se exclui a população negra.

Tabela 41 - Participação (%) dos portugueses no total de estrangeiros nas paróquias que compunham São Luís, excluindo os africanos (1872)

Freguesia	Africanos escravos	Africanos livres	Total de africanos	Número de portugueses	Núm. de estrangeiros excluindo os africanos	Participação dos portugueses nesse conjunto (%)
N. S. da Vitória	74	63	137	632	751	84
N.S. da Conceição	89	135	224	264	288	91,6
S. J. Batista	34	50	84	236	280	84
S.J. do Bacanga	18	24	42	14	22	63,6
S.J. Batista dos Vinhaes	00	10	10	02	03	66,6
TOTAL	215	272	497	1.148	1.344	85,4

Fonte: Brazil (1872).

O fato é que o número de portugueses no Maranhão se manteve praticamente inalterado até meados da década de 1910, girando em torno de dois mil indivíduos, independentemente da diminuição ou crescimento do fluxo migratório para o Brasil ou o aumento da população total da província/ estado ou do Brasil.

Tabela 42 - Número de portugueses no Maranhão segundo dados censitários e depoimentos de cônsules portugueses

Ano	Pop.
1835	1.800
1838	2.000
1852	2.120
1872	2.166
1881	1.268
1912	1.500
1913	2.000
1920	625
1929	687

Fontes: Raimundo Capella (1882), Fran Paxeco (1912), Recenseamentos Gerais do Brasil (Brazil, 1872), Brazil (1922), Fran Paxeco (2008), Eulália Lobo (2001), ANTT, MNE, correspondência dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 20/12/1838, Antonio Aires Loreiro de Carvalho; ANTT, MNE, correspondência dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 23/05/1835, Antonio Aires Loreiro de Carvalho.

Apesar de baixos os quantitativos, ao ponto de, raramente, o Maranhão ser citado nos trabalhos de investigação que tratam da imigração estrangeira ou especificamente portuguesa para o Brasil, quando comparados a outros estados da região Nordeste, fica atrás somente da Bahia e Pernambuco. Apesar da visível diferença que os separava do Maranhão em termos numéricos, este conseguia atrair mais imigrantes do que os demais estados da região, mantendo sua posição de “destaque”, ficando à frente, inclusive do Ceará, que tinha o dobro de sua população em 1872, quase a mesma proporção em 1890 e bem maior em 1900 e 1920, como demonstram os censos daqueles anos, chegando, a alguns momentos, a população estrangeira do Maranhão representar até duas vezes e meia ou o triplo da de Alagoas ou Ceará, estados com maior número depois do Maranhão¹⁰².

Tabela 43 - Números da população brasileira e estrangeira no Nordeste nos anos de 1872, 1890, 1900, 1920

	1872		1890		1900		1920	
Estados	Brasilei	Estrang	Brasilei	Estrang	Brasilei	Estrang	Brasilei	Estrang
Bahia	1.357.219	22.307	1.893.026	26.766	2.088.569	29.387	3.321.014	13.451
Pernambuco	828.095	13.444	1.027.534	2.690	1.167.328	10.822	2.142.267	12.568
Maranhão	355.393	5.247	430.248	606	487.286	12.022	872.174	2.163
Ceará	720.094	1.592	805.153	534	844.444	4.683	1.317.694	1.534
Alagoas	344.291	3.718	510.884	556	645.865	3.408	977.718	1.080
Paraíba	375.383	843	457.052	180	488.206	2.578	960.256	850
Sergipe	232.060	2.583	310.729	197	351.446	1.818	476.557	507
R.G.doNorte	232.982	997	268.121	152	273.488	829	536.392	743
Piauí	211.169	653	267.590	19	332.700	1.628	608.372	631

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1941)

Se voltarmos a nos concentrar exclusivamente nos portugueses, no Maranhão percebemos que, a partir de 1920, o número entrou em rápido declínio, pois o Recenseamento do Brasil de 1920 acusava seiscentos e vinte e cinco indivíduos (Brazil, 1922, 1926), o de 1940, quinhentos e onze, em 1950, trezentos e oitenta e cinco e, finalmente, em 1960, se resumiam a duzentos e quarenta portugueses (Levy, 1974). Apesar do recenseamento geral do Brasil não ter se realizado em 1930, Eulália Lobo (2001) traz números da representação portuguesa no Brasil em vários estados em 1929, apontando para o Maranhão seiscentos e oitenta e sete indivíduos.

¹⁰² Apesar de termos demonstrado os problemas que marcaram alguns dos censos utilizados na tabela abaixo, os utilizávamos como forma de ilustrar a posição do Maranhão na região Nordeste ao longo do tempo.

Tabela 44 - Número de portugueses em levantamentos populacionais no Brasil entre os anos de 1920 e 1960

Ano	Núm. de portugueses
1920	625
1929	687
1940	511
1950	385
1960	240

Fonte: Eulália Lobo (2001), Recenseamento de 1920 (Brasil, 1922) e Maria Levy (1974).

Mesmo com essa ligeira elevação no número de portugueses em 1929 em relação a 1920, representaria um contingente pouco significativo se comparado a outros estados brasileiros. Assim como nos dados referentes aos estrangeiros, perdeu posição, caindo da nona em 1872 para um modesto 12º lugar no ranking dos estados com mais imigrantes portugueses, porém, também manteve seu terceiro lugar na região Nordeste, ficando atrás, ainda, somente da Bahia e Pernambuco, como já comentado, apesar da grande distância numérica que os separava. Mas, se compararmos novamente com outros estados, dessa vez com menor número de imigrantes portugueses, nota-se que seu contingente era mais do que o dobro do quarto colocado no Nordeste, o Ceará.

Tabela 45 - População portuguesa no Nordeste em 1929

Estado	Total
Pernambuco	5.289
Bahia	3.697
Maranhão	687
Ceará	325
Alagoas	260
Paraíba	144
Alagoas	137
Rio G. do Norte	89
Piauí	72

Fonte: Eulália Lobo (2001).

Mesmo estando numa posição, digamos intermediária, no que se refere ao número de portugueses e fazer parte de um movimento de imigração para o Brasil como um todo, é

preciso distinguir esses imigrantes, pois apesar da historiografia estabelecer quase um padrão, formado em sua grande maioria por homens, jovens e solteiros, há mudanças e especificidades ao longo do período pesquisado que precisam ser investigados.

As mulheres na imigração para o Maranhão

Independentemente do número de portugueses estabelecidos no Maranhão e do período, a grande maioria foi formada por viajantes do sexo masculino. A base de dados “Movimentação de Portugueses no Brasil (1808-1842)”, do Arquivo Nacional (2008), nos informa que entre os anos de 1822 e 1841 entraram no Maranhão, vindos de portos estrangeiros e nacionais, sessenta e seis portugueses, sendo duas mulheres (3,0%) e sessenta e quatro homens ((97%). Outras fontes para décadas posteriores confirmam a majoritária participação dos homens na imigração em direção à província, a exemplo dos censos.

Tabela 46 - Número de homens e mulheres nos censos de 1872, 1881 e 1920

Censo	Masc.	Femin.
1872	1860	306
1881	1203	65
1920	544	81

Fonte: Província do Maranhão (1872), Recenseamentos Geral do Brasil (Brazil, 1872, 1922), e página do censo consular de 1881 contido em Raimundo Capella (1882)

A contagem feita pelo consulado português em 1852 não discrimina o sexo, mas, se nos ativermos somente aos censos realizados pelo governo central do Brasil que apresentam a nacionalidade dos estrangeiros, percebemos uma ligeira diminuição da participação das mulheres. Em 1872, eram registrados trezentos e seis portuguesas num universo de dois mil cento e sessenta e seis indivíduos, que representava 14% do total. Quase cinquenta anos depois, no censo de 1920, esse percentual alterava-se para 13%¹⁰³, havendo uma redução na participação das mulheres no conjunto dos imigrantes portugueses.

¹⁰³ Já o censo de 1890, que utiliza como referência somente as categorias nacionais e estrangeiros, sem discriminar a nacionalidade destes, aponta para uma participação das mulheres estrangeiras no contingente total de 18%. A participação portuguesa entre os estrangeiros que optaram pelo Maranhão sempre foi, até às primeiras décadas do século XX, majoritária. Há de considerar que o censo, como já foi mencionado, foi marcado por problemas na contagem. Além disso, esse número se refere aos que optaram pela manutenção de sua nacionalidade, excluindo aqueles que foram naturalizados compulsoriamente (Directoria Geral de Estatística, 1898).

Já o censo realizado pelo consulado em 1881 apresenta uma queda brusca no número de mulheres, tanto em relação a 1872 como a 1920, representando 5% de todo o contingente (Capella, 1882). A drástica diminuição pode estar relacionada à baixa procura das mulheres pelo consulado, devido à sua dependência dos maridos, irmão e pais, para se deslocarem ao consulado, ou por estes acharem desnecessário o registro de mulheres, já que até os seus próprios faziam com certa dificuldade, como já ressaltamos. O problema se agravava, se estas mulheres estivessem no interior do Maranhão, onde as dificuldades de se deslocarem sozinhas à capital, ou para outra cidade que abrigava uma representação do consulado eram maiores.

Oliveira Martins (1994) demonstrou que houve um aumento na saída de mulheres de Portugal entre 1866 e 1888, período entre os censos brasileiros de 1872 e 1920. Em termos percentuais, duplicou entre o primeiro e o terceiro decênio. Em números absolutos, quase quadruplicou sua participação.

Tabela 47 - Participação das mulheres no conjunto de imigrantes para o Brasil entre os anos de 1866 e 1888

Anos	Sexo fem.	Total	%
1866-1872	8.226	79.868	10
1873-1880	15.869	101.088	15,6
1881-1888	30.047	139.593	21

Fonte: Oliveira Martins (1994: 185)

Os números apresentados por Oliveira Martins (1994), ainda que não coincidam exatamente com os elaborados por Robert Rowland (1998) em relação às saídas do Porto caminham para o mesmo sentido, o aumento da participação, sem intervalos, das mulheres ao longo dos anos.

Tabela 48 - Participação das mulheres no conjunto de imigrantes para o Brasil saídas do Porto, entre os anos de 1855 e 1896

1855	10%
1889	20%
1896	30%

Fonte: Robert Rowland (1998: 312)

Se compararmos a participação das mulheres portuguesas no Maranhão com outras províncias em 1872, vemos que era igualmente baixa, sendo a terceira menor. Mas, quando olhamos para o censo de 1920, nota-se que, ao contrário dos outros estados que tiveram aumento da população portuguesa e crescimento da participação das mulheres na imigração, no Maranhão, houve decréscimo, tanto da população daquele país, quanto da participação das mulheres.

Tabela 49 - Percentual de mulheres portuguesas em 1872 e 1920

Província/estado	1872	1920
Maranhão	14%	13%
Bahia	18%	22%
Pernambuco	15%	21,8%
Pará	8,4%	20,7%
Rio de Janeiro	12,3%	25,3%
São Paulo	20,5%	29%

Fonte: Brasil (1872) e Censo Nacional (Brasil, 1922)

No Maranhão, havia um movimento contrário do que se assistia no restante do Brasil, ou seja, a imigração continuava a ser preferencialmente masculina. Esse dado é importante, pois reforça a tese de que no Maranhão o modelo de imigração pautado na figura masculina, solteira, alfabetizada e voltada ao comércio, permaneceu quase inalterado até o início do século XX.

Os registros de matrículas e os de passaportes confirmam a permanência dessa baixa participação. No caso dos passaportes, entre os quase quatrocentos e cinquenta registros entre as décadas de 1840 e 1890, apenas oito mulheres foram encontradas. Para as matrículas do consulado, o livro 1904-1908 e os demais (1915-1921, 1921-1929 e 1929-1930) que compõem a série entre os anos de 1915 e 1930, dão conta de 8,3% e 11,4% mulheres respectivamente, um aumento pouco significativo

Esse aumento de mulheres no movimento migratório entre Portugal e Brasil é explicado por muitos autores por uma mudança que avançou lentamente para uma imigração familiar. Os motivos, segundo Jorge Alves (1993), tinham diversas matizes. A prostituição era uma delas, jornais e autores portugueses denunciavam o “tráfico de mulheres” para o Brasil durante o século XIX. Outro motivo elencado pelo autor foi a busca por casamento, jovens viúvas e solteiras viam na travessia uma oportunidade de encontrar um marido, já que no

Porto era desfavorável o mercado nupcial, devido às intensas saídas para o Brasil. O reagrupamento familiar também era um forte componente no aumento da participação das mulheres. Quitadas as dívidas e devidamente instalados, os homens tratavam de buscar esposas e filhos. O autor menciona, ainda, a imigração familiar, fruto dos contratos e engajamentos que exigiam esta condição.

No caso do Maranhão, é bastante pontual essa última modalidade, já que assistimos somente em meados do século XIX a formação de núcleos coloniais com famílias oriundas de Portugal e Açores e, no final deste mesmo século, a chegada de contratados no Porto para trabalharem numa fábrica. Todas essas tentativas fracassaram, como veremos no capítulo III.

Os registros de passaporte¹⁰⁴ para o Maranhão ajudam a vislumbrar a chegada de algumas dessas mulheres, são poucos os casos em que viajavam sozinhas ou desacompanhadas de um homem, entre os quase quatrocentos e cinquenta registros entre as décadas de 1840 e 1890, apenas oito foram encontrados. Entre elas duas eram casadas, Rita Maria da Conceição, trinta e dois anos, originária do Porto, chegou a São Luís em 1845 e Maria José da Silva, que vinha de Lisboa em 1874, trazia consigo uma sobrinha de treze anos. Outra imigrante, Palmira de Jesus da Silva, tinha dez anos quando desembarcou em São Luís em 1891, parece ter viajado sozinha, pois o único registro sobre ela é o nome do seu pai, Manoel da Agonia Gomes da Silva, que aparece nos passaportes como marítimo vindo do Porto e que chegou à cidade em 1884, já casado e com trinta e cinco anos. É possível que, pela sua condição de marítimo, viajasse na mesma embarcação da filha a trabalho. Por isso, nenhum registro de acompanhante para a criança.

Entre as outras quatro mulheres, uma viúva e três solteiras, todas com idade entre vinte seis e quarenta e três anos, originárias do Porto ou Lisboa não havia, assim como nas demais, declaração de ocupação. Maria da Conceição era uma dessas mulheres, que embarcara no Porto e viajava sozinha, seu destino era São Luís, tinha vinte seis anos quando chegou em 1853, não declarava ocupação e era analfabeta, como outras, a exemplo de Cypriana Maria, que vinha de Lisboa, sem ocupação declarada e com quarenta e dois anos. É difícil sugerir o que essas mulheres solteiras vinham fazer no Maranhão. Poderia ser qualquer coisa; poderiam ingressar na prostituição? Talvez, mas, a idade avançada da maioria delas, acima de trinta e dois anos, pode ser um indício que não é mais provável que viessem

¹⁰⁴ Arquivo Público do Estado do Maranhão. Livros Índice de Passaportes Concedidos a Passageiros, Livros de Registro de Passaportes Concedidos a Passageiros e Livros de Minutas de Passaportes Concedidos a Passageiros.

encontrar parentes e procurar maridos, ingressando muitas delas nos serviços domésticos devido à sua pouca qualificação.

A grande maioria das viajantes estava acompanhada de seus cônjuges, outras de um tio, um irmão ou um primo. Entre os mesmos registros de passaportes estavam dezenove mulheres acompanhadas de seus cônjuges, como Mequilina Dias que viajava em dezembro de 1847 com seu marido, o pedreiro Manoel Antonio da Silva Braga, de quarenta e cinco anos, natural de Vallongo, mas que partia do Porto. A maioria dessas mulheres trazia consigo seus filhos e filhas, são treze famílias desembarcando no porto de São Luís, entre as décadas de 1840 e 1890.

Nesse sentido, os passaportes revelam outras categorias do sexo feminino que engrossariam o contingente de mulheres no presente e no futuro. São filhas, a maioria ainda crianças, irmãs, sobrinhas, filhas de terceiros e criadas, ao todo trinta e uma crianças e adultos do sexo feminino¹⁰⁵.

Tabela 50 - Registro de passaporte do sexo feminino (1843-1894)

Viajantes	Quantidade
Desacompanhadas	08
Acompanhadas de seus conjugês	19
Filhas	12
Sobrinhas	05
Irmãs	03
Primas	01
Filhas de terceiros	02
Criadas	08
TOTAL	58

Fonte: Livros de Índice, Livros de Registros e Livros de Minutas de Registros de Passaportes da APEM

Essas mulheres em fase adulta e as crianças iriam engrossar, mais cedo ou mais tarde, as fileiras de candidatas a um casamento com seus patrícios já instalados no Maranhão, tema que discutiremos no capítulo IV.

¹⁰⁵ Nesse conjunto há, também, filhos, sobrinhos, irmãos, filhos de terceiros e criados, mas, por hora, só nos interessa indivíduos do sexo feminino. E, entre as criadas, cinco negras e uma mulata.

Faixa etária

Esses homens e mulheres chegavam ainda jovens ao Brasil e no Maranhão, especificamente, não era diferente, mas, esse perfil foi sendo alterado ao longo das décadas do século XIX e início do XX. As informações para o período imediatamente posterior à independência, são poucas nesse sentido, como demonstramos anteriormente em relação aos quantitativos. Mas, sabemos, a partir da Movimentação de Portugueses no Brasil entre 1822 e 1840, que cinquenta e sete dos sessenta e seis viajantes com destino ao Maranhão declararam suas idades, sendo que entre estes nenhum era menor de 14 anos; treze tinham entre 15 e 25 anos (22,8%) e quarenta e quatro mais de vinte e cinco (77%). Nota-se, a partir dessa fonte, ainda que frágil pelo pouco número, que o perfil do emigrado para aquele período era de homens maduros, com pouca participação de jovens.

Tabela 51 - Idade dos imigrantes em percentuais entre 1822 e 1840

Idade	%
- 14	0
15-25	22
+ 16	77

Fonte: Arquivo Nacional (2008)

Os passaportes (1843-1894), por sua vez, trazem quatrocentos e quarenta e sete idades declaradas, onde cento e vinte e seis são referentes a menores de 14 anos (28%), cento e setenta e oito para os com idade entre 15 e 25 anos (40%) e cento e quarenta e quatro com mais de 26 (32%). Oliveira Martins (1994), quando calcula as saídas de jovens menores de 14 anos para o Brasil, entre os anos de 1866 e 1888, chega ao número de cinquenta mil trezentos e quarenta e sete (16%) entre os trezentos e nove mil, quinhentos e setenta e quatro. Se fizermos exercício semelhante com os passaportes no mesmo período, perceberíamos uma similaridade entre os números, já que encontramos entre os oitenta e oito documentos, dezesseis com idade declarada inferior a 14 anos, (18%)¹⁰⁶. Nesse mesmo recorte, os imigrantes com idade entre 15 e 25 anos somavam vinte e três indivíduos (26%), entre os 26 e 35, dezesseis (18%), entre 36 e 45 anos, totalizavam 22 (25%) e entre os mais velhos, acima de 46 anos eram 15 indivíduos (17%). Sendo assim, nota-se que a grande maioria dos

¹⁰⁶ Esse número aumenta ligeiramente se consideramos aqueles que viajavam acompanhados dos pais e parentes e que nem sempre declaravam suas idades, impossibilitando apresentarmos um número exato.

portugueses que apresentaram passaporte nesse recorte temporal estava em idade produtiva, entre os 15 e 45 anos e somavam 69%.

Para um período anterior, entre 1843 e 1865¹⁰⁷, o número de menores se eleva para cento e seis (31%) entre trezentos e quarenta com idade declarada, representando quase o dobro do período anterior. Para as outras faixas de idade, conseqüentemente, os números também se alteram. Entre os jovens com mais de 15 anos e menos de 26, o número se eleva a cento e cinquenta (44%). Na faixa posterior, que compreende os portugueses entre 26 e 35 anos existem cinquenta e quatro passaportes (15,8%), entre eles quatro de mulheres. No grupo etário que vai dos 36 aos 45 anos aparecem vinte (5,8%). E, finalmente, entre os mais velhos, acima de 46 anos, treze (3,8%) indivíduos.

Jorge Alves (1993) notou a partir dos passaportes do Porto que a idade modal era entre 13 e 14 anos, mas com aumento em determinados momentos:

Se tivermos em conta, o comportamento modal, isto é, assinalando a idade de maior frequência estatística, a imagem obtida ajusta-se à tradição, podendo dizer-se que o emigrante mais frequente é o de 13-14 anos. Com efeito, em poucas alturas a moda se afasta destes números, e quando isso acontece é, normalmente para números pouco superiores - 16 17,18 anos são a moda em alguns anos das décadas de 40 e 50. No final da década de 1870 (1878-9), salta para depois dos 20 anos (1993: 221).

Segundo o mesmo autor, essas mudanças estavam relacionadas à proibição de emigrar sem fiança:

Quando se aprovam leis restritivas, fixando limites para a imposição de fianças ao recrutamento, a idade modal baixa de imediato á idade logo abaixo do limite mínimo. Pela lei de 27 de julho de 1855, a fiança deveria ser prestada por todos os que saíssem entre 18 e os 21 anos, pelo que a idade modal, que em 1854 fora de 18 anos, baixou logo para 17. A Lei de 04 de Junho de 1859 o limite mínimo passa para os 14 anos, a idade modal desce imediatamente para 13 anos. Só quando em 1877 se obrigam todos os menores de 22 anos à fiança, a moda passa a ser superior a esta idade (Alves, 1993: 222).

Apesar da predominância dos homens em idade produtiva para os dois períodos, há uma mudança na faixa etária predominante. Se entre 1843 e 1865 os menores de 14 anos e os jovens entre 15 e 25 eram maioria, alcançando a casa dos 75% do total dos passaportes, no período posterior, entre 1866 e 1888, o grupo predominante vai de 26 aos mais de 46, indicando uma alteração para cima na idade dos imigrantes.

Jorge Alves (1993) aponta para um envelhecimento da população migratória ao longo das décadas do século XIX:

Se optarmos pela média aritmética da distribuição estatística das idades, conglomerando todas as situações, emergem diferenças assinaláveis. Inicialmente, a idade média acompanha de perto a moda, situando-se nos 18-19 anos, na década de 30. Posteriormente e até 1855, oscila entre os 20-25 anos, evidenciando ainda a forte juventude da corrente emigratória. A partir daí a tendência é nitidamente para subir, lenta, mas continuamente, fixando-se na casa dos 30 anos pelo final dos anos setenta, nível em que permanece na fase finissecular. Este afastamento progressivo da idade média em relação à

¹⁰⁷ Com exceção de seis passaportes, todos são referentes ao período 1843-1849.

moda, evidencia a crescente dispersão etária da emigração, que deixa de estar concentrada num grupo de idades determinado, revelando, sobretudo, o envelhecimento do fluxo migratório (1993: 223).

Mas não era somente o fluxo migratório que envelhecia. no Maranhão, o contingente de portugueses diante da pouca renovação também envelhecia, como notou em 1887 a comissão responsável pelo novo estatuto da Real Sociedade Beneficente 1º de Dezembro: “colônia envelhece, por assim dizer, e todos os dias se a vê definhar” (Diário do Maranhão, ano XVIII, n.º 4197, 02/09/1887: 1, “Senhores socios”. Autores: Albino da Silva Ramalho, Joaquim Luiz Ferreira Sobrinho e José Martins do Rio). Fran Paxeco, quando responde ao questionário da SGL em 1912, afirma que o «massimo da idade varia dos 35 aos 40 anos» (Paxeco, 1912: 172), indicando a diminuição do fluxo que se arrastava já há algumas décadas.

Essa ausência de um movimento migratório, especialmente voluntário, era acompanhado com preocupação por intelectuais, produtores e pelo governo, que se viam às voltas com estratégias para atrair mão de obra européia para a província, como veremos no capítulo, a seguir.

CAPÍTULO III

O DEBATE, A PRÁTICA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA NO MARANHÃO

O Maranhão não estava fora do debate nacional sobre a necessidade da substituição da mão de obra escrava pela livre, como vinha acontecendo e no Sul do Brasil e na sede do império, onde as discussões cedo se iniciaram e as práticas não tardaram. Por iniciativa do governo imperial e visando a ocupação de regiões remotas do império, mas, também, a civilização do trabalhador nacional, colônias de europeus foram instaladas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul ainda no período colonial.

Apesar dos resultados pouco frutíferos em Nova Friburgo, o nascente império continuou com a política de colonização iniciada pelo governo português, fundando, em 1824, a colônia de São Leopoldo, com alemães colonos e soldados e a de São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, em 1829, a última da primeira fase, também formada por alemães. Essa fase da colonização européia encerra-se em 1830 e só é retomada quinze anos depois, quando alemães chegam ao Rio Grande do Sul, no vale do rio dos Sinos.

Havia, como se pode notar, uma preferência por estes estrangeiros, pois depois de 1846 muitas outras colônias foram inauguradas por empresas particulares, pelas províncias e pelo governo imperial em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Seyferth, 2002). No Maranhão, como veremos, esses estrangeiros também foram cogitados, sem, porém, alcançar sucesso sua atração para aquelas terras. A idéia de que “A imigração alemã é a que mais convém ao Brasil” foi repetida muitas vezes de diferentes formas. Havia, realmente, uma pregação, um discurso da eficiência desses estrangeiros perante os demais, discurso esse reproduzido também na província do Maranhão e pelos próprios alemães, interessados em terras públicas.

Mas, a hegemonia destes europeus foi quebrada pela resistência do governo alemão em enviá-los diante das condições precárias oferecidas no Brasil, mas, também, por uma contrapropaganda que difundia certa desconfiança com a concentração destes em áreas tão remotas, assim como os conflitos que ocorreram em Petrópolis. Em alguns contratos, ainda em 1874, portugueses e espanhóis eram excluídos, privilegiando ainda os alemães e austríacos (Seyferth, 2002).

Não foram somente os ibéricos aqui e acolá os preteridos, o trabalhador nacional era o primeiro a ser desqualificado, tanto pelos nacionais, como pelos estrangeiros, taxados de incivilizados, preguiçosos e indolentes, impróprios para o trabalho com disciplina, ainda que

fossem utilizados em períodos de colheita, quando havia maior necessidade de mão de obra. Ernest Hasenclever, um rico negociante alemão, quando viajou em direção à colônia de Nova Friburgo, compara os alemães e suíços aos nacionais, como demonstra Alves (2013: 58-59):

Aproveitam a vida, gozam de saúde em um clima maravilhoso, tinham crianças prósperas e viviam uma vida feliz, livre e rústica, com muito trabalho e satisfação. Comparando-os aos brasileiros do interior do país, que havia visto em suas viagens anteriores, Ernest comentava que tinha encontrado um povo ‘dormente’, inculto e que levava a vida inerte em uma natureza rica, sem instinto para tentar melhorar sua condição material.

Mas, além dos nacionais e, pontualmente, portugueses e espanhóis, os chineses não eram bem-vindos. Houve intenso debate sobre a participação destes asiáticos no processo imigratório do Brasil, onde, na maioria das vezes, o posicionamento era contrário. Essa rejeição aos *coolies* não foi suficiente para impedi-los de trabalhar no Brasil, sendo o Maranhão um dos palcos da sua presença. No Maranhão, apesar dessa tentativa e das especulações em torno de alemães e suíços, os portugueses foram os protagonistas da imigração e da colonização. Como já vimos, foram a maioria dos estrangeiros que escolheram o Maranhão como refúgio, mesmo quando os italianos eram o maior contingente no Brasil, mas, a sua presença majoritária não se limitou à imigração espontânea, às tentativas de fundação de colônias que, definitivamente, saíram do papel e tiveram, também, esses europeus como os principais atores. Excetuando 40 chineses - que trataremos mais adiante -, que chegaram para habitar e trabalhar numa das seis colônias fundadas entre 1853 e 1855, o restante, 847 eram portugueses, sendo muitos dos Açores.

A relação dos Açores com o Brasil e com o Maranhão, especificamente, já existia, como já foi mencionado desde o século XVII, passando pelo XVIII, mas, também, no XIX, pois desde a década de 1830, companhias já atuavam no engajamento destes ilhéus, apesar da maioria ter se deslocado para os EUA (Pereira, 2002).

Apesar do fracasso das tentativas da década de 1850 o Maranhão continuava destilando o mesmo discurso do restante do Brasil no período republicano, à necessidade e à relação entre imigração e colonização. A diferença fundamental é que as tentativas do Maranhão se encerraram no século XIX, enquanto em outras regiões do Brasil ela se intensificou.

Para além dos portugueses: outros estrangeiros no Maranhão

É sempre uma difícil tarefa falar em números de imigrados para o Brasil nos séculos XVII e XVIII. Para o Maranhão não é diferente, não existem dados, mas, somente informações dispersas que não contribuem muito para formar um quadro da imigração

estrangeira, situação que somente se modifica em 1872, quando o censo imperial traz discriminadamente o número de cada grupo de estrangeiros vivendo na província.

Para a capital, é possível vislumbrarmos esses estrangeiros em 1872, mas, também, em 1855, podendo neste último percebê-los quanto à morada e atividade laboral, já que o censo local daquele ano traz essas informações. Para os demais censos que interessam a esta investigação, não é possível discriminá-los quanto à naturalidade, pois eram contados de forma absoluta, sob a rubrica de “estrangeiros”.

O número de portugueses no Maranhão até a primeira metade do século XVIII, era diminuta, pois a região não oferecia grandes atrativos econômicos e, apesar de ficar mais próximo de Portugal, era servido por apenas um navio por ano, saindo da metrópole. Em 1648, segundo Warren¹⁰⁸, «a população civilizada no Maranhão era constituída de 400 colonos portugueses e 80 soldados» (Brazil, 1920: 445). Em 1683, São Luís tinha mais de 1.000 portugueses (Idem), mas, o interesse dos donos do Brasil aumentou com a melhora da economia no Maranhão, principalmente a partir de 1756, quando foi fundada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que «criou as condições para o desenvolvimento de uma economia regional baseada na *plantation* escravista, produzindo para o mercado europeu, semelhante às demais capitanias do Nordeste e Sudeste [...]» (Assunção, 2000: 3). A dinamização da economia se refletiu no aumento da ocupação territorial, sendo que durante o período de existência da Companhia (1756-1777) foram distribuídos cinquenta novos títulos de sesmarias, e depois de sua extinção esse número cresceu entre os anos de 1792 e 1798, subia para 450 doações, «o que comprova o intenso processo de ocupação do território» no final do século XVIII (Mota citado por Mota, 2008: 6).

Essa alteração nos padrões econômicos do Maranhão certamente atraiu outros estrangeiros, a partir da abertura dos portos em 1808, sempre em número diminuto, se comparado aos portugueses, mas, que ocuparam espaços importantes na economia e, consequentemente, na sociedade local. Sua presença era motivada pelos negócios, mas, também, pela ocupação de cargos públicos, que possibilitavam seu acesso a terras e negócios concedidos pelo governo português. Logo, o ultramar parecia realmente oferecer grandes oportunidades de crescimento econômico e social. Nuno Monteiro (2009: 61) quando analisa a circulação das elites portuguesas no império entre 1640 e 1808, se referindo aos oficiais de alta patente do exército, afirma que «eram esmagadoramente reinóis, ao invés do que se

¹⁰⁸ Autor de *Histoire de l'Empire du Brésil*. Data desconhecida. Citado na introdução do Censo de 1920, quando se refere ao Maranhão.

passava com a América Hispânica» (embora o mesmo não tenha de aplicar para os oficiais de média patente para baixo) e, em relação à magistratura, aponta a transferência para o Brasil como uma forma de rápida ascensão.

Também promovida pela coroa, a circulação da magistratura letrada função destacada, numa monarquia, na qual a partir de meados do século, só existia uma única universidade, localizada no reino (Coimbra). Entre 1772 e 1826, 417 magistrados (juizes de fora, ouvidores e desembargadores) foram providos para as ilhas e o ultramar, ou seja, cerca de um quarto do total das nomeações para toda a monarquia. Parece que seria uma forma mais rápida de ascensão na carreira, pois destes, quase um terço (114) chegou a desembargador, visto que a proporção dos nomeados no reino que chegaram a tal estatuto foi mais baixa. De resto, registra-se que apenas 7% dos referidos magistrados regressaram ao reino, 22, o que significa que a imensa maioria se integrou nas sociedades locais (Monteiro, 2009: 59).

Podemos imaginar que a tese pode ser validada a outras funções públicas. O português José Vieira da Silva, por exemplo, fôra capitão da tropa paga do exército real português e designado para administrar a Companhia Geral de Comércio em 1760, tornou-se grande proprietário de terras na região do Itapecuru e com o matrimônio do seu filho com a bisneta do capitão Filipe Marques da Silva e filha de outro português, José Antonio Gomes da Silva, proprietário de sesmaria na região do Munim e de grande projeção política e social, ampliou a prosperidade das famílias (Mota, 2008; Lima, 2009). O ultramar poderia oferecer grandes oportunidades de crescimento econômico e social mesmo para aqueles que não descendiam da nobreza ou tinham alguma formação nos bancos da universidade de Coimbra e que se utilizavam de outro caminho para isso: o casamento. Mota (2008) notou que a exceção de um ex-governador do Maranhão:

Estes não faziam parte da nobreza reinol, eram cirurgiões, alferes, capitães, sargentos e bacharéis em direito. No Maranhão tornaram-se proprietários rurais, não sem antes estabelecerem alianças com famílias já radicadas há muito tempo. Alguns enriqueceram. A maioria tornou-se médios produtores, chegando a postos de destaque na hierarquia militar, como coronéis de milícias, mestres-de-campo, capitão-mor (Mota 2008 citado por Lima, 2009: 35).

O fato de ser estrangeiro não era necessariamente um empecilho para alcançar as mesmas vantagens que as colônias ofereciam, uma das estratégias para se tirar proveito das vantagens poderia oferecer era a naturalização, que permitia o ingresso no serviço público e a aquisição de vantagens. O irlandês Lourenço Belfort é um exemplo desse tipo de trajetória. Chegado ao Brasil na primeira metade do século XVIII, naturaliza-se português antes, quando viveu em Portugal. Já no Brasil, ocupou o cargo de capitão-cabo da tropa de resgate de índios, função que seria preterida mais tarde pelo negócio de escravização desses nativos. Belfort recebeu sesmaria na região da Ribeira do rio Itapecuru, onde montou engenho e plantou algodão e arroz e, em São Luís, construiu diversos prédios e ocupou ainda o cargo de vereador em 1753 e 1859, Almotacel em 1744, 1750, 1754 e juiz de Fora diversas vezes (Coutinho, 2005).

O inglês George Gromwell é outro exemplo do ultramar português como um bom negócio. Naturalizou-se português em 1774 e solicitou passaporte real para transitar no Maranhão no ano seguinte. Gromwell ascende casando-se na província com a filha do Ouvidor-Mor Henrique Guilhon. O inventário da primeira esposa do inglês naturalizado aparece entre os estudados por Antônia Mota e figura como uma das grandes fortunas do início do século XIX (Mota, 2008)¹⁰⁹.

No capítulo anterior mencionamos outro estrangeiro, o argentino Raimundo Gaios, que passou antes por Portugal e também se naturalizou português, conseguindo obter prestígio social e vantagens econômicas. Gaios foi proprietário de terra e produtor de algodão no Maranhão, um dos mais opulentos, chegando a prestar ajuda financeira ao tesouro quando este passou por dificuldades. Sua trajetória ascendente no Maranhão inclui, ainda, o recebimento do Hábito da Ordem de Cristo e a patente de Tenente Coronel do Regimento de Infantaria de Milícia da cidade de Caxias.

Se retomarmos a trajetória do irlandês Belfort, esta revela outros estrangeiros vivendo na capitania e que gozavam de posição privilegiada. Belfort casou-se com a filha do americano Guilherme Ewerton, patriarca dos Ewerton, família influente na província até o início do século XIX e proprietários de terras e engenhos na região do Cajapió. O casamento durou pouco devido ao falecimento de sua esposa, mas este se casou novamente com a filha de um português de grande fortuna e prestígio. Do primeiro casamento, dois dos seus filhos contraíram núpcias com as filhas do francês Pierre Lamognère, filho do capitão de navio Arnoud Lamognère. Os casos do francês Lamognère e do americano Ewerton, que carregavam a patente de capitão e viviam no Maranhão, pode estar relacionado à naturalização ou a outro caminho para usufruir das vantagens que o ultramar poderia oferecer, vagas para oficiais navais experientes na marinha portuguesa, o que explicaria a grande quantidade de franceses, holandeses, ingleses e espanhóis nos seus quadros (Boxer, 2002).

Rossini Corrêa (1993: 77) afirma que o Maranhão no final do século XVIII, início do XIX «registrava uma concentração inigualável de europeus». É possível que se referisse principalmente aos portugueses, porém, o viajante Koster notou haver em 1813, treze negociantes ingleses, sendo que dois anos antes se resumiam a somente dois, demonstrando o crescimento desses estrangeiros no Maranhão.

A presença dos ingleses em negócios com o Brasil era anterior à abertura dos portos em 1808, tratados como os de 1654 e 1730 já permitiam a circulação de mercadorias

¹⁰⁹ Cromwell casou-se com outra filha de Guilhon, depois de ficar viúvo.

brasileiras na Inglaterra e era possível vê-los instalados nas praças comerciais de Lisboa, do Porto e mesmo do Brasil (Simonsen, 2005).

Entre 1715 e 1808, há muito poucos imigrantes não portugueses no Brasil porque é proibido pela Coroa. A maior parte dos que vão são eclesiásticos, militares ou outros já naturalizados portugueses.

Mas é a partir de 1808 que esses estrangeiros se fixaram com maior vigor nas cidades portuárias brasileiras, contando com vantagens que nenhum outro país possuía, nem mesmo Portugal, como o pagamento de 15% nas alfândegas do Brasil, enquanto as mercadorias vindas da metrópole eram taxadas em 24%. Mas suas regalias não se limitavam ao comércio, já que os acordos de 1810 entre os dois países permitia que seus súditos não fossem julgados por autoridades portuguesas, tendo assim, foro especial para resolver suas questões; suas residências e casas comerciais não sofressem buscas ou outros atos vexatórios; era-lhes permitida a liberdade de culto, cemitério exclusivo e no serviço militar tinham vantagens os seus caixeiros (Viveiros, 1992a).

Do ponto de vista do convívio social, não parecem ter se esforçado muito para se relacionar com os moradores da cidade, pois moravam no Caminho Grande, localidade distante do centro da cidade, batizando suas vivendas com nomes do país natal: Britânia, Irlanda, Escócia (Viveiros, 1992a). Tinham médico próprio (inglês) e muito provavelmente a educação das crianças também era voltada aos ensinamentos do seu país.

Outros viajantes que passaram pelo Maranhão nas primeiras décadas do século XIX, como Spix e Martius, D'Orbigny e Daniel Kider notaram a grande incidência de firmas e casas comerciais inglesas na praça comercial de São Luís (Spix e Martius, 1981; Caldeiras, 1990). Viveiros (1992a), como expomos no primeiro capítulo, afirma que existiam doze estabelecimentos comerciais ingleses em São Luís em 1812.

A permanência dos ingleses no Maranhão duraria até 1890, ora com número mais expressivo, ora com menos estabelecimentos. Em 1841, aparecem oito casas comerciais que tinham nomes ingleses na lista de colaboradores do Cais da Sagração, indicando que a essa época ainda eram bastantes presentes. Vinte e um anos depois, entre as vinte e duas casas de exportação de algodão, dez tinham nomes ingleses, como já colocado no capítulo anterior. A presença dos ingleses, ainda que numericamente inferior aos portugueses, voltou a crescer no Maranhão com a Guerra da Secessão Americana, pois buscavam novamente o algodão que não encontravam mais nos EUA, sendo que muitos hotéis nessa época anunciavam suas instalações nos jornais em português e inglês, na tentativa de atrair esses estrangeiros (Mesquita, 1987).

Os viajantes que registraram a presença inglesa no Maranhão no início do século XIX não os quantificam, mas, sabemos que em 1855 havia em São Luís oitocentos e oito portugueses, além de setenta e seis indivíduos de outras nacionalidades, e entre eles onze ingleses, que representavam 1,2% de todos os estrangeiros. Se retirarmos os portugueses e os africanos livres sua representação sobe para 14,5%. Entre os oito declarantes, seis eram negociantes (75%), demonstrando que apesar de pouco representativos do ponto de vista quantitativo, nesse período ainda estavam atrelados ao grande comércio de exportação de algodão, pois como vimos no capítulo I, no início da década de 1860, ainda era a Inglaterra o principal destino dessa mercadoria e era deles a maior parte dos navios que faziam esse transporte. Essa situação se alteraria a partir da década seguinte, quando voltam a comprar dos EUA, ficando Portugal como principal comprador do algodão maranhense.

O censo de 1872 traz quatro mil duzentos e trinta estrangeiros vivendo no Maranhão, excetuando os africanos (Brazil, 1872). Se excluirmos, também, os dois mil, seiscentos e sessenta e seis portugueses por terem uma forte representação, restariam trezentos e vinte três estrangeiros e entre estes os ingleses eram cinquenta e cinco indivíduos (17%). Na capital viviam um mil trezentos e cinquenta e quatro estrangeiros (excluindo os africanos), sendo os ingleses trinta e nove (2,8%). Mais uma vez, se desconsiderarmos o maior contingente de europeus, os portugueses (1.148), o número de estrangeiros seria de duzentos e seis indivíduos. Logo, os ingleses representavam nesse universo 19%.

Nota-se que os ingleses tinham preferência pela capital, vivendo nesta cidade, em 1872, 70% deles. A escolha da imensa maioria estava relacionada a sua relação com o comércio de exportação e importação que se concentrava na capital, arriscando-se minimamente nas possibilidades “pouco seguras” que o interior da província oferecia, o que pode ter garantido sua exclusão nas perseguições aos estrangeiros na independência e na Balaiada (Assunção, 2000). O fato de serem poupados nos momentos de maior tensão contra os “europeus” não impediu que houvesse insatisfação da população diante das vantagens, benefícios, riqueza e isolamento em que viviam, sendo chamados pelos populares de *bifes*, *maçon* e *bode*.

Durante o século XIX, é comum encontrarmos anúncios de produtos e serviços oferecidos por ingleses¹¹⁰, demonstrando sua inclinação para o comércio para além do negócio do algodão. Em muitas empresas de serviços instaladas em São Luís na segunda

¹¹⁰ Publicador Maranhense: (ano II, n.º 29/05/1844: 3) William Bingham; (ano IX, n.º 1103, 25/04/1851: 4) Hug Evans; (ano XI, n.º 1307, 03/09/1852: 4) Willian Parlane; (ano XI, n.º 1343, 04/12/1852: 2) John Porter e sua senhora; (ano XI, n.º 1351, 30/12/1853: 4) William Liddell; (ano XI, n.º 1408, 10/06/1853: 3) James Marphy; (ano XII, n.º 1469, 19/11/1853: 4) João O’Connel Doyle.

metade do século XIX e início do XX, que tinham a intenção de modernizar a cidade, os ingleses, ou pelo menos o seu capital, participaram como protagonistas, a exemplo da fundação de uma companhia de água e outra de iluminação e tração elétricas, ou como proprietário de um engenho a vapor no interior da província¹¹¹. Participaram, também, como trabalhadores na montagem de equipamentos ou como mecânicos das fábricas, que se ergueram no final do século XIX na capital e no interior do Maranhão ou, ainda, atuando como pilotos e também mecânicos das embarcações a vapor, como mencionamos no capítulo II.

No início do século XX, a presença dos ingleses era notada do ponto de vista econômico, mas tinham pouca representação numérica, mais circulavam do que fixavam residência na cidade. Os registros do porto de São Luís dão conta da chegada e partida desses e outros estrangeiros que visitavam a cidade, como já demonstramos em capítulo anterior.

Tabela 52 - Entrada e saída de passageiros no Maranhão (1900-1903)

Nacionalidade	Saídas	Entradas
Portugueses	48	38
Franceses	17	18
Italianos	23	41
Alemães	19	31
Árabes	39	39
Espanhóis	07	07
Dinamarqueses	01	03
Ingleses	47	78
Peruanos	01	--
Austríacos	02	02
Turcos	03	01
Sírios	01	--

Fonte: Marcelo Magalhães (2009)

O censo de 1920 registrou entre a população do Maranhão trinta e oito ingleses, um número pequeno, mesmo comparado aos já reduzidos seiscentos e vinte e cinco portugueses, mas, que representavam em termos comparativos, aos outros doze estados das regiões Norte e

¹¹¹ Fran Paxeco (2008) em *O Maranhão: subsídios históricos e corográficos*, publicado pela primeira vez em 1913, lista uma série de indústrias existentes no Maranhão e revela que a *Industria Caxiense* era propriedade de Wall e Ribeiro, sendo muito provavelmente o primeiro inglês ou descendente.

Nordeste o sétimo maior contingente e no Nordeste o quinto, entre nove existentes (Brazil, 1922).

Tabela 53 - Número de ingleses em 1920

Estados	n. de ingleses
Pernambuco	1.223
Amazonas	362
Pará	310
Bahia	240
Alagoas	63
Ceará	42
Maranhão	38
Paraíba do Norte	13
Acre	09
Rio Grande do Norte	07
Piauí	04
Sergipe	03

Fonte: Brazil (1922)

Apesar do número reduzido, membros de sua comunidade ainda tinham prestígio econômico no estado. Raimundo Lopes (1970: 70) escrevendo na década de 1930 sobre a composição da população maranhense, descreve a participação de cada grupo de estrangeiros e conclui sobre os ingleses que «é numericamente insignificante (ocasional como o alemão e outros); mas os principais membros desta colônia influem na economia comercial, como representantes de capitais e de empresas».

Se a presença dos ingleses era clara, devido à sua influência na economia, posição privilegiada como compradores do algodão maranhense, grandes importadores de produtos manufaturados, ou como partícipes em empreendimentos, os franceses tiveram um protagonismo menor, mas, também, foram notados pelos mesmos viajantes do início do século XIX. Spix e Martius, em 1819, mencionam a influência das «numerosas firmas inglesas», e também «francesas» (Spix e Martius, 1981: 271). D'Orbigny declarou haver «inúmeras casas comerciais inglesas e francesas» (Caldeira, 1990: 29-30). Outro viajante, Daniel Kidder, também encontrou «numerosos ingleses e franceses que se ocupam da atividade comercial» (1990: 30), especialmente no comércio de joias (Viveiros, 1992a).

A relevância desses estrangeiros na economia local no final do período colonial pode ser notada, também, pelo requerimento com 33 assinaturas feito à Câmara em 1821 pelos “comerciantes lojistas”, no sentido de fechar as lojas de estrangeiros, especialmente dos franceses, com quem Portugal não mantinha acordos comerciais nesse sentido. A exceção era aos ingleses, que tinham esses acordos e por isso não poderiam sofrer sanções dessa natureza, ainda que esse fosse o desejo dos negociantes da Praça de São Luís. Argumentavam que os franceses prejudicavam o comércio dos portugueses e que não traziam benefício algum à economia local, já que os recursos gerados por este comércio não ficavam no Reino do Brasil, retornavam à França. A Câmara acatou um requerimento, exigindo o fechamento imediato de todas as lojas sem licença e a não renovação das licenciadas em 1822. Proibia, também, a venda nas ruas e de casa em casa feita por “vendilhões”. Deduz-se, daí, e de Viveiros (1992a), que esses estrangeiros eram bastante atuantes no ramo do comércio a retalhos e de joias nesse período.

A presença notória dos franceses no comércio do Maranhão nos anos próximos à adesão à independência do Brasil estava relacionada às fortes relações comerciais entre os dois espaços, pois nos anos próximos à independência do Brasil, a França aparecia como seu terceiro maior parceiro comercial, atrás da Inglaterra e de Portugal, sendo que, em 1820, ao contrário dos anos anteriores, exportou mais que importou do Maranhão, chegando a representar o último 60% do primeiro. Vimos, no capítulo I, que essa posição se mantinha nas décadas seguintes, como entre os anos de 1840 e 1842. No ano financeiro de 1860/1861, a quarta maior frota a aportar em São Luís foi a francesa e era, também, o quarto maior vendedor no decênio 1901 a 1910.

Assim como os demais grupos de europeus, os franceses concentravam-se na capital maranhense, sendo que, em 1855, trinta e cinco viviam em São Luís e se ocupavam de diversas atividades. Vinte e um declararam sua ocupação, possibilitando perceber que o comércio a retalho já não tinha a mesma força entre eles, sobressaindo uma variedade de atividades em que estavam engajados, sendo que a maioria vinculava-se a um ofício. Havia dois médicos, provavelmente irmãos ou pai e filho, um engenheiro e um dentista, dois ourives, um relojoeiro e dois chapeleiros. Também havia os que exerciam o comércio, como o dono de um armazém, situado à Rua Grande, n. 27 ou os lojistas Duckmin e João Maria Lourina, na Rua de Nazareth, n.05 e do Giz, n. 32, respectivamente. Fortunato Orz, que acabara de chegar de Paris e estabelecera uma loja na Rua Grande, oferecia «mui objectos de cabellos proprios para ornamentos de cabeça, um grande, bem escolhido, e variado sortimento das mais delicadas e modernas obras, não só pertencentes à sua profissão, mas, ainda á grande

e mimosa arte de perfumaria» (Publicador Maranhense, n.º 400, 09-07-1846: 4, “Annuncios”).

Esses estrangeiros representavam, no censo mencionado anteriormente, 46% dos estrangeiros, excetuando os africanos e portugueses. Se contabilizarmos os portugueses, os franceses seriam 4,3% do total de europeus e americanos juntos, representação bem mais significativa que a dos ingleses.

O censo nacional do império de 1872 dá conta de sessenta e seis franceses vivendo no Maranhão. Era o quarto maior contingente de estrangeiros, se considerarmos os africanos e os portugueses (Brazil, 1872). Excetuando esses dois grupos, representariam o segundo maior, perdendo somente para os italianos. Na capital eles somavam trinta e nove indivíduos, ou 60% da população total francesa no Maranhão. Assim como no caso dos ingleses, não é possível identificar as ocupações destes estrangeiros, pois o censo fornece essa informação de forma genérica: estrangeiros. Mas, sabemos a partir de anúncios do jornal Publicador Maranhenses, que alguns se apresentavam como carpinteiro, tintureiro, cabelereiro e estilista.

Já o censo de 1920 trazia somente vinte e nove franceses no Maranhão num universo de um mil e quinhentos e oitenta e seis estrangeiros, ficando atrás de portugueses, italianos, espanhóis e ingleses e os recém-chegados sírios e libaneses, representavam somente 1,8% do total de estrangeiros. Os que viviam em São Luís era a maioria, vinte, demonstrando que no estado, assim como no restante do Brasil, as cidades maiores eram os espaços privilegiados por esses estrangeiros, por outro lado, fica claro que o Maranhão não era mais interessante nem mesmo para os poucos que outrora se aventuravam naquelas terras (Brazil, 1922).

De um modo geral, não houve uma imigração em massa de franceses para o Brasil, como a que se assistiu com os portugueses ou italianos, seu fluxo foi pequeno e espontâneo. Como a França não viveu o mesmo fenômeno de outros países europeus, como o crescimento populacional e a alta natalidade, o governo francês tratou de inibir a ação de propagandistas e engajadores até o final do século XIX. Os seus principais destinos foram a capital do império em primeiro lugar e São Paulo (Bivar e Samara, 2009).

Além dos franceses e ingleses, havia, também, italianos, espanhóis, suíços e americanos em menor quantidade. Entre estes, espanhóis e italianos tiveram maior representatividade na segunda metade do século XIX, acompanhando o movimento migratório nacional. Em 1855, eles eram dez italianos e nove espanhóis em São Luís, em 1872 somavam trinta e quatro os primeiros e onze os segundos, em 1920, setenta e sete e quarenta e nove respectivamente. No Maranhão, eles totalizavam oitenta e nove italianos e

quarente e nove espanhóis no primeiro censo e no segundo cento e oito italianos e sessenta e cinco espanhóis.

Entre os anos de 1820 e 1876, dos trezentos e quinze mil imigrantes que entraram no Brasil, 45% eram portugueses, enquanto italianos e espanhóis não chegavam a 6%, mas entre 1877 e 1903, 58,49% das entradas são de italianos e 20% de portugueses, sendo que os espanhóis duplicaram sua chegada (Levy, 1974). A imigração italiana diminui muito depois de 1903, tendo uma média anual de entrada de dezenove mil, quando no período anterior era de cinquenta e oito mil.

Tabela 54 - Quantitativos de estrangeiros no Maranhão

Origem/censo	1872	1920
Portugueses	2.166	625
Inglese	55	38
Franceses	66	29
Italianos	89	108
Espanhóis	49	65
Sírios e libaneses	00	625

Fonte: Brasil (1872) e Brasil (1922)

Nota-se que entre os dois levantamentos populacionais feitos pelos governos imperial e republicano os grupos de estrangeiros que cresceram no Maranhão foram os dos espanhóis, italianos e sírios e libaneses. No caso dos europeus, percentualmente esse crescimento foi significativo, mesmo que em números absolutos ou em relação à população total seja pouco expressiva. Os italianos cresceram mais de 20% e os espanhóis um pouco mais de 30%, o que pode ser explicado pela maior participação nas entradas no Brasil dos espanhóis sobre os italianos entre os anos de 1905 e 1919 (Martins, 1989).

Os italianos também não receberam qualquer estímulo ou benefício para se deslocarem ao Maranhão, como aconteceu em outras províncias do Brasil, a exemplo de São Paulo e Rio Grande do Sul, o que ajuda a entender o baixo número nos dois censos¹¹². Um único caso nesse sentido foi registro, quando no final do século XIX alguns desses imigrantes saídos do Piauí com destino ao Rio de Janeiro ou São Paulo acabaram sendo contratados para trabalhar nas empresas, *Manufatureira e agrícola*, na cidade de Codó e *Fiação e Tecidos Rio*

¹¹² A partir de 1875, o Rio Grande do Sul passa a oferecer estímulo à imigração, dando continuidade à política de colonização, recebendo grandes contingentes de italianos, enquanto São Paulo o fará até 1927 (Levy, 1974).

Anil, em São Luís. Segundo José Amaral (1897: 61), esses imigrantes foram beneficiados pelo governo local com recursos da «emigração», ficando «satisfeitos em seus serviços».

Os espanhóis, por sua vez, passaram a chegar ao Brasil com maior representatividade a partir de 1880, quando o Brasil passou a fazer propaganda do país, destacando os benefícios que gozariam se aceitassem emigrar, inclusive o direito a passagem gratuita. Antes disso, os principais pontos de atração foram a Argentina e Cuba, devido uma tradição emigratória pré-existente, chegando a 82% o contingente emigratório para esses dois países entre 1882 e 1930¹¹³. Mas, é nesse mesmo período que chega o maior número de espanhóis ao Brasil, sobretudo andaluzes e galegos (Martínez, 2000). No Maranhão, chegou a existir uma colônia de galegos, conhecida como *Galizia*, situada em Guimarães, na vila de Santo Inácio de Pinheiro (Marques, 1970). Não foram encontrados maiores detalhes sobre essa povoação.

Esses imigrantes também tinham predileção pelas cidades, especialmente as grandes capitais de estados com maior desenvolvimento econômico, como demonstra o censo nacional de 1920, onde, excluindo São Paulo, 60% estavam em capitais, o que justificaria a sua maior densidade em São Luís e não no interior. Esses números revelam, também, o quanto São Luís era pouco atrativa se comparada a outras de sedes administrativas mais desenvolvidas economicamente, a exemplo de Belém (do Pará) ou São Paulo.

Tabela 55 - Quantitativo de estrangeiros em São Luís

Origem/ censo	1855	1872	1920
Portugueses	808	1.248	450
Ingleses	76	39	37
Franceses	35	39	20
Italianos	10	11	77
Espanhóis	09	34	49
Sírios e libaneses	—	—	204

Fonte: João Campos (1855), Brazil (1872, 1922).

O censo de São Luís de 1855 traz nove espanhóis, sendo que seis declaram sua atividade laboral. Havia dois caixeiros, um negociante, um armazém, um quitandeiro e um marceneiro. Apesar da ligação ao comércio da maioria dos declarantes, o perfil desses imigrantes que chegaram depois de 1880 ao Brasil era a de pouca qualificação e diversificação, sendo a maioria formada de camponeses (Campos, 1855). José Martins (1989)

¹¹³ Entre os anos de 1905 e 1919 a imigração espanhola foi superior a italiana.

afirma que não se tem muita informação sobre o espanhol que se dirigiu às cidades, mas, no caso de São Paulo, os acidentes de trabalho registrados nas duas primeiras décadas do século XX apontam para uma proporção maior entre esses imigrantes, sendo as ocupações de pedreiro, ajudante de pedreiro, cocheiros, condutores de bonde, operários e trabalhadores braçais as mais frequentes entre eles.

O espanhol que se declara negociante no censo citado acima é José da Cunha dos Santos, proprietário da casa comercial Cunha Santos e Cia. e sócio de D. Ana Jansen no rentável negócio de distribuição de água em carros-pipa em São Luís¹¹⁴. Cunha chegou ainda jovem ao Maranhão e anos depois já era proprietário de barraca em frente à casa das tulhas, vendendo água, alcatrão e breu aos navios que ancoravam na cidade. Sua família foi influente nos negócios da cidade durante a segunda metade do século XIX, sendo seu filho um dos fundadores da Associação Comercial do Maranhão (Viveiros, 1992b).

No final da década de 1920, esses dois grupos eram quase insignificantes do ponto de vista numérico e de visibilidade social e econômica, pois, apesar de Raimundo Lopes (1970) não deixar de mencionar os italianos, percebe-se que sua importância já era pouco significativa, pois os coloca no mesmo patamar dos franceses, que «tem vindo isoladamente» (1970: 70), quando ao espanhol, nenhuma palavra, o que pode ser traduzido como menos relevante que os outros europeus naquele momento.

Mas, não foram somente europeus que chegaram ao Maranhão, quarenta chineses desembarcaram em São Luís para trabalhar na colônia de Maracassumé em 1853¹¹⁵. O empreendimento não prosseguiu e os engajados foram dispensados e acabaram dispersando-se pelo território Maranhense. Outro grupo de não europeus, os sírios e libaneses, chegou ao Maranhão, não na condição de engajados, colonos ou trabalhadores contratados, mas, voluntariamente, a partir da década de 1880 e sua inserção foi sustentada por redes de solidariedades. Assim como os europeus, buscavam as cidades mais desenvolvidas e o comércio como forma de sobrevivência e enriquecimento. Como podemos perceber pelo censo de 1920, era a maior população de estrangeiros depois dos portugueses, igualando-se a estes em 1929, com 628 indivíduos, cada um dos dois grupos.

A documentação do consulado francês nos permite percebê-los em outras localidades, além de São Luís. Os passaportes possibilitam vislumbrar o nível de inserção geográfica dos libaneses e dos sírios, que tinham como destino a capital, mas, também,

¹¹⁴ Sobre Ana Jansen ver: Jomar Moraes (1999).

¹¹⁵ É uma das seis colônias de estrangeiros fundadas na segunda metade do século XIX. Localizava-se na região do Gurupi, Oeste Maranhense. Tema que trataremos ainda neste capítulo.

diversas cidades do interior com certo grau de desenvolvimento, a exemplo de Arari, Codó, Viana, Cururupu, Itapecuru, Anajatuba, Coroatá, entre outras. Essas cidades estão localizadas em microrregiões diversas, muitas extremamente distantes umas das outras, o que aponta para a pulverização da imigração libanesa naquele estado (Magalhães, 2009).

As trajetórias de muitos desses estrangeiros foram marcadas pelo sucesso, inserindo-se facilmente no comércio e galgando espaços nos negócios da capital e do interior, rapidamente chegando a comandar grandes firmas comerciais ou industriais. Porém, muitos não conseguiram alcançar esse nível, permanecendo em atividades de menor importância social e econômica, como donos de lanchonetes ou pequenos negócios.

Como veremos ainda neste capítulo, as tentativas do Maranhão em atrair imigrantes europeus fracassaram, seja por falta de recursos, desorganização dos serviços responsáveis, a intensa troca de presidentes de província ou o desinteresse dos lavradores. Podemos sugerir, ainda, a precariedade da economia, pouco atrativa comparada a outras províncias, mas, também, o forte domínio dos portugueses no comércio local, só abalado com a chegada dos sírios e libaneses. Seja como for, não foi o imigrante subsidiado que desembarcou em sua maioria no porto de São Luís e sim o de iniciativa pessoal, que dependia de acertos familiares nos seus lugares de origem e de redes de solidariedade no local de chegada.

No caso dos dois maiores grupos, não eram os ideais do ponto de vista do estado, dos intelectuais e lavradores, mesmo que se tenha defendido o engajamento de portugueses na segunda metade do século XIX, pois seus objetivos não eram o campo ou a agricultura, mas sim as cidades e o comércio, não resolvendo o problema da tão sonhada substituição da mão de obra escrava. Por outro lado, é inegável a contribuição destes – portugueses e sírios e libaneses – no desenvolvimento do comércio e da indústria locais e do seu legado cultural, especialmente na culinária.

Franceses, ingleses, alemães, espanhóis e outros estrangeiros, por sua vez, nada deixaram de legado, pois como vimos, apesar da forte presença do capital inglês no século XIX, pouco se envolviam com os nacionais e a política local. No caso dos franceses, sua presença pode ter influenciado de alguma maneira nos hábitos da elite maranhense ou dos letrados por conta da sua conhecida moda e autores renomados internacionalmente, mas, de modo geral, nenhuma marca ficou no Maranhão. Os italianos, que ainda na década de 1920 eram os mais expressivos numericamente, nem são lembrados, por isso, ou qualquer outra coisa.

A transição do trabalho escravo para o livre no Maranhão e a participação dos portugueses

Assim como no restante do Brasil, no Maranhão o trabalho escravo foi substituído pelo livre em 1888 com a Lei Áurea, que libertava todos os escravos incondicionalmente. Porém, a discussão sobre o tema antecedia aquele ano, tendo como ponto inicial o final da década de 1820, ainda que isoladamente. Em diversas províncias do Sul e do Norte existia, desde a primeira metade do século XIX, a ideia da necessidade de se utilizar a mão de obra livre motivada por diversos fatores, que trataremos mais adiante, e no Maranhão, província com grande número de escravos, alternativas para o trabalhador ideal, o europeu, foram propostas e executadas, como o uso do indígena e do livre pobre. Apesar dessas experiências não serem exclusivas daquela província, tiveram lugar de destaque nos debates e na prática.

O Maranhão foi uma das províncias que abrigou muitos escravos no Brasil entre o final do século XVIII e início do XIX, recebendo milhares de “peças” da costa africana. Esses homens, mulheres e crianças trabalharam principalmente nas grandes lavouras de algodão, cana de açúcar e arroz, situadas às margens de importantes rios, como o Itapecuru ou Mearim, mas, também, em propriedades voltadas à produção de alimentos que atendiam ao mercado interno (Faria, 1998). Outros se ocuparam nas casas grandes – residência dos lavradores em suas fazendas – em serviços domésticos, mas, também, muitas vezes servindo sexualmente os seus proprietários ou como brinquedos dos filhos dos senhores, como tão bem descreveu Gilberto Freyre (2000) em *Casa Grande e Senzala*.

Havia ainda um grupo que vivia nas cidades, trabalhando como serviçais nos sobrados, muitos deles de propriedade dos senhores de terras que os utilizavam como casa de veraneio ou para fazer negócios e política na província. Nesse mesmo grupo estavam os escravos de ganhos, que perambulavam livremente pelas ruas, alguns morando em casas separadas dos seus senhores, ocupando-se de tarefas que lhes rendiam algum dinheiro, como operários, barbeiro, pescador, pedreiro. Parte dos recursos conseguidos com esses trabalhos era entregue a seus senhores e outra ficava com o escravo, que muitas vezes conseguia comprar sua liberdade com suas economias.

Segundo Maria Santos (1983), até 1755 apenas três mil escravos teriam desembarcado na capitania. Entretanto, entre os anos de 1755 e 1777 esse número aumentou para doze mil. Uma estimativa feita no governo Melo e Póvoas, em 1778, indicava a população total para o Maranhão em 47. 410 indivíduos, logo, os escravos representariam

algo em torno de 25%. Em 1821, a população escrava era estimada em 84.534, enquanto a livre era de 68.359, representando um percentual de 55% (Lago, 2001).

A imensa maioria dos trabalhadores na lavoura maranhense em 1821 era escrava, chegando a representar 77,7% do total (Lago, 2001). Esse número viria a diminuir drasticamente em 1872, quando o censo imperial registrou 39,6%, invertendo a proporção entre livres e escravos (Brazil, 1872).

A mudança quantitativa (e qualitativa) nesses cinquenta anos estava atrelada às crises na monocultura voltada ao mercado exterior, obrigando os proprietários descapitalizados desfazerem-se dos seus escravos, vendendo-os aos lavradores do Sul do Brasil que necessitavam de mão de obra nas lavouras de café. O presidente da província do Maranhão, Francisco Barreto registrava em seu relatório destinado ao vice-presidente que assumiria em seu lugar, quatro mil duzentos e quarenta e seis escravos saídos da província pagando impostos entre os anos de 1846 e 1857 e supunha que milhares “migraram” sem o devido pagamento (Barreto, 1858). Jeronimo Viveiros (1992a) afirma que o tráfico interprovincial do Maranhão com outras províncias teve início em 1846, com 140 escravos vendidos naquele ano, sendo que em 1856 chegava a 1.361 indivíduos transferidos pra as outras regiões.

A exportação dessa mão de obra para outras províncias seguiu até o ano da abolição da escravidão, sendo que entre 1870 e 1888, onze mil seiscentos e quarenta e oito escravos haviam sido vendidos e em período anterior, entre os anos de 1860 e 1869, três mil, seiscentos e noventa tiveram o mesmo destino (Marques, 1970). Ainda assim, a província apresentava alto índice de escravos nos anos próximos à abolição, com cerca de trinta mil indivíduos (Silva, 2014).

As crises na lavoura para exportação e a diminuição da mão de obra gerou a necessidade do debate da substituição dessa mão de obra pela livre. Luís Alencastro e Maria Renaux (1997) afirmam que no Brasil houve um embate entre burocratas e proprietários, onde os primeiros queriam qualquer trabalhador que fosse capaz de suprir suas necessidades imediatas e crescentes de mão de obra, independentemente da origem, enquanto os agentes do Estado e intelectuais pretendiam o melhoramento do trabalhador brasileiro, pois, para estes, o país era marcado pela incivilidade, fruto da presença africana e da miscigenação. Portanto, não interessava nenhuma imigração que não trouxesse civilidade aos nativos, tão avessos ao trabalho, como defendiam.

No Maranhão, o debate foi acalorado, elegendo-se, também, o trabalhador europeu como o substituto ideal do escravo, mas, também, colocando o nacional e o índio como alternativas, especialmente a partir do último quartel do século XIX, depois de fracassarem as

tentativas de instalar trabalhadores europeus e criar uma corrente imigratória estrangeira espontânea.

Toda essa movimentação em torno da substituição do trabalho servil pelo livre, onde o trabalhador europeu aparecia como primeira opção, era motivada, também, pela forte presença dos movimentos contrários à escravidão no Brasil e que no Maranhão ganhava força. Os adeptos dessa ideia dividiam-se em Emancipacionistas e Abolicionistas, onde os primeiros defendiam a abolição gradativa, a indenização aos proprietários e a agricultura como base da produção da riqueza, enquanto os outros pregavam o fim da escravidão imediatamente, sem indenizações e o desenvolvimento industrial, porém, sem se opor à agricultura. Em comum tinham a percepção de que as classes dominantes «precisavam ser organizadas em outras bases capazes de incorporar as exigências estabelecidas pelas lutas dos escravos e pelo movimento do capital industrial» (Pereira, 2006: 135).

Os Abolicionistas e Emancipacionistas criticavam severamente a manutenção da escravidão, chamando a atenção para a relação entre o atraso do Brasil e do Maranhão e essa modalidade de trabalho, defendendo que era prejudicial até mesmo para os proprietários, já que os escravos não trabalhavam para si e por isso economizavam suas forças nas atividades da lavoura. Entre os jornais que se posicionavam contra a escravidão no Maranhão, na segunda metade do século XIX, estava o *Pacotilha*, e reproduzia um artigo publicado em 1884, defendendo que escravidão representava «o estágio da infância que tanto nos envergonha em face da civilização no século, que tem obstado a que marchemos na conquista do vellocino de ouro da igualdade humana, há tantos séculos sonhada pelo homem do calvário» (O Ceará livre. *Pacotilha*, 02/04/1884, p. 1 citado por Pereira, 2006: 123).

Em outra frente, os escravos rebelados fugiam das fazendas, formavam quilombos, praticavam assassinatos e roubos, causando insegurança não somente em seus proprietários, mas, na sociedade em geral. Um episódio que não havia sido esquecido no final do século XIX era a *Balaiada*, ocorrida entre 1838 e 1841, revolta que envolveu pobre livre e também escravos, tendo entre seus líderes o negro e ex-escravo Cosme Bento. O movimento, como vimos em capítulo anterior, aterrorizou o sertão maranhense, assim como a capital da província, que se preparou, inclusive com um batalhão formado por portugueses para defender a cidade.

Já os quilombos faziam parte da rotina de quem lidava com terras e escravos, o que não diminuía o receio. Registros de sua existência no Maranhão remontam ao século XVIII e após a independência proliferaram-se principalmente nas matas do Turiaçu e nas áreas centrais do Alto Mearim, gerando medo nas comarcas de Viana e Alcântara, sendo que alguns

chegaram a ter centenas de habitantes, como o de São Benedito, com quinhentos indivíduos ou o do Braço do Laranjal, com mais de quatrocentos quilombolas, ambos localizados na região do Turiaçu, na década de 1850 (Santos, 1983). Esses ajuntamentos tinham vida própria, produzindo seu sustento, mas, também, excedente, que possibilitava negociar nas vilas produtos que necessitavam e não podiam fabricar, como querosene ou ferramentas. Entre suas ações estavam o roubo nas fazendas e o aliciamento de escravos em cativo, mas, também, o fornecimento de mão de obra a proprietários que necessitavam de seus serviços em tempo de plantio e colheita.

O reconhecimento do potencial dos quilombos, fosse como unidade produtora, fosse como fábrica de medos e prejuízos, levou o positivista Brandão Junior a propor num artigo sobre Agricultura e Colonização no Maranhão, que precedia sua obra *A Escravatura no Brasil*, transformar os escravos, incluindo os quilombolas, em colonos (Gomes, 2011).

Para além dos quilombos que amedrontavam os moradores rurais ou a lembrança da Balaiada, uma revolta de escravos acontecida na cidade de Viana em 1867 aumentou o medo, gerando especulações sobre outros possíveis episódios no interior do Maranhão, ou mesmo em São Luís, como relatava o cônsul de Portugal ao MNE:

Sinto ter que levar ao conhecimento de V. Ex. que se levantou uma insurreição de escravos nos arrabaldes da cidade de Vianna, no interior desta província, a qual causou sérios receios, mas, segundo as ultimas noticias, acha-se em parte debelada pelas acertadas providencias tomadas pelo presidente de província. Tambem tem ocorrido vários boatos de se terem dado iguais insurreições em outros pontos, e mesmo dentro dessa capital se desconfiou que os escravos tentavam levantar-se, o que tem causado grande abalo (AHMNE, Correspondência do Consulado Português no Maranhão, caixa 519, 03/08/1867, José Corrêa Loreiro).

Havia ainda uma forte campanha da Inglaterra para por fim ao tráfico de escravos da África desde o início do século XIX. Este país, depois de derrotar as forças de Napoleão na Europa, pôs fim à escravidão no seu território e passou a adotar a ideologia da liberdade para todos, tomando para si a tarefa de acabar com a escravidão entre os que estavam no seu círculo de poder. Tratados entre os dois países começaram a ser assinados em 1810 e leis criadas no Brasil com esse intuito. Em 1810, 1815, 1817 e 1826 o Brasil se comprometia com a Inglaterra em acabar com o tráfico de escravos para o país. Esses tratados davam direito à Marinha inglesa. Os acordos bilaterais garantiram à Grã-Bretanha o poder de «abordar toda e qualquer embarcação portuguesa suspeita de transportar escravos ilegalmente comprados na África, além de possibilitar a criação de tribunais internacionais ou comissões mistas localizados no Rio de Janeiro e em Serra Leoa, responsáveis pela recepção e julgamento dos acusados de exercício de comércio ilegal» (Cota, 2011: 67).

Para demonstrar seu compromisso com o fim do tráfico negreiro, o Brasil também criou legislações próprias: «Em 7 de novembro de 1831, o governo regencial do Império (o imperador Pedro I havia abdicado do trono em 7 de abril do mesmo ano) promulgou lei específica confirmando a proibição do tráfico, além de declarar a liberdade de todos os escravos africanos ilegalmente trazidos para o país a partir daquela data» (Cota, 2011: 68).

A lei enquadrava os importadores de escravos no artigo 179 do Código Criminal (criado no ano anterior), referente à redução de pessoas livres à escravidão, prevendo ainda multa de 200 mil réis por cada escravo ilegalmente importado, assim como o pagamento das despesas com a “reexportação” (Cota, 2011).

A Lei de 1831 ficou conhecida como “para inglês ver”, pois na prática quase nada mudou, pois contava com a conveniência do Estado. O receio do imperador de perder apoio dos negociantes que dependiam do tráfico e dos proprietários de terras, que necessitavam de mão de obra, selou o final trágico desta lei. Essa falta de compromisso do império brasileiro fez com que a Inglaterra agisse para que fosse cumprido o tratado, perseguindo, apreendendo e destruindo navios negreiros, atingindo seu ápice nos anos de 1849/1850, quando passou a atacar as embarcações utilizadas para esse fim em águas brasileiras, causando indignação e constrangimento no país (Cota, 2011).

Há relatos de cônsules portugueses no Maranhão, no final da década de 1830, do envolvimento de súditos daquele país, envolvidos com o tráfico de africanos para o Brasil, como veremos no capítulo IV, mas, também, da apreensão ou destruição de embarcações pela Inglaterra. A escuna *Neptuno*, de propriedade do português Joze Antonio Couto, fora atacada por navio de guerra britânico próximo ao Zaire, obrigando sua tripulação a retornar em outra embarcação sua, o *Roberta*, que, segundo a autoridade consular, desembarcou mais de duzentos e setenta escravos na capital maranhense. Além do *Neptuno*, dava notícia de outra embarcação de bandeira portuguesa atacada pelos ingleses no mesmo local (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 06/12/1839, José Gonçalves Franco).

Toda essa pressão gerada pela resistência dos escravos, movimentos contrários à escravidão, o tráfico interprovincial, assim como a repressão ao tráfico gerenciada pela Inglaterra e a imposição de acordos que dessem fim a esse negócio, como os de 1830 e 1850, obrigaram o governo imperial a lançar mão de uma série de leis que diminuía gradativamente o direito dos proprietários sobre seus escravos, ainda que para os últimos fossem limitados seus efeitos, pois a proibição de castigos físicos não era devidamente fiscalizada; a Lei do Ventre Livre, de 1871, libertava os escravos nascidos a partir daquela

data, porém, o proprietário de sua mãe tinha as opções de receber uma indenização ou utilizá-lo até os vinte e um anos. Já a Lei dos sexagenários, de 1885, pouco beneficiava os escravos, já que raramente chegavam a sessenta anos ou quando alcançavam essa idade estavam improdutivos, não fazendo falta ao proprietário. A lei determinava ainda que o indivíduo poderia ficar trabalhando mais três anos depois de completar sessenta anos a título de indenização a seus proprietários.

A luta dos que eram contra a escravidão era anterior às leis que beneficiavam os escravos no Brasil, pois havia uma séria incompatibilidade entre os princípios liberais da constituição de 1824, que inclui um artigo que mencionava a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que deixava claro a liberdade como um direito inalienável do homem (Costa, 2008). Além disso, no início de 1880 o Brasil era o único país do Ocidente que sustentava a escravidão. Daí em diante passou-se a questionar a situação desses homens e mulheres cativos, de poucos críticos foi-se ampliando a rede de indignados, especialmente nos centros urbanos, onde se fundaram instituições abolicionistas, envolvendo intelectuais, jornalistas, advogados, ex-escravos. No Maranhão, os «últimos anos da década de setenta, além da atuação das sociedades e irmandades emancipacionistas, vários outros setores da sociedade maranhense, especialmente, da capital engajaram-se na campanha abolicionista» (Ribeiro, 1990: 137).

Do lado do governo, no início, houve uma postura de tolerância, deixando os abolicionistas atuarem no espaço público, ainda que na agenda do Estado o tema tinha sido abafado.

A postura do Estado diante desse início de mobilização foi de tolerância. Nos sete anos seguintes, gabinetes Conservadores fecharam a agenda institucional à abolição, mas deixaram os abolicionistas quase à vontade no espaço público. A geração pioneira de ativistas sobreviveu com baixa atividade, mas viva o bastante para transmitir a causa e as estratégias – organização de conferências, associações, jornais – aos mais jovens (Alonso, 2014: 127-128).

Mas, a partir de 1885, com a chegada dos conservadores contrários à abolição ao poder, medidas repressivas foram tomadas contra os abolicionistas e seus movimentos, como prisões e perseguições. Depois de 1887, numa reviravolta, o exército passou a apoiar o movimento e com ele a igreja, o judiciário, o Partido Liberal e parte da elite social, resultando em 1888 na abolição sem indenização, mas, também, qualquer benefício aos novos livres (Alonso, 2014).

Nesse contexto desfavorável à escravidão africana, a província do Maranhão fez diversas tentativas de atrair o estrangeiro, mas sempre sem resultados, à exceção das seis colônias fundadas na primeira metade da década de 1850, com portugueses em sua maioria e chineses, mas de duração efêmera, como veremos ainda neste capítulo. Mesmo antes desse

fracasso e das tentativas posteriores mal fadadas, alternativas surgiram ao africano e a seu substituto mais desejado, o europeu: o livre pobre nacional e o índio.

No Brasil, ambos foram inicialmente desqualificados para o trabalho na lavoura e para a colonização. O índio e o livre pobre foram rotulados como perigosos, arredios e preguiçosos e por isso não serviram ao trabalho na grande lavoura. Apesar desse discurso prevalecer ainda hoje no imaginário coletivo de muitos brasileiros, no final da primeira metade do século XIX surgiram defensores desses grupos como mão de obra. O europeu continuava sendo o trabalhador ideal, mas a sua ausência e a suposta necessidade de trabalhadores na grande lavoura aos poucos foi transformando índios e principalmente livres pobres em opções a serem consideradas por aqueles que se ocupavam com o tema e autoridades provinciais.

No caso dos indígenas, seu uso como escravo era bastante conhecido no período colonial, quando foram utilizados em larga escala, ainda que os colonos preferissem os africanos. A Lei de 06 de junho de 1755 tornava os índios livres da escravidão, tendo inclusive, que receber remuneração por serviços prestados a qualquer indivíduo. Dois anos depois foi criado o *Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão*, que continuava a assegurar a liberdade dos índios e seu trabalho remunerado, mas permitia a sua utilização pelo Estado e particulares em serviços diversos, como defesa e agricultura. O *Diretório* deixou de existir em 1789 e com isso novas formas de se apropriar do trabalho dos índios foram reinventadas até o início do século XIX, como as Guerras Justas ou Defensivas, que permitiam a escravização das populações resistentes ao avanço da colonização (Faria, 1998)¹¹⁶.

Logo, a sua utilização como mão de obra estava associada a outra questão: a ampliação da fronteira agrícola. Em diversas regiões do Brasil havia a necessidade da busca de novos territórios para ampliação da lavoura ou mudança destas, já que as técnicas utilizadas no cultivo não permitiam o uso da terra por longos períodos. Para a antropóloga Manuela Cunha (2012: 56-57):

[...] a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra, para se tornar uma questão de terra. Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou nas rotas fluviais a serem estabelecidas, faz-se

¹¹⁶ A partir de 1834, uma série de leis foram criadas visando à “proteção” e a exploração dessa mão de obra. Em 1831 passam a ficar sob a proteção dos Juízes de Paz. Em 1839, a Assembleia Legislativa aprova a Lei n 85, de 2 de julho daquele ano estabelecendo normas para a catequese e civilização dos índios, criando colônias que proporcionassem a diminuição dos seus ataques, mas, também, os preparassem como mão de obra. Em 1840, criou pelo decreto n 426, de 24 de julho de 1845 o Regimento das Missões e determinou que cada província tivesse uma Diretoria Geral dos Índios, que no segundo império perdeu força, pois o governo deixou a cargo somente das províncias os recursos para criar e manter antigas e novas colônias.

largo uso, quando se o consegue, do trabalho indígena, mas, sem dúvida, a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos eram os motores do processo.

No Maranhão, como foi colocado no capítulo II, apesar da(s) propalada(s) crise(s) durante o século XIX, houve a expansão da sua fronteira agrícola, atingindo assim terras sob o domínio de populações indígenas, transformando-as em obstáculos ao desenvolvimento da província. Conflitos marcaram essa expansão, mas também propostas de soluções, como sua catequese nas aldeias e a formação de núcleos coloniais.

No início da década de 1840 já era possível encontrar quem defendesse a utilização dos índios em substituição ao escravo e até comparar suas vantagens à colonização estrangeira, como era o caso do presidente da província João Antonio de Miranda, que afirmava que «a catequese dos Índios, e sua associação em Aldéas, equivallem a uma colonização de estrangeiros, e, em meu sentir, muito mais vantajosa. É indispensável aproveitar esses braços, e faze-los substituir os escravos [...]» (Miranda, 1841: 48).

O que Miranda escrevia em seu relatório era, na verdade, reflexo de uma nova mentalidade do governo provincial em relação ao índio, que, apesar de não deixar de lado a necessidade de contê-los a qualquer custo diante de sua resistência ao avanço das forças econômicas no interior, era a partir da Lei n 85, de 02 de junho de 1839 transforma-los em mão de obra. A Lei autorizava a criação de três missões indígenas, onde estes deveriam ser catequizados e assentados para «lavar a terra à maneira do país» (Coelho, 1987: 78)¹¹⁷. Em 1854 um regulamento foi criado pelo presidente da província Eduardo Machado (1854), grande incentivador da colonização estrangeira no Maranhão, determinando que as colônias indígenas não formassem somente mão de obra para a agricultura, mas, também, artesãos, pois teriam dois mestres de ofício de carpintaria e ferreiro.

Havia uma expectativa das autoridades em «transformar as numerosas tribos que vagavam pelas margens dos rios Mearim, Gurupi, Pindaré e Grajaú em alternativa para os braços africanos que escasseavam na navegação e agricultura» (Faria, 1998: 182), mas, o resultado de «60 anos que o governo exercita [va] o sistema de catequese por meio dessas colônias e diretorias, com resultados sempre negativos» (Freitas, 1883: 23) não pôde transformar o indígena em um trabalhador ideal, capaz de substituir o braço escravo na lavoura ou tornar as colônias formadas por eles produtivas e fazê-los de exemplos a serem seguidos.

¹¹⁷ Missões ou colônias eram estruturas organizadas/administradas pelo Estado ou pela Igreja, onde os índios eram catequisados, “civilizados” e preparados para servir como mão de obra.

No caso do livre pobre, «tanto conservadores quanto liberais são unânimes em partir de uma premissa, a de que o ‘brasileiro’ era inadequado para a formação de núcleos coloniais [...]» (Klug, 2013:17). Para muitos que se ocuparam com o tema no Maranhão, como Garcia de Abranches (1922), nem uma legislação ou meios repressivos seriam capazes de resgatá-los da vida que levavam, sendo somente uma campanha moral duradoura, capaz de reverter tal quadro. Regina Faria (2001: 157) afirma que

No início do século XIX, as representações dos livres pobres eram marcadas por dois aspectos apresentados juntos ou isolados: a inutilidade e a periculosidade. Como estavam fora da grande lavoura, ou dela participavam de forma marginal, suas estratégias de sobrevivência eram vistas como inúteis e perigosas à economia e à sociedade. Sob essa ótica, os letrados preocupavam-se basicamente em propor estratégias muito mais para contê-los do que para chamá-los à vida de trabalho nos padrões ‘civilizados’.

Essas representações sociais negativas do livre pobre permaneceram ao longo do século XIX, ainda que propostas de sua utilização tenham sido elaboradas e sua utilização como mão de obra tenha crescido no mesmo período. Se recuperarmos os dados apresentados no início do texto sobre a proporção de escravos e livres na agricultura perceberemos a mudança drástica nesse sentido, quando em 1822 eram 22,3%, passando para 60,4% em 1872 (Brazil, 1872; Lago, 2001), demonstrando a maior importância dos livres pobres na economia em detrimento dos escravos que diminuía gradativamente.

Fábio Reis (citado por Faria 2001: 159) escreveu uma série de artigos no jornal Diário do Maranhão em 1856, onde os classificava como ociosos, ambulantes e independentes. Em outras palavras, não queriam viver da lavoura, nem ser sedentários, preferiam não ter vínculos ou trabalho. Escrevia: «O nosso proletário contenta-se com pouco, e o que possui [é] a sua espingarda, a sua faca de mato, e o seu cão, não se verga ao trabalho rude e penoso do camponês».

Outro que escreveu sobre o livre pobre e propôs sua utilização como mão de obra foi o coronel Ferreira no final da década de 1860. Para o militar, esses homens e mulheres

Pescam ou caçam num dia, fazem farinha noutro, trabalham uma hora na roça em outro e dormem ou passeiam o resto da semana. Andam léguas para ir cavar num buraco onde sabem que há uma paca ou um tatu, ou para trazerem uma arroba de frutas silvestres e voltam com seu achado: se a caça é morta a tiro, avaliam-na no custo da carga de pólvora; se é morta a facão ou a laço, ou se é fruta, tudo é lucro; são dons gratuitos que nada custaram porque eles não sabem dar valor ao tempo. Não tendo de seu senão o tempo, são pródigos de sua fortuna (O Artista, 14 fev. 1869 citado por Faria, 2001: 163).

Mesmo com essa representação social negativa, a diminuição do contingente escravo, o fracasso nas tentativas de atrair estrangeiros, assim como a dificuldade em “civilizar” o índio, fizeram com que o livre pobre passasse a ser visto como alternativa ao escravo, vislumbrando-se a possibilidade de utilizá-lo de diferentes formas, como no trabalho da grande lavoura ou em colônias.

Ainda, em 1840, o presidente e comandante das armas Luiz Lima (1840: 18) propunha a criação de sociedade colonizadora na região de Pastos bons, com o objetivo de limpar «as hordas de selvagens que a impestão»¹¹⁸. Luiz Lima era militar e havia chegado a pouco no Maranhão com o objetivo de acabar com a *Balaiada*. Logo, seu olhar estava voltado à segurança da província e à região que alimentou a revolta com “soldados” da causa. Essa sociedade utilizaria como colonos os trabalhadores nacionais.

No ano seguinte, o presidente da província do Maranhão, João Antônio de Miranda, que era tão favorável à utilização de índios como mão de obra, também aprovava iniciativas que visassem à utilização do braço livre em colônias, especialmente se fosse para domesticar índios “selvagens” (Miranda, 1841). Outro presidente da província, o Major Francisco Primo de Sousa Aguiar, em 1861, apesar de reproduzir as mesmas representações sociais dos livres pobres, reclamando de sua falta de amor ao trabalho e amoralidade, lembrava que países com população bem menor não tinham problemas com mão de obra e que em qualquer província do Brasil a população “nos sobeja” e concluía que «se os numerosos braços, que vivem ociosos lá pelo centro dos nossos vastos sertões fossem convenientemente ocupados, se se applicassem os inexgotáveis recursos do nosso solo, a nossa prosperidade seria sem par» (Aguiar, 1861: 35).

O Major Aguiar defendia, também, que para transformá-los em mão de obra utilizável era necessária a instrução pública, educar os livres pobres seria o caminho para transformá-los em trabalhadores ideais. A educação como instrumento de transformação era somente um dos apresentados pela sociedade como forma de criar e alimentar o amor ao trabalho nos “ociosos e preguiçosos”. Outra possibilidade era a convivência com imigrantes europeus ou leis contra a vadiagem, que os obrigassem ao trabalho, como acontecia nos EUA.

A ideia de núcleos coloniais formados por livres pobres ganha força a partir da década de 1860, quando se institui a Lei Provincial n.º 793, de 13 de julho de 1866, que permitia a instalação de colônias formadas por nacionais com verbas públicas, ainda que estas tivessem, também, estrangeiros (Maranhão, Lei n.º 831, de 12 de julho de 1867). Em 1870, a Lei Provincial n.º 906, de 15 de julho de 1870, permitia que os núcleos coloniais formados por estrangeiros recebessem «os órfãos desvalidos, os expostos, as crianças abandonadas ou indigentes, para ali receberem educação primária, artística e agrícola»; como também «famílias nacionais indigentes com a condição de se sujeitarem ao trabalho, regime e disciplina» (Faria, 2001: 123). Ainda segundo a autora, nos anos seguintes, propostas também

¹¹⁸ Região localizada no Sul do Maranhão, local de grandes propriedades e criação de gado. Era conhecida também pela grande quantidade de índios bravíos.

foram elaboradas no sentido de se aproveitar a mão de obra livre pobre, como a feita pelo então presidente de província Gomes de Castro em 1874, que criaria núcleos coloniais formados por libertos, livres pobres, índios e estrangeiros, ou a do vice-presidente da província Frederico de Almeida Albuquerque, em 1876, que propunha o arrendamento de terras nas colônias.

É a partir da década de 1870 que a visão sobre o livre pobre ganha um novo ingrediente, as grandes secas de 1877 e 1879, que assolaram províncias como o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí e o Maranhão em proporção bem menor, o que fez da província local privilegiado dos retirantes das áreas mais atingidas pelas das secas. No porto de São Luís chegava a desembarcar num único dia mais de mil fugitivos da falta de água, sendo que, em março de 1878, o presidente da província Sá e Benevides calculava em dezesseis mil o número de retirantes no Maranhão. Em junho do mesmo ano, o deputado Dias Vieira, em discurso na assembleia Legislativa provincial, falava em trinta mil, sendo que, no início de 1879, a capacidade da província em recebê-los estava esgotada, pois o «presidente da província instruíu o gerente da companhia a vapor do Maranhão a não receber mais imigrantes nas viagens costeiras com destino ao Maranhão» (Faria, 1998: 198).

A chegada em massa de livres pobres de outras províncias e o fracasso nas tentativas de atrair e manter colônias com estrangeiros aumentou a visibilidade deste como alternativa ao trabalhador escravo, proporcionando-lhes outra representação a partir de então, desta vez positiva, sendo chamados de «nossos irmãos cearenses» ou uma «população que se distingue pelo trabalho» (Faria, 1998: 198).

Passada a seca de 1879, muitos haviam retornado ou imigrado para a Amazônia em busca de maiores oportunidades, porém, a maioria, segundo Faria (1998), teria ficado no Maranhão. Sua absorção permitiu que algumas autoridades continuassem os vendo como a solução para o problema da mão de obra no Maranhão, pois em 1899 o governo provincial, a pedido de uma empresa agrícola existente no estado, mandou buscar sessenta famílias em Camocim, no Ceará, que foram distribuídas nos estabelecimentos agrícolas da empresa (Costa, 1899). Em 1901, mais uma vez, os cearenses apareciam como alternativa ao estrangeiro que não veio, pois diante da manutenção do discurso da falta de braços para a agricultura no estado e a seca que castigava o Ceará naquele ano, o governo mandou buscar mais de oitocentos cearenses destinados à lavoura (Costa, 1901).

Mas nem todos se vincularam a colônias ou à grande lavoura, muitos buscaram o caminho trilhado por outros livres pobres já estabelecidos, a pequena produção. Essa modalidade de agricultura não era novidade, era praticada paralelamente à grande produção

desde o período colonial, na maioria das vezes negociada no próprio local de produção, devido a altos custos de transporte, como afirma Matthias Assunção (2000). Os antigos retirantes se incorporaram a esse pequeno exército de livres pobres dedicados à lavoura de subsistência e de pequena comercialização já existente na província, dedicando-se à produção de cereais, como explica Regina Faria (2001: 178):

O aumento na produção de cereais indica que os retirantes tinham se integrado basicamente como pequenos produtores. Contribuíam, assim, para a grande mudança que estava ocorrendo na agricultura maranhense. A grande lavoura escravista estava perdendo fôlego. Os livres pobres ganhavam espaço, quer na produção de cereais, quer na lavoura de produtos de exportação (como pequenos produtores em terras devolutas ou dentro de grandes propriedades). Mas, as elites se recusavam a admitir que isto estava acontecendo, embaladas na quimera da agroexportação escravista. Contudo, não deixava de perceber a existência do livre pobre como um braço útil e/ou como um pequeno produtor real, embora este discurso ainda fosse minoritário, em meio ao predomínio da representação da indolência, começam a aparecer referências elogiosas a livres pobres.

Os portugueses que viviam no Maranhão não estavam alheios a esses acontecimentos, participaram ou se relacionaram com escravidão de um modo ou de outro, pois possuíram, compraram, venderam, traficaram, libertaram e, finalmente, experimentaram a condição de escravo, sendo algumas vezes confundidos com estes devido à cor de sua pele, ou, propositalmente, colocados nessa situação com o objetivo de auferir lucro a seus algozes e explorar os mais frágeis numa relação de força que opunha brancos a negros, pois esses portugueses eram classificados pelas autoridades como “pretos” e “pardos”.

Como já foi mencionado em capítulos anteriores, grandes proprietários de terras portuguesas no Maranhão também foram detentores de muitos escravos, a exemplo de José Gonçalves da Silva e Simplício Dias da Silva. O primeiro chegou a ter um mil e quinhentos e outro herdou uma fazenda com um mil e oitocentos desses trabalhadores. Os testamentos e os documentos do consulado dão conta de portugueses usufruindo do trabalho compulsório de africanos e seus descendentes nos campos, vilas e cidades. O censo de São Luís de 1855 não registra a nacionalidade dos proprietários dos três mil, seiscentos e cinco escravos, que representavam cerca de 40% do total de moradores vivendo nos oitenta quarteirões das três principais freguesias de São Luís, mas pode-se deduzir que muitos dos oitocentos e oito portugueses, que dividiam o mesmo espaço, também eram proprietários de escravos.

Outros portugueses não só usufruíram do trabalho escravo, mas, também, lucraram com seu negócio, atuando como traficantes, transportando negros da costa da África diretamente para o Maranhão, como foi colocado anteriormente e comercializando-os na capital, contando com o apoio ou interesse financeiro de autoridades consulares de Portugal, como denunciava um cônsul, tema que voltaremos a abordar no quarto capítulo.

Se muitos usufruíram do trabalho escravo e outros ganharam dinheiro com sua venda legal e posteriormente ilegal, alguns sentiram na pele a escravidão. A resistência dos escravos não se dava somente pela fuga e a formação de quilombos, muitos expressavam sua revolta através do suicídio, do roubo e do assassinato. Em setembro de 1860, o português Joaquim Joze Araujo e Castro foi assassinado na comarca do Tury e entre os dois suspeitos estava o mulato Isidoro, seu escravo. O motivo não é revelado no documento, mas pode-se sugerir que ambos queriam roubá-lo ou tenha sido vingança (AHMNE, Correspondência do Consulado Português no Maranhão, caixa 518, 24/09/1860, Claudino Araújo Guimarães). Em outro caso, distante dali, no município de Viana, dois anos antes, Manoel José da Silva Rego em Viana, feitor numa fazenda, foi assassinado por escravos (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 12/08/1858, Augusto de Faria). Durante a *Balaiada*, como citamos em capítulo anterior, portugueses foram assassinados pelos revoltosos que contavam em suas hostes com escravos.

Outros portugueses viveram a condição de escravo por serem negros ou pardos. Em setembro de 1874, o consulado português no Maranhão comunicava o MNE o caso do “preto” João dos Santos, natural de Príncipe, que havia sido contratado para trabalhar como Moço de Câmara na escuna Roberta, conhecida por se envolver em episódios de tráfico de escravos para o Maranhão na década de 1830. João fora entregue como escravo, provavelmente pelo capitão, a Cypriano Porto. O cônsul João Correia Loureiro após tomar seu depoimento parecia convencido de que João dos Santos era livre e português. Relata na mesma correspondência outro caso semelhante ocorrido em 1864, do pardo Manoel de Jesus, natural de Cabo Verde, que foi reconhecido pelas autoridades portuguesas, livre e português, depois de ser tratado como escravo. A autoridade consular deixa a entender que esses episódios eram frequentes, pois relatava a existência de mais dois “pretos” na mesma situação de Santos. Escrevia, ainda, que tinha «perfeito conhecimento que muito se abusou aqui com estes infelizes de Cabo-Verde, vítimas do reprovado trafico da escravatura [...]» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 04/09/1874, João Correia Loureiro).

Os casos parecem realmente repetitivos e anteriores a esse período, pois ainda em 1856 uma “preta” havia procurado o consulado afirmando ser livre, mas que estava em poder de outro português. O cônsul pediu que esta regularizasse a documentação no consulado brasileiro em Portugal para poder asseverar diante das autoridades locais sua condição de livre e portuguesa, o que não foi necessário, pois o presidente de província a declarou livre (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 31/12/1856, Thomas Ribeiro dos Santos). Outros casos semelhantes são registrados pelos

cônsules portugueses, como o de Maria Roza, “preta”, que estava em poder de João Duarte do Valle (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 01/08/1865, José Corrêa Loreiro).

A participação dos portugueses na escravidão não se limitou à exploração, e é possível que entre os abolicionistas que atuaram no Maranhão na segunda metade do século XIX houvesse portugueses, já que muitos frequentavam clubes literários e estes se colocavam contra a manutenção da escravidão. Outros, como proprietários, seguindo o movimento de libertação antes da abolição alforriaram seus escravos ou pelo menos parte deles, como se pode observar nos testamentos e na correspondência do Consulado de Portugal no Maranhão com o MNE. Jozé Narciso da Silva Tavares faleceu em vinte e seis de setembro de 1863, era negociante e tinha relações com o Banco do Maranhão, provavelmente fazia parte de sua diretoria, pois deixa como testamenteiro a diretoria do banco. No seu testamento libertava três escravos e deixava 1.000\$000 à mulata Ana Maria da Conceição, que o serviu. A quantia deixada à mulata era bem superior à destinada a parentes próximos, como seus seis afilhados que receberam 100\$000 cada um e seu sobrinho Manoel Tavares que ficava com 500\$000 (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 02/10/1864, José Corrêa Loreiro).

Nos anos de 1870, outros portugueses também libertaram escravos em testamento. O consulado Português no Maranhão registrou o testamento de Dona Maria dos Anjos Serpa Leal, que se encontrava doente e declarava que quando morresse, deixava liberta sua escrava Clementina Rosa (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 28/08/1870, David Azevedo).

Em outra documentação, os testamentos, podemos encontrar, também, ações semelhantes. Em 1885, Malaquias Antônio Gonçalves deixava libertos 10 escravo/as e mais 10 mil réis a cada um/a (Arquivo do TJMA, Livro 31, Malaquias Antonio Gonçalves, 1885). Um ano antes, Custódia Maria Gonçalves Ferreira deixa livres dois escravos depois que seu marido falecesse (Arquivo do TJMA, Livro 33, Custódia Maria Gonçalves Ferreira, 1886). João da Silva Pereira também libertava dois escravos em 1887 (Arquivo do TJMA, livro 33, João da Silva Pereira, 1887)¹¹⁹.

Jalila Ribeiro (1990) fez um levantamento no Cartório Celso Coutinho, em São Luís, entre os anos de 1850 e 1888 e encontrou 1.072 libertos, sendo gratuitas 367, compradas 504, condicionadas 113, por testamento 81 e 7 por ações judiciais. A autora lembra que o número

¹¹⁹ Nessa mesma documentação é possível encontrar mais 13 alforrias entre 1867 e 1890.

não dá conta do total de libertos no período, sendo somente uma amostra e também não se refere somente aos portugueses, mas a nacionais e, certamente, outros estrangeiros. O que se percebe nesses números quando confrontados com os exemplos acima citados é que alguns portugueses não tinham um comportamento diferenciado da sociedade local, ou seja, ao mesmo tempo em que mantinha seus cativos até onde podiam, também os libertavam.

Apesar dos portugueses aparecerem aqui somente relacionados à escravidão, seja como proprietário, traficante ou libertador, sua participação e interesse certamente se estenderam aos outros temas, pois seja na condição de proprietário de terras e escravos, seja na de negociante, a substituição do braço escravo na lavoura os interessava, pois se a mentalidade da época associava o fiasco da grande propriedade voltada para a exportação, em grande parte à necessidade de braços, e esta estava intrinsecamente ligada às casas comerciais que financiavam a produção e lucravam com os bons momentos da economia local, esses estrangeiros interviam de alguma forma, expressando suas convicções em jornais e textos avulsos e participando de modo direto, como em associações, a exemplo da Sociedade Auxiliadora da Lavoura ou reuniões, como a promovida pela Associação Comercial do Maranhão no final do século XIX.

Discurso e legislação na promoção da imigração estrangeira para o Maranhão

Quando Simão Estácio da Silveira¹²⁰, comandante da nau capitânia da expedição de Jorge Lemos Bittencourt chegou ao Maranhão em 1619, trouxe consigo perto de trezentas pessoas, entre homens e mulheres. Havia, como vimos na introdução, uma necessidade de povoar essa região, pois um alvará de 1617 «mandava destinar degredados à nova conquista, por ser ‘mui necessário povoá-la’» (Moraes, 2001: 8). Carlos Cordeiro e Arthur Madeira (2003: 102) informam que pouco tempo depois teriam desembarcado mais quarenta colonos e, em 1628 estariam prontos, somente aguardando transporte, mais duzentos casais «para as conquistas do Maranhão e Rio»¹²¹. Muitos anos depois, em abril de 1649, teria partido em

¹²⁰ O desbravador Simão Silveira tinha a intenção de escrever uma história do Brasil, que segundo Almeida, parece não ter realizado. Porém, escreveu “Relação sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste reino de Portugal”, publicado pela 1ª vez em 1624. O livro traz informações diversas, destacando a fertilidade da terra, árvores e frutas, pureza da água ou drogas. A intenção da obra, o título já esclarece, era atrair pessoas para a região. Apesar da suposição de Magalhães Mendes de Almeida de que o livro, “fora de qualquer dúvida”, teria atraído “muitos portugueses” para o Maranhão, não se tem como comprovar seu efeito diante da falta de dados para a época.

¹²¹ Transcrição citada por Carlos Cordeiro e Arthur Madeira (2003). Contido em: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Açores*, caixa 1, doc. 43 (01/08/1628).

direção ao Maranhão cinquenta e dois casais, que somavam trezentos e sessenta e cinco pessoas.

Para esse período, Rafael Chambouleyron (2010) classifica três tipos de migrações de portugueses para o Estado do Maranhão e Pará. Uma primeira, onde os indivíduos solicitavam sua mudança. Uma segunda, de soldados e degredados e, por último, uma “migração em massa” composta de várias levas, principalmente de açorianos.

Os açorianos continuaram chegando durante o século seguinte, pois em 1708 «foi determinada a recruta na Terceira e nas ‘ilhas de baixo’ de 200 homens destinados à capitania do Rio de Janeiro e de 120 ao Maranhão» (Rodrigues, 2010: 20). Em 1750, numa «carta de D. João V, em resposta a outro governador do estado do Maranhão, de 8 de março de 1749, mencionava a fundação de colônias de povoamento e de um presídio com gentes ida dos Açores» (2002: 238).

Mas a política de expansão da presença portuguesa no Brasil não foi regular, nem no tempo, nem no espaço. Se havia estímulo à transferência de portugueses, especialmente açorianos para algumas partes da colônia, como a que se assistiu também em Santa Catarina, a partir do início do século XVIII, houve uma tentativa de refrear o fluxo que partia principalmente do continente, especialmente da região do Minho.

Decretos de 1709 e 1711 já tentavam inibir a emigração sem resultado, chegando ao ponto de, em 1720, proibir «a emigração de todos quantos não estivessem investidos em funções oficiais [...]» (Serrão, 1970: 601). O que motivava os portugueses a cruzar o atlântico não eram somente as condições muitas vezes precárias em que viviam, mas o descobrimento de minas na região central da colônia¹²². Esse imenso contingente que se deslocou para o Brasil no século XVIII, entre trezentas e seiscentas mil pessoas buscavam o enriquecimento, e a região das minas era o destino da maioria e que, como vimos anteriormente, muitos passaram pelo porto de São Luís antes de alcançar seu destino final.

Depois da independência do Brasil, o fluxo de portugueses em direção ao novo país continuou e se intensificou a partir da segunda metade do século XIX, e a postura de Portugal em relação à emigração foi diferente, dependendo do momento vivido pelo país. De um lado, a saída em massa de homens em idade produtiva comprometia o seu exército de reserva de mão de obra, por outro lado, as remessas enviadas pelos emigrados contribuíam significativamente para as receitas do país.

¹²² O alto fluxo de saídas preocupava o governo desde a segunda metade do século XVIII, quando já em 1667 se dispunha de leis que tentavam inibir a saída de Portugal.

Essa mão de obra deslocada não somente de Portugal, mas, também, de outros países da Europa, se intensificou no final do século XIX e foi atraída por promessas falsas de agenciadores gananciosos, mas, também, por um mercado urbano e rural de trabalho em ascensão e melhores salários.

O Maranhão não se eximiu da discussão da imigração, premido pela necessidade de mão de obra diante do fim da escravidão, mas antes pelo tráfico interprovincial, presidentes de província, proprietários, jornalistas e intelectuais se mobilizaram com o intuito de trazer estrangeiros à província. Um conjunto de leis, recursos, criação de sociedades e discursos foram elaborados e executados com essa intenção, começando ainda no início do século XIX e permanecendo até as primeiras décadas da centúria seguinte. A imigração desejada esteve a maior parte do tempo atrelada à colonização, ficando em segundo plano o engajamento destinado a particulares, que deveriam, às suas próprias custas, recrutar os trabalhadores que necessitavam.

Viveiros (1992b) menciona uma sociedade fundada em São Luís ainda em 1827, com esse objetivo. Não traz maiores informações, dando a entender que a empreitada não logrou êxito. Dez anos depois, o presidente da província Francisco Bebiano de Castro sugeria a criação de instituições e companhias para fomentar a introdução de colonos estrangeiros (Faria, 2001).

Em 1841, o governo provincial passava do discurso para a prática, além de continuar debatendo sobre a importância e necessidade de trabalhadores estrangeiros, começou a destinar recursos com esse intuito. Neste ano, o então presidente de província João Antônio de Miranda chamava a atenção para a necessidade de se legislar sobre a colonização, criando um artigo sobre o orçamento e distribuição de terrenos (Miranda, 1841). A Lei Provincial n. 106, de 27 de agosto daquele ano destinava até seis contos para a introdução de colonos e a criação de colônias em terras patrimoniais das Câmaras Municipais. Por estas, os colonos pagariam o aforamento dos lotes recebidos, sendo aqueles não aptos a este modelo entregue a particulares que indenizariam o Estado (Faria, 2001).

Mas, as primeiras iniciativas encontraram logo resistências de todo tipo. Em 1843, o presidente da província, Jerônimo M. F. de Mello, em relatório apresentado à Assembleia Provincial do Maranhão, denunciava que a Lei 106 nunca havia sido executada, atribuído a situação à dissolução da Sociedade de Colonização do Rio de Janeiro, que forneceria os engajados à província e à falta de movimento dos pretensos interessados na chegada de estrangeiros ao Maranhão (Mello, 1843). Em 1851, o presidente de província Machado

lembrava que nunca o governo havia executado tal lei e muito menos dotado o orçamento para tal fim (Machado, 1851).

João Jozé Magalhaens, presidente da província em 1844, chamava a atenção para a necessidade de braços livres e da criação de associações e de recursos, porém lembrava que o Maranhão não dispunha destes para essa empreitada, apesar de oferecer ajuda aos que quisessem cria-las (Magalhaens, 1844). A indicação da falta de recursos e a ausência de referência à Lei 106 de 1841 confirma a informação de Machado em 1851.

Já o presidente Joaquim Sá (1847), três anos depois ficava aliviado com a dissolução da sociedade colonizadora do Rio de Janeiro, que levaria colonos ao Maranhão, já que era a favor da imigração espontânea, sem custos ao Estado e afirmava que o primeiro passo, preparatório, seria conhecer a quantidade e qualidade das terras devolutas, incumbindo a Diretoria de Obras Públicas de tal tarefa, onde posteriormente estas seriam demarcadas, dando-lhes valor. Trata a imigração como “remédio salvador” e “grande auxiliar da indústria” e o Estado como promotor “a todo custo”, porém, não aplicou recursos para esse fim. Defendia que o crescimento da indústria promoveria uma corrente de imigração voluntária, sem custos e que a melhoria de transportes e pagamento de salários minimamente atraentes eram importantes nesse sentido.

Não havia consenso na forma em atrair estrangeiros ao Maranhão e faltavam recursos e regulamentação. Havia aqueles que defendiam a imigração estrangeira destinada às colônias, financiadas pelo Estado, dotando o orçamento de recursos ou de terras a serem entregues aos contratados, como era o caso de Fábio Reis (1856 citado por Faria, 2001) que, apesar de reconhecer as vantagens da imigração espontânea, lembrava a deficiência do Maranhão frente a outras províncias mais atrativas e por isso caberia ao Estado financiar a imigração. Outros apontavam para saídas diferentes, também contempladas na proposta de Reis que propunha três modelos de colonização, que, por sua vez, eram os mais discutidos naqueles anos: o primeiro seria formado por grandes núcleos coloniais distantes dos centros urbanos; o segundo seria voltado para a pequena cultura, fixados próximo às cidades, funcionado para abastecê-las de gêneros de primeira necessidade e, por último, seriam as colônias de parceria agrícola, onde a produção ou seu lucro era dividido entre o proprietário e os portugueses engajados. No caso das duas primeiras os colonos se tornariam proprietários. Em posição oposta estavam aqueles que, apesar de serem francamente favoráveis à imigração estrangeira, preferiam a espontânea e defendiam-na como única alternativa, como era o caso de presidente de província Franco de Sá (1847).

Ao mesmo tempo em que o governo provincial começava suas ações com o intuito de levar trabalhadores estrangeiros ao Maranhão, o Estado imperial dava sua contribuição nesse sentido. Herculano Pereira Penna, presidente do Maranhão em 1848 recordava que a Lei Geral 514 de 28 de outubro daquele ano liberava a cada província seis léguas quadradas de terras devolutas para a colonização, com a condição de não poder utilizar trabalho escravo (Penna, 1849).

Em 1851, foi elaborada a Lei Provincial n. 312, de 24 de novembro, que liberava cinco contos de réis ao transporte de colonos para trabalhar na agricultura, sendo o Coronel Torquato Coelho de Souza agraciado com o empréstimo, tendo como condição não trazer menos de oitenta agricultores que viriam da Europa ou Açores para serem instalados na Vila de Guimarães, em suas terras na localidade de Frechal. O presidente Machado propunha ainda, à assembleia, alguns artigos que poderiam compor um projeto de Lei e mais tarde um Regulamento. Entre suas propostas, estavam a de se criar uma caixa especial para promover a introdução de colonos agricultores, que seria mantida por dotações anuais votadas pela assembleia provincial; o governo ficar autorizado a poder fazer empréstimos a companhias ou particulares de reconhecida moralidade e filantropia; os estrangeiros poderiam formar “colônias parciais” ou ser trabalhadores do campo recebendo salários, onde seriam deduzidos os gastos com passagens e outras despesas iniciais e, por fim, a amortização se daria depois de três anos da chegada dos colonos, sendo pagos à Caixa de Colonização (Machado, 1852).

O presidente Eduardo Olimpio Machado propôs, ainda, a criação, em 1851, de uma colônia nas terras do convento do Carmo, onde os engajados trabalhariam na construção do Canal do Arapapahy e posteriormente produziriam gêneros agrícolas e pescados para abastecer a capital. Os estrangeiros receberiam lotes de terras e salário. Machado oferecia outra opção, caso a assembléia não achasse conveniente sua idéia, propunha a entrega de prêmios a lavradores que substituíssem o trabalho escravo pelo livre (Machado, 1851).

Machado (1851) era realmente um entusiasta e otimista em relação à imigração e colonização estrangeira para o Maranhão, em 1851, quando sugeriu a colônia do Arapapahy, que se realizaria poucos anos depois, imaginava que, com esta, se aprenderia como fazer e poderiam fundar outras no interior do Maranhão: «Effectuado que seja este primeiro ensaio, podemos, nos annos subsequentes e depois de amestrados pela experiência, estabellecer outro núcleo de colonisação nas terras patrimoniaes da Camara Municipal do Icatu, e ir progredindo assim lentamente, porem com segurança e methodo» (1851: 44).

Olimpio Machado nos seus cinco anos de governo dotou a província de recursos, instituições e iniciativas com o intuito de fundar colônias com estrangeiros, sendo o seu maior

feito a fundação de quatro colônias no interior da província e uma na capital, formadas na sua maioria por portugueses, mas, também, por chineses, como veremos no texto seguinte. As realizações de Machado nesse campo estão relacionadas também à sua permanência no governo, pois foi o que mais tempo ocupou esse espaço de poder. Entre os anos de 1838 e 1874, mais de trinta e cinco presidentes e vices assumiram a direção da província, a maioria com estada efêmera, não ultrapassando um ou dois anos. Essa alta rotatividade certamente prejudicava o andamento de qualquer projeto de longa duração, pois posições divergentes entre atuais e antecessores eram comuns entre os presidentes de província.

Dando continuidade a seu plano, Machado, em 1853, promulgou a Lei n. 339, de 23 de dezembro, criando a Caixa de Colonização, que administraria os recursos para a instalação de colônias agrícolas de estrangeiros (Machado, 1853). Em 1855 era instituída a Diretoria de Colonização da Província do Maranhão, que ficava incumbida de promover o engajamento de colonos, assim como recebê-los e acomodá-los adequadamente em sua chegada. Entre as suas funções estavam também a elaboração de estatística da população colonial; acompanhar a instalação e funcionamento das colônias particulares financiadas pelo governo provincial. A Diretoria tinha, ainda, a difícil função de mudar a mentalidade local em relação ao trabalho escravo, instigando nos moradores o “gosto pela colonização” e fazer «sentir aos nossos lavradores a conveniência de substituírem o trabalho escravo no fabrico de certos gêneros de sua produção [...]» (*Regulamento da Directoria de Colonização*, 19/04/1855 citado por Machado 1855).

Em 1855, o mesmo presidente, em seu relatório dirigido à Assembleia, demonstrava o que já havia feito e gasto e o que pretendia fazer e gastar nos próximos anos. Segundo o presidente, até aquele momento já havia levado ao Maranhão quatrocentos e cinquenta e seis estrangeiros, destinados às colônias que haviam sido fundadas e pretendia, ainda naquele ano, adicionar mais seiscentos indivíduos. Não estavam contabilizados os cem casais que o governo imperial pretendia deslocar para a colônia militar de São Pedro de Alcântara do Gurupy. Essa colônia havia sido fundada em finais de 1853, e tinha como função primordial evitar que se formassem «quilombos de pretos fugidos daquellas partes, assim como que os desertores e criminosos se asylem na fronteira [...]» (Machado, 1855: 57). Gurupy já funcionava com cinquenta e um nacionais livres de ambos os sexos, mas os casais de estrangeiros nunca chegaram.

A idéia de Machado era introduzir mais de cinco mil colonos estrangeiros nos próximos anos, quando a Diretoria de Colonização se desvincularia do Tesouro e passaria a ser independente. A árdua tarefa requeria além de uma legislação específica e organismos

estatais que organizassem essa empreitada, recursos. José Olimpio contabilizava os gastos da província com seus projetos em 21\$075:060 no ano de 1855 e planejava utilizar dos cofres provinciais, ainda naquele ano, aproximadamente 66\$900:000, sendo que a maior parte dos gastos, 23\$000:000 estava relacionada à autorização para Manoel Joaquim dos Santos a contratar e trazer cem pescadores e as famílias daqueles que as tinham de Portugal. Esses homens seriam empregados exclusivamente nessa atividade e teriam a função de abastecer o mercado da capital com peixes, além de servirem de «escola prática aos nossos pescadores, e de núcleo da povoação marítima» do Araçagi¹²³ (Machado, 1855: 56). A colônia forneceria casas gratuitamente e o contrato destinava recursos à compra de equipamento e embarcações. O estabelecimento não chegou a se constituir. O valor alto estava relacionado às despesas com deslocamento, construção de infraestrutura para as famílias e a compra de equipamento e barcos.

A idéia de que a cidade precisava ser abastecida de peixes por alguma organização e que a presença de estrangeiros era fundamental nesse negócio, continuou presente mesmo com o abandono da criação da colônia, pois em 1859 o governo provincial autorizava o Tenente Coronel Joaquim Serapião da Serra a fundar uma empresa de pesca, sendo que esta deveria “importar” ao menos quatro europeus «profissionais no trafico da pesca, e a introduzir neste serviço os instrumentos mais aperfeiçoados» (Paranaguá, 1859: 25). Os pescadores, por sua vez, seriam todos nacionais.

O terceiro e quarto maiores orçamentos estavam destinados à Casa Vergueiros e à Serra Pinto, o primeiro com 12\$000:00 e o outro com 11\$000:000¹²⁴. No primeiro caso, a Casa Vergueiros se dispunha a levar inicialmente cento e cinquenta colonos suíços e alemães ao Maranhão. Os colonos engajados por Vergueiros seriam distribuídos entre os lavradores locais¹²⁵. Houve realmente uma tentativa de instituir uma colônia de alemães no Maranhão, chegando a Casa Vergueiros a ceder dois deles versados em português para dirigir o empreendimento:

Sr. Vergueiros, alem do favor de se incumbir desta encommenda, teve a bondade de ceder dous colonos, já entendidos na nossa lingoa systema de lavoura, para dirigir a primeira tentativa de colonização allemã, que vai ter a província, e poz á disposição desta presidência o credito e influencia da sua casa commercial para as novas encommendas de que precisasse (Machado, 1855: 55).

¹²³ Araçagi é uma praia localizada a cerca de 20km do centro de São Luís.

¹²⁴ O segundo empreendimento a receber mais recursos seria a colônia de Petrópolis, que trataremos no próximo texto.

¹²⁵ Nicolau de Campos Vergueiros foi senador no período imperial e o primeiro a levar imigrantes ao Brasil no sistema de parceria, que consistia no pagamento dos custos de transporte e acomodações, sendo que, posteriormente, os engajados teriam que devolver o dinheiro investido. Entre os estrangeiros engajados por Vergueiros nos anos de 1847 e 1857, estavam portugueses, suíços, alemães. Sua iniciativa foi posteriormente copiada por outros interessados no negócio de engajamento.

Machado acabou não utilizando o crédito e a influência oferecida por Vergueiros e os Alemães e suíços nunca desembarcaram na província, apesar de o governo ter autorizado Cândido Mendes de Almeida a realizar o negócio. Pela autorização, o governo garantia aos colonos moradia e sustento, até que pudessem ser empregados em serviços públicos ou privados. O governo se comprometia a garantir àqueles que não fossem contratados por lavradores – que se responsabilizariam pelas moléstias que porventura os atacassem e salários – contratarem-nos por três anos em obras públicas, além de protegê-los em caso de doenças.

Um dos motivos para a não realização do negócio teria sido a relutância de parte dos emigrados em embarcar com destino ao Maranhão, segundo informava o deputado Cândido Mendes ao recém-empossado presidente de província Antônio Cândido Machado. Além disso, o novo presidente afirmava ainda que desconhecia os lavradores que haviam se mostrado interessados no ano anterior em receber os cento e cinquenta colonos, assim como as condições do contrato, optando assim por pedir o dinheiro de volta. Os 12.000\$000 adiantados foram devolvidos a pedido do presidente (Machado, 1856).

Ainda, no final da década de 1850, quando as únicas seis experiências de colonização estrangeira fundadas entre os anos de 1853 e 1855 haviam sucumbido, a exceção da colônia de Santa Isabel – que continuava funcionando, mas não como se havia planejado –, o sentimento de frustração de quem investiu financeiramente ou ideologicamente era muito forte e já podia ser notado.

Em 1857, o presidente da província do Maranhão, Benvenuto Taques, em seu relatório à assembleia provincial constatava que «minguado tem sido os resultados dos sacrificios feitos pela província nos ultimos annos para promover e auxiliar a emigração e o estabelecimento de colônias no seu fecundo território» (Taques, 1857: 17) e não aconselhava que a província utilizasse seus recursos para esse fim, devendo esperar iniciativas do governo imperial. No ano seguinte, o vice-presidente de província, João Pedro Dias Vieira, afirmava que a província do Maranhão ainda não se achava «nas condições indispensáveis, para poder receber a emigração estrangeira, e tirar vantagens desta espécie de colonisação» (Vieira, 1858: 21).

O cônsul de Portugal no Maranhão, Augusto de Faria, parecia concordar com o presidente, pois remetia ao MNE de Portugal o mesmo relatório e reproduzia a afirmação de Dias Vieira sobre a falta de condições da província para receber colonos estrangeiros, depois de informar a morte de sete colonos portugueses vítimas de febre amarela e as péssimas condições de trabalho que estes se encontravam. Faria mencionava a intenção do governo português em fundar uma colônia com alemães em Moçambique e dizia ter «ouvido de

diversas pessoas competentes que quem queria ter colonização estrangeira devia conceder-lhes as vantagens que concede o governo português, e não estabelecê-las como aqui o tem querido fazer sem comunidades e vantagens alguma» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 17/02/1859, Augusto de Faria).

O reflexo da malfadada tentativa de instalar colônias estrangeiras no Maranhão se reflete, também, no vácuo entre os anos de 1857 a 1866, quando nenhuma nova lei ou dotação orçamentária foi instituída para esse fim, tendo inclusive um sinal de regressão, pois a Diretoria de Colonização que um dia alçaria voo próprio passou a estar vinculada à Diretoria Geral dos Índios em 1862 (Mello, 1862).

Manoel Ferreira (1867), presidente da província em 1867, parecia compartilhar da mesma opinião dada “por diversas pessoas competentes”, ouvidas pelo cônsul de Portugal em 1859 sobre a necessidade de oferecer vantagens aos candidatos, pois defendia que não fossem colocados na condição de assalariados e tornassem o local atrativo, propunha então que lhes dessem as passagens e fornecessem gratuitamente terras (devolutas) (Ferreira, 1867).

Em 1866, são retomadas as iniciativas para levar estrangeiros para o Maranhão. A Lei Provincial n. 793 de 13 de julho, destinava recursos à imigração estrangeira espontânea, opção pouco mencionada até então. Também se passou a cogitar a possibilidade da colonização com nacionais. No ano seguinte, o valor era duplicado, passando para 20\$000:000 os investimentos na colonização estrangeira e nacional. Segundo a Lei 831, de 12 de julho de 1867, era também criada, neste ano, a Comissão Auxiliadora da Imigração e Colonização, que tinha «como objetivo obter informações sobre os meios necessários para promover a colonização estrangeira» (Faria, 2001: 189).

Neste mesmo ano, o presidente da província mencionava o contato de um agente em New York, nos EUA. Ao que parece, havia a intenção de fundar uma colônia com norte-americanos. Essa não teria sido a única iniciativa naquele ano, pois no mesmo documento é mencionada a proposta encaminhada ao governo de José Gonçalves Teixeira de Farias, que intencionava levar europeus, porém, a comissão foi contra a proposta, sendo que o mesmo a refez e está foi encaminhada novamente a instância de análise (Doria, 1867). De qualquer forma, nenhuma das propostas foi realizada, fracassando, assim, mais estas tentativas de atrair imigrantes ao Maranhão.

Uma Sociedade Promotora de Colonização foi fundada em 1870 com o objetivo de mandar «vir colonos estrangeiros para serem aqui estabelecidos» (Maya, 1871: 27). A intenção do vice-presidente da província era dar uma forte subvenção à sociedade, assim como fiscalizá-la e auxiliá-la em sua tarefa. Repetindo um estigma sobre a sociedade

brasileira – a lentidão em relação a outros povos – justificava a presença do Estado nessa iniciativa: «[...] no nosso paiz a interferência do governo é quase sempre indispensavel para a realização de certas ideias; o esforço individual esmorece com facilidade por lhe faltar a energia e tenacidade que tanto distingue outros povos» (1870: 27).

A nascente sociedade retomava a idéia das vantagens oferecidas servirem como fonte de atração, já que o clima e a economia da província, segundo defendiam muitos, não eram pontos positivos para convencer estrangeiros, especialmente europeus a viverem ali, por isso o governo pagaria todas as despesas dos engajados, como passagens e transportes, não sendo necessário o reembolso à província por parte dos colonos. Cada família receberia um lote de terras e durante os cinco primeiros anos, alimentação, roupas e ferramentas de trabalho, assim como o deslocamento de sua produção para os mercados consumidores. Durante esse tempo, os colonos seriam obrigados a trabalhar três dias da semana em uma roça da província. Terminado esse prazo, permaneceriam nessa condição somente aqueles que optassem por continuar recebendo os benefícios. Os colonos que fossem aptos a trabalhar na agricultura ou preferissem se ocupar com particulares, seriam entregues àqueles que se dispusessem a pagar metade do valor gasto com estes indivíduos (Faria, 2001). Por outro lado, o regime de vigilância e repressão seriam permanentes, pois o presidente de província nomearia um diretor e haveria um forte destacamento policial para garantir a ordem e a segurança. O controle e a repressão presentes eram, certamente, lembranças dos episódios ocorridos na segunda metade da década de 1850 em algumas colônias, quando o governo teve que intervir com força policial diante da insatisfação e fuga dos imigrantes portugueses.

A década de 1870 iniciava com novo fôlego diante das possibilidades e da nova chance de realizar o sonho de contratar colonos estrangeiros, pois em 1871 o lavrador Antônio Joaquim Galvão de Carvalho apresentava proposta à sociedade promotora de Colonização de fundação na cidade de Codó de uma colônia formada por trinta ou quarenta suços de ambos os sexos (Castro, 1871a). Na prática, essa foi mais uma tentativa frustrada, pois nada foi feito no sentido de concretizar tal ação.

O idealizador e fundador da sociedade, o presidente da província Augusto de Castro, parecia realmente decidido a renovar as intenções de contratar estrangeiros para trabalhar no Maranhão, pois após reassumir a presidência tratou de reanimar a Sociedade Promotora de Colonização que estava atrasada em seus trabalhos preliminares, contava com cento e quatorze sócios, sugerindo haver interesse na imigração estrangeira por parte dos lavradores locais, porém, mesmo entregando à Sociedade cem contos de réis em apólices da dívida pública provincial, que até aquele momento não haviam sido vendidas por falta de

interessados em contratar imigrantes. Castro conseguiu, ainda, que a assembléia provincial aprovasse crédito de até seis contos, para adiantamentos aos lavradores que encomendassem ou mantivessem pelo menos vinte e cinco colonos. Os recursos deveriam ser utilizados na construção de casas para os colonos e compra de máquinas e instrumentos agrícolas. E foi mais adiante o presidente, e conseguiu que os dois bancos da província tentassem, junto ao governo imperial, mudar seus estatutos para permitir empréstimos aos lavradores que utilizassem colonos estrangeiros para pagamentos referentes a jornadas, alimentação, substituição de animais e instrumentos agrícolas (Castro, 1871a).

Apesar das iniciativas, dos recursos dispostos e da criação da Sociedade Promotora da Colonização, nada havia mudado em 1871, concluindo o presidente de província que a culpa era dos lavradores locais, que estavam indiferentes às mudanças que ocorriam, se referindo ao fim da escravidão, e se impressionava com a placidez e indiferença dos que deveriam ser os mais interessados e revelava que, independentemente dos “favores”, que o governo promovesse, não tinha esperança em ver a colonização estrangeira no Maranhão, pois o medo no futuro imperava.

Como aconteceu no final da década de 1850 e início da seguinte, aconselhava não investir na imigração e colonização, não por serem desnecessárias, mas, diante da falta de iniciativa dos lavradores, o Estado não poderia intervir, fazendo o papel que cabia aos lavradores, pois as experiências anteriores desaconselhavam sua participação como gestor e fiscalizador. O modelo ideal era o de parceria, sendo a iniciativa privada, individual (Castro, 1871a).

A “placidez” e falta de iniciativa dos lavradores estavam provavelmente relacionadas ao medo do fracasso, pois as experiências anteriores falavam por si e pelos altos juros sobre os empréstimos, em torno de 8% ao ano. A falta de recursos e endividamento de muitos lavradores diante da crise na agroexportação era outro fator a ser considerado. Faria (2001) sugere que a falta de iniciativa dos lavradores poderia estar relacionada com a demora na aprovação dos estatutos da Sociedade pelo Ministério. Porém, isso parece menos importante, pois o governo imperial, como lembrava Gomes de Castro aquele ano, tinha a intenção de trazer cinco mil estrangeiros e nenhuma iniciativa foi registrada no Maranhão. A Sociedade, de fato, só teve seus estatutos reconhecidos pelo governo imperial em dezembro de 1873, porém, o presidente Gomes de Castro registrava no ano seguinte que ainda não estava em funcionamento (Castro, 1874).

Em 1872, mais uma vez, o governo imperial oferecia colonos ao Maranhão, desta vez alemães e ilhéus de Açores e da Madeira. O ofício do representante do governo imperial

para promover a imigração para o Brasil foi imediatamente publicado na folha oficial e comunicado a todas as câmaras municipais, garantia o presidente da província (Castro, 1872).

Três anos depois, era formada uma comissão «para receber os emigrados que porventura aportassem à província» (Graça, 1875: 22). O caráter despretenso da iniciativa, já que somente receberiam aqueles que «porventura aportassem na província», sem nenhuma dotação orçamentária ou diretrizes a cumprir indicavam a falta de compromisso ou interesse deste presidente. A hipótese de desestímulo de muitos com a imigração e colonização é reforçado pela posição de Fábio Reis em 1877, quando «conclamava as pessoas que estavam se deixando levar pelo preconceito contra a imigração a mudarem de opinião e concentrarem esforços para a luta contra as desvantagens» (Faria, 2001: 193).

A segunda metade da década de 1880 era o anúncio do fim da escravidão, que se concretizaria em 1888 e, mais uma vez, o governo tratou de tomar iniciativas diante do prenúncio, insistindo na formação de outra sociedade de imigração, que lhes concederia transporte de sua terra natal até a província, onde se estabeleceriam como proprietários ou contratados de fazendeiros, sendo que as terras devolutas «poderião ser demarcadas e distribuídas em lotes aos imigrantes, formando-se desse modo núcleos coloniais» (Mello, 1886: 51). O presidente apostava na disposição do governo imperial em pagar as despesas com a demarcação das terras. A sociedade deveria fazer compreender aos proprietários de terras improdutivas que era um bom negócio reservarem alguns lotes aos imigrantes, pois o restante da área (abandonada) se valorizaria somente com a presença desses estrangeiros.

Outra função era a de se empenhar em fazer propaganda «tornando conhecida a província e fornecendo os esclarecimentos necessários aos imigrantes para habilita-los a preferirem-a» (Mello, 1886: 52). A idéia de uma propaganda mais nítida, que desse visibilidade à província, se materializou anos depois, quando em 1888 foi publicado *A província do Maranhão e a imigração: guia do imigrante*, que procurava decantar as belezas e vantagens da província, narrando sua fauna, flora, a criação de gado, as riquezas minerais, tentando, inclusive, desfazer a imagem de insalubre e clima inapropriado. Nas páginas do livro era possível encontrar informações sobre a organização política, administrativa e eclesiástica locais, a instrução pública, jornais, hospitais, bancos, serviços públicos, destacava as cidades mais importantes, enfim, uma série de informações que possibilitassem aos interessados uma visão ampla e positiva da província do Maranhão (Brazil, 1888).

O Guia mencionava, ainda, recursos do governo imperial destinados ao Maranhão, com pagamento de passagens e agasalho até à sua chegada, comida e hospedagem por oito

dias e a necessidade de se criar uma hospedaria do imigrante, onde estes seriam alocados temporariamente. Era colocado como perspectiva econômica do imigrante a possibilidade de se estabelecerem em núcleos coloniais criados pelo governo, propriedades particulares ou por conta própria. Aqueles que optassem pelas colônias encontrariam lotes de dez hectares e uma casa, que seriam vendidas à vista ou a prazo e os que preferissem ir para propriedades particulares receberiam salário, casa para si e sua família e terreno para criação de patos, galinhas, porcos, cabras, ovelhas, vacas e cavalos. Por último, os que não se enquadrassem nas duas primeiras possibilidades, poderiam adquirir terreno próprio com preços “diminuíssimos”, dependendo da localização e da cultura a ser desenvolvida. Apesar das opções oferecidas, o guia sugeria no tópico “conselhos aos imigrantes” que preferissem servir aos particulares, pois não desprenderiam dinheiro algum e aprenderiam sobre as diversas culturas locais. Reconhecia que não só o Maranhão, mas todas as províncias “ao Norte do Rio de Janeiro” tinham dificuldades em atrair esses estrangeiros e que as esperanças de realização em curto prazo eram “fracas”.

A Associação Comercial do Maranhão, em 1887, diante da iminência do fim da escravidão e do tráfico interprovincial, decidiu tomar uma atitude, convocou comerciantes e fazendeiros para uma reunião e de lá saiu uma comissão responsável em elaborar um documento, que pedia incentivos à imigração estrangeira e a colonização, mas a ação também não resultou em absolutamente nada. Um mês antes da abolição da escravidão a Assembléia Legislativa Provincial destinou quarenta contos de réis ao Serviço de Imigração, o que também não foi adiante (Faria, 2001). O valor destinado era quase simbólico, pois o vencimento do porteiro arquivista da *Repartição de Terras e Colonização*, criada em 1890, era de um conto e duzentos mil réis (Porciuncula, 1890). Essa nova Repartição contava inicialmente com cem contos de réis disponibilizados pelo governo republicano, o que também representava muito pouco para uma província que precisava urgentemente atrair estrangeiros para seu território.

Diante de tantas tentativas fracassadas, no final do século outra tentativa foi feita para atrair estrangeiros à lavoura e às colônias, desta vez concretizando-se a iniciativa, ainda que pouco tempo depois deixasse de existir. Os colonos eram americanos. Em 1889, segundo Amaral (1897), era celebrado um contrato entre um tal Sr. Adler, da Filadélfia, EUA, que dizia representar duzentas famílias interessadas em vir ao Brasil e o governo provincial. O contrato incluía carroças, ferramentas, casas, máquinas de descaroçar, alimentos e terras. Enquanto Adler foi aos EUA buscar trinta e cinco famílias, a Sociedade Auxiliadora da Lavoura e Indústria buscava terras para alojá-los no interior. Porém, as dificuldades foram

muitas, pois os preços encontrados eram acima do planejado e resolveu-se alojá-los na região do Turú, na ilha de São Luís, onde foi feita a derrubada e queimada para a construção das casas e a feitura das roças.

Em novembro desembarcavam vinte e oito famílias, sendo levadas de bonde ao Cutim¹²⁶, com muito entusiasmo, segundo Amaral (1897) e, no dia seguinte, ao Turú. Porém, os desentendimentos logo se iniciaram diante das doenças que os acometeram, sendo necessária a intervenção da polícia. Ficou decidido, então, depois da morte de dois colonos, a retirada de dezoito deles, quando já estava estruturada a colônia, com cavalos, vacas, vinte e uma casas, roças, fornos, alambiques. Em dezembro de 1890 era rescindido o contrato e, mais uma vez, fracassava a tentativa de se formar colônias agrícolas com estrangeiros no Maranhão.

Em 1905, a Repartição de Obras e Colonização é incorporada a outra, a Repartição de Obras Públicas, Viação, Indústria, Terras e Colonização, mas que também não se desenvolveu por falta de recursos (Leite, 1907). Na mensagem de 1908, o governador Benedito Leite traduzia o que tinham sido as tentativas de se constituir uma imigração para o Maranhão:

Para o êxito completo, torna-se indispensável o auxilio poderoso da união e o benefício somente produzirá todos os effeitos sendo realizado o serviço que persistencia e tenacidade. Por mais de uma vez teem-se feito entre nós tentativas de immigração e todas ellas foram baldadas. Isso, porem não pode absolutamente servir de argumento contra este serviço no Estado, por que a verdade é que nenhuma dessas tentativas foi feita em condições regulares.

Não havia serviço de immigração devidamente aparelhado com os meios necessarios para mantel-o e desenvolvê-lo. No principio as dificuldades são certas e inevitaveis. Não é possivel obter immigração composta somente de individuos que se recommendem pela a ctividade e pelo criterio. Juntamente com estes veem muitos de genio aventureiro e irriquieto. Estes em geral se retiram, ocasionando não pequenas despesas, porem, desde que haja bastante recurso para fazer face a esses prejuizos, para manter uma parte dos immigrants, tornando-lhe conhecidas as excellentes as vantagens que o Estado offerece tudo se mudará por completo, os proprios immigrants farão a propaganda, a corrente immigratoria irá pouco a pouco se estabelecendo e dentro em algum tempo manifestar-se-hão os resultados beneficos.

Nada existe entre nós que offereça resistencias a immigração. As condições sanitarias do Estado em geral são boas. Toda a grande faixa do litoral é banhada por fortes ventos que tornam o clima agradável: na região sertaneja há grandes zonas em que a temperatura é bastante amena e na parte central, como nas margens do Tocantins, somente durante algumas horas do dia sente-se calor fôrte (Leite, 1908: 13).

Dois anos depois, o governador Luiz Domingues da Silva falava com muito entusiasmo sobre a criação de colônias agrícolas, porém, sem mencionar o elemento estrangeiro, demonstrando assim que os planos de integrar europeus no Maranhão haviam sido abandonados definitivamente, focando no trabalhador nacional (Silva, 1912).

¹²⁶ O Cutim era uma região afastada na época, onde havia matas e o rio Cutim, lugar de lazer para a elite local. Foi via de acesso ao Caminho Grande que levava ao centro de São Luís. Em 1894, foi instalada a escola de Agricultura.

A Repartição criada em 1905 continuava sem recursos e desprestigiada, pois em 1910 o governador não via urgência em nomear um novo diretor após o falecimento do titular, pois o estado continuava sem recursos e o lugar onde funcionava na Rua da Estrela, em prédio próprio, foi deixado para ocupar um compartimento no palácio do governo, demonstrando, assim, sua pouca importância para o governo (Reis, 1910).

A partir de 1911, não se menciona mais a colonização nem com nacionais, mudando o foco para a utilização de terras devolutas por empreendedores, a exemplo dos contratos assinados com um francês, um americano e um inglês em 1913, às margens dos rios Maracassumé e Gurupy (Silva, 1913).

A prática: as colônias e os engajados no início da década de 1850

Como foi discutido no texto anterior, as tentativas de estimular uma corrente imigratória e formar núcleos coloniais com estrangeiros começaram, ainda, no início do século XIX e estenderam-se até o final do mesmo, sendo que, somente na primeira metade da década de 1850 e 1880, se concretizaram essas aspirações, ainda que de forma efêmera.

Não era qualquer estrangeiro que deveria desembarcar no Maranhão, havia uma clara preferência pelos europeus e um dos autores que escrevia com autoridade na década de 1850 sobre o tema, Fabio Alexandrino Reis, «recomendava a contratação de portugueses, afirmando que eram muito fáceis de convivência por terem língua e religião semelhantes às praticadas no Brasil» (Faria, 2001: 181). Na fala do presidente de província à Assembléia provincial em 1851, José Machado (1851: 45) demonstrava sua preferência pelos açorianos que «segundo informações se aclimata [va]m com muita facilidade nesta província». Já o Regulamento da Diretoria de Colonização, de 19 de abril de 1855, colocava entre suas próprias obrigações, a indicação dos países onde deveriam ser contratados os colonos, observando *nossa religião, forma de governo e língua* (Machado, 1855). Entre os atributos associados a estes colonos, estava o de promover o desenvolvimento de métodos e máquinas (Sá, 1847) ou serem “inteligentes”, “moralistas”, “morigerados” e “industriosos”¹²⁷.

A escolha foi pelos portugueses, para constituir a maioria das colônias formadas na década de 1850, não excluindo outros grupos, pois chineses foram engajados para trabalhar em Maracassumé e tinha-se a intenção de introduzir alemães e suíços na província ainda naqueles anos, como vimos anteriormente.

¹²⁷ Essas qualidades atribuídas aos colonos que deveriam ir para o Maranhão podem ser encontradas nos relatórios e falas de presidente de província do Maranhão entre as décadas de 1840 e 1880.

As seis colônias fundadas entre os anos de 1853 e 1855 funcionaram em regime de parceria e engajamento. Duas delas eram identificadas como colônias de operários, a de Arapahy e a de Maracassumé, as outras quatro eram agrícolas: Santa Izabel, Santa Tereza, Petrópolis e Pericaúa.

Apesar dessa classificação, a colônia de Pericaúa, que funcionou no município de Turiaçu e foi fundada pela Companhia Prosperidade, com sede na cidade do Porto, em Portugal, estava voltada para a produção agrícola e à exploração aurífera e madeira para construção de embarcações. A companhia chegou a engajar cento e doze colonos portugueses, sendo 95 homens, incluindo 11 menores de 16 anos e 11 mulheres, entre elas 4 menores (Machado, 1856). Moradias previamente construídas os esperavam na colônia e seus membros recebiam salários por suas jornadas (Almeida, 2008). Por essas características, as também por ter maior número de homens se aproximavam das colônias de operários.

Petrópolis, instalada a uma légua da vila de Codó, recebeu seus primeiros colonos em 1855 em um terreno de 1.800 braças de frente e 3.000 de fundo, adquirido por Francisco Marques Rodrigues, onde foram construídas casas para recebê-los. A intenção era plantar arroz, onde metade da produção ficaria com os colonos, como exigia o contrato de parceria. Entre seus 91 membros existiam 55 do sexo masculino e 36 do sexo feminino, incluindo 13 menores.

Em Cururupu, foi fundada a colônia Santa Tereza em maio de 1855 pelo português Antonio Bittencourt, que contratou pessoalmente 140 açorianos das Ilhas Graciosas, de onde era natural (Almeida, 2008). Esses açorianos estavam inseridos em um movimento migratório daquelas ilhas em direção ao Brasil entre os anos de 1830 e 1860. E o que os movia nesse sentido? Para Carlos Riley (2003: 153): «Pode-se apontar um sem número de razões para esta interrogação. Os açorianos emigram pelo espírito de aventura que lhes corre no sangue, porque as catástrofes sísmicas e vulcânicas a isso os impelem e por aí adiante... A verdadeira razão, ou pelo menos a mais determinante é, sem dúvida alguma, a fome».

Ainda segundo Carlos Riley (2003: 151), esses eram formados basicamente por camponeses e constituíam o que ele chamou de “escravatura branca”, devido às condições dos contratos que lhes eram impostas e às condições de viagem que se submetiam, chegando «aos portos brasileiros em condições de higiene, saúde e salubridade absolutamente deploráveis». Um segundo grupo seria formado de lojistas, caixeiros, pequenos comerciantes, escriturários e homens de ofício especializados, além daqueles que dominavam as «técnicas de escrita e contabilidade» (2003: 150), que encontraram, assim, maior facilidade de se integrar

econômica e socialmente. Um último grupo, formado de bacharéis e letrados, que atuaram especialmente em jornais, também desembarcaram no Brasil nesse período.

Percebe-se que, se há uma ausência de estudos sobre os portugueses no Maranhão, existe uma lacuna bem maior sobre os açorianos, especialmente sobre os que desembarcaram no século XIX, sejam eles de qualquer grupo desses apresentados por Carlos Ridley (2003), pois as notícias que se têm daqueles trazidos por Bittencourt para trabalharem em suas terras são escassas e vagas, como veremos mais adiante.

Entre os colonos das Graciosas, 76 eram homens e 64 mulheres, entre eles estavam 51 menores de ambos os sexos. A colônia funcionaria em suas terras, onde plantariam arroz. Santa Izabel, assentada em Guimarães, foi a mais duradoura, mesmo com a troca de direção, devido à morte do coronel Torquato Coelho de Souza, seu fundador. Ainda, em 1861, o presidente de província noticiava que esta continuava a “florescer”. Apesar de o contrato ter sido assinado em abril de 1852, os colonos só mudaram para as terras destinadas à colônia em dezembro de 1853, com 51 portugueses, mas o relatório de presidente da província de 1853 contava 48 indivíduos, devido à morte de uma mulher e dois recém-nascidos. Em outubro deste ano, chegavam mais 11, aproximando-se dos 80 que foram prometidos. Entre os 59 que iniciaram Santa Izabel, 40 eram homens e 19 eram mulheres, sendo entre eles 16 menores de ambos os sexos. Lá, assim como em Petrópolis e Santa Teresa, o contrato era de parceria.

O trabalho inicial foi na retirada de madeira para a construção de suas próprias casas e na plantação de cana de açúcar. Além da cana, também investiram em culturas próprias, como legumes, frutas e cereais. O coronel Torquato, controlador da colônia, anunciava planos de constituir fábricas naquela área e triplicar a produção nos anos seguintes.

A colônia do Arapahy foi fundada em 1854. Seus colonos trabalharam na abertura de um canal marítimo que facilitaria a navegação ao porto de São Luís, já que sem este as embarcações eram obrigadas a passar no *Boqueirão*, famoso pelos naufrágios, principalmente de pequenas embarcações, que levavam a produção do continente à capital para ser negociada. Foi a maior colônia, recebendo 368 portugueses, sendo 323 do sexo masculino. Entre os colonos havia 29 menores (Almeida, 2008). Os colonos recebiam remuneração.

Já a colônia de Maracassumé, fundada pela Companhia de Mineração Maranhense, se dedicou à mineração na Comarca de Turiaçu com 40 chineses contratados no Rio de Janeiro. Não há referência à existência de mulheres. Duraram cinco anos. Seus colonos também eram jornaleiros.

No conjunto dos colonos, a superioridade masculina destacava-se, pois entre os 887, 620 (70%) faziam parte desse grupo. Esse perfil, segundo Alfredo Almeida (2008), estava

associado à necessidade do aumento da oferta de trabalhadores, pois lavradores e empresários não necessitariam esperar um crescimento vegetativo que poderia demorar décadas. O mesmo autor aponta para outro motivo: a maior facilidade de imobilizá-lo, especialmente os solteiros:

É que mediante as formas de imobilização de mão-de-obra adotadas, tais como os diversos adiantamentos (passagem, alimentação e demais despesas de manutenção imediata, gastos com doenças), um trabalhador isolado torna-se mais passível de subordinação e de não poder resgatar, sem que intensifique a jornada de trabalho ao extremo, as dívidas contraídas. Além do que, faz com que o endividamento tenda sempre a manter-se constante, face aos novos dispêndios necessários à sua reprodução (alimentação, moradia). Esta imobilização pelo consumo de alimentos e pela moradia encontraria obstáculos maiores caso o ‘colono’ dispusesse de um grupo familiar, que suprisse as necessidades elementares, que mantivesse um roçado e permitisse uma maior autonomia sua face aos fornecimentos regulares do empresário (Almeida, 2008: 109-110).

Homens solteiros não era o perfil ideal do projeto de colonização que pretendia Machado, que criticava essa distorção: «É uma desproporção extraordinária entre os dois sexos e que não deve haver, quando se procura estabelecer colônias e não companhias de trabalhadores» (Machado, 1856: 54). Se por um lado resolveria o problema da mão de obra, por outro comprometia o crescimento vegetativo, já que isolado na sua colônia, geralmente distante de centros urbanos, diminuía as possibilidades de constituir família.

Levar esses colonos ao Maranhão exigia recursos, era necessário pagar um engajador, o transporte, adiantar algum dinheiro e tratar os doentes, cabendo, na maioria das vezes, ao governo provincial, o financiamento de tais ações, já que somente Arapapahy teve 368 engajados, representando 41% do total dos colonos. Se essa colônia foi totalmente financiada e gerida pelo governo provincial¹²⁸, as de Santa Tereza, Maracassumé e Pericaúasendo a primeira particular e as outras duas empresariais, contaram exclusivamente com recursos e gestão privada. Santa Isabel e Petrópolis foram criadas por particulares, mas necessitaram da ajuda do Tesouro Público da província.

Em 1856, o presidente de província Antonio Machado (1856) exibiu em seu relatório os gastos com a colonização estrangeira e os reembolsos até aquele momento. Segundo o documento, o governo provincial tinha gasto com adiantamentos aos colonos, empréstimos a empresários, “curativos”, “diversos e eventuais” 61.858\$445 réis. Os empresários e colonos consumiram a maior parte dos recursos de forma quase idêntica, um pouco mais de 26.000\$000 cada grupo. Parte desses recursos retornou aos cofres da província, como deveria acontecer com o pagamento dos empréstimos e adiantamentos.

¹²⁸ Essa afirmação é feita por Regina Faria (2001) e Alfredo Almeida (2008), porém encontramos um registro de repasse do governo imperial destinado à obra no exercícios fiscais de 1853-1854 e 1854-1855, o valor repassado sob a rubrica «auxílio prestado pelos cofres nacionais às obras do canal de Arapapahy», contabilizou no primeiro ano fiscal, 12.000\$000 e no segundo, 24.000\$000 (Machado, 1856: 35-36). Seja como for, o fato é que a maior parte dos recursos saiu dos cofres da província.

Os colonos, por exemplo, já haviam pagado quase 58% da dívida. Já os empresários, não haviam ainda reembolsado à província, porém, seu empréstimo era garantido. O governo calculava, depois de tudo pago, um “prejuízo” de 14.008\$040 réis com a colonização daqueles anos, algo em torno de 23% do total aplicado (Machado, 1856).

Anos depois, em 1862, outro presidente de província, Campos Mello, refazia os cálculos e colocava as despesas totais com a colonização em 68.927\$804, sendo pagos pelos colonos e empresários devedores 43.528\$780 réis. Contando ainda com 3.500\$000 de empréstimos garantidos, o prejuízo com a colonização era de 21.899\$024 (38%) (Mello, 1862). Um valor bastante elevado para um investimento que não deu resultado.

A colônia de Santa Izabel, por exemplo, deveria receber, a título de empréstimo, o total de 5.000\$000 réis e Petrópolis 70\$000 réis por colono introduzido (Almeida, 2008). Um colono que se deslocava do Porto, em Portugal, para a colônia de Santa Izabel, no inteiro do Maranhão, custava aproximadamente 84\$810 réis, incluindo a comissão do engajador e caso não adoecesse (Machado, 1853). Petrópolis também seria beneficiada com empréstimos em 1855, estava programada a liberação de 14.000\$000 réis. Este valor somado a outros gastos totalizavam 66.900\$000 réis, quantia que o governo provincial pretendia investir até o final daquele ano na colonização estrangeira (Machado, 1855).

A mais dispendiosa aos cofres da província foi a de Arapahy, pois detinha, como mencionamos anteriormente, 41% de todos os colonos e estes receberiam remuneração. Além disso, o número de mortos foi elevado, causando prejuízo, pois, em 1856, registrava-se um total de 22 falecimentos, quase o dobro de Petrópolis (12) e Santa Tereza (12). Era também provavelmente a colônia em que mais houve evasão sem quitar suas dívidas. Foram 64, como informava o relatório de presidente de província de 1857 (Machado, 1857). Por fim, algum tempo depois da paralização da obra, em 1858, o próprio governo abonou as dívidas daqueles que ainda as tinham com a província (Vieira, 1859).

Se o governo estava determinado em estimular a chegada de colonos estrangeiros, destinando recursos para esse fim, duas companhias e uma iniciativa pessoal não precisaram recorrer ao crédito provincial. Pericaua, contou com capital privado dos provincianos e de capitalistas portugueses. Seu capital inicial foi de um conto. Maracassumé foi uma iniciativa do Barão de Mauá e contou com a participação de capitais ingleses (Faria, 2001)¹²⁹. Santa

¹²⁹ Irineu Evangelita de Sousa foi um grande investidor brasileiro, esteve presente em diversos empreendimentos em muitas províncias brasileiras. Entre suas criações ou associações estão a Companhia Fluminense de Transporte (1852), estradas de ferro, como a que ligava o Rio de Janeiro a Petrópolis ou as de Recife (Pernambuco) e Salvador (Bahia); a Companhia de Vapor do rio Amazonas (1853); a Companhia de Iluminação a Gás no Rio de Janeiro (1854). Neste mesmo ano recebe o título de Barão de Mauá de D. Pedro II.

Tereza foi toda financiada com recursos próprios, não se tendo notícia dos gastos provinciais com essa colônia.

Sobre as terras utilizadas pelo capital privado, Alfredo Almeida (2008: 107) afirma que: «Não há qualquer alusão ao fato de terem sido beneficiadas pela legislação, que concedia à província uma extensão de terras devolutas para fins de colonização». “As referências episódicas deixam transparecer, que as terras onde se estabeleceram os núcleos foram adquiridas em transações normais de compra e venda de terras».

Apesar dos investimentos próprios, podemos supor que seus custos eram inferiores pelas facilidades que tiveram em contratar seus colonos. O fundador de Santa Tereza foi buscar pessoalmente seus patrícios nas Ilhas Graciosas e utilizou terras que já possuía. A companhia fundadora de Pericaúa tinha investidores da cidade do Porto, de onde saíram seus trabalhadores. Maracassumé utilizou chineses, que já estavam no Rio de Janeiro, e provavelmente recebiam jornadas menores que as praticadas com europeus.

Além disso, o número de contratados era menor que nas colônias que funcionaram com recursos do governo provincial. Dos 887 colonos desembarcados no Maranhão entre 1853 e 1855, 292 (33%) estavam vinculados ao capital exclusivamente privado.

Tabela 56 - Colonização Estrangeira no Maranhão – 1853/1855

COLÔNIAS	TIPO DE COLÔNIA	TIPO DE CONTRATO	FINANCIAMENTO	NÚMERO DE COLONOS ¹³⁰	CRIAÇÃO E GESTÃO
Pericaúa	Agrícola	Jornaleiros	Próprio	112	COMPANHIA
Petrópolis	Agrícola	Parceria	Provincial	91	Particular
Santa Tereza	Agrícola	Parceria	Próprio	140	Particular
Santa Isabel	Agrícola	Parceria	Provincial	59	Particular
Maracassumé	Operários	Jornaleiros	Próprio	40	IDEM
Arapapahy	Operários	Jornaleiros	Provincial	368	Província

Fonte: Cesar Marques (1970) e Alfredo Almeida (2008)

Por outro lado, se virmos de outro viés a tabela, nos é revelado que a importância do capital privado na introdução de estrangeiros na província era mais significativa do que parece. Se considerarmos somente as colônias instaladas no interior da província, excluirmos os 368 colonos de Arapapahy, sediada no Bacanga, em São Luís. Nesse contexto, as colônias que foram financiadas com capital privado introduziram no interior do

¹³⁰ 77 foram cedidos a diversos particulares (Machado, 1855).

Maranhão um maior número de trabalhadores do que as financiadas pelo governo provincial, podendo assim ter contribuído para uma maior penetração dos portugueses (e chineses) no interior da província, quando foram desfeitas as colônias. Os 292 colonos instalados em Pericaú, Maracassumé e Santa Teresa representavam 66% de todos os contratados vivendo em colônias no interior da província¹³¹.

Mais uma vez, olhando para a tabela, percebemos que apesar das intenções estarem voltadas para a constituição de mão de obra que substituísse os escravos nas lavouras, quase a metade foi destinada às colônias de operários (46%). Dos mais de 1.000 colonos que o presidente de província tinha a intenção de introduzir no Maranhão até o final de 1856, pelo menos 100 seriam destinados à colônia de pescadores do Araçagi e outros 200, estes açorianos e por conta do governo imperial, seriam destinados à colônia militar do Gurupi (Machado, 1855), que, somados aos 408 de Maracassumé e Arapapahy, chegariam a pelo menos 50% do total¹³². Dos recursos que pretendia liberar em 1855, como vimos no texto anterior, 34,3% estavam destinados à colônia de pescadores, apontando, no caso do presidente José Olímpio Machado, que havia a intenção de diversificar a aplicação do trabalho dos colonos estrangeiros.

Convencido de que a introdução de braços livres para ser benéfica e profícua, deve, por enquanto, ao menos subordinar-se à sua procura nas diversas indústrias da província, tenho por este princípio, regulado todas as operações relativas à colonização.

Isto posto, tenho mandado vir colonos com o destino seguinte:

- 1- Para operários nas obras públicas e particulares.
- 2- Para feitores e trabalhadores de campo.
- 3- Para cuidarem do fabrico de certos generos de nossa lavoura, cuja plantação tem que ser confiada exclusivamente a escravos.
- 4- Para o estabelecimento de uma colônia de pescadores.
- 5- Para o estabelecimento de colônias agrícolas.

Pare estes serviços, os colonos, apenas chegam, são imediatamente empregados (Machado, 1855: 53).

Outro dado que podemos reter desse quadro é o número de jornaleiros em detrimento daqueles que estavam sob o regime de parceria. No Brasil, o contrato de parceria parece ter sido o mais usado, pelo menos até 1856, quando houve a divulgação das condições de trabalho de imigrantes suíços em uma fazenda do Senador Vergueiros, como já citamos em texto anterior. O senador estimulou a parceria, pois além de usar em suas propriedades, passou a contratar europeus para terceiros. No Maranhão, além das colônias de Santa Isabel, Santa Teresa e Petrópolis, como também já mencionado, tinha-se a intensão de contratar no mesmo regime de trabalho 150 colonos suíços e alemães através de Vergueiros. As três

¹³¹ Não estamos aqui contabilizando os 77 colonos entregues a particulares, por não saber se foram trabalhar em fazendas do interior ou na capital. Mesmo que os considere e supondo que foram financiados pelo governo, o percentual de colonos bancados com recursos próprios fica em 56%.

¹³² Utilizo um percentual aproximado por não poder mensurar “mais de 1.000 colonos”.

colônias que utilizaram essa modalidade tinham menos colonos que as que remuneravam, somando 520 indivíduos (58,6%)¹³³. Se entendermos que os outros 77 que foram entregues a particulares que realizavam tarefas por remuneração, esse percentual sobe para 67,3%.

Uma última questão a ser observada nesta tabela é a proporção de colonos vinculados a particulares (e empresas), seguindo a tendência no Brasil, era maior em relação à do governo. No Brasil, entre os anos de 1850 e 1889, foram criadas 50 (19%) colônias imperiais, 3 provinciais e 197 (78%) particulares. Antes disso, entre 1840 e 1850, «foram organizadas vinte colônias, sendo que dessas, 33% eram imperiais e 67% particulares» (Giron e Bergamaschi, 1996: 20).

Esse alto número de colônias particulares estava relacionada à retomada da atuação do governo imperial no processo de colonização estrangeira, que havia sido reinaugurado em 1848 com a Lei n.º 514, de 28 de outubro de 1848 que, no seu artigo 16, concedia terras devolutas às províncias, sendo uma nova tentativa de dividir com os governos provinciais a tarefa da colonização e obteve melhores resultados. Podemos elencar, também como motores dessa nova fase, a promulgação da Lei de Terras (1850) e a o fim do tráfico de escravos (1850). No primeiro caso, as terras passavam a ser vendidas e não mais cedidas, o que, em tese, impedia a ocupação por qualquer um que as solicitasse ou que as invadisse sem autorização. Dessa forma, só poderia ter acesso à terra quem dispusesse de recursos, impedindo que homens e mulheres livres, ex-escravos ou estrangeiros pobres tivessem acesso. Já o fim do tráfico impediria a renovação da mão de obra, obrigando os fazendeiros a recorrer aos livres. Como havia um preconceito com os nacionais, taxados de indolentes e preguiçosos, a alternativa seria os estrangeiros.

No Maranhão, como vimos, os colonos vinculados a essas colônias representavam um pouco mais da metade, 58,5%. Por outro lado, cinco das seis unidades fundadas na década de 1850 eram particulares (e empresariais), representando 85%. Esse percentual era superior à média nacional dos anos anteriores e posteriores¹³⁴. No final da década de 1850 só havia uma em funcionamento e só se ouvia falar em outra experiência de colonização no final do século, quando da chegada dos americanos, mas que foi financiada pelo governo provincial. Essa ausência de iniciativas depois de 1850 pode ser explicada pela dificuldade por parte dos particulares e empresas em se mobilizar, pois havia, ao que parece, receio por parte daqueles que podiam investir, como vimos no texto anterior, mas também ausência de recursos, tanto próprios, como da província.

¹³³ Se considerarmos que os 77 a serviço de particulares não trabalhavam por remuneração.

¹³⁴ O fato de não haver colônias antes e depois da década de 1850 impede uma comparação mais exata.

Apesar dos esforços da província e de particulares a colonização estrangeira no Maranhão fracassou. Das seis colônias apenas Santa Izabel passou à década seguinte. O presidente de província Benvenuto Augusto de Magalhães Taques divulgava, em seu relatório, de 1857 que, dos 887 colonos que chegaram ao Maranhão entre os anos de 1853 e 1855, apenas 264 continuavam nos estabelecimentos¹³⁵ e somente a de Santa Izabel se sustentava, as demais se dissolviam (Taques, 1857). Dois anos depois era noticiado o fim das colônias, a exceção de duas, Santa Izabel e Pericaúa.

Os motivos para seus fracassos variaram de uma para outra. A de Santa Tereza fechou com a deportação de seu criador, Antonio Bittencourt, em 1856, acusado de diversos crimes, como tráfico de escravos, introdução de moeda falsa e tentativa de assassinato¹³⁶. Santa Izabel durou até a década de 1870, quando ainda tinha entre seus 81 colonos, 30 portugueses (Maya, 1871). A de Pericaúa fechou enquanto companhia (Prosperidade) em 1858, devido aos resultados insatisfatórios (Faria, 2001), mas alguns colonos continuaram lá. A de Petrópolis, em 22 de setembro de 1856, tinha seu contrato rescindido pelo presidente de província e cobrado a Francisco Marques Rodrigues, seu idealizador, devolver aos cofres públicos o dinheiro emprestado. O motivo era o empresário não ter cumprido com o contrato, no que tange à quantidade de colonos que deveria inserir (Machado, 1857). Arapahy deixou de existir depois de abandonada a construção do canal em 1858 e Maracassumé encerrou as atividades em 1860, devido à falta de mão de obra e ataques de quilombolas e índios, segundo seus proprietários (Faria, 2001).

De forma genérica, explicações foram apresentadas para justificar o fracasso do sonho de levar e manter colonos estrangeiros no Maranhão. Alfredo Almeida (2008) encontra como justificativas nos relatórios de presidente de província, as epidemias, a insubordinação, a evasão, a rescisão dos contratos e a desagregação das colônias devido o desmembramento das terras entre as famílias. Na visão do representante dos portugueses no Maranhão em 1859, o cônsul Augusto de Faria, o problema estava nas duras condições de trabalho que seus

¹³⁵ Em Santa Izabel 51, Santa Tereza 52, Pericaúa 30, Arapahy 83 e Petrópolis 56.

¹³⁶ A correspondência do consulado português no Maranhão com o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal revela a visão do cônsul sobre as tentativas do presidente de província, Cruz Machado, em incriminar a qualquer custo Antonio Bittencourt. Os motivos não ficam claros, pois o cônsul limita-se a sugerir interesses de terceiros na condenação, prisão ou deportação do lavrador português. Porém, em um jornal local um articulista apresenta sua versão para a perseguição. O motivo seria a recusa dos portugueses em investir na companhia de águas que se formava e que era “a menina dos olhos de ouro” do presidente. De qualquer forma, percebe-se pela análise dessa documentação o empenho da autoridade provincial em condenar Bittencourt, sendo que a deportação incluiu naquele ano mais um português, Martins, por motivos semelhantes.

compatriotas eram submetidos diariamente (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 22/04/1859, Augusto de Faria).

A situação dos colonos variou de acordo com o lugar que estavam fixados e o seu tempo de permanência, mas de modo geral a experiência foi marcada pela insatisfação, exploração, más condições de trabalho, doenças, mortes.

Em Santa Isabel, o trabalho inicial foi na retirada de madeira para a construção de suas próprias casas e na plantação de cana de açúcar. Além da cana, também investiram em culturas próprias, como legumes, frutas e cereais. O coronel Torquato, controlador da colônia, anunciava planos de constituir fábricas naquela área e triplicar a produção nos anos seguintes. A satisfação dos colonos, pelo menos no início da empreitada, pode ser atestada pelo resultado de uma entrevista feita pelo juiz municipal, a pedido do próprio Torquato. O juiz, segundo o presidente de província, concluía estarem todos satisfeitos. Parece proceder tal estado de espírito dos colonos, pois outros indícios podem confirmar esta satisfação, como por exemplo, o nome dado à primeira criança nascida na colônia, *Isabel* e o escolhido para padrinho, o próprio Torquato de Souza. A colônia contava ainda com uma escola para os menores. A evasão em Santa Isabel, pelo menos até mais ou menos dois anos depois era baixa, somente 5 indivíduos a deixaram, com o consentimento do empresário, depois de terem quitado suas dívidas, para trabalharem como feitores em fazendas próximas, por não estarem habituados ao trabalho de lavoura (Machado, 1855). A chegada de mais 11 colonos em 1854, todos amigos dos que já estavam fixados, as poucas mortes e a quase ausência de graves moléstias nos primeiros anos, podem ter contribuído para o sucesso inicial da colônia (Machado, 1854). O coronel Torquato cumpria o contrato, fornecendo vinho e carne nos fins de semana e a ração diária dos colonos, segundo as autoridades provinciais.

Mas nem tudo era perfeito na colônia de Santa Isabel, como descreviam os presidentes de províncias em seus relatórios anuais, pois os colonos ficaram insatisfeitos com o contrato de parceria, conseguindo renegociar os termos e ficando com toda a produção de cereais, que antes deveria ser dividida com o proprietário. Essa conquista, em 1855, foi colocada por Alfredo Almeida (2008: 118) como resultado da luta entre proprietário e colonos, onde os últimos saíram vitoriosos e isso justificaria a longevidade da colônia «Por outro lado, diante dos protestos dos “colonos” face aos rigores do ‘sistema de parceria’ foi obrigado a redefinir os termos do contrato. Em vez de auferir metade de tudo quanto colhessem os colonos, renunciou a esses interesses em relação aos cereais, legumes e frutos. Com este recurso a Colônia conseguiu se manter».

Os problemas não se encerram com esse episódio, quase três anos depois de sua chegada os colonos ainda moravam nas casas provisórias, que eram usadas também como paios (Machado, 1856). O regime disciplinar era draconiano, tinha caráter policial em muitos dos seus artigos, sendo que não podiam deixar o estabelecimento por mais de 24 horas sem autorização do diretor e mesmo que o período fosse menor, deveriam carregar consigo uma guia com seus dados, que deveria ser entregue à autoridade policial local, que tinha a obrigação de vigiá-los, observando seu comportamento e remetendo à direção da colônia as informações. Os colonos seriam multados e poderiam ser até detidos em alguns casos por ordem do diretor, se atirassem durante a noite, se embriagassem, recebessem pessoas sem autorização ou retirassem cana para moer sem consentimento prévio. Eram, ainda, multados, se seus filhos não frequentassem a escola (Machado, 1855).

Em 1864, outro conflito de interesses entre as duas partes surge, quando reclamavam ao cônsul o peso das carradas de cana que enviavam ao engenho. Segundo os portugueses reclamantes, o que era retirado de lá em açúcar renderia mais em outro engenho fora de Santa Izabel¹³⁷. O empresário se dirigiu ao consulado para dar explicações, segundo ele, eram os indolentes e menos econômicos os que faziam a reclamação¹³⁸ (Cunha, 1865).

Em Santa Tereza, as coisas transcorreram de forma diferente, menos de 7 meses depois do início de seu funcionamento, 25 indivíduos deixaram a colônia, porém, com o consentimento de Antonio Bittencourt, outros 12 haviam faleceram no decorrer do primeiro ano. Os moradores ficaram descontentes, reclamando das febres e mosquitos, recusando-se a lavrar a terra.

Apesar da insatisfação, não podiam abandonar a colônia, pois o seu regulamento era o mesmo de Santa Izabel. Houve insubordinação e mesmo impedidos, abandonaram os trabalhos, tendo o proprietário requisitado forças policiais, como regia o regulamento, para obrigá-los a voltar à colônia e cumprir o contrato. Os que permaneceram fizeram uma roça comum e seu produto era insuficiente para manter o estabelecimento¹³⁹, os demais «vagão sem licença pelo município, em ociosidade, pedindo esmolas, e tirando subscrições» (Machado, 1856). Em 1856, havia somente 42 indivíduos, que deixaram seus lotes para se

¹³⁷ Não foi encontrada nenhuma referência a este conflito na correspondência do consulado português no Maranhão com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

¹³⁸ A essa altura, o coronel Torquato havia falecido e seu irmão o substituíra.

¹³⁹ O presidente critica a escolha feita pelo próprio fundador da colônia, pois eram turbulentos, mais apropriados ao crime do que ao trabalho na terra. Bittencourt ainda é taxado de pouco interessado no que fazia naquela colônia (Machado, 1857). A avaliação depreciativa do presidente pode ser lida como pessoal, já que ele perseguiu Antonio Bittencourt até conseguir expulsá-lo do Maranhão, acusando-o de diversos crimes.

empregarem como jornaleiros ou feitores em fazendas da região e ainda alguns trabalharam em “indústrias” na região de Guimarães (Paranaguá, 1859).

Em Petrópolis, o contrato também parece ter sofrido alteração, pois Brandão Júnior (1865 citado por Faria, 2001: 187) afirmava em 1865 que «Na Colônia Petrópolis, cobrava-se ‘apenas o dízimo dos colonos, e não se tem arrependido’». A colônia também foi atingida por doenças e mortes, falecendo 12 nos primeiros meses.

A insatisfação com seus contratos (de parceria) também pode ser vista no interior de São Paulo, quando um dos colonos da colônia de Ibicada, do Senador Vergueiros, escreveu um relatório sobre as condições de trabalho naquele lugar. Os contratados depois de um ano estavam insatisfeitos com os pagamentos realizados, e o autor do relatório questionava a semelhança com a escravidão africana e criticava a execução do regulamento. A repercussão, como mencionamos no capítulo I, foi significativa, fazendo alguns países, como a Prússia, terem mais prudência com a exportação de mão de obra e, no Brasil, a ser revista relação colono/fazendeiro.

Já em Pericaú, havia 112 colonos portugueses, sendo 95 homens, incluindo 11 menores de 16 anos e 11 mulheres, entre elas 4 menores (Machado, 1856). Os colonos pareciam satisfeitos e em harmonia com o agente responsável no início dos trabalhos, segundo uma autoridade provincial. Suas jornadas eram remuneradas com salários e, em 1856, trabalhavam, ao que parece, somente na lavoura. Neste mesmo ano a situação se alterava e, à proporção que os colonos iam saldando seus débitos, eram dispensados pela companhia, já que esta não via motivos para continuar investindo no estabelecimento, diante do pouco lucro. Em 1857, Machado (1857) revelava haver poucas roças na colônia. No ano seguinte, a empresa abandonava o empreendimento. Os colonos restantes foram dispensados, alguns preferiram ficar lavrando as terras e outros se disseminaram por Guimarães e Turiaçu (Paranaguá, 1859).

O canal de Arapahy foi iniciado em 1876 com o nome de *Passagem de São Joaquim*, mas não evoluiu muito, sendo logo paralisada a obra. Em 1848, a abertura do canal foi retomada, tocada por trabalhadores livres nacionais e escravos de aluguel. Com a chegada dos portugueses continuaram trabalhando, recebendo os proprietários de escravos 80% do valor das diárias pagas aos trabalhadores livres, passando mais tarde a ter pagamentos iguais. A obra foi extremamente onerosa aos cofres do governo provincial. Segundo o presidente de província Francisco Xavier Paes Barreto, seu custo, até seu encerramento, teria sido de 560.000\$000 e precisaria de mais 180 ou 200 contos. Para a autoridade consular, esse alto

custo estava relacionado a erros de engenharia, desleixo, prevaricação de alguns encarregados e desperdícios (Barreto, 1858).

As condições de trabalho e do lugar justificam o alto índice de abandono – quando quitadas as dívidas –, as fugas e mortes. Em 02 de agosto de 1855, o cônsul de Portugal no Maranhão informava sobre a transferência de alguns colonos portugueses para o hospital da Misericórdia devido às febres. Segundo a autoridade: «terreno pantanoso, e clima doentio, que nem um homem nesta estação tem escapado a sua influencia, cahindo em febres as quais os deixam em tal estado de abatimento que por muito tempo ficão impossibilitados de trabalhar, e por conseguinte sem recursos de subsistência, e quase a mendigar a caridade pública» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 31/07/1855, Leonardo Pinheiro Carneiro).

Mais adiante, o cônsul avalia também as moradias e a comida, justificando terem caídos doentes 44 deles em três dias:

Não há duvida de que eles estão ali quase ao desamparo, por que apenas há um enfermeiro que os trata em suas próprias choopanas, cobertas de pindoba sem resguardo dos ventos fortes que nesta estação são frequentes, e mesmo do ardente sol, que penetra ate a triste rede em que estão deitados. Visitando um a um vim dali constrangido por ver, que não so eles não tem meios para se curarem, se não que suas moléstias se agravam pelas más comidas de que fazem uso, podendo assevera a Vexa que vi muitos ardendo em febres, tendo dieta de carne seca com pirão, em tal estado, que julgo suficiente que estas comidas para os fazer adoecer (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 31/07/1855, Leonardo Pinheiro Carneiro).

Na avaliação de um presidente da província, o canal não foi terminado pela ausência de máquinas apropriadas, que eram substituídas pelo uso de braços nas escavações. Pode-se, então, imaginar as condições de trabalho dessas centenas de homens escavando o terreno muitas horas por dia, debaixo de sol forte ou chuvas, sujeitos a picadas de insetos e cobras.

A situação desses colonos pode ser medida pelos seus espólios deixados depois de mortos. A correspondência do consulado com o MNE nos dá uma clara ideia de sua pobreza. Na grande maioria das vezes são somente roupas velhas, alguns objetos usados, não sendo suficientes nem para pagar seu sepultamento.

Depois que a colônia deixou de funcionar, os portugueses que ainda estavam à disposição da província por não terem quitado suas dívidas foram remanejados para as obras do Caminho Grande e depois dispensados pelo governo (Vieira, 1858).

O resultado das tentativas realizadas na década de 1850 foi o fracasso, ainda que Santa Izabel tenha sido um pouco mais duradoura. Os efeitos foram os piores possíveis para os incentivadores da imigração e colonização estrangeiras, aquela direcionada à lavoura, pois só se teria notícias de outros colonos destinados à mesma tarefa no final da década de 1880, com a chegada dos americanos, como demonstramos no texto anterior.

Do outro lado do Atlântico, a experiência deve ter repercutido, pois o presidente de província Eduardo Machado dizia haver uma campanha contra o Norte do País na Europa «Os ensaios de colonização, tentados de 1852 pra cá, vão produzindo um resultado o mais lisongeiro possível, sobretudo se attentarmos ás forças do nosso orçamento e aos preconceitos, que, nos principaes centros da emigração europea, se tem levantado contra a colonização para as províncias do norte» (Machado, 1855: 53).

A má fama da região e, talvez, do Maranhão especificamente pode ter sido alimentada pelas histórias dos retornados e dos que ficaram e se correspondiam com parentes e amigos, criando impressões negativas sobre o lugar, como vimos no capítulo I, pois suas vivências foram marcadas pela falta de liberdade, de endividamento, trabalho duro e poucos recursos. A sensação de muitos, apesar de algumas conquistas, segundo o vice-cônsul Francisco Antônio de Lima, era de terem sido enganados (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 03/02/1857, Francisco Antonio de Lima).

O próprio cônsul de Portugal, em 1855, admitia influenciar os colonos a escreverem a seus amigos e parentes contando as dificuldades que passavam, na tentativa de dissuadir novos colonos: «Pela minha parte posso assegurar a Vexa que não cesso de visitar, e pressendir a todos para que escrevam para Portugal fazendo sentir a desgraça em que estão mettidos, a fim de que por alguma forma diminua a emigração» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 03/08/1855, Leonardo Pinheiro Carneiro). No caso da colonização dos suíços, o depoimento de um dos líderes da rebelião acontecida na colônia de Ibicada, interior de São Paulo em 1856-57, Thomas Davatz, publicado em 1858, teria abalado a credibilidade do Brasil como país receptor (Klug, 2013).

O resultado para muitos desses colonos foi a miséria e a mendicância nas ruas de São Luís. O cônsul Antônio de Lima chegou a enviar, com ajuda de negociantes locais, mais de 50 em estado de indigência a Portugal, e havia mais 15 ou 16 pedidos no mesmo sentido. Em 1859, o vice-cônsul David Azevedo presidia uma comissão de socorro criada para acudir os colonos que vagavam pelas ruas de São Luís esmolando e doentes. Uma casa foi alugada para abrigá-los e tratá-los. Um médico e um farmacêutico portugueses cuidavam das moléstias e, depois de curados, tinham a intenção de enviá-los de volta a Portugal, como desejavam os despossuídos (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 10/08/1859, David Azevedo).

CAPÍTULO IV

INSERÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS PORTUGUESES NO MARANHÃO

Durante o século XIX, empregos públicos, estabelecimentos comerciais, ofícios, e outras atividades laborais que não exigiam nenhum tipo de qualificação, fizeram parte da vida dos portugueses estabelecidos no Maranhão. Após a independência, algumas ocupações exigiram uma condição, a naturalização, para permanecer ou poder exercer, por exemplo, nos empregos públicos, o que obrigou os interessados nesse e em outros nichos de trabalho a naturalizar-se.

Essa prática foi vista ao longo de todo o século XIX, culminando com a Grande Naturalização de 1889, transformando muitos portugueses compulsoriamente em brasileiros. Mas, a atividade que interessava e abrigava boa parte desses estrangeiros não exigia a naturalização: era o comércio. Esse era muitas vezes facilitado pelas redes de solidariedade, que garantia ao jovem que saiu de Portugal lugar para dormir, alimentação e trabalho. Seu acolhedor era também seu patrão e, com sorte, alguns anos depois poderia ser também seu sócio e/ou seu genro.

Apesar de ser o trabalho onde mais se poderia encontrar portugueses, com o passar do tempo, foram perdendo espaço para os brasileiros, mas também, para um outro grupo de estrangeiros, os sírios e libaneses que, como seus antecessores, também tinham predileção pelo comércio e rapidamente foram ocupando esse espaço e ao mesmo tempo se igualando em termos numéricos aos portugueses.

Mas, antes disso, os portugueses tiveram grande ascendência no comércio do Maranhão, como veremos ao longo dos dois primeiros textos, sendo que em algumas áreas eram quase majoritários. Os recursos amealhados no comércio legal, na primeira metade do século XIX, foram investidos por alguns em atividades ilícitas, como o tráfico de escravo, que envolveu, além de negociantes, capitães de navios, autoridades consulares de Portugal e proprietários de embarcações.

Mas, os recursos oriundos do comércio foram também investidos em atividades lícitas, especialmente na segunda metade do século XIX, quando os setores de serviços e industrial ganham maior importância. Bancos, empresas de navios a vapor e indústrias foram alguns dos empreendimentos que contaram com capital português, fosse de pequenos ou grandes investidores, que compravam ações na esperança de enriquecerem rapidamente. Os que tinham maior capacidade de investir nesses novos negócios, os dirigiam, aparecendo muitas vezes como presidentes, diretores, tesoureiros. Esse movimento de capitais e o

controle acionário de muitas empresas demonstravam a capacidade dos portugueses de se reinventarem do ponto de vista econômico e social, possibilitando a alguns ocupar ou ampliar seu lugar de destaque na sociedade maranhense.

Apesar da presença marcante dos portugueses nesses negócios, que exigiam vultosas somas de dinheiro, muitos não conseguiram alcançar o mesmo patamar, sem, porém, desistir de um dia ser alguém com sucesso econômico e prestígio social. Para isso, o comércio parecia ser o melhor caminho, pois era ali que muitos iniciaram suas carreiras profissionais ou seus pequenos e médios negócios. Aos recém-empregados no comércio cabia o trabalho de limpeza do espaço e arrumação das mercadorias. Eram essas as primeiras tarefas de muitos jovens portugueses, que mais tarde se tornariam caixeiros e guarda-livros.

De um modo geral, esses imigrantes conseguiram melhorar de vida, sem necessariamente, se tornarem abastados negociantes, muitos fundaram lojas, quitandas, padarias ou pequenas indústrias. Apesar de o comércio ser sua principal ocupação, era possível encontrar parte deles e delas pulverizada em diversas atividades laborais, mesmo que em pequena escala, trabalhando como pescadores, pedreiros, empregadas domésticas ou operárias.

A maioria desses trabalhadores e trabalhadoras que imigraram para o Brasil durante os séculos XIX e XX era do sexo masculino, sendo o Maranhão uma das províncias que tinha uma das maiores proporções quando comparado a outras na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Era, também, o que menos tinha mulheres entre os imigrantes portugueses. Mesmo sendo poucas, essas mulheres permaneceram solteiras por longos períodos ou nunca se casaram, característica também notada entre os homens. Estes, na capital, entre 1855 e 1872 tinham índice de solteiros próximo a 80% e, quando comparado o Maranhão a outras províncias em 1872, era o segundo maior contingente de portugueses solteiros do império, ficando atrás somente do Pará¹⁴⁰.

Mesmo assim, é possível notar um comportamento diferenciado dentro do grupo, pois os homens vinculados ao comércio se casavam mais tarde do que os de outras ocupações, como demonstraremos a partir dos registros de matrícula do consulado português no Maranhão, entre os anos de 1915 e 1930. Esse comportamento muito provavelmente era característico em períodos anteriores, pois pode ser justificado pela espera de certa segurança financeira, ou seja, só casavam-se depois de se tornarem proprietários dos seus próprios

¹⁴⁰ O censo de 1920 não traz discriminado por nacionalidade o número de casados/as e solteiros/as, não sendo possível apresentar esses números para o ano de 1920.

negócios, o que não quer dizer que não estabeleciam relações afetivas com mulheres portuguesas e brasileiras, sem se comprometerem oficialmente.

A grande quantidade de negros e negras, mesmo após o fim da escravidão em 1888, e a proximidade destas com portugueses nas ruas quando trabalhavam, nos seus locais de moradias ou nos vínculos entre patrão e empregado, pode ter facilitado as relações interracialis entre os dois grupos. Essas relações poderiam ser efêmeras ou duradouras, gerando muitas vezes filhos e filhas. Os registros de testamentos, como veremos, mostram que alguns homens tinham mais de filho com uma mesma mulher (mulatas, negras), indicando relações duradouras ainda que não oficializadas.

Mas, as sociabilidades entre portugueses e nacionais iam além das relações com escravas, mulatas e negras pobres e podiam ser vistas em outro nível social e econômico, casando-se com abastadas maranhenses, o que fortalecia fortunas em ascensão ou já consolidadas. Outro expediente que facilitava as sociabilidades foi a fundação de entidades que, além de auxiliar seus compatriotas, contribuíam para aproximá-los dos nacionais e forjar uma imagem positiva desses estrangeiros no Maranhão.

Foram encontradas entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930, sete entidades fundadas pelos portugueses, com os mais variados objetivos, de auxílio mútuo a lazer: Sociedade Beneficente Luso-Maranhense, o Gabinete Português de Leitura, a Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, a Sociedade Patriótica, o Clube Republicano Português, o Sport Clube Luso-Brasileiro e o Grêmio Recreativo Littero-Português. Mas, sem dúvidas, as duas mais importantes foram o Gabinete Português de Leitura e a Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, ambas fundadas na segunda metade do século XIX.

O Gabinete Português de Leitura aceitava entre seus sócios pessoas de outras nacionalidades, estimulando sua participação através dos jornais locais. Já a SH1D, era restrito seu atendimento aos portugueses, porém, permitia como sócios benfeitores ou beneméritos, brasileiros, o que em certa medida contribuía para uma maior aceitação e visibilidade, mas que, em contrapartida, também trazia dividendos para estes, pois os prestigiava por participar de associações que tinham visibilidade e aceitação.

A aceitação de nacionais, associada à divulgação de suas ações, balanços e reuniões, em certa medida, contribuíam para diminuir as tensões entre nacionais e portugueses e melhorar a imagem dos últimos ao longo da segunda metade do século XIX. É possível afirmar que essas instituições eram bem vistas pela sociedade maranhense, diferente do que aconteceu, por exemplo, com o Gabinete Português de Leitura, em Pernambuco, que teve seu idealizador perseguido por alguns brasileiros que viam sua constituição como uma ameaça.

Os portugueses ricos e seus investimentos

Assim como aconteceu em boa parte do Brasil, no Maranhão a presença de nascidos em Portugal era notória desde a época colonial, não só pela sua maior quantidade entre os europeus, mas devido à ocupação de cargos públicos e muitas das casas comerciais existentes na capital serem suas propriedades. No campo, foram mais tímidos, mas, também, emergiram como grandes donos de terras e escravos, especialmente na primeira metade do século XIX.

Ainda no início do século XIX, em 1813, Raimundo Gaioso (1970: 115) anotou a posição privilegiada dos portugueses na sociedade maranhense, ocupando importantes cargos públicos: «[...] a mais poderosa [classe], e a que merece a primeira contemplação he a dos filhos do reino. [...] de somente conferirem os primeiros empregos aos que vem da Europa, e entre estes he que se acha dividido todo o pezo da administração publica».

Raimundo Gaioso (1970: 116) também percebeu a forte inserção destes no comércio: «[...] e o commercio com as capitancias visinhas, e com a Europa, se achã em geral somente entre as mãos dos negociantes ou comissários vindos delá, que bem recompensados ficão com as riquezas imensas que accumulão [...]».

Os viajantes bávaros Spix e Martius, passando por São Luís em 1819, também perceberam a forte inserção dos portugueses na burocracia, mas, também, no comércio, avaliando que eram os brancos, na maioria das vezes, portugueses, quem controlava a administração local e a maioria das casas comerciais:

Os brancos, em cujas mãos se acham a administração, a maioria das casas de comércio e alguns officios, são em geral portugueses natos (filhos do reino). A sua atividade, espírito de iniciativa e antigamente também sistema que excluía os nascidos no Brasil dos importantes cargos de Estado, deram a essa parte da população uma estranha preponderância sobre os brasileiros [...] (Johann Spix e Karl von Martius, 1981: 270).

O historiador Jerônimo Viveiros (1992a) publicou em 1954 os dois primeiros volumes dos quatro da História do Comércio do Maranhão, encomendados pela Associação Comercial do Maranhão para comemorar o seu centenário. No primeiro livro, o autor aborda o período entre os anos de 1612 a 1895 e dedica um capítulo aos portugueses, intitulado, «Os grandes comerciantes e lavradores portuguêses que, no primeiro quartel do século XX, se notabilizaram no Maranhão», onde destaca as importantes casas comerciais dos negociantes José Gonçalves da Silva, Simplício Dias da Silva e Antônio José Meireles Ferreira, em atividade desde o fim do século XVIII.

A movimentação de portugueses no Brasil também dá sinais da presença dos portugueses no comércio da província e da importância dessa atividade entre eles na primeira metade do século XIX, pois registra entre os 90 indivíduos que tinham como destino o

Maranhão, nos anos de 1811 a 1840, 36 declarações de ocupação, sendo que entre os que sobreviviam do comércio, ou seja, negociantes, comerciante e caixeiros, contabilizam-se 63,8%.

Nota-se que se não podemos afirmar categoricamente com números que havia uma hegemonia dos portugueses na ocupação dos cargos públicos e como proprietários de casas comerciais, podemos dizer que sua presença era no mínimo marcante. No caso dos empregos públicos, como vimos no capítulo II, era uma demanda dos “Brasileiros” os ocuparem, mas, para isso, era preciso afastá-los destas posições.

Ultrapassado o período do domínio português no Brasil os portugueses tiveram que deixar o serviço público devido sua condição de estrangeiros, ainda que, como também vimos no capítulo anterior, após a adesão do Maranhão à independência alguns tenham retornado à sua função. A solução para os que queriam continuar ou ingressar na burocracia imperial ou provincial foi a naturalização, que proporcionava também a inserção em outras atividades, como demonstrava um cônsul português do Pará antes de 1889:

Por semelhante estado de coisas da nossa marinha mercante, vários oficiais náuticos e marinheiros procuram aqui desembarcar, com o fito de se empregarem na navegação fluvial da região amazônica, que dia-a-dia aumenta, sucedendo que muitos, sobretudo os oficiais, ou por melhores interesses que auferem, ou a bem do exercício legal da profissão têm se naturalizado brasileiros (Martins, 1994: 214).

No Maranhão, em 1859, o também cônsul de Portugal David Azevedo comunicava ao MNE de Portugal a naturalização de quatro compatriotas, um escultor, um farmacêutico, um caixeiro e um negociante. O primeiro «para ser mestre dos educandos artífices» de São Luís, o segundo e o terceiro para trabalharem na Companhia de Navegação a Vapor e o último para «poder em seu nome fazer a navegação de cabotagem» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 10/08/1859, David Azevedo).

Não há como quantificar os naturalizados a partir das fontes que utilizamos nesta pesquisa ou mesmo em outras, poucos foram os registros deixados, mas podemos sugerir que no período anterior à grande naturalização de 1889, o número não foi elevado, pois segundo o cônsul de Portugal no Maranhão Raimundo Capella (1882: 238), [...] «as naturalizações são casos forçados e extraordinaríssimos». Se lembrarmos que a maioria desses imigrantes vinha direcionada ao comércio e este não exigia a naturalização, podemos mais uma vez deduzir que o número de interessados era reduzido nesse período.

A afirmação do cônsul pode ser corroborada pelo baixo número levantado para o Brasil como um todo pelo censo de 1890, cerca de 1.200 pessoas foram naturalizadas no Brasil nos últimos anos do império «por meio de dezenas de decretos legislativos que concederam naturalização a indivíduos ou a pequenos grupos, entre 1865 e 1889, a maioria

absoluta de súditos portugueses» (Capella, 1882: 170). Nos anos seguintes (1889-1912), a Directoria Geral de Estatísticas calculou em 2.316 os portugueses naturalizados, o que representava 46% do total, seguidos pelos italianos com 1.185 (23,4%).

O problema de falta de informações sobre as naturalizações pode ser encontrado inclusive na grande naturalização de 1889, como afirma José Mendes (2011: 168): «A rigor, não foram reunidos dados sobre a nacionalidade e o número dos imigrantes tocados pela medida legal, informações até hoje desconhecidas».

Ainda com essas dificuldades José Mendes (2011: 170) arrisca um número de várias nacionalidades «potencialmente admitidas à naturalidade pela via tácita na lei», cerca de 300 mil a 310 mil. O autor se baseia no censo de 1890, que estimava a população de estrangeiros domiciliada no Brasil em igual número, pois, para ele, apesar da possibilidade de se recusar a naturalização, «poucos imigrantes o concretizaram» (2011: 174)¹⁴¹. A afirmação de José Mendes (2011) tem sentido quando lemos a comunicação do consulado português no Maranhão com o encarregado de negócios de Portugal no Rio de Janeiro, em junho de 1890, onde o cônsul Gregorio Marques diz não ter nenhum português, até àquela data, procurado o consulado para fazer a devida declaração, apesar de ter anunciado nos jornais do estado. O cônsul acreditava que ainda poderiam aparecer interessados até dezembro, já que o decreto n.º 58-A, de 14 dezembro de 1889, que naturalizava todos os imigrantes a partir daquela data, tendo seis meses para declarar a intenção de manter sua naturalidade original.

Devo com relação ao 2 ponto cientificar a V.Exa. que, depois da noticia de se achar prorrogado o prazo até dezembro do corrente anno, para os estrangeiros efetuarem as declarações, quer na municipalidade, quer neste consulado ainda não compareceu individuo algum português para efetuar a facultada declaração. É porem de crer que nas proximidades da terminação do prazo alguns possam aparecer (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 05/06/1890, Gregorio Marques).

Outro exemplo reforça a tese de que poucos foram os que mantiveram a naturalidade portuguesa no Maranhão. Joaquim Moura, quando tentou viajar a Portugal em abril de 1890, foi surpreendido ao saber que era brasileiro. Moura, como mesmo admitiu ao chefe de polícia, não havia feito até àquela data a declaração, sendo compulsoriamente naturalizado. A autoridade policial acabou liberando-o para a viagem, depois que apresentou passaporte (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 10/04/1890, Anselmo Marques).

¹⁴¹ A estimativa de José Mendes (2011) - assim como a do mesmo censo sobre os naturalizados citados anteriormente - pode estar equivocada, pois como vimos, o censo de 1890 foi problemático, não alcançando boa parte das localidades, exigindo, assim, que se fizessem estimativas, o que comprometeu a credibilidade da contagem.

Retomando a discussão sobre a inserção desses estrangeiros no comércio, vemos que na segunda metade do século XIX continuaram muito presentes, como podem atestar os registros do Tribunal do Comércio do Maranhão, pois entre os anos de 1855 e 1874, os portugueses representavam 55% dos 220 inscritos, seguidos pelos brasileiros que somavam 38%¹⁴².

Tabela 57 - Registros de negociantes da praça do Maranhão matriculados no Tribunal do Comércio do Maranhão (1855-1874)

Nacionalidade	Quantidade
Brasileiros	85
Portugueses	121
Franceses	03
Inglese	04
Americanos	01
Espanhóis	02
Suíços	02
Italianos	01
Dinamarqueses	01
TOTAL	220

Fonte: Cesar Marques (1876: mapa 2)

Nota-se que havia quase um monopólio do comércio pelos portugueses e brasileiros nos negócios registrados no Tribunal do Comércio, relegando aos negociantes de outras nacionalidades pouca importância numérica, ainda que em termos de volume de mercadorias e recursos financeiros pudessem ter maior peso, como era o caso dos ingleses, que aparecem com apenas quatro estabelecimento.

Para anos seguintes (1876-1890), a Secretaria da Junta do Comércio do Maranhão registrou 66 (56,8%) estabelecimentos comerciais de brasileiros, 50 (43,5%) de portugueses e um de espanhol (IHGB, Relação dos Comerciantes na Junta Comercial do Maranhão desde

¹⁴² O Tribunal do Comércio do Maranhão foi fundado em 1855 e abrangia as províncias do Maranhão, Piauí, Pará e Amazonas. O Tribunal registrou nas quatro províncias, entre os anos de 1855 e 1871, 448 firmas comerciais, sendo 284 de propriedade de portugueses (63,3%) e 123 de brasileiros (27,4) (Mesquita, 1987). Tinha dupla competência: no campo do contencioso e do administrativo. Decidia sobre concordatas, falências, execuções, definições de crédito e de débito, expedía títulos de matrículas dos comerciantes e auxiliares do comércio, etc. (Meireles, 2006).

1851 até 1890, 1891)¹⁴³. Apesar da inversão, os portugueses continuavam a ser os estrangeiros com mais firmas registradas, sendo praticamente os únicos nesse quesito.

Em relação aos números do Tribunal do Comércio, assim como da Junta Comercial, temos que considerar que muitos brasileiros, assim como estrangeiros, ficaram de fora, já que nem todo estabelecimento comercial era obrigado a se registrar. Isso não invalida os dados, pois estes apontam, de qualquer forma, para a forte presença dos portugueses no comércio da província.

No início dos anos de 1880, o cônsul português Raimundo Capella (1882: 132) relatava à SGL a posição dos portugueses no comércio maranhense, quando mencionava os exportadores, importadores e vendedores por grosso: «Os portugueses tem superioridade numérica, apesar da concorrência dos nacionais, que ocupam o lugar dos ingleses e franceses», apontando para o crescimento dos brasileiros no comércio.

Esse decrescente presença portuguesa nos negócios não era uma somente no Maranhão. Tania Gandon (2010: 188) menciona a pesquisa de Mário Augusto da Silva Santos (1977), que trabalhou com a documentação da Junta Comercial da Bahia e concluiu que «houve predomínio numérico de portugueses no comércio baiano de 1870 a 1889, sendo estes superados pelos brasileiros de 1890 em diante, permanecendo, até quase o fim do período, em segundo lugar». A mesma autora, por sua vez, afirma que o domínio desses estrangeiros no comércio baiano pode ser notado ainda na década de 1850, diminuindo no final do século. Por outro lado, ela lembra que a essa altura muitos negociantes portugueses foram substituídos por seus filhos, que se naturalizaram brasileiros.

Essa posição privilegiada no comércio durante todo o século XIX permaneceria ainda nas primeiras décadas do XX, especialmente em alguns setores, a exemplo das exportações, como observou o cônsul de Portugal Fran Paxeco em 1901, que afirmava em correspondência ao MNE de Portugal que «quase todas as casas de exportação eram portuguesas» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 522, 10/01/1918, Fran Paxeco). O escritor Humberto de Campos (1962), em suas memórias, registra, também, a forte presença dos portugueses no comércio da capital nos primeiros anos do século XX, descrevendo a localização da firma J. A. Santos, de propriedade do português Crispim Alves dos Santos, onde trabalhou: «O prédio onde funciona a grande firma é mais um

¹⁴³ Em 1875, foram desmontados os Tribunais de Comércio e estruturadas as Juntas Comerciais, que tinham menos poderes, restritos somente ao campo administrativo. Uma delas tinha sede em São Luís e respondia pelo Maranhão e Piauí. Os números apresentados correspondem – na grande maioria – pelo menos no caso dos portugueses – ao Maranhão, já que o Piauí economicamente era pouco expressivo e o número desses imigrantes era muito pequeno – o censo de 1872 registra 122 indivíduos (Brazil, 1872). Diante disso, é possível que a proporção de negócios matriculados por portugueses no Maranhão seja maior.

presídio do que um estabelecimento comercial. Vasto, baixo, húmido e antigo, fica à Praça do Comércio, em frente à *Casa da Praça*, nome de um pequeno quadrilátero de pequenos armazéns portugueses» (1962: 441).

Humberto de Campos (1962) voltava ao Maranhão em 1928, quando já era deputado federal e curioso em ver o prédio onde trabalhou, encontrou lá um café dirigido por um “turco”. Eram outros tempos, a presença portuguesa havia se reduzido a um pouco mais de 600 indivíduos, e sua participação no comércio local perdia importância, enquanto a dos sírios e libaneses aumentava e superava numericamente a população portuguesa.

Os certificados de matrícula do consulado francês no Maranhão apontam para o comércio como a principal atividade econômica desses estrangeiros. Entre os anos de 1921 e 1923, dos 93 registros, 79 (85%) se declararam comerciantes (Magalhães, 2009).

Em 1908, o Tesouro Público do Estado publicava no Diário Oficial uma lista de comerciantes e o valor a pagar no mês de julho daquele ano do imposto de consumo. É possível perceber a presença dos sírios e libaneses em diversas ruas importantes para o comércio da capital, como a Rua Grande, a Rua da Estrela e a Rua Portugal. Na primeira, que já despontava como a rua mais comercial do centro da cidade, aparecem 23 nomes de origem síria ou libanesa entre outros 38 que poderiam ser brasileiros ou portugueses. Na segunda, de 6 a 8 entre os 10 contribuintes tinham nomes de origem síria ou libanesa, como José Jorge Azar, Moysés Duailib ou Jorge Elias Cateb. Na última, antes conhecida como Rua do Trapiche, antigo reduto de comerciantes portugueses, quase a metade dos 25 proprietários eram, também, sírios ou libaneses (Diário Oficial do Estado, XXXII, n.º 210, 03/09/1908).

Nessa mesma Rua Grande, anos depois, Abraão Sekeff era proprietário de uma loja de couros; Michel Rabane casou-se com a prima e tornou-se sócio do armazém dos tios também na Rua Grande; Nabi Salem comprava e vendia gêneros alimentícios na cidade de Arari, no interior do Maranhão; Abdon, seu irmão, depois de anos trabalhando a seu lado, foi para São Luís e, posteriormente, abriu uma lanchonete no centro da cidade (Magalhães, 2009).

Mas, não foi somente no comércio que os portugueses investiram seu capital, muitos dos empreendimentos mencionados no capítulo II, que fizeram parte das tentativas de modernização de São Luís e do Maranhão, tiveram, de alguma forma, sua participação, seja como acionista ou fundador, seja como diretor ou gerente, o que em grande parte das vezes significava também ser acionista.

A companhia de águas, por exemplo, começou a funcionar nos primeiros anos da década de 1860, tendo como seu fundador o brasileiro Raimundo de Brito Gomes de Souza,

mas este concorreu com o comerciante português João Gualberto da Costa, naturalizado brasileiro, com casa comercial à rua do Trapiche, que propunha encanar em ferro água da fonte do Apicum. A proposta de Costa foi derrotada, porém, para alguns, a participação do capital português era importante, pois segundo um colunista do jornal *O Estandarte*, de outubro de 1856 (Vol. VII, n.º36) (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 31/10/1856), esta era «a menina dos olhos» do presidente de província Antônio Cândido da Cruz Machado. O presidente, segundo o mesmo autor, teria perseguido o português Antonio Bittencourt, prendendo-o, acusando-o injustamente de tentativa de assassinato e o deportando, ainda que suas contribuições para a província fossem notórias, como a fundação da colônia de Santa Tereza, em 1855, que trouxe cento e quarenta açorianos para lavrar aquelas terras. O motivo de tal perseguição, segundo o colunista, era uma represália ao desinteresse dos portugueses que viviam no Maranhão em investir na sua criação.

Não foi possível encontrar maiores referências sobre o assunto, mas fica claro a partir da documentação do consulado português no Maranhão, que as acusações e os meios utilizados para mantê-lo preso a qualquer custo, assim como sua deportação, não se justificavam, havendo abuso de autoridade e empenho pessoal do presidente em expulsá-lo. Sabemos ainda, pela mesma fonte, que outro português foi perseguido no mesmo período, ao que tudo indica, injustamente e motivado pelo mesmo fato. Nos 100 testamentos pesquisados ou nas atas lidas da SH1D, entre os anos de 1850 e 1915 não foi encontrado nenhum investimento feito por portugueses em companhias de água no Maranhão. Esses empreendimentos poderiam ser um bom local para aplicar seu dinheiro. Logo, não comprar ações de determinadas companhias poderia ter diversas motivações, como preço baixo ou muito elevado, receio de não valorização ou histórico de insucesso. No caso do aparente desinteresse dos portugueses, não foi possível averiguar os motivos.

José Ribeiro Junior, quando faleceu em 1890, tinha algumas ações de bancos e companhias maranhenses, como da Companhia União Caxiense e apólices da dívida pública, aplicou também seus recursos na Companhia de Águas, mas no estado do Pará. O interesse dos portugueses por este tipo de investimento pode ter sido realmente tímido no Maranhão, pois até a SH1D, que utilizou boa parte dos seus recursos em ações de companhias e bancos, havia autorizado a compra de apenas 19 ações até 1898 (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1898-1904, 10/08/1902).

Por outro lado, a *Companhia das Águas de São Luís*, fundada em 1874 com capital local, parece ter tido investimento português, pois foi organizada pelo dinamarquês Martinus

Hoyer, que havia sido diretor da companhia de águas anterior, a *Companhia do Anil*, mas, também, por José João Alves dos Santos, João Bento de Barros e Manoel José da Silva (Palhano, 1988). Não foi possível confirmar se eram as mesmas pessoas ou homônimos, mas João Bento de Barros, era indicado por Luís Correia Loreiro, encarregado do consulado português no Maranhão, para ocupar o cargo de cônsul em 1878, por ser português (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 07/10/1878, Luis Correia Loreiro)¹⁴⁴. José João Alves dos Santos poderia ser parente do negociante português João Alves dos Santos, genro de outro grande negociante e investidor da mesma nacionalidade, Crispim Santos. Manoel José da Silva parece ser o mesmo que doara dinheiro ao *Fundo de Defesa Nacional* em 1890, como escrevia Anselmo Marques ao MNE (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 07/07/1890, Anselmo Marques)¹⁴⁵. A proximidade de datas dos registros citados desses indivíduos e da fundação da Companhia, assim como a posição de prestígio, como revela a correspondência do consulado ao MNE, ocupada por João Bento e Manoel José podem ser considerados indícios de serem as mesmas pessoas.

A participação de ações de empresas no conjunto financeiro da SH1D pode ser percebido desde o início da sua constituição. Em 1863, ainda na sétima sessão da assembleia geral, anunciavam a aquisição de sete ações do Banco do Maranhão (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1863-1868, 30/04/1863). Três sessões depois, era autorizada a compra de mais papéis do mesmo banco, sendo divulgado na assembléia seguinte a concretização do negócio, onde foram adquiridas mais sete ações ao preço de cento e quarenta mil réis cada uma (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1863-1868, 13/11/1863). Nos anos seguintes, outras ações foram compradas do mesmo banco. Em Janeiro de 1865, obtiveram cinco por setecentos e trinta réis (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1863-1868, 17/01/1865); em abril de 1866, mais três ao preço de quatrocentos e trinta e oito réis; em janeiro de 1868 era autorizada a aquisição de mais cinco ações (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1868-1872, ?/01/1868)¹⁴⁶. Nessa última sessão foi revelada a intenção em diversificar os investimentos, feito até aquele momento somente no Banco do Maranhão, indicando a compra, com o dinheiro restante, de ações da Caixa filial do Banco do Brasil.

¹⁴⁴ Também aparece registrado como português na lista de passageiros de um navio que tinha como destino Lisboa, em 31/05/1879 (APEM, Registro do Porto de São Luís, Livro n.º 2099, 1879-1880).

¹⁴⁵ Não foi encontrada mais nenhuma referência a esse fundo, não sendo possível explicar sua intensão ou função. Ao que parece, o dinheiro seria remetido á Portugal, pois o cônsul faz referência ao seu envio na mala do vapor “Braganza”, ao que tudo indica, tinha como destino Portugal, já que a correspondência era dirigida ao MNE em Lisboa.

¹⁴⁶ Em sessão posterior foi anunciada a compra das cinco ações do Banco do Maranhão ao valor de cento e quarenta e oito réis (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1868-1872, 01/02/1868).

Em 1921, a Sociedade ainda investia seu capital em Bancos locais, pois registrava a venda de cento e vinte e duas ações do Banco Comercial do Maranhão ao preço de noventa mil réis cada uma. A SH1D tinha ainda em sua posse ações de outras instituições que não foram vendidas por não encontrar preço conveniente (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1915-1922, 07/08/1921).

O emprego de recursos dessa instituição em determinadas empresas pode ser entendido como reflexo dos investimentos dos seus próprios membros, que buscavam diversificá-los para além do comércio ou ganhar algum dinheiro com a especulação. Crispim Alves dos Santos, sócio benemérito da SH1D, era proprietário da casa comercial *Chripim A. dos Santos e Companhia* e acionista de banco, quando fez seu testamento em 1905. Outro associado, Joaquim de Oliveira Santos, depois de ser acolhido no Hospital da Sociedade como sócio que era, transferiu-se para o sítio de um amigo, onde acabou falecendo em 1904, deixando de legado à instituição dinheiro e dez ações do Banco do Maranhão (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1902-1919, 04/08/1904). Em agosto de 1915, era anunciado o legado deixado por outro sócio, esse Benfeitor, João Jorge Rodrigues da Silva, de cem ações do Banco Comercial, cada uma no valor de cem mil réis (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1915-1922, 15/08/1915). As ações foram adquiridas por seu testamenteiro para serem entregues à SH1D, revelando a prática da compra desses papéis pelos portugueses.

Os 138 testamentos encontrados entre os anos de 1846 - ano da fundação do Banco Comercial do Maranhão – e 1920, apresentam 15 (11%) testadores portadores de ações de bancos no Maranhão. Esse percentual pode ser maior já que muitos não detalhavam nos testamentos o que possuíam e outros citavam apenas “ações”, sem determinar se eram de bancos, indústrias ou serviços.

As atas da SH1D apontam para uma tendência a investir em outros papéis, especialmente a partir do início do século XX, tendo por preferência as apólices, muito provavelmente pela maior segurança que estas ofereciam diante dos investimentos locais não serem mais tão confiáveis¹⁴⁷. Em maio de 1909, o tesoureiro da SH1D comunicava a compra de cinco apólices federais por um conto ou um pouco mais por cada uma (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1909-1911, 14/05/1911). Nos anos seguintes, as apólices federais continuaram a ser as preferidas pela Sociedade, comprando mais algumas em janeiro de 1914 com o dinheiro que estava depositado no Banco do Maranhão (ASH1D, Livro de Atas da SH1D

¹⁴⁷ Numa referência utilizada há pouco, o tesoureiro da SH1D informava que não encontrou preço favorável na venda de algumas ações (sem especificar quais). Em outra ocasião, ações de uma companhia de seguros eram descartadas devido à sua falência (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1915-1922, 04/04/1920).

1902-1919, 11/01/1914). Meses depois, era autorizado o tesoureiro a receber apólices como pagamento dos juros de uma aplicação no tesouro do estado e também a compra de mais quatro, estas federais (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1902-1919, 10/05/1914).

A ata do dia 15 de maio de 1914 mostra onde estava investida parte dos recursos que a Sociedade dispunha naquele ano, quando menciona a necessidade de venda de títulos da dívida pública do estado, ações de bancos e companhias para a conclusão de obras no hospital da SH1D (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1902-1919, 15/05/1914).

Mais uma vez, o movimento de investimentos da Sociedade parece ser influenciado pelas escolhas pessoais dos seus sócios, pois em 1913, Domingos Alves Xavier Braga, benemérito da Sociedade, deixava de legado, além de dinheiro e uma casa à Rua Grande e outra na Rua dos Afogados, cinco apólices¹⁴⁸ (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1902-1919, 12/10/913). Entre as outras possibilidades de investimento da SH1D, mas também dos portugueses enquanto pessoa física, estavam as companhias de seguro (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1915-1922, 03/10/1920; ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1898-1904, 08/05/1899) ou a de vapores (1871-3798).

A exploração do transporte fluvial com vapores também teve a participação do capital português. Gualberto da Costa, em 1856, adquiriu o vapor “Caxiense” da firma Domingos Porto e Cia, que fazia o transporte fluvial e que falira (Viveiros, 1992a). A investida de Costa também não gerou resultados positivos, fechando suas portas pouco tempo depois. Não foi possível perceber se havia entre seus diretores algum português, mas sabemos através dos testamentos que esses estrangeiros compraram ações de outra empresa do ramo, que funcionou logo depois da fundada por Gualberto Costa, a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, fundada, também, em 1856. Manoel Neves d’Oliveira, em 1889, possuía 05 ações desta companhia (Arquivo no TJMA, livro 35, Manoel Neves D’Oliveira, 1889) e Antonio Homem de Loreiro Costa, 18, em 1903 (Arquivo do TJMA, livro 41, Antonio Homem de Loreiro Costa, 1903). Seis ações da Companhia de Vapores faziam parte do espólio de um português falecido em 1871, que estavam sob os cuidados do consulado de Portugal no Maranhão.

Como vimos no capítulo anterior, outra companhia foi criada para concorrer com a primeira, a *Companhia Fluvial Maranhense*, fundada em 1884 e tinha como gerente o português Joaquim Coelho Fragoso, que também era diretor do Hospital Português em 1884

¹⁴⁸ A ata não identifica essas apólices.

(Paxeco Filho, 2011). A posição de gerente e de diretor no Hospital indica que ele era um homem de posses, provavelmente negociante e acionista da companhia.

O vapor passou a ser a força motriz por excelência, representando o progresso, criando uma busca por utilizá-lo em todos os espaços e negócios possíveis, visando o aumento da produtividade, mas também a inserção, ainda que simbólica, na modernidade. Na agricultura e beneficiamento de matéria-prima orgânica tentou-se a utilização de máquinas a vapor, mas não temos como dimensionar a participação dos portugueses nesse sentido.

Ainda, em 1848, o cônsul português informava que dois amigos seus, um inglês e um brasileiro, pretendiam transacionar um engenho a vapor e ele participaria desse negócio na condição de consultor, já que era a «única pessoa que pela prática entendo alguma coisa de taes engenhos» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 03/10/1848, Carlos Luciano Mendes). João Gualberto da Costa também investiu no vapor como força motriz de sua fábrica de “pilar arroz”, a *Feliz Esperança*, no bairro da Madre Deus, com um «motor de 20 H.P produzindo de 90 a 100 sacas diárias, trabalhando com 18 homens» (Viveiros, 1992a: 160). Por último, a fábrica de Arroz São Tiago, de propriedade da Martins & Irmãos, dirigida pelo português Manoel Pereira Martins, possuía «três motores que juntos davam 30 cavalos de força, e dez máquinas operatrizes, destinava-se a pilar arroz, extrair óleos e fabricar sabão» (Mota e Pernambuco, 2014 citado por Viveiros, 1992a: 563). A Companhia Progresso Agrícola, que geria o único *Engenho Central* do Maranhão, movido a vapor, dez anos depois de sua fundação, em 1890, passou às mãos do negociante português Joaquim Júlio Corrêa (Rezende Filho, 2010).

Outro investimento que interessou a esses estrangeiros foram as fábricas, especialmente as têxteis, que começaram a surgir no final do século XIX em um movimento que criou dezenas de unidades em ramos diferente e que foi classificada, como demonstramos em capítulo anterior, pelo historiador Jerônimo Viveiros de “loucura industrial”. O termo alcunhado por Viveiros refletia não somente o *boom* “fabriqueiro”, mas também o interesse das pessoas pelo negócio, que investiam suas economias e fortunas acreditando em lucros fabulosos. Logo, os portugueses não poderiam ficar fora desse novo empreendimento, aplicando seu dinheiro e se transformando em acionistas, diretores e proprietários.

Jerônimo Esteves Dias foi um desses investidores, e quando faleceu no final do ano de 1898, deixou de legado à SH1D cinquenta ações da Companhia Fabril Maranhense (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1896-1906, 14/12/1898). Essas ações se somariam a outras que a SH1D já possuía (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1896-1906, 11/07/1898). Um ano depois tinha pelo menos oitenta e sete ações da mesma Companhia (ASH1D, Livro de Atas da

SH1D 1898-1904, 07/11/1899). Os investimentos da Sociedade neste ramo empresarial não se restringiram a uma única fábrica, pois em 1915 parte dos seus recursos estava aplicada em setenta e duas ações da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense (Camboa), mas que se desfaziam destas naquele momento por não renderem nada há anos (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1902-1919, 07/09/ 1919).

A SH1D, em 1921, mantinha ainda relações com a diretoria da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, pois esta doou quatro peças de Morim (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1915-1922, 04/12/1921). Essa fábrica fora fundada em 1893 por Henry Airlie, Antônio Cardoso Pereira, Francisco Xavier de Carvalho, Manoel José Francisco Jorge, José Francisco de Viveiros e Jerônimo Tavares Sobrinho. Os quatro primeiros eram negociantes, sendo Antônio Cardoso Pereira, português¹⁴⁹.

Ao que tudo indica, Manoel José F. Jorge, também era português, pois quando viajou para Lisboa para tratar sua esposa, deixou como seus procuradores João Jorge Rodrigues da Silva, José Domingues Moreira, Filho & Cia e Jorge & Santos, J.A. Santos (Diário do Maranhão, ano XXXIII, n.º 8584, 01/04/1902: 2, “Manoel Jose Francisco”. Autor: M. J. Francisco Jorge).

No conjunto de passaportes pesquisados, João Jorge Rodrigues da Silva é registrado duas vezes chegando/retornando a São Luís, uma em 1888 e outra em 1891. Apesar de aparecer com origens diferentes, Aveiro e Porto, parece ser a mesma pessoa, pois o registro de ocupação é de negociante, o estado civil é solteiro e a idade corresponde à diferença das duas datas, 32 e 35 anos. Além disso, parece ser o mesmo que deixou de legado ações de banco à SH1D, como citamos anteriormente. José Domingues Moreira também aparece nos registros de passaporte, mas não declara a ocupação. Entretanto, José Domingues Moreira Júnior se diz negociante. É possível que sejam pai e filho, já que a diferença na idade de 30 anos permite fazer essa suposição e ambos vinham do Porto. Jorge & Santos era uma conhecida firma portuguesa instalada em São Luís. Podemos supor, ainda, que Manoel Francisco Jorge seja filho de José Francisco Jorge, fundador da conhecida casa comercial, estabelecida em São Luís na segunda metade do século XIX, a casa Jorge Santos & Cia.

Outra fábrica têxtil fundada no mesmo período foi a da Camboa, presidida pelo português Francisco Coelho de Aguiar que, entre outros investimentos, era também

¹⁴⁹ Em 1872, era primeiro secretário da Sociedade Patriótica 1º de Dezembro (Publicador Maranhense, ano XXXI, n.º 196, 20/11/1872: 3, “Sociedade Patriótica 1º de Dezembro”). Em 1878, Antônio Cardoso aparece nos livros de registro de casamento, quando se casava com uma maranhense, D. Constança Umbelina Gomes (APEM, Livro n.º 90 (1872-1886) da Freguesia de Nossa Senhora da Victoria da Catedral, 55v-56, 18/05/1878).

comerciante e proprietário de uma casa bancária. A têxtil Santa Isabel, como as outras duas, se dedicava a produzir tecidos e tinha como principal acionista outro português, Crispim Alves dos Santos que, como vimos anteriormente, atuava também no comércio e no ramo bancário.

A participação do capital português na indústria têxtil também pode ser vista no Rio de Janeiro e na Bahia. Dados apresentados por Freitas Filho (2002) mostram que numa amostra de 12 fábricas têxteis no Rio de Janeiro, fundadas entre 1878 e 1895, 23,9% de 398 acionistas eram portugueses, seguidos dos nacionais com 20,7%. A Companhia São Lázaro, por exemplo, foi fundada pelo negociante português José Maria Teixeira de Azevedo em 1878. A Companhia de Tecidos Aliança, criada em 1880, pertencia à firma Laranja, Silva & Ittaker, de propriedade dos portugueses José Augusto Laranja, Joaquim Carvalho de Oliveira e Silva e do inglês Henrique Wittaker. Outro exemplo do capital português nesse ramo industrial no Rio de Janeiro foi a Aliança, inaugurada no início do século XX, por Cunha Vasco (Freitas Filho, 2002).

Essa indústria na Bahia foi a mais importante na década de 1860, sendo o primeiro centro têxtil do Brasil. Paulo Pereira Monteiro, português, era um dos proprietários da Fábrica de algodão de Queimados; Manoel Joaquim de Carvalho e Bernardo Martins Catarino, também portugueses, eram investidores em quase todas as fábricas de tecidos da Bahia no final do século XIX (Gandon, 2010).

Portugueses com menor poder econômico no Maranhão também adquiriram ações dessas empresas, como podemos notar na documentação da SH1D e nos testamentos. Joaquim Gonçalves de Carvalho era proprietário em 1890 de Dez ações da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, no valor de oitocentos mil reis. Outro português, João Ferreira de Carvalho, quando faleceu em 1892, tinha também dez ações da mesma Companhia, no valor de cem mil reis (Arquivo do TJMA, livro 36, João Ferreira de Carvalho, 1892).

A alta no valor das ações, explica a procura e compra desses papéis pelos portugueses, fossem muito ou pouco capitalizados. Entre os anos de 1865 e 1908, vinte e cinco indivíduos, entre 111 testadores tinham em suas mãos, quando faleceram, algum tipo de investimento citado anteriormente, como ações de companhias de serviço, fábricas, bancos ou apólices, o que representa 22,5%. Alguns desses investidores tinham um perfil mais tímido ou menos recursos, possuindo poucas ações ou apólices. Como os citados acima, outros, diversificaram os investimentos e adquiriram um maior número desses papéis, a exemplo de José Ferreira da Silva Sobrinho, natural da Freguesia de Leça da Palmeira, no Porto, que possuía, na data de sua morte, em 1887, cento e dez ações do Banco do Maranhão e cento e

vinde da Companhia de Iluminação de São Luís (Arquivo do TJMA, livro 34, José Ferreira da Silva Sobrinho, 1887) ou Domingos José Francisco Jorge, brasileiro adotivo, proprietário de uma loja de calçados no Largo do Carmo e que tinha em seu poder, em 1892, apólices da dívida pública, ações do Banco Comercial do Maranhão, da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, Companhia Ferro Carril Maranhense e Cooperativa Maranhense de Consumo (Arquivo do TJMA, livro 37, Domingos José Francisco Jorge, 1892).

Mas, a participação dos portugueses como grandes acionistas nesses investimentos, como vimos, possibilitou sua presença de forma mais ostensiva nas decisões financeiras dessas empresas, onde muitos ocuparam cargos de direção, tesoureiro ou mesmo a presidência. Com os bancos não foi diferente. O *Banco Comercial do Maranhão*, fundado em 1846, tinha no ano seguinte cento e vinte e quatro acionistas e um dos seus diretores era João Gualberto da Costa, entre os suplentes da diretoria outro português, Joaquim José Alves, brasileiro adotivo, negociante situado na rua da Estrela¹⁵⁰.

Já o Banco do Maranhão, fundado em 1857, contava na sua diretoria com os portugueses Joaquim José Alves e Antônio da Cunha Sobrinho, esse último, negociante estabelecido à Rua do Sol. O Banco do Maranhão, em assembleia dos acionistas em julho de 1901, elegeu para os cargos de diretor e suplentes, comissão fiscal e suplentes os portugueses José Francisco Jorge, da casa Jorge, Santos e Cia e João Alves dos Santos, para suplentes da diretoria, Antônio Rodrigues dos Santos e Crispim Alves dos Santos, diretor (Diário do Maranhão, ano XXXII, n.º 8374, 24/07/1901: 1, “Acta as sessão da Assembléia Geral dos Accionistas do Banco do Maranhão em 28 de junho de 1901”. Autores: Hermenegildo Jansen Ferreira - Presidente, Leoncio Jansen de Medeiros - 1 Secretário e Julio Passos, 2 Dito)¹⁵¹.

Um terceiro banco, formado por vinte mil ações, foi organizado por Martinus Hoyer e João Pedro Ribeiro. Entre seus diretores estavam os portugueses Delfim da Silva Guimarães e Joaquim Lopes Anjo, ambos, antes de se tornarem acionista de banco e certamente donos de casas comerciais importantes, chegaram a trabalhar como caixeiros na década de 1850¹⁵².

O *Banco Comercial* tinha em seus quadros, na comissão fiscal, Joaquim Luís Ferreira e Domingos Francisco Belchior. O primeiro parece ser o mesmo farmacêutico português que contribuiu com remédios à comissão de socorros feita para ajudar colonos

¹⁵⁰ Outro diretor, também negociante da Praça de São Luís, José Rodrigues Roxo, possivelmente era também português, pois aparece como amigo e fiador do vice-cônsul português interino no Maranhão, José Gonçalves Franco (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 05/12/1839, José Gonçalves Franco).

¹⁵¹ É possível que não seja o mesmo banco, apesar do nome idêntico, pois esses empreendimentos tinham vida curta no cenário econômico maranhense.

¹⁵² Seus nomes aparecem nos registros de passaportes anos antes e sua ocupação como caixeiros.

necessitados em 1859 e que foi recomendado pelo vice-cônsul David Azevedo receber a comenda de Cristo em 1878. Já Belchior havia sido presidente da Sociedade Luso-Brasileira, em 1872. Em *Vencidos e degenerados*, o personagem Machado, que havia sido quitandeiro, enriqueceria e tornar-se-ia anos mais tarde diretor do Banco Comercial (Moraes, 2000).

O *Banco Hipotecário*, o quarto a ser fundado no Maranhão com capital local, por sua vez, tinha entre seus diretores o português João Rodrigues Saraiva, sócio gerente da Casa Moreira da Silva.

Essa relação com casas bancárias não era uma ação isolada dos portugueses no Brasil, em Portugal, houve o que Izabel da Silva (2013) chamou de “surto bancário”, na década de 1870, fruto das remessas saídas do Brasil.

O surto bancário da década de 70 foi em parte reflexo dessa tendência: em três anos (1872 -1875) o número de bancos existentes em Portugal passou de 15 para 51, a maioria dos quais situados no norte do país e uma parte importante fora da cidade do Porto. Para além de espelhar o inflacionamento de uma moda financeira, o surto bancário de 70 foi também clara expressão do ímpeto da economia brasileira após o término da Guerra do Paraguai e da consequente intensificação do fluxo migratório para o Brasil (2013: 285).

O transporte urbano também parece ter sido alvo das investidas desses estrangeiros, pois antes da formalização do primeiro contrato, o negociante português José da Costa Guimarães e Sousa havia proposto «um serviço de carros a vapor, pelo sistema ‘Road steamrs’, para transporte de passageiros e cargas em vários pontos da ilha» (Palhano, 1988: 299). Não há mais notícias da iniciativa, porém não parece ter sido a única investida dos portugueses no transporte urbano, pois em 1896 era tesoureiro da companhia Ferro-Carris, Carlos Ferreira Coelho, que em 1888 era membro da diretoria do Hospital Português em São Luís¹⁵³. A posição de Coelho como tesoureiro indica, como já colocado anteriormente, que este poderia ser acionista da empresa.

Os lucros proporcionados com esses negócios, como o comércio, o setor de serviço e a lavoura eram muitas vezes investidos no ramo imobiliário, pois como vimos em texto anterior, lavradores do interior do Maranhão, no século XIX, possuíam casas na capital, onde passavam temporadas para se divertir, fazer negócios e política. No capítulo II demostramos uma narrativa do jornal Argos da Lei sobre as inúmeras casas construídas por estes estrangeiros e como a literatura descreveu as moradas dos seus personagens, João Machado (*Vencidos e degenerados*) e Manoel Pescada (*O Mulato*). O historiador Jerônimo Viveiros, em *História do Comércio do Maranhão* (1992), menciona a residência de José Gonçalves da

¹⁵³ É possível que entre os sócios da firma Camões, Santos, Jorge e CIA, controladores acionários da companhia em 1902 houvessem portugueses

Silva, negociante poderoso no início do século XIX, que morava na Quinta das Laranjeiras, Rua Grande¹⁵⁴.

Além de suas próprias moradas, que podiam dispor de espaço, estrutura física ampla e muitas vezes suntuosidade, os portugueses adquiriram mais de uma unidade como forma de investimento, alugando-as ou cedendo a parentes e amigos. Antônio da Costa Estrela, quando elaborou seu testamento em 1830 deixava a seus cinco filhos as casas no Bairro da Praia Grande (Arquivo do TJMA, livro 21, Antonio da Costa Estrela, 1830). Manoel Neves D'Oliveira em 1889 possuía duas casas na Rua dos Afogados, uma de meia morada, outra de porta e janela (Arquivo no TJMA, livro 35, Manoel Neves D'Oliveira, 1889). Seipião Ferreira da Silva também tinha duas casas entre seus bens em 1891, ambas meia morada (Arquivo do TJMA, livro 36, Seipião Ferreira da Silva, 1891).

Mesmo aqueles que seguiam a moda dos investimentos em ações de empresas e bancos, não deixavam de, também, adquirir imóveis. O mercado de ações era volátil e variável, podendo perder facilmente muito dinheiro. Já o mercado imobiliário, mesmo dependendo de oscilações da economia, tinha maiores garantias. José João da Silva, natural da Vila do Conde, quando morreu em 1865, tinha entre seus bens ações da Caixa Filial do Banco do Brasil e moradas de casas à Rua de São João e uma meia morada à Rua de Santo Antônio (Arquivo do TJMA, livro 29, José João da Silva, 1865). Joaquim Gonçalves de Carvalho, nascido no Conselho de Filgueiras, era mais bem sucedido financeiramente, pois era proprietário em 1890, de ações dos bancos Hipotecário e Comercial do Maranhão, da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, tinha recursos aplicados numa casa comercial, mas possuía, também, duas casas, uma na Rua dos Afogados, outra na Rua São João (Arquivo do TJMA, livro 35, Joaquim Gonçalves de Carvalho, 1890).

Ao contrário do que aconteceu em cidades como o Rio de Janeiro, onde os portugueses eram proprietários de moradas destinadas a trabalhadores pobres, como os cortiços, no Maranhão esse não parece ser o caso, ainda que encontremos proprietários de pequenas casas ou quartos destinados a esse fim, como era o caso de Aurélio Ribeiro Marques, que tinha entre seus bens, em 1903, vinte e uma casas de porta e janela, uma meia morada ainda por acabar e trinta quartos aos fundos das casas citadas (Arquivo do TJMA, livro 41, Aurélio Ribeiro Marques, 1903). Domingos José Francisco Jorge, quando faleceu em

¹⁵⁴ «Uma das mais famosas e bonitas propriedades de São Luís no século XIX. A quinta foi construída pelo comendador Luiz José Gonçalves da Silva e era um morgadio formado por uma casa de moradia (em estilo colonial), capela, senzala e alojamento de trabalhadores. A quinta passou por vários proprietários, até que, em 1938, foi adquirida pela Arquidiocese do Maranhão, que a vendeu aos irmãos Maristas, para a construção de um colégio. Hoje restam apenas a capela e o portão; este servindo de acesso ao Colégio Maranhense (Marista), ambos tombados pelo IPHAN» (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1940).

1892, tinha ações de companhias e bancos, apólices da dívida pública e um terreno com sete quatinhos (Arquivo do TJMA, livro 37, Domingos José Francisco Jorge, 1892).

Pode-se perceber, através dos testamentos, que apesar dos recursos aplicados na aquisição de imóveis na capital maranhense durante o século XIX e início do XX, esse não era o seu principal foco de investimentos, nem para os mais abastados. Isso ajuda a explicar a menor resistência aos portugueses, pois ainda que pudessem ser responsabilizados pelos preços dos alimentos, não podiam ser pelo aumento dos aluguéis, como aconteceu no Rio de Janeiro e na Bahia.

O tráfico de escravos e o transporte marítimo de cargas: um bom negócio.

Outro negócio onde os portugueses aplicaram seus recursos em busca de mais lucro foi o tráfico negroiro, existente no Brasil desde o período colonial, que permaneceu ativo durante toda a primeira metade do século XIX, ainda que houvesse restrição nesse sentido desde 1830, quando foi proibido pela primeira vez o comércio de seres humanos da África para o Brasil. Os negociantes de escravos não pareciam estar muito preocupados com a lei e suas implicações, pois continuaram transportando negros da África para o Brasil, ampliando o número de entradas diante da iminência do real fim do negócio tão lucrativo.

A correspondência do consulado português no Maranhão com o MNE em Portugal revela a permanência dos portugueses nesse negócio durante a década de 1830 e mostra o alcance dos tentáculos desse comércio, que envolvia negociantes estabelecidos, capitães de navios e autoridades consulares.

Em 1838, uma embarcação de bandeira portuguesa, *Três Amigos*, de propriedade de um português que vivia no Maranhão, Joze Antonio do Couto, foi presa suspeita de carregar escravos, sua origem era Angola e seu destino Lisboa, asseverava o capitão. As suspeitas baseavam-se em indícios, pois teria ficado na costa de São Luís alguns dias sem atracar, carregava muita alimentação e água para pouca tripulação, mantinha um forte arsenal com armas leves e pesadas, trazia um forte odor e tinha esteiras no porão, que poderiam acomodar escravos (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 02/09/1839, Antonio Aires Lourenço de Carvalho). O resultado do processo aberto pelas autoridades maranhenses inocentava a tripulação, mas ficava a dúvida do vice-cônsul Antônio Aires Lourenço de Carvalho (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 12/09/1839, Antonio Aires Lourenço de Carvalho). A mesma autoridade consular em outra correspondência fazia uma longa reflexão sobre as dificuldades

em provar a existência do tráfico, parecendo realmente empenhado em por fim a essa prática exercida pelos portugueses no Maranhão (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 14/09/1839, Antonio Aires Lourenço de Carvalho), porém, anos depois foi acusado por outro vice-cônsul (interino) de ter interesse em tal negócio.

Lourenço de Carvalho mencionava ainda, em outra correspondência com o MNE a embarcação brasileira Amália, mas que tinha a intenção de se embandeirar portuguesa, e relata sua chegada de Cabo Verde no dia 15 de novembro de 1838, quando “despejou” na costa do Maranhão mais de 100 escravos. A carga era bem maior, mas uma fuga e rebelião dos cativos a bordo terminaram com a morte de 104 deles, além de muitos feridos. Lourenço de Carvalho diz que um processo não resultaria em nada, por isso se desaconselha tal procedimento. Notícia ainda, no mesmo ofício, que outra embarcação, vinda de Bissau, de bandeira portuguesa, deixou mais de 300 escravos na mesma costa, em finais de julho do mesmo ano (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 22/04/1838, Lourenço de Carvalho). Próximo do término do ano de 1840, outra embarcação de bandeira portuguesa, a *Águia*, antes denominada *Roberta*, propriedade do português B.G. Machado, estabelecido em São Luís,¹⁵⁵ (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 21/12/1840, José Gonçalves Franco) desembarcou duzentos e setenta escravos vindos do Rio Zaire (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 21/12/1840, José Gonçalves Franco).

Em 1841, Joaquim José da Costa Portugal, ao que tudo indica, foi o primeiro cônsul do Maranhão¹⁵⁶ –, notificava o MNE de que mesmo depois que assumiu o consulado, «o negócio da escravatura feito de baixo da bandeira portuguesa tem continuado, ainda que debaixo da maior cautella, com algum escândalo [...]» e que «quem devia obstar a que se cobrisse tão nefasto trafico com a bandeira portugueza, não se prestou a fazer seus deveres» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 13/01/1841, Joaquim José da Costa Portugal), provavelmente se referindo ao seu colega de consulado, José Caetano Gonçalves. No

¹⁵⁵ Antes pertencia a Joze Antonio do Couto. Ambos eram caixeiros da mesma casa, sendo que o primeiro a vender por ser obrigado a servir na guarda Nacional, pois portava documento falso, anunciando-se como português, mas era na verdade brasileiro. O título teria sido dado pelo então vice-cônsul Antonio Aires Lourenço de Carvalho em troca de colocar a embarcação em seu nome, como denuncia o vice-cônsul interino Joze Gonçalves Franco (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 12/06/1839, Joze Gonçalves Franco).

¹⁵⁶ Segundo o cônsul Fran Paxeco (1919), o consulado português no Maranhão é um dos mais antigos, sendo fundado em 1838. Antes a representação consular era um vice-consulado.

mesmo documento o cônsul menciona, ainda, cinco embarcações com bandeira portuguesa que trabalhariam com este transporte proibido. Uma primeira que vinha de Bissau com destino a Pernambuco, mas que parou em São Luís para reparos e outras quatro que foram tomadas pelos ingleses quando vinham de Havana e iam fazer escravos, como parece ter confessado os 24 tripulantes espanhóis que foram se queixar no consulado (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 13/01/1841, Joaquim José da Costa Portugal). Para citar somente mais um exemplo, em 1841 ancorou em frente à Ilha de Santana, próximo a São Luís, uma escuna de nome *Firme*, com grande dificuldade, pois estava cheia d'água, o capitão pediu ajuda ao administrador do farol e desembarcou cento e setenta e dois “pretos africanos” que segundo depoimentos dos tripulantes, haviam saído de Bissau e tinham como destino Cuba. O vice-cônsul desconfiava que o destino desses africanos cativos fosse o Maranhão e que a embarcação era portuguesa, pois $\frac{3}{4}$ de sua tripulação, seu capitão e sua fabricação eram daquele país. O representante do consulado solicitava ao presidente de província que todos os africanos, por serem portugueses, ficassem à sua disposição, mas admitia não saber o que fazer com cento e setenta e duas pessoas, caso se confirmasse a entrega, para depois sugerir «colocá-los em caza de gente de reconhecida probidade, que, sustentando-os e vestindo-os pelo seu trabalho [...]» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 27/11/1841, Joze Caetano Gonçalves).

O pedido foi negado, ficando os portugueses da África, por sua origem e cor, presos na casa de detenção e de lá só saíam debaixo das ordens do governo imperial (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 02/02/1842, Joaquim José da Costa Portugal). Não foi encontrada mais nenhuma correspondência sobre o assunto, não sendo, assim, possível revelar o destino desses homens e mulheres. Em 1878, o cônsul português no Maranhão registrava que este teria sido o último episódio de envolvimento de portugueses no tráfico de escravos para a província (AHMNE, Correspondencia dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 12/01/1878, David Gonçalves de Azevedo).

O vice-cônsul José Franco prometia encaminhar lista com nomes de portugueses envolvidos no negócio, mas não foi encontrado tal documento no MNE. Em outra correspondência afirmava que os portugueses natos não faziam parte no tráfico, deixando a entender que eram os adotivos os responsáveis. Em julho de 1843, o cônsul português Joaquim da Costa Portugal mencionava o «brasileiro pela constituição», Antônio Pinto Ferreira Vianna, como um dos negociantes de escravos no Maranhão (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 18/07/1843, Joaquim

da Costa Portugal). Ainda, segundo o mesmo cônsul, suas ações enquanto autoridade consular, fizeram parar a compra de duas escunas de 200 a 300 toneladas encomendadas para esse fim (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 18/07/1843, Joaquim da Costa Portugal).

Em 05 de novembro de 1839, o vice-cônsul Joze Caetano Gonçalves diz ter investigado as causas do ataque do navio de guerra britânico à embarcação Neptuno e não haver encontrado motivo para tal ação (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 05/11/1839, Joze Caetano Gonçalves). José Caetano, como demonstrado anteriormente, é um dos acusados pelo vice-cônsul interino José Gonçalves Franco de participar do tráfico de escravos. Segundo informa Franco, em fevereiro de 1840 ao MNE, teria deixado o arquivo do vice-consulado na casa de José Caetano, recém-nomeado vice-cônsul.

«La vai o Archivo do vice-consulado de Portugal para o mesmo edifício em que se vende infelizes, trazidos do Rio Zaire pela [embarcação] *Águia*. Sim, Exmo. Sr., um terço desse carregamento pertences a caza de commercio sob a firma Antonio Martins da Silva, de que [Joze Caetano] Gonçalves faz parte» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 10/02/1840, José Gonçalves Franco).

José Gonçalves era genro de Martins e era nessa casa que negociavam escravos trazidos pela embarcação *Águia*, do Rio Zaire. O interino vice-cônsul José Franco fez as denúncias, mas temia pela sua vida, pois «os que aqui fazem o infame comércio tem muito pouco escrúpulo em mandar tirar a vida a quem se lhes oppozer», pedindo reserva quanto às informações prestadas (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 14/11/1840, José Gonçalves Franco). Isso talvez explique o fato de Joze Caetano não pedir providências por parte do governo português contra a Inglaterra, quando um dos seus navios de Guerra atacou o Neptuno. Contra este pesava, ainda, a acusação de cobrar altos emolumentos no consulado (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 14/11/1840, José Gonçalves Franco).

Apesar das evidências demonstradas a partir da documentação do consulado, o site *Trans-Atlantic Slave Trade Database*¹⁵⁷, que catalogou mais de 35 mil viagens de navios envolvidos no tráfico de escravos no mundo, entre os anos de 1514 e 1866, e que coloca o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco como umas das cinco províncias que mais receberam

¹⁵⁷ Ver: Slave Voyages. S. d. «Viagens em escravo», Slave Voyages, <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>.

escravos no mundo, não registra viagem dessa natureza para o Maranhão no século XIX¹⁵⁸. A historiadora maranhense Regina Faria (2001), como foi colocado em capítulo anterior, já havia levantado a hipótese da continuação do tráfico depois da lei proibitiva de 1830, quando anotou nos registros do porto a entrada de grande quantidade de escravos viajando, porém, sem ser declarada sua venda.

O lucrativo negócio durou até a abolição em 1888, pois o Almanak do Maranhão de 1880 traz uma lista de compradores e vendedores de escravos estabelecidos em São Luís (A Empreza, 1880). A lista era curta, continha apenas seis nomes e nenhum parece ser português. O número reduzido de negociantes pode ser um reflexo da diminuição do número de escravos na província que eram vendidos para outras, no Sudeste, que necessitavam de mão de obra.

A participação de portugueses nesse negócio estava relacionada a outro investimento: o do transporte marítimo de mercadorias. Em Pernambuco, a maioria dos navios que desembarcavam escravos era de portugueses e seus proprietários viviam na capital da província exercendo atividades nem sempre ligados aos engenhos, mas a casas comerciais, padarias, lojas, talhos, casas de importação e exportação, agiotagem e membros da alfândega (Albuquerque, Versiani e Vergolino, 2012). Na Bahia, portugueses também participaram do negócio da escravatura e mantinham suas próprias embarcações. O transporte marítimo - não só de escravos - naquela província, especialmente feito com Portugal, estava ligado diretamente aos comerciantes nascidos naquele país (Gandon, 2010).

A análise de ‘mapas’ de entrada e saída de embarcações provenientes ou destinadas a Portugal e seus domínios indica que pelo menos nos primeiros seis anos da segunda metade do século XIX, a ligação marítima entre Bahia e os portos lusitanos era efetuada, em sua maioria, por navios pertencentes a portugueses. No ano de 1851, por exemplo, das 61 embarcações entradas em Salvador provenientes daqueles portos, 34 eram portuguesas, sendo seus consignatários comerciantes lusos e grande prestígio na cidade [...]. É importante ressaltar que a maioria das embarcações brasileiras que fazia o percurso Salvador – Portugal - Salvador estava consignada ou pertencia a comerciantes portugueses [...] (Gandon, 2010: 120).

No Maranhão, também foi possível encontrar a participação de portugueses radicados em São Luís envolvidos no mesmo negócio. A escuna *Gratidão*, de cento e treze

¹⁵⁸ A ausência do Maranhão pode ser justificada pela limitação da pesquisa na documentação referente à capitania/província. Apesar de o projeto ter pesquisado documentos no Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal) sobre o Maranhão e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal), utilizando a correspondência MNE, não fica claro, nesse último caso, se essa documentação sobre o Maranhão foi visitada, pois é nela que encontramos as referências citadas no texto. No Rio de Janeiro, uma maior diversidade de fontes foram investigadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Arquivo Geral da Cúria do Rio de Janeiro, no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e no Tobias Monteiro. Na Bahia, a pesquisa alcançou o Arquivo Histórico Municipal de Salvador, o Arquivo Público do Estado da Bahia e o Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro. Em Pernambuco, o Arquivo Público do Estadual Jordão Emerenciano. No Maranhão, a investigação foi limitada ao Livro de Termos de visita da Saúde de São Luís (Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão), o que pode ter também contribuído para a ausência do Maranhão.

toneladas, foi comprada por um cidadão português de um brasileiro. Não é possível afirmar se o comprador vivia na cidade; mas pode-se supor que sim, já que compareceu ao consulado. A embarcação fez viagem para Lisboa e antes para Sam Tomé e Príncipe (1835). Em 05 de junho de 1837, dois portugueses negociaram a compra e venda dessa mesma escuna, que passou a se chamada *Três Amigos* a partir daquele ano. Não há referência sobre a morada do vendedor, Antonio Joze de Mesquita, mas sobre Joze Antonio do Couto, o comprador (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 05/06/1837, Antonio Aires Loreiro de Carvalho), sabemos que vivia em São Luís (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 05/06/1837, Antonio Aires Loreiro de Carvalho). A embarcação naquele momento viajava para Lisboa. Três anos antes, o Brigue brasileiro *D. Pedro*, de cento e quarenta e seis toneladas, foi comprado por um súdito português, o já mencionado José Caetano Gonçalves, negociante na praça de São Luís e chanceler do vice-consulado, de um brasileiro e que no ano seguinte chegou de Sam Tomé e Príncipe, trazendo alguns dentes de marfim e setecentos e setenta e oito “paus de tinta”. Ainda em 1835, a escuna *Roberta*, de 55 toneladas, de bandeira americana, fez-se portuguesa e viajou naquele ano para as Canárias (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 21/03/1835, Antonio Aires Loreiro de Carvalho). O comprador era, mais uma vez, Joze Caetano Gonçalves. O importante negociante português do início do século XIX, Antônio José Meireles, era sócio de uma sumaca com o madeirense José Rodrigues, em 1830 (Arquivo do TJMA, livro 22, Antonio José Meireles, 1830).

No ofício de 08 de agosto de 1837, que relata os três primeiros negócios, o cônsul Antônio Aires Lourenço de Carvalho diz não se ter notícia de envolvimento das embarcações em tráfico de escravos, mas o próprio foi acusado posteriormente de ter interesses comerciais na escravidão. A *Roberta*, anos mais tarde, foi suspeita de transportar negros vindos da África.

Em abril de 1838, outra embarcação é negociada entre súditos portugueses, Luís Pereira Campos da Silva compra a escuna *Três Amigos* de Joze Antonio do Couto, a embarcação muda de nome, passa a se chamar *Neptuno* (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298. 22/04/1838, Antonio Aires Loreiro de Carvalho). Em dezembro de 1839, a embarcação é atacada por um navio de guerra britânico, nas mesmas águas onde foi buscar o Roberta e seus escravos, que trouxera duzentos e setenta escravos do Rio Zaire e também a tripulação do *Neptuno*. O comandante desta embarcação noticiou que outro barco de bandeira portuguesa também havia sido atingido pelo ataque

Inglês (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 22/04/1838, Antonio Aires Loreiro de Carvalho).

O *Roberta* parece ter sido vendido pelo negociante (e vice-cônsul) Joze Caetano Gonçalves a Joze Antonio do Couto, pois desde março de 1840 havia sido rebatizado de *Águia* e vendido pelo dito Couto a outro português, B. G. Machado. Os dois últimos trabalhavam como caixeiros da mesma casa, porém, o vice-cônsul interino, José Gonçalves Franco, dá conta que Joze A. do Couto vendeu a embarcação devido ser recrutado para a Guarda Nacional. Segundo a autoridade consular, Couto não era português, havia conseguido o título em troca de colocar a embarcação em seu nome. O título teria sido passado pelo então vice-cônsul Antônio Aires Lourenço de Carvalho, dando a entender que Couto trabalhava para Lourenço ou alguém próximo, como “testa de ferro”. Por último, em janeiro de 1841, o pataxo português *Lealdade* foi negociado e registrado no consulado do Maranhão. O vendedor era um português residente no Rio de Janeiro, o comprador, Antônio Joaquim Ferreira da Silva, da mesma nacionalidade, morador da capital Maranhense (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 22/01/1841, José Gonçalves Franco).

A participação de importantes negociantes portugueses entre os proprietários, sócios ou consignatários de embarcações apontam para as estreitas relações entre comércio, navegação e em alguns casos, tráfico de escravos, mas, também, como no caso de Gualberto da Costa e Crispim Alves dos Santos, para a diversidade de empreendimentos, extrapolando as tradicionais casas comerciais, demonstrando a capacidade de ampliação do seu capital, mas, também, a busca por alternativas diante dos altos e baixos da agroexportação no Maranhão a partir da segunda metade do século XIX. A participação desses estrangeiros nesses empreendimentos indica, também, a sua importância para a constituição desses negócios, ainda que não seja possível afirmar que, sem estes, não seria possível sua realização.

Os remediados, seu mercado de trabalho

A existência de portugueses bem situados economicamente e socialmente no Maranhão, do século XIX e início do XX, foi notória, mas nem todos tiveram a mesma oportunidade e enriqueceram no comércio, na indústria ou se tornaram proprietários de terras e escravos, muitos se ocuparam de diminutos negócios, como as quitandas, outros

alimentaram o sonho de dias melhores em ofícios, alguns se sustentaram em trabalhos rentáveis, como a pesca ou como vendedores ambulantes.

Ainda, em 1838, o cônsul de Portugal Antônio Aires de Carvalho tratando das condições dos portugueses no Maranhão, que eram alistados forçadamente por não apresentarem passaporte, estimava que «se no espaço de um anno vem para esta Provincia duzentos, d'elles só meia dúzia He que se arrumão, os outros tomam o centro [...]» (ANTT, MNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 31/10/1838, Antonio Aires de Carvalho). Avaliação semelhante, porém mais otimista, tinha outro cônsul português, Raimundo Capella (1882: 240), quando respondendo ao inquérito da SGL, no quesito sobre as condições dos portugueses na província, afirmava que não existia «nenhum opulento; alguns ricos; muitos abastados; o maior número remediados; pobres bastantes».

Apesar de vagas as colocações de ambos os cônsules, no primeiro caso a avaliação é bastante negativa, apresentando um quadro onde somente uma pequena parte dos imigrados conseguia alguma colocação, ao que tudo indica pelas condições econômicas do Maranhão, pois tomavam outro rumo, em direção a outras províncias. Essa posição poderia ser justificada pela indignação da autoridade consular com os constantes recrutamentos irregulares e até prisões de seus patrícios, assim como o fato de, naquele momento, ainda haver resistências por parte dos nacionais com os portugueses, afinal o rompimento ainda era recente e as feridas bastante vivas.

Já Raimundo Capella (1882), apresenta um panorama mais real da condição do português na província, pois se baseava num censo, ainda que precário, como mesmo admitiu. No seu diagnóstico, poucos seriam opulentos, muitos eram os pobres, mas a condição de remediado era predominante, o que garantia a sobrevivência com certo conforto e mantinha o sonho de dias melhores. Segundo Miriam Pereira (2002: 50), «o português que se instalava no meio urbano conseguia, uma vez ultrapassada a fase inicial, uma melhoria da situação econômica, sem que isso significasse que tivesse feito fortuna».

No inquérito Parlamentar de 1873 sobre a emigração, Domingos José Bernardino de Almeida, a quem o cônsul de Portugal no Rio de Janeiro pediu para se pronunciar, emitia parecer semelhante afirmando que: «pode calcular sem receio de errar que de 1000 emigrantes, 10 conseguem ser ricos, 100 remediados, o resto vegetam apenas se não morrem» (Silva, 2013: 286).

Isabel Silva (2013: 287) afirma que foram feitas várias tentativas de mensurar a situação econômica dos imigrantes no Brasil, porém «nunca se chegou a conclusões que contradissem em absoluto esta ideia de uma maioria de emigrantes que, tendo partido com

o fito de enriquecer, se limitava a sobreviver». A autora lembra ainda que não havia uma relação direta entre os números de saídas das remessas, já que poucos conseguiam alcançar uma posição que possibilitasse enviar dinheiro para a família.

O levantamento elaborado por este cônsul de Portugal no Maranhão, Raimundo Capella (1882), registrava como segunda maior ocupação dos portugueses, o que ele lamentavelmente classificou somente como “diversos”, não especificando quais atividades laborais cabiam nessa categoria, mas pode-se deduzir que era qualquer pessoa que não fosse negociante, caixeiro, industrial, artífice ou lavrador, pois estes já aparecem no levantamento. De qualquer forma, o censo registra como maior ocupação entre os portugueses o comércio, fosse na condição de proprietário, fosse na de empregado.

Tabela 58 - Ocupação dos portugueses (1881)

Ocupação	Número
Negociantes	438
Diversos	297
Caixeiros	197
Lavradores	128
Artífices	96
Industriais	16
Desconhecidos	79
Total	1.251 ¹⁵⁹

Fonte: Raimundo Capella (1882: 241)

Num universo de um mil duzentos e cinquenta e um, identificados em alguma daquelas categorias, seiscentos e trinta e cinco eram negociantes e caixeiros (50,7%), sendo que os últimos somavam cento e noventa e sete indivíduos ou 15,5% do total de portugueses ou ainda, 31% do total dos envolvidos com a atividade comercial.

Raimundo Capella (1882: 236) resume a importância dessa ocupação entre seus patrícios no início dos anos de 1880:

Quase todos veem atraídos pelo convite protetor de parentes e amigos, que constitui o núcleo próspero e sedentário da colônia. Assim quase todos deparam ingresso pronto na carreira comercial, que é a mais suave e lucrativa, e onde, com mediana inteligência e atividade, se obtém em menos tempo uma lisonjeira abastança, para a qual concorre principalmente o facto dos patrões associarem os caixeiros aos interesses da sua caza.

¹⁵⁹ A diferença entre esses 1.251 e o total de 1.268 pode estar relacionada às crianças que não se incluíam na categoria “diversos” e nem na de “desconhecidos”.

Esses homens, que chegavam ainda crianças ou muito jovens e se dirigiam ao comércio, visando se tornarem caixeiros e um dia donos de seus próprios negócios, tinham lugar reservado no mundo do trabalho, como colocou o cônsul português, pois os que os antecederam garantiam na maioria das vezes lugar para dormir, alimentação e trabalho. Eram irmãos, pais, filhos, primos, amigos ou amigos de um conhecido já estabelecidos que alimentavam a corrente de imigração com promessas e histórias de sucesso. Sua presença marcante na realidade do mundo do trabalho em São Luís foi registrada por Aluísio de Azevedo na obra *O Mulato* com a personagem Manoelzinho, que chegara a pouco de uma aldeia no Porto ao Brasil e ainda chorava de saudades da mãe (Azevedo, 2011).

Esses jovens que desciam das embarcações, muitas vezes sozinhos, foram notados pelos cônsules de Portugal no Maranhão, que viam sua chegada com preocupação. Em 1861, o cônsul José Correia Loreiro registrava saber que tinha desembarcado menores sem passaporte no porto de São Luís.

«Nesta ocasião acaba de chegar a meu conhecimento que tem vindo ultimamente para esta cidade com passaporte falso alguns menores subditos portugueses, pelo que vou proceder de novo as mais minuciosas averiguações, e logo que esteja bem informado, comunicarei a V. Ex. tudo que ocorrer» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 28/08/1861, José Corrêa Loreiro).

Alguns viajavam entregues aos cuidados do capitão, que os dispensava ao chegar a seu destino ou ao que lhe conviesse, como parecia ser o caso de um menor de 13 anos apreendido num navio português, onde estava inscrito como moço de convés. O cônsul o manteve sob a custódia do capitão até embarcá-lo de volta (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 24/11/1866, José Corrêa Loreiro). Ninguém apareceu para se responsabilizar pelo menino, sugerindo que viajava sozinho clandestinamente. O cônsul Loreiro, na carta citada há pouco, reclamava da falta de atitudes das autoridades portuguesas, da ganância de engajadores e capitães de navios, pedindo o fim do “tráfico de mancebos” (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 26/12/1872, José Corrêa Loreiro).

Certamente, estes encontravam maiores dificuldades em se colocar no concorrido mercado de trabalho, pois outro cônsul português dava conta, em correspondência enviada ao MNE, da existência de alguns menores vadiando pela cidade, comprometendo-se em aplicar todos os meios para posicioná-los em algum trabalho. Fracassando, recomendava a si mesmo enviá-los de volta a Portugal (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 21/05/1864, José Corrêa Loreiro). Gladys Ribeiro (1997: 241) faz

menção a esses jovens no Rio de Janeiro que «eram encontrados vagueando pela cidade, cometendo pequenas contravenções para sobreviverem». Assim como no caso apresentado pelo cônsul no Maranhão, no Rio de Janeiro, quando apreendidos «eram igualmente encaminhados a comerciantes ou eram expatriados» (1997: 241). Lená Menezes (2000: 180) lembra que «[...] a oferta de mão-de-obra tendeu sempre a superar a demanda e eram muitos os jovens que chegavam ao Brasil em situação de total aventura, sem qualquer garantia de emprego».

Mas, o mercado de trabalho que os esperava era promissor, ainda que houvesse concorrência, pois o escritor Humberto de Campos (1962), em suas memórias, relembra como era difícil para um jovem brasileiro, mesmo descendendo de portugueses, conseguir emprego no comércio de São Luís, por volta de 1900, ainda fortemente marcado pela presença desses estrangeiros.

Até á véspera do seu regresso, tentou ele colocar-me de modo definitivo em alguma das casas comerciais com as quais tinha negócios. E os obstáculos, por toda parte, eram os mesmos. Portugueses, na sua quase totalidade, o comércio maranhense preferia para empregado o menino ou o rapazola de além-mar, cuja dedicação ao trabalho, valorizada pela humildade do ânimo e pelo espírito de economia, constituía um dos orgulhos da colônia. Daí as dificuldades em obter um obscuro lugar de caixeiro-vassoura para um adolescente brasileiro, que não se subordinaria, talvez, ao mesmo regime nem poderia prestar, possivelmente, os mesmos serviços (Campos, 1962: 339).

Essa percepção de Campos sobre a atuação de jovens portugueses como caixeiros é corroborada pela análise de Lenira Martinho (1993 citada por Ribeiro, 1997: 241), quando estuda a imigração portuguesa para o Rio de Janeiro nos anos próximos à independência do Brasil, pois afirma ter encontrado «registros da preferência declarada dos comerciantes pelos caixeiros brancos e portugueses, espécie de ‘indentured servants’». Apesar das temporalidades serem muito distintas, nota-se, então, que a preferência por jovens portugueses não era uma novidade do século XX e nem do Maranhão, mas uma prática dos negociantes das cidades litorâneas, independentemente do período, pelo menos até o início do século XX. (Gadon, 2010).

Mas, se muitos tinham a garantia de emprego devido à existência de uma demanda por esse tipo de trabalhador, como podemos confirmar nos anúncios de jornais da segunda metade do século XIX, onde se procurava “caixeiro português de 12 anos” (Publicador Maranhense, ano XX, n.º 6, 08/01/1861: 3, “Anunncio-caixeiros”) ou estes se ofereciam, como «um moço portuguez, [que] deseja empregar se em alguma casa de commercio, mesmo em quitanda [...]» (Publicador Maranhense, ano XX, n.º 94, 22/04/1861: 3, “Um moço portuguez deseja”), por outro lado, nem todos conseguiam alcançar o sonhado lugar em uma casa comercial ou mesmo em uma quitanda, como explica a correspondência ao MNE, escrita

pelo cônsul Loreiro em 1870, onde tratava da imigração para o Maranhão e mencionava a chegada dos mancebos à província, com o intuito de se empregarem no comércio, mas que como a maioria não sabia ler, tinham dificuldades em inserir-se neste mercado (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 26/12/1872, José Correia Loreiro).

Mas, a vida dos caixeiros, menores ou maiores, não era fácil, o trabalho era árduo, muitas horas atrás de um balcão ou na rua à procura de compradores, pouco tempo para o lazer e os recursos disponíveis, limitados. Na Bahia, muitos desses trabalhadores evitavam contrair matrimônio devido ao baixo salário - ainda que este pudesse ser superior ao de Portugal - outros morreram ainda jovens e sem dinheiro (Gandon, 2010). Aluísio Azevedo (2011) em *O Mulato* nos dá uma ideia da vida desses homens na São Luís do início da segunda metade da década de 1850, da rotina marcada por começar cedo e terminar tarde as tarefas, da limpeza do estabelecimento, da morada coletiva na casa do patrão e a comida ruim servida a eles. O historiador Maranhense Jerônimo Viveiros, reproduzindo um trecho de um artigo da gazeta *A Estrela do Norte do Brasil*, também fornece uma descrição da vida dos caixeiros em São Luís no início do século XIX:

Antes das sete horas já está aberto o comércio, que só fecha as suas portas às nove da noite. Muitas vezes, não bastam essas quatorze horas de intenso labor, fica ainda o serrãozinho para depois das portas cerradas: ora trafegar a cachaça de uma pipa que está vazando, ora concluir o aviamento de um pedido de mercadorias. Então o dia prolonga-se por mais algumas horas. Até 1822, nem os domingos e dias santificados pertenciam ao caixeiro (*A Estrela do Norte do Brasil*, 03/10/1829 citado por Viveiros, 1992a: 150).

Esse trabalho, na maioria das vezes sacrificante, era por vezes compensado pela abertura de seu próprio negócio depois de alguns anos de trabalho dedicados a terceiros em casas comerciais ou outras atividades laborais. Os que já estavam vinculados ao comércio, naturalmente tinham mais chances de se tornar donos do seu próprio estabelecimento comercial, que poderia ser fruto de anos de economia, uma sociedade com seu antigo patrão ou mesmo o casamento arranjado com a filha deste, como veremos ainda neste capítulo.

A atuação dos portugueses não se limitou ao grande comércio ou a caixeiragem, o alto número de “negociantes” registrados por Raimundo Capella (1882) revela para aquele momento, mas, certamente, para períodos anteriores e posteriores, a inserção dos portugueses também em pequenos negócios, os “remediados”, como chamou o cônsul, afirmando ser “o maior número”. Melhorar de vida sem, porém, enriquecer, era bastante comum aos portugueses no Brasil, como afirma Miriam Pereira (2002: 50): «O português que se instalava no meio urbano conseguia, uma vez ultrapassada a fase inicial, uma melhoria da situação econômica, sem que isso significasse que tivesse feito fortuna».

Se nos concentrarmos na capital, onde viveu a grande maioria dos portugueses durante os séculos XIX e XX e tomarmos como parâmetro os dois censos já citados, veremos que havia uma tendência ao estabelecimento do seu próprio negócio, ainda que fosse de pequeno porte. Segundo o censo da cidade de 1855, seiscentos e setenta e quatro portugueses declararam sua ocupação e entre eles haviam trezentos e trinta e oito caixeiros (50%). Já em 1881, o censo consular contou entre os oitocentos e dezoito portugueses residentes na capital, cento e noventa caixeiros (23%) (Campos, 1855).

É importante lembrar que, apesar das duas fontes utilizarem o termo “negociante” para qualificar aqueles que tinham negócio estabelecido, em outros documentos aparece também a denominação “comerciante”. É difícil precisar seus significados, pois muitas vezes tem sentidos semelhantes, como lembra Tania Gandon (2010: 76) quando estudou os portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX:

Não conseguimos distinguir claramente a diferença entre estas duas profissões declaradas, não só nesta série documental como em outras para o mesmo período. O termo ‘negociante’ em outros documentos do século XIX parece referir-se aos que entravam no negócio de exportação/importação e ‘comerciante’ aos grossistas e retalhistas. Estas atividades, no entanto, confundiam-se e não era raro que retalhistas mais abastados se declarassem ‘negociantes’, como acontecia, por exemplo, em testamentos.¹⁶⁰

Para o cônsul de Portugal no Maranhão, José Correia Loureiro, [...] «chama-se commerciante ao homem que tem commercio em pequena escala, e negociante, ao de grosso trato» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 05/07/1864, José Correia Loureiro). Já, para o também cônsul Raimundo Capella (1882), o comércio divide-se em três categorias: a dos comerciantes (exportadores, importadores e vendedores por grosso), a dos logistas (mercadores, capelistas, etc.) e a dos quitandeiros (tendeiros ou merceeiros).

Em 1855, muitos portugueses haviam se declarado “negociantes”, outros se diziam “negociante com loja”, “negociante com quitanda” ou “negociante com armazém”, o que nos obrigou a considerar os que se definiram como “quitanda”, “quitandeiro”, “lojista”, “armazém”, também “negociantes” ou “comerciante”, ou seja, alguém que era proprietário do seu próprio estabelecimento comercial. Já, para 1881, aparece somente, “negociante”. Não é possível saber, neste último, quais tipos de negociantes/comerciantes/ proprietários estariam incluídos. Por outro lado, podemos deduzir a partir do elevado número de “negociantes”, que todas as categorias citadas por ele (lojista, quitandeiro) estavam inclusas.

¹⁶⁰ «Segundo o dicionário dos synonymos da Língua Portuguesa de J.J. Roquete e José Fonseca, edição Aillard, Guillard, Paris, 1878, negociantes são os que se dão ao negócio ou algum ramo do comércio... os mercadores de grosso» (GANDON, 2010: 76)

Nesse sentido, o número absoluto de “negociantes” em São Luís aumentou entre 1855 e 1881, saltando de 182 para 327. O almanaque do Maranhão de 1849 traz entre escritórios - provavelmente importadores/exportadores -, armazéns, lojas, lojas de ferragens e quitandas, 639 estabelecimentos. Se considerarmos esses dados e os do censo de 1855, os portugueses representariam 28,4% do total¹⁶¹ (Rego, 1990). O Almanak de 1880 não contribui no sentido de fazer comparações, pois registra um número quase idêntico à contagem consular, 336 estabelecimentos¹⁶² (A Empresa, 1880).

Em termos percentuais, entre a população portuguesa, passa de 27% para 40%. Se incluirmos na conta do censo de 1855 outros tipos que tem sentido de proprietário de seu negócio/comércio, como os “barraqueiros”, “barraca”, “proprietário”, o número salta para 199, que significa em termos percentuais 29,5%, ainda assim bem abaixo dos 40% de 1881.

Para o século XX, os números registrados nas matrículas do consulado podem causar confusão, pois nessa documentação o termo “comércio” utilizado por alguns declarantes de sua ocupação é ambíguo. Tania Gandon (2010) explica que essa denominação poderia ser utilizada tanto para o proprietário do pequeno negócio, como a quitanda, assim como para os empregados do comércio, o que inviabiliza uma contagem segura, porém, se os considerarmos empregados, já que muitos dos declarantes tinham menos de 16 anos e, nessa idade, dificilmente seriam patrões. Utilizando um intervalo maior (1915-1930) dos registros presentes nos livros, encontramos entre seus 84 “comércio”, 32 menores de 16 anos (38%) (ARQUIVO DO CONSULADO DE PORTUGAL NO MARANHÃO, Livros de inscrição de portugueses no Consulado de Portugal no Maranhão, 1915-1921, 1921-1929 e 1929-1963).

Logo, se incluirmos a categoria “comércio” junto aos empregados deste ramo, serão muito superiores aos negociantes/comerciantes, tendência esta vista em todos os livros de registro de matrícula, reforçando a descrição feita pelo escritor Humberto de Campos sobre a preponderância de portugueses na caixeiragem. A título de exemplo, podemos citar, mais uma vez, o intervalo de 1915-1930, onde 47 indivíduos eram comerciantes/negociantes e 112 caixeiro/ empregado do comércio/ comércio/auxiliar do comércio¹⁶³ (ARQUIVO DO

¹⁶¹ O Almanak encontrado com data mais próxima ao censo de 1855 foi o de 1858, mas este não traz informações sobre estabelecimentos comerciais.

¹⁶² Considerei as categorias: armazéns de fazenda, louças, gêneros, madeira, ferragens, depósitos de arroz, escritórios, lojas de calçados, de fazendas, miudezas, quitandas, que eram classificados pelo Almanak como “comercio” e padarias, ourives, relojoeiros, refinador de açúcar e sapateiros e alfaiates, classificadas como “indústria: fábricas, artes e officios”. Deixando de fora uma série de categorias que não parecem se enquadrar em “negociantes”, como farmácias, agentes leiloeiros, amoladores de navalhas, açogues, etc.

¹⁶³ O termo caixeiro, para designar o trabalhador do comércio, parece cair em desuso no século XX, sendo substituído por outras denominações com o mesmo sentido, pois entre os anos de 1915 a 1930, registra-se duzentos e noventa e sete portugueses matriculados no consulado português no Maranhão tem somente dois “caixeiros” e vinte e oito “auxiliar de comércio” e “empregado de comércio”.

CONSULADO DE PORTUGAL NO MARANHÃO, Livros de inscrição de portugueses no Consulado de Portugal no Maranhão, 1915-1921, 1921-1929, 1929-1963).

Mas, o que explicaria essa discrepância entre as fontes? Podemos trabalhar com três hipóteses. Uma primeira é a já mencionada precariedade do censo de 1881, que poderia não ter contabilizado um maior número de portugueses, valorizando aqueles que tinham maior visibilidade nos documentos oficiais, no caso, os negociantes. Uma segunda hipótese é que os também precários registros de matrícula não dessem conta dos já estabelecidos, aqueles que haviam chegado há mais tempo e que por isso não achavam necessário se matricular no consulado ou porque seu negócio já estava numa segunda ou terceira geração, comandados por nascidos no Brasil ou ainda por terem se naturalizado. Por último, podemos considerar a possibilidade da existência de um sopro da imigração portuguesa ter chegado ao Maranhão no início do século XX, o que explicaria tão alto número de jovens entre os matriculados e consequentemente de caixeiros.

Essa última ganha mais sentido quando percebemos que 24,5% dos registrados nos livros de matrícula do consulado no início do século XX tinham menos de 19 anos. Se considerarmos que a maioria procurava se legalizar no consulado somente alguns meses ou anos depois, conclui-se que eram bem mais jovens na data de sua chegada. Quando comparamos as datas do registro no consulado e de chegada ao Maranhão, a maioria havia chegado há menos de 10 anos. Entre os 285 indivíduos que têm suas datas de chegada declaradas, 240 (86%) estavam nessa situação.

Mesmo no início do século XX, quando temos essa renovação, a realidade para muitos desses trabalhadores do comércio que desembarcaram anos antes já era outra, haviam se tornado sócios dos seus patrões ou fundaram sozinhos suas primeiras lojas ou armazéns. Esse aumento dos negociantes e/ou comerciantes em detrimento dos caixeiros estava associado, também, à diminuição, ao longo do século XIX, da imigração para o Maranhão. Esse contramovimento provocou o envelhecimento da “colônia”, ainda que o número absoluto continuasse estável até o início do século XX e tenha havido uma pequena renovação no início do século XX. Os dados apresentados acima podem confirmar essa idéia, pois os mais antigos praticamente não aparecem nos registros.

A documentação trabalhada oferece-nos alguns exemplos dos que estavam engajados em atividades comerciais de pequeno porte, como proprietário, a exemplo de Joaquim Martins dos Santos, morador na Vila de Turiaçu, proprietário de uma casa com vários pés de laranjeiras e uma escrava de quarenta anos. O português possuía ainda um tear de cordas, um engenho de descaroçar e uma bolandeira e seu engenho. Santos parecia ser um pequeno

comerciante, pois tinha entre seus pertences um braço de balança de ferro e alguns pesos, cinco caixões vazios de sabão, dois furadores de farinha, sessenta quilos de algodão em caroço e quatro de café e alguns covados de fazendas e uma centena de botões (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 12/03/1861, Claudino Araujo Guimarães). Ao que parece, negociava a retalho, atividade que abrigava muitos portugueses no interior da província, mas também na capital, como era o caso de João Vieira da Cruz (Diário do Maranhão, n.º 7690, 20/04/1899: 2) ou de José Francisco dos Santos, antigo retalhista, cognominado de José Vagaroso, estabelecido na rua dos Afogados, canto da de S. João (Diário do Maranhão, 07/08/1893: 2). Não tão pequeno e atuando no ramo de fazendas, José Rodrigues d'Araujo, que chegara ainda moço em São Luís na década de 1860, era proprietário de uma conhecida loja, a Sul Americano – ao Largo do Carmo (Diário do Maranhão, 13/08/1902: 2).

Outras atividades comerciais, que dependiam de menor investimento, fizeram parte do rol de ocupação dos portugueses no Maranhão, como as quitandas. Esse tipo de comércio parece ter abrigado muitos portugueses que não queriam se sujeitar a ordens de terceiros ou que só poderiam realizar seu sonho de enriquecer a partir de negócios como este. José de Abreu, quando faleceu em 1860, era proprietário de uma casa e uma quitanda em São Luís, como revela a correspondência do consulado (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 25/08/1860, Claudino Araújo Guimarães). Os jornais locais fazem referência a quitandeiros de nacionalidade portuguesa, como em abril de 1872, quando o cônsul de Portugal no Maranhão anunciava a venda do espólio de seu patrício Caetano Alves Correia, que além de roupas de seu uso tinha «uma quitanda com todos os seus pertences» (Publicador Maranhense, ano XXXI, n.º 07, 09/04/1872a: 2, “Secção de Annuncios - leilão para liquidar”. Autor: David Gonçalves de Azevedo - Vice-Cônsul). Naquele mesmo ano, o jornal publicava mais um anúncio do consulado sobre o espólio de outro português, Antônio Fernandes d' Oliveira, era também uma quitanda à Rua do Pespontão, onde aconteceria seu leilão (Publicador Maranhense, ano XXXI, n.º 33, 09/05/1872b: 3, “Consulado de Portugal no Maranhão - leilão para liquidar”. Autor: David Gonçalves de Azevedo - Vice-Cônsul)¹⁶⁴.

¹⁶⁴ José Domingos Martins, estabelecido com quitanda na praia do Caju (Diário do Maranhão, 14/05/1880: 2), Venda de espólio – Amanhã, às 4 horas da tarde, será vendida a quitanda da rua da Cruz e os moveis nella achados, pertencentes ao espolio do súbdito portuguez José Gonçalves Ferreira dos Santos, com assistência do sr. dr. Cônsul de Portugal (Diário do Maranhão, 17/10/1880: 2, “Venda de espolio”).– Foi hontem sepultado o súbdito portuguez José Marques Correia, que foi, muito tempo, estabelecido com quitanda ao Caminho Grande, na entrada do sítio Itamacaca. Era solteiro (Diário do Maranhão, 28/08/1897: 2).

O censo de 1855, de São Luís, registra setenta indivíduos que se declaram “quitandeiros” ou “quitandas”, chegando ao percentual entre os declarantes de 10,4% (Campos, 1855). Esses 70 indivíduos envolvidos com a atividade não eram necessariamente proprietários, pois aqui parece recair sobre a categoria “quitanda” a mesma ambiguidade que “comércio”, podendo, assim, indicar que era proprietário ou empregado do pequeno estabelecimento. É possível que a denominação “quitanda” esteja mais associada a proprietário, pois entre os recenseados que se declararam “quitanda” havia um que se classificava como “negociante com quitanda”, sugerindo que a palavra “quitanda” poderia ser aplicada também a proprietário.

A representatividade desses estrangeiros neste segmento pode ter crescido ao longo da segunda metade do século XIX e chegou a quase sua dominação, como afirmou o cônsul Raimundo Capella (1882), descrevendo os lojistas (mercadores e capelistas) e os quitandeiros (tendeiros ou merceeiros) como quase todos portugueses.

Tabela 59 - Entrada de imigrantes portugueses no Brasil entre os anos de 1866 e 1888

Anos	Total
1866-1872	79.868
1873-1880	101.088
1881-1888	139.593

Fonte: Oliveira Martins (1994: 185)

Esse crescimento dos portugueses no comércio poderia estar relacionado ao aumento da imigração no Brasil nos anos anteriores à contagem do consulado português no Maranhão (1881), quando mais de cento e oitenta mil novos portugueses desembarcaram no país, entre os anos de 1866 e 1880. Esses novos imigrantes podem ter alimentado, ainda que modestamente, o contingente de portugueses no Maranhão, mantendo estável o número aproximado de 2.000 indivíduos, mas dificilmente tão rapidamente muitos alcançariam a condição de “negociante”. Essa mudança, como colocado anteriormente, pode estar relacionada ao envelhecimento da colônia, que deixava de ser empregada de terceiros quando jovem e se tornava proprietário depois de alguns anos. Se nos ativermos às idades dos quitandeiros em 1855, veremos que a maioria, cerca de 81,4%, tinha mais de 30 anos, o que pode ser um indício de que já haviam passado pela fase de empregado e se tornado proprietário.

Melhorar de posição passando a dono do seu próprio estabelecimento era um avanço do ponto de vista social e econômico, mas dependendo do tipo de negócio, poderia ser muito sacrificante. Envelhecer trabalhando dentro de uma quitanda, por exemplo, poderia ser bastante desagradável, pois o espaço interno de muitos desses estabelecimentos parecia ser desorganizado e pouco higiênico. Jeronimo Viveiros (1992a) reproduziu, também, um trecho do jornal *Publicador Maranhense*, que dava conta do ambiente de trabalho dessas pequenas casas comerciais:

[...] numa qualquer dessas casas de venda vê-se muito lixo nas prateleiras e teias de aranha formam o teto, e guarnecem também as denegridas prateleiras; sabão misturado com passas, cebolas e mixiras, aletria com tainha salgada, farinha e café torrado, ratos vivos e mortos de envolta com queijos, manteiga e banha; baratas e moscas no azeite doce; lagartixas, sapos aranhas caranguejeiras aninhadas entre couros; peixe seco a esmo no chão sujo. Na mesmíssima balança e medida de metal, sempre porcas, pesam-se o toucinho e o açúcar, medem-se o vinho e azeite. A respeito de pesos... nem é bom falar (Viveiros, 1992a: 152).

A literatura também tratou desse tipo e de seu ambiente de trabalho. O banqueiro João Machado, personagem de Nascimento de Moraes em *Vencidos e Degenerado*, havia sido quitandeiro no passado, vivendo dentro do próprio estabelecimento, dormindo em rede e fumando cigarro barato, numa «quitanda ridícula e suja encravada na esquina da Travessa do Precipício com a Rua do Desterro» (Moraes, 2000: 157).

Para além do comércio, fosse grande ou pequeno, esses estrangeiros também enveredaram por outros ramos, como as pequenas unidades fabris ou oficinas, que exigiam um capital menor e menos trabalhadores. Matheus Gonçalves Solto, por exemplo, era proprietário de uma pequena fábrica de charutos em São Luís (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 13/05/1864, José Correia Loureiro); Os sócios Luiz Antonio Senra e José Ribeiro Lopes abriram uma oficina de “pentieiro” também na capital, em 1866, tendo seu negócio registrado no Tribunal do Comércio do Maranhão (*Publicador Maranhense*, ano XXV, n.º 142, 22/06/1866: 3, “Tribunal do Commercio”).

Os detentores de ofícios também tinham um lugar na economia local, ainda que no início do século XIX, e podemos imaginar que para as décadas posteriores também tenham sofrido grande concorrência dos escravos.

Observando uma lista dos ‘ofícios’ existentes na Província do Maranhão em 1820, encontra-se 3.943 artesãos, dos quais apenas 24,5% eram livres, sendo os demais escravos. Nos ‘ofícios’ de caldeireiro, entalhador, carpinteiro naval, serralheiro, ferreiro, tanoeiro, marceneiro, ourives, seleiro, curtidor e pintor, os livres eram mais numerosos que os escravos. Mas os cativos dominavam nos ofícios de alfaiate, carpinteiro, pedreiro e auxiliar nas indústrias (Faria, 1998: 50).

Apesar dos ofícios serem atividades urbanas, envolver diversas especialidades e fazer parte do conjunto laboral que estes estrangeiros estavam envolvidos, era baixa a sua participação no conjunto populacional português. O censo de São Luís registra, em 1855,

23 declarantes de ofícios com oficina, são charuteiros, ferreiros, sapateiros, ourives, entre outros (Campos, 1855). Se ampliarmos o número, considerando os que declaram as mesmas ocupações, sem, porém, indicarem possuir oficinas e ampliarmos os ofícios, incluindo padeiro, farmacêutico, boticário, por exemplo, o número sobe para 74 indivíduos (11%). Já a contagem feita pelo consulado em 1881 apresentava 69 artífices em São Luís (8%). Para o Maranhão como um todo eram 96 num universo de 1.268 portugueses.

No caso dos padeiros, o censo de 1855 registra sete estabelecidos em São Luís. Já os registros de matrícula do consulado dos anos de 1915-1921 apontam para a existência de dez padeiros entre os duzentos e dezenove portugueses declarantes¹⁶⁵. Apesar do pequeno número nos levantamentos estatísticos, esses profissionais tinham bastante visibilidade no restante da documentação, a exemplo dos jornais e a correspondência do consulado com o MNE.

Francisco Maria Teixeira Pinto, padeiro, havia chegado há pouco a São Luís, fazia apenas três anos, oriundo do Conselho de Alijo e por volta do final de julho de 1880, enlouqueceu. Na ausência de um local que o tratasse adequadamente, pois era solteiro e parecia não ter parentes na cidade, foi enviado de volta a Portugal (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 06/08/1880, Raimundo Capella). Já Joaquim Carvalho desembarcou no Rio de Janeiro em 1870 com doze anos, mudando-se anos depois para o Maranhão, onde se estabeleceu com padaria (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 11/04/1890, Anselmo Marques)¹⁶⁶.

Maria Matos (2012) demonstra que em São Paulo, na segunda metade do século XIX e início do XX, as padarias eram em sua maioria de portugueses e seus trabalhadores também. Lá, ambos se organizaram em associações, defendendo seus interesses, que muitas vezes eram conflitantes. Longas jornadas, ausência de descanso semanal e baixos salários faziam parte da rotina desses trabalhadores, fazendo com que os padeiros organizassem paralizações reivindicando melhores condições de trabalho. No Maranhão, apesar de se associar os portugueses à figura do padeiro, nota-se pelos dados apresentados que havia uma preferência pelo comércio.

¹⁶⁵ Nos registros de matrícula do consulado entre os anos de 1904 e 1908 não há nenhum português que se declare padeiro entre os 121 registrados.

¹⁶⁶ «Em Portugal faleceu, ao mez de Dezembro próximo passado Joaquim Pedro d'Almeida, que teve em tempo estabelecimento de padaria, à rua dos Afogados, desta capital» (Diário do Maranhão, 12/02/1902: 2). «Em Portugal, para onde havia ido há mezes, faleceu, em 3 do corrente, o súbdito portuguez João Nunes Pereira, que era negociante nesta praça, com padaria à rua Portugal» (Diário do Maranhão, 26/11/1906: 2).

Outras atividades abrigaram esses estrangeiros, em Cururupu, um antigo caixeiro de Belchior e Irmãos, negociantes estabelecidos na capital, era dono de um engenho. Joaquim Martins Gomes nem por isso era um homem de posses, lutava com sua engenhoca para sobreviver, pois ao falecer deixava dívida com seu antigo patrão e seu espólio era formado de algumas roupas e bugigangas, que não pagavam nem seu enterro (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 03/02/1883, Raimundo Capella). Outro português, José Ramos de Oliveira, também atuava no ramo de transformação da cana de açúcar em produto manufaturado, estabelecido com o refinamento de açúcar em São Luís, este, por sua vez, parece ter tido mais sorte que seu patrício Joaquim Gomes, pois deixava dinheiro para seus pais, irmão e sobrinhos (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 13/09/1888, Gregorio Anselmo Ribeiro Marques). Domingos José da Cruz, sócio da firma Cruz e Silva, situada à Rua de Santana, em São Luís, atuava no mesmo ramo (Diário do Maranhão, 30/05/1880: 3, “Tentativa de suicídio”).

Entre o operariado do final do século XIX e início do XX, era também possível encontrar portugueses, podendo ter se ampliado com o desenvolvimento do parque fabril no final do século XIX, porém, não foi possível a partir das fontes trabalhadas mensurar sua participação, mas sabemos que - como já foi colocado em capítulo anterior - no final do século XIX desembarcaram em São Luís mais de trinta portugueses engajados no Porto para trabalharem na indústria têxtil Rio Anil (Itapary, 1995). De fato, a participação dos portugueses nessa ocupação parece ter sido limitada, ainda que possam ser encontrados em outros ramos industriais. João Pereira Prego, quando se associou à Sociedade Humanitária, era empregado em uma fábrica de arroz em São Luís (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1915-1922, 13/12/1915). Francisco Gonçalves da Rocha trabalhava como operário e administrador na Fundação Auxiliadora, propriedade da firma Peixoto Dias & Cia (Diário do Maranhão, 03/02/1893: 3).

Muitos, em busca de melhores condições de vida, experimentaram diversas atividades, como de José Pereira Lopes, um homem de mais de cinquenta anos e que havia se ocupado, até então, de sapateiro, vendedor de pães e fabricante de charutos (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 15/10/1887, Anselmo Marques) ou Jorge Maria de Lemos e Sá, já citado em outro capítulo que, ao morrer na ocupação de professor de Geografia, havia sido caixeiro, negociante e guarda-livros da Santa Casa de Misericórdia (Publicador Maranhense, ano XXXI, n.º 172, 22/10/1872: 2,

“Noticiário-falecimentos”). Essa mudança de atividades ao longo da vida demonstrava a força das redes de solidariedade, que garantiam um recomeço, mas, também, o empenho desses estrangeiros não somente em sobreviver, mas continuar sonhando.

Outros se ocuparam de trabalhos diversos, qualquer coisa que garantisse seu sustento. Pescador, ambulante, serviços domésticos, eram algumas dessas ocupações em muitas cidades da província/estado, durante o século XIX e início do XX. O censo elaborado por Raimundo Capella (1882), como mencionado anteriormente, traz como segunda atividade que mais envolvia os portugueses, o que ele classificou de “diversos”, apontando para a pulverização no mercado de trabalho de parte dos portugueses.

Percebe-se, então, que a realização do sonho de enriquecimento não era para todos, a maioria teve que se contentar com menos, estabelecidos em pequenos e médios negócios ou como empregados, gerando recursos para acumular algum pecúlio, como uma casa, um escravo ou somente sobrevivendo. A situação financeira delicada, o constrangimento em retornar remediado ou pobre, a esperança em dias melhores ou mesmo a condição superior de vida naquela atividade que realizava lhe render maiores rendimentos que em Portugal, fez muitos desses portugueses permanecerem no Maranhão, deixando o retorno como a última opção.

Casamentos

A imigração portuguesa para o Brasil foi predominantemente masculina mesmo durante o século XX, quando aumentou o número de mulheres nas viagens ao continente americano, sendo que no Maranhão não foi diferente, pois sua presença foi sempre bem abaixo dos homens.

Em São Luís, segundo o censo de 1855, existiam apenas sessenta e oito mulheres (8,4%) entre os oitocentos e oito portugueses. Se considerarmos a idade reprodutiva da mulher naquele período entre doze e quarenta anos, seu número era ainda mais reduzido, pois apenas vinte e seis (3,2%) portuguesas se enquadravam nessa faixa etária. O censo imperial de 1872, por sua vez, contabilizava para a capital em suas cinco freguesias, 936 portugueses, sendo as mulheres 162 (17%). Já o censo consular de 1881 apresenta 43 mulheres entre os 776 registrados (5,5%) para a capital.

Para a província como um todo, o censo imperial apresenta 306 mulheres (14%) num universo de 2.106 portugueses. O censo consular de 1881 contou 65 mulheres, atingindo,

assim, o percentual de 5,2% do total dos portugueses no Maranhão. Em 1920, eram 15%, segundo o censo nacional.

Tabela 60 - Tabela de participação das mulheres no conjunto populacional português

Censo	Maranhão	São Luís
1855	-----	8,4%
1872	14%	17%
1881	5,2%	5,5%
1920	15%	13%

Fonte: Censo de São Luís de 1855 (Campos, 1855); Brazil (1872), Censo consular de 1881 (Capella, 1882), Censo nacional de 1920 (Brazil, 1922)

Apesar de não ser possível nesses censos contabilizar o número de portuguesas em idade reprodutiva, como fizemos com o de 1855, deduz-se que sua participação era menor ainda, já que o número global de desembarque no estado do Maranhão diminuiu ao longo do tempo, sendo registrados somente 628 indivíduos de nacionalidade portuguesa em 1929, ainda que tenha havido uma renovação de parte do contingente no início do século XX. Essa diminuição das mulheres em idade produtiva é acompanhada pelo envelhecimento das que já estavam instaladas na província.

Se compararmos a participação das mulheres portuguesas no Maranhão com outras províncias em 1872, vemos que era igualmente baixa, sendo a terceira menor. Mas, quando olhamos para o censo de 1920, notamos que, ao contrário dos outros estados que tiveram aumento da população portuguesa e crescimento da participação das mulheres na imigração, no Maranhão houve decréscimo, tanto da população daquele país, quanto da participação das mulheres.

Tabela 61 - Percentual de mulheres portuguesas em 1872 e 1920

Províncias	1872	1920
Maranhão	14%	13%
Bahia	18%	22%
Pernambuco	15%	21,8%
Pará	8,4%	20,7%
Rio de Janeiro	12,3%	25,3%
São Paulo	20,5%	29%

Fonte: Brazil (1872, 1922)

Os registros de matrículas e os de passaportes confirmam a permanência dessa baixa participação. No caso dos passaportes, entre os quase quatrocentos e cinquenta registros entre as décadas de 1840 e 1890, apenas oito mulheres foram encontradas. Para as matrículas do consulado, o livro 1904-1908 e os demais, (1915-1921), (1921-1929) e (1929-1963) que compõe a série entre os anos de 1915 e 1930, dão conta de 8,3% e 11,4% mulheres respectivamente, um aumento pouco significativo.

Essa baixa participação das mulheres na imigração para o Brasil gerou comportamentos matrimoniais diferentes, variando no tempo e no espaço. No Rio de Janeiro, por exemplo, segundo Manolo Florentino e Cacilda Machado (2002), os portugueses tinham um comportamento endogâmico superior a outras nacionalidades.

Mas a questão é um pouco mais complicada, pois as estatísticas revelam que os portugueses casavam-se menos com brasileiras do que quaisquer outros europeus dos grupos mais numerosos.

No Rio, entre 1870 e 1916, 51% dos portugueses que casaram o fizeram com uma parceira lusitana, taxa superior é dos italianos e dos espanhóis, de 50% e 47% respectivamente. (2002: 107)¹⁶⁷.

Trabalhando com outros recortes temporais, essa tendência se confirma em estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Como demonstra Robert Klein (1993) entre os anos de 1907 a 1916 dos 22.030 homens portugueses, 51% casaram-se com portuguesas, percentual bem acima de outros grupos de estrangeiros. Em São Paulo, entre 1937 e 1948, quando os portugueses já se casavam mais com mulheres de outras nacionalidades, especialmente as brasileiras, a taxa de endogamia era de 32%, superior à dos espanhóis e italianos.

Essa tendência, segundo Herbert Klein (1993), era ocasionada pela pouca integração social, pois eram desprezados pelas brasileiras por serem imigrantes pobres, mas, também, à renovação constante de migrantes. Graham Merrick (citado por Florentino e Machado, 2002), por sua vez, justifica a endogamia pelo fato de ser transitória sua permanência, pois retornariam a Portugal, provocando o desinteresse pelas mulheres nacionais. Alencastro (citado por Florentino e Machado, 2002) levantou a hipótese da ausência de tratados internacionais sobre herança (Florentino e Machado, 2002).

Em sentido inverso, Cristina Cancela (2009) demonstra, a partir dos registros matrimoniais das igrejas da Sé e Nazaré que, em Belém do Pará, 48% dos homens portugueses casaram-se com mulheres paraenses e 14% com suas patrícias entre os anos de 1899 e 1900. A autora coloca como motivo a pouca quantidade de mulheres portuguesas disponíveis ao matrimônio. Tania Gandon (2010) também aponta para um maior número de casamentos de portugueses na Bahia com as naturais daquela província, muitas delas filhas de

¹⁶⁷ Entre 1934 e 1946, a endogamia dos portugueses era de 32% e das portuguesas de 57%, superiores a dos italianos e espanhóis (Florentino e Machado, 2002).

portugueses. No Maranhão, do terceiro quartel do século XIX, a tendência era a mesma, pois segundo o cônsul Raimundo Capella (1882: 238), havia uma «propensão dos nossos colonos a se ligarem pelo casamento com as famílias brasileiras, [...]».

Analisando o Livro 90 (1872-1886), que contém 100 registros de casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Victoria da Catedral, em São Luís, encontramos somente sete casamentos de portugueses com portuguesas, o que representaria 7%. Como em Belém, o que parece ser o principal motivo para a realização de compromissos matrimoniais com brasileiras em sua maioria era a diminuta quantidade de mulheres portuguesas disponíveis. Mas, temos que considerar, ainda, as próprias escolhas daqueles homens, pois poderiam optar por se relacionarem com brasileiras brancas, mas, também, mulatas ou negras, livres ou escravas, como veremos mais adiante (APEM, Registros de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Victoria da Catedral, Livro 90, 1872-1886).

No caso das mulheres portuguesas, Manolo Florentino e Cacilda Machado (2002: 107) observam no Rio de Janeiro que «Mais contundentes ainda eram os índices das portuguesas, 84% das quais unidas a portugueses, contra taxas de endogamia de 64% das italianas e 52% das espanholas»¹⁶⁸. Em Belém, Cristina Cancela (2009) observou, também, uma forte potencial endogâmico entre as mulheres portuguesas, superior aos homens, pois eram muito cobiçadas por seus patrícios, mas, também, os tinham em sua preferência, casando-se, assim, em sua maioria, com portugueses.

Em contrapartida, as mulheres portuguesas que viviam em Belém contraíram matrimônio majoritariamente com seus conterrâneos. Das vinte e oito mulheres presentes nos registros, um pouco mais da metade contraiu núpcias com homens da mesma nacionalidade (54%), as demais se uniram aos homens paraenses (18%) e nordestinos (11%) (Cancela, 2009: 154).

Em *O Mulato*, Aluísio Azevedo (2011) apresenta alguns personagens com esse perfil. A avó da protagonista Ana Rosa era portuguesa, casada com um patrício que se naturalizou e ocupou posições no governo da província, Coronel João Hipólito. D. Maria Barbosa, como foi colocado em capítulo anterior, era «cheia de escrúpulos de sangue» e «tinha grande admiração pelos portugueses, dedicava-lhes um entusiasmo sem limites, preferindo-os aos brasileiros» (2011: 20). O caixeiro preferido de Manoel Pescada, o português Luís Dias, depois de assassinar o verdadeiro amor de Ana Rosa, o Mulato Raimundo, casou-se com ela (Azevedo, 2011).

Apesar de se casarem preferencialmente com seus patrícios, como revelam os estudos em diferentes regiões do Brasil, no Maranhão não podemos fazer a mesma afirmação,

¹⁶⁸ Entre 1934 e 1946 a endogamia dos portugueses era de 32% e das portuguesas de 57%, superiores a dos italianos e espanhóis (Florentino e Machado, 2002).

pois as fontes trabalhadas não nos permitem fazer essa análise. Por outro lado, essas mesmas fontes possibilitam perceber que o comportamento matrimonial das portuguesas no Maranhão não era idêntico ao que se assistia em outros lugares, muitas dessas mulheres não conseguiram se casar nem mesmo com brasileiros ou outros estrangeiros. No livro de matrículas do consulado português no Maranhão, entre os anos de 1904 a 1908, nove mulheres indicam seu estado civil, sendo uma casada. Entre os anos de 1915 e 1921, quinze mulheres aparecem nos registros com mais de dezesseis anos e entre elas, cinco eram casadas. Em outro livro (1921 a 1928) estão registradas vinte e três mulheres com idade declarada acima de quinze anos e entre elas onze eram casadas (47,8%) e onze solteiras (47,8%), todas domésticas e entre elas quatro assinavam seu nome. Somados os três registros são quarenta e sete mulheres com mais de quinze anos e apenas dezessete são casadas (36%).

Muitas dessas portuguesas já estavam no Maranhão há algum tempo e nem por isso conseguiram formalizar uma relação, como foi o caso de Benta Afonso de Miranda, que havia chegado em 1903 com vinte e seis anos da Freguesia de Vila da Fonte, no Distrito de Vila Real e, em 1905, ainda estava solteira e trabalhando como criada de servir. Ana Maria Lavoura também trabalhava em São Luís como doméstica e, em 1918, já tinha trinta anos e estava solteira. Havia desembarcado na capital maranhense com dezoito anos, o que não lhe garantiu um casamento. Ana era da Freguesia de Lisboa e, ao que tudo indica, era analfabeta.

Os censos do século XIX seguem no mesmo sentido, pois demonstram que a maioria das mulheres portuguesas não era casada. O censo imperial de 1872 registra trezentas e seis mulheres portuguesas (Brasil, 1872), sendo que cento e sessenta e oito eram solteiras (55%), noventa e uma casadas (31%) e quarenta e sete viúvas (15%). Para São Luís registra 96 solteiras e 46 casadas, enquanto o censo de 1855 aponta, para a existência, quarenta e seis nascidas em Portugal e entre elas vinte e oito estavam solteiras (60%), nove casadas (19%) e nove viúvas (19%), as últimas em idade não reprodutiva, pois a mais jovem passava dos quarenta anos.

Tabela 62 - Estado civil das mulheres em São Luís nos censos de 1855 e 1872

E. civil/Censos	Mulheres (1855)	Mulheres (1872)
Solteiras	60%	55,8%
Casadas	19%	29,4%

Fonte: Censo de São Luís de 1855 (Campos, 1855) e Brasil (1872)

Apesar do aumento de mulheres casadas em detrimento das solteiras na capital, quando comparamos a realidade do Maranhão em 1872, com outras províncias de maiores índices de imigrantes portugueses, vemos que tinha o menor percentual de casadas e o segundo maior de solteiras.

Tabela 63 - Estado civil de mulheres em diversas províncias do Brasil (1872)

Estado	Solteiras	Casadas
MA	55%	29,7%
RJ	49,6%	37,7%
BA	53,6%	30,8%
PE	60%	34,6%
PA	29%	59,5%

Fonte: Brasil (1872)

O baixo índice de casamento entre os portugueses pode ser notado, também, nos registros feitos pelo governo provincial no final do século XIX, quando demonstra em Mensagem à Assembleia em 1900 os dados recolhidos no estado no ano anterior. Foram registrados somente dois casamentos entre estrangeiros e brasileiras, sendo um chinês e um português e nenhum de estrangeiras¹⁶⁹ (Costa, 1901). Em 1918, Fran Paxeco (1919) afirmava que entre os 204 casamentos ocorridos no estado, 17 foram entre estrangeiros e brasileiras, 1 entre brasileiro e estrangeira e 2 entre estrangeiros, sendo 11 portugueses, seguidos de 4 da “Síria”.

Por outro lado, o registro de nascimento de 1899 revela trinta e oito crianças nascidas de pais portugueses e quarenta e cinco de mães da mesma nacionalidade, apontando para relações de mulheres portuguesas com nacionais, como foi o caso de Floribella Lucia Brauli da Silva, casado com José Freire da Silva, brasileiro (Arquivo do TJMA, livro 28, José Freire da Silva, 1846).

Mas a baixa densidade de casamentos entre portuguesas com seus patrícios poderia ter outro motivo: o celibato masculino. Os números apontam para uma grande incidência de solteiros, independentemente das fontes e do período. Os registros de matrícula do consulado, por exemplo, vão nessa direção e demonstram que, mesmo depois de anos da sua chegada ao Maranhão, muitos ainda permaneciam solteiros. O livro que registra as matrículas entre os anos de 1904 e 1908 (ARQUIVO DO CONSULADO DE PORTUGAL NO MARANHÃO,

¹⁶⁹ O registro contabiliza muito pouco casamento até mesmo entre nacionais, somente noventa e sete, de maio a dezembro de 1899.

Livro de inscrição de portugueses no Consulado de Portugal no Maranhão, 1904-1908) apresenta um total de cento e vinte inscritos, sendo cento e dez do sexo masculino, e entre os com idade de dezessete a sessenta e seis anos, quarenta e seis eram solteiros (41%) e trinta e sete casados (33,6%). Entre eles estava João Rodrigues D' Oliveira, com 30 anos em 1905, havia chegado seis anos antes e permanecia na condição de solteiro ou Francisco Maria da Silva Oliveira, 33 anos em 1904, chegara ao Maranhão em 1898 e continuava sem casar. Já o período entre 1915-1930 (ARQUIVO DO CONSULADO DE PORTUGAL NO MARANHÃO, Livros de inscrição de portugueses no Consulado de Portugal no Maranhão, 1915-1921, 1921-1929, 1929-1963) tem, entre seus 294 declarantes masculinos, 157 solteiros (53,4%) e 106 casados (31,6%). Joaquim Rodrigues dos Santos era um desses imigrantes, pois havia chegado em 1906 e, em 1917, com 36 estava solteiro ou Manoel Francisco Rodrigues, com 37 anos em 1917, morava no Maranhão há 28 anos.

No comércio, principal atividade dos portugueses no Maranhão, vemos a partir dos passaportes, que muitos desses imigrantes só contraíam matrimônio depois de alcançarem a posição de “negociante”, pois o levantamento registra, entre os anos de 1843 e 1889, 29 caixeiros, de 15 a 41 anos, todos solteiros¹⁷⁰. Já entre os que se declararam negociantes, proprietários e comerciantes, 33 eram casados ou viúvos (50%), todos com mais 30 anos¹⁷¹ e 33 solteiros (50%), com idade entre 16 e 53 anos.

O livro de matrícula do consulado 1904-1908 contém 57 caixeiros, empregados do comércio, “comércio”, “pretendia-se empregar no comércio”, com declaração dos seus estados civis, sendo que destes 08 (14%) eram casados, com idade entre 24 e 48 anos e 49 solteiros (86%), com idade entre 11 e 36 anos. Entre os negociantes aparecem 27 indivíduos, sendo 10 (37%) solteiros, entre 21 e 46 anos e 17 (63%) casados e viúvos, entre 29 e 63 anos (ARQUIVO DO CONSULADO DE PORTUGAL NO MARANHÃO, Livro de inscrição de portugueses no Consulado de Portugal no Maranhão, 1904-1908).

Já entre os anos de 1915 e 1930 aparecem 111 “comércio”, empregado do comércio, auxiliar do comércio, caixeiro, sendo 15 viúvos e casados (13,5%), entre 14 e 45 anos e entre os 96 (86,5%) solteiros. Já os que se declararam negociantes, comerciantes ou proprietários, somam 50, sendo 32 (64%) casados, viúvos ou divorciados, com idade acima de 28 anos e 18 (36%) solteiros, entre 28 e 71 anos. Para efeito de comparação, entre os 98 trabalhadores não vinculados ao comércio¹⁷², 56 (57%) eram casados ou viúvos e 42 (43%) solteiros,

¹⁷⁰ Somente um tinha 41 anos e outro 30, os demais estavam abaixo dessa última idade.

¹⁷¹ 1 com 23, outro com 30 anos, os demais acima dessa última.

¹⁷² Entre estas atividades estão: pedreiro, pintor, carpinteiro, padeiro, eletricista, marítimo, entre outros.

percentuais bem distintos aos dos empregados do comércio¹⁷³, o que comprova que os homens vinculados a esta atividade, que ainda não tinham alçado a condição de proprietário, demoravam mais a contrair matrimônio (ARQUIVO DO CONSULADO DE PORTUGAL NO MARANHÃO, Livro de inscrição de portugueses no Consulado de Portugal no Maranhão, 1915-1921, 1921-1929 e 1929-1963).

Tabela 64 - Percentual de solteiros, casados (e viúvos) entre 1915-1930

Estado civil	Negociante/comerciantes	Empregados do comércio	Outras atividades
Solteiros	36%	86,5%	43%
Casados e viúvos	64%	13,5%	57%

Fonte: Arquivo do Consulado de Portugal no Maranhão, Livros de inscrição de portugueses no Consulado de Portugal no Maranhão, 1915-1921, 1921-1929 e 1929-1963.

O censo de 1920 não permite perceber os quantitativos de solteiros e casados da população estrangeira discriminada por nacionalidade, havendo somente essas informações para a categoria genérica “estrangeiros”, o que não ajuda, pois o número de sírios e libaneses nesse momento era igual ao dos portugueses.

Recuando ao século XIX, o censo de 1872 revela 1.304 solteiros (70%) e 459 casados (24,6%) (Brasil, 1872)¹⁷⁴. Comparando a realidade do Maranhão em 1872 com outras províncias de maior representatividade de imigrantes portugueses, vemos que tinha o segundo menor percentual de casados e o segundo maior de solteiros, ficando atrás do Pará em ambos os casos.

Tabela 65 - Percentual de homens solteiros e casados em diversas províncias do Brasil (1872)

Estado	Solteiros	Casados
MA	70%	24,6%
RJ	59,7%	30,6%
MG	64,5%	24,7%
SP	51,7%	44,3%
BA	60,3%	31,8%
PE	63,7%	31%
PA	76%	20,5%

Fonte: Brasil (1872)

¹⁷³ Não inclui negociantes ou comerciante por serem proprietários e não empregados.

¹⁷⁴ Já a contagem feita pelo consulado em 1881 não discrimina homens de mulheres, apresentando o resultado total: 704 solteiros (55,5%) e 441 casados (34,7%).

Se nos concentrarmos em São Luís, principal reduto desses imigrantes, podemos ter uma ideia melhor dessa realidade na segunda metade do século XIX, já que temos dois censos para comparar. O recenseamento realizado em São Luís em 1855 apresenta 587 solteiros (78,4%) e 132 casados (17,6%), 29 viúvos (3,8%) e o de 1872 traz 764 solteiros (77%) e 184 casados (18,5%) e 42 viúvos (4,2%). Percebe-se que houve uma pequena diminuição dos solteiros em detrimento de um pequeno aumento de casados.

Tabela 66 - Percentual de solteiros e casados nos censos de 1855, 1872 em São Luís

E.civil/Censos	Homens (1855)	Homens (1872)
Solteiro(a)s	78,4%	77%
Casado(s)s	17,6%	18,5%
Viúvos	3,8%	4,2%

Fonte: Censo de São Luís de 1855 (Campos, 1855) e Brasil (1872)

Mas, esse alto índice de solteiros não significava que esses homens não estabelecessem relações sexuais e/ou afetivas com mulheres portuguesas ou fora do circuito das suas contrerrâneas e descendentes. Os registros de casamento apontam para as relações exogâmicas dos portugueses. Em São Paulo, no início do século XIX, 97% dos portugueses casaram-se com mulheres brasileiras (Florntino e Machado, 2002). No livro de casamentos citados acima, aparecem somente sete matrimônios entre portugueses, sendo os demais de portugueses com brasileiras. Para Cristina Cancela (2009: 155), as relações dos portugueses com mulheres brasileiras eram muitas vezes «associadas ao cuidado em caso de enfermidade e proteção de seus interesses», mas podemos pensar em outras hipóteses.

Parte desses imigrantes se relacionou com negras e mulatas, escravas e livres, mantendo relacionamentos efêmeros ou duradouros e muitas vezes gerando filho(a)s. Domingos da Silva Teixeira, por exemplo, era sócio de uma barraca na Praia Grande, quando morreu em 1838, declarou em seu testamento que teve um relacionamento com a mulher livre Bernardina Rosa, resultando no nascimento de uma filha (Arquivo do TJMA, livro 26, Domingos da Silva Teixeira, 1838). Joaquim dos Santos Gomes, dono de uma casa comercial em 1884, teve dois filhos com a livre Bernardina Francisca (Arquivo do TJMA, livro 30, Joaquim dos Santos Gomes, 1884). Já Antonio Martins Almeida teve uma filha com a mulata Maria, escrava de Izidoro Rodrigues Gomes, quis alforriá-la no batismo, mas o proprietário não aceitou (Arquivo do TJMA, livro 28, Antônio Martins Almeida, 1846).

Essa relação de portugueses com mulatas fazia parte do imaginário brasileiro do início do século XIX e XX, segundo Isabel Lustosa e Robertha Triches (2011: 264): «A paixão do português pela mulata, que se fixará como um dos aspectos mais fortes do esteriótipo» desses estrangeiros no Brasil.

Na literatura, Aluísio Azevedo (1997), em outra obra, a mais conhecida de sua autoria, *O Cortiço*, ambientado no Rio de Janeiro do final do século XIX, descreve o português Jerônimo, proprietário de um cortiço, que se envolveu com a mulata Rita Baiana, explorando-a cotidianamente até o dia que não lhe servia mais. Jerônimo, depois de anos com a mulata a entrega a seu antigo dono e se casou com a filha de um próspero português.

Na música, o samba do compositor Sinhô, *Não quero mais saber dela*, lançada em 1927, descreve outro exemplo dessas relações:

Por que foi que tu me deixastes/ Nossa casa na favela?/Não quero mais saber dela/Não quero mais saber dela/ A casa que eu te dei/ Tem uma porta e uma janela/Também não quero mais saber dela/ Também não quero saber dela.
Português, tu não me invoca/ Me arrespeita, eu sou donzela/Não vou na sua potoca/Nem vou morar na favela.
Eu bem sei que és donzela/ Mas isso é uma coisa à toa/ Mulata, lá na favela/ Mora gente muito boa.
Aquele crioulinha/ Que tu dava tanto nela?/ Não quero mais saber dela/ Não quero saber mais dela/ E aquela portuguesa/Que tu te casou com ela?/Também não quero saber mais dela/Também não quero saber mais dela (Lustosa e Triches, 2011: 264).

Para essas autoras, a relação com a mulata tinha «caráter transitórios e era fruto da disponibilidade e ocasião, ou existia como relação paralela ao casamento, só eventualmente se convertendo em relação oficializada» (Lustosa e Triches, 2011: 264). Em Anhaúma, no Rio de Janeiro, ao pesquisarem os registros de batismo do século XIX, Manolo Florentino e Cacilda Machado (2002), perceberam que não era tão incomum a relação de portugueses com mulatas e negras, sendo que cerca de 10% viviam amancebados ou casados. No Maranhão, Aluísio Azevedo (2011) reproduz esse tipo também em *O Mulato*, pois Raimundo era filho do português José da Silva com a escrava Domingas, mas casou-se com D. Quitéria Freitas, viúva brasileira e muito rica.

Essas relações transitórias entre homens portugueses e mulheres brasileiras podem ser notadas nos testamentos que pesquisamos, ainda que não seja possível afirmar que todos tenham sido com mulatas ou negras. É comum entre os que se manifestavam solteiros, mas com filhos, declararem que estes foram fruto de um “caso” ou de um “relacionamento”. Por outro lado, algumas dessas relações afetivas podiam ser duradouras, pois podemos encontrar portugueses com mais de um filho com a mesma mulher, como poderia ser o caso de Luís Fernandes de Brito, com dois filhos com Susana Magalhães e dois com Maria Benta da Cruz ou Braz (Arquivo do TJMA, livro 42, Luís Fernandes de Brito, 1906) ou com três ou mais

com a mesma mulher, como Manoel de Azevedo Maia, sócio de uma quitanda, falecido em 1889 e que deixava cinco filhos (Arquivo do TJMA, livro 35, Manoel de Azevedo Maia, 1889).

O historiador maranhense Jerônimo Viveiros (1992a) menciona a origem do negociante maranhense José Gonçalves da Silva, nascido em 1773, filho da “mestiça” Claudina Josefa e do português Domingos Dias da Silva, que o legitimou. As memórias de Humberto de Campos (1962) ambientadas no início do século XX também remetem a essa relação interracial, quando lembra que o filho de um primo do seu pai, descendente de primeira linha de portugueses teve uma filha com uma mulata da cidade de Barreirinhas, Emília. Essa, por sua vez, “se ligou” ao comerciante português José Dias Matos, proprietário da tradicional *Casa Transmontana*, à Rua da Paz. A loja funcionava na parte debaixo de um casarão, em cima, Emília, sua filha de outra relação, seu pai e sua mãe dividiam o espaço, tudo custeado por Dias.

No Maranhão, essa relação muito provavelmente era comum, pois como vimos no primeiro capítulo, havia, na província, um grande número de escravos e mesmo com a decadência da lavoura, o tráfico interprovincial e, mais tarde, o fim da escravidão, a presença de negros continuaria marcante até os dias atuais, como revelou o IBGE em 2015, que registrou em 74% a presença de negros na população maranhense (G1 Maranhão, 2012).

Os portugueses menos favorecidos economicamente certamente estavam mais sujeitos a esse tipo de relação, pois dividiam as mesmas moradas, como os cortiços, as ruas da cidade em busca de fregueses para suas mercadorias ou serviços e os espaços de lazer, como os batuques e os botequins. Para Manolo Florentino e Cacilda Machado (2002: 112)

[...] desse amálgama racial e cultural participaram, sobretudo, aqueles que por ausência, afrouxamento ou rompimento dos laços com a parentela e com o país de origem, não puderam concretizar os objetivos que os impulsionaram para a aventura. E, muito provavelmente, isso ocorreu com mais frequência entre aqueles sem recursos para visitar os parentes de além-mar, sem propriedades a gerir ou herança a receber na terra natal e sem empregos, propriedades ou relações no Brasil que pudessem servir de atrativo para a ida dos seus.

Nota-se, a partir dessas fontes, que os portugueses no Maranhão não tinham, necessariamente, uma preferência pelas suas conterrâneas. Apesar de reduzido o número de mulheres, nem sempre estas encontravam pretendentes da mesma nação. O elevado índice de portuguesas solteiras, por outro lado, não significava que estas não se relacionavam com nacionais, portugueses ou outros estrangeiros de forma não oficial, vivendo amancebadas ou estabelecendo relacionamentos efêmeros.

Isabel Lustosa e Robertha Triches (2011) reforçam a tese de Klein, de que os portugueses eram desprezados como pretendentes por serem pobres, quando lembram esse esteriótipo construído pelos brasileiros

No Brasil do século 19, os papéis se tinham invertido: nós, os botocudos, negrinhos despreparados, passamos a menosprezar os portugueses como exemplos vivos do atraso, da pobreza e da ignorância. O preconceito contra o português cujas características iriam sendo identificadas e somadas ao longo de todo o século 19, alcançando forma definitiva na primeira metade do século 20 (2011: 260).

No Maranhão, essa repulsa aos lusitanos foi menor, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, quando suas representações sociais se alteravam, construindo-se uma visão positiva destes estrangeiros, ainda que aqui e ali houvesse críticas, como vimos em capítulo anterior, existindo, em certa medida, alguma distinção em ser português, pelo menos aos mais abastados ou em condições ascensão. Raimundo Capella (1882: 238) lembra que os que se casavam com brasileiras eram «de bom grado acolhidos» pelas famílias das esposas.

A diminuição do seu contingente proporcionou uma menor concorrência com os nacionais no mercado de trabalho e sua forte ligação com o comércio foi amenizada pela substituição dos outros estrangeiros pelos brasileiros (Capella, 1882), o que contribuiu para uma menor tensão. Além disso, ao que tudo indica, não eram proprietários de casas de alugueis e por isso não eram culpados pelos aumentos de preço, motivo de indignação e revolta dos nacionais no Rio de Janeiro. Contribuíram ainda para o desenvolvimento da província com investimentos em indústrias, serviços públicos e bancos e por último, com a constituição de espaços de cultura, lazer e assistência que atendiam ou assimilavam, de alguma forma, os nacionais.

A forte inserção no comércio, mesmo como pequeno negociante ou caixeiro, ainda que sofrível essa última ocupação, representava alguma estabilidade e possibilidade de crescimento, contrariando, assim, o estigma da pobreza e os tornando atraentes às pretendentes portuguesas e nacionais.

Essa distinção, ainda que localizada nos extratos mais bem colocados economicamente ou em posições que, possivelmente, proporcionassem crescimento, abria portas para casamentos arranjados, transformando-o em um negócio, que tinha em vista o crescimento econômico e social da família e a manutenção dos herdeiros. A estratégia, obviamente não era utilizada somente por portugueses, fazia parte da *práxis* social de nacionais e outros estrangeiros, como vimos no capítulo III, quando mencionamos o inglês George Gromwell que se casou na província com a filha do Ouvidor-Mor Henrique Guilhaon. O inventário de sua esposa figurava entre as grandes fortunas do início do século XIX (Mota,

2008)¹⁷⁵. Outro estrangeiro, Belfort, casou-se com a filha do americano Guilherme Ewerton, patriarca dos Ewerton, proprietários de terras e engenhos na região do Cajapió. A morte prematura da esposa permitiu que se casasse de novo, desta vez com a filha de um português de grande fortuna e prestígio.

A presença desses estrangeiros, ainda na segunda metade do século XVIII, estava relacionada, como vimos no capítulo I, ao grande salto econômico do Maranhão, que se daria somente a partir de 1756, com o início das atividades da *Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão*, «que criou as condições para o desenvolvimento de uma economia regional baseada na *plantation* escravista, produzindo para o mercado europeu, semelhante às demais capitanias do Nordeste e Sudeste [...]» (Assunção, 2000: 3).

Antônia Mota (2008), quando estuda os estrangeiros que fizeram fortuna no Maranhão pombalino, menciona que, entre seus moradores, aumentou consideravelmente a presença de comerciantes reinóis¹⁷⁶. O português José Vieira da Silva, por exemplo, fora capitão da tropa paga do exército real português e designado para administrar a Companhia Geral de Comércio em 1760, tornou-se grande proprietário de terras na região do Itapecurú e o matrimônio do seu filho com a bisneta do capitão Filipe Marques da Silva, filha de José Antônio Gomes da Silva (portugueses), proprietário de sesmaria na região do Munim e de grande projeção política e social, ampliou a prosperidade das famílias (Mota, 2008; Lima, 2009). Essa estratégia continuou no século seguinte, portugueses em ascensão ou com alguma fortuna garantiam a ampliação de seus rendimentos casando-se com filhas de abastados membros da sociedade local.

Os caixeiros e guarda-livros com potencial para o comércio poderiam, ainda que não fosse uma regra, serem selecionados pelos patrões para casarem com suas filhas e, assim, garantir o sustento de seus descendentes e ampliar sua importância econômica e social. Se retomarmos de outra perspectiva os exemplos de *O Mulato*, citados anteriormente, temos os casos do caixeiro Luís Dias, que se casou com a filha do negociante Manoel Pescada, o que garantiu a sua ascensão a negociante, e do irmão de Pescada, que se casou com D. Quitéria, uma rica viúva brasileira, fazendo com que sua fortuna se multiplicasse (Azevedo, 2011).

Na vida real da segunda metade do século XIX, João Gualberto da Costa Cunha, nascido no Maranhão, neto do negociante português com o mesmo nome e que enriqueceu naquela província com diversos investimentos, casou-se em Belém com Anna Cândida,

¹⁷⁵ Cromwell casou-se com outra filha de Guilhon, depois de ficar viúvo.

¹⁷⁶ Mas, também, de ingleses. Sua presença foi crescente a partir da abertura dos portos em 1808, sendo que em 1812, já havia mais de 12 casas comerciais inglesas instaladas em São Luís (Viveiros, 1992a).

membro de uma tradicional família da província do Pará, proprietária de terras concedidas por sesmarias. O tio de Gualberto, Francisco Gaudêncio da Costa, comerciante em Belém, também se casou com uma paraense de família conhecida e influente no Pará, Carlota Pombo Brício, sobrinha de um grande pecuarista e sua esposa era irmã do Barão de Marajó José Coelho da Gama e Abreu (Cancela. 2009). Por outro lado, nem todos tinham interesses econômicos e sociais em suas relações, nem tão pouco as oficializavam, mantendo-se em concubinato ou em parcerias pouco duradouras. Os testamentos nos revelam essa prática entre os homens portugueses. Dos 80 solteiros, 17 tiveram filhos (21%).

Concluindo, apesar de a bibliografia indicar para um comportamento endogâmico dos portugueses, colocar as relações intrarraciais desses imigrantes como uma prática, especialmente pela falta de parceira da mesma nacionalidade, e no caso das portuguesas, uma maior incidência de relações com seus patrícios em detrimento dos nacionais, os dados trabalhados no Maranhão seguem em sentido inverso, demonstrando que as mulheres portuguesas tinham dificuldades de se casarem não somente com homens portugueses, mas, também, de outras nacionalidades, permanecendo solteiras em número bastante acentuado. Os homens, apesar de também manterem um índice alto de solteiros, optaram pelas mulheres brasileiras, brancas ou mulatas, para o casamento ou para o concubinato, deixando suas patrícias como segunda opção. O casamento oficial fazia parte da prática daqueles com maiores condições financeiras e que o tinha como horizonte de ascensão social e econômica, o que também pode explicar a preferência dos portugueses pelas nacionais, já que suas patrícias, em grande parte, eram analfabetas e trabalhavam como domésticas, oferecendo, assim, poucas vantagens do ponto de vista social e econômico.

Sociabilidades

A alteração das representações sociais dos portugueses ao longo do século XIX significou certo conforto para esses imigrantes, pois as hostilidades sofridas no pós-independência e nos anos que se seguiram até o fim da primeira metade do século XIX, diminuíram drástica e praticamente cessaram no terceiro quartel daquele século.

Essa mudança de atitude por parte dos que perseguiam e criticavam os portugueses estava associada à diminuição do número desses imigrantes na província e à alteração de suas representações sociais elaboradas por parte dos moradores do Maranhão. Esta, por sua vez, ao que parece, estava vinculada às obras dos portugueses, especialmente na capital. Além da participação de uma série de empreendimentos que inseriam o Maranhão numa sensação de

modernidade, como bancos, transporte urbano, fluvial e água encanada, entidades foram criadas, permitindo uma maior visibilidade e impressões positivas.

Essas entidades eram associativas e tinham caráter diverso, sendo culturais, educacionais ou mutualista. Em comum, eram formadas por associados mediante pagamento, quase sempre somente com portugueses. A primeira demonstração de associativismo dos portugueses no Maranhão foi o Gabinete Português de Leitura¹⁷⁷. A entidade funcionou como ponto de partida para a criação de outras organizações, como a SH1D e a Sociedade Patriótica, pois é possível encontrar membros da diretoria da primeira na organização e direção das outras duas no início dos seus funcionamentos.

A.A. Barros Martins, quando publicou, em 1913, *Esboço histórico do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, 1837 a 1912*, que trata da importância dessa instituição no Rio de Janeiro, afirmou que esta foi o «gérmen de todas as associações portuguesas» (Martins, 1913 citado por Muller, 2002). Isso vale não somente para o Rio de Janeiro, mas para todo Brasil, onde se fundaram associações portuguesas na segunda metade do século XIX, sendo geralmente – onde existiu – a primeira entidade a ser criada.

Sobre a participação de indivíduos dessa nacionalidade em diversas entidades, Vítor Fonseca (2008) afirma que o motivo era o prestígio social. Para as agremiações era importante agregar nomes de referência social e/ou econômica a seu quadro, já para estes indivíduos, era demonstrar seu sucesso e reconhecimento social. Temos que considerar, também, que a participação em múltiplas associações não era movida somente por interesses particulares, mas por um espírito associativo que traziam de Portugal, pois lá, muitos pagavam semanalmente ou mensalmente para terem assistência médica, farmacêutica ou funerária. Para Elisa Muller (2002: 315): «Nesse contexto, os portugueses emigrados que já traziam de seu país uma cultura associativa adquirida através das sociedades de auxílio mútuo».

No Maranhão, o Gabinete Português de Leitura foi fundado em 1853 «com o fim de disseminar o gosto pela leitura, propiciando ao público bons livros de sua opulenta e variada biblioteca, além de patrióticas sessões cívicas e conferências ilustradas» (Viveiros, 1992b: 393). Para Isabel Silva (2013: 299) o Gabinete no Rio de Janeiro queria:

vincar o enraizamento de uma identidade nacional portuguesa, glorificar os grandes homens que a personificaram, celebrar a grandeza dos tempos áureos da pátria e consagrar os emigrados no Brasil como os legítimos representantes dessa gesta. Este palco institucional tinha naturalmente os seus

¹⁷⁷ Para Vitor Fonseca (2008: 358), associativismo é «a formação e funcionamento do que em sociologia é normalmente denominado ‘associação voluntária’, ou seja, um grupo formado por pessoas que se associam com base em um interesse comum e cuja participação não é obrigatória nem determinada por nascimento, e que existe independentemente do Estado».

protagonistas. Estes espaços de cultura e filantropia eram o fundo e a boca de cena para a representação social da colônia portuguesa no Rio de Janeiro.

O primeiro estatuto do Gabinete no Maranhão informava que seu capital seria proveniente da venda de duzentas ações e que somente poderia ser acionista o «cidadão portuguez, bem morigerado e de ocupação honesta» (Maranhão, 1859: 6). Um ano após sua fundação tinha cento e trinta e nove sócios, ainda segundo o Annaes e, em 1860 cento e cinquenta e sete associados portugueses, segundo o vice-cônsul de Portugal David Gonçalves de Azevedo (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 30/01/1860, David Gonçalves de Azevedo).

No início de seu funcionamento a biblioteca contava com menos de setecentas obras, mas fazia parte da política do Gabinete a aquisição de novos livros, pois 1859 adquirira mais oitenta e uma obras em cento e noventa volumes, compostos basicamente de ciências, literatura, comércio e artes (Maranhão, 1859). Em 1872, abrigava “quase” seis mil volumes, fazendo do Gabinete uma das maiores, se não a maior biblioteca da província na segunda metade do século XIX¹⁷⁸. Funcionou no Largo do Carmo, atendendo das quatro horas da tarde às 21 horas e em dias santificados abria suas portas sempre das 9 da manhã às 14 horas (Publicador Maranhense, ano XXXI, n.º 16, 19/04/1872: 3, “Gabinete Portuguez de Leitura”).

A instituição, desde sua abertura possibilitava o acesso aos livros a serem lidos na própria biblioteca ou poderiam ser levados para casa, cobrando por esses serviços, o que em parte garantia sua manutenção, junto com as mensalidades dos acionistas e doações (Castro e Castelannos, 2014). Apesar da carência de bibliotecas na província, o governo do Maranhão nunca apoiou o Gabinete com recursos, como parece ter acontecido em outras províncias.

Acionistas e subscriptores só poderiam levar uma obra por vez para casa e dentro das suas instalações, respeitar a etiqueta, sendo proibido fumar, falar alto e usar chapéus (Maranhão, 1859). A possibilidade de ler fora do Gabinete poderia ser uma estratégia para «manter a dinâmica de empréstimo/devolução, visando à circularidade dos livros, a captação de novos leitores e, portanto, a entrada de novos subscritores» (Castro e Castelannos, 2014: 145). Apesar de aceitar como acionista somente portugueses, abria para a participação de nacionais em duas situações, como sócios honorários e “subscriptores”. Para ingressar como honorário deveriam ter prestado serviços importantes ao Gabinete ou ter capacidade para isso, já no segundo caso, deveriam pagar uma taxa, ser aceito pela diretoria, ser morigerado e ter ocupação honesta.

¹⁷⁸ Viveiros (1992a) traz números maiores para um período anterior. Sem citar suas fontes, afirma que o *Gabinete* no ano de sua fundação havia emitido noventa e cinco ações e, em 1858, tinha cento e oitenta associados e que a sua biblioteca contava com oito mil seissentos e oitenta e três volumes naquele ano.

Não há como mensurar o interesse e o nível de participação de nacionais entre os subscritos na documentação trabalhada nesta tese, mas certamente havia, já que a biblioteca oferecia uma grande quantidade de obras; os jornais anunciavam a possibilidade de acesso mediante “módico” pagamento, dez tostões por mês (Publicador Maranhense, ano XXXI, n.º 16, 19/04/1872: 3, “Gabinete portuguez de leitura”) e manteve-se aberto por quase cinquenta anos.

Por outro lado, é possível que o Gabinete tenha sobrevivido a duras penas, pois Cesar Marques (1970) afirma que somente entre 5 ou 6 pessoas frequentavam diariamente a casa. Esse não foi um problema somente no Maranhão, no Rio de Janeiro a participação também era baixa (Muller, 2002) e muito provavelmente nas outras capitais onde existiu, devido à alta incidência de analfabetos, tanto entre portugueses, como entre nacionais. A diferença era que havia uma maior quantidade de sócios, já que a comunidade portuguesa em outras províncias era sempre mais que o dobro do Maranhão, a exemplo da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, o que garantiu maiores rendimentos. O presidente do Gabinete, por sua vez, queixava-se da falta de interesse dos seus patrícios, especialmente os que mais tinham recursos, anunciando, assim, dificuldades financeiras da entidade, como foi exposto no capítulo II, o que não acontecia no Rio de Janeiro, onde negociantes, médicos e advogados participaram ativamente da constituição e manutenção do gabinete ao longo do século XIX (Muller, 2002). Por último, o vice-cônsul David Azevedo, em comunicação com o MNE em 1877, relatava que o precário estado da economia maranhense estava atingindo a Sociedade Humanitária e o Gabinete Português de Leitura (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 26/03/1877, David Azevedo).

Mas os esforços das diretorias não conseguiram manter o Gabinete, que no final do século XIX fechava suas portas, entregando seu acervo à SH1D. Em assembleia de 30 de abril de 1899, a SH1D era autorizada a realizar procedimentos para receber sua biblioteca (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1898-1904, 08/05/1899). No Jornal Diário do Maranhão era anunciada uma assembleia da SH1D que se realizaria no dia 05 de novembro, tendo como convidados os diretores do Gabinete para oficializar a entrega (Diário do Maranhão, n.º 7853, 03/11/1899: 3, “Real Sociedade 1º de Dezembro”. Autores: Francisco C. D’Aguiar - 2 Secretário).

Apesar dos relevantes serviços que os Gabinetes de Leitura prestaram às sociedades locais onde estavam instalados, disponibilizando livros, espaço para leitura e, em alguns casos, escola, houve resistência à sua criação e dúvidas relacionadas às suas verdadeiras intenções, como aconteceu em Pernambuco.

O Gabinete Litterario Portuguez

Quando por aqui se espalhou a noticia de que o Sr. João Vicente Martins tinha criado nesta província um gabinete litterario portuguez, pouco apreço demos a isso, entendendo que sendo pouco os portuguezes que sabem ler e escrever correctamente a sua língua, e que teem alguns conhecimentos, essa instituição tinha por fim fazê los aprender alguma cousa e applicarem se a leitura: realmente não atinamos com o fim, a que parece hoje dirigir –se essa associação; mas agora em vista de certos fatos, e melhor refletindo sobre o caso, cremos que esse gabinete traz machiavelismo, e compreende mais política, do que instrucção (O Século, 30/01/1851 citado por Santos, 2008: 4).

Lá, as tensões entre portugueses e brasileiros estavam ainda muito vivas, onde os primeiros eram chamados de “tyranos”, “ladrões”, “tosta cruel”, “tigre insano”, “monstro cruel”, como se pode notar na *Colleção de poesias patrióticas brasileiras*, organizada em 1851 naquela província (Santos, 2008). O médico português João Vicente Martins, fundador do Gabinete e alvo dos ataques, por sua vez, usou de um discurso conciliatório na defesa da instituição, aproximando portugueses e brasileiros.

Eu me congratulo com meus portuguezes residentes em Pernambuco por haverem de tão boa vontade e com tanto acerto fundado o Gabinete Português de Leitura. Eu me congratulo igualmente com os Srs. Pernambucanos porque recebem desta associação de portuguezes, tão nobre em seus fins, mais uma certeza que não desperdiçavam a sua hospitalidade com estrangeiros ingratos, que só queiram desfrutar o país sem plantar nele árvore nenhuma que dê bons frutos (Santos, 2008: 6).

Martins, como observou Wilza Santos (2008: 7, grifo nosso), evitou o embate, negou as diferenças, preferindo a negociação. Para a autora:

Os portuguezes compreenderam que seu lugar em Pernambuco passava por **investimentos simbólicos** pelos quais eles se afirmariam e negociariam com os brasileiros formas de inserções na sociedade vigente. Pelo que vimos, esta foi uma das principais estratégias na negociação identitária utilizada por esta comunidade neste período. Sendo assim, **a criação do Gabinete Português de Leitura ao mesmo tempo em que se apresentou para os lusos como resposta aos discursos antilusitanos**, funcionou como lugar no qual o sentimento de pertença à comunidade de origem podia ser vivenciado coletivamente.

Ainda segundo Wilza Santos (2008: 50):

Tratou-se de uma tentativa por parte de alguns portuguezes, de (re)significar a antiga e desgastada imagem de serem os portuguezes sinônimo do binômio colonizador/explorador e que só se interessavam pelo lucro. Havia a necessidade urgente da não associação da imagem do imigrante luso àquela identidade colonial. Outra representação devia ser (re)construída, e essa agora era mais positiva, pois associava-se à imagem utópica civilizadora dos gabinetes de leitura.

No Maranhão, ao que tudo indica, não houve resistência nem críticas à fundação do Gabinete Português de Leitura, pelo contrário, associou-se a sua imagem às letras, à instrução, aos livros, à leitura. Segundo César Castro e Samuel Castelannos (2014: 148), os jornais consideravam o Gabinete como «um espaço do cultivo às letras que promovia o convívio com os livros e um lugar que propagava a instrução, estimulando o cultivo à leitura». Ainda segundo os mesmos autores, sua memória ficou «[...] no imaginário societal maranhense como um lugar que estimulou a leitura, que garantiu o vínculo estreito com os livros e que se destacou pela proliferação de novos leitores no Maranhão imperial».

É possível, realmente, que sua criação tenha sido bem recebida, pois a Biblioteca Pública Provincial, a partir 1850, passou por dificuldades diante da redução de recursos

disponibilizados pelo governo provincial (Castro, Silva e Castellanos, 2011). Segundo Viveiros (1992b: 395): «[...] dos 3.376 volumes, restavam, no ano de 1858, apenas 1.931 volumes que estavam em bom estado, chegou a tal ponto à sua decadência que, escalpelá-la, se tornou chavão nos relatórios presidenciais».

O surgimento de nova biblioteca, que em 1872, teria perto de seis mil volumes disponíveis (Publicador Maranhense, ano XXXI, n.º 16, 19/04/1872: 3, “Gabinete portuguez de leitura”) e permitia a inserção de nacionais, mesmo que pagando, mas a um preço módico, num momento de crise da biblioteca provincial, serviu como “instrumento simbólico” na luta pela mudança de imagem desses portugueses no Maranhão, colocando-os como contribuintes da cultura letrada da província, especialmente na capital. Essa percepção era certamente reforçada pelos anúncios publicados nos periódicos, que avisavam a chegada de novos livros, como mencionamos anteriormente, em 1859 ou em 1872, quando informava o acréscimo de mais de trinta novos títulos entre literatura e história a seu acervo, entre eles: *Os Luziadas: estudo sobre Camões e suas obras*, de Oliveira Martins, *História de Portugal nos séculos 18 e 19* e *Memórias do Marquês de Pombal* (Publicador Maranhense, ano XXXI, n.º 21, 25/04/1872: “Gabinete portuguez de leitura”).

Na década seguinte à criação do Gabinete Português de Leitura, outra entidade foi fundada pelos portugueses no Maranhão, a Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, inaugurada em 1862 e existente até hoje. Atendia exclusivamente a portugueses, mas aceitava como sócios beneméritos nacionais que contribuíssem para sua melhoria. Além da mais longa, foi a mais atuante, até porque suas ações eram outras, proporcionando transporte aos associados e pobres para outras províncias ou para Portugal, tratamento médico, abrigo, mesadas aos necessitados e sepultamentos.

As demonstrações desse tipo de associativismo pelos portugueses no Brasil começaram cedo e se espalharam principalmente nas capitais. No Rio de Janeiro, em 1840, foi fundada a *Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência*, a primeira em auxílio mútuo. No Rio Grande do Sul, em 1854, nascia o hospital da *Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre*. Na Bahia, em 1857 e no Pará, em 1877.

A assistência aos que necessitavam, por sua vez, era em certa medida uma herança trazida de Portugal, as Misericórdias, fundadas por Dona Leonor no final do século XIV, que nascia com «a função mais assistencial do que terapêutica, ou seja, surge para proporcionar abrigo, proteção e morada ao enfermo, em vez de meios para a cura da própria doença» (Chaves, 2004: 8). No Brasil, existem inúmeras dessas casas até hoje, inclusive no Maranhão,

que data de 1653 (Mireles, 1994). Nos seus quadros, portugueses atuaram nas diretorias ou trabalharam como guarda-livros, enfermeiros e médicos.

Mas, o assistencialismo praticado por esses estrangeiros não estava vinculado somente às entidades com esse fim, fundadas ou não por eles, muitos o realizavam por conta própria no Maranhão, antecedendo-se à SHID, pois é frequente encontramos na documentação do MNE referências à organização de subscrições para ajudar pessoas ou grupos com algum problema. Em 1859, o vice-cônsul de Portugal David Azevedo organizou uma comissão de socorro para acudir os colonos que vagavam doentes e esmolando pelas ruas de São Luís. A comissão alugou uma casa para acolhê-los e tratá-los, contando com a colaboração do médico Constantino Mello Pereira e do farmacêutico Joaquim Luis Ferreira, ambos portugueses. A intenção era enviá-los de volta a Portugal (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 15/11/1859, David Azevedo). Outro português, Joaquim José Domingues Lima, arrecadou junto a quase sessenta pessoas, uma quantia a favor da tripulação da barca portuguesa *Linda*, que naufragou na costa maranhense (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 518, 02/03/1860, David Azevedo). Essas ações extrapolavam os limites da província ou mesmo do império brasileiro e se estendiam a outros espaços, como Portugal¹⁷⁹ ou Cabo verde¹⁸⁰.

Organizar e contribuir para subscrições fazia parte da cultura burguesa em Portugal, mas para os portugueses no Brasil que tinham pretensões de promoção social era imprescindível, pois garantia reconhecimento social e os inseria numa malha de influência e interajudas (Silva, 2013). Mas, em 1897, o consulado no Maranhão recebe despacho do MNE proibindo o corpo consular de fazer ou patrocinar, sem autorização, em favor de portugueses em Portugal (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 521, 28/05/1897, nome ilegível).

Além disso, podemos imaginar que esses feitos ganhavam repercussão na sociedade local, ainda que não fossem publicadas em periódicos, contribuindo, assim, para uma melhor representação social dos portugueses na província ou mesmo de brasileiros que, de alguma forma, colaboravam com portugueses necessitados. Esses pedidos de títulos e comendas feitos pelos cônsules ao governo português foram proibidos em 1853. Porém, continuaram sendo

¹⁷⁹ Uma comissão foi criada para arrecadar dinheiro junto aos portugueses residentes em São Luís, destinado aos asilos em Portugal (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 11/02/1864, Claudino Araújo Guimarães).

¹⁸⁰ Uma comissão foi formada a pedido do MNE para formar um fundo junto aos portugueses com o objetivo de socorrer os habitantes do arquipélago de Cabo Verde, que passa por uma grave crise de alimentos (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 27/01/1864, Claudino Araújo Guimarães).

feitas, pois em 1868 o MNE lembrava o cônsul da proibição (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 23/03/1870, Joaquim Loreiro).

Não é revelado o motivo da proibição feita pelos cônsules a indivíduos que, de alguma forma, ajudavam portugueses em dificuldade. Esses pedidos eram muitas vezes atendidos e isso era justificado, segundo Isabel Silva (2013: 300) porque havia: «[...] empenho, continuado e consistente, do Estado em atribuir reconhecimento oficial a um determinado grupo de pessoas que como característica nobilitáveis em comum apenas tinham o facto de terem posto a sua fortuna [ou tempo] ao serviço dos portugueses».

Por outro lado, pode haver relação entre uma situação e outra, o que revelaria segundas intenções daqueles que praticavam atos humanitários. O médico brasileiro Cezar Marques, por exemplo, depois de prestar alguns serviços gratuitos a parte da comunidade portuguesa que passava por problemas de saúde, solicitava um título honorífico ao governo português. Assim como no caso da ocupação de cargos em diversas entidades pelos portugueses, a caridade ou o assistencialismo permitiam que o indivíduo que a praticasse conseguisse destaque, prestígio na sociedade local, o que poderia facilitar sua entrada em determinados círculos econômicos e sociais e tirar vantagens dessa posição.

É possível que o esgotamento na capacidade de atendimento da misericórdia e de outros hospitais em épocas de pestes; a falta recursos do governo provincial; assim como a permanência de muitos portugueses oriundos das colônias desativadas no interior da província, vagando sem abrigo e sem recursos pelas ruas da capital ou a grande frequência de doentes entre os engajados nos trabalhos do Canal do Arapapay, tenham contribuído para a constituição da SH1D. No Arapapay, por exemplo, a situação em alguns momentos era tão dramática entre os trabalhadores que o vice-cônsul português David Azevedo agradecia a disposição do médico César Marques de tratá-los gratuitamente lá mesmo: «A oferta que V.S. faz de durante um anno destinar dois ou mais dias da semana para ir ver aquelles infelizes na maior parte cheios de moléstias e privações e prestar-lhes as applicações que a sua intelligência medica lhe ditar [...]» (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 14/03/1865, David Azevedo).

O grande número de pedidos de pessoas doentes e talvez a dificuldade em alocá-los na Misericórdia e outras casas de saúde, por falta de vagas ou valor dos tratamentos, fez com que a SH1D aceitasse a oferta do médico brasileiro José Maria de Faria Mattos de disponibilizar quatro vagas em sua casa de saúde para tratar doentes e necessitados (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1863-1868, 27/03/1865). Essa não seria a única ação da Sociedade no sentido de cuidar dos seus compatriotas em ambiente hospitalar antes da fundação do seu

próprio hospital, pois em 1866 conseguiam a autorização do Bispo para instalar uma enfermaria no Hospital Santo Antônio (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1863-1868, 15/09/1866). Por fim, acabaram decidindo instalá-la em uma casa fora do convento.

A enfermaria portuguesa contaria com a ajuda não somente de portugueses, mas, também, de nacionais, pois o médico maranhense Augusto César Marques se dispôs mais uma vez a medicar os necessitados gratuitamente. Outro médico, o francês Afonso Saulnier, também se ofereceu para trabalhar voluntariamente na nova enfermaria, assumindo sua direção. O português Joaquim Ferreira, proprietário de uma botica, que há algum tempo já fornecia medicamentos gratuitamente aos seus patrícios necessitados, se comprometeu a doar remédios aos enfermos do novo estabelecimento. Os recursos viriam de doações arrecadadas por comissões formadas por portugueses ligados à SH1D (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 13/10/1866, José Corrêa Loreiro).

O cônsul José Correia Loreiro comunicava que a enfermaria havia recebido doação do português Domingos Mendes de quantos pães fossem necessários durante um ano e do brasileiro José Maria Porto, de um carro de sua cocheira para transportar os doentes. Do Português João Rodrigues dos Passos, todos os colchões e travesseiros. Do brasileiro Henrique Alberto e Cunha, a aplicação de sanguessugas por quatro meses. Um espanhol, outros portugueses e brasileiros, também contribuíram para o funcionamento da enfermaria (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 23/11/1866, José Corrêa Loreiro).

No início do século XX, apesar da existência na capital de um isolamento financiado pelo governo provincial durante a proliferação da peste em 1904, a SH1D teve a preocupação de criar outro espaço para atender seus sócios doentes (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1898-1904, 10/01/1904). A Sociedade decidiu também que «alguns doentes estranhos à Sociedade, como pensionistas», poderiam ser internados mediante pagamento de 10\$000 e os sócios pagariam a metade desse valor (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1898-1904, 10/01/1904). O diálogo foi com o governador do estado, que recebeu uma comissão da SH1D, comprometendo-se em telegrafar para o Rio de Janeiro para pedir autorização. O isolamento foi aberto, mas, a 10 de fevereiro daquele ano, era fechado devido ao local em que havia sido instalado. A Sociedade elogiou o governador Godinho, mas queria uma sala somente para seus sócios no isolamento da província ou a autorização para abrirem um novo, em lugar adequado (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1898-1904, 10/02/1904).

Essas epidemias que se prolongaram até a década de 1920 na capital eram resultado das péssimas condições de salubridade da cidade, pois serviços como água potável encanada, esgoto e coleta de lixo eram problemáticos, como vimos em capítulo anterior.

[...] continuou desafiante e muito mais aterrador, culminando com a terrível epidemia de peste bubônica que assolou a cidade entre fins de 1903 e meados de 1904. Ainda que o poder público realmente passasse a adotar ações muito mais decisivas no que diz respeito a esta problemática, apenas no âmbito das epidemias, ainda ocorreram surtos de grandes proporções, como gripe e febre amarela por quase toda a década de 20 [...] (Palhano, 1988: 153).

O diálogo com o governo estadual no início do século XX e a colaboração de brasileiros e de um francês nas ações humanitárias da SH1D na segunda metade do século XIX mostram que, pelo menos parte da sociedade local, via com bons olhos as ações dos portugueses no sentido de proteger seus compatriotas mais necessitados.

Em 1912, quando os estatutos foram mais uma vez reformados, a SH1D ainda preocupava-se com a possível condição de indigente dos seus contrerrâneos, pois o artigo 7 do Capítulo I informava que os fins daquela sociedade eram: «socorrer seus associados, estendendo-se esse benefício a todos os portugueses que forem julgados indigentes ao critério da diretoria» e «dar sepultura àqueles que falecerem sem deixar meios para isso» (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1902-1919, 22/12/1912). No capítulo 3, que tratava das obrigações da sociedade com seus sócios, ficava garantido tratamento gratuito na enfermaria; Os que não pudessem se manter «por achaque phisico ou moral» teria direito a uma diária; As viúvas que vivessem “honestamente” e os filhos menores de sócios que falecessem pobres teriam a proteção da SH1D, sendo garantida aos menores, educação primária (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1902-1919, 22/12/1912).

Para Vitor Fonseca (2009) o associativismo funcionava como meio de solucionar dificuldades individuais ou coletivas, já que o Estado não provia serviços que atendessem à população em áreas, por exemplo, como a saúde. Era também um mecanismo de proteção e reivindicação de direitos. Cláudia Viscardi (2010: 34), por sua vez, afirma que essas associações de caráter mutualismo étnico no Brasil tinha, entre seus objetivos, o de «prover socorros públicos aos estrangeiros que tivessem imigrado para o Brasil (função mais comum para a maioria das mutais) e o de reforçar elos de identidade nacional entre seus membros».

Essa proteção dada desde o início de suas atividades a seus sócios pagantes, mas, também, àqueles portugueses que viviam em condições precárias e não tinham como se manter, tratando-os em caso de enfermidade ou os enviando de volta a Portugal, ganhava visibilidade. Sua atuação foi logo reconhecida pelos portugueses, que se associaram em grande número e sendo crescente sua participação ao longo da segunda metade do século XIX. A SH1D tinha em abril de 1863, trezentos e oitenta e dois sócios. Se considerarmos que

somente homens podiam se associar e que o censo de 1872 registra um mil trezentos e noventa e nove portugueses do sexo masculino, isso dava uma representação de 27%. Mas, se pensarmos que a maior parte dos sócios estava domiciliada na capital, onde existiam novecentos e oitenta e sete portugueses, a proporção de participação aumentaria significativamente.

Em 1887, eram quatrocentos e noventa e cinco sócios, sendo que o censo do consulado feito seis anos antes dava conta de um mil, duzentos e sessenta e oito portugueses no Maranhão (39%), representação significativa, pois se compararmos à *Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência*, que tinha nos seus quadros, em 1912, cerca de 30,12% do contingente português, a porcentagem da SH1D era bastante superior. Para Vitor Fonseca (2009), o número alto de associados é explicado porque esta aceitava filhos de portugueses ou por manter em seus cadastros pessoas falecidas e que não haviam notificado a entidade, o que não parece ser o caso da sociedade no Maranhão, pois esta, em 1887, não aceitava os filhos como sócios e havia um aparente cuidado com aqueles que estavam atrasados nas mensalidades, fazendo exclusões periódicas.

A construção do Hospital português em São Luís reafirmava a ação de proteção com recursos próprios. Sua inauguração em 1867 aumentou a visibilidade das ações e da filantropia dos portugueses, já que atendiam gratuitamente portugueses não sócios desvalidos, pois se sabia que aquela obra era fruto do esforço da diretoria e doadores, na sua maioria da mesma nacionalidade. Em 1867, o cônsul Loreiro, em comunicação ao MNE, encaminhava uma solicitação da SH1D no sentido de receber o título de “Real” do rei de Portugal e informava que esta era a que exercia a caridade com menos restrições, se comparada a outras no Brasil (AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 519, 12/02/1867, José Corrêa Loreiro). Esse título, segundo Elisa Muller (2002), era concedido a poucas associações, conferindo àquelas que tinham um *status* diferenciado.

Se por um lado essas associações excluía os brasileiros de se associarem e desfrutarem de seus serviços, por outro os incluía, aceitando-os como sócios beneméritos, abrindo suas portas à sociedade durante suas festividades, convidando autoridades para suas comemorações e publicizando seus balanços em periódicos. Vitor Fonseca (2006: 151-152) analisando a inserção de nacionais no Grêmio Republicano Português e no Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses no início do século XX, no Rio de Janeiro, na condição de benemérito, benfeitores ou honorários, afirma que: «Essa possibilidade de conferir títulos a não portugueses pode ser um meio interessante de cooptar para as duas

associações indivíduos de outras nacionalidades, principalmente brasileiros, que pudessem colaborar para o bom funcionamento e crescimento delas».

O mesmo autor afirma, analisando a participação dos portugueses em outras associações no Rio de Janeiro, no início do século XX, inclusive aquelas sem influência portuguesa, que havia «[...] uma preocupação dos portugueses em se inserirem não somente na comunidade dos ‘patrícios’, mas também na própria sociedade de acolhimento [...]» e que existia «[...] uma preocupação bem grande da comunidade portuguesa em interagir com pessoas de outras nacionalidades, principalmente brasileiros» (Fonseca, 2008: 370). No Maranhão, Membros da comunidade portuguesa participaram ativamente da Associação Comercial do Maranhão no século XIX e fundaram clubes onde portugueses e brasileiros eram bem vindos, como o de futebol Luso-Brasileiro e o recreativo, Grêmio Líteo Português.

Para a inauguração do hospital seriam convidadas autoridades civis, eclesiásticas e militares da província (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1863-1868, 21/11/1864). A prática de convidar autoridades para participar de suas festas e cerimônias permaneceu até o início do século XX, pois em 1904 o presidente da Sociedade se responsabilizava em chamar as principais autoridades do estado (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1898-1904, 13/11/1904).

Naturalmente, a participação dessas autoridades gerava prestígio à SH1D e, conseqüentemente, aos portugueses e proporcionando uma maior visibilidade às suas ações. Mas, as festas não eram formadas somente de convidados ilustres. O Hospital abria suas portas para visitação pública, fazia bazares para arrecadar fundos, contratava bandas de música, mobilizando parte da sociedade local em seus eventos, como em dezembro de 1872, quando da Sessão comemorativa do aniversário do imperador do Brasil e de 1640. O Hospital Português estava ornado e recebeu muitos visitantes, com o centro do salão cheio “de senhoras e pelos lados e em todas as portas ocupavam o restante espaço os cavalheiros”, que prestigiaram a entrega de livros aos alunos da Sociedade Patriótica e, mais tarde, duas bandas tocaram em coretos e fogos foram lançados à noite (Publicador Maranhense, ano XXXI, n.º 207, 03/12/1872: 2, “A festa dos portuguezes”. Autor: Custódio Gonçalves Belchior). A visibilidade, não somente simbólica, era literalmente potencializada pela colocação de iluminação no elegante prédio do hospital, que se destacava dos demais da cidade naqueles dias.

Todo esse aparato e festas amplamente divulgados nos jornais eram complementados pela publicização das assembléias, mas, também, de balanços, permitindo a qualquer um vislumbrar as atividades do Hospital, com o número de atendidos durante um determinado período, reforçando a importância da entidade para os portugueses residentes e contribuindo para a formação de uma imagem positiva. Já na oitava sessão da SH1D decidia-se publicar

um relatório da diretoria no jornal *Publicador Maranhense*, com parte do dinheiro doado pela Companhia Equestre de New York e Luanda, relativo a um espetáculo realizado em São Luís em 14 de maio de 1863 (ASH1D, Livro de Atas da SH1D 1863-1868, 19/05/1863). Em 1872, a SH1D divulgava em jornal local o número de associados e de atendimentos até àquela data. Eram 669 sócios, o que representava cerca de 32% da população portuguesa na província. O número de atendimento em cinco anos chegou a 957 indivíduos da nação portuguesa, número bastante expressivo, que desafogava o precário sistema de saúde e desonerava os cofres públicos (*Publicador Maranhense*, ano XL, n.º 45, 25/02/1881: 1, “Sociedade Humanitária 1º de Dezembro”).

Essa aproximação com os nacionais pode ser percebida, também, pela aceitação de médicos brasileiros no quadro profissional da entidade. Em outras entidades da mesma natureza não era permitido.

Essa postura gerava elogios públicos, que repercutiam na sociedade local:

Em homenagem ao dia de hoje, aniversário da Restauração de Portugal em 1640, da fundação da Real Sociedade Humanitária 1º de Dezembro e da inauguração, em 1869, do Hospital Portuguez, desta capital, conservam-se embandeirados esse bello edificio, consulado e vice consulado da Nação Portugueza. Com os dignos filhos da Pátria de Camões, que formam a estimada e sympathica colônia, entre nós residente, nos congratulamos pelo justo motivo de prazer e orgulho, que teem, commemorado o aniversario de tão gloriosas datas.

Aos distinctos cidadãos, que oficialmente representam a Pátria lusitana, aqui consignamos as manifestações do sentimento do povo maranhense, sempre demonstrado pela sua adesão a todas as alegrias e pezares da Nação, irmã e amiga, e as nossas particulares, acompanhando-os e a seus compatriotas, na ultima lembrança, e recordação do pátrio ninho. (*Diário do Maranhão*, 01/12/1902: 2).

Essas duas entidades fundadas por portugueses foram certamente as mais importantes, as que mais tiveram projeção social e possibilitaram uma aproximação entre nacionais e portugueses, contribuindo decisivamente na consolidação de uma representação social positiva, mas não foram as únicas. Em 1869, foi criada a Sociedade Patriótica 1º de Dezembro, que tinha a função de formar portugueses que não tiveram chance de estudar em Portugal. Não há maiores informações sobre essa sociedade nas fontes pesquisadas, quando terminou, o quanto atuou na educação ou do seu envolvimento com outros projetos. As ações dessa sociedade eram também publicizadas nos jornais, informando o número de alunos matriculados em seus cursos e de formandos.¹⁸¹

¹⁸¹ *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 203, 28/11/1872: 2, “Noticiário - Sociedade Patriótica”. (A Sociedade Patriótica anunciava a existência de 40 alunos e formatura de 16 alunos). *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 206, 01/12/1872: 2, “Noticiário - 1º de Dezembro” (anuncia novamente a distribuição de prêmios aos 16 alunos de suas aulas pela Sociedade 1º de Dezembro e Sociedade Patriótica. Afirma que a Sociedade Patriótica 1º de dezembro, fundada em 1869, forma portugueses que não estudaram no país de origem). *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 196, 20/11/1872: 3, “Sociedade Patriótica 1º de Dezembro (Anunciava Membros da diretoria da S. Patriótica 1 de dez). *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 207, 03/12/1872: 2, “Noticiário - a festa dos portugueses”. Autor: Custodio Gonçalves Belchior (Fala dos serviços desta, que tirava meninos da rua e os instruía).

Apesar da constituição de 1824 prever em seu artigo 179 o ensino gratuito primário, fazendo crescer o número de escolas primárias a partir de 1827, saltando de 14 para 24 unidades de ensino e a partir de 1830 ter havido uma expansão da educação, com a criação do Liceu e algumas outras iniciativas educativas, particulares e públicas, como o Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, a Casa dos Educandos Artífices, a Escola Agrícola do Cutim e o Asilo de Santa Teresa (Castro e Castelannos, 2014), havia uma demanda reprimida por muitos anos que ficava de fora, o que ajudava a valorizar a iniciativa portuguesa. O Brasil nesse período era um dos países pesquisados com o maior número de analfabetos, tinha, em 1872, 83%. Esse número chegou a diminuir nos anos seguintes em alguns estados, mas o Nordeste brasileiro, em 1920, continuava a ser a região com maior problema de analfabetismo, seguindo na mesma posição até os dias atuais (Ferraro e Kreidlow, 2004).

Nem todas as sociedades criadas pelos portugueses no Maranhão tinham a intenção de auxiliar os que mais necessitavam, pois o Centro Republicano Português, fundado em 1911, com vinte sócios e que contava dois anos depois com mais de noventa, tinham a pretensão de:

efetuar sessões cívicas e conferências sobre as datas célebres de Portugal; em unir, sob a bandeira da pátria, todos os portugueses aqui residentes e no interior do Estado; em defender, pela palavra e pela imprensa, o renome da República Portuguesa; em criar e manter um gabinete de leitura, no qual, de par com obras doutrinárias, se agrupem revistas e jornais; em entreter correspondência com o diretório central do partido, as agremiações correligionárias de Portugal e as vigentes no Brasil (Paxeco, 2008: 180).

O Centro era bastante ativo. Frequentemente havia atividades, como palestras e discussões sobre questões diversas, a exemplo da que aconteceu em 1914 sobre a participação de Portugal na I Guerra Mundial (Pacotilha, ano XXXIV, n.º 299, 19/12/1914: 1, “Portugal na guerra”. Autor: Bernardino Gonçalves de Queiroz). Apesar de muitos dos temas escolhidos serem referentes a Portugal, abriam suas portas à comunidade, convidando a população a participar das palestras pelos jornais locais (Pacotilha, ano XXXV, n.º 24, 29/01/1915: 2, “Centro Republicano Português”. Autor: Bernardino G. Queiroz). A estrutura que dispunham, ao que parece, era de boa qualidade, pois era sempre utilizada por outras associações, como grêmios estudantis ou a Liga Maranhense de Desporto (Pacotilha, ano XXXIX, n.º 29, 04/02/1919: 1, “Luso Brasileiro versus Paisandú”), chegando a funcionar por algum a Faculdade de Direito, devido à disponibilidade de «seus amplos salões com respectivo mobiliário» (Pacotilha, ano LX, n.º 42, 20/02/1920: 4, “Faculdade de Direito”).

O Clube era fundado no ano seguinte à proclamação da república em Portugal. Não foi possível identificar ações de caráter republicano anteriores a esta, mas certamente havia, já

que se incia com 20 sócios. No Rio de Janeiro havia o Centro Republicano Português e portugueses que participavam, em 1892, de reuniões em «verdadeiros clubes dos Jacobinos da I República francesa» (Silva, 2013: 346).

O número também revela a pouca adesão dos portugueses, já seu número total girava em torno de 2.000 indivíduos. Por outro lado, a quase quadruplicação de seu quadro em dois anos aponta para uma tendência desses estrangeiros a se intergrarem, ou aceitarem, o novo regime no seu país.

É possível que os portugueses radicados no Maranhão fossem mais monarquistas que republicanos, apesar de não terem sido encontradas manifestações nesse sentido, como as que se assistiram no Rio de Janeiro, onde grupos de monarquistas e republicanos se digladiavam em praça pública ou em jornais. Isabel Silva (2013: 84) relata que o republicano português Magalhães Lima, em uma entrevista a um jornal francês, afirmava que a «colônia portuguesa» no Brasil era «exclusivamente republicana». Apesar do discurso da necessária fraternidade luso-brasileira e do uso estratégico do PRP em Portugal de propaganda da “colônia portuguesa” no Brasil, com menções elogiosas, «não é possível saber se [Magalhães Lima] estaria efectivamente convencido disso, mas o certo é que os portugueses do Brasil nunca lhe deram provas que corroborassem a sua afirmação» (2013: 345).

A colônia portuguesa do Brasil não parecia ser terreno fértil para a semente da propaganda republicana. Os comendadores que dominavam a imprensa e as principais redes de sociabilidade mostravam -se particularmente sensíveis ao que consideravam escorregadelas jacobinas no discurso dos republicanos patricios. Acolheriam, talvez, de bom grado, uma república burguesa como a III República Francesa, mas, no fundo, não tinham muito a ganhar com a mudança, e teriam certamente mais a perder com a hipótese de um cenário de convulsão. Alimentavam o culto à monarquia, mas, simultaneamente, certa indiferença pela política dos partidos monárquicos. Por isso, durante muito tempo, a colônia portuguesa no Brasil, mais do que uma preocupação, foi essencialmente uma frustração para os republicanos portugueses. Uma espécie de paraíso de portas fechadas (Silva, 2013: 347).

Em 1930, era criado o Grêmio Lútero Recreativo Português, clube de lazer que congregava portugueses e nacionais, local de forte sociabilidade até a década de 1980. Antes disso, o Clube de Futebol Luso-brasileiro.

Nesse sentido, o associativismo trazia efeitos positivos a nível macrossocial, mas, também, microssocial. José Viegas (2004: 33) baseado em Van Deth (1997), diz que no «primeiro caso, pelo seu papel de intermediação social» propicia: **«a integração sistemática entre o indivíduo e o estado ou entre os diferentes grupos do todo social.** A nível microssocial, as associações voluntárias desenvolvem competências específicas e redes sociais que, em conjunto, favorecem as condições para que indivíduos atinjam seus objetivos» (2004: 33-34, grifo nosso).

Logo, essas associações tinham outra dimensão além de socorrer os patrícios e proporcionar lazer e acesso à cultura natal. Elas serviriam como elo com o Estado, mas, também, com a sociedade local, aproximando-os dos nacionais. Entendemos que, quando a *Sociedade humanitária*, mesmo atendendo somente portugueses, abre suas festividades, atraindo autoridades locais e parte da sociedade ou abrindo seus estabelecimentos à visitação pública, e ainda publicizando seus atos e contas ou o Gabinete permite a participação de nacionais, esperam passar uma mensagem positiva sobre si à sociedade, é uma estratégia, faz parte de um projeto. Nesse sentido, o papel das associações «simultaneamente funcionava na construção e no reforço de referenciais nacionais de Portugal, [...] mas também como veículo de *assimilação* dos imigrantes aos quadros culturais da sociedade receptora» (Carreiras e Malamud, 2009: 97).

CONCLUSÃO

A historiografia reconhece a presença marcante dos portugueses no Maranhão nos séculos XVIII e XIX e dos sírios e libaneses, no início do XX, admite que, se comparado a outras províncias/estados, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Bahia, esses estrangeiros eram numericamente muito inferiores. Constata-se, também, que a participação de outras nacionalidades, como ingleses, franceses, espanhóis ou italianos, no conjunto do total dos estrangeiros, assim como da população maranhense, era muito pouco expressiva. Essa pouca representatividade de estrangeiros alimentou o discurso do fracasso da imigração e da colonização no Maranhão, repetido por autoridades, como os presidentes de província do Maranhão, assim como por escritores e estudiosos e parece ter contribuído para que os/as pesquisadores/ras da academia dessem pouca importância ao tema. Especificamente sobre os portugueses, podemos apontar também como fator para esse “esquecimento” a naturalização desta temática pela historiografia.

Essa naturalização, elaborada não somente pelo senso comum, mas, também, pela academia, pode estar relacionada, como discutimos na introdução, à suposta ligação diferenciada do restante do Brasil, entre o Maranhão e Portugal, nos séculos XVII, XVIII, XIX e início do XX.

Marcas foram deixadas no presente para lembrarmos desse passado. São Luís tem um dos maiores acervos arquitetônicos de estilos portugueses coloniais dos séculos XVIII e XIX; assim como uma maior quantidade de azulejos portugueses fora de Portugal, transformando a cidade em patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO. O nome da Principal Rua do centro histórico e que abrigava muitos negociantes daquele país no século XIX, outrora chamada de Trapiche, desde 1906, quando foi renomeada, é conhecida como Rua Portugal. A presença até a década de 1980 de portugueses neste espaço, assim como o registro da cultura gastronômica portuguesa, com o consumo do azeite, da sardinha, da azeitona, mas, principalmente do bacalhau, em ocasiões especiais como o Natal e a Semana Santa, relembram e naturalizam a presença lusitana no Maranhão.

Historicamente, essa naturalização do tema estaria relacionada à alguns fatos, como a escolha do Maranhão para sediar um dos Estados do Brasil, na divisão administrativa feita no século XVII, levando, certamente, muitos portugueses reinóis àquela capitania para ocupar cargos públicos. O “exílio” do delator de Tiradentes, Joaquim Silvério dos Reis, no Maranhão no século XVIII, seria outro fato, pois lá estaria protegido de ataques dos seus inimigos, já

que, segundo Martins (1990), havia fortes laços com Portugal. Podemos ainda citar a ausência de movimentos separatistas e a adesão tardia do Maranhão à independência.

Essa ligação diferenciada entre os dois espaços estaria relacionada, ainda, segundo alguns autores como Manoel Martins (1990) e José Correia (1993), ao número elevado de nascidos em Portugal entre os habitantes do Maranhão no período colonial. É possível que isso seja verdade, se considerarmos que São Luís, até meados da década de 1830, estava entre os quatro portos mais importante nas relações comerciais entre Portugal e Brasil. Outro ponto que pode reforçar essa tese é a consequência desse pujante comércio, mais oportunidades de negócios, que atrairia interessados em melhorar de vida do outro lado do Atlântico a imigrarem para aquela capitania/província.

Para os anos próximos à independência do Brasil essa parecia ainda ser a realidade do Maranhão, pois como demonstramos no capítulo 2, Roberto Simonsen (2005) traz um quadro das finanças das províncias brasileiras em 1823, onde o Maranhão gerava a quarta maior receita naquele ano e tinha uma das mais significantes rendas per capita do império brasileiro, o que mantinha a província ainda atraente do ponto de vista econômico para os portugueses que queriam viver no Brasil.

A ausência de estimativas de reinóis no período colonial ou de portugueses nos anos posteriores à independência dificulta fazer comparações com as outras capitanias/províncias e confirmar se realmente o número de nascidos em Portugal era elevado no Maranhão. Porém, a professora Antonia Mota (2008), que estuda o período colonial no Maranhão afirma que cresceu o número de comerciantes reinóis durante a gestão pombalina. Os viajantes Spix e Martius quando visitaram São Luís, em 1819, concluíram que havia muitos descendentes de portugueses sem mistura entre a população da capital. Antonio Lago (2001) menciona que os brancos, portugueses nascidos em Portugal, aumentaram sua participação na população depois de 1808.

Para além desses relatos, podemos afirmar, a partir dos registros de passaportes, que a entrada de portugueses no início da década de 1840 era bem superior aos anos posteriores, podendo, então, supor-se que antes desse período era igual ou maior, já que as relações comerciais eram mais significativas. Para o quinquênio 1843-1847, 50,6 imigrantes portugueses teriam entrado no Maranhão por ano, caindo no seguinte (1848-1852) para 17,2 e não ultrapassando nos demais, até o fim da série em 1889, 6,6 por ano (1878-1882). Para o início do século XX, utilizando os registros de matrículas do consulado português no Maranhão, encontramos uma taxa de 9,2 imigrantes por ano no quinquênio 1901-1905, 8,2 no seguinte (1906-1910) e 12 no próximo (1911-1915).

Apesar de chegarmos a esses números, não há elementos suficientes, nem base material para afirmá-los com segurança, sendo, então, somente estimativas, já que não temos como comprovar que aqueles passaportes existentes no APEM correspondem ao total destes documentos no período e no caso dos registros de matrícula do consulado português no Maranhão; vimos que havia constantes reclames dos cônsules sobre a ausência dos seus patrícios em se registrar.

Mas, sobre os passaportes, como foi colocado no capítulo 2, o cônsul Raimundo Capella, respondendo ao inquérito da SGL em 1881, afirmava que a maior quantidade de imigrantes oriundos do seu país chegados ao Maranhão era do período entre 1823 e 1846, reforçando a hipótese de que havia um maior número de portugueses nos anos posteriores à proclamação da independência e de nascidos em Portugal no período colonial.

Para o período entre a década de 1830 e o início do século XX vimos que o contingente desses estrangeiros girou em mais ou menos 2.000 indivíduos, declinando a partir de 1910, chegando em 1920 com número igual aos sírios e libaneses (625). Certamente, a manutenção desses 2.000 portugueses e sua posterior diminuição tinha ligações com as crises econômicas que o Maranhão atravessou durante o século XIX e início do XX, pois sua economia dependia dos preços que o mercado externo estabelecia para seus principais produtos, como o algodão e o arroz no século XIX, e no XX, da manufatura do óleo de Babaçu.

Como consequência, tinha balança comercial quase sempre negativa a partir da década de 1840, faltando dinheiro para praticamente tudo, inclusive para a manutenção do que já existia, como igrejas, pontes e estradas - como relatam os presidentes de província nas falas, relatórios e discursos -, logo, era difícil atrair grandes quantidades de novos imigrantes portugueses, já que as notícias sobre a economia da província/estado naturalmente reverberavam nas correspondências com parentes e amigos em Portugal, que queriam partir em direção ao Brasil.

Essas notícias devem ter ganho maior relevância com o fracasso das experiências em criar colônias na província na década de 1850, onde a maioria dos contratados eram portugueses (e açorianos). Os contratos desfavoráveis aos colonos, a exploração, a falta de cumprimento das obrigações dos contratadores, as normas cotidianas muito severas de algumas colônias, assim como o fim dessas experiências, que levaram muitos desses imigrantes à extrema pobreza, forçando alguns a mendigar pelas ruas da capital ou pedir ajuda ao consulado, por total falta de recursos, para retornar ao seu país, certamente não ajudaram a manter uma imagem positiva do Maranhão.

O clima da região parece também ter influenciado, como podemos perceber nos argumentos de autoridades e escritores que tentam justificar a ausência de uma corrente imigratória européia, podendo ter havido uma campanha em Portugal, desestimulando novos candidatos, como suspeitava um presidente de província. No início dos anos de 1890, a fábrica têxtil Rio Anil tinha enfrentava dificuldades em encontrar mão de obra especializada, tentando trazer, então, 50 famílias dos açores, mas houve relutância destas em ir para o Norte do Brasil (Itapary, 1995), possivelmente por conta do clima ou das histórias que chegavam daquela província.

Podemos considerar também as naturalizações, pois como vimos, depois da independência, portugueses que estavam no Brasil e da proclamação da República, estrangeiros residentes foram tacitamente naturalizados, sendo excluídos somente aqueles que se manifestassem contrariamente. Entre os anos de 1889 e 1939, 12.454 naturalizações foram concedidas pelo governo federal a portugueses residentes no Brasil, o que representava 51,3% do total, ficando o segundo maior grupo, os italianos, com 2.775 (11,4%) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941).

O censo de 1920 aponta 1856 estrangeiros e, entre estes, 97 naturalizados (6,11%) vivendo no estado naquele ano. O levantamento não indica a nacionalidade dos naturalizados, mas podemos supor que a maioria era portugueses, pois além de serem o maior contingente (625), juntamente com os sírios e libaneses (625), eram mais numerosos nas décadas anteriores e sua imigração era muito anterior à dos últimos (Brazil, 1922).

Naturalmente, à exceção desses dois momentos, quando foram tacitamente naturalizados, muitos solicitaram essa condição, pois trazia vantagens, dando-lhes direitos que, como estrangeiros, não podiam gozar, a exemplo da ocupação de cargos públicos.

Outros elementos podem ser citados no sentido de ajudar a compreender a presença constante de 2.000 portugueses durante quase todo o período estudado e sua posterior diminuição, como as mortes e os retornos a Portugal. Não há como apontar, nem sugerir o peso das mortes e dos retornos, mas pode-se perceber que eram em número relevante, como revelam os jornais, as atas da SHID e registros do consulado. Em relação aos retornados era intenção discutir o tema, porém, a falta de fontes que dessem conta destes dificulta qualquer suposição, ainda que possamos encontrar com certa frequência nos jornais do século XIX portugueses comunicando sua partida em direção a Portugal.

Apesar de todas essas questões que levaram a manter um número reduzido de portugueses, o Maranhão tinha na, segunda metade do século XIX, o nono maior contingente populacional desses estrangeiros no Brasil entre as mais de 20 províncias brasileiras. Na

década de 1920, com a diminuição desses imigrantes passou para a 12^a colocação, porém, sem perder o 3º lugar na região Nordeste, atrás somente da Bahia e Pernambuco.

A grande maioria desses imigrantes que desembarcaram no Brasil no século XIX veio por conta própria, direcionados em sua maioria ao comércio. Durante a segunda metade daquele século, outro modelo de imigração apareceu e conviveu com o primeiro, ganhando espaço após o fim da escravidão. Esse outro modelo de imigração era formado por engajados ou contratados ainda em Portugal, que tinham como destino a grande lavoura e eram caracterizados pelo menor índice de alfabetizados e indisponibilidade de recursos financeiros, como sugeriram os historiadores portugueses Oliveira Martins e Joel Serrão.

No Maranhão, o primeiro modelo se manteve até o início do século XX. Como demonstramos, durante todo o período estudado, sempre mais de 50% desses imigrantes estiveram vinculados ao comércio, fosse como caixeiros ou proprietários. Uma parcela menor estava ligada a atividades de ofício, não sendo encontrado número significativo de portugueses na atividade da lavoura de terceiros. Para o início do século XX, esse percentual, se considerarmos somente os homens com mais de 12 anos, chega a 78% no livro que registra os portugueses no consulado entre os anos de 1904 e 1908. Caindo para 63,4% nos registros de 1915 a 1921 e 58, 2% para os anos de 1921 a 1928, ainda que numericamente tenham aumentado de 86 para 130 e, por último, para 138, respectivamente, mesmo com a diminuição do seu contingente.

Esse modelo imigratório foi hegemônico no Maranhão, devido a descontinuidade dos projetos de constituir colônias, depois dos fracassos das tentativas da década de 1850 e da não contratação de portugueses destinados à lavoura, como se assistiu em outras províncias. Como vimos, a agroexportação no Maranhão passava por altos e baixos, levando muitos proprietários de terras à falência ou a se desfazerem dos seus escravos, indicando a falta de recursos e o endividamento de parte desse segmento. Essa situação os impedia de contratar mão de obra de fora do país para atuarem em suas plantações, apesar do discurso da importância em tê-los como trabalhadores, pois seriam melhores que os escravos ou os livres pobres, servindo, inclusive, de exemplo laboral a estes. O governo provincial, por sua vez, também reproduzia o discurso da necessidade em contratar estrangeiros destinados à lavoura, mas as tentativas realizadas durante a segunda metade do século XIX, fracassaram devido, principalmente, à falta de recursos.

Além disso, o controle de diversos setores do comércio pelos portugueses no Maranhão, como o de exportação, lojas, armazéns ou pequenos negócios até as duas primeiras décadas do século XX – ainda que fosse possível encontrá-los como proprietários de

estabelecimentos que vendiam ferragens e outros artigos nas décadas de 1970 e 1980, no Bairro da Praia Grande –, ajudaram a manter esse modelo, já que os que partiam de Portugal em direção àquela província/estado, quando não tinham um emprego certo, arranjado por um parente ou um amigo já estabelecido, vinham com a expectativa de conseguir uma vaga no comércio, devido à forte presença dos seus patrícios.

Essa relação maior com o comércio trazia consigo uma característica: a alfabetização. Trabalhar como caixeiro ou atrás de um balcão exigia conhecimentos mínimos de leitura e escrita, assim como de matemática. Por isso, esses estrangeiros aparecem durante o século XIX com um nível superior a 50% do seu contingente com características de alfabetizados, como demonstram os registros de passaportes. Para o século XX, segundo os registros de matrícula do consulado de Portugal no Maranhão, essa taxa aumenta significativamente, sendo de 81% entre 1915 e 1921 e superior a 73% entre os anos de 1921 e 1930.

Numa província/estado onde entre os anos de 1872 e 1920 se tinha quase sempre mais de 80% da população analfabeta (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941), saber ler e escrever eram instrumentos que traziam grande vantagem em relação à população local e lhes garantia um lugar nos estabelecimentos comerciais dos seus patrícios sem provocar maiores desentendimentos com os brasileiros.

O censo de 1920 não discrimina a população estrangeira que sabe ler por nacionalidade, informando somente que 78,6% eram alfabetizados. Se comparados mais uma vez aos brasileiros, vemos que estavam em grande vantagem, já que entre estes os alfabetizados eram 15,6%. Mais uma vez, é possível supor que a maioria era portuguesa, pois além de falarem a mesma língua, o que facilitava o aprendizado se comparado com o árabe, falado pelos sírios e libaneses, o percentual se aproxima dos encontrados nos registros de matrículas, citados anteriormente. Podemos mencionar ainda que a imigração portuguesa era mais numerosa no passado, mais antiga e tinha como característica a preocupação com as primeiras letras, pois estavam voltados ao comércio, mantendo, assim, um padrão que os definia como alfabetizados.

Sobre as localidades onde se poderiam encontrar mais portugueses, podemos afirmar que não eram muito diferentes no Maranhão, preferiam os centros urbanos, estando presentes especialmente em São Luís, mas, também, em cidades do interior de médio e grande porte, onde o comércio era mais ativo.

No Brasil, eram em sua maioria do sexo masculino, jovens e solteiros, havendo, na segunda metade do século XIX, alterações nas proporções da participação de mulheres e de casados, que aumentaram.

No Maranhão, a partir dos censos de 1872 e 1920, vemos que a participação das mulheres no conjunto dos imigrantes continuou muito baixa, pois em 1872 tinha o terceiro menor percentual do Brasil. Além disso, houve uma diminuição na proporção, mesmo que pequena, de 14% para 13%, entre os anos de 1872 e 1920, movimento contrário do que aconteceu no Brasil como um todo e em muitas províncias/estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco ou Pará.

Esses imigrantes no Maranhão, ao contrário do que se viu no Brasil como um todo ou em algumas províncias/estados, que tiveram crescimento no número de casados, manteve uma proporção de solteiros bastante elevada. Em São Luís, eram em torno de 80%, segundo os censos de 1855 e 1872. Segundo essa última contagem, o Maranhão era o segundo maior contingente de portugueses solteiros do Brasil, perdendo somente para o Pará.

É importante reter esses dados, pois reforça a tese da manutenção do modelo imigratório formado majoritariamente por homens solteiros, voltados para o comércio.

Além dessas características da imigração portuguesa para o Maranhão, podemos citar uma última: a mudança das representações sociais ainda na segunda metade do século XIX, antecipando-se a muitas províncias/estados que, continuamente ou esporadicamente, trataram esses estrangeiros como inimigos até o início do século XX.

No pós-independência, muitos portugueses foram perseguidos, acusados de apoiar a recolonização do Brasil ou ocupar cargos públicos, vistos como uma ameaça à soberania nacional. A morte de D. Pedro I em 1834 e a declaração da maioria de D. Pedro II em 1840, diminuí a suposta ameaça de recolonização, esfriando os ânimos entre nacionais e portugueses no Brasil. No Maranhão, como mencionado no capítulo 2, essa tensão era alimentada pelos “partidos” Cabano e Bem-ti-vi, o primeiro ligado aos “portugueses” e o segundo aos “brasileiros”, que se digladiavam com suas publicações até o início da década de 1840, quando terminou a revolta da Balaiada, os dois grupos deixaram de existir, passando a se enfrentar na câmara e no senado (Janotti, 2005) contribuindo, assim, também para a distensão entre os dois grupos.

Apesar de continuarem atuantes no comércio e com número estável, a proporção dos portugueses na população total do Maranhão foi diminuindo, diluindo a presença desses imigrantes na província. Com a chegada dos sírios e libaneses no final do século XIX, que ocuparam parte do comércio na capital e no interior, sofrendo perseguições, sendo acusados

de ladrões e trapaceiros, resquícios ainda existentes de anti-lusitanismo, foram enfraquecidos, pois esses novos imigrantes passam a ser o alvo dos xenófobos de plantão e dos nacionais interessados no comércio local.

A criação de uma série de associações, a partir da segunda metade do século XIX, de natureza diversa, ajudou a diminuir a má impressão e o preconceito em relação aos portugueses. O Gabinete Português de Leitura e a Sociedade Humanitária 1º de Dezembro foram, sem dúvidas, as mais importantes, mas podemos citar ainda, no século XX, o Clube Republicano, o Clube Luso-brasileiro de Futebol e o Grêmio Recreativo Português. Esses espaços, de uma maneira ou outra, permitiam o acesso dos nacionais, proporcionando a aproximação entre os dois grupos. O Gabinete aceitava como sócios não somente portugueses e a SH1D abria suas portas à sociedade local em tempos de festas. Algumas dessas instituições, como a SH1D publicizava seus balanços nos jornais, demonstrando não somente os seus recursos, mas, também, o número de atendidos e as ampliações de suas instalações, dando transparência à entidade e publicidade às suas ações.

Os investimentos feitos com capital português no setor de serviços, incluindo bancos e indústrias podem ter também colaborado para a mudança das representações desses estrangeiros.

Outra questão que pode ser relevante é a não participação dos portugueses no negócio de aluguéis de casas e cômodos para trabalhadores, evitando o que aconteceu no Rio de Janeiro no início do século XX, quando foram acusados pelo aumento do custo de vida, devido ao crescimento nos valores dos aluguéis e gêneros alimentícios.

Logo, enquanto se assistia em outras partes do Brasil, como no Pará, Pernambuco ou Rio de Janeiro, perseguições aos portugueses durante a segunda metade do século XIX e início do XX, no Maranhão há uma distensão, uma mudança nas representações, que passam de negativas para positivas.

Na perspectiva da investigação realizada, é possível sugerir que essa mudança de representação tenha contribuído também para que os portugueses tivessem certa distinção na sociedade local. Como vimos, apesar de boa parte dos homens permanecer solteira, os que casaram, em sua maioria, foi com brasileiras, sendo, segundo o cônsul português Raimundo Capella (1882), bem recebidos pelas famílias das esposas maranhenses. Naturalmente que portugueses bem sucedidos economicamente eram bem-vindos às famílias nacionais, mas caixeiros também podem ter gozado de certa distinção e terem sido considerados “bons partidos”, pois estes tinham grandes chances de se tornarem donos dos seus próprios negócios.

Do ponto de vista da investigação desenvolvida ao longo do doutoramento, a contribuição que apresentamos decorre da necessidade de desenhar como foi a imigração portuguesa para o Maranhão e como se deu sua inserção social, entre os anos de 1822 e 1930, pois falar do desenvolvimento econômico, mas, também da sociedade e da cultura nesse período, sem tocar nos portugueses, é quase impossível, devido a sua presença marcante, ainda que numericamente não tão significativa.

É importante destacar que nenhuma outra pesquisa sobre a imigração portuguesa para o Maranhão foi elaborada, mesmo com recortes espacial e temporal diferentes. Logo, a ausência de bibliografia, teses e dissertações de mestrado também justificam a importância deste doutoramento, que se constitui como pioneiro. O longo recorte temporal impede que se trate de todos os temas tocados pelo trabalho com grande profundidade, o que torna necessário lembrar que é preciso maiores investigações desta temática.

BIBLIOGRAFIA

- A Empreza. 1880. *Almanack do diário do Maranhão para o anno bissexto de 1880*: 3 anno. San'Luiz: Typografia do Frias.
- Abranches, Dunshee de. 1922. «Espelho crítico-político da Província do Maranhão ». In *Garcia de Abranches, o Censor (Maranhão 1822)*, Dunshee de Abranches. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Co.
- Abreu, Marcelo de Paiva, e Luiz Aranha Correa do Lago. 2010. «A economia brasileira no império, 1822-1889». *Texto para Discussão*, n.º 584: 1-45.
- Albuquerque, Débora de Souza Leão, Flávia Rabelo Versiani, e José Raimundo Oliveira Vergolino. 2012. *Financiamento e organização do tráfico de escravos para Pernambuco no século XIX*. Vol. 1799, Brasília, DF/Rio de Janeiro: Ipea. Texto para Discussão, http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16473
- Alcântara, Dora. 1980. *Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fontana.
- Alencastro, Luís Filipe de, e Maria Luiza Renaux. 1997. «Caras e modos dos migrantes e imigrantes». In *História da vida privada no Brasil: Império*, org. Luís Filipe de Alencastro. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 291-335.
- Alencastro, Luís Filipe de. 2000. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2008. *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas.
- Alonso, Angela. 2014. «O abolicionismo como movimento social». *Novos Estudos* 100, 33, n.º 3: 115-137.
- Alves, Débora Bendocchi. 2003. «Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia (1852-1853)». *Revista Brasileira de História*, 23, n.º 45: 155-184.
- Alves, Débora Bendocchi. 2013. «Impressões de Nova Friburgo por Ernest Hasenclever» In *E/Imigrações: questões inquietantes*, org. Ismênia de Lima Martins e Alexandre Hecker. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 53-65.
- Alves, Jorge Fernandes. 1990. «Emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX». *Revista de História*, 9, 267-290.
- Alves, Jorge Fernandes. 1993. «Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista». Tese de doutoramento em Letras, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Alves, Jorge Fernandes. 1999. *Fiar e tecer: uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Alves, Jorge Fernandes. 2007. *Brasil, terra de esperanças: utopia e realidade na emigração portuguesa*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quase.
- Amado, Janaina. 2006. «Terra boa, gente ruim: História e memória do degredo no Brasil». *Clio-Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 26:113-138.
- Amaral, José Ribeiro do. 1897. *O Estado do Maranhão em 1896*. Maranhão: Governo do Estado.
- Arquivo Nacional (Brasil). 2008. *Movimentação de portugueses no Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, <http://www.an.gov.br/baseluso/menu/menu.php>.
- Assunção, Matthias Rohring. 2000. «Exportação, mercado interno e crise de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860». *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, n.º 1: 32-71.
- Azevedo, Aluísio. 1997. *O cortiço*. 30.^a ed. São Paulo: Ática.
- Azevedo, Aluísio. 2011. *O mulato*. Porto Alegre: L&PM.
- Bivar, Vanessa dos Santos B., e Eni de Mesquita Samara. 2009. «Do outro lado do Atlântico: Imigrantes franceses na São Paulo do século XIX». In Laurent Vital, e Tania Regina Luca. *Franceses no Brasil: séculos XIX e XX*. São Paulo: UNESP, 209-230.
- Borrvalho, José Henrique de Paula. 2009. «A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no império brasileiro». Tese de doutoramento em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense.
- Boxer, Charles. 2002. *O império marítimo português (1415-1825)*, trad. Ana Olga Berreto. São Paulo: Companhia das Letras.
- Caldeira, José de Ribamar C. 1990. *O Maranhão na literatura de viajantes do século XIX*. São Luís: AML/SIOGE.
- Câmara, Bruno Augusto Dornelas. 2013. «A comunidade portuguesa do Recife e a “escravatura branca”: a imigração de trabalhadores portugueses para a Província de Pernambuco, 1840-1850». Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 22-26 de junho.
- Campos, Humberto de. 1962. *Memórias: primeira parte (1886-1900)*. São Paulo: Editora Brasileira.
- Cancela, Cristina Donza. 2009. «Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)». In *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*, coords. Fernando de Sousa, Ismênia de Lima Matos, e Izilda Matos. Porto: CEPESE, 149-161,

<http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/nas-duas-margens.-os-portugueses-no-brasil/imigracao-portuguesa-casamento-e-riqueza-em-belem-1870-1920>,

- Carreiras, Helena, e Andrés Malamud. 2009. «Associações portuguesas, integração social e identidades coletivas: o caso do Uruguai». In *Construção da Nação e associativismo na emigração portuguesa*, orgs. Daniel Melo, e Eduardo Caetano da Silva. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 97-123.
- Carvalho, José Murilo de. 1988. *Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Castro, Cesar Augusto, Diana Rocha da Silva, e Samuel Luis Velázquez Castellanos. 2011. «A Biblioteca Pública do Maranhão como instituição educacional». *Perspectivas em Ciência da Informação*, 16, n.º 3: 255-269.
- Castro, César Augusto, e Samuel Luis Velázquez Castellanos. 2014. «O gabinete português de leitura: o lugar do livro e da leitura no Maranhão oitocentista». *Outros Tempos*, 11, n.º 18: 137-153.
- Chambouleyron, Rafael. 2010. «Uma conquista tão dilatada: a coroa portuguesa e a migração voluntária para a Amazônia (SÉCULO XVII)». *Entre mares - O Brasil dos Portugueses*, 2010, 85-92.
- Chambouleyron, Rafael. 2011. «Muita terra... sem comércio. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII». *Revista Outros Tempos*, 8, n.º 12: 91-107.
- Chaves, Larissa Patron. 2004. «As sociedades portuguesas de beneficência do rio grande do sul-representações e alteridade», Fundação de Economia e Estatística, <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h1-04.pdf>.
- Coelho, Elizabeth Maria Bezerra. 1987. *Cultura e sobrevivência dos índios no Maranhão*. São Luís: PPPG/EDUFMA.
- Cordeiro, Carlos, e Arthur Boavida Madeira. 2003. «A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades». *Arquipélago - História*, VII, 99-122.
- Corrêa, José Rossini Campos do Couto. 1993. *Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia*. São Luís: Editora Engenho.
- Correia, Maria da Glória Guimarães. 2006. *Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís, na virada do século XIX*. São Luís: EDUFMA.
- Costa, Emília Viotti da. 2008. *A abolição*. São Paulo: UNESP.
- Costa, Fernando Dorez. 1995. «Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões do Estado e da Nação». *Análise Social*, XXX, n.º 130: 121-155.

- Cota, Luiz Gustavo Santos. 2011. «Não só “para inglês ver”: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais». *História Social*, n.º 21: 65-92.
- Coutinho, Milson. 2005. *Fidalgos e brasões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia.
- Cruz, Maria Antonieta. 1987. «Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil: contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX». *Revista de História*, VII, n.º 7: 7-134.
- Cunha, Manuela Carneiro da. 2012. *Índio no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma.
- Faria, Regina Helena Martins de. 1998. Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agro-exportação escravista no Maranhão. Monografia de Especialização, São Luís, Curso de Especialização em História Econômica Regional da Universidade Federal do Maranhão.
- Faria, Regina. 2001. «A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações». Dissertação de mestrado em História, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- Faria, Regina. 2003. «Repensando a pobreza do Maranhão (1616-1755)». *Ciências Humanas em Revista*, 1, n.º 1: 7-20.
- Faria, Regina. S. d. «A crise da economia agro-exportadora escravista e a transição para a economia camponesa-mercantil no Maranhão (1870-1900)». Projeto de Pesquisa, S. l.
- Feitosa, Raimundo Moacir Mendes. 1998. «Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais». Dissertação de mestrado em Políticas Públicas, São Luís, Universidade Federal do Maranhão.
- Ferraro, Alceu Ravanello, e Daniel Kreidlow. 2004. «Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais». *Educação e Realidade*, 29, n.º 2: 179-200.
- Ferreira, Márcio Milena Galdez. 2015. «Construção do Eldorado maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio-Mearim (1930-1970)». Tese de doutoramento em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense.
- Florentino, Manolo, e Cacilda Machado. 2002. «Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX: um ensaio». In *Os Lusíadas na aventura do Rio de Janeiro*, org. Carlos Lessa. Rio de Janeiro: Record.
- Fonseca, Vítor Manuel Marques da. 2006. «Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909». In *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*, orgs. Isménia Lima Martins, e Fernando Souza, 136-161. Niterói: Muiraquitã.
- Fonseca, Vítor Manuel Marques da. 2008. «Imigração: Identidades e integração, 1903-1916». In *Deslocamentos e histórias: os portugueses*, org. Maria Izilda Matos, Fernando de Sousa e Alexandre Hecker. Bauru: Edusc, 357-371.

- Fonseca, Vitor Marques da. 2009. «Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920». *Revista Migrações*, n.º 5: 221-237.
- Freitas Filho, Almir Pita. 2002. «A colônia portuguesa na composição empresarial da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX». In *Os Lusíadas na aventura do Rio de Janeiro*, org. Carlos Lessa. Rio de Janeiro: Record, 163-197.
- Freyre, Gilberto. 2000. *Casa grande e senzala*. 41ª ed. São Paulo: Record.
- Frutuoso, Eduardo, Paulo Guinote, e António Lopes. 2001. *O movimento do Porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro (1769-1836)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- G1 Maranhão. 2012. «Negros representam 74% da população do Maranhão, diz IBGE», *G1*, 20 de novembro, <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/11/negros-representam-74-da-populacao-do-maranhao-diz-ibge.html>.
- Gaioso, Raimundo. 1970. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. São Luís: Rio de Janeiro.
- Galves, Marcelo Cheche. 2006. «Entre lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da independência do Brasil». In *Anais do XII Encontro Regional de História*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 14-18 de agosto.
- Galves, Marcelo Cheche. 2010a. «A cidade e o espaço provincial: considerações sobre a unidade territorial do Maranhão em meio à construção do Brasil império». In *As novas geografias dos Países de Língua Portuguesa: paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal*, coord. Adélia Nunes. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, 207-223.
- Galves, Marcelo Cheche. 2010b. «Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)». Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.
- Gandon, Tania Risério D’Almeida. 2010. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: Imigração e comércio*. Salvador: EDNEB.
- Gardner, George. 1975. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*, trad. Milton Amado. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP.
- Giron, Loraine Slomp, e Heloísa Bergamaschi. 1996. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS.
- Gomes, Flávio. 2011. «Africanos e crioulos no campesinato negro do Maranhão oitocentista». *Outros Tempos*, 8, n.º 11: 63-88.
- Gonçalves, Nuno, e Ana Paula Africano. 2010. «Imigração e comércio internacional no contexto da integração europeia: o caso português». *Estudos Regionais*, n.º 24: 41-53.

- Herculano, Alexandre. 1983. *Opúsculos II*, orgs. Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Lisboa: Presença.
- Iamashita, Léa Maria Carrer. 2010. «Modernização e rebeldia: a dinâmica da política regencial e a revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841)». Tese de doutoramento, Brasília, DF, Programa de pós-Graduação em História Social da Universidade do Distrito Federal.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1940. «Portão da Quinta das Laranjeiras (São Luís, MA)», Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1248.
- Itapary, Joaquim. 1995. *A falência do ilusório: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil*. São Luis: Alumar.
- Jancsó, Istvan, e João Paulo Garrido Pimenta. 2000. «Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira». *Revista História das Ideias*, 21: 389-440.
- Janotti, Maria de Lourdes Monaco. 2005. «Balaiada: construção da memória histórica». *Revista de História*, 24, n.º 1: 41-75.
- Klein, Herbert. 1993. «A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos fins do speculo XIX e no speculo XX». *Análise Social*, XXVIII, n.º 121: 235-265.
- Klug, João. 2013. «Imigração, colônias e colonos no Brasil imperial: uma análise das propostas de Abrantes, Decosterd e Tavares Bastos». In *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária do Sul do Brasil*, João Carlos Tedesco e Rosane Marcia Newmann, Porto Alegre: Lera e Vida.
- Lacroix, Maria de Lourdes Lauande. 2002. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís: Lithograf.
- Lago, Antonio Bernardino Pereira do. 2001 [1822]. *Estatística Histórico-geográfica da província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano.
- Leff, Nathaniel H. 1972. «Estimativa de renda provável no Brasil no século XIX com base nos dados sobre a moeda». *Revista Brasileira de Economia*, 26, 2: 45-61.
- Leite, Joaquim da Costa. 1991. «O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914». *Análise Social*, XXVI, n.º 112/113: 741-752.
- Leite, Joaquim da Costa. 2000. «O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)». In *Fazer a América*, org. Boris Fausto. São Paulo: Edusp.
- Levy, Maria Estella Ferrera. 1974. «O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)». *Revista de Saúde Pública*, 8, 49-90.

- Lima, Edyene Moraes dos Santos. 2009. «Honradas famílias: poder e política no maranhão do século XIX (1821-1823)». Dissertação de Mestrado, João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.
- Lima, Olavo Correia. 1981. *Os sírios e os libaneses no Maranhão*. São Luís: s. ed.
- Lobo, Eulália Maria Lahmeyer. 2001. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Lopes, Raimundo. 1970. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon e Seleta.
- Lopes, Siméia de Nazaré. 2012. «As relações comerciais do Pará no início do século XIX». In Anais da IV Conferência Internacional de História Econômica, São Paulo, Universidade de São Paulo, 9 de outubro, <http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Simeia%20de%20Nazare%20Lopes.pdf>.
- Lustosa, Isabel, e Robertha Pedrosa Triches. 2011. «O português da anedota». In *Imprensa, humor, caricatura*, Isabel Lustosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Machado, Nauro. 1982. *Neurose do medo e 100 artigos*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Macieira Neto, Ivaldo Guimarães, e Ricardo Zimbrão Affonso Paula. 2012. «O comércio marítimo do Pará no século XIX». *Cadernos de Pesquisa*, 19: 1-26.
- Magalhães, Marcelo V. 2011. «Sírios e libaneses em São Luís no início do século XX: relações de alteridade e a busca pelo lugar ideal». In Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, Associação Nacional de História, 17-22 de julho, http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300921207_ARQUIVO_TXTANPUHfinal.pdf.
- Magalhães, Marcelo Vieira. 2009. «Sírios e libaneses na cidade de São Luís (1885-1930): entre táticas e representações». Dissertação de mestrado, Fortaleza, Programa de Pós-Graduação em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará.
- Marques, Cesar Augusto. 1876. *Província do Maranhão: breve memória*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- Marques, Cesar Augusto. 1970. *Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fon Fon e Seleta.
- Martínez, Elada Evangelina González. 2000. «O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis». In *Fazer a América*, org. Boris Fausto. São Paulo: EDUSP.
- Martins, Ananias Alves. 2002. «Imigrantes esquecidos na Fronteira Norte-açorianos na colonização e na cultura-Maranhão, século XVII». In *Açorianos no Brasil: História, memória, genealogia e historiografia*, Vera Lúcia Barroso. Porto Alegre: EST.
- Martins, José de Sousa. 1989. «A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930». *Revista de História*, n.º 121:5-26.

- Martins, Manoel de Jesus Barros. 1990. «Joaquim Silvério Dos Reis: honra e prestígio no Maranhão». *Notícia Bibliográfica e Histórica*, 140, n.º 140: 247-252.
- Martins, Oliveira. 1994 [1883]. *Fomento rural e emigração*. 3.^a ed. Lisboa: Guimarães Editores.
- Matos, Maria Izilda Campos. 2013a. «Entrevista», Observatório da Emigração, <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3640.html>.
- Matos, Maria Izilda Campos. 2013b. «Na espera da mala postal: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo-Portugal 1890-1950)». *Revista Convergência Lusitana*, n.º 29: 7-21.
- Matos, Maria Izilda dos Santos de. 2012. «Ganharás o pão com o suor do teu rosto: imigrantes portugueses, padeiros e experiências políticas São Paulo/BR 1870-1945». *Revista da Sociedade e da Cultura*, 12: 417-441.
- Matos, Maria Izilda, Fernando de Sousa, e Alexandre Hecker, orgs. 2008. *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. São Paulo: Edusc.
- Mattos, B. de, ed. 1869. *Almanak administrativo, mercantil e industrial para o ano de 1869. Primeiro depois do bissexto*. 2.º ano. 3.^a série. San'Luiz: Typ. B. de Mattos.
- Mattos, Ilmar Rohloff de. 1987. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC.
- Mauad, Ana Maria. 2000. «Donos de um certo olhar: trajetória familiar e imigração libanesa no Rio de Janeiro». Em *História de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, org. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Meireles, Mário M. 1994. *Dez estudos históricos*. São Luís: Alumar.
- Meireles, Mário M. 2001. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano.
- Meireles, Mário M. 2006. *Junta Comercial do Estado do Maranhão*. São Luís: Jucema.
- Mendes, José Sacherra Ramos. 2011. *Laços de Sangue: privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Menezes, Lená Medeiros de. 2000. «Jovens portugueses: Histórias de trabalho, histórias de sucesso, histórias de fracasso». In *História de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, org. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Mesquita, Francisco de Assis Leal. 1987. *Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão*. São Luís: Edufma.
- Monteiro, Isilda Braga da Costa. 2007. «A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar- uma questão em debate na segunda metade do século XIX». *População e Sociedade*, 15: 99-114.

- Monteiro, Isilda Braga, e Fernanda Paula Sousa Maia. 2013. «Um título para leitores dos dois continentes. A imprensa periódica portuguesa na segunda metade do século XIX». In *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa no Brasil*, org. Jobson de Arruda, Vera Lúcia Amaral Ferlini, Maria Izilda de Matos e Fernando Sousa. São Paulo: Alameda.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. 2009. «A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas». *Tempo*, 14, n.º 27: 51-67.
- Montello, Josué. 1980. Introdução. In *Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão*, Dora Alcântara. Rio de Janeiro: Fontana.
- Moraes, Jomar, org. 1999. *Ana Jansen, rainha do Maranhão*. 2ª ed. São Luís: ALUMAR/AML, 1999.
- Moraes, Jomar. 2001. «Introdução». In *Relação sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste reino de Portugal*, Simão Estácio da Silveira. São Paulo: Siciliano.
- Moraes, José do Nascimento. 2000. *Vencidos e degenerados*. 4.ª ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes.
- Mota, Antonia da Silva. 2008. «'Estrangeiros' fazem fortuna no Maranhão pombalino». *Revista de Humanidades*, 9, n.º 24.
- Muller, Elisa. 2002. «A organização sóciocomunitária portuguesa no Rio de Janeiro». Em *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*, Carlos Lessa. Rio de Janeiro: Record.
- Needell, Jeffrey D. 2009. «Formação dos partidos Políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857». *Almanack Braziliense*, n.º 10: 5-22.
- Nunomura, Eduardo. 2014. «Escravo e abolicionista». *Pesquisa Fapesp*, 219, <http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/05/15/escravo-e-abolicionista/>.
- Oliveira, Jane Solto de. 2003. “*Brasil mostra a tua cara*”: *imagens da população brasileira nos Censos Demográficos de 1872 a 2000*. Rio de Janeiro: IBGE. (Textos para Discussão, 6), <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2434.pdf>.
- Pachêco Filho, Alan Kardec. 2011. «Varando mundos: navegação no vale do rio Grajaú». Tese de doutoramento, Niterói, Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense.
- Paiva, Marcelo de Abreu. 2014. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. São Paulo: Campus.
- Palhano, Rui. 1988. *A coisa pública: serviços públicos e cidadania*. São Luís: IPES.
- Paula, Ricardo Zimbrão Affonso de, e Mario Roberto Melo Silva. 2009. O comércio marítimo do Maranhão no século XIX. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, 4, n.º 6: 1-15.

- Paula, Ricardo Zimbrão Affonso de. 2012. «Estudo comparativo da participação das províncias do Maranhão, do Pará, do Ceará e de Pernambuco no comércio marítimo brasileiro do século XIX». Relatório Final de Projeto de Pesquisa, São Luís, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão.
- Paxeco, Fran. 1912. «O consul de Portugal no Maranhão á Sociedade de Geographia de Lisboa ». *Boletim da SGL*, n.º 4/5, 30.^a série: 170-177.
- Paxeco, Fran. 1916. O trabalho Maranhense. S. Luiz: Imprensa Oficial
- Paxeco, Fran. 1919. *Portugal e o Maranhão: as suas relações comerciais*. São Luís: J Pires e Cia.
- Paxeco, Fran. 2008. O Maranhão: subsídios históricos e corográficos. 3.^a ed. São Luís: Editora UEMA/ AML.
- Pereira, Josenildo de Jesus. 2006. «As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880». Tese de doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Pereira, Miriam Halpern. 2002. *A política de emigração portuguesa (1850-1930)*. São Paulo: EDUSC.
- Piadas. «Portugues burro», <https://www.piadas.com.br/piadas/portugues/portugues-burro-4>.
- Pimenta, João Paulo Garrido. 2006. «Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime Luso-americano». *Revista Almanack Brasiliense*, n.º 3: 69-80.
- Pombo, Rocha. 1918. *Notas de viagem*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilá Editor.
- Reis, Flávio. 2007. *Grupos Políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: s. ed.
- Rezende Filho, João Dias. 2010. «O comerciante Joaquim Jílio Correia». *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em História e Genealogia*, 16.
- Ribeiro, Gladys. 1989. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. Brasiliense: São Paulo.
- Ribeiro, Gladys. 1994. «Por que veio encher o pandulho aqui: Os portugueses, o antilusitanismo e a exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha». *Análise Social*, XXIX, n.º 127: 631-654.
- Ribeiro, Gladys. 1997. «A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado». Tese de doutoramento, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- Ribeiro, Jalila Ayoub Jorge. 1990. *A desagregação do sistema escravista no Maranhão, (1850-1888)*. São Luís: Sioge.

- Riley, Carlos Guilherme. 2003. «A emigração açoriana para o Brasil no século XIX braçais e intelectuais». *Arquipélago História*, VII: 143-172.
- Rodrigues, José Damião. 2002. «Entre duas margens: a circulação atlântica dos açorianos nos séculos XVII E XVIII». *Arquipélago História*, VI: 225-245.
- Rodrigues, José Damião. 2010. «Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América». *Anos 90*, 17, n.º 32: 17-43.
- Rodrigues, José Damião. 2015. «Das pequenas ilhas ao vasto sertão: os casais açorianos no povoamento de uma fronteira imperial (Amazônia, século XVII)». *Naveg@merica*, n.º 15: 1-14.
- Rowland, Robert. 1998. «Velhos e novos Brasis». In *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1803-1930)*, org. Francisco Bethencourt e Kirti N. Chaudhuri. Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rowland, Robert. 2001. «Manuéis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses». *Etnográfica*, V: 157-172.
- Rowland, Robert. 2003. «Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a constituição da identidade nacional no Brasil independente». In *Brasil: formação do Estado Nacional*, org. Jancsó, Itsván. São Paulo: Hucitec.
- Russel-Wood, A. J. R. 1998. «A emigração: fluxos e destinos». In *História da expansão portuguesa*, eds. Francisco Bethencourt, e Kirti N. Chaudhuri. Vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Santos, Maria Januária Vilela. 1983. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática.
- Santos, Paula Marques dos, e Paulo Amorim. 2010. «As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX». In *As relações Portugal-Brasil no século XX*, orgs. Fernando de Sousa, Paula Santos, e Paulo Amorim. Porto: Cepese.
- Santos, Sandra Regina R. dos. 2010. *A Balaiada no sertão: a pluralidade de uma revolta*. São Luís: Editora da UEMA.
- Santos, Wilza Betania dos. 2008. «Gabinete Português de Leitura de Pernambuco: re-construindo identidades e simbologias do ser imigrante português». In *Anais do XIII Encontro de História ANPUH*, Rio de Janeiro, Associação Nacional de História, 4-7 de agosto.
- Saraiva, José Hermano. 2007. *História concisa de Portugal*. Algueirão-Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Scott, Ana Silva Volpi. 2001. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). In *Papel do Congresso de Historia Económica de Saragoça*, Saragoça.

- Senra, Nelson. 2006. *História das estatísticas brasileiras*. Vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE.
- Serrão, Joel. 1970. «Conspecto histórico da emigração portuguesa». *Análise Social*, VIII, n.º 32, 597-617.
- Serrão, Joel. 1982. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Seyferth, Giralda. 2002. «Colonização. Imigração e a questão racial no Brasil». *Revista Usp*, n.º 53: 117-149.
- Silva, Gabriela Melo. 2012. «Traços desejantes da cidade: o apelo pela modernização de São Luís (1889-1970)». Dissertação de mestrado, São Luís, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.
- Silva, Isabel Corrêa da. 2013. *Espelho fraterno: o Brasil e republicanismo português na transição para o século XX*. Lisboa: Divina Comédia Editores.
- Silva, Jorge Manuel Bastos da. 1999. «O 2º inquérito á emigração (Sociedade de Geografia de Lisboa, 1909-1915)». *Revista População e Sociedade*, n.º 5: 325-333.
- Silva, Régia Agostinho da. 2014. «Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX». *Revista de História da EUG*, 3, n.º 2: 30-51.
- Silva, Susana Neves Tavares Bastos de Pinho. 2007. «O emigrante português em três romances de Aluísio Azevedo». Dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Silveira, Simao Estacio da. 2001. *Relação sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste reino de Portugal*. São Paulo: Siciliano.
- Simonsen, Roberto. 2005. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1111/749413.pdf?sequence=4>.
- Slave Voyages. S. d. «Viagens em escravo», Slave Voyages, <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>
- Spix, Johann Baptist von, e Karl von Martius. 1981. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Tomsom, Alistair. 2002. «Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de imigração». *Revista Brasileira de História*, 22, n.º 44: 341-364
- Tribuzzi, Bandeira. 2011. *Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. 2.ª ed. São Luís: Conselho Regional de Economia do Maranhão.
- Triches, Robertha Pedroso. 2007. «A labareda da discórdia: o antilusitanismo na imprensa carioca». *Revista de Ciência Política*, n.º 36: 1-15.

- Viegas, José Manuel Leite. 2004. «Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46: 33-50.
- Vieira Filho, Domingos. 1971. *Breve história das ruas e praças de São Luís*. 2.^a ed. São Luís: Gráfica Olímpica Editora.
- Vieira, Nelson H. 1991. *Brasil e Portugal: a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de cultura e Línguas Portuguesa.
- Villela, André. 2007. «Distribuição regional das receitas e despesas do governo central no II Reinado, 1844-1889». *Estudos Econômicos*, 37, n.º 2: 247-274.
- Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro. 2010. «O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas». *Revista Mundos do Trabalho*, n.º 4 (2010): 23-39.
- Viveiros, Jerônimo. 1992a. *História do Comércio do Maranhão*. Vol. I. São Luís: ACM.
- Viveiros, Jerônimo. 1992b. *História do Comércio do Maranhão*. Vol. II. São Luís: ACM.
- Ximendes, Carlos Alberto. 1995. «O século esquecido: Subsídios para o entendimento da economia de São Luís no século XVII». Monografia de graduação, São Luís, Universidade Federal do Maranhão.

FONTES PRIMÁRIAS

Periódicos

- «Annuncios», *Publicador Maranhense*, n.º 400, 9 de julho de 1846, 4.
- «Anunncio-caixeiros», *Publicador Maranhense*, ano XX, n.º 6, 8 de janeiro de 1861, 3.
- «Ao juiz de direito da comarca do brejo», *Publicador Maranhense*, n.º 576, 2 de novembro de 1847, 1.
- «Concerto vocal e musical», *Diário do Maranhão*, ano XVIII, n.º 4225, 7 de outubro de 1887, 2.
- «Conferencia por Eugenio da Silveira», *Diário do Maranhão*, ano XXXIII, n.º 8, 31 de maio de 1902, 2.
- «Continuação da matéria de nosso antecedente página 106 sobre suspeitos, ou suspeitas, suspeitados ou suspeitosos», *Censor Maranhense*, n.º 7, 24 de março de 1825, 107.
- «Dr. Zeferino Candido», *Diário do Maranhão*, ano XXXIV, n.º 8986, 2 de fevereiro de 1902, 2.

«Faculdade de Direito». *Pacotilha*, ano LX, n.º 42, 20 de fevereiro de 1920, 4.

«Gabinete portuguez de leitura», *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 16, 19 de abril de 1872, 3.

«Gabinete portuguez de leitura», *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 21, 25 de abril de 1872, 4.

«Interrogatorio», *Censor Maranhense*, n.º 5, 7 de março de 1825, 82.

«Luso Brasileiro versus Paisandú», *Pacotilha*, ano XXXIX, n.º 29, 4 de fevereiro de 1919, http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=168319_02&pagfis=11488&pesq=centro%20republicano%20portugues.

«Maranhão», *O Cachambo*, n.º 28, 18 de outubro de 1836, 102-103 e 111. O jornal se encontra na caixa 289 (MNE) no arquivo da Torre do Tombo (Lisboa – PT).

«Noticiário - 1º de Dezembro», *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 206, 1º de dezembro de 1872, 2.

«Noticiario fallecimentos», *Publicador Maranhense*, n.º 382, 22 de outubro de 1872, 2.

«Noticiario-Fallecimentos», *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 172, 22 de outubro de 1872, 2.

«Noticiario-Sociedade Patriótica», *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 203, 28 de novembro de 1872, 2.

«Os portuguezes», *O Brasileiro*, n.º 3, 6 de setembro de 1832, 11, <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>.

«Pinto da Fonseca & Irmãos: banqueiros, Praça de D. Pedro. n 138. Porto-Portugal», *Diário do Maranhão*, ano XXXIII, n.º 8537, 2 de fevereiro de 1902, 3.

«São Luís, lendas e turismo entre azulejos», *A Gazeta*, 18 de novembro de 1959.

«Sociedade Humanitária 1º de Dezembro», *Publicador Maranhense*, ano XL, n.º 45, 25 de fevereiro de 1881, 1.

«Sociedade Patriótica 1º de Dezembro», *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 196, 20 de novembro de 1872, 3.

«Tentativa de suicidio». *Diário do Maranhão*, 30 de maio de 1880, 3.

«Tribunal do Commercio». *Publicador Maranhense*, ano XXV, n.º 142, 22 de junho de 1866, 3.

«Um moço portuguez deseja», *Publicador Maranhense*, ano XX, n.º 94, 22 de abril de 1861, 3.

«Venda de espólio». *Diário do Maranhão*, 17 de outubro de 1880, 2.

«Victoria, brasileiros, o correio colheo no laço os picapáos», *Correio Maranhense*, anno XXI, n.º 19, 29 de agosto de 1842. O jornal se encontra na caixa 298-C1095 (MNE) TT-MNE.

«Viva o imperio brasileiro», *O Caboclo Maranhense*, 27 de agosto de 1842, 1. O jornal se encontra na Caixa 289 (MNE) no arquivo da Torre do Tombo (Lisboa, Portugal).

Alfaiataria Teixeira. 1898. «Dedicada a real sociedade humanitaria 1º de dezembro e em geral á colonia portugueza n'este estado, como homenagem a gloriosa data da restauração de Portugal». *Revista Elegante*, VII, n.º 78: 1-3, http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272224301409189070_1951409189070_1951.pdf.

Azevedo, David Gonçalves de. 1872a. «Secção de annuncios: leilão para liquidar», *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 7, 9 de abril, 2.

Azevedo, David Gonçalves de. 1872b. «Consulado de Portugal no Maranhão: leilão para liquidar», *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 33, 9 de maio de 1872, 3.

Belchior, Custodio Gonçalves. 1872. «Noticiario: a festa dos portuguezes», *Publicador Maranhense*, ano XXXI, n.º 207, 3 de dezembro, 2.

Bruce, Miguel Ignacio Santos Freire e, Luiz da Luz e Sá, e Joze Lopes Lemos. 1825a. «Primeiro edital», *Censor Maranhense*, n.º 7, 24 de março, 108. O texto é uma reprodução com data de 01 de abril de 1824.

Bruce, Miguel Ignacio Santos Freire e, Luiz da Luz e Sá, e Joze Lopes Lemos. 1825b. «Segundo edital», *Censor Maranhense*, n.º 7, 24 de março, 109. O texto é uma reprodução com data de 02 de abril de 1824

Capella, Raimundo Venâncio Rodrigues. 1882. «No Maranhão». *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, n.º 4, 3ª série: 236-241.

Censor Maranhense, n.º 1, 24 de janeiro de 1825, 27.

Censor Maranhense, n.º 1, 24 de janeiro de 1825, 28.

Censor Maranhense, n.º 1, 24 de janeiro de 1825, 29.

Censor Maranhense, n.º 1, 24/01/1825: 27

Cordeiro, Luciano. 1881. Colonias portuguezas em paizes estrangeiros. *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, n.º 5, 2ª série.

D'Aguiar, Francisco C. 1899. «Real Sociedade 1º de Dezembro», *Diário do Maranhão*, n.º 7853, 3 de novembro, 3.

Diário do Maranhão, 12 de fevereiro de 1902, 2.

Diário do Maranhão, 13 de agosto de 1902, 2.

Diário do Maranhão, 14 de maio de 1880, 2.

Diário do Maranhão, 1º de dezembro de 1902, 2.

Diário do Maranhão, 1º de dezembro de 1906, 2.

Diário do Maranhão, 20 de março de 1906, 2.

Diário do Maranhão, 26 de novembro de 1906, 2.

Diário do Maranhão, 28 de agosto de 1897, 2.

Diário do Maranhão, 3 de fevereiro de 1893, 3.

Diário do Maranhão, 7 de agosto de 1893, 2.

Diário do Maranhão, n.º 7690, 20 de abril de 1899, 2.

Diário Oficial do Estado, n.º 210, 3 de setembro de 1908: 4-5.

Faria, Antão Pinto de. 1842. «Comunicado», *Opinião Maranhense*, anno 1, n.º 10, 25 de agosto.

Ferreira, Hermenegildo Jansen, Leoncio Jansen de Medeiros, e Julio Passos. 1901. «Acta as sessão da Assembléa Geral dos Accionistas do Banco do Maranhão em 28 de junho de 1901». *Diário do Maranhão*, ano XXXII, n.º 8374, 24 de julho, 1.

Jorge, M. J. Francisco. 1902. «Manoel Jose Francisco», *Diário do Maranhão*, ano XXXIII, n.º 8584, 1º de abril, 2.

Martins, Joaquim de Souza. 1825. «Proclamação do Tenente Coronel e Governador das Armas desta Provincia do Piauy». *Censor Maranhense*, n.º 3, 8 de fevereiro, 45-46.

Moniz, Angelo Carlos. 1846. Ao Consul de S.M. fidelissima. *Publicador Maranhense*, n.º 382, 6 de maio.

Queiroz, Bernardino Gonçalves de. 1914. «Portugal na guerra», *Pacotilha*, ano XXXIV, n.º 299, 19 de dezembro, http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=168319_02.

Queiroz, Bernardino Gonçalves de. 1915. «Centro Republicano Português», *Pacotilha*, ano XXXV, n.º 24, 29 de janeiro, http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=168319_02&pagfis=6702&pesq=centro%20republicano%20portugues

Ramalho, Albino da Silva, Joaquim Luiz Ferreira Sobrinho e José Martins do Rio. 1887. «Senhores socios», *Diário do Maranhão*, ano XVIII, n.º 4197, 2 de setembro, 1.

Saraiva, Firmino. 1901. «Ao público», *A Pacotilha*, 12 de março.

Relatórios de Presidente de Província

Aguiar, Francisco Primo de Sousa. 1861. *Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial pelo excellentissimo senhor presidente da provincia, major Francisco Primo de Sousa Aguiar, no dia 3 de julho de 1861, acompanhado do relatorio com que foi transmittida a administração da mesma provincia*. San'Luiz: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=40&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-406%2C-30%2C2578%2C1818>.

Andrade, Ovidio João Paulo de. 1884. *Falla que o exm. snr. Ovidio João Paulo de Andrade, dirige a Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão na 1ª sessão da 25ª legislatura*. San'Luiz: Typ. a Vapor da Pacotilha, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=108&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1248%2c0%2c3742%2c2639>.

Barbosa, Viviane. 2008. «História de trabalhadores rurais no Maranhão: gênero, identidade, mobilização». Anais do XIX Encontro Regional de História, Poder, Violência e Exclusão, São Paulo, Associação Nacional de História, 8-12 de setembro.

Barreto, Francisco Xavier Paes. 1858. *Relatorio do Exm. Sr. Ppresidente, Doutor Francisco Xavier Paes Barreto, apresentado ao Exm. Sr. Vice Presidente, Doutor João Pedro Dias Vieira, ao passar-lhe a administração no dia 13 de abril de 1858*. San'Luiz: Typ. da Temperança, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=33&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-596%2C287%2C3165%2C2233>.

Barreto, José Maria. 1859. *Relatório que o Exc. Sr. Vice presidente, Dr. José Maria Barreto passou a administração da província ao Exc. Sr. Dr. João Silveira de Sousa no dia 26 de Setembro de 1859*. San'Luiz: Typografia Comercial, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=37&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-584%2c342%2c3250%2c2293>.

Costa, João Gualberto Torreão da. 1899. *Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 15 de fevereiro de 1899 pelo Exc. Sr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador. Maranhão, 1899. S. l.: s. ed.,* <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=133&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1039%2C354%2C3804%2C2684>.

Costa, João Gualberto Torreão da. 1901. *Mensagem apresentada ao Congresso do Estado em 13 de fevereiro de 1901 pelo Exm. Sr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador. Maranhão, 1901. S. l.: s. ed.,* <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=135&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-114%2C1910%2C2108%2C1487>.

Costa, João Gualberto Torreão da. 1900. *Mensagem apresenta ao Congresso do Estado em 15 de fevereiro de 1900 pelo Exmo. Snr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa Governador. San'Luiz: s. ed.,* <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=134&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-9%2c1425%2c2108%2c1487>.

Cunha, Ambrozio Leitão da. 1865. Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da Província, Dr. Ambrozio Leitão da Cunha passou a administração da mesma província ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Tenente-Coronel José Caetano Vaz Junior, no dia 23 de abril de 1865. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=48&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1214%2C0%2C4235%2C2987>.

Paranaguá, João Lustosa da Cunha. 1859. Relatório do Presidente da Província do Maranhão, o Doutor João Lustosa da Cunha Paranaguá, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 3 de maio de 1859. San'Luiz: Typ. de J. M. C. de Frias, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=36&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-67%2C1283%2C2274%2C1604>.

Vieira, João Pedro Dias. 1859. Relatório do Exm. Sr. Vice presidente da província do Maranhão apresentado ao Sr. Presidente Dr. João Lustosa Paranaguá ao passar-lhe a administração no dia 19 de Outubro de 1858. San'Luiz: Typ. da Temperança, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=35&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1179%2C0%2C4101%2C2893>

Doria, Franklin A. de Menezes. 1867. Relatório com que O Exm. Sr. Dr. Franklin A. de Menezes Doria passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello, no dia 28 de outubro de 1867. San'Luiz: Typ. de B. Mattos, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=56&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-483%2C1178%2C2944%2C2076>.

Ferreira, Manoel Jansen. 1867. Relatório que o Exm. Snr. Primeiro Vice-Presidente da Província, Dr. Manoel Jansen Ferreira, apresentou à Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1867. San'Luiz: Typ. do Frias, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=55&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-490%2C39%2C2670%2C1884>.

Sá, Joaquim Franco. 1847. *Relatório A'Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão pelo exmo. senhor presidente da província, Joaquim Franco de Sá, na sessão aberta em 3 de maio de 1847.* San'Luiz: Typ. Maranhense, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=11&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1055%2C0%2C3756%2C2649>.

Freitas, José Manoel de. 1883. *Falla que o exm. sr. dr. José Manoel de Freitas, presidente da província, dirigiu á Assembléa Provincial por ocasião da instalação de sua 2ª sessão da 24ª legislatura, no dia 20 de maio de 1883.* San'Luiz: Empreza do Paiz, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=105&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-412%2C240%2C2512%2C1772>.

Castro, Augusto Olympio Gomes de. 1871a. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Augusto Olympio de Gomes de Castro passou a administração da província ao Exm. Sr. 1º Vice-presidente da província Dr. Antonio da Silva Maya a 19 de maio, este ao 2º vice-presidente Desembargador José Pereira da Graça em 20 de agosto e este ao Emx. Sr. presidente Augusto Olympio Gomes de Castro a 14 de outubro de 1871. San'Luiz: Typ. do Paiz, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=69&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-109%2C920%2C1801%2C1270>.

Castro, Augusto Olympio Gomes de. 1871b. *Relatorio lido pelo excellentissimo senhor presidente, dr. A.O. Gomes de Castro, por ocasião da installação da Assembléa Legislativa desta provincia no dia 3 de maio de 1871*. San' Luiz: Typ. B. de Mattos, 1871, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=68&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-782%2C57%2C3067%2C2164>.

Castro, Augusto Olympio Gomes de. 1874. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro passou a administração da província ao 3º Vice-Presidente o Exm. Sr. Dr. José Francisco de Viveiros no dia 18 de abril de 1874*, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=78&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-286%2C485%2C2234%2C1576>.

Castro, Augusto Olympio Gomes de. 1872. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Olympio Gomes de Castro passou a administração da província ao 2º Vice-Presidente o Ex. Sr. Desembargador José Pereira da Graça no dia 29 de abril de 1872*, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=71&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=68%2C461%2C2179%2C1537>.

Vieira Júnior, Casimiro Dias. 1895. *Relatório apresentado ao Exm. Snr. Capitão-Tenente Manoel Ignacio Belfort Vieira pelo 1 Vice-Governador Exm. Snr. Dr. Casimiro Dias Vieira Junior em 2 de fevereiro de 1895*. San'Luiz: s. ed., <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=128&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-971%2c-1%2c3813%2c2690>.

Graça, José Pereira da. 1875. *Relatório do Exm. Sr. Conselheiro José Pereira da Graça, 2º Vice-Presidente da Província*. S. l.: s. ed., <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=84&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=48%2C1879%2C2153%2C1519>.

Leite, Benedito Pereira. 1907. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Maranhão em 07 de fevereiro de 1907 pelo Exm. Sr. Dr. Benedito Pereira Leite, Governador do Estado*. San'Luiz: Typ. Da Imprensa Official, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=140&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1315%2C0%2C4676%2C3298>.

Leite, Benedito Pereira. 1908. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Maranhão em 21 de fevereiro de 1907 pelo Exm. Sr. Dr. Benedito Pereira Leite, Governador do Estado*. San'Luiz: Typ. Da Imprensa Official, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=141&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1247%2C-1%2C4317%2C3046>.

Lima, Luiz Alves de. 1840. *Discurso que recitou o Exm. Presidente e Commandante das Armas da Provincia do Maranhão, o Coronel Luiz Alves de Lima, n'abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1840*. San' Luiz: Typ. de I. J. Ferreira, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=4&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-447%2c99%2c2533%2c1787>.

Machado, Eduardo Olimpio. 1851. *Falla dirigida pelo Exm. Presidente da Provincia do Maranhão, o Dr. Eduardo Olimpio Machado, A'Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião de sua installação no dia 7 de setembro de 1851*. San'Luiz: Typ. Constitucional

de I. J. Ferreira, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=19&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1039%2C0%2C3660%2C2581>.

Machado, Eduardo Olimpio. 1855. *Relatorio do presidente da provincia do Maranhão, o Doutor Eduardo Olimpio Machado, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 5 de maio de 1855, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1856, e mais documentos*. San'Luiz: Typ. Const. de I. J. Ferreira, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=26&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1103%2C0%2C3756%2C2649>.

Machado, Antonio Candido da Cruz. 1856. *Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinaria de 1856 o Exm. Presidente da Provincia, Antonio Candido da Cruz Machado*. San'Luiz: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=28&c=4&s=0&cv=2&r=0&xywh=-900%2C0%2C3638%2C2566>.

Machado, Eduardo Olimpio. 1853. *Relatorio do presidente da provincia do Maranhão, o doutor Eduardo Olimpio Machado, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1. de novembro de 1853, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1854*. San' Luiz: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=23&c=4&s=0&cv=2&r=0&xywh=-1247%2c0%2c4316%2c3044.%20acessado%20em%202209/2017>.

Machado, Eduardo Olimpio. 1854. *Relatorio do Presidente da Provincia do Maranhão, o Doutor Eduardo Olimpio Machado, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1854, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1855*. San'Luiz: Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=24&c=4&s=0&cv=2&r=0&xywh=-158%2C1060%2C2221%2C1566>.

Machado, Eduardo Olimpio. 1852. *Relatorio com que o Presidente da Provincia do Maranhão, Doutor Eduardo Olimpio Machado, passou a administração da mesma Exma. ao Vice-Presidente Manoel de Sousa Pinto de Magalhaes, em 9 de julho de 1852*. San'Luiz: S. l.: s. ed., <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=21&c=4&s=0&cv=2&r=0&xywh=-599%2C127%2C2878%2C2030>.

Machado, Antonio Candido da Cruz. 1857. *Relatório com que o Illm. e Exm. Snr. Antonio Candido da Cruz Machado passou a administração da província ao vice-presidente o Exm. Barão de Coroatá*. San' Luiz: Typographia Maranhense, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=31&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1084%2c248%2c3751%2c2646>.

Maya, José da Silva. 1871. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Vice-presidente José da Silva Maya passou a administração dessa Província ao Exm. Sr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro no dia 28 de outubro de 1870*. San' Luiz: Typ. de José Mathias, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=67&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-205%2C131%2C2083%2C1469>.

- Almeida, J. Magalhães de. 1928. Mensagem ao Congresso do Estado, lida na abertura da sua 1ª reunião ordinária da 13ª legislatura. S. l.: s. ed., <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=165&c=4&s=0&cv=4&r=0&xywh=271%2C103%2C2212%2C1560>.
- Magalhaens, João Jozé de Moura. 1844. *Relatorio que dirigio o Ex.mo Presidente da Provincia do Maranhão, João Jozé de Moura Magalhaens, á Assembleia Legislativa Provincial em 20 de junho de 1844*. San' Luiz: Typ. Maranhense, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=9&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-566%2C96%2C2880%2C2031>.
- Mello, Manoel Felisardo de Sousa e. 1839. *Discurso que recitou o exm. snr. Manoel Felisardo de Sousa e Mello, presidente desta provincia, na occazião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de mayo do corrente anno*. San' Luiz: Typ. de I. J. Ferreira, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=3&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1096%2c-130%2c3647%2c2573>.
- Mello, Antonio Manoel de Campos. 1862. *Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou o presidente da provincia, conselheiro Antonio Manoel de Campos Mello, por occasião da installação da mesma Assembleia no dia 27 de outubro de 1862*. San' Luiz: Typ. de B. de Mattos, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=42&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1063%2c0%2c3756%2c2649>.
- Mello, Jeronimo Martiniano Figueira de. 1843. *Relatorio que A'Assemblea Legislativa da provincia do Maranhão appresentou o Exm. Presidente da mesma Provincia, Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, na sessão de 3 de maio de 1843*. San' Luiz: Typographia de I. J. Ferreira, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=6&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1184%2c-139%2c3918%2c2764>.
- Mello, João Capistrano Bandeira de. 1886. Falla com que o Exm. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello abrio a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão, em 15 de março de 1886. San'Luiz: Typ. do Paiz, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=115&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-167%2C1449%2C2343%2C1653>.
- Miranda, João Antonio de. 1841. *Discurso recitado pelo Exm. Snr. Doutor João Antonio de Miranda, Prezidente da Provincia do Maranhão, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 3 de julho de 1841*. San' Luiz: Typ. Monarchica Const. de F. de S. N. Cascaes, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=5&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1026%2C-1%2C3410%2C2406258%2C56%2C2190%2C1545>.
- Moniz, Angelo Carlos. 1846. *Relatorio que A'Assemblea Legislativa da Provincia do Maranhão appresentou o Exm. Vice-Presidente da mesma Provincia, Angelo Carlos Moniz, sa [sic] sessão de 20 de junho de 1846*. San'Luiz: Typ. de I. J. Ferreira, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=10&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1336%2c-152%2c4270%2c3012>.
- Penna, Herculano Ferreira. 1849. *Falla dirigida pelo Exm. Presidente da Provincia do Maranhão, Herculano Ferreira Penna, A'Assembléa Legislativa Provincial, por*

ocasião de sua instalação no dia 14 de outubro de 1849. San' Luiz: Typ. de J. A. G. de Magalhães, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=15&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-947%2c-1%2c3541%2c2498>.

Porciuncula, Jozé Thomaz da. 1890. Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Jozé Thomaz Porciuncula passou a administração do Estado em 07 de julho de 1890 ao 1º Vice-Governador Exm. Sr. Conselheiro Augusto Olympio de Castro Gomes. San'Luiz: Typ. Frias e Filhos, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=121&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1120%2C-1%2C4159%2C2934>.

Reis, Americo Vespucio dos. 1910. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Maranhão em 05 de fevereiro de 1910 pelo Exm. Sr. Americo Vespucio dos Reis, presidente do congresso no exercício do cargo de governador.* San'Luiz: Imprensa Official, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=143&c=0&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1252%2C-1%2C4295%2C3030>.

Silva, Luiz A. Dominguez da. 1912. *Dois annos de governo (1910-1911).* San'Luiz: Imp. Official, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=144&c=0&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1285%2C0%2C4248%2C2996>.

Silva, Luiz A. Dominguez da. 1913. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 1ª sessão da 8ª legislatura em 05 de fevereiro de 1913 pelo Exm. Sr. Dr. Luiz Dominguez A. da Silva, governador do estado.* San'Luiz: Imp. Official, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=147&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1292%2C-1%2C4615%2C3256>.

Souza, João Silveira de. 1860. *Relatorio com que o Exm. Snr. João Silveira de Souza, Presidente desta Provincia, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1860.* San' Luiz: Typ. de J. M. C. de Frias, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=38&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1268%2c-1%2c4279%2c3019>
[dispon% c3%8dvel%20em:%20http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=38&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1268%2c-249%2c4279%2c3019](http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=38&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1268%2c-249%2c4279%2c3019).

Vasconcellos, Luiz de Oliveira Lins de. 1880. *Relatorio apresentado por S. Exc. o Snr. Presidente da Provincia, Dr. Luiz de Oliveira Lins de Vasconcellos, A'Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 13 de fevereiro do corrente anno.* San'Luiz: Typ. do Paiz, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=98&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1190%2c-1%2c3963%2c2796>.

Vasconcellos, José Leandro de Godoy e. 1885. *Falla que o Exmo. Senr. Dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos, presidente da província dirigiu à Assembléa Legislativa Provincial por ocasião da instalação da 2ª sessão da 25ª legislatura em 24 de fevereiro de 1885.* San'Luiz: Typographia do Paiz, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=110&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-244%2C1651%2C2151%2C1518>.

Taques, Benvenuto Augusto de Magalhães. 1857. *Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinaria de 1857 o presidente da provincia, dr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques.* San'Luiz: Typ. da Temperança,

<http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=29&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1159%2C-1%2C4188%2C2955>.

Amaral, Antonio Joaquim Alvares do. 1848. *Falla que recitou o Presidente da Provincia do Maranhão Antonio Joaquim Alvares do Amaral na abertura da Assembleia da mesma Província em 28 de julho de 1848*. San'Luiz: Typ. da Temperança, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=13&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-435%2C1071%2C2407%2C1698>.

Parga, Herculano Nina. 1916. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 1ª sessão da 9ª legislatura em 5 de fevereiro de 1916 pelo Exmo. Sr. Dr. Herculano Nina Parga, Governador do Estado. San'Luiz: Imprensa Official, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=150&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-342%2C1188%2C2696%2C1902>

Vieira, Manoel Ignacio Belfort. 1892. *Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Governador Capitão Tenente Manoel Ignacio Belfort Vieira ao congresso do estado do Maranhão em sua primeira reunião extraordinária, a 6 de agosto de 1892*. San'Luiz: Typographia dos Frias, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=123&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1009%2c0%2c3984%2c2810>.

Camargo, Vicente Tomas. 1838. *Discurso que recitou o Exm. Inr. Vicente Thomas de Pires de Figueiredo Camargo, Presidente desta Província, na occação da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de mayo do corrente anno*. San' Luiz: Typographia de I. J. Ferreira, <http://ddsnext.crl.edu/titles/169#?m=2&c=4&s=0&cv=1&r=0&xywh=-928%2C0%2C3295%2C2324>.

Mapas e Estatísticas

Brasil. Alfandega do Rio de Janeiro. 1848. *Celleção dos mappas estatísticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil, com suas províncias e países estrangeiros no anno financeiro de 1847-1848*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

Brasil. Alfandega e Mesas de Consulado. 1854. *Colecção dos mappas estatisticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil, com suas províncias e paizes estrangeiros no anno financeiro 1847-1848*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000383&m=5&n=00001.

Brasil. Alfandegas e Mesas de Consulado. 1848. *Colecção dos mappas estatisticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil, exercido por meio d'importação, exportação, reexportação e baldeação, sob a inpecção e fiscalização das Alfandegas, e Mesas de Consulado no anno financeiro de 1841-1842*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000383&m=2&n=00001.

Brazil. 1872. *Recenseamento do Brazil em 1872*: Maranhão. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v6_ma.pdf.

Brazil. 1888. «A província do Maranhão e a imigração: guia do immigrante: com uma carta topographica da província», Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão, http://www.cultura.ma.gov.br/porta1/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272214171409188457_17981409188457_1798.pdf.

Brazil. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. 1922. *Recenseamento de 1920 realizado em 1 de setembro de 1920: introdução: aspecto physico do Brazil, geologia, flora, fauna, evolução do povo brasileiro, histórico dos inquéritos demographicos*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Censo de1920/RecenGeraldoBrasil1920_v1_Introduccao.pdf.

Brazil. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. 1926. *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920: população: população do Brazil por Estados, municípios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>.

Campos, João Nunes. 1855. *Primeiro quaderno do recenseamento da população da cidade de São Luís do Maranhão. São Luís, 1855*. Acevo do Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Directoria Geral de Estatistica. 1898. *Synopse do recenseamento: 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatistica.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1941. *Repertório Estatístico do Brasil: quadros retrospectivos n.º 1: separata do anuário estatístico do Brasil - ano 5 – 1939/1940*. Vol. I. Rio de Janeiro: IBGE, https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v1.pdf.

Provincia do Maranhão. 1872. «Recenseamento Geral do Império de 1872», Internet Archive, <https://archive.org/stream/recenseamento1872ma/ProvinciaDoMaranhao#page/n3/mode/2up>.

Leis e Documentos

Brasil. Lei n.º 514, de 28 de outubro de 1848. Fixando a Despeza e Orçando a Receita para o exercício de 1849 - 1850, e ficando em vigor desde a sua publicação, Senado Federal, <http://legis.senado.leg.br/norma/541944/publicacao/15633210>.

Consulado de Portugal no Maranhão. Livros de inscrição de portugueses no Consulado de Portugal no Maranhão: 1904-1908, 1915-1921, 1921-1929, 1929-1963.

Imigração portuguesa no Maranhão e sua inserção na sociedade local (1822-1930)

Maranhão. Diretoria de Colonização. *Regulamento da Diretoria de Colonização*. S'Luiz, de 19 de abril de 1855.

Maranhão. Gabinete Portuguez de Leitura. *Annaes do Gabinete Portuguez de Leitura em Maranhão, instituido no dia 9 d' outubro de 1859*. San'Luiz: Offecinas de J.M.C de Farias, 1859.

Maranhão. Lei n.º 831, de 12 de julho de 1867.

Maranhão. Lei Provincial n.º 906, de 15 de julho de 1870.

Correspondências e Documentos

AHMNE, Correspondência do Consulado Português no Maranhão, caixa 519, 1859-1880.

AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 520, 1883-1890.

AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 521, 1895-1899.

AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 522, 1902-1918.

AHMNE, Correspondências dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 1839.

ANTT, MNE, Correspondência dos consulados portugueses no Maranhão, caixa 298, 1835-1850.

HMNE, Correspondência do Consulado Português no Maranhão, caixa 518, 1855-1862.

IHGB, Relação dos Comerciantes na Junta Comercial do Maranhão desde 1851 até 1890, 1891.

Atas

ASH1D, Livro de Atas da SH1D, 1863-1868.

ASH1D, Livro de Atas da SH1D, 1868-1872.

ASH1D, Livro de Atas da SH1D, 1896-1906.

ASH1D, Livro de Atas da SH1D, 1898-1904.

ASH1D, Livro de Atas da SH1D, 1902-1919.

ASH1D, Livro de Atas da SH1D, 1909-1911.

ASH1D, Livro de Atas da SH1D, 1915-1922.

Testamentos

Arquivo do TJMA, Livro 26, 1838.

Arquivo do TJMA, Livro 28, 1846.

Arquivo do TJMA, Livro 29, 1865.

Arquivo do TJMA, Livro 30, 1884.

Arquivo do TJMA, Livro 31, 1885.

Arquivo do TJMA, Livro 34, 1887.

Arquivo do TJMA, Livro 35, 1889-1890.

Arquivo do TJMA, Livro 36, 1891-1892.

Arquivo do TJMA, Livro 37, 1892-1895.

Arquivo do TJMA, Livro 40, 1901.

Arquivo do TJMA, Livro 41, 1903.

Arquivo do TJMA, Livro 42, 1906.

Arquivo do TJMA, livro 45, 1908.

Arquivo do TJMA, livros 21-23, 1830.

Arquivo do TJMA, livros 32-33, 1886-1887.

Passaportes e Registro de Casamentos

APEM, Livro n.º 39 (1786-1811), n.º 40 (1821-1833), n.º 41 (1833-1841) de Índice de Passaportes Concedidos a Passageiros.

APEM, Livro n.º 42 a 44 (1857 a 1891) de Registro de Passaportes Concedidos a Passageiros.

APEM, Livro n.º 43 (1874-1882) a 44 (1883-1891) de Minutas de Passaportes Concedidos a Passageiros.

Imigração portuguesa no Maranhão e sua inserção na sociedade local (1822-1930)

APEM, Livro n.º 90 (1872-1886) da Freguesia de Nossa Senhora da Victoria da Catedral, 55v-56, 1878.

APEM, Livro n.º 90 (1872-1886) de Registros de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Victoria da Catedral.

APEM, Livro n.º 2099, Registro do Porto de São Luís, 1879-1880.

APEM, Setor Avulsos, Fundo Secretaria de Governo, Série Ofícios de Juiz de Paz, 1831.